

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA

ROBERTO SIMONSEN E A FORMAÇÃO DA IDEOLOGIA
INDUSTRIAL NO BRASIL – LIMITES E IMPASSES

VERA ALVES CEPÊDA

SÃO PAULO

2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA

ROBERTO SIMONSEN E A FORMAÇÃO DA IDEOLOGIA
INDUSTRIAL NO BRASIL – LIMITES E IMPASSES

VERA ALVES CEPÊDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, do Departamento de Ciência Política da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do título de
Doutor em Ciência Política.

Exemplar revisado

Orientador: Prof. Dr. Gildo Marçal Brandão.

SÃO PAULO

2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA

ROBERTO SIMONSEN E A FORMAÇÃO DA IDEOLOGIA
INDUSTRIAL NO BRASIL – LIMITES E IMPASSES
VERA ALVES CEPÊDA

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Élide Rugai Bastos (UNICAMP) _____

Profa. Dra. Glauca Villas Boas (UFRJ) _____

Prof. Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira (FGV) _____

Prof. Dr. Eduardo Kugelmas (USP) _____

Prof. Dr. Gildo Marçal Brandão (USP) _____

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa envolvendo levantamento e tratamento de documentos de época é sempre árduo e trabalhoso, e não seria levada a cabo sem a colaboração de outros pesquisadores. Gostaria de agradecer o auxílio dedicado e empenhado de Márcia Cristina, que pacientemente compilou todo o material referente aos Anais da Constituinte de 1934.

Ao pessoal da secretaria de pós-graduação de Ciência Política, Ana Maria, Fabrícia, e Fabio, pelo zelo e tratamento. A Márcia e, é claro, a Rai, pela solicitude e tranquilidade diante dos inúmeros transtornos que normalmente causei em questões burocráticas - meu profundo obrigado.

Aos professores Eduardo Kugelmas e Gabriel Cohn pelo carinho, confiança e conselhos na condução reflexiva sobre o tema. Em destaque os '*puxões de orelha*' quando me deixei seduzir excessivamente pelo objeto de estudo (o grande risco do pesquisador e da neutralidade científica).

Ao professor Gildo, meu orientador e amigo, pela inestimável ajuda e confiança no meu potencial de trabalho. Gostaria de destacar a importância das discussões mais conceituais, aliando problemas de método com o arcabouço teórico – da filosofia, da história e da economia – tão fundamentais para o entendimento dessa questão tão complexa que é a política.

Por último, aqueles a quem roubei atenção mais que devida, Antonio Carlos, Felipe e Bruno, e os quais, no fundo, são os que verdadeiramente importam.

RESUMO

Este trabalho analisa a produção teórica de Roberto Cochrane Simonsen, industrial e líder do empresariado industrial brasileiro na primeira metade do século 20. O período histórico que viveu, fase crítica da transição industrial, e sua capacidade de análise fazem de sua obra um marco para a compreensão sobre o pensamento e a ação do segmento da burguesia industrial, na batalha de impor hegemonicamente às outras frações de classe (ligadas ao capital ou ao trabalho) o seu projeto de classe. Como um dos poucos atores desse período que escreveu sobre as tarefas e desafios que se impunham no período à consolidação de um modelo econômico e um ordenamento político ligado aos interesses da industrialização, Simonsen tem importância singular enquanto produtor de uma memória histórica e na construção da ideologia da burguesia industrial. Sua intervenção prática perpassou inúmeros campos, da ação empresarial privada à vida pública, e nas duas áreas a sua aguda reflexão e capacidade de pensar adiante de seu tempo, se fizeram sentir. Em seus trabalhos verifica-se a presença de grande parte das tarefas impostas como fundamentais para a consolidação do modelo de capitalismo industrial – a racionalização do trabalho, a questão dos salários, os problemas de organização sindical (para capital e trabalho), a questão da proteção à indústria nascente (câmbio, crédito, políticas comerciais, infra-estrutura, planejamento), o desenvolvimento de uma ciência orientada para a solução dos problemas econômicos (com a qualificação de trabalhadores – SESI/SENAI, e formação de uma elite de administradores – Escola Livre de Sociologia e Política). Roberto Simonsen tem papel destacado na transformação do projeto industrialista em projeto nacional, sendo interlocutor da burguesia industrial no campo da organização empresarial e junto ao Estado (foi deputado, senador e membro de Conselhos Técnicos no governo Vargas). Como escreveu, em seus textos podemos encontrar parte expressiva das reflexões e postulados que orientaram a ação do mais destacado líder industrial no período, permitindo a rara possibilidade de observar o processo intencional de construção da ideologia e do projeto político desse período, na voz de um de seus articuladores mais significativos.

ABSTRACT

This work analyzes Roberto Cochrane Simonsen theoretical production, industrial and leader of the Brazilian industrial business community in the first half of the century 20. The historical period that lived, critical phase of the industrial transition, and his analysis capacity does a mark of his work for the understanding about the thought and the action of the segment of the industrial bourgeoisie, in the battle of imposing preponderant to the other class fractions (linked to the capital or the work) her class project. As one of the few actors of that period that wrote on the tasks and challenges that they were imposed in the period to the consolidation of an economical model and a linked political arrangement to the interests of the industrialization, Simonsen has singular importance while producing of a historical memory and in the construction of the ideology of the industrial bourgeoisie. His intervention practical crossed countless fields, of the action business private to the public life, and in the two areas felt his sharp reflection and capacity to think ahead of his time. In their works the presence of great part of the tasks is verified imposed as fundamental for the consolidation of the model of industrial capitalism - the rationalization of the work, the subject of the wages, the problems of syndical organization (for capital and work), the subject of the protection to nascent industry (exchange, credit, commercial politics, infrastructure, planning), the development of a science guided for the solution of the economical problems (with the workers' qualification - SESI/SENAI, and formation of an elite of administrators - School Free from Sociology and Politics). Roberto Simonsen has outstanding paper in the transformation of the project of industrial thought in national project, being speaker of the industrial bourgeoisie in the field of the business organization and close to the State (it was deputy, senator and member of Conselhos Técnicos in the government Vargas). As he wrote, in their texts we can find expressive part of the reflections and postulates that guided the most outstanding industrial leader's action in the period, allowing the rare possibility to observe the interior process of construction of the ideology and of the political project of that period, in the voice of one of their more significant organizing.

PALAVRAS-CHAVE: Roberto Simonsen; Ideologia industrial; pensamento social brasileiro; industrialização brasileira; desenvolvimento.

KEY WORDS: Roberto Simonsen; Industrial ideology; Brazilian social thought; Brazilian industrialization; development

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	03
Introdução	04
Parte I - O homem e a obra	19
Capítulo I - O legado de Roberto Simonsen	20
1.1. O pensamento de Roberto Simonsen e o surgimento da ideologia industrial	21
1.2. Cronologia e textos de Roberto Simonsen	60
1.2.1. Biografia	63
1.2.2. Cronologia dos textos	71
Capítulo II – Roberto Simonsen e os desafios da transição industrial no Brasil	87
2.1. temas e tratamentos na produção intelectual de Simonsen	89
2.2. o processo de industrialização brasileira	103
2.3. Industrialização e Estado	129
2.4. Burguesia, burguesias	146
Parte II - A batalha das idéias	153
Capítulo III - A construção do pensamento simonseano – O mundo da produção	154
3.1. A fase da aliança indústria - café	163
3.2. A geração dos homens que nasceram com a República	167
3.3. A emergência do trabalho livre e o surto de urbanização	170
3.4 Explosão urbana e a questão operária	182
3.5. Empresa - economia	208
Capítulo IV - A economia nacional	219
4.1. A segunda fase da produção simonseana	226
4.2. Uma inversão de imagens – prestígio industrial <i>versus</i> prestígio agrícola	228
4.2.1. Indústria e civilização	232

4.2.2. As responsabilidades do café	243
4.3. ‘Somos um país pobre’ – a influência de List	255
Capítulo V – Projetos e estratégias – nacionalismo e planejamento	275
5.1. Um passo atrás, um passo à frente – o recuo liberal e o Estado instrumental	281
5.2. Guerra ao pauperismo	297
5.3. A segunda ruptura – o planejamento econômico	309
5.4. Nenhum Plano Marshall para a América Latina	322
Conclusão	326
Referências Bibliográficas	332
Anexos	350

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento das ferrovias – São Paulo 1870/1937	172
Tabela 2 – População total dos principais municípios de São Paulo 1920	176
Tabela 3 – Classificação dos municípios paulistas por renda – 1885/1896	177
Tabela 4 – Associações sindicais de assalariados – 1901 a 1914	179
Tabela 5 – Comparação produção e consumo Brasil – Argentina – EUA 1926	203
Tabela 6 – Membros da bancada classista ligados ao capital - 1933	230
Tabela 7 – Membros da bancada classista ligados ao trabalho - 1933	231
Tabela 8 – Membros da bancada classista – profissões liberais/funcionalismo - 1933	232

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a produção intelectual de Roberto Cochrane Simonsen, elaborada e publicada entre o início da década de 1910 e o final da década de 1940. A escolha do tema deve-se à percepção, já cristalizada na historiografia e nos trabalhos acadêmicos brasileiros, sobre a importância do pensamento de Simonsen no campo da ação empresarial na fase crítica da transição industrial, como ideólogo dessa transformação.

Em larga medida é impossível analisar o comportamento do segmento industrial brasileiro no período nodal da transição do modelo agrário-exportador para a fase industrial no país sem passar pela sua atuação dirigente e por sua produção discursiva. Roberto Simonsen foi agente expressivo enquanto empresário e homem público, liderança sindical patronal (segmento em que foi profícuo organizador), intelectual e memorialista da evolução industrial no país. Atuou no campo privado e na discussão pública mais abrangente envolvendo a economia e a política, onde a questão da industrialização tornava-se o epicentro do projeto de desenvolvimento da sociedade brasileira. Ao lado de outros nomes como Jorge Street, Euvaldo Lodi, Guilherme Guinle, Horácio Lafer, O. Pupo Nogueira, participou do processo de transformação dos interesses econômicos industriais em mote fundamental da questão nacional, em compasso com a modernização do país e da imposição de uma nova agenda de prioridades. Porém, deste grupo de industriais, Simonsen foi aquele que mais se destacou na tarefa de pensar e problematizar os desafios da industrialização dentro das nossas condições históricas. Por esse motivo nos trabalhos analíticos sobre a industrialização brasileira na fase da Primeira Guerra Mundial até o surgimento dos projetos de planejamento econômico e das primeiras manifestações da corrente desenvolvimentista, são constantes as referências sobre a influência exercida pela obra e pensamento de Roberto Simonsen.

Desta herança são muitos os pontos comumente ressaltados da produção deste autor e de sua liderança empresarial, e todos têm como convergência a fundamentação do papel vital da indústria no desenvolvimento econômico brasileiro em substituição ao pressuposto da vocação agrária. E a relevância é determinada, embora nem sempre apontada, por ser esta defesa a principal tarefa do desenvolvimento capitalista brasileiro, passo decisivo da revolução burguesa e do processo de modernização do país. A resolução deste ‘*passo*’ orientou toda a ação consciente ou não de Simonsen, desdobrando-se exatamente nos

principais temas levantados e por ele problematizados: a organização corporativa e política do setor industrial; a formatação da legislação trabalhista consoante aos interesses dos setores produtores (naquele momento incluindo comércio e indústria); a elaboração de estratégias de controle e apaziguamento da ‘questão social’ e que visavam minar as forças que estimulavam o “fantasma” da luta de classes; a criação de ambientes e meios para a formação profissional para os trabalhadores (SENAI) e de mecanismos assistencialistas de neutralização das questões de condição de vida dos operários industriais (SESI); desenvolvimento de uma nova perspectiva do conhecimento científico mais compatível com as exigências de uma civilização tecnológica e industrial; formação de uma nova elite dirigente nacional, habilitada a pensar os desafios nacionais e próxima da concepção racional de administração pública (proposta consolidada na criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo); e, por último, a defesa do Estado como meio de fomentar e alavancar o desenvolvimento da indústria – tema da controvérsia ‘histórica’ do planejamento econômico¹.

Embora Simonsen seja reconhecido em seu papel de ideólogo e dirigente, esta liderança é truncada, marcada por inúmeros percalços como se fosse sendo remodelada e transformada pelo próprio fluxo dos acontecimentos ou das exigências conceituais que formatavam uma perspectiva político-ideológica. Pode ser destacada a oscilação no tratamento de determinados temas como a questão de complementação *versus* antagonismo entre agricultura e indústria, a relação de aceitação *versus* ruptura com as normas da divisão do comércio internacional, a afirmação da racionalização ou da regulação como eixo do problema econômico nacional. Esta variação temática, que afeta diagnóstico e prognóstico, é compreensível em uma obra que se abriga sob quatro décadas de elaboração conceitual e que é produzida para a ação. Os trabalhos de Simonsen parecem espelhar uma transformação nas percepções e elaborações teóricas sob o impacto das mudanças de conjuntura ou confrontos encontrados ao longo de sua batalha pela industrialização do país. Porém, uma questão mantém a identidade fundamental que alinhava toda a sua produção – a técnica e a indústria

¹ A questão aqui é denominada ‘histórica’ não pelo destaque que a ela se dá nos trabalhos que analisam o período mas pela reincidência com que permaneceu e ainda permanece no debate econômico e político brasileiro. É certo que a questão do planejamento econômico *nasce* na discussão simonseana (fato de enorme significado para a sua obra), percorrendo o debate dos anos 50, os projetos militares dos anos 70, retomando lugar nos anos 90 quando da crítica aos limites do projeto neoliberal. De maneira diferenciada e apropriada a cada momento da história, o *pêndulo* regulação *versus* absentismo na relação Estado – mercado mantém-se no debate até hoje.

como meios de consecução da civilização moderna, ancoradas na ação *racional*. É a preservação destes elementos que explica as discrepâncias, que podem ser entendidas como adaptação – e porque não, resultado – de sua adequação aos embates desta lógica com os obstáculos reais.

Outro aspecto que surge como controverso é a efetiva capacidade de Simonsen de concretizar as suas concepções teóricas, e, neste caso, estamos nos referindo a habilidade de convencimento e de orientação capazes de informar uma dada realidade. Nos trabalhos que avaliam o papel do empresariado brasileiro no período a liderança de Simonsen aparece como sendo inquestionável, e isto se justifica pela presença que teve em todos os momentos e eventos importantes para o setor (em cargos diretivos ou representativos), elaborando grande parte dos textos que procuravam reforçar, legitimar, justificar e dar proeminência aos interesses industriais. Simonsen formulou propostas para organismos governamentais, criou instituições dos mais variados tipos (sindicais, civis, empresariais), organizou e participou de eventos históricos, desenvolveu produção acadêmica e esteve no centro da história da indústria e da industrialização brasileira em mais de uma circunstância. No entanto, não formou uma ‘escola’, um grupo de intelectuais que partindo de sua obra avançassem suas idéias mantendo intacta a referência original – não se ouve falar de ‘simonseanos’. E este é um ponto muito curioso, em primeiro lugar, em função da quantidade de personalidades e intelectuais que integravam seu círculo de atividades, onde Simonsen contava com admiradores nas esferas empresariais, governamentais e acadêmicas. Quanto ao empresariado e suas instituições representativas, Simonsen é parte aceita e reafirmada na história de sua formação. Inúmeros são as demonstrações nesse sentido (bibliotecas, institutos, fóruns, publicações, que levam o seu nome), mas a referência ficou mais adstrita ao nome que à obra. E processo semelhante ocorreu em outras áreas de atuação. Parte dessa névoa que se formou ao redor de Simonsen pode ser explicada pela submissão das entidades industriais à estrutura tecnocrática que caracterizou a gestão econômica depois dos anos 60. Nesse caso, a ‘herança Simonsen’ destoava do tipo de liderança desejável (porque envolvia um projeto político que não coadunava com aquele que estava sendo implementado), e também destoava do intelectual desejável, que no novo modelo passa a ser o funcionário de carreira e, especialmente, o economista².

² Sola (1998), Loureiro (1997), Pereira (1998).

No entanto, as suas idéias formam a base da mais importante teoria sócio-econômica produzida no Brasil nesse período: a tese do desenvolvimentismo. Mas mesmo neste campo encontramos a mesma neblina sobre o legado de Simonsen. Mesmo Celso Furtado, expoente do desenvolvimentismo brasileiro e que herda diretamente as posições de Simonsen, não se refere ao pensamento simonseano como parte importante de sua formação, esbatendo a ligação umbilical entre as proposições de Simonsen e as formulações da corrente do desenvolvimentismo nacionalista (vínculo que é, no plano teórico, um fato). Uma maneira de entender este lapso conectivo pode residir no fato de que a obra de Roberto Simonsen situa-se em uma longa trajetória de defesa da industrialização enquanto via de modernização do país. Suas idéias, embora originais e vanguardistas, capturam um anterior e conflituoso debate da sociedade brasileira que remonta, pelo menos, à segunda metade do século 19. Este fluxo perpassa o pensamento simonseano e deságua posteriormente nas proposições da Cepal, dos desenvolvimentistas e nos grupos da tecnocracia governamental. Haveria assim um movimento maior, de formação da consciência e da ideologia industrial, anterior e posterior a Simonsen, que o contém e do qual sua produção intelectual seria um capítulo. Assim, o nexo entre momentos e autores particulares pode ficar apagado quando não examinado de perto – o que não elide a crítica a incorreção de se deixar de lado ‘o tamanho’ da contribuição de Simonsen, que sendo um momento da luta pela industrialização brasileira, foi no isolamento de um homem só, um ponto alto. Evidentemente o pensamento simonseano faz parte da história do industrialismo brasileiro³, mas o projeto ideológico que constrói contém os elementos mais destacados dos problemas que de fato serão organizados na marcha da industrialização do país nos anos 50 e 60 (porém não na direção desejada pelo autor).

Simonsen produziu um conjunto de idéias sobre o processo de industrialização brasileira, evidenciando os obstáculos e elaborando os meios de sua superação. O raio de ação abrangido pedia um novo tipo de relacionamento entre economia e Estado, entre capital nacional e internacional, e foi nas exigências de respostas, quase que de maneira natural, que suas teses se converteram em um projeto de desenvolvimento. Aqui reside a essência do problema: a visão de Simonsen configura um projeto *particular* de capitalismo industrial.

³ A posição de Simonsen no amplo movimento do industrialismo (expressando uma corrente de ações e idéias que defenderam a industrialização e seus interesses no Brasil) é singular, porque é o único caso conhecido de uma contribuição que congregue ao mesmo tempo duas dimensões fundamentais: a elaboração intelectual e a ação interveniente.

Mesmo tendo utilizado uma matriz discursiva que se enraizava no debate da industrialização, mantendo intacto um grupo de valores ligados à mentalidade da época e incorporando inúmeros pontos que expressavam os interesses mais gerais dos industriais, havia aspectos de suas formulações que se afastavam do pensamento *médio* do setor. Esta hipótese pode ser defendida ao observarmos a contradição existente entre a totalidade do discurso simonseano (seu alcance final e as rupturas que implica) e a liderança que de fato exerceu, utilizando apenas pontos desse discurso. É como se estas duas dimensões tivessem uma zona de interseção e outras fortemente isoladas. A primeira realizou-se e consagrou o homem enquanto adequava-se aos desejos e possibilidades de uma época. A segunda manteve-se parte de um projeto político não apenas inconcluso, mas muitas das vezes sequer enxergado enquanto tal.

A questão da adequação entre o pensamento simonseano enquanto uma formulação individual e aquela que, enquanto liderança, mostrava-se compatível com os interesses do setor que representava, pode ser exemplificada nas contradições encontradas em dois importantes momentos vividos por Simonsen no início dos anos 30, presentes textualmente em duas obras: *As finanças e a indústria*, de 1931⁴, e *Ordem econômica, padrão de vida e outras realidades*, de 1934. O primeiro trabalho é de lavra pessoal e o segundo foi formulado como posição da bancada paulista em relação ao capítulo dedicado à questão da ‘ordem econômica’ nos debates da Constituinte de 1933/1934. A contradição a que aludimos toca a questão do papel do Estado em sua relação com a economia (pedra de toque do debate liberalismo e intervencionismo). No texto de 1931 a tese de Simonsen é que a ação do Estado é vital e faz parte da experiência histórica bem sucedida de países avançados (citando exemplo da racionalização alemã e nitidamente influenciado por Manoilescu e, principalmente, por List). Já no texto de 1934 Simonsen recua da perspectiva da racionalização econômica, talvez em função do acordo político que submeteu os interesses dos industriais (especialmente deputados classistas paulistas) à hegemonia do velho PRP. Capiteado por um ajuste político de perfil liberal Simonsen acaba por fazer uma defesa controversa quanto a temas como a descentralização e o absentismo estatal⁵. Defende a

⁴ Conferência compilada em 1932 em *À margem da profissão*.

⁵ A representação profissional paulista (todo o setor das classes produtoras e a maioria dos representantes das classes trabalhadoras) estava fechada com a chapa única ‘*São Paulo Unido*’ na formulação e na votação dos projetos da bancada. Esta estratégia, promovida para garantir o peso das elites políticas paulistas derrotada em 1930 e 1932, ancorava-se também no sentimento da ‘missão

diminuição da interferência do governo nas questões dos direitos trabalhistas – tema caro aos interesses das classes produtoras. Mas defende igualmente a redução do tamanho do Estado na coordenação da vida pública e na esfera econômica, portanto afastando-se de maneira drástica da ‘economia nacional’, base teórica de seus dois trabalhos coetâneos. O cerne do argumento é a recusa dos ‘modismos legais’ importados de outros países, numa clara alusão aos direitos do trabalho das constituições mexicana e alemã (e agora, curiosamente, o exemplo das nações mais avançadas – em especial a mesma Alemanha de List - não conta mais), que desemboca na surpreendente crítica⁶ ao excessivo dirigismo estatal incapaz de *criar riquezas por decreto*⁷. Da formulação que desenvolve em outros textos permanece intocada a questão da baixa capacidade produtiva do país (a pobreza brasileira), como fonte de nosso atraso (e que configurava o ponto nevrálgico da teoria simonseana nos anos 30/40) e a defesa da indústria como origem do dinamismo econômico.

A distância e as contradições podem ser analisadas a partir das circunstâncias de cada período e pelo destino funcional da obra produzida. Em *As crises do Brasil* (1930) e em *As finanças e a indústria* (1931) Simonsen está analisando os impasses e os caminhos da industrialização brasileira. É, portanto, uma obra teórica e destinada a formar a opinião dos setores ligados à questão industrial. Já o posicionamento encontrado em *Ordem econômica, padrão de vida e outras realidades* (1934) reflete não apenas os interesses do setor industrial (uma vez que Simonsen ocupava uma das vagas de deputado da representação profissional), mas espelhava a posição política de São Paulo em sua mentalidade e arco de alianças, sendo expressão real do grau de força e independência do setor industrial (ou de seus intelectuais) frente ao demais segmentos da sociedade. Assim, devemos separar na produção simonseana o projeto pessoal – mais progressista e *avant la lettre* - daquele que se adequava pragmaticamente à mentalidade e possibilidades políticas no período.

Somente um acompanhamento cuidadoso, em que se intercalem os dados do discurso com as circunstâncias do período em que ocorreu sua elaboração permite diferenciar paulista’, na existência de uma situação particular ao estado e que ordenava um campo comum de interesses (na área econômica principalmente). O teor liberal apontado refere-se a unidade que caracterizou bancada dos deputados paulistas que chegou à constituinte liderada por Alcântara Machado, que afirmaria em obra publicada pouco tempo depois de findo os trabalhos da Assembléia, o peso e a influência determinante que o projeto paulista (liberal) tivera na definição do texto da Carta Magna (*A ação da bancada paulista “Por São Paulo Unido” na Assembléia Constituinte*, 1935).

⁶ Em contraste com as teses defendidas em 1930 e 1931.

⁷ Simonsen, 1934: 12.

o que seria fragilidade teórica da adequação do discurso à sua função política imediata. O exemplo de 1931 *versus* 1934 é uma das possíveis demonstrações de como a elaboração intelectual de Simonsen foi modulada como reflexo das transformações do meio que a cercava. Serve como demonstração também do complexo e controvertido processo de produção das idéias e da gestação de um intelectual orgânico. No caso do estudo sobre a elaboração do discurso (projeto) simonseano um dos desafios é tratar a problemática da origem social das idéias, uma vez que não devemos reduzir uma idéia à situação de seu contexto de formação e nem a sua forma final e acabada. Entre os dois pontos estão os elementos do pensamento vivido (a reflexão de cada sujeito cognoscente sobre a realidade, numa relação de multideterminação) e os próprios percalços surgidos no processo de construção racional das idéias. Sem esse cuidado a ‘tentação’ sociológica poderia levar-nos a buscar na inserção social dos atores a seiva original que germinaria a idéia, desprezando uma certa ‘autonomia’ do pensamento; ou, de outro ângulo, a ‘tentação’ filosófica que, ao contrário poderia nos conduzir a observar o resultado, a idéia ou a obra independentemente das condições materiais e sociais que a cercam:

Como determinar o significado social de uma idéia? Sistemáticamente ou insidiosamente, a resposta mais freqüente vem envolvida naquilo a que chamarei a *tentação sociológica*: reduzir a idéia àquilo que não é ela em si mesma, seja à sua origem ou ao seu destino. Dois métodos opostos, que conduzem à resultados contraditórios, mas, no fundo, o mesmo erro. A primeira abordagem, a mais freqüente e menos reflectida, consiste em perguntar qual é a origem social dos autores, portadores ou inventores de idéias. Pode-se considerá-la como um caso particular do método biográfico, que tantos estragos fez na história literária. *Tal árvore, tal fruto* (...) Mas será mais fácil conhecer a árvore do que o fruto?⁸

Para manter intacta a vitalidade das idéias vigentes em uma sociedade ou grupo social a interface entre os dois extremos é uma estratégia metodológica interessante. Analisar a árvore e o fruto, procurando o nexos, o caminho, em que o ambiente social originário informa e é informado pelas idéias produzidas, e em que o pensamento e a obra de um autor é, também por sua vez, informado e capaz de informar a realidade⁹.

A vantagem do recurso apontado permite capturar muito mais que o texto final de um autor – apreendendo o processo - e é nesta perspectiva que este trabalho está orientado na proposta de analisar a produção simonseana a partir de sua transformação interna. Ao invés

⁸ Ehrard, 1974: 219.

⁹ O termo ‘informar’ é utilizado no sentido de ‘dar forma’ de ordenar uma certa matéria ou realidade.

de recortá-la tematicamente, observando focos ou momentos, a intenção é observá-la no seu conjunto, respeitando as conexões com o intervalo histórico em que é gerada, investigando seu movimento endógeno de formulação. De maneira subjacente preexiste como hipótese de trabalho a tese de que nas elaborações conceituais realizadas por Simonsen pode-se reconhecer também a construção de um projeto ideológico diferenciado, matriz da tese do desenvolvimentismo nacionalista, propugnando uma via de desenvolvimento consolidada a partir de uma burguesia nacional autônoma e de um modelo pautado pelo mercado interno, em oposição ao modelo dependente de mercados e capitais internacionais - neste segundo caso, tanto a dependência do modelo mercantil-exportador (principalmente dependência de demanda) como a forma de dependência das economias industriais subdesenvolvidas dos países centrais (de capitais, tecnologia e também demanda)¹⁰.

Aprofundando ainda mais essa hipótese de investigação a proposta é analisarmos como a questão hegemonia industrial foi percebida e elaborada na argumentação de Simonsen. A batalha das idéias que perpassa e é capturada nas malhas da argumentação simonseana canalizou duas disputas: a primeira delas na contraposição dos interesses da fração industrial da burguesia aos interesses do setor mercantil-exportador; a segunda enquanto um fracionamento ainda maior projetando a formulação de viés nacionalista.

O embate progressivo de Simonsen ao longo de quatro décadas na defesa da industrialização iria forçar o seu amadurecimento conceitual decorrendo no fortalecimento de uma consciência de classe. Foi no movimento de dar respostas teóricas e práticas aos problemas que se sucediam que a identidade burguesa (ponto inicial de suas teses) vai sendo refeita, redimensionada, re-qualificada e paulatinamente ainda mais fragmentada. Assim, em quarenta anos de trabalho encontramos no pensamento simonseano uma progressiva diferenciação ideológica: conscientização enquanto classe (interesses burgueses), consciência de fração de classe (interesses industriais) e amadurecimento de uma alternativa ideológica particular de desenvolvimento (modelo nacionalista), e uma mudança de posicionamento teórico no campo do pensamento econômico em função dos limites que a teoria liberal (ponto de partida da formação intelectual de Simonsen) demonstrava para assegurar a defesa e implantação de um projeto industrial no país. A inadequação dos postulados liberais às

¹⁰ O fato da questão da dependência não ter sido resolvida coloca em evidência o caráter ideológico que separa a vaga defesa da industrialização com a defesa de uma industrialização coordenada por um projeto nacionalista.

perspectivas do desafio da industrialização tal qual percebido por Simonsen (no cenário das economias atrasadas), levaram-no a aproximação com a teoria do sistema de *economia nacional* de List e ao método do planejamento da economia, com forte presença estatal (origem da economia política moderna). Do ponto de partida teórico até a chegada nos anos 40, Simonsen percorreria um caminho de mudanças intelectuais para manter intacto o ideal que perseguia – a idéia de progresso nacional.

Todos estes temas podem ser vislumbrados no ritmo, temas e estratégias que vão sendo tecidos ao longo do conjunto da produção intelectual de Roberto Simonsen. E ao estudá-los acabamos por desvendar um pouco a forma como ocorreu a via da Revolução Burguesa no Brasil¹¹, particularmente no ponto crítico da industrialização. Implica também em nos debruçarmos sobre o estudo das situações-chave na história econômica brasileira entre os anos 30 e 50 e do papel que nela desempenharam suas elites dirigentes.

O pano de fundo para entendermos a força e a proeminência da obra de Simonsen passa pelo desafio da industrialização e da construção da ideologia burguesa industrial em uma economia tardia. Assim, neste trabalho a obra simonseana é tomada como momento de expressão e elaboração da consciência e do projeto da burguesia industrial, pertinente ao momento histórico vivido (portanto, diante de um quadro de possibilidades e limites dados pela realidade). Nela encontramos a ruptura com os interesses das oligarquias do café (fase 20/30), a importância da intervenção do Estado na vida econômica (posterior a década de 30), o afastamento do ideário político liberal e econômico, o projeto nacionalista.

Uma dinâmica interna

O método de análise proposto neste trabalho parte do pressuposto inicial de que a ideologia do nacionalismo industrialista (uma forma de desenvolvimento nacional-burguesa)

¹¹ Mais à frente neste trabalho a idéia de Revolução Burguesa será tratada com maior profundidade. De maneira geral este conceito é aqui utilizado como ponto de inflexão na construção das regras e instituições econômicas, sociais e políticas compatíveis com o capitalismo: economia de mercado, trabalho livre e assalariado, perfil urbano-industrial, individualismo político e econômico e destruição de laços sociais de servidão ou de privilégios, democracia liberal (que variaram conforme a situação histórica de cada país, incluindo ainda a sua não realização, ou seja, a situação em que a construção desse novo cenário ficou inconclusa e inacabada).

que caracteriza o pensamento simonseano vai sendo tecida ao mesmo tempo em que a consciência do segmento industrial vai ganhando autonomia em relação ao setor agrário-exportador. E como este processo também só ocorre em função do fortalecimento das atividades industriais, estaria absorvido nas reflexões de Simonsen os dados do movimento histórico processados e reelaborados conceitualmente como problemas do desenvolvimento industrial. Por conta dessa simultaneidade os textos de Simonsen me parecem exemplares privilegiados para investigar a formação da ideologia industrial no Brasil. Correspondendo a um processo, a elaboração conceitual e discursiva de Roberto Simonsen acompanharia fases nas quais os fatos da realidade e a intervenção de Simonsen na vida prática (empresa, Estado, sindicato patronal) vão formando o material básico de onde emergirá uma síntese teórica. A contribuição e a lógica do pensamento simonseano é mais facilmente compreendida sob a batuta cronológica de sua gestação, perpassando os momentos de ruptura e afirmação de valores. A escolha de textos teóricos como base da análise e a combinação com um quadro histórico não significa e não pretende significar que um (textos) ou outro (conjuntura) sejam dados reais e absolutos. Cruzar estas duas perspectivas tem como objetivo entender como um momento da história é percebido e elaborado em um discurso que pretende representá-la. Nesse processo o discurso de Roberto Simonsen é tomado como uma perspectiva singular, e dada relevância de sua produção teórica torna-se interessante observar qual foi a representação criada e o receituário elaborado.

Este trabalho está organizado a partir da identificação das fases do pensamento de Roberto Simonsen analisado a partir de sua produção escrita cruzado com os grandes temas que aparecem desenvolvidos em seus trabalhos. Assim o material está dividido em duas partes, *O homem e a obra* e *A batalha das idéias*, trabalhando em primeiro lugar, uma visão geral (cronológica e textual) em conexão com o ritmo e os problemas de seu tempo, e em segundo lugar, a construção de seu projeto de capitalismo. A primeira parte está subdividida em dois capítulos iniciais onde é traçada a biografia do autor, a cronologia de suas obras e o contexto histórico de sua produção intelectual (capítulos I e II). Optou-se aqui, deliberadamente, por apresentar de maneira extensiva e mais completa possível as ações e as obras de Simonsen, com o primeiro objetivo de reafirmar a partir delas a importância do autor para o pensamento social em gestação no período. Um segundo objetivo foi garantir a realização do método de abordagem em que autor, pensamento e conjuntura devem ser vistos

entrelaçados, síntese que estabelece e sustenta a própria obra simonseana e sua dinâmica interna.

Na segunda parte, a escolha do nome *A batalha das idéias* nasceu do objetivo de trabalhar com a temática da construção do projeto simonseano de modelo nacionalista, pautado na supremacia e hegemonia do setor industrial e de sua estratégia de utilização do planejamento e intervenção estatal como mecanismo de proteção à economia nacional. No mesmo ritmo da análise levada a cabo na primeira parte, a cronologia tem aqui papel de destaque, já que as formulações de Simonsen vão surgindo em um *crescendum*, como desafios e obstáculos às tarefas da transição industrial, tal qual foram sendo colocadas pela realidade e respondidas pela teoria. Nesta segunda parte são analisados as fases do pensamento simonseano e os temas básicos tratados em cada uma delas. Partindo da hipótese central deste trabalho, da relação entre os objetivos perseguidos por Simonsen (dar respostas às tarefas da industrialização do país – fulcro do desenvolvimento capitalista no período) e a elaboração intelectual de uma visão organizada que se alimenta dos dados da realidade, mas a supera em direção a um projeto político, a produção simonseana pode ser dividida em três fases organizadas segundo o grau de maturidade e autonomia do pensamento: a fase da aliança indústria – café, a fase da ruptura e a fase mais avançada do nacionalismo econômico. A proposta inicial era usar cada uma dessas fases em um capítulo, permitindo uma análise mais minuciosa de cada momento. A execução do trabalho mostrou um impedimento: com exceção da fase, bem delineada e com poucos trabalhos a fundamentá-la, o recurso funcionou. Nas demais fases há uma imbricação de argumentos, derivados do brusco salto que Simonsen dá ao romper com o modelo agro-exportador, em fica difícil separar textos e fases (que em alguns momentos eles se sobrepõem ou estão em maior conformidade com o tema ou tratamento dado mais adiante). Assim, o recurso cronológico foi mantido com ressalvas. A saída foi trabalhar com os argumentos mais ajustados a cada fase em questão – na segunda fase a recusa da vocação agrária e a ênfase no industrialismo (mais que indústria, o ambiente geral de uma economia de base industrial), e a terceira retoma o problema da pobreza (versão pioneira do conceito de subdesenvolvimento) para o rompimento com o liberalismo econômico e as regras do comércio internacional (a virada para ‘dentro’ da economia).

No terceiro capítulo, denominado *A construção do pensamento simonseano – A racionalidade e o mundo do trabalho*, são examinadas as questões relativas à organização da

produção e das formas de trabalho a ela inerente, sob o prisma da racionalidade e produtividade capitalista. Embora o título possa sugerir apenas o problema da disciplina e qualificação do trabalhador no ambiente fabril, a abordagem é muito mais ampla. Sob o desafio da racionalização produtiva escondem-se a organização dos setores de produção e sua inter-relação, o papel da técnica, o ethos do trabalho e do mundo dos negócios, a disciplina do trabalho e a perspectiva da economia científica.

No quarto capítulo são analisadas a visão geral do capitalismo e a sua acepção de industrialismo, com destaque para a influência da análise simonseana na reversão do imaginário social francamente favorável aos esforços de preservação da vocação agrícola, percebida como a forma mais apropriada de formação da riqueza brasileira. Simonsen apresentará um novo viés para as políticas de valorização do café, e mesmo defendendo-as abrirá flanco para a rediscussão do ‘artificialismo econômico’ e para a proposta do progresso pautado no crescimento industrial. Nesse capítulo o tema do ethos é tratado em uma dimensão mais ampla, não apenas associado ao trabalho, mas agora à indústria. O ponto fundamental que emerge nesse momento de análise é o do esgotamento das forças progressistas do modelo mercantil-exportador diante do avassalador argumento simonseano da ‘pobreza’. A influência de List é decisiva neste ponto do pensamento simonseano. São tomados como textos paradigmáticos, *Orientação industrial brasileira* (1928), *As crises no Brasil* (1930), *As finanças e a indústria* (1931), *A margem da profissão* (1932), *Rumo à verdade* (1933), *Evolução industrial do Brasil* (1939), *Níveis de vida e a economia nacional* (1940) e *Ensaio Sociais, políticos e econômicos* (1943).

No quinto e último capítulo, o tema da pobreza e a crítica de Simonsen as desigualdades impostas pela divisão internacional do trabalho vão ser utilizadas como sustentáculos a adoção de medidas extremas para o desenvolvimento nacional – o planejamento sob a coordenação do Estado. São tomados como obras fundamentais desse período e projeto: *Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras* (1934), *A indústria em face da economia nacional* (1937) – dois dos recuos de tempo anteriormente citados; *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra – geografia e política industrial* (1943), *Planificação da economia brasileira – parecer apresentado ao CNPIC* (1944), *O planejamento da economia brasileira – réplica ao Sr. Eugênio Gudin* (1945), *La doctrina Simonsen de un derecho internacional social* (1948), e

os quatro textos sobre o Plano Marshall - *Sugestões para uma política econômica pan-americana* (1947), *O Plano Marshall e suas prováveis repercussões na América Latina* (1947), *A situação econômica da América Latina e suas possibilidades em face ao Plano Marshall* (1947), *O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais* (1949).

A ênfase deste capítulo está na análise do ‘subdesenvolvimento’ na concepção simonseana (com a denominação de países sub-capitalizados) especialmente na tese da pobreza brasileira, na incapacidade de superar este processo pela via do mercado diante da espoliação sofrida pelos países primário-exportadores nas trocas internacionais (desiguais). Um ponto destacado neste capítulo é o confronto entre duas teorias sobre a economia brasileira – o modelo liberal e o modelo de Simonsen – ampliados para além do debate do planejamento, expressando uma peleja que vinha fermentando no debate intelectual do período há mais de uma década. O tema Plano Marshall é a pedra de toque da consciência simonseana sobre o papel destinado às economias subdesenvolvidas no esquema da divisão internacional do trabalho – agora sem escamoteações, pois era um acordo internacional público entre as nações mais desenvolvidas, visível e consciente que condenava os países atrasados ao subdesenvolvimento. Neste momento cresce a consciência da pobreza econômica e de seus nexos com a economia mundial, além da similitude histórica que unia os países latino-americanos. É reforçada neste ponto do trabalho a identificação entre os argumentos desenvolvidos por Roberto Simonsen e as teses que permeariam do debate nos anos 50 (elo com o desenvolvimentismo).

Três observações sobre o uso de citações das obras de Roberto Simonsen. A primeira é que foi mantida a grafia original dos documentos utilizados, sem adaptar as palavras para a forma atual, assim encontraremos verbetes como *machina*, *techina*, *capitaes*, *factores*, etc. A manutenção da linguagem arcaica é expressão de prudência, pois há termos praticamente idênticos à grafia hoje utilizada, mas em alguns casos a atualização poderia alterar a conotação que o autor estava empregando.

A segunda observação refere-se ao problema de existir mais de uma publicação para um mesmo ano. Como recurso foi adotado o critério alfabético ao lado das obras - há assim textos de 1945 (A) ou 1945 (B).

A terceira observação: como alguns trabalhos são compilações, envolvendo textos diferentes, nesses casos, e somente nestes, adotei como tática colocar a referência da seguinte forma: Simonsen, *Missão à Inglaterra* (1919), 1932: 45. Ou seja, o texto de 1932 é muito amplo (especialmente em tempo – reúne trabalhos de 1919 até 1932), e congrega trabalhos de teor muito distintos. Neste caso optamos por ressaltar qual é a obra em questão e o ano de publicação, mantendo também a referência ao texto onde ela aparece compilada.

PARTE I
O HOMEM E A OBRA

CAPÍTULO I

O LEGADO DE ROBERTO SIMONSEN

Há uma curiosidade ou coincidência entre as datas de nascimento e morte de Roberto Cochrane Simonsen. Simonsen nasceu em 1889, junto com a República e no mesmo ano do falecimento de Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, um dos mais importantes defensores e precursores do industrialismo brasileiro no século 19. Morre em 1948, ano em que foi implementado o Plano Marshall, criada a Cepal¹², e adotado o primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico do governo brasileiro – o Plano SALTE¹³.

Sob o aspecto da conjuntura histórica Simonsen viveu uma enorme massa de transformações, rápidas e drásticas por que passaram a economia e a sociedade brasileira entre o nascimento da República e a virada dos anos 50. Em 59 anos de vida, Simonsen *viveu dois mundos diferentes* e assistiu, de dentro da coxia, a sua transformação.

1.1. O pensamento de Roberto Simonsen e o surgimento da ideologia industrial

Simonsen nasce em uma sociedade herdeira ainda de renitentes valores coloniais onde os principais traços da cultura e da mentalidade do período estreitavam-se com os pilares da escravidão, com a predominância dos regionalismos e com os laços de dominação tradicional¹⁴. Resolvida apenas um ano antes do nascimento de Simonsen a contradições senhor/escravo permaneceria ainda por largo tempo influenciando a mentalidade e o comportamento da sociedade brasileira. A estrutura escravocrata produzira uma sociedade

¹² Criada em 1947 pela ONU, como um grupo de estudo o desenvolvimento da América Latina, este organismo embrionário transforma-se em 1948 na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). A Cepal torna-se porta-voz de uma nova visão do desenvolvimento capitalista e do papel das economias subdesenvolvidas e de passado colonial com a publicação do relatório redigido por Raul Prebisch, posteriormente batizado de *Manifesto dos Periféricos*, publicado no ano seguinte à morte de Simonsen.

¹³ Independentemente de sua real consecução ou não, este é um marco na história do planejamento brasileiro, pelo qual tanto lutou Simonsen, e formulado num governo de nítida feição liberal.

¹⁴ O conceito de tradicionalismo é usado recorrentemente no estudo da sociedade brasileira como o conjunto de características do colonialismo onde imperavam as relações de dominação estruturadas a partir da figura do senhor de engenho e posteriormente dos fazendeiros do café, apoiados na baixa diferenciação entre espaço privado (casa senhorial) e as demais esferas da sociedade. O correspondente sócio-político desse fenômeno é o clientelismo e o apadrinhamento. No entanto, cumpre destacar que o tradicionalismo na cultura brasileira ocorre em franca coligação com os interesses modernos do comércio e do capital, ele está associado com a própria ordem capitalista nas estruturas periféricas e não com a sociedade servil e de economia natural.

fortemente polarizada, ao mesmo tempo em que depreciava o papel do trabalho em função da valorização da riqueza fundiária¹⁵. A produção extensiva (com o acirramento da importância da escravidão como base da acumulação e a manutenção da terra como meio de produção) assinalava tanto a depreciação das atividades industriais¹⁶ quanto da ética do trabalho e dos valores do *self made man*¹⁷.

No aspecto intelectual, vingava uma cultura bacharelesca que valorizava um conhecimento muitas vezes desligado da realidade nacional (alicerçado em valores e demandas mais consoantes à Europa), sem compromissos com os desafios da construção da nação brasileira. Em discurso proferido em 1920, Simonsen reconhecia esta tendência da ciência nacional, em seu descolamento do real:

Há incontestavelmente em nosso meio, mais que alhures, a aristocracia da palavra, o mandonismo literário. Moços existem que tomaram como profissão a crítica da demolição. Com amontoados de livros philosophicos á esquerda, cuja leitura quasi sempre lhes foi indigesta; tendo á direita o metro grammatical, atiram-se, desabridamente, sobre os incautos que se atrevem a falar sem sua audiência.¹⁸

As elites culturais preocupavam-se mais com o preenchimento das vagas das funções da administração pública, negociadas como moeda e extensivas do controle político das oligarquias fundiárias. O aparelho público era a destinação certa para os protegidos e a parentela mais empobrecida dessas elites. Segundo Graham:

O serviço público burocrático era um ‘asilo’ dos descendentes das antigas famílias ricas e fidalgas, que desbarataram fortunas. Se um homem não pertencesse a uma condição social elevada, então somente as amizades com pessoas de projeção o fariam progredir.¹⁹

Explica esta destinação quase natural para as camadas sociais intermediárias (os não-escravos e os não-fazendeiros) a ausência de postos de ocupação, ou de outras atividades econômicas, em que os filhos dos homens livres pudessem se encaixar. Mesmo quando letrados, mas sem a posse de engenho ou de fazendas, poucas chances a sociedade lhes reservava. O último reduto era a aliança (portanto a penetração) no grupo social dos proprietários. Quando

¹⁵ Sobre esta questão, ver, a aguda análise de Salles (1986); Franco (1983), e Fernandes (1987).

¹⁶ Luz, op. cit.

¹⁷ Salles (1986), Cunha (2000).

¹⁸ Simonsen, *A Função dos Homens de Negócios* (1920) 1932: 114.

¹⁹ Graham, 1973: 25.

não logravam por meio de um casamento rico vincular-se às famílias proprietárias que os levavam à política, aos cargos de administração pública, à direção do país, haviam de resignar-se às carreiras obscuras de advogado da roça nas cidades do interior, magistrado mal remunerado, funcionário público enfim. O bacharelismo foi o primeiro capítulo da burocracia. Dele é que nasceu essa irresistível inclinação para o emprego público.²⁰

A dinâmica da economia e da sociedade brasileira, determinadas pela cultura latifundiária e tratadas pelo braço escravo, extremavam e limitavam as ocupações e profissões na falta de outras estruturas sociais que não as fazendas e os engenhos na sua rígida estrutura ocupacional. Antes da vinda da família real, até mesmo a possibilidade de absorção dessas camadas intermediárias era diminuta, uma vez que a estrutura dos serviços públicos, a demanda de profissionais autônomos ou liberais e o espaço do comércio e atividades ligadas ao mundo urbano eram praticamente inexistentes²¹. Dessa forma, o aparelho de Estado era utilizado como um desdobramento do poder privado dos grandes senhores de terras. Para Simonsen, o cenário da sociedade brasileira entre o final do século 18 e início do século 19, presente em seu estudo sobre a história econômica até a independência, era exatamente o da patronagem dos senhores de terra. A lógica para este período deve-se ao exclusivismo fundiário e à inexistência de outras formas de inserção social que não a agricultura, criando toda uma prática que entronizava, cada vez mais, a dependência dos indivíduos aos proprietários de terras e fundamentava uma mentalidade ruralista:

Observa Alcântara Machado, de acordo, aliás, com Oliveira Viana, que é, porém, a propriedade rural que classifica ou desclassifica o homem; sem ela não há poder definido, autoridade real, prestígio estável. Fora das grandes famílias arraigadas ao chão, o que se encontra é a classe de funcionários, é uma rédua de aventureiros, é a arraia miúda dos mestiços, é o rebanho dos escravos. Em tal ambiente, a figura central que domina realmente, pela força irreprimível das coisas, é a do senhor de engenho, do fazendeiro, do dono da terra. Conforme observação de Oliveira Viana, os que não possuem sesmarias ou não conseguem assegurar terras se acham deslocados na própria sociedade em que vivem.²²

A posse da terra (e dos meios de produção determinantes em uma economia agrário-exportadora) permitia negociar influência política, criando a clientela e o apadrinhamento, ao mesmo tempo em que reforçava o controle sobre as decisões ou procedimentos que perpassassem a esfera da administração pública²³. Mesmo imaginando-se

²⁰ Gilberto Amado In Cardoso, 1981: 56.

²¹ Schwartzman, 1997, e Miceli (2001).

²² Simonsen, 1977: 221.

²³ Outro estudo interessante sobre a utilização dos cargos públicos para acomodação dos estratos intermediários e da parentela dos setores dominantes encontra-se em *Intelectuais e classe dirigente no*

um grau de fragilidade pelo distanciamento espacial entre as fazendas interioranas (localizadas no *hinterland*) e a burocracia cidadina (em geral dispostas na orla litorânea – já que nosso modelo de desenvolvimento urbano no período da colônia era litorâneo)²⁴, como aponta Viotti da Costa (1994), a oligarquia agrária conseguiria manter até o final da monarquia e início da República um controle férreo sobre as cidades, configurando a extensão das fronteiras das casas senhoriais em direção ao espaço urbano.

As cidades eram freqüentemente palco de lutas de famílias. As relações pessoais de parentesco, clientela e patronagem, e as formas autoritárias de poder, geradas pelo regime de propriedade, com a conseqüente desmoralização das práticas do *self government* e marginalização da maioria da população livre do processo político, reforçam o poder do grande proprietário rural. (...) As áreas urbanas funcionarão assim, freqüentemente, como extensão do domínio do grande proprietário rural.²⁵

A situação somente mudaria diante das transformações que, para Simonsen, foram abertas na data marcante de 1808. Para ele, a vinda da corte portuguesa alterou o ambiente nacional. Sob o impulso da retirada dos interditos à indústria e com a introdução de organismos estatais e burocráticos mais estruturados, remodelaram-se as feições da economia, da urbanidade e da cultura. A cada passo da rápida transformação, que a suspensão da anterior proibição às artes manufatureiras permitira, sobrepõe-se o aparecimento súbito de uma massa de consumidores e de novas formas de consumo. A camada nobiliárquica da corte se sobrepunha ao anterior estamento fundiário, incitando a um novo modo de vida e a um outro tipo de consumo. Como resposta ao aumento das demandas de mercadorias de consumo mais elaboradas, mesmo através da importação, houve, forçosamente, um alargamento da produção, comercialização, transporte, e outras estruturas de apoio, dinamizando o conjunto da economia. Ademais, a demanda por bens urbanos em maior escala, a implementação dos serviços burocráticos e o surgimento, inédito no país, de atividades ligadas à informação,

Brasil (1920 – 1945), de Sérgio Miceli, onde é destacado que além dos cargos do funcionalismo público esta parcela ocupava-se também da produção intelectual e artística do período: “a maioria dos intelectuais desse período pertencia a famílias de ‘parentes pobres’ da oligarquia” (Miceli, op. cit.).

²⁴ O desenho da ocupação geográfica brasileira na etapa colonial e depois a fixação das cidades estavam fortemente vinculados às necessidades da economia de exportação. Como o destino de nossos produtos era a Europa e depois os Estados Unidos, as saídas do litoral eram o caminho estratégico. Alia-se a este ponto a questão de estarmos voltados para o controle da metrópole e o fato dos obstáculos geográficos e naturais que dificultaram a ocupação das faixas interioranas no período inicial da colonização (ver Prado Jr., 1969, e Furtado, 1995).

²⁵ Costa, 1994: 198. Prossegue a autora, descrevendo que um dos meios de controle sobre o espaço das cidades era decorrente do *critério firmado pela legislação colonial para escolha dos que podiam participar dos conselhos municipais* (‘homens bons’), excluindo trabalhadores manuais e os que não fizessem prova de limpeza de sangue, portanto todos os mestiços, negros e judeus, op. cit.

cultura e educação estimulariam a diversificação dos serviços, profissões e profissionais. O resultado era a lenta e ininterrupta cadeia de transformações que se aceleraria a cada passo da emancipação política e posterior desenvolvimento econômico, mesmo que obstada por problemas gerados pela política comercial adotada²⁶. Para Simonsen, nesse período, há um confronto entre a liberação da indústria e as demais decisões tomadas pela Coroa. Apesar da vontade D. João, que adotou:

uma série de medidas econômicas, entre as quais a isenção de impostos para as matérias primas destinadas às indústrias, quis ainda desenvolvê-las. O tratado de comércio com a Inglaterra, que foi compelido a fazer, estabelecendo os reduzidos direitos de 15% sobre as mercadorias inglesas, e outras medidas de controle, impediu, porém, praticamente, a evolução de qualquer atividade industrial, de que houvesse congênera na Grã-Bretanha.²⁷

Lenta, essa transformação modelaria uma economia na primeira era republicana pautada pela agricultura de exportação como eixo da vida produtiva. Mantinha-se assim um Brasil ainda de feições rurais e latifundiárias, estruturado na economia agro-exportadora do café, defendendo uma forma cultural apropriada à manutenção e preservação do *status quo* vigente:

As elites no poder, beneficiando-se da produção agrícola, procuraram manter intacta a estrutura tradicional de produção, revelando-se pouco simpáticas às empresas industriais. Dessa forma, as condições que haviam inibido o desenvolvimento urbano no período colonial continuariam a atuar durante a primeira metade do século XIX.²⁸

Na dimensão política, a República que surge quase ao mesmo tempo do nascimento de Simonsen carregava inúmeros traços da sociedade colonial, porém agora orbitando à roda de uma transição fundamental. Permanecia o predomínio das forças ligadas à agricultura (interesses que haviam sido largamente protegidos e privilegiados durante o império), porém articuladas e submetidas ao arranjo institucional monárquico. O que a

²⁶ Em *Evolução industrial do Brasil*, Simonsen analisa *pari passu* a celeridade do número e das atividades industriais, e acentua como ponto de largada a década de 1850.

²⁷ Simonsen, 1939: 22. Para o autor, embora ocorressem ganhos importantes com o traslado da família real, os acordos com a Inglaterra (que exprimiam o grau de sujeição política de Portugal aos interesses de monopólio de mercado ingleses) impediriam o desenvolvimento real (já que anteriormente os impedimentos eram legais) da manufatura no país.

²⁸ Costa, 1994: 200. O confronto entre as estratégias de manutenção de poder ligadas aos interesses agrários (e seus corolários culturais) e a ascensão de um novo modelo social (econômico e cultural) ligado ao setor industrial como um movimento de contenção do processo de modernização aparece descrito em Florestan Fernandes (1987) - com a tese de assimilação entre os dois universos -, e por Celso Furtado (1962) e (1964) - que desenvolve a tese do conflito entre setor atrasado *versus* setor moderno.

proclamação da República permite é a transferência desse poder para as oligarquias estaduais e regionais, em sua maioria formada pelas elites agrícolas. A diferença está na lógica de um Estado regido agora pelos princípios da legalidade, do contratualismo e da soberania popular (independentemente da distância que o discurso ou as práticas tinham da realidade).

Em todo esse período que se inaugura com o primeiro surto industrial, em consequência da guerra de 1914/1918, o que compunha e dominava quase exclusivamente as elites políticas, era a minoria portadora da cultura tradicional e proveniente das classes conservadoras, em cujo seio ainda avultavam, com o todo o peso de seu prestígio econômico e social, os fazendeiros de café, no Sul, e, ao Norte, os senhores de engenho.²⁹

Na aurora do movimento republicano, a questão das elites agrárias apareceria como parte importante das forças políticas que contestaram e derrubaram a monarquia. Holanda (1983) coloca os grupos paulistas e mineiros, em primeiro lugar, como os mais favoráveis ao ideário republicano-liberal em função da dificuldade que estas regiões, mais dinâmicas economicamente, encontravam para ocuparem posições políticas de destaque, geralmente ocupadas pela política tradicional vinculada às regiões de economia decadente, mas de maior prestígio (ou habilidade) política. No segundo grupo, o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, em que pesavam outros aspectos econômicos, parte do impulso vinha da corrente positivista, da organização militar e do âmbito da discussão política.

De qualquer maneira, a descentralização, resultado do federalismo que vingou rapidamente como espírito fundamental da Primeira República, por oposição, ao anterior e férreo centralismo, permitiu que as elites regionais entronizassem no poder local (que se converteu, de fato, na forma concreta do poder político) e disputassem o espaço do poder federal a partir da supremacia econômica dos estados mais desenvolvidos. Fausto assinala que o republicanismo paulista, formulado pelo PRP, era conservador em sua base e propósitos - uma vez que o movimento, no geral, tinha como base social as cidades e era constituído *principalmente de profissionais liberais e jornalistas*, enquanto os republicanos no Rio de Janeiro associavam ao ideal da República além da *maior representação política dos cidadãos, aos direitos e garantias individuais, a federação, ao fim do regime escravista*³⁰. Quanto ao caráter político conservador, este emanava da própria condição econômica da maioria da elite paulista, formada de proprietários de terras e cafeicultores, o que fazia com que se afastassem

²⁹ Azevedo, 1962: 233.

³⁰ Fausto, 2003: 228.

prudentemente da questão da escravidão. Já o desejo de autonomia política coincidia com o debate sobre a soberania popular (em contraste com o despotismo do poder imperial), mas referia-se à autonomia federativa – o poder para um elevado grau de autodeterminação para as províncias. Na crise dos primeiros anos da República este problema torna-se de fundamental importância³¹ e pressuposto para a futura engenharia federativa na qual o peso dos interesses agrários é destacado:

Duas forças, de características muito diversas, devem ser ressaltadas em primeiro lugar: o Exército e um setor expressivo da burguesia cafeeira de São Paulo, organizado politicamente no PRP. O episódio de 15 de novembro resultou da iniciativa quase exclusiva do Exército, que deu um pequeno, mas decisivo empurrão para apressar a queda da Monarquia. Por outro lado, a burguesia cafeeira permitiria à República contar com uma base social estável, que nem o Exército, nem a população urbana do Rio de Janeiro podiam, por si mesmos, proporcionar.³²

Assim, no plano político interno, a Primeira República demonstraria a força das elites regionais, o que significou, para o caso dos estados de São Paulo e Minas Gerais, a famosa política do café-com-leite que predomina no pacto federativo que caracterizou a República Velha. De novo o axioma da vocação agrária como base do poder das elites regionais em combinação com um discurso liberal que, de conteúdo, só possuía uma vaga noção de liberdade no plano da federação, mas alicerçado na centralização aguda do poder nos estados (através de partidos fortemente hierarquizados, controle do aparato estatal e controle dos processos decisórios)³³.

³¹ O debate sobre centralização e descentralização da federação gerou algumas posições extremistas – o separatismo - e que permaneceu na sombra deste arranjo político, segundo autores como Costa (1994), Holanda (1983) e Adduci (2000), suspenso como uma espada, como uma força latente. Em alguns episódios, como na construção da Aliança Liberal em 1929 e na Revolução de 32, o vulto deste problema tornava-se claro e elemento decisivo.

³² Fausto, 2003: 235.

³³ No estudo das características políticas da República Velha são renitentes as críticas feitas ao pseudo-liberalismo do período (a distância entre as instituições legais e as práticas reais, como tão bem salientou Oliveira Viana em *Instituições Políticas do Brasil*). A existência de práticas eleitorais como *cabresto*, *bico de pena* e *degola*, que permitiam a redução concreta na alternância do poder e, portanto, inviabilizando a representação e os canais de expressão política democrática, já são apontadas por vários autores da época como responsáveis pelas crises que abatem o país nas décadas de 1920 e 1930 (as convulsões sociais, o movimento tenentista e a Revolução de 1930). Sobre os limites das práticas liberais brasileiras ver Leal (1975) e Santos (1978); sobre a transformação do espaço partidário em arena exclusiva para canalizar, filtrar e ordenar as demandas políticas do período ver Kugelmas (1987).

Quando Simonsen morre, de forma trágica em meio a um dos vários discursos que proferiu na vida³⁴, já se vislumbrava uma outra dinâmica em marcha no Brasil. Parte do país (em especial a região sudeste) vivia um surto de industrialização e urbanização. Outras regiões também cresciam economicamente vinculadas a novas culturas e a produção para o mercado interno. Politicamente o país passava pela terceira fase da República e orientava-se por uma quarta Constituição (de moldes abertamente liberais), com um Estado organizado em um poder central e com um quadro muito distante do poderoso regionalismo político que marcara a sociedade brasileira até a Revolução de 1930. Na estrutura social, a novidade da primeira metade do século foi o advento das novas classes sociais e dos conflitos modernos de uma economia fundada nas relações assalariadas. O impacto das tensões entre capital e trabalho não permitia mais a resolução localizada e personalista dos conflitos. Tornara-se necessário agora o estabelecimento de controles institucionais, separando a dimensão privada e a regulação pública – o que reforçava a centralização e o poder estatal. A construção de uma novel forma de controle social pautavam-se pela legislação (ao contrário do anterior poderio dos senhores rurais), pela cooptação e participação controlada nos espaços políticos, e pela eficácia de um novo discurso hegemônico. Com a expansão e modernização da estrutura educacional (embora ainda fortemente elitista), Simonsen viu brotarem profissões, escolas, correntes de pensamento e a imperativa influência da tecnologia no perfil e nas exigências de qualificação da massa trabalhadora (em especial aquela ligada às necessidades do segmento industrial).

Na esfera internacional, duas guerras haviam deitado por terra a *pax britânica* e seu poderoso Império Colonial elegendo dois novos pólos hegemônicos (EUA e URSS) e inaugurando a bipolaridade da Guerra Fria. A economia mundial parecia entrelaçar-se numa rede de cooperação pós-45 com o Plano Marshall (que Simonsen viria a assinalar, com veemência, que reservava sua proteção apenas para a Europa em detrimento dos interesses latino-americanos). Organismos mundiais e regras novas emergiram como efeito do tratado de Breton Woods e da criação do Fundo Monetário Internacional. A discussão teórica e política sobre os efeitos desastrosos da pobreza e do subdesenvolvimento, a crítica ao imperialismo e

³⁴ Roberto Simonsen faleceu em 25 de maio de 1948, durante a cerimônia de boas vindas ao ex-primeiro ministro belga Paul Van Zeeland, promovida pela Academia Brasileira de Letras, da qual era membro. Em 1958 o Governo Federal (Decreto no 43.769/58) oficializou esta data como “Dia da Indústria” (anteriormente o “Dia da Indústria” era comemorado na data de nascimento de Simonsen, 12 de fevereiro – Decreto nº 40.983/57).

à desigualdade nas relações do comércio internacional alastraram-se pelos países menos desenvolvidos.

Como inovação no processo produtivo seguiram-se as proposições fordistas com a massificação da produção das mercadorias e dos hábitos de consumo e com o agigantamento das dimensões logísticas das empresas, impulsionado pelo aparecimento dos oligopólios e das multinacionais (responsáveis pelo colapso do equilíbrio proposto pela teoria liberal clássica e neoclássica do mercado de concorrência perfeita). Outra inovação foi a entrada do Estado como administrador, regulador e agente direto nos processos econômicos nacionais, como fiel da balança do equilíbrio. Ao clássico liberalismo econômico de perfil absenteísta impunham-se as alternativas do modelo regulacionista de extração keynesiana.

Assinalamos rapidamente esse rol de contrastes que formavam o cenário no qual Roberto Simonsen nasceu, atuou e morreu, como o conjunto de fatos históricos que deram sustentação, sentido e direção às suas idéias. Cada tópico ou tema abordado pelo autor, cada mudança de ênfase ou opção política, encontravam-se ancorados no movimento da realidade. Embora o enfoque central deste trabalho seja o de destacar o papel de vanguarda de Simonsen no processo de consolidação do projeto industrial no país, isto não significa imaginá-lo como um demiurgo, capaz de agir à revelia e acima das condições objetivas estabelecidas pela realidade de sua época, criando conceitos *ex nihilo*. As raízes do tempo histórico em que estava inserido é que forneceram a matéria prima que permitiria uma reelaboração e uma contribuição intelectual e política diferenciada. Os limites concretos da sociedade e sua condição social enquanto agente (sua situação de grupo) delimitavam o campo inicial de onde surgiriam novas concepções - como afirma Mannheim, partindo da idéia de que a produção do pensamento é socialmente alicerçada embora não pré-determinada:

O indivíduo se encontra em uma situação herdada, com padrões de pensamento a ela apropriados, tentando reelaborar os modos de reação herdados ou substituindo-os por outros, a fim de lidar mais adequadamente com os novos desafios surgidos das variações e mudanças em sua situação. Cada indivíduo é, dessa forma, predeterminado em um duplo sentido pelo fato de crescer em uma sociedade: encontra, por um lado, uma situação definida e, por outro, descobre em tal situação padrões de pensamento e conduta previamente formados.³⁵

Para entendermos a ação dos homens na história é necessário observar tanto o terreno do real quanto a força de transformação que cada indivíduo possui. Ao avaliarmos a

³⁵ Mannheim, 1976: 31.

capacidade de espelhar, explicitar e ao mesmo tempo dirigir, existentes na produção intelectual de Roberto Simonsen, torna-se necessário observar primeiro o estágio e o grau de transformações sociais e econômicas impostas pela modernização e pela mudança do papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho. As modificações mundiais empurradas pelas crises cíclicas, pelo advento da Segunda Revolução Industrial (acompanhada pelo gigantesco desenvolvimento da Física e da Química), pela nova divisão geopolítica internacional, a formação e imperativos dos Estados nacionais e as duas grandes guerras mundiais transformaram a face do mundo em menos de cem anos. O cenário é inédito em escala mundial, mas há diferenças de como isso afeta cada país isoladamente. Os Estados Unidos e parte dos países europeus, mesmo duramente comprometidos pelo efeito rápido das mudanças, tinham como vantagens já estarem dentro desse processo há mais tempo e serem, ao mesmo tempo, protagonistas desses acontecimentos.

No caso do Brasil, as mudanças ocasionariam um impacto maior devido à natureza da estrutura produtiva vigente (realizando-se ao sabor dos fluxos das demandas internacionais) e pelos obstáculos e nível de conflito que o movimento de modernização encontraria em seu caminho para desbancar as formas anteriores de organização econômica e social. Outro fato complicador era a ausência de um consenso político no nível da consciência e direção política das mudanças. O rápido cenário de transformações reclamava a aceleração no ritmo de transição para as formas de produção capitalista com o aproveitamento das brechas e aberturas existentes (fenômeno claramente percebido pelos teóricos desenvolvimentistas que, como Furtado, entendiam nesse momento uma possibilidade histórica de reverter o comando da economia, internalizando seu centro de decisão). O segmento empresarial, ao contrário, manteve um alheamento dessa circunstância, talvez preso ainda ao postulado da não intervenção de agentes externos ao mercado na condução da lógica econômica, ou por não enxergarem o quadro como um todo (presos ao imediatismo de sua condição de produtores)³⁶.

³⁶ Os congressos econômicos (1943, 1944 e 1945) servem como um demonstrativo cabal. Através da análise das discussões travadas nesses eventos, observamos a falta de clareza e de consenso dos empresários sobre a conjuntura e os obstáculos tanto ao desenvolvimento quanto ao futuro da economia brasileira. O livro de Tristão da Cunha, *Realidade econômica e a Carta de Teresópolis* (s/d de edição), aparece publicado como uma dura crítica ao teor das deliberações desse congresso. Cunha afirma o primado absoluto do liberalismo, do livre cambismo e da supremacia da agricultura como mecanismo de especialização e padrão de trocas com o restante da economia mundial, completamente cego às mudanças impostas pela ascensão da industrialização e as mudanças no mercado mundial

Olhando em conjunto a obra de Roberto Simonsen temos a impressão de um homem lutando para manter o comando dentro de uma violenta correnteza. Sua habilidade e relevância enquanto agente histórico está em ter sentido, compreendido e tentado dirigir essas mudanças. Diante do tamanho e gravidade das mudanças que acompanharam sua geração, Simonsen tomou posição e tentou, através da compreensão científica (o que é seu apego ao *scientific management* ou seu esforço em criar condições para a investigação científica dos problemas nacionais?) intervir e modificar positivamente o rio das transformações que sacudia a sociedade brasileira. Tanto o apego ao racionalismo quanto à ciência enquanto instrumento de transformação da realidade (plástica à vontade humana), são expressões do *pendant* nitidamente iluminista de Simonsen. A tese da liderança e do controle da realidade nos permite a comparação com o conceito de *virtú* de Maquiavel. O Príncipe, no caso aqui adaptado para a figura do líder, é um exemplo daquele homem que, sob o constrangimento da *fortuna* (circunstâncias), possui força e destreza, *virtú* (capacidade pessoal) suficiente para sujeitá-la e dirigi-la.

No desenrolar da industrialização brasileira e principalmente sobre os contornos do projeto ideológico desenvolvido por Simonsen a partir dos anos 30, fica reforçada a idéia de uma potência ou carisma pessoal quando lembramos das condições que balizaram o processo de transição industrial marcado pela fragilidade do grupo dos industriais (caraterística esperada em um segmento social que desponta). Em grande parte, a força dirigente de Roberto Simonsen fica reforçada pela fragilidade da burguesia brasileira na condução do projeto de transição para o capitalismo industrial e autocentrado. Esta é, em geral, a percepção mais uníssona nos estudos sobre o processo e o período em questão. Segundo Diniz e Boschi:

No caso do Brasileiro, como, aliás, nos demais casos de industrialização tardia, a transição da ordem agrário-exportadora para a ordem urbano-industrial não foi conduzida por uma burguesia ideologicamente hegemônica, o que se traduz por uma tendência predominante na literatura brasileira de visualizá-la como um grupo passivo, oscilando ao sabor das prerrogativas do Estado.³⁷

A contradição expressaria a debilidade da sociedade civil em contraste com a centralização e fortalecimento do estado no pós 30. Acrescente-se o peso dos interesses agrários e ligados ao comércio externo com a força do aparato técnico da burocracia do

quanto a importância das matérias primas (e seu valor de troca).

³⁷ Diniz; Boschi, 1978: 17.

Estado getulista para diluir, ainda mais, a capacidade dirigente do empresariado nacional. Porém, ainda para Diniz e Boschi, a fragilidade não significa exclusão do processo político, e nem ausência de relevância:

Nossos estudos, referentes a esse período qualificam esse tipo de interpretação, demonstrando que o papel político da burguesia foi fundamental, não apenas na definição dos rumos da sociedade brasileira na constituição do capitalismo industrial, como também na conquista de um espaço político no novo esquema de poder instaurado a partir de 1930.³⁸

A relação entre debilidade econômica e poder político não precisa ser linear. Às limitações do peso determinante da economia podem ser utilizadas como contrapeso a força política, a capacidade de convencimento, de organização e de sustentação ideológica. Adiante, no mesmo texto, os autores afirmam que sendo inicialmente correto afirmar que um setor industrial de pequeno porte é incapaz de gerar um empresariado forte, devemos ficar atentos à armadilha do reducionismo,

que pode resultar do pressuposto de uma correspondência necessária entre poder econômico e eficácia política. Além disso, a constatação de fraqueza do empresariado como um todo nada nos diz acerca da possibilidade da existência de uma elite industrial relativamente expressiva e atuante³⁹.

Talvez a análise deva ir noutra direção. Segundo a interpretação de Vianna (1976) sobre os dilemas da Revolução Burguesa no Brasil (pontuada pelas questões fundamentais do liberalismo, regulação das formas mercantis básicas – como trabalho e sua representação política – e o arranjo entre ação do Estado e sociedade civil – relação público/ privado), nem sempre o controle político direto é expressão unívoca do poder de uma classe sobre o conjunto da sociedade⁴⁰:

Não se comportando os industriais como classe, inseridos vegetativamente nos interstícios da ordem oligárquica, não se fazendo representar politicamente no novo Estado, conclui-se que o movimento político-militar de 30 não constituiu numa ‘Revolução Burguesa’. Ora, o domínio econômico-social de uma classe não implica na sua apropriação do aparato do Estado. E isso é tanto verdadeiro para os regimes liberais de burguesia industrial hegemônica – caso da Inglaterra, em que a nobreza manteve suas posições de classe dirigente politicamente – como para as formas

³⁸ Op. cit., p: 17.

³⁹ Op.cit., p: 26.

⁴⁰ Este processo de ‘ocultamento’ do poder econômico sob o manto de um distanciamento do poder político foi apresentado por Marx em *O dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, para quem no capitalismo torna-se possível (e às vezes necessária) a separação operacional – e não fundamental – entre essas duas dimensões.

autoritário-burocráticas, fascistas ou corporativas – vide Alemanha de Bismarck, a França de Luiz Bonaparte e a Itália de Mussolini.⁴¹

Aceitando ou não a tese da fragilidade da burguesia, a verdade é que durante a primeira metade do século 20 foram consolidadas todas as tarefas necessárias à definição do modelo de economia plenamente capitalista no Brasil: a regulação do mercado de trabalho, a definição da estrutura política e seus vínculos com os interesses das classes produtoras, a destruição das formas pretéritas de produção e o estabelecimento das regras mercantis da propriedade e da acumulação. O termo tarefa aqui utilizado pode dar margem a um mal entendido. É certo que como tarefas da Revolução Burguesa estaríamos nos referindo a execução e implantação de mudanças sociais, econômicas e políticas que fizessem a transição para uma sociedade *efetivamente* e completamente burguesa, portanto com a plena autonomia e direção do capital, obedecendo a um progressivo crescimento e maturação das condições de reprodução do capital (sem contarmos com o problema da presença do arranjo democrático-liberal, uma vez que parte dessas transformações, tardias, foi conduzida pela via autoritária)⁴². Mantendo a discussão apenas no plano econômico, por conta da dominação sofrida e pela subordinação aos centros capitalistas mais fortes, os países de capitalismo tardio (subdesenvolvidos, neocolonizados, sob a dominação imperialista, ou atrasados) não logram chegar à autonomia desse processo. São revoluções burguesas ou vias de desenvolvimento truncadas, emperradas. Mesmo assim, no caso de países como o Brasil - e não nas *sociedades da pobreza*⁴³, as tarefas fundamentais – aquelas que implementaram a lógica do capital – foram cumpridas e são as premissas da modernização do país, porém, com um limite em termos de sua capacidade de direção autóctone. Também não ocorreu a complementação da revolução política desse processo e nem a autonomização da direção do processo por uma burguesia nacional:

A particularidade da via colonial engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo

⁴¹ Vianna, 1976: 121.

⁴² Barrington Moore (1975), Bendix (1996).

⁴³ Cabe aqui a distinção feita por Ragnar Nurkse sobre o ‘círculo de ferro da pobreza’ para explicar um teto na capacidade de desenvolvimento das economias capitalistas. No caso brasileiro, Furtado quando discute as formações capitalistas dividindo-as em desenvolvimento de grau superior e grau inferior, usa para esta catalogação os limites de uma economia já funcionando segundo as regras e a inserção no mercado capitalista, porém, com um limite estrutural a passar para a etapa superior do capitalismo que seria a autonomia dessa dinâmica (*Análise do ‘Modelo’ Brasileiro*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975). O tema da pobreza, em termos de uma economia pré-capitalista, é tratado por John K. Galbraith em *A sociedade de pobreza* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979).

demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independência neocolonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que objetivaram pela via colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha a efetivação de um regime político democrático-liberal, por outro lado, a burguesia prussiana realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses.⁴⁴

Há, porém, um conjunto de premissas ou tarefas fundamentais para que uma sociedade passe a fazer parte das relações capitalistas, independentemente de sua posição subalterna ou dirigente. Genericamente podemos associar essas tarefas com o seguinte esquema: um acerto de contas com o passado, a estruturação do presente e a prevenção para o futuro. No primeiro aspecto, a eliminação da herança colonial (em outras nações este acerto seria com as relações feudais); no segundo aspecto a adoção de estruturas jurídicas, políticas e econômicas que possibilitassem a expansão contínua das formas mais modernas da produção capitalista; por último, a prevenção relaciona-se com a manutenção do poder político nas mãos dos capitalistas, limitando a organização e a possibilidade de expansão dos movimentos operários. Todos estes temas aparecem nos textos produzidos por Roberto Simonsen e, em todos, sua ação como dirigente da burguesia industrial se fez sentir, incluindo, no limite o problema da autonomia econômica do processo.

Ao analisarmos a bibliografia produzida sobre o período, e que enfoca o papel do empresariado, a figura de Roberto Simonsen é aquela que mais se destaca. A história dos personagens que defenderam a industrialização brasileira começa na virada da primeira metade do século 19, quando com a vinda da família real era abolida a proibição de manufaturas na colônia. Com esta liberação a indústria nacional dava seus primeiros e muito tímidos passos (restringida pela relação privilegiada da Inglaterra nas trocas comerciais e pelo diminuto tamanho do mercado interno). O ciclo de expansão de manufaturas se daria na segunda metade do século 19, acelerado a partir da década de 1880. Para este salto seriam decisivas as alterações da forma de produção e da reprodução da força trabalho na atividade cafeeira e que permitiram não só a ampliação do mercado consumidor interno (acelerada com a abolição do trabalho escravo e o início do processo de imigração em larga escala), como também multiplicaram sua dinâmica por outros setores econômicos como transportes (ferrovias, portos e docas), comércio (exportação e importação, tanto do café quanto de outros

⁴⁴ Borges, 1996: 60.

gêneros e manufaturas), serviços, pequenas indústrias e setor financeiro (necessidades diretas das demandas da economia-café e do crescimento urbano)⁴⁵.

Ao mesmo tempo em que as atividades econômicas vão se instalando, as demandas e a necessidade de consolidação dos interesses da indústria também vão se fazendo sentir. A luta pela industrialização passa por uma fase pioneira, a *primeira geração*, segundo análise de Carone (1977; 1978) e de Leme (1978), destacando figuras como Amaro Cavalcanti, Serzedello Corrêa e João Luis Alves. A *segunda geração*, simultânea à evolução para a representação em associações industriais (Centro Industrial do Brasil, Associação Comercial de São Paulo, posteriormente em sua cisão, CIESP e FIESP), seria marcada por figuras como Jorge Street, Euvaldo Lodi, Oliveira Passos, João Daudt Oliveira e Roberto Simonsen.

Porém, ao observarmos mais detidamente os textos e as análises sobre a segunda fase (de maior peso na determinação tanto do processo de industrialização quanto de suas demandas enquanto um setor portador de interesses diferenciados) é na produção intelectual de Roberto Simonsen que a maioria dos autores vai se deter para analisar a força do empresariado neste processo. Exemplos desse fato é o trabalho de Eli Diniz, *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil* (1978), em que foram utilizados basicamente os textos de Simonsen para analisar a perspectiva do empresariado no período, sendo que um grande número de citações e formulações de Simonsen aparece em apoio às análises da autora em diversos trechos da obra. Encontramos procedimento semelhante em *A ideologia dos industriais brasileiros* (1978) de Marisa Saenz Leme; em *O pensamento industrial no Brasil* (1977) de Edgard Carone; em *Burguesia e Trabalho* (1979) de Angela Maria de Castro Gomes; e em *História da burguesia brasileira* (1976) de Nelson Werneck Sodré.

Em outras obras, em que o interesse é entender a ação da burguesia em oposição aos interesses do operariado em sua fase de implantação e organização, os textos de Simonsen – de lavra pessoal ou como dirigente de entidades patronais – são utilizados como meio de descortinar as posições do segmento burguês industrial. Neste grupo aparecem obras como

⁴⁵ A correlação entre o impulso da produção do café e seu efeito multiplicador na estrutura geral da economia é analisada por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*. Para este autor, o progressivo desenvolvimento da cultura cafeeira havia permitido uma diferenciação crescente e o surgimento de novas necessidades (portanto também nichos de produção) no mercado interno, que iam do consumo dos trabalhadores até a infra-estrutura necessária ao próprio suporte da produção cafeeira.

História do proletariado brasileiro de Boris Koval (1968) - onde Simonsen é definido como arauto do nacionalismo burguês, *História da indústria e do trabalho no Brasil* de Foot Hardman e Victor Leonardi (1991), *Sindicato e Estado* de Aziz Simão (1981), e *A classe operária no Brasil* de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (1979). Para os estudos do desenvolvimento industrial e sua correlação com a formação do movimento operário, a figura e o pensamento de Roberto Simonsen tornou-se fundamental⁴⁶. Como exemplo, a tese de doutorado de Coraly Gará Caetano (1994), define as teses de Simonsen como aqueles que organizaram e digiram as ações patronais entre as décadas de 1920 e 1940 em confronto com os interesses da classe operária. Em seu estudo, Caetano faz a seguinte consideração:

A história oficial, legitimada pelas entidades de classes como o CIESP e FIESP, continuamente retoma Roberto Simonsen e reatualiza o presente-passado da experiência política da classe patronal, identificando a interpretação deste empresário, como sua própria história. Autores como Hélio Jaguaribe, Edgard Carone, Heitor Ferreira Lima, nas datas comemorativas de criação das entidades patronais e instituições a ela ligadas, relembram, através de artigos e homenagens, o patrono da indústria – Roberto Simonsen.⁴⁷

Segundo a análise desta pesquisadora, Simonsen deve ser considerado como peça basilar para o estudo do comportamento da burguesia brasileira nesta fase por dois motivos. Em primeiro lugar, porque transporta suas idéias para textos onde a formulação dos interesses da burguesia industrialista aparece com maior resolução e clareza (esta concepção é em parte reafirmada por Koval ao catalogar Roberto Simonsen como um “cientista burguês”)⁴⁸. Caetano reforça ainda esta importância ao colocar a dificuldade de separar os textos de Simonsen daqueles produzidos e divulgados pelas entidades patronais uma vez que foi um de seus mais ativos dirigentes. Em segundo lugar, porque esteve presente nos locais e nas ocasiões em que foram definidas questões cruciais para o controle e regulação da força trabalho no mercado brasileiro. Neste caso a autora destaca a elaboração dos direitos

⁴⁶ Notadamente, um dos textos mais densos e substanciais sobre as tensões entre burguesia e trabalhadores na construção do Estado Moderno no Brasil, *Liberalismo e Sindicato no Brasil* de Luis Werneck Vianna (1976), ao optar pelo tratamento das posições do empresariado em bloco, *passa* por todos os momentos e espaços em que Simonsen atuou ou teve presença marcante, captando em profundidade o processo e suas implicações, mas sem referir-se mais detidamente à obra ou a ação particular de Simonsen.

⁴⁷ Caetano, 1994: 10.

⁴⁸ Na análise de Koval, o critério de seleção parece vinculado ao de contemporaneidade dos trabalhos com o período mais crucial e inaugural de contradição entre os interesse classistas. Assim, reúne como elenco da ciência burguesa autores como Rocha Pombo, Humberto Bastos, Roberto Simonsen e Pedro Calmon.

trabalhistas. Outras, porém, foram as contribuições de Simonsen, dirigidas para a efetivação das necessidades do empresariado como planejamento, câmbio, tarifas, medidas monetárias, protecionismo, fomento, crédito, etc. que ocorreram nos conselhos técnicos, nos congressos econômicos (1943, 1944, 1945) ou no espaço legislativo – arenas em que Simonsen teve papel ativo e decisivo.

Roberto Simonsen é também autor proeminente para o estudo do pensamento moderno brasileiro. Octávio Ianni coloca a produção intelectual e a abordagem dos trabalhos de Simonsen como expressiva das ‘histórias do Brasil moderno’, daquelas que se esforçaram por entender o deslocamento do Brasil autoritário, arcaico, colonial, formado na matriz nordestina para o Brasil urbano, de economia dinâmica, de uma ideologia burguesa reivindicante. A nova matriz, com eixo no sudeste do país revelaria uma outra face do país, da qual o pensamento simonseano sobressai como paradigma para o novo Brasil burguês e industrial, ao lado de autores que lavram outras interpretações da formação do da história brasileira:

Conservadores, autoritários, liberais, democratas e socialistas já têm ao seu dispor um esquema básico, uma referência coerente, um paradigma para pensar e agir. Assim, Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto C. Simonsen e Caio Prado Júnior adquirem aura de clássicos.⁴⁹

E nesta condição tornam-se autores capazes de explicitar e organizar o universo dos fenômenos resultantes da mudança que ocorrem na sociedade, no entendimento do passado e no balizamento do futuro.

Suas interpretações do Brasil tornam-se paradigmáticas. Passam a ser referência constante no ensino e na pesquisa universitários, nas atividades de partidos e movimentos, nas diretrizes de governantes, nas controvérsias da opinião pública. A despeito das críticas possíveis, ou das lacunas reais, consolidam-se, institucionalizam-se. Codificam muito do que uns e outros, grupos e classes, movimentos sociais e partidos políticos, adotam como válido, consideram como fundamental.⁵⁰

A contribuição específica de Simonsen origina-se na análise da história e dos percalços da economia. Espelha a problemática do desenvolvimento e da modernização vistas sob o ângulo da burguesia e de suas preocupações com o futuro. Pertence ao grupo de obras que avaliam a questão nacional sob o prisma do desenvolvimento capitalista (porque a lógica da ação e da interpretação de mundo do segmento social que a embasa é essa, sem

⁴⁹ Ianni, 1992: 41.

⁵⁰ Ianni, op. cit., p: 40.

necessariamente envolver clareza do que seja o próprio capitalismo, ou seja, sem exigências de uma teoria completa e fechada) e, por extensão, representa também o deslocamento da dinâmica para o eixo do sudeste do país. Particularmente, é expressão da nova consciência burguesa, que Ianni coloca como tendo São Paulo em seu epicentro econômico e cultural, e que tem como locutores os dois autores que iniciam os estudos sobre a história da formação econômica do Brasil.

Caio Prado Júnior e Roberto C. Simonsen não escondem que vêem a história do Brasil na perspectiva da matriz que está sendo criada em São Paulo. Beneficiam-se do horizonte aberto pela expansão capitalista do campo, com base no café, e a industrialização, ainda que incipiente. Percebem o país em seu presente e em sua história, provocados pelo surto industrial que se observa em várias partes, especialmente em São Paulo.⁵¹

A atenção aos desdobramentos da formação do capitalismo entre nós acaba por colocar em pauta a ‘questão social’: Caio Prado Jr. priorizando as desigualdades e a luta de classes (o confronto como base da estrutura capitalista, inevitável pelo vínculo com o pensamento marxista); e Simonsen sob a ótica da harmonização entre capital e trabalho, da paz social (a neutralização do confronto, inevitável pelo vínculo com os interesses industriais e burgueses mais gerais). De ângulos diferentes, problematizam parte das tarefas da Revolução Burguesa em curso na sociedade brasileira, e lhe dão inteligibilidade. Por esse motivo tornam-se referências conceituais.

Também para os representantes do empresariado paulista e nacional (e seus intérpretes e memorialistas) as atividades e as elaborações conceituais de Roberto Simonsen serão referências poderosas para descrever a história desse segmento e de suas entidades representativas. Em 1958, durante o ciclo de conferências comemorativas do 40º aniversário de fundação da CIESP, Clóvis de Oliveira na qualidade de acadêmico⁵², apresentou um resumo da vida e das atividades da instituição identificando-as como a história do próprio empresariado. E em seu discurso (intitulado *Do CIESP à FIESP: História de uma instituição do empresariado paulista*⁵³), o personagem que surge reiteradamente citado era de Roberto Simonsen. Oliveira faz a demarcação histórica dos pontos fundamentais da ação da instituição

⁵¹ Ianni, op. cit., p: 43.

⁵² No currículo do palestrante foi destacada a condição de membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

⁵³ As comemorações foram realizadas em julho de 1968. Posteriormente este discurso foi editado pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1969.

desde a sua criação a partir dos atos e das iniciativas simonseanas. O discurso que deveria ser um libelo à CIESP entroniza Simonsen como figura decisiva na organização, na representação e na afirmação da identidade industrial.

Para Oliveira, desde o nascimento do CIESP, durante a posse da primeira diretoria em de junho de 1928, Simonsen imporia um estilo próprio de ação que o marcaria como liderança e como dirigente do setor. Seu discurso quebrou a rigidez protocolar e laudatória, comum à este tipo de evento, transformando sua intervenção numa das peças mais importantes da defesa do papel da indústria brasileira no desenvolvimento nacional. Sua preleção intitulava-se *Orientação industrial brasileira*, texto usado, vezes sem conta, como um documento de época sobre a consciência industrial e como o primeiro trabalho informativo sobre as condições reais do setor industrial na década de 1920. *Orientação Industrial* é também um símbolo inicial da ruptura que se processaria com rapidez na década seguinte, aprofundando a indústria como a chave-mestra no desafio do progresso econômico e social do país - tese que seria o eixo teórico de toda a posterior produção intelectual de Simonsen.

Clovis reivindica a presença decisiva de Simonsen nos momentos mais cruciais e decisivos para o empresariado industrial: o problema tarifário e aduaneiro; a formulação de interesses próprios e a organização do setor industrial enquanto classe; na participação dos industriais nas eleições de 1929, no posicionamento contrário dos empresários paulistas ao golpe de 1930; na organização da produção no esforço de guerra da Revolução Constitucionalista de 1932⁵⁴; na defesa dos interesses industriais na Constituinte de 1934; na

⁵⁴ Clovis de Oliveira escreveu também as memórias do movimento revolucionário de 32, *A indústria e o movimento constitucionalista de 1932* (1956), sob o ponto de vista da ação do empresariado paulista. Neste trabalho Oliveira descreve a importância dos empresários paulistas na criação de um fundo de financiamento, na organização e convencimento dos operários à adesão do movimento, no esforço de organizar de forma centralizada e planejada a produção paulista para armamentos e víveres. Perpassou por esse setor também o desenvolvimento, em conjunto com a Associação dos Engenheiros e professores da Escola Politécnica, de novos armamentos. Neste texto, Oliveira destaca a atuação de Simonsen, empresário a quem se delegou a direção da produção industrial no esforço de guerra. Para Simonsen a experiência da revolução é assinalada como importante para a compreensão do peso que a indústria já adquirira àquela: *O rigoroso cadastro que se levantou no Estado, dos stocks de matérias-primas e das possibilidades industriais, permitiu ao governo revolucionário orientar uma mobilização industrial para fins militares. Essa mobilização e a produção obtida, demonstraram a respeitável importância do parque industrial de São Paulo* (Simonsen, 1939: 41). A análise das causas e conseqüências da participação dos industriais no levante de 32 é também estudada por Hélio Silva em *1932 - A guerra paulista* (1967), sendo ali também relevada a ação de Simonsen na função organizativa. Grosso modo, o apoio de Simonsen ao movimento de 32 pode ser explicado como

questão do aparelhamento econômico; o posicionamento quanto aos direitos do trabalho e a legislação social; a proposição e depois a criação do SENAI (Serviço Nacional da Indústria) e SESI (Serviço Social da Indústria) e na solução dos problemas técnicos enfrentados pela modernização industrial. Simonsen aparece destacado como a mais expressiva liderança do empresariado paulista (e se observarmos o que representava São Paulo para a indústria brasileira, poderemos ampliar essa significação).

Nos estudos de Humberto Bastos, *País de bolsos vazios* (1938), *Produção ou pauperismo* (1946) e *O pensamento industrial no Brasil* (1952), são utilizadas idéias e teorias formuladas por Simonsen. Nos dois primeiros textos (artigos e ensaios) as referências não são nominais, mas são claros os vínculos de idéias e a nítida influência exercida pelo pensamento de Simonsen. No terceiro trabalho, sobre o pensamento industrial, há, de fato, um levantamento de cunho histórico realizado por Bastos, mas a conexão dos dados e os argumentos utilizados são todos de matriz simonseana. Este trabalho tem uma característica interessante: embora se proponha como um levantamento sobre a evolução histórica do pensamento industrial em suas grandes fases desde o protecionismo do século 19 até a ‘os movimentos do capitalismo nacional’ (nome do terceiro e último capítulo do livro), ao diagnosticar os temas que desafiam a indústria a partir dos anos 40 (fase da indústria nacional) torna-se um documento de época, um retrato de como a indústria e o desenvolvimento brasileiro eram pensados, naquele momento, pelos setores próximos a interpretação simonseana.

Outro estudioso da obra e do pensamento de Simonsen é Heitor Ferreira Lima. Sua admiração pela obra de Simonsen vai a ponto de criar uma tríade virtuosa na defesa da indústria (e por extensão dos interesses nacionais) congregando Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), Rui Barbosa e Roberto Simonsen⁵⁵. A identificação entre estas personalidades é permeada também por uma posição de combate às idéias dominantes, em cada época, sobre a autonomia econômica do Brasil e a possibilidade de implementação de

⁵⁵ Heitor Ferreira Lima, *Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento* (1963), *História político-econômica e industrial do Brasil* (1970), *3 industrialistas brasileiros – Mauá, Rui Barbosa e Simonsen* (1976), *História do Pensamento Econômico Brasileiro* (1978).

um estilo e ritmo próprio mais condizente com as características nacionais. O próprio Roberto Simonsen, em discurso proferido na Câmara Federal dos Deputados em 1935, reconhece uma convergência de esforços e princípios, entre Mauá e Rui Barbosa, ambos empenhados na defesa econômica do país:

em 1850 apparece Mauá, querendo dotar o paiz de um aparelhamento econômico e industrial capaz de affirmar mais depressa como valor apreciável na economia mundial. Apesar de seus grandes commetimentos, por estar Mauá muito acima do meio, foi por este finalmente derrotado (...) Nos primeiros tempos da República, o gênio portentoso de Ruy Barbosa, comprehendendo a deficiencia de nossa economia, sonhou crear por decretos o aparelhamento de que carecíamos.⁵⁶

A inferência possível nesta leitura é que o terceiro personagem a falar em nome das dificuldades tão caras ao progresso da nação brasileira seria Simonsen.

Além das análises específicas sobre a obra de Simonsen, Ferreira Lima faz, em seu estudo geral sobre a história econômica do Brasil, inúmeras referências aos textos, e principalmente, às teorias de Simonsen, utilizadas para explicar o processo de desenvolvimento na fase industrial (em especial os dados sobre o papel e o perfil da indústria e seus obstáculos até o final da década de 40). Ferreira Lima realiza um estudo temático sobre os principais pontos de relevância do pensamento de Simonsen, a partir dos textos do autor. Tem a intenção de colocar Simonsen como uma espécie de *símbolo* dessa fase de nossa história, como Mauá é do século passado. Dos textos que foram utilizados nesta tese, a análise de Ferreira Lima sobre Simonsen, em que pese o caráter sintético e diminuto, constituiu um dos estudos mais relevantes encontrados, incluindo o método utilizado de unir e entrelaçar aspectos da vida e da obra do autor:

Escrevendo, certa vez, a respeito de uma das nossas mais importantes figuras literárias, dissemos que a vida de todo homem célebre compõem-se igualmente desses pedacinhos prosaicos que enchem a existência do mortal comum, caracterizando-se, porém, pelo fato de sobressair em um ramo de atividade para o qual possui dotes especiais, que vai apurando com o tempo, a época e o meio em que viveu, a influência que recebeu. Desejávamos indicar, com isso, que na biografia de uma personalidade ilustre, não são os fatos corriqueiros que interessam, mas aqueles ligados à obra que realizou e o destacou entre os seus contemporâneos, projetando-o na História.⁵⁷

Os diversos textos e autores citados têm como objetivo demonstrar a importância de Simonsen no processo de consolidação dos interesses da industrialização no país. Sua atividade dirigente é relevante pela capacidade de “construção de diques” para dirigir as águas

⁵⁶ Simonsen, 1935: 29.

⁵⁷ Lima, 1976: 149.

da história do período, o que implica em ter uma consciência sobre o que é o “rio” e como ele “corre” e também quais os mecanismos capazes de modificar seu curso em proveito dos interesses industriais. É necessário ‘analisar para prever e prever para prover’ (como no pensamento positivista), o que coloca a atividade de Simonsen como um esforço intelectual, consciente e pragmático, voltado para a realidade de seu tempo. Esta habilidade, este ‘dote’ é permitiu a Simonsen se destacar como ícone dessa fase de nossa história.

Para entendermos a ação desta liderança, podemos utilizar algumas categorias preciosas para as ciências sociais: a) a teoria das elites, b) o conceito de empresário inovador, c) o constructo ideológico consciência empresarial/ consciência do capital. No ângulo da teoria das elites, tal qual aparecem na literatura nos textos de Pareto, Mosca e Ortega y Gasset, esta discussão era enfrentada e teorizada diretamente por Simonsen no corpo de suas obras. Na verdade, o papel das elites fazia parte do arsenal mais amplo dos estudos sobre a sociedade brasileira no período, sendo utilizada por inúmeros autores e correntes como único meio disponível para resolver as contradições entre o *ser* e o *não ser* da nação e da identidade nacional⁵⁸. Na análise de textos de época que fomentaram e amparam a crítica ao modelo cultural e político da Primeira República, especialmente na argüição de pensadores fundamentais para o modelo social que emergiria posteriormente à Revolução de 1930, sobressai o papel reservado às elites na construção do país:

Os críticos da República são enfáticos: não existe uma nação brasileira em sua plena significação. Atacam o estrangeirismo, pois este não permite refletir sobre a existência da nação, segundo idéias adequadas à resolução dos seus problemas. (...) A particularidade do discurso desses críticos reside na maneira como pretendem solucionar o grave problema das massas excluídas. Partindo do pressuposto de que essas massas são incapazes de gerir seu próprio destino, os críticos apregoam transformações que devem ser operadas de cima para baixo. O povo configura-se como matéria prima constitutiva da nacionalidade para o qual se destina, como máxima aspiração, a apreensão de um conjunto de ensinamentos que o adestre e instrua a valorizar sua existência *para que compreenda as necessidades e as vantagens do trabalho* (Lindolfo Collor). Transformar e transmitir esses ideais compete à elite culturalmente preparada e identificada com as reais necessidades da nação. Logo, é a elite a um só tempo cérebro e conduto das vocações nacionais, fato

⁵⁸ A questão de uma população amorfa, inerte, incapaz de configurar-se como o *povo* tal qual descrito nas teses que emularam a Revolução Francesa, o liberalismo inglês e a Constituição norte-americana, aparecia como o pesadelo renitente da intelectualidade brasileira nesse período. Autores como Oliveira Vianna, Alberto Torres, Paulo Prado, Gilberto Amado, Azevedo Amaral, Lindolfo Collor, Francisco Campos, entre outros, repisaram a questão de um povo que ‘ainda estava por fazer-se’ e que deveria ser educado (ilustrado? dirigido?) para atingir o nível de consciência mínimo para caracterizar o estágio de civilização.

que recupera a verdadeira relação elite-massa e, por extensão, faz florescer a identidade nacional.⁵⁹

Ao papel fundamental das elites na construção de uma sociedade no sentido pleno da nação, Simonsen mostra-se não somente sensível, mas feroz defensor. Porém, como também pensavam outros autores da época, não deseja apenas uma elite, representando uma posição de supremacia e comando, mas um grupo preparado e capaz de, pelo conhecimento, agir na função de condutores do progresso social (é, portanto, uma percepção meritocrática e aristocrática do conceito), que tanta faz na história do país:

A análise desapaixonada e honesta de nossa história político-social revela, sem dúvida, a cada passo, esforços sinceros para reorganização da vida no país. Em todos os ramos de atividade, múltiplas são as tentativas e concepções tendentes a melhorar nossas condições de existência. Mas não se pode negar que tem sido pouco animador o resultado. A todo esforço seguem-se geralmente fracassos e decepções. E sempre continuamos no mesmo ambiente de hesitações, experiências e desequilíbrios. É evidente que esse estado de coisas, não obstante a ilusão de alguns sonhadores de panacéias, não deriva de um fator único, suscetível de exame e solução tranqüilizadora. Vários e diferentes são os fatores, cada qual de maior ou menor efeito corrosivo. Dentre eles, entretanto, destaca-se naturalmente, por seu caráter básico, a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos.⁶⁰

A função da elite é tão importante porque, para Simonsen, ela é condição da própria civilização: *A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábias e poderosamente constituídas*⁶¹. E, neste contexto, a formação dos grupos dirigentes permaneceria como centro da problemática e das ações simonseanas. Mas a elite de que fala Simonsen e seus contemporâneos não é aquele grupo de bacharéis especialistas na reprodução de ‘modelos’ estranhos ao nosso meio, de

⁵⁹ Coletânea de textos *A revolução de 30 - Textos e documentos*, edição a UNB, (organizada por Manoel Guimarães (citação p: 16). Adiante, na reprodução de um texto de Lindolfo Collor, escrito entre os anos de 1916 e 1918, a prova da tese citada: *a base natural da nossa nacionalidade, que é a grande maioria da nossa escassa população, não apresenta, pois, no momento atual, qualidades dignas apreciáveis no complexo dos nossos problemas sociais e políticos. É um vasto rebanho de inconscientes que, em virtude da sua própria inferioridade, se desinteressa em absoluto da nossa vida nacional entendida na verdadeira significação do termo. Fraca de vontade e de caráter, como todas as sub-raças, esta gente, levada pelos seus impulsos naturais deixa apodrecer-se na inércia. Que pode o governo fazer por essas legiões de indigentes que são a representação exata da nossa miséria? Educá-los racionalmente. E é nisto que se resume, para o momento, o primeiro problema da nossa formação nacional*, Guimarães, 1982: 23.

⁶⁰ Simonsen, 1933: 05.

⁶¹ Simonsen, 1933: 07.

políticos educados no reducionismo partidário da primeira República, que, no geral, funcionavam como extensões lineares da conversão do poder econômico em poder político. O problema era exatamente preparar uma *nova* elite dirigente afinada com outro tipo de saber e outra finalidade – a construção da nação brasileira a partir de sua história e seus problemas singulares. A crítica de Simonsen (como a de Gilberto Amado, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Alberto Torres, entre inúmeros outros) contestava os mecanismos de gestão do Estado na Primeira República. E embora Simonsen tivesse sido educado nessa tradição (incluindo ter-se a ela adequadamente no exercício pragmático de sua liderança) os seus trabalhos demonstravam a recusa ao modelo e uma tentativa de mudança que passava por formar uma nova mentalidade (primeiro, o ‘homem de negócios’, e depois o intelectual e o administrador preparado para o agir sobre as especificidades da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva racional/ modernizante).

Quanto ao enquadramento de Simonsen enquanto uma versão adaptada do empresário inovador de Schumpeter, o ponto fundamental de apoio é o papel por ele desempenhado na tarefa de ampliar a acumulação capitalista industrial. Neste caso a ação de Simonsen pode ser avaliada pela habilidade de perceber e estimular um novo ‘meio’ (tarefa do empresário inovador de Schumpeter), e de preservar e ampliar os níveis da produção capitalista a partir da defesa da ação estatal como peça chave para o desenvolvimento industrial. Conforme tratado por Martins, na querela sobre o fenômeno que teria gerado a dinâmica industrial e os primeiros e mais sólidos empresários nacionais, não seria correto atribuir ao Estado a origem desse processo, nem mesmo como fonte explicativa para a assimilação desse grupo nas fimbrias da arena decisória:

Naturalmente, o industrialismo não se explica pela transferência de características schumpeterianas ao Estado nacional. As modificações legais da fase inicial da primeira República e a implícita alteração nas funções estatais são indícios de que a elite política, para preservar os seus fundamentos, foi compelida a admitir nos alicerces do governo a colaboração de um setor economicamente marginal, como a indústria.⁶²

Mas quando se ressalta a importância que as decisões tomadas na esfera estatal (de política econômica) podem assumir para o setor, na questão da continuidade e da consolidação do interesse industrial, a correlação com o político adquire outra qualidade e proporção:

⁶² Martins, 1976: 75.

Sendo o protecionismo condição para o exercício da racionalidade capitalista industrial interna, há nesse acontecimento a consciência de que o problema da indústria era político, pois o curso do êxito (nesta altura e neste caso, o êxito em curso do capital) era obstado não no plano estritamente econômico ou no cultural, mas sim no plano político.⁶³

O alcance dessa importância estratégica do Estado atingia de fato o conjunto dos empresários, independentemente da consciência destes sobre o fato. Relevante é a posição de Roberto Simonsen que não somente percebe este ponto como também trabalha para transformá-lo em realidade – deixando a condição privada da acumulação (empresário) para a dimensão pública de liderança de classe (até porque sendo o Estado um ente político do todo societário, qualquer forma de manipulação ou influência só poderia ocorrer pela via política – mas não necessariamente político-partidária). A percepção da relevância da ação estatal em Simonsen percorre um longo caminho (o percurso da formação da consciência) evoluindo das estratégias puramente protecionistas, para as demandas políticas mais complexas como as creditícias e a regulação macro-econômica – portanto da defesa de práticas pontuais para uma visão global e mais radical. A mudança de posicionamento revela ainda uma mutação nos postulados da ciência econômica que embasam as análises e as propostas de Simonsen, passando da influência do naturalismo econômico (com matriz clássica e neoclássica) para o nacionalismo econômico (com matriz principalmente em List e, depois, com algumas pitadas de Keynes).

Embora esse posicionamento seja mais conhecido nos textos desenvolvidos por Simonsen nos anos 40, na defesa do planejamento (diatribe com Gudin), ele aparecia em várias obras anteriores. Simonsen analisava, desde 1930, a importância da ação do Estado para a vida econômica, ressaltando que esta poderia resultar em efeitos positivos ou negativos. Descrevendo os elementos fundamentais geradores das crises que abalaram os sistemas econômicos e as sociedades de todo o mundo (comprovado com os efeitos deletérios da crise de 1929), Simonsen acentuava o caráter interligado entre crise econômica e instabilidade social. A origem desse novo tipo de crise (geral, e não apenas cíclica) dava-se na economia – fundamento de toda a vida social moderna, na contradição superprodução *versus* subconsumo, tendo como pior resultante a elevação do *chômage* (desemprego). Este círculo

⁶³ Martins, 1976: 104.

para ser corrigido precisaria de corretivos também de alcance econômico, porém, administrados em outra dimensão que não o mercado, como:

uma política generalizada dos bancos de emissão de modo a criar-se um ‘suplemento’ de poder aquisitivo, capaz de reativar o trabalho universal. É na política bancária, na dosagem e controle do crédito, que se procura a principal atenuante para o grande mal estar generalizado.⁶⁴

Com esta intervenção haveria uma correção dos distúrbios e uma retomada dos níveis de estabilidade econômica e social. Porém, avaliando o caso brasileiro, Simonsen procura demonstrar que a intervenção do Estado também pode desandar a economia e por extensão a sociedade (aproveitando a chance para criticar as instabilidades do regime). É assim que avalia o padrão de “crises no Brasil”. Ao invés de derivarem de distúrbios na seara do mercado, as crises apareciam como consequência das calamitosas gestões da política econômica no país (monetária, cambial e fiscal) e que se sucediam numa espiral desastrosa desde o século 19⁶⁵.

Quando assume o tema da regência política da economia, seja no nível do diagnóstico da atividade econômica nacional, no desenvolvimento de alavancas para superar a ‘pobreza’ brasileira, na adoção de novas regras frente ao comércio e ao capital internacional, ou na versão planejadora, Simonsen reconhece o peso das ações políticas para o desenvolvimento da economia e percebe também a necessária transfiguração que a empresa privada deve sofrer para se converter em questão pública (eixo do desenvolvimento nacional), para poder ser alvo de decisões estatais que a beneficiem.

Essa é a posição inovadora que podemos atribuir a Simonsen, que não apenas percebeu, mas agiu em consonância com aquilo que via. Em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, Cardoso faz a análise sobre o papel do empresariado nacional com um recorte da tese schumpeteriana:

Como tipo especial de pessoas os empreendedores são capazes de realizar as funções inovadoras não como quem descobre ou inventa novas possibilidades de combinação econômica, mas como quem **as realiza** [destaque nosso]. Isto é, trata-se de líderes, na medida em que a função de líder consiste em executar o que pode ter sido percebido por muitas pessoas das quais os líderes se distinguem exatamente porque, ao perceber

⁶⁴ Simonsen, 1930: 16.

⁶⁵ A crítica à calamitosa suspensão da política de proteção ao café é exemplo coetâneo largamente utilizado pelo autor.

chances de inovação, transformam seus objetivos em ato antes que se extingam as possibilidades concretas de efetivá-los.⁶⁶

Nas análises sobre o desenvolvimento pós-30 é frisado ponto de que é no âmbito do aparelho de Estado que grande parte do capital político é transformado em capital econômico, a partir da definição dos rumos da política econômica. Assim, dependendo da força política de um setor há transferência de recursos diretos e materiais (quando falamos de crédito e subsídios), indiretos (como políticas de infra-estrutura - que representam variação nos custos, ou questões monetárias), ou intangíveis (quando nos referimos a capacidade de tomar decisões pautado em conhecimento privilegiado, ou possuir uma rede de relações que permitam negócios mais favoráveis). Procurar interferir, influenciar ou dirigir estas políticas torna-se essencial para aumentar a capacidade de ganhos econômicos e de aumento de competitividade e que não são realizados no mercado e sim no Estado. A idéia de apropriação desse poder econômico excedente converte-se numa nova estratégia de expansão econômica e é um *plus* ou uma inovação relevante, tal qual as descritas por Schumpeter (que no caso observara apenas as relações privadas de produção).

A análise do desenvolvimento realizada por Schumpeter em *A teoria do desenvolvimento econômico*, tem como fundamento descobrir os pontos nodais que levam os sistemas econômicos a crescerem e depois entrarem em estagnação, portanto dentro da visão da dinâmica do desenvolvimento a partir do conceito de *ciclo econômico* (percepção que surge no horizonte das temáticas da teoria econômica desde o final do século 19 para explicar os formidáveis e renovados saltos de crescimento/recessão experimentados pela economia dos países mais avançados). Para Schumpeter a explicação para estes fenômenos é parte funcional e necessária para o próprio desenvolvimento capitalista, já que este fluxo é alimentado pela inovação, capaz de aumentar a produtividade (melhoria no uso dos fatores de produção, derivada da descoberta de novas técnicas) ou o volume de produção (descoberta de novos produtos, novos mercados) do sistema. Para cada uma dessas inovações é o *agente humano*, o empresário, pressionado pela diminuição dos custos ou pelo aumento das expectativas de ganhos, o motor da mudança. Ao criar uma mudança, inventando uma nova técnica, procedimento, produto, ou um novo bem ou mercado, o faz primeiro individualmente e de forma inovadora. O seu êxito o torna um modelo para os outros empresários que querem

⁶⁶ Cardoso, 1964, p: 21.

aumentar também seus ganhos, mas que sendo incapazes de inovar, *copiam* a novidade fazendo com que ela se dissemine pelo conjunto da economia, elevando o padrão geral da produtividade. Duas conseqüências surgem aqui. A primeira é que esta mudança de isolada passa a geral, modificando o anterior arranjo ou modelo de produção; a segunda, é que ao tornar-se geral aumenta a competitividade entre muitas empresas, derrubando os preços pelo aumento da oferta e da competitividade, reduzindo a margem de lucro, e levando a economia de novo ao ciclo da recessão e da quebraadeira. Esta estagnação econômica só é rompida por um novo ciclo de inovações e cópias.

A identificação de Simonsen com um empresário de tipo schumpeteriano pode ser apontada em vários pontos, do âmbito da empresa ao âmbito da economia nacional. Quando afirma a necessidade da racionalização da produção (de sua empresa, da forma como se regulamenta e operacionalizam os salários, da atividade agrícola, da formação de quadros dirigentes, da padronização de medidas e modelos) Simonsen está preconizando uma inovação na maneira de produzir, objetivando menor custo e maior ganho. E quando procura introduzir os problemas da estabilização monetária, a questão do crédito (incluindo a formação de poupança nacional, originada no aumento da renda dos trabalhadores que seriam beneficiados *a posteriori* pelo crescimento geral da economia), a estratégia da negociação de ações, as novas regras de proteção comercial e o planejamento (garantindo ao setor industrial um quinhão de atenções e de decisões para seu crescimento), Simonsen está prescrevendo um receituário macro-econômicos e de economia política para diminuir custos e aumentar ganhos da econômica enquanto um todo.

Simonsen, não se tornou um inovador em termos privatistas. Não foi uma inovação interna *à sua empresa* que deu azo ao movimento da imitação. Ao contrário, foi sua ação no *ambiente geral* de sua classe, com uma inovação pública que permitiu que várias empresas e empresários se beneficiassem de um aumento geral de ganhos. Sua inovação é filha de uma ação direta no campo da política. E se não criou uma inovação (afinal a defesa do Estado como promotor do desenvolvimento é uma formulação de List, e depois dos cepalinos, permeados pelas teses de ação corretiva do keynesianismo) teve o efeito de intentar realizá-la como direção política⁶⁷.

⁶⁷ Não custa lembrar que Roberto Simonsen *conhecia* as teses que lhe eram contemporâneas. Lera e aplicara Ford, lera e citara longamente Liza e Manoilescu, e a partir dos anos 30 utilizaria diversas vezes Keynes como suporte teórico para a crítica ao absentismo e aos automatismos liberais. Quanto

A outra possibilidade teórica para justificar a liderança de Simonsen advém das questões referentes à construção da hegemonia industrial. Neste aspecto a teoria gramsciana de intelectual orgânico cai como uma luva no assunto. Emergindo do próprio complexo industrial burguês, Simonsen teria a capacidade de teorizar e dirigir ações práticas da consolidação da hegemonia e das necessidades de sua classe, fundindo numa mesma personalidade o empresário e o intelectual. Segundo Gramsci:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão **homogeneidade e consciência da própria função** [destaque nosso], não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o criador de uma nova cultura, um novo direito, etc. ⁶⁸

As atividades de Simonsen recobrem ainda uma das mais importantes tarefas da construção da hegemonia burguesa: a formação de novos quadros e de uma cultura apropriada para afirmar e expandir seus interesses. O curioso, ao compararmos a dinâmica apresentada por Gramsci em *Intelectuais e a organização da cultura* e a seleção de problemas e temas na obra de Simonsen, é a existência de uma sincronia de idéias. Simonsen, sem utilizar-se das categorias gramscianas, compreendeu como relevantes os mesmos pontos, fundamentais na tarefa da criação da hegemonia capitalista, expressos nos focos de ação que lutou por implementar ao longo de sua vida. Criação de uma prática no processo de produção que se traduza em disciplina, em técnica (adestramento mediado pela divisão de tarefas e da supervisão e formação profissional) – o *racionalismo* do trabalho moderno em Simonsen; criação de um universo de valores associados ao trabalho e ao papel do trabalhador que extrapole o mundo da fábrica e organize a esfera individual e familiar – o *industrialismo* enquanto base da civilização e do progresso; definição de regras no universo público que se apresentem como imperativos da sociedade e que funcionem como pedagogia da coerção – o combate à radicalização das classes através da mediação de normas e espaços legais; criação de elites aptas a pensarem e formularem os valores e normas fundamentais a manutenção do sistema – a questão da educação das elites; e por último (como destacado em *Americanismo e fordismo*) promover uma moral que discipline a esfera sexual e a visão de mundo dos

aos cepalinos, o sentido do legado pode ser considerado exatamente o inverso: é de Simonsen parte considerável de problemas e teses que serão amarrados conceitualmente pelos estruturalistas e desenvolvimentistas cepalinos no Brasil.

⁶⁸ Gramsci, 1982: 03.

trabalhadores - a moralidade cristã (âncora de um projeto de ‘fraternidade’ entre patrões e empregados, de um capitalismo cristianizado) e uma moral higiênica para as classes trabalhadoras (saúde, moradia, lazer, cultura – organizada e planejada cientificamente de cima para baixo). Para Gramsci, na construção de uma nova visão de mundo moderno seria fundamental:

a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual (...) O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”.⁶⁹

Sendo a escola o:

instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização.⁷⁰

Não são exatamente essas duas as preocupações candentes na produção simonseana? A primeira, o conhecimento: aquele que informa a ação do engenheiro, do homem de negócios, do administrador público, derivado da compreensão das leis essenciais do mundo moderno (técnico e dominado pela estrondosa potência da máquina), que permitiram à humanidade um salto histórico formidável. A segunda, os valores fundamentais do progresso calcado na lógica da reprodução ampliada do capital, na divisão do trabalho, no ethos do trabalho e na idéia de progresso como sinônimo de progresso técnico. Tais argumentos cobrem inúmeros trabalhos como: *O trabalho moderno*, *A era do industrialismo*, *A profissão do engenheiro*, *A função dos homens de negócios*, *As finanças e a indústria*, *Rumo à Verdade*, e *A engenharia e a indústria*. Perpassam também a ação de Simonsen à frente do empresariado paulista e nacional na criação de instituições de educação técnica – IDORT (Instituto de Racionalização do Trabalho), ELSP, do SENAI e FEI (Faculdade de Engenharia Industrial), e de proteção e educação cívica (SESI) -, a preocupação com a disseminação da racionalidade técnica e a preparação de quadros profissionais. Quanto ao processo de construção do discurso hegemônico, logrando dirigir a sociedade e os demais segmentos de classe na defesa dos interesses industriais (incluindo a luta interna com outros projetos no campo da burguesia industrial, e a luta com outros setores não burgueses ou não industriais), podemos citar as teses e as construções históricas que fundamentam uma tradição

⁶⁹ Gramsci, op. cit., p: 08.

⁷⁰ Gramsci, op. cit., p: 09.

industrial (ou um caminho nacional que leva à indústria), a amarração dos grupos empresariais às organizações patronais, a criação de espaços de deliberação como os congressos e a participação em espaços não econômicos (como os conselhos técnicos e as legislaturas) na disputa política.

Ainda quanto ao problema da hegemonia, a ação de Simonsen deve retornar ao debate, de maneira ampliada como *condottiero*. Gramsci em *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* analisa o processo através do qual se constrói a *vontade coletiva* dentro das sociedades modernas. Longe da versão contratualista que imaginava indivíduo/povo em uma ponta e contrato/Estado em outra, para um teórico que enxergava a existência de classes sociais, o fulcro da análise política passaria a ser a compreensão dos processos geradores de uma ideologia dominante capaz de lavrar o convencimento de uma classe sobre as demais - e neste movimento identificar como um grupo alcançava clareza, coerência e capacidade diretiva. Mesmo pressupondo que nas sociedades modernas a construção de projetos de hegemonia passem pelos partidos políticos⁷¹, antes deles (e por dentro deles) outros interesses nascem das demandas e embates da sociedade civil onde prevalecem e organizam-se as relações materiais de produção: *é pelo menos estranha a atitude do economismo em relação às expressões de vontade, de ação e de iniciativa política e intelectual, como se estas não fossem uma emanção orgânica da economia*⁷². Os grupos sociais são a origem das disputas pelo controle do poder político (para se organizarem e sobreviverem precisam produzir projetos políticos, mesmo aqueles grupos que afirmam não fazê-lo⁷³) e para chegarem à direção da sociedade devem primeiro alcançar uma consciência própria, e em seguida destruir, subordinar ou cooptar as demais classes sociais.

⁷¹ No arranjo da moderna democracia liberal, o partido político tornou-se o centro de convergência dos distintos projetos sociais. Para Gramsci, no entanto, as forças políticas, com pretensões à direção da sociedade, podem organizar-se em outras formas e conseguirem efetuar a construção de um projeto e exercer o controle político. Os atores políticos são, para Gramsci, mais espalhados na dimensão da superestrutura e podem agir para além do espaço estatal (portanto, partidário-eleitoral).

⁷² Gramsci, 1984: 33.

⁷³ Como no caso das formulações liberais que afirmam *que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação*, mas *o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes do Estado e o programa econômico do próprio Estado*. Gramsci, 1984: 32.

Porém, a produção da consciência deve passar pelo nível corporativo e depois para o projeto ideológico mais geral. A construção da consciência é determinada primeiramente pela posição no processo de produção. O grupo representa:

uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens (...). À base do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção estruturam-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na produção.⁷⁴

A base material é aquela que determina se *existem condições necessárias e suficientes* e o grau de *realismo e viabilidade das diversas ideologias que ela gerou durante seu curso*⁷⁵. O momento seguinte é aquele em que o grupo desenvolve uma ‘consciência para si’, onde na relação das forças políticas haveria *a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais*⁷⁶. Destas formulações destacamos duas ordens de considerações que nos parecem fornecer um quadro interessante para situar o pensamento simonseano na construção da ideologia da burguesia industrial brasileira. Aceitando a premissa de que é na realidade da estrutura social que emergem os atores políticos, é preciso que uma nova dimensão – a da consciência e da identidade – atinja esse grupo para torná-lo operante politicamente. Esta perspectiva não corresponde à defesa do reducionismo de tudo atribuir ao econômico. A idéia aqui utilizada é que as relações econômicas geram um campo de possibilidades para a emergência de grupos sociais com interesses próprios, mas isso não equivale *ipso facto* a que se transforme em atores políticos. Mas a antítese também é considerada coerente: os grupos políticos não se formam sem a presença de interesses que acabem atingindo as questões materiais. Porém, o campo de mediações e variações é enorme, e a política não assume a condição reflexa da economia. Por outro lado, também não está dela desligada.

A hipótese é que no caso do grupo de empresários industriais brasileiros este processo foi incitado por três fatores: a aceleração do conflito com os setores econômicos; a existência de uma plataforma discursiva que permitia, no plano das idéias, construir a identidade e mapear os interesses do grupo; e possuir, à disposição do grupo, lideranças capazes de agregar e catalisar a identidade coletiva. O primeiro fator é objetivo e determinado pelo estágio da economia, independente do controle direto dos empresários. O segundo e o

⁷⁴ Gramsci, 1984: 49.

⁷⁵ Gramsci, op. cit.

⁷⁶ Gramsci, op. cit.

terceiro fator são circunstanciais e dependem dos arranjos e disposições individuais, portanto dependem da presença e da ação das lideranças. Neste campo é que se localiza o papel desempenhado por Roberto Simonsen, na condução extra-econômica da economia:

para análise das etapas de desenvolvimento a elite dirigente aparece como um fator importante: dela se espera a dimanização do sistema produtivo e da sociedade. Noutros termos, algum **grupo** [destaque nosso] há de desempenhar o papel que os protestantes guiados pela ética calvinista exerceram na formação do capitalismo europeu. (...) Para explicar a dinâmica de uma etapa para a outra é que intervêm as variáveis não econômicas.⁷⁷

Um exemplo da importância da liderança, principalmente em situações em que pesem decisões importantes, é o momento de fundação do CIESP em 1928, usando como procedimento de análise a comparação entre as duas personalidades que compuseram a primeira diretoria da entidade: o Conde Francisco Matarazzo e Roberto Simonsen. Devemos primeiramente lembrar que: a) criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo representava uma ruptura entre os interesses industriais e os interesses comerciais, portanto como demonstração da diferenciação de identidade econômico-corporativa; e b) que o discurso inaugural é feito por Roberto Simonsen, que fala na data simbólica da fundação em nome do empresariado industrial paulista (e que depois assume cada vez mais a liderança representativa do setor).

Tomemos como ponto de partida o estudo realizado por Martins (1976) sobre Matarazzo. A figura de Matarazzo era lendária já naquela época e tornara-se um *símbolo* da atividade de negócios e do esforço industrial. Matarazzo era um representante vitorioso do empresário *privado*, porém vinculado ao modelo que assimilara os valores tradicionais, estando preso (apesar da forma como se inseria nessa elite – por trabalho e não origem) ao universo cultural anterior. Há, segundo Martins, uma tensão fundamental na herança de Matarazzo enquanto uma ação da empresa e uma representação do empresário. A contradição reside na origem dos valores materiais (lógica e disciplina a que teria que se submeter enquanto empresa no jogo do mercado) e na origem dos valores culturais com os quais identificava sua personalidade.

É a tensão entre a situação e o empresário. Como ele agisse a partir de representações inadequadas à sociedade industrial, fazendo da indústria um meio para alcançar os seus fins estamentais, só a custo de tensões sociais comprometedoras para esses fins é que pode descobrir, paulatinamente, não só novos níveis de racionalidade impostos

⁷⁷ Cardoso, 1964: 51/52.

pela situação, como a própria situação nova. ... [Matarazzo] agia duplamente, protegendo as suas concepções tradicionais ao dar curso aos mitos sobre sua figura, alimentando-os com omissões de fatos e simplificações na sua biografia.⁷⁸

Simonsen, ao contrário despontava como uma representação nova em dois níveis: aparecia como expressão do ethos burguês (e não na condição de empresário singular e sim na dimensão de expressão dos valores ligados ao ideário de sua classe social) e assumia sua liderança *pública*, dos interesses mais gerais do setor. A força política que Simonsen começava a demonstrar advém de sua capacidade de pensar e responder aos problemas e dilemas do setor industrial como um todo, assimilando duas dimensões no mesmo procedimento, o empresário e o burguês, que configura etapa necessária para a construção da identidade de classe e na disputa pelo controle ideológico da sociedade. Ainda segundo o estudo de Martins:

Todo o período da biografia de Francisco Matarazzo corresponde, verdadeiramente, a um período típico do capitalismo industrial no Brasil, dominado por uma tendência – a implantação da sua racionalidade – e por um sentido – a disputa com a racionalidade mercantil vigente. A tendência e o sentido, entre si opostos, não se expressam puramente no plano econômico, mas envolvem representações coletivas agrupadas num ou noutro pólo e valores implícitos, traduzindo-se igualmente na seleção de tipos de personalidade capazes de afirmar um ou outro. Sendo um momento de transição, de alargamento da faixa de valores alternativos de meios institucionais para a concretização de um outro tipo, produz aparentes paradoxos, como o de Matarazzo.⁷⁹

A figura de Matarazzo menos enquanto personalidade e mais enquanto tipo social apresentava sérios limites para a representação e a identidade do empresário no momento de aceleração do crescimento industrial. A situação do setor industrial carecia de um novo tipo social, a que imaginamos Simonsen serviu como uma luva.

Retomando a análise de Gramsci, a partir das possibilidades materiais da formação de um grupo social, o processo de consciência passa por alguns momentos fundamentais, até a construção de um projeto que ultrapasse o nível basal da consciência corporativa (passo inicial) até um projeto ideológico (de caráter geral, capaz de ordenar e dar sentido, a partir dos interesses centrais de uma classe, aos demais setores da sociedade). A definição feita por Gramsci é de extrema significação para a perspectiva de análise adotada neste trabalho, e, portanto, apesar de extensa, será transcrita na íntegra. Sobre o lento e complexo processo de construção e definição da hegemonia, dos interesses oriundos da base

⁷⁸ Martins, 1976: 107.

⁷⁹ Martins, 1976: 108.

material até o grau da representação política, Gramsci aponta para os degraus ou etapas nas quais os interesses se transformam de econômicos em políticos:

O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: o comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante. Assim, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. O segundo momento é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no plano meramente econômico. Neste momento já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando a alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes: reivindica-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez, de modificá-las ou reformá-las, mas nos quadros fundamentais já existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais abertamente política, que assinala a passagem nítida das estruturas para as superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente se transformam em “partido”, entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral. Coloca as questões em torno das quais se acende a luta não num plano corporativo, mas num plano “universal”, criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.⁸⁰

Em larga medida, analisando a ação e o pensamento de Roberto Simonsen ao longo das quatro décadas de seu desempenho enquanto liderança do grupo industrial percebe-se a adequação entre o processo descrito (teoricamente e de forma ideal) por Gramsci e a função exercida pela atuação de Simonsen. Mesmo sem ter completado o ciclo, ou seja, sem alcançar, ou sequer pretender alcançar, o nível político-partidário na disputa pelo poder do Estado, Simonsen chegou até o nível da construção de uma unidade ideológica de solidariedade dos interesses gerais do grupo⁸¹. Quando fala em defender o desenvolvimento,

⁸⁰ Gramsci, 1984: 49.

⁸¹ No quarto capítulo deste trabalho é analisada com maior profundidade esta que foi a grande marca do comportamento do Roberto Simonsen e também do conjunto dos empresários industriais nos anos 30 – sua ausência no plano das formulações políticas, especialmente no que tange a questão de projetos societários organizados em associações que disputam o poder político, com partido próprio, ou como parcela significativa na direção de um bloco partidário (a única exceção é o Partido Econômico fundado em 1932, e que teve curtíssima existência e influência – a presença dos industriais, no campo político, passava pela organização corporativa). É como se houvesse um desligamento entre os problemas da sociedade (envolvendo a economia, os conflitos sociais, a idéia de desenvolvimento) e os problemas de disputa do poder do Estado. Essa dissociação pode explicar o porquê da oscilação desse segmento ao sabor de ideologias distintas – como é o caso de Simonsen que advoga e prende-se a axiomas liberais no campo econômico, mas aceita e defende uma forma autoritária e corporativa de poder (como foi seu período de maior associação com o Estado, na fase

mesmo colocando a indústria na cabeceira desse processo, a idéia de Simonsen era que este constituía o encadeamento real e eficiente para arrastar todas os demais setores do capital, seja a agricultura, seja o comércio, seja o setor financeiro, seja até mesmo o trabalho (outra face da relação capitalista).

Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens; deve ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.).⁸²

Embora não tenha, individualmente, atingido o degrau do projeto partidário, talvez a resposta para esse entrave não esteja na percepção simonseana e sim na maneira como a sociedade brasileira lidava com o problema dos partidos políticos entre o final da primeira república e o governo de Vargas (1930/1945). No primeiro momento, a recusa de Simonsen à participação no espaço partidário estava contida na perspectiva economicista que prendia o autor (seu problema era a produção e sua racionalização). Esta posição de Simonsen espelhava uma conduta bastante comum entre o grupo de industriais. Por parte dos partidos, é claro que havia a tentativa de organizar o apoio deste setor e há estudos que apontam a relação estabelecida entre os partidos na Primeira República e seus vínculos com os grupos econômicos. A principal e mais direta relação dava-se entre os grupos ligados aos café, a grande presença econômica estruturada do período, particularmente com o Partido Republicano Paulista, e uma dispersão política maior no segmento comercial⁸³. Quanto a organização e conquista do apoio dos industriais, Prado (1986) assinala a tentativa de aproximação do Partido Democrático com este grupo já em sua proposta institucional:

O Partido Democrático se constitui, principalmente, de representantes das classes produtoras, unidas a juristas e professores das escolas superiores, animados de inteligência e esclarecido espírito evolucionistas, compatível com a boa compreensão do progresso social, de modo a se aliarem a todas as classes que cooperam no desenvolvimento harmônico da sociedade e ao povo em geral.⁸⁴

varguista de 1935/1945).

⁸² Gramsci, 1982: 04.

⁸³ Outros trabalhos apontam a relação entre grupos e sua canalização ou expressão partidária: Kugelmas (1987), Love (1982).

⁸⁴ Prado Coelho, 1986: 154.

A filiação de empresários ao Partido Democrático aconteceu, mas é ilustrativo o comportamento de Octavio Pupo Nogueira, que permaneceria como membro do PD de São Paulo até a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Neste momento se desligaria do partido justificando a necessidade de uma conduta apartidária e de distanciamento do emaranhado de interesses políticos:

A minha situação no meio das classes conservadoras obriga-me a desligar-me do forte partido que você fundou (...) compreende o caro e cativante amigo que, servindo gente que tudo tem a perder com competições políticas e sendo traço de união forçada entre esta gente e os poderes públicos, sinto-me cada vez mais constrangido em pertencer ao PD, mesmo de modo platônico.⁸⁵

No segundo momento, durante o governo provisório, os partidos haviam sido praticamente abolidos da vida pública nacional e condenados, pela concepção corporativa-orgânica de sociedade, como expressões facciosas e perversas de um individualismo extremado. A exceção a esta negação da via partidária foi o interregno do período eleitoral para a Assembléia Constituinte de 1933/1934, com o necessário retorno da organização partidária. Neste período os industriais liderados por João D'Audat, Serafim Vallandro e Oliveira Passos fundaram o Partido Econômico (1932), que embora com vida curta conseguiu eleger dois dos dez deputados para a Constituinte pelo Distrito Federal (espaço de origem e concentração deste partido): Henrique de Toledo Dowsdorth e Miguel de Oliveira Couto. No período de sua fundação, Passos afirmaria a importância da iniciativa uma vez que *já é tempo de as classes trabalhadoras deixarem a posição subalterna de parte meramente passiva da sociedade política, com a incumbência exclusiva de proporcionar os recursos que o país necessita para o seu desenvolvimento.*⁸⁶

A outra maneira pela qual os industriais estiveram presentes no plano da representação e da participação política nos anos 30 deveu-se a uma experiência inédita para a história parlamentar do país – a criação da representação classista ou profissional pelo governo provisório de Vargas. Havia como exemplo novas legislações mundiais em que a presença dos interesses econômicos eram incorporados como participantes nas arenas decisórias do Estado, via Conselhos Técnicos (de caráter consultivo e ligados ao Executivo) ou com a tomada de assento no Legislativo. No Brasil no decreto de convocação para a

⁸⁵ op. cit., p: 155. Prado assinala que a posição dos industriais foi a de permanecer próxima ao campo do situacionismo, não enfrentando o desgaste da oposição política.

⁸⁶ apud Leme, 1978: 28. Segundo esta autora, o Partido Econômico foi *a única expressão política nacional dos industriais entre 1919 e 1945* (op. cit., p: 29)

eleição dos deputados que iriam compor a Assembléia Nacional Constituinte apresentava duas formas de representação política da nação – a representação tradicional proporcional do eleitorado nacional e, como novidade, a criação de 40 vagas para a representação classista (20 para os trabalhadores – sendo deste 02 vagas para o funcionalismo público; e 20 para empregadores – sendo deste total 03 vagas destinadas aos profissionais liberais)⁸⁷. Roberto Simonsen, como Horácio Lafer, Euvaldo Lodi, Francisco de Oliveira Passos, Alexandre Siciliano Junior, faziam parte dessa bancada.

Estes fatos esporádicos não constituíram uma efetiva e real presença dos industriais no campo das atividades estruturadas da política ou da vida partidária, muito embora isto não signifique ausência do campo político ou mesmo a participação individual e fragmentada em um ou outro episódio eleitoral, dos quais Simonsen manteve-se afastado⁸⁸. Leme (1978) assinala assim a postura de Simonsen diante das questões políticas:

A predominância que o fator econômico tem sobre o social e político é a concepção que norteia o pensamento do empresariado industrial. É Roberto Simonsen quem melhor explicita esta posição. Para ele, o ponto de partida para a solução das questões sociais e políticas é o econômico: “*Praticamente, nove décimos das questões que afetam a nossa vida social tem sua origem nos domínios econômicos*”. A existência de uma verdadeira democracia é impossível em país de baixo padrão de vida.⁸⁹

Simonsen não formulou um projeto ideológico fechado e completo (no sentido de permitir formular e determinar estratégias na luta pelo poder do Estado), mas tampouco o fizeram outros representantes do mesmo grupo social. Aquilo que em seu projeto abarcava pelo menos os *contornos gerais* de um posicionamento político (o caráter nacionalista do desenvolvimento, com tudo o que implica, constitui uma construção desse tipo) ficou ainda muito *além* da limitação real da consciência de seus pares, que pouco ou nada ultrapassaram o nível do corporativismo econômico.

A grande repercussão obtida pelo trabalho de Simonsen pode ser compreendida quando atentamos ao momento de transformação vivido e pela necessidade de estabelecer-se um novo horizonte intelectual, político e econômico. A produção intelectual de Simonsen e sua intervenção prática constituem marcos da evolução econômica e industrial no país. Os

⁸⁷ Decreto n. 22.653, de 20 de abril de 1933. A relação dos deputados ligados à indústria encontra-se nos anexos deste trabalho.

⁸⁸ Única exceção foi a eleição para o Senado, já na fase da redemocratização pós-45, onde Simonsen foi eleito senador concorrendo pela sigla do Partido Social Democrático de São Paulo.

⁸⁹ Leme, 1978: 27.

objetos e problemas ventilados têm um eco de atualidade, e muito poucos deles podem ser etiquetados como ‘curiosidades’ na obra. Se vários de seus temas desapareceram do horizonte intelectual imediato, passaram à história, como partes que construíram os andares anteriores da economia e das idéias de hoje, projetando uma faixa por onde outros passariam. Como salienta Bielschowsky, alguns dos temas simonseanos, como a forte defesa do protecionismo, apresentada como a:

maior bandeira de luta pela industrialização não constituiu, contudo, um legado ideológico importante para as gerações desenvolvimentistas futuras. Em seus últimos anos de vida, e após sua morte, a indústria brasileira passará a contar com uma conjunção de fatores protetores, dispensando cruzadas protecionistas. O planejamento econômico, ao contrário, teria sido a grande herança deixada aos desenvolvimentistas da década de 50.⁹⁰

1.2. Cronologia e textos de Roberto Simonsen

A maior qualidade do trabalho de Simonsen é também o maior desafio para o pesquisador. É na quantidade, complexidade e profundidade dos problemas de sua época que reside a dificuldade no tratamento da produção intelectual deste pensador. O caráter pragmático de sua ação (acompanhado da abordagem racional) será tanto mais difícil de acompanhar quanto for a extensão das questões enfrentadas pelo desenvolvimento industrial em situação de capitalismo tardio. Sua ação inovadora ataca e ao mesmo tempo é limitada pelos obstáculos impostos ao processo de desenvolvimento nacional⁹¹. A limitação decorre da competição internacional e pela desigualdade entre o fôlego da indústria nacional frente às empresas internacionais já ensejadas e treinadas na dinâmica da II Revolução Industrial, enquanto o Brasil entrava ainda nos ditames da I Revolução Industrial (o famoso atraso retardatário). A tensão que incide sobre uma economia retardatária como a brasileira deriva de duas ordens de conflitos: um *interno*, ao disputar com outros setores que também podem ser considerados modernos (pois são capitalistas como os setores exportadores) a hegemonia do modelo de desenvolvimento adotado; e um *externo*, que implica em disputar mercado (interno e externo) com empresas com maior grau de competitividade e acúmulo de capital, protegidas

⁹⁰ Bielschowsky, 1995: 85.

⁹¹ Tema que será tratado no capítulo II deste trabalho.

pela pressão política exercida pelos governos de seus países de origem na instituição de acordos comerciais desiguais.

O dados de biografia e obra, tratados agora neste capítulo, tem um objetivo específico: clarear os elementos que constituem o conjunto da obra simonseana, incorporando dados da carreira do autor e com a produção de suas obras (que como já foi destacado, fazem parte de um mesmo movimento que vai da realidade vivida às idéias formuladas). É também uma tentativa de sistematização, não encontrada em nenhum dos textos elaborados sobre Simonsen consultados para este trabalho, em especial sobre a dinâmica dos textos escritos e publicados pelo autor.

Roberto Cochrane Simonsen nasceu em 18 de fevereiro de 1889, no Rio de Janeiro, filho de Sydney Martin Simonsen e Robertina da Gama Cockrane⁹². Dos dois lados, materno e paterno, Roberto Simonsen herdou ligações com a cultura européia e uma sólida e confortável posição social em uma sociedade ainda presa aos valores da cultura colonial e escravocrata, para a qual questões de nascimento e vínculos genealógicos contavam muito na definição da projeção e do futuro das novas gerações⁹³.

Do lado paterno, descendia de tradicional família inglesa. Seu pai, cidadão londrino, nascido em 1850, mudou-se para o Brasil aos 25 anos, fixando-se na cidade de Santos, envolvendo-se na rica e expansiva atividade de importação e exportação de café. A escolha da cidade de Santos é significativa, pois é importante lembrar que a partir da década de 1870 esta cidade, principalmente pelas atividades portuárias, decolou economicamente, na mesma proporção e ritmo em que o a marcha do café fosse se deslocando do Rio de Janeiro para o vale do Paraíba e depois para o interior do estado de São Paulo. A grande massa de riqueza do café acabaria em seu processo de traslado deixando parte de sua dinâmica na cidade de Santos, tornando-a uma das mais ricas e importantes localidades brasileiras do período. Estes pontos, o *pendant* racional típico da mentalidade saxônica dos ‘homens de negócios’ (e da cultura inglesa), o ambiente e intimidade com as atividades econômicas

⁹² Nas biografias de Simonsen há divergências sobre a cidade de seu nascimento. Alguns autores apontam a capital da república, a cidade do Rio de Janeiro, e outros a cidade de Santos. Heitor Ferreira Lima desfaz a confusão ao afirmar que *o nascimento de Roberto Simonsen, no Distrito Federal, foi um caso fortuito, pois toda a sua família residia em Santos e ele próprio sempre se considerou paulista e santista, evitando por isso aludir ao lugar de nascimento* (Lima, 1963: 53).

⁹³ Miceli, op. cit. A tese de capital social usada por Miceli tem fundamentação nas análises de Bordieu, e aproxima-se também da técnica desenvolvida nos estudos da história das mentalidades.

paterna, a infância santista (cidade de perfil urbano, fortemente marcada pela febril dinâmica econômica do final do século 19) e a memória da experiência ferroviária do avô, seriam importantes para a formação intelectual de Roberto Simonsen.

Do lado materno, Simonsen descendia de uma família ilustre de escoceses, os Cochrane (ou Cokhrane). Sua mãe era filha do engenheiro Ignácio da Gama Cochrane, formado pela Escola Central de Engenharia do Rio de Janeiro, fiscal na construção da estrada de ferro inglesa Santos-Jundiaí na década de 1860⁹⁴, engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, fundador da *Cia City de Santos*, deputado à Assembléia Legislativa Provincial de 1870/1879 e membro da primeira diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro⁹⁵. Robertina da Gama Cockrane era neta de Thomas Cochrane, *primo em segundo grau do almirante Cochrane, que ganhou fama nas guerras de independência de países 'latino-americanos'* ⁹⁶. Thomas Cochrane teve papel destacado na idealização das leis básicas para organização e administração dos projetos das estradas de ferro brasileiras. Em um dos seus trabalhos,

preparou um projeto otimista, em 1839, para uma estrada de ferro que, segundo ele, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, daria ao Brasil o mesmo que a linha férrea Stockton e Darlington deu à Inglaterra. Embora o projeto tivesse que ser abandonado, mesmo depois de ter conseguido organizar uma companhia para executá-lo, seus esforços não foram em vão. Suas experiências e a pressão exercida conduziram por fim à aceitação da idéia de que nenhuma estrada de ferro poderia ser construída no Brasil sem auxílio governamental. ⁹⁷

Foi seu esforço que transformou em lei, em 1852, a fixação da taxa de juros em 5% dos capitais investidos nos projetos das estradas de ferro brasileiras. A idéia era aumentar a estabilidade e a segurança financeira dos projetos e a capacidade de atração dos capitais externos (em especial os ingleses) para acelerar a construção das ferrovias no país⁹⁸.

A herança materna dava a Roberto Simonsen um passado histórico repleto de experiências de gestão dos negócios e da administração pública brasileira. No prefácio escrito por Afrânio Peixoto para a primeira edição de *História Econômica do Brasil - 1500/1820*,

⁹⁴ Nagamini, “Engenharia e técnicas de construções ferroviárias e portuárias no império” In *História da técnica e da tecnologia no Brasil*, organização de Milton Vargas, 1994: 140.

⁹⁵ Lima, 1963: 54.

⁹⁶ Richard Graham, 1973: 59.

⁹⁷ Graham, op. cit., p: 59.

⁹⁸ Thomas Cochrane, “Esboço histórico sobre o primitivo projecto da estrada de Ferro D. Pedro II” In *Cochranes no Brasil: Thomas Cochrane e Ignace Cochrane*, de Aroldo de Azevedo, São Paulo: Editora Nacional, 1965, p: 288.

Peixoto afirma que Simonsen poderia enaltecer o ter *entre os de sua gente a Lord Cochrane, Marquês do Maranhão, que fez história do Brasil*⁹⁹. Simonsen descendia de *ilustre família, integrada por engenheiros, militares, diplomatas e altos funcionários*¹⁰⁰. O contato íntimo e constante com o trato de temas importantes à história deste país também teria repercussões posteriores. É o capital social mais ligado às influências do Brasil moderno – das expansões ferroviárias, da ciência da engenharia, do impulso transformador dos negócios, do florescimento do universo urbano que presidiriam a meninice e a mocidade deste jovem, nascido no “alto da pirâmide” social da época¹⁰¹.

Antes de nos determos mais pormenorizadamente nesta primeira fase e de suas conseqüências na vida e na obra de Roberto Simonsen, seria interessante relacionar os momentos mais significativos que constam em sua biografia. A partir dela é possível estabelecer fases ou cortes que estão intimamente relacionados com sua produção intelectual e, principalmente, com a evolução na sua forma de pensar a industrialização e seus limites no Brasil.

1.2.1. Biografia

São relacionados abaixo os principais momentos da vida e das atividades desenvolvidas por Roberto Simonsen. As inúmeras obras que tratam deste autor, porém de maneira dispersa, foram tomadas como a base de dados para esta cronologia¹⁰². Os dados que aparecem aqui reunidos, mesmo correndo o risco de serem interpretados como uma apologia da biografia de Simonsen, me parecem fundamentais para entender e justificar não só o fato

⁹⁹ Fanganiello, 1970: 01.

¹⁰⁰ Fanganiello, op. cit.

¹⁰¹ Este viés elitista da origem de Simonsen é reforçado por vários trabalhos. Coraly Caetano, utilizando texto biográfico de Aroldo Azevedo chega a citar sua genealogia materna: *um levantamento da genealogia da família Cochrane no Brasil na qual estão incluídas as seguintes famílias: 1ª geração – Godim Cochrane, Cochrane Simonsen, Cochrane Suplicy, Cochrane de Azevedo, Gonçalves Cochrane; 2ª geração – Alvim Cochrane, Cochrane Gouveia, Moreszohn Simonsen, Cardoso Simonsen, Simonsen Murray, Feliciano Suplicy, Matarazzo Suplicy, Suplicy Hafers, Suplicy Simonsen, Suplicy Harbach, Murray Suplicy, Azevedo de C. Santos, Barcellos de Azevedo, Azevedo de Freitas, Lacerda Azevedo, Azevedo Moreira, Pego do A. Azevedo, Dulf Azevedo, Bruzzi Cochrane, Leoni Cochrane, Cochrane Simonsen, Simonsen Cochrane* (Caetano, 1994: 19).

¹⁰² Relacionadas na bibliografia desta tese.

de reiteradas vezes este personagem ter sido tomado como epicentro das questões industriais do período 1920/1940, como também para legitimá-lo como ator fundamental e presente nos grandes eventos da época.

Roberto Simonsen nasce na cidade do Rio de Janeiro, mas é na cidade de Santos (São Paulo) que passa a infância e onde faz seus primeiros estudos. Em julho de 1903 Simonsen ingressa na escola Politécnica de São Paulo, diplomando-se engenheiro em 1909 (dizem seus biógrafos que a escolha da carreira de engenheiro deus-e por influência de seu avô materno). Recém-formado é contratado como engenheiro pela companhia de estrada de ferro *Southern Brazil Railway*, empresa onde permaneceria até 1911. Casa-se em 1911 e nesse mesmo ano é nomeado diretor geral de obras da Prefeitura de Santos. Em seguida ocupa o cargo de engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos do Município de Santos, sendo responsável pela condução e execução de várias obras de vulto no calçamento e saneamento da cidade.

Em 1912, a partir do conhecimento técnico e engenharia, da experiência de trabalho acumulada e dos relacionamentos que possuía (primeiro da herança familiar e depois acrescida dos vínculos que estabeleceu à frente da estrutura de obras da prefeitura da então terceira maior cidade do estado de São Paulo), funda a Cia Construtora de Santos, empresa que realizou obras de grande porte na cidade, inclusive no setor de planejamento urbano, e também a Cia Santista de Habitações Econômicas. Juntas, estas duas empresas participaram do *boom* da construção civil que modernizou a cidade santista sob o influxo de seu rápido crescimento urbano. As empresas de propriedade de Simonsen edificaram moradias econômicas, de baixo custo e destinada aos trabalhadores; condomínios de luxo; frigoríficos e depósitos; edificaram o Teatro Municipal de Santos; e, no final da década, assumiram um contrato de grande envergadura para a época - a construção dos quartéis, encomendados pelo ministro Pandiá Calógeras.

Em 1914, Simonsen lança a pedra fundamental da construção do bairro operário da Vila Belmiro, em Santos. Em 1916 funda e preside o Centro dos Construtores e Industriais de Santos (inovando as relações entre patrões e empregados no Brasil ao instituir, pela primeira vez no país, uma junta de conciliação, que funcionava sem qualquer caráter oficial).

Em 1918 Simonsen aparece como ativo combatente na luta contra a epidemia de gripe espanhola que assolava o país. Ainda nesse ano (ano rico de realizações importantes para seu futuro), sendo possuidor de um pendor discursivo e uma promissora carreira na engenharia e administração empresarial, com ampla reputação na sociedade santista, Roberto Simonsen é escolhido para saudar a visita que o ministro da agricultura, Pádua Sales, fez a essa cidade (não custa lembrar o peso que um ocupante da pasta da agricultura tinha em um momento da história econômica brasileira em que reinava absoluto o café). Nesta data lê o discurso *Orientação Agrícola Brasileira*, sua primeira incursão analítica sobre a economia brasileira. As posições racionais e comedidas defendidas no discurso valeram a Simonsen a indicação para integrar em 1919 a Missão Comercial Brasileira enviada à Inglaterra, representando o estado de São Paulo. Logo em seguida é indicado como único representante brasileiro no Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, realizado em Paris. No mesmo ano é indicado como representante das classes patronais na Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Washington. Dentro do quadro de expansão de suas atividades empresariais Simonsen é eleito, em 1919, presidente da Cia Frigorífica e Pastoril de Barretos, para o mandato 1919/1924.

Entre os anos de 1922 e 1923, a construtora de Roberto Simonsen consegue realizar a maior parte das obras de modernização dos quartéis brasileiros, empreendimento para o qual foi contratado com a responsabilidade de planejar, administrar e executar empreitada de envergadura abrangendo o território nacional, estendendo-se por 26 cidades em nove estados brasileiros, do ‘*Oiapoque ao Chuí*’. É também dessa experiência que retira legitimidade para o tratamento das questões nacionais, ao invocar (como na Constituinte de 1934) ter trabalhado em nove estados do Brasil *conhecendo considerável zona de nossa terra e a sua fronteira, desde a Bolívia até a fos do Chuy (sic), em contato direto com ponderável parcela de nossa gente, como fonte de conhecimento que lhe permitiria dar sua modesta contribuição de observador direto*¹⁰³.

Em 1923 preside o Sindicato Nacional de Combustíveis Líquidos (gestão 1923/1928). Em 1926 é eleito diretor da Cia Nacional de Artefatos de Cobre (gestão 1926/1928), e no mesmo ano é eleito presidente da Cia Nacional de Borracha (1926/1927).

¹⁰³ Simonsen, 1934: 06.

A experiência adquirida na representação de variados interesses industriais e econômicos organizados corporativamente, aliada à proeminência alcançada na administração de suas empresas (para qual contribuiu muito a construção dos quartéis) e à projeção no campo das idéias econômicas, fizeram de Simonsen um líder do setor industrial na década de 20. Em 1928 lidera a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, que mais tarde se transformaria na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, fazendo parte da primeira diretoria da entidade, como vice-presidente.

Em 1929, juntamente com a diretoria do CIESP apoiou o candidato situacionista Júlio Prestes, em posição que hoje poderia ser avaliada como submissão aos interesses das oligarquias paulistas. Tal perspectiva se apóia no fato de que se a política de estabilização cambial, levada a efeito pelo governo de Washington Luiz, preservava parte dos interesses industriais (tanto pela proteção que despendia para o setor mais dinâmico da economia – o café - quanto pela possibilidade de planejamento e racionalização dos custos da produção industrial), a defesa da candidatura de Prestes (indicação de Washington Luiz) representava a manutenção do poder da oligarquia do PRP, em franca oposição e luta contra outras facções regionais¹⁰⁴. Parte desse posicionamento e fidelidade auxilia no entendimento da prisão de Simonsen, em 1930, acusado por Getúlio Vargas de conspirar contra a Revolução (e de participar da orgia das fraudes perpetradas pelo governo anterior), permanecendo encarcerado durante 15 dias¹⁰⁵.

Novo confronto com o governo de Vargas: em 1932, á frente de um coeso grupo de industriais paulistas, Roberto Simonsen apóia a Revolução Constitucionalista. Ficou sob sua responsabilidade a condução de adaptação do parque industrial paulista à economia de

¹⁰⁴ Esta questão será retomada e aprofundada nos próximos capítulos, pois é parte da hipótese sobre a fragilidade da argumentação simonseana a sua submissão (ou oscilação) ao ideário dos interesses das elites paulistas.

¹⁰⁵ Em discurso proferido na Câmara dos Deputados em 1935, Simonsen diria sobre que nesse momento desagradável, praticamente ter recebido o equivalente a um atestado de moralidade, mais efetivo porque dado de má vontade: *em já longa vida de intenso trabalho logrei conquistar uma relativa independência material; através de toda essa laboriosa existência, conservei uma intransigente independência moral, que as reiteradas arremetidas da maledicência e da perfídia não conseguiram destruir ou sequer abalar, seja nos transe de minha pública e profissional ou até na prisão, a que fui arrastado pelas primeiras levas da revolução triunfante, que fez da minha acção de homem de trabalho a maior devassa de que há memória nos factos do Brasil, procurando, de balde, anos a fio, a suposta existência de actos menos dignos* (Amzalak, 1944: 07).

guerra. Com a derrota do movimento, em outubro desse ano exilou-se durante um mês em Buenos Aires.

No mesmo ano Simonsen investe energia em uma de suas áreas prediletas de trabalho – a questão da racionalização e da técnica. Cria em São Paulo o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), é nomeado presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo, no biênio 1933/1934 (portanto influenciando decisivamente a formulação das teses que este instituto apresentaria como contribuição à elaboração do Anteprojeto de Constituição, em 1933, em que sobressaem pontos como a recusa ao aumento do papel do Estado e ao princípio da representação classista ou profissional – ambos expressivos da linha de ação da bancada paulista). Participa da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política.

Em 1933 Simonsen é eleito como deputado classista (representação profissional), para a Assembléia Nacional Constituinte (1933/1934), combatendo junto com a maioria da bancada paulista (a Chapa Única *Por São Paulo Unido*) a inclusão da representação profissional na Nova Carta, e defendendo uma limitação nas propostas do governo para os direitos trabalhistas sob o argumento da adequação entre as possibilidades reais da economia e seu dispêndio em direitos sociais, propondo em seu lugar a criação dos Conselhos Técnicos¹⁰⁶. Em sua intervenção formal, Simonsen ponderou sobre os limites que deveriam ser fixados à intervenção do Estado na vida econômica e sobre a pertinência das questões dos direitos sociais. Salientava o risco da *importação* de direitos afeitos e oportunos para países mais desenvolvidos que o nosso, e que poderiam atingir exatamente o fim contrário que originara a decisão: procurando proteger o trabalho e impondo duras sangrias ao capital, o resultado poderia ser o de destruir as possibilidades de desenvolvimento e acentuar a penúria e o baixo nível de vida da população. Para Simonsen, nesse momento, a exigência histórica era de estimular o capital (especialmente o industrial), pois em sua esteira ocorreria, naturalmente, a elevação do bem estar e da riqueza individual. Com a promulgação da Nova Carta, em 1934, obtém novo mandato de deputado classista para a legislatura ordinária.

¹⁰⁶ A proposta de Conselhos Técnicos já existia como parte do programa político do Clube 3 de Outubro, e fora defendido por Oliveira Vianna (em *Problemas de política objetiva*, reunindo trabalhos e artigos publicados em 1930, embora a edição formal aparecesse somente em 1947).

Em 1935 é eleito para a presidência da Confederação Industrial do Brasil, biênio 1935/1936, (CIB)¹⁰⁷. No mesmo ano assume a cadeira de História Econômica na Escola Livre de Sociologia e Política, que teve como impacto forçar Simonsen a elaborar em termos e linguagem acadêmica muito daquilo que vinha fermentando e discutindo na prática econômica. O empenho de organizar e classificar dados históricos – que já estavam presentes como ferramenta de trabalho em estudos anteriores – possibilitou um maior domínio e um crescimento da legitimidade no trato dos assuntos nacionais. Neste mesmo ano Simonsen proporia a realização de um Congresso Nacional da Indústria em cuja pauta destacavam-se as questões de política comercial e industrial mais convenientes ao Brasil no cenário mundial e a contribuição da indústria para a economia nacional¹⁰⁸.

Em 1936 Simonsen coordena o inquérito pedido pelo presidente Vargas sobre as possibilidades da expansão industrial brasileira, no qual sugere a ampliação do levantamento estatístico sobre os setores industriais e as condições do mercado interno, com vistas à defesa do país através do seu fortalecimento econômico.

Em 1937, com a implantação do Estado Novo Simonsen perde o mandato parlamentar, mas adentra ao aparelho de Estado por outra porta – é nomeado membro do Conselho Federal do Comércio Exterior e em 1938 passa a participar do Conselho de Extensão Econômica do Estado de São Paulo (1938/1941). Ainda em 1937, assume a presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), permanecendo no cargo durante todo o período da Segunda Guerra Mundial. Em 1939 é eleito para a Academia Paulista de Letras.

Em 1941 [Euvaldo Lodi](#) e [Roberto Simonsen](#), presidentes respectivamente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), sugerem ao presidente Vargas que a responsabilidade pelo ensino industrial ficasse a cargo das federações sindicais do empresariado (projeto do SENAI). Em janeiro de 1942 é formalmente criado o SENAI, através do Decreto-Lei nº 4.048.

Também em 1942 é nomeado para o conselho consultivo da Coordenação de Mobilização Econômica (órgão federal que desempenhou importante papel na condução da

¹⁰⁷ Posteriormente rebatizada como Confederação Nacional da Indústria (CNI).

¹⁰⁸ Simonsen voltaria a propor o Congresso em 1937 e em 1940 (quando foi aprovado pelo CFCE), mas ocorrendo apenas alguns anos depois. Bastos, 1952:146.

economia brasileira no contexto da Segunda Guerra Mundial). No ano seguinte, em 1943 Simonsen organiza a participação dos empresários na construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e lidera a delegação paulista para o 1º Congresso Brasileiro de Economia.

Em 1944, Simonsen é indicado para a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) e chefia a delegação industrial paulista ao 1º Congresso Brasileiro da Indústria. O ano de 1945 é antológico na biografia de Simonsen: é o ano da histórica polêmica travada com Eugênio Gudin sobre a questão do planejamento da economia brasileira – marco da ruptura efetiva de Simonsen ao projeto econômico liberal (incluindo a defesa, ainda que em menor grau, dos interesses primário-exportadores)¹⁰⁹. Ainda nesse ano, Simonsen chefiou a delegação industrial paulista à Conferência de Teresópolis (único congresso econômico em que o problema político – de forma oportunista, diriam alguns – é trazida à baila, com a defesa da redemocratização do país).

Em 1946 Simonsen é eleito novamente para um cargo de representação política em um cenário político completamente novo. Com o fim do regime de Vargas, a Constituinte de 1946 teve como principal tarefa reorganizar da vida democrática do país em um cenário bastante distinto daquele que presidiu as discussões em 1933 (começando pela eliminação da representação corporativa). No cenário externo o fenômeno mais marcante era a onda de democratização que varria o mundo ocidental deflagrada com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial e com a disputa nascente entre EUA e URSS. Com a volta do país ao regime constitucional, o Partido Social Democrático de São Paulo¹¹⁰ apresentou o nome de Roberto Simonsen para o Senado, sendo sua vitória nas urnas expressiva. No mesmo ano é eleito para a Academia Brasileira de Letras com o trabalho *História Econômica do Brasil – 1500 – 1820*, sendo o primeiro economista a ocupar uma vaga na ABL.

¹⁰⁹ O debate entre Simonsen e Gudin ficou histórico nestes dois documentos, porém a disputa e o confronto entre os dois eram mais antigos e *muito* mais profundos (como analisado no capítulo V desta tese). Gudin foi durante os anos 30 e 40 o antípoda intelectual de Simonsen – o laço que Gudin tinha com os postulados do liberalismo clássico Simonsen tinha com o nacionalismo industrial (um a *la* Smith/Say, e outro a *la* List). De escolas econômicas opostas, escreveram exatamente sobre os mesmos temas, disputando vários espaços de atuação comum – o mundo acadêmico, os Conselhos Técnicos, os Congressos Econômicos. A questão 44/45 é um ponto de um debate maior e que recobre divergências ideológicas e conceituais profundas não só para os autores, mas também para o debate intelectual de sua época.

¹¹⁰ Convém lembrar que neste momento o PSD congregava um grupo expressivo de industriais. Na Constituinte de 46, Horácio Lafer foi eleito por essa sigla e nomeado relator da Comissão de Investigação Econômica e Social.

É também deste mesmo ano de 1946 a proposta de Simonsen para a criação do SESI. Em discurso proferido em 1946, Simonsen referiu-se aos objetivos desta entidade como uma demonstração da política de assistencialismo necessária ao empresariado industrial no combate a propaganda comunista e na educação moral e cívica necessária a consolidar uma nova prática e visão de mundo no operariado fabril.

Em 1947, como vice-presidente da seção brasileira do Conselho Inter-Americano de Comércio e Produção atua na reunião de outubro de 1947, em Petrópolis, como defensor de um Plano Marshall para a América Latina.

Roberto Simonsen falece subitamente em 25 de maio de 1948, durante discurso proferido na Academia Brasileira de Letras. Ao final de sua vida, Roberto Simonsen contava entre seus inúmeros títulos o de engenheiro civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; membro do Instituto Histórico e Geográfico (de São Paulo, do Rio de Janeiro e do município de Santos); membro da Academia Paulista de Letras; da Academia Brasileira de Letras e da Academia Portuguesa de História de Lisboa; do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro; do Conselho Diretor da Sociedade Brasileira de Economia e Política (Rio de Janeiro); do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas (Rio de Janeiro); consultor técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; presidente do Conselho de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI); membro da Sociedade Capistrano de Abreu (Rio de Janeiro); membro do Instituto de Engenharia de São Paulo; membro do Conselho Consultivo do Instituto Racional do Trabalho (IDORT/ São Paulo); vice-presidente do Conselho Superior da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP-SP); membro da American Society of Civil Engineers (de Nova York/EUA); do Inter American Statistical Institute (Washington/EUA); da Population Association of América (Washington/EUA); da National Geographic Society (Washington/EUA); do Conselho de Editores de Economia do Brasil - do Handbook of Latin American Studies (Harvard/EUA); da Royal Geographic Society (Londres/Inglaterra); do British Institute of Philosophy (Londres/Inglaterra).

Era ainda, senador, presidente da Companhia Construtora de Santos; presidente da Cerâmica São Caetano S.A.; presidente da Companhia Paulista de Mineração; sócio da

Sociedade Construtora Brasileira Ltda.; diretor da Sociedade Imobiliária Santo André e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

1.2.2. Cronologia dos textos

A biografia de Simonsen demonstra o lado prático de sua vida, fundamentando a inserção do autor no segmento empresarial e dando prova de sua liderança. A partir desta dimensão, mapeadas cronologicamente, a sua produção intelectual pode servir para uma nova perspectiva de análise, ressaltando a relação entre produção e momento vivido. Permite também estabelecer os momentos em que se aproximam ou separam-se as linhas de convergência entre as teses e a capacidade dirigente de Simonsen. O próximo passo é justapor vida e obra, para que os nexos apontados se tornem visíveis e possibilite uma posterior análise das hipóteses levantadas neste estudo.

Quanto ao levantamento das obras, a opção foi feita levando em consideração um ordenamento cronológico e um pequeno resumo sobre seu conteúdo. Este procedimento foi adotado porque na literatura consultada e que versa sobre o autor, não são apresentadas nem o conjunto da obra e nem a sua continuidade. Como boa parte dos trabalhos de Simonsen são de difícil acesso (por dispersão em outros trabalhos, por concentração em alguns locais de consulta, pela sua pequena tiragem), a descrição dos textos que embasaram esta pesquisa permitirá ao leitor ter uma visão de conjunto sobre a obra simonseana e acompanhar os raciocínios trabalhados.

Neste tópico são discriminados os textos produzidos por Simonsen ao longo de quatro décadas. Foram usados somente aqueles que pertencem com exclusividade à lavra desse autor. A ressalva é feita devido ao conjunto de documentos, resoluções e relatórios produzidos de forma institucional, mesmo contando com a participação, direção, e mesmo, o tom e a argumentação clássica ao pensamento simonseano.

Em 1912 Simonsen publica *Os melhoramentos municipais de Santos*, enfocando a experiência da reforma urbana e sanitária da cidade santista. Entre 1912 e 1922 edita anualmente os relatórios de atividades da Cia Construtora de Santos. Além destes textos de pontuação mais técnica, seu primeiro trabalho com alcance maior que a experiência da administração empresarial aparece em 1918, *Orientação Agrícola Brasileira*, discurso que lê

na saudação ao ministro da agricultura, Dr. Antonio de Pádua Salles, então em visita a cidade de Santos. A importância deste discurso reside em ser um esforço de análise sobre as características da economia brasileira. Este texto é novamente publicado em 1919, em *O Trabalho Moderno*¹¹¹, reunindo três discursos pronunciados em diferentes anos e circunstâncias: *Pelo Trabalho Organizado* (resposta à saudação dos companheiros de trabalho de Santos após o término da epidemia de gripe espanhola; texto de 09 de dezembro de 1918, e publicado nos jornais de Santos em 10 de dezembro de 1918); *Pela Organização da Produção*, (íntegra do discurso *Orientação Agrícola Brasileira*, de 1918, apenas renomeado); *Pela Administração Científica* (introdução do relatório apresentado à diretoria da Cia Construtora de Santos, março de 1919). A publicação deste trabalho contou com o empenho de Monteiro Lobato que havia elogiado as posições de Simonsen.

Em 1923 aparece *O calçamento de São Paulo – Aspecto Técnico*. Memória apresentada ao Instituto de Engenharia de São Paulo, analisando os problemas do planejamento, do arruamento, escoamento de águas, traçado e calçamento urbano.

Data de 1928 o segundo ensaio sobre economia brasileira, *Orientação Industrial Brasileira*, discurso pronunciado na inauguração do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, posteriormente editado pela gráfica das Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus. Com exceção deste trabalho, durante a década de 1920 Simonsen produziria muito pouco, em geral discursos esparsos para solenidades específicas, material que seria reunido depois, em 1932, sob o título de *À margem da profissão*.

Em 1930 aparece o trabalho denominado *As crises no Brasil*; texto editado em outubro, tendo como pano de fundo a questão da Grande Depressão de 1929 (tratada no decorrer do texto apenas como a *crise mundial*), O texto tem um prefácio histórico, aproveitando a coincidência entre o momento político brasileiro (a conjuntura revolucionária) e o tema (crise), possibilitando uma costura entre os dois. Simonsen reforça a análise dos percalços nacionais como oriundos de uma crise que nasce primeiro na economia e acaba galvanizando a sociedade, mas que pode, e geralmente é, acentuada pela inépcia dos governantes. O volume é composto de quatro capítulos: uma definição do conceito de *crise*;

¹¹¹ Na abertura deste texto Simonsen destaca que o título adotado, *O Trabalho Moderno*, deve-se à Monteiro Lobato, que assim havia rebatizado o discurso “Orientação Agrícola” quando o transcreveu na Revista do Brasil.

as características da crise mundial; a crise mundial e seus reflexos no Brasil; a crise brasileira e suas causas¹¹².

A Construção dos quartéis para o Exército, editado em 1931, faz um ajuste público de contas com a campanha acusatória de má gestão e desvio de recursos públicos durante o projeto para o qual a Cia Construtora de Santos fora contratada pelo Ministro da Guerra Pandiá Calógeras, pela qual Simonsen amargaria uma estadia na prisão por uma quinzena, sendo depois inocentado¹¹³. Ainda neste ano Simonsen publica o texto que configura a ruptura definitiva com a defesa (ou submissão) dos interesses industriais à dinâmica cafeeira-exportadora, *As finanças e a indústria*. É um trabalho de defesa feroz da indústria e uma versão já amadurecida da tarefa do planejamento e intervenção estatal no mundo econômico – sua maior referência é o modelo de desenvolvimento alemão. Este texto apresenta ainda uma curiosidade: ele será praticamente negado em suas teses fundamentais durante a ação de Simonsen nos trabalhos da Constituinte de 1933/34 (nitidamente contraditório tanto com as posições ali defendidas pelo autor, como na publicação de um dos textos apresentados por Simonsen ao debate – *Ordem econômica e padrão de vida*).

É do mesmo ano o já citado *À margem da Profissão*, livro que reúne a maioria dos discursos e pronunciamentos de Roberto Simonsen entre os anos de 1916 e 1931. Os três primeiros capítulos são reproduções de *O Trabalho Moderno*, praticamente na íntegra (em ordem alterada, e no caso dos relatórios apresentados à diretoria da Cia Construtora de Santos, a versão neste livro é mais extensa). Os capítulos posteriores abrangem: 1) os discursos, matérias e artigos sobre as viagens de Simonsen na Comissão Comercial à Inglaterra e na Conferência da Indústria Algodoeira, na França; 2) os pronunciamentos e discursos onde são valorizadas as profissões de engenheiro e de “homem de negócios” e que podem ser tomados

¹¹² Na parte final deste texto aparece uma tradução do artigo de Albert Aftalion, publicado em *La Revue de Paris*, sobre o mesmo tema e que é a base conceitual de que se serve Roberto Simonsen em sua análise. A função da reprodução deste texto pode ser entendida como um meio de legitimar as teses veiculadas por Simonsen.

¹¹³ No prefácio de *As crises no Brasil* (1930) Simonsen faz uma declaração irônica sobre o episódio: *apprehensivo com o desenvolvimento da crise universal e com o estado chronico de depressão econômica e financeira em que vivemos, propuz, em reunião do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, que estudássemos as origens das crises no Brasil e os meios e processos de attenual-as ou evital-as (...) Preocupado, constantemente, com problemas de reconstrucção longe estava de imaginar que dentro de poucos dias seria recolhido ao Presídio Político da Immigração ‘como sócio de uma das firmas que contribuíram para o estado de crise no Brasil’ (...) Restituído à liberdade, ao fim de quinze dias, e reconhecido isento de culpa e pena, restou-me do incidente, mais uma experiência a meu activo* (Simonsen, 1930: 03).

como os textos mais defensivos de uma ética baseada nos negócios; 3) a reprodução do discurso proferido na inauguração do CIESP, em 1928; 4) a questão da marcha da história e a era industrial, apologia à indústria e à técnica como bases do progresso civilizatório; 5) artigos sobre os problemas cambiais e financeiros, a política cafeeira no processo econômico brasileiro da época. O livro é fechado com a reprodução parcial de *As crises no Brasil* (reproduzindo apenas o último capítulo) e a versão integral de *As finanças e a indústria*.

Simonsen publica em 1933, *Rumo à verdade*, apresentando seu discurso proferido na cerimônia de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política. Este texto reúne o conjunto de reflexões de Simonsen, talvez à luz da experiência da Revolução Constitucionalista de 1932 e do movimento da Comunhão Paulista, para a necessidade da formação de uma elite dirigente habilitada não só a lutar pelos interesses paulistas (a *missão paulista*), mas também pelos interesses nacionais, modernos e também industriais. É o texto onde a questão da formação das elites é fundamentada, apresentada como afinada a tarefa da gestão responsável dos negócios públicos frente à tarefa do desenvolvimento de nossas condições sociais e econômicas. Analisa também a função da sociologia enquanto parte diferenciada e essencial na produção do conhecimento pertinente ao entendimento da civilização 'machinica', passando por uma demonstração de domínio dos clássicos das ciências sociais em várias áreas - Simonsen navega pela antropologia, pela sociologia e pela ciência política e nesta última detêm-se sobre os problemas da democracia liberal - especialmente sobre os seus limites operacionais (talvez estimulado pelo ambiente político conjuntural tendente à defesa de formas políticas mais autoritárias). É um dos poucos textos onde o autor fala sobre a democracia (tema taticamente retirado de seus trabalhos) e onde explicita de forma radical sua visão aristocrática sobre as massas modernas e o papel das elites.

O texto *Ordem Econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras* (1934) é a reprodução do discurso proferido por Roberto Simonsen na Assembléia Nacional Constituinte em 30 de janeiro de 1934, no capítulo da Ordem Econômica, onde Simonsen condena a adoção de leis trabalhistas e sociais mais apropriadas a países desenvolvidos (crítica contra a imitação dos cânones da Constituição de *Weimar*), afirmando que a singularidade do caso brasileiro - de escassez de capital - impediria em grande parte a legislação trabalhista pretendida. Afirma nossa condição de *pobreza* e a tarefa necessária de

fomento ao desenvolvimento industrial como único meio de alavancar todo o ciclo econômico nacional sem, contudo, permitir uma excessiva intromissão do Estado (principalmente na tarefa de distribuir ganhos de uma produtividade que ainda não se realizou, através de esdrúxulas imitações de legislação trabalhista internacional). Sem posicionar-se contra os direitos do trabalho Simonsen defendia que a distribuição só seria possível depois da criação de riquezas e que se os poucos capitais existentes fossem penalizados por uma alta carga de tributos e legislações trabalhistas não se processaria uma evolução de nosso patamar de desenvolvimento, e aí sim os problemas sociais seriam gravíssimos.

O texto que foi publicado em 1934 e que se tornou a referência da proposta de Simonsen nos trabalhos da Constituinte de 1933/1934 apresenta duas curiosidades. A primeira é que a publicação é composta de duas partes: a íntegra do discurso de Simonsen e os apartes recebidos. No entanto, ao cotejarmos o texto dos apartes publicados com a reprodução integral que consta nos *Annaes da Constituinte* observamos que alguns apartes significativos não foram reproduzidos. Em especial o debate travado sobre a afirmação de Simonsen, que se tornaria clássica em seus estudos *o Brasil é um país pobre, habitado por uma população pobre*, que inflama o debate sobre a pujança brasileira e o verdadeiro atraso de nosso aparelhamento econômico e das condições miseráveis de vida de nossa gente. E a recusa de diálogo com o deputado paulista Zoroastro de Gouveia (Partido Socialista Brasileiro - SP). Os comentários e aparte feitos durante o discurso de Simonsen, todos voltados à crítica do capitalismo e dos pretensos interesses de harmonia propostos pela burguesia (que não ‘passariam de farsa grotesca’) foram solenemente ignorados por Simonsen: os apartes eram feitos e Simonsen prosseguia seu discurso, em demonstração acerba de desprezo. Há uma passagem reproduzida nos *Annaes* (mas eliminada na versão avulsa, como continuidade da mesma tática) em que Simonsen ao ser aparteado pelo deputado, declara que *os órgãos auditivos da bancada paulista não se acham afinados* [destaque nosso] *para ouvir a voz desse aparteante*¹¹⁴.

¹¹⁴ *Annaes da Constituinte*, volume VII, 30 de janeiro de 1934, p: 89. Note-se que a afirmação de Simonsen é significativa: a sua posição é a posição da *bancada paulista*, e esta que havia sido insultada pelo deputado Zoroastro Gouveia na sessão de 19 de dezembro. Exigindo uma retratação que não houve, o vice-líder da bancada paulista, deputado Cardoso de Melo Neto incita uma tomada de posição dos deputados paulistas: *Gritos estrondosos, dependentes do órgão vocal do orador, não nos convenceram. A acusação não está mais de pé: ela se esboroou. Quem acusa e não tem provas, quem acusa e não está imediatamente apto para apresentar as provas, demonstra, pelo menos () - por que usar da palavra quando está ela na consciência dos Srs. Constituintes? Prometo, por mim, por todos*

Em 1935 Simonsen publica *Aspectos da Política Econômica Nacional*, reprodução do discurso pronunciado enquanto deputado na Câmara Federal dos Deputados, em 11 de setembro de 1935, retomando o tema da indústria como eixo da economia e a questão das condições sociais de pobreza. Este discurso extenso (com 68 páginas), é iniciado por Simonsen com a seguinte citação de Pandiá Calógeras: *ser paiz forte e independente, importa em cousa mais alta do que produzir generos coloniaes – cacáo, café, assucar, borracha, fumo – que alimentam o consumo voluptuario e não necessidades essenciais da vida*. Além da reafirmação sobre a limitação da economia agrícola, Simonsen interpõe uma crítica ao liberalismo econômico (no mesmo sentido daquela já desenvolvida em *Rumo à verdade*, separando o conceito político do conceito econômico), e apresentando o quadro mundial que migra, cada vez mais, em direção ao protecionismo e ao planejamento. Ao exemplo citado anteriormente (a racionalização alemã, em *As finanças e a indústria*) adiciona os casos da França e dos Estados Unidos, permitindo um diálogo com o tema da organização da produção tanto no campo ideológico mais próximo ao corporativismo quanto do liberalismo.

É da lavra de 1937 *A indústria face à economia nacional*, trabalho em que Simonsen elabora a crítica ao espírito liberal da Constituição de 1934 – sendo, portanto, um momento de ruptura política. Neste texto o autor defende o caráter orgânico (corporativo) como necessário à organização da sociedade brasileira. É um trabalho consoante ao espírito de época, posterior ao fechamento do regime em 1937, e parte de seu teor, em termos políticos (porque no aspecto econômico permanece a defesa da indústria, o argumento da elevação da produtividade da economia e do nível de vida da população), é uma aceitação do Estado Novo.

Data do mesmo ano a primeira edição de *História Econômica do Brasil – 1500-1820*. Este trabalho é fruto do esforço de Roberto Simonsen para mapear o processo de formação da economia brasileira em toda a etapa do Brasil Colônia, passando pela descrição dos principais pontos históricos e administrativos, e analisando as características dos ciclos e das atividades econômicas a eles correlatas. As observações introdutórias no próprio texto indicam que o livro representava dados e informações coletadas como suporte para as aulas de da minha bancada, prometo por São Paulo Unido, que nunca mais, nesta Assembléia, São Paulo tomará em conta a palavra do deputado Zoroastro Gouveia (Annaes, 29ª Sessão, 19 de dezembro de 1933, página 442).

Simonsen na cadeira de História Econômica do Brasil, ministradas na Escola Livre de Sociologia e Política. A influência de Capistrano de Abreu e de Pandiá Calógeras, dos quais foi amigo, é visível. Foi com *História Econômica do Brasil* que Simonsen concorreu para a vaga na Academia Brasileira de Letras. A importância do texto aparece na sua leitura. Simonsen, apesar de ser acusado de negligência teórica pela falta de referência às fontes, oferece uma perspectiva rica de dados e dotada de uma perspectiva que ultrapassa o campo da descrição histórica para adentrar no apontamento das causas e nexos que fizeram a *formação* econômica do Brasil. De novidade, destaca o necessário estudo interdisciplinar que cruzasse história, sociologia, geografia, e a economia para a compreensão das formas de ocupação e desenvolvimento da sociedade e economia brasileira. Assinalava ainda que desse passado, fixado em suas linhas e movimentos, é que deveria ser retirado o material analítico para compreender e mudar o presente¹¹⁵.

Outro texto de caráter acadêmico e voltado para a compreensão da formação econômica do país (e suas heranças) é *Aspectos da história econômica do café*, de 1938. Este trabalho foi produzido para apresentação no Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É um estudo que procura mapear a evolução econômica da atividade cafeeira, da implantação às crises, passando pela descrição da produção, pela ocupação do trabalho escravo, do trabalho livre e pela descrição do fazendeiro. Com muita probabilidade este texto fora produzido na expectativa tanto de suplementação de dados para a disciplina de História Econômica do Brasil, que Simonsen lecionava na Escola Livre de Sociologia e Política, quanto como material de pesquisa.

Em 1939 Simonsen edita *A evolução industrial do Brasil*, memorando preparado por Simonsen a convite do Conselho Federal do Comércio Exterior para apresentação junto a Missão Universitária Norte-americana em visita ao Brasil. Este texto é praticamente uma ‘atualização’ dos dados e dos argumentos apresentados dez anos antes em *Orientação industrial*. Como *Orientação*, o texto de 1939 descreve o percurso da indústria nacional,

¹¹⁵ O estudo da história econômica deveria, para Simonsen, deveria ser retomado sob novas bases que levassem ao entendimento do presente: *Eram, até bem pouco tempo, relativamente raros os historiadores que se ocupavam de tais assuntos. No Brasil, para só falar dos mortos, possuíamos eruditos estudos feitos por Varnhagen, Capistrano de Abreu, Vieira Souto, Amaro Cavalcanti, Calógeras e alguns outros. (...) O campo da história econômica é vastíssimo e não nos cansamos de chamar para o seu estudo a atenção dos brasileiros, com o propósito de uma efetiva sistematização, que deverão resultar reais e incontestáveis proveitos para o país* (Simonsen, 1977: 24).

frisando o abandono e ambiente hostil que cercou seu surgimento, e apresentando dados e eventos que fizeram dela uma realidade *inelutável* na marcha do progresso brasileiro. A diferença com o texto anterior está na ausência de teor apologético neste último, que se apresenta mais comedido, mais técnico e mais seguro. Simonsen fala agora de uma indústria que já ocupou um lugar de destaque no cenário nacional, não necessitando mais de uma onda de publicidade para garantir o seu direito à voz.

Em 1940 é publicado o estudo *Recursos Econômicos e movimentos das populações*, relatório de pesquisa apresentada ao VIII Congresso Científico americano e elaborado por Simonsen na condição de consultor técnico do Conselho Nacional de Estatísticas e posteriormente publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É um trabalho em que a preocupação com o nível de vida aparece associada aos problemas regionais e aos fluxos históricos de mobilidade demográfica no Brasil. Marca a preocupação que Simonsen desenvolve em toda a década de 30 pela precisão numérica, pelo levantamento de dados e pelos estudos regionais (procedimento que caracteriza a inovadora linha de pesquisa desenvolvida pela Escola de Sociologia e Política, em especial sob a orientação de Donald Pierson). É do mesmo ano *Níveis de vida e economia nacional*, apresentado durante evento promovido pelo Centro de Estudos e Ação Social (Semanas de ação social) em São Paulo, setembro de 1940. Interessante trabalho onde Simonsen procura juntar a questão da luta pela melhoria do nível de vida dos trabalhadores com o ideário católico da solidariedade, estimulando a dimensão assistencialista empresarial como uma necessidade para a minoração do conflito social.

Em 1943 aparece, em formato de livro, *Ensaio Sociais, políticos e econômicos*. É uma publicação onde são reunidos vários textos dispersos de Roberto Simonsen (discursos, homenagens, conferências agradecimentos), reeditando trabalhos significativos (*Recursos econômicos e movimento das populações*, e *Níveis de vida e a economia nacional*, ambos de 1940). Outros dos trabalhos reunidos são menos densos e mais apologéticos, embora inéditos. Um destaque que deve ser feito é sobre o trabalho *As conseqüências econômicas da Abolição*, produzido para a conferência comemorativa do 1º Cinquentenário da Abolição (maio de 1938). E também *Os objetivos da engenharia nacional* (1939). Mas mais relevante, neste ano de 1943, é a elaboração e a publicação de *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período do após guerra (geografia e política industrial)* - título dado

à conferência realizada por Simonsen em maio de 1943 no auditório dos Serviços Hollerith. Este trabalho é a primeira versão de uma tese importantíssima no pensamento simonseano e *avant garde*, sobre o desenlace da II Guerra Mundial. Simonsen pressente a mudança de rumos da geopolítica mundial e o aumento da desigualdade entre os países supercapitalizados e os países atrasados que resultaria no panorama mundial do após-guerra. Na esteira dessa diferença, imposta em grande medida pela manutenção de relações das trocas internacionais pelo princípio liberal do livre comércio, Simonsen assentaria com força a idéia do planejamento e do protecionismo econômico sob a ação do estatal.

São publicados em 1944 três trabalhos: *A engenharia e a indústria*, *A agricultura e a indústria* e *Elos da indústria*. O primeiro texto, *A engenharia e a indústria*, reproduz a conferência proferida por Simonsen na Escola Politécnica da USP por ocasião das comemorações dos 50 anos dessa instituição. É um trabalho extremamente relevante por apresentar a visão de Simonsen sobre o modelo de desenvolvimento baseado nas pequenas e médias empresas (e sua crítica ao processo de concentração empresarial – modelo monopolista e oligopólico) e sobre os efeitos da tecnologia sobre a produção – aumento da produtividade *ou* desestruturação do trabalho e da economia. Nos dois casos, como conseqüente distorção, tenderia a haver uma diminuição da oferta de emprego e da renda nacional (mote fundamental em *todas* as análises de Simonsen como pilar do aumento da riqueza nacional)¹¹⁶. *A agricultura e a indústria* é reunião dos discursos proferidos durante a visita de Roberto Simonsen (enquanto representante da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) à cidade de Marília. O evento ganhou projeção, na época, por reunir a visão dos setores fundamentais da economia (agricultura, indústria e comércio) numa visão harmônica do desenvolvimento econômico brasileiro. São transcritos o discurso de Mario Araújo Coriolano (comércio), Alberto Prado Guimarães (agricultura) e Roberto Simonsen (indústria). *Elos da Indústria*, reunião de quatro discursos proferidos por Roberto Simonsen durante o mês de junho de 1944, e editados pelo diálogo que estabelecem com setores estratégicos para o projeto industrial: agricultura (reedição da fala de Simonsen na visita à

¹¹⁶ Este texto apresenta a análise pioneira dos ‘estragos’ gerais na economia, oriundos dessa concentração, em especial a desestruturação dos níveis de emprego – portanto, uma discussão sobre o desemprego estrutural (como hoje chamamos) ou a aplicação da tese marxista do aumento do exército industrial de reserva gerado pelo aumento da tecnologia e da extração de mais valia relativa.

Marília), imprensa, e duas invocações a parcerias internacionais: o intercâmbio econômico com os EUA e com o Chile.

De 1945 é *A indústria e seus problemas econômicos e sociais*, discurso apresentado por ocasião da solenidade de instalação da 5ª Feira Nacional da Indústria, em janeiro de 1945. Reunião de discursos de Simonsen, do Ministro do Trabalho Marcondes Filho, e do interventor de São Paulo, Fernando Costa.

Dois trabalhos elaborados entre o ano de 1944 e 1945 marcariam a madura elaboração e defesa feita por Simonsen sobre o planejamento econômico e sua importância na construção de um modelo nacionalista de desenvolvimento econômico. É expressão deste movimento *O planejamento da economia brasileira – réplica ao Sr. Eugênio Gudin*, reunindo dois textos importantíssimos na bibliografia de Simonsen: o parecer apresentado por Roberto Simonsen ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), em 16 de agosto de 1944, intitulado *A planificação da economia Brasileira*; e a réplica acerba de Simonsen à dura avaliação feita por Eugênio Gudin ao seu parecer, intitulada *O planejamento na economia brasileira*. São publicadas ainda duas cartas, de menor importância, trocadas entre Oswaldo Gomes da Costa Miranda (diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho) e Eugênio Gudin. São nestes dois textos que se tornam explícitas (e radicalizadas) várias das posições que já vinham sendo defendidas por Simonsen sobre os limites impostos ao desenvolvimento econômico brasileiro pela manutenção de dois mitos perigosos: o liberalismo econômico (nas trocas internacionais) e a negação do papel fundamental do estado no planejamento (chega a usar o termo *planificação*) da economia. É o *batismo* brasileiro das futuras teses cepalinas, com a crítica à teoria da divisão internacional do trabalho e aos automatismos do livre mercado.

Ainda é de 1945 *Roosevelt*, discurso pronunciado por Roberto Simonsen por ocasião das comemorações do dia Pan-Americano. O teor do discurso é assinalar a heterodoxia e a ousadia do lendário presidente norte-americano ao adotar o intervencionismo econômico como forma de tirar os Estados Unidos da profunda crise pós 1929. A importância deste trabalho é extremamente *simbólica*, uma vez que utiliza o grande paradigma liberal, os Estados Unidos, contra o radicalismo dos liberais brasileiros exatamente no período em que os ânimos se acirraram em função do debate do planejamento.

Em 1947 aparecem edições avulsas de textos proferidos durante os trabalhos do Senado Federal. A publicação *Discursos pronunciados pelo senador Roberto Simonsen no Senado Federal* (1947), é a reunião de quatro discursos de Simonsen (nos meses de abril, maio, junho e novembro) e outros documentos que tramitaram na mesma época (requerimentos, proposta de votação e proposição). É um conjunto discursivo demonstrando a ação de Roberto Simonsen na arena legislativa em franca defesa dos interesses industriais, porém reafirmando questões como aumento da produtividade do trabalho, desequilíbrios sócio-econômicos e regionais só corrigíveis com planejamento e desenvolvimento de políticas econômicas e com o aperfeiçoamento das técnicas estatísticas e de levantamento de dados (uma base real e científica para a tomada de decisão do poder público e o planejamento da economia).

Outro discurso publicado no mesmo ano, e bem mais polêmico, é *As classes produtoras do Brasil e o Partido Comunista*. Como o anterior, é um discurso de tribuna, editado como texto avulso (Imprensa Nacional) onde retoma o problema da questão social como carvão do conflito social. A inovação está na apresentação das conseqüências nefastas resultantes da sua não resolução: a ameaça à democracia, com o risco do crescimento do apoio a soluções radicais e extremadas como o comunismo. Por esse motivo, Simonsen coloca-se preocupado com a 'mística' do comunismo, contra a qual somente a educação, o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população (temas recorrentes na argumentação simonseana) podem oferecer combate. A nota de interesse é a argumentação em torno do tema *democracia*, ausente em quase todas as formulações anteriores e muito consoante ao espírito de redemocratização liberal do período¹¹⁷. Até então Simonsen nunca havia colocado a democracia como eixo do desenvolvimento econômico.

Ainda em 1947 aparecem mais três textos sobre as atividades de Simonsen. Um referente aos discursos proferidos na *Recepção de Roberto Simonsen na Academia Brasileira de Letras*, contendo o discurso de agradecimento de Roberto Cochrane Simonsen e de José Roberto Macedo Soares (em nome da ABL), ambos de 07 de outubro de 1946. Versando sobre a criação e a finalidade do Serviço Social da Indústria é *O problema Social no Brasil*, discurso proferido por Simonsen em julho de 1946 e editado pelo próprio SESI em 1947. Neste

¹¹⁷ Como anteriormente destacado, o problema da democracia passa por análise (e não citada de raspão) somente em *Rumo à Verdade*, de 1932.

trabalho Simonsen deixa transparecer de forma clara o vínculo que o liga as idéias de uma organização cristã do operariado, colocando como principal inimigo da sociedade o comunismo e sua ameaça latente de destruição da civilização e seus valores. Para obstar a marcha da ‘luta de classes no Brasil’ (que sequer entende como inexorável, pois como em outros trabalhos não a pressente como parte integrante das relações de produção modernas, além de estarem longe do espírito dos trabalhadores brasileiros), Simonsen assinala a importância estratégica da assistência e do apoio material aos trabalhadores (traço também da solidariedade social mais basal, que nem sempre faz parte da ação e da consciência dos empresários) e da função da educação cristã, como uma *paideia* moral. Outro trabalho do mesmo ano é *As atividades do serviço social da indústria de São Paulo*, relatório apresentado por Roberto Simonsen ao Conselho Regional do SESI, em maio de 1947. Neste texto Simonsen abdica de uma análise estratégica, detendo-se no traçado do organograma e na organização estrutural da instituição. Aproveita para apresentar uma definição minimalista sobre o “serviço social”, de qual sua importância e de como seria organizado pelo setor industrial.

Retomando os problemas de economia internacional, acentuados pelas disposições do pós-guerra, Simonsen publica, ainda em 1947, dois textos extremamente importantes sobre o novo cenário internacional no plano das relações internacionais, e que confirmavam as análises realizadas pelo autor no trabalho de 43. *O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina* consistia na reprodução do relatório elaborado e apresentado pelo senador Roberto Simonsen na XXVI Reunião Plenária da Comissão Executiva do Conselho Latino Americano de Comércio e Produção¹¹⁸, retomando a análise sobre o impacto do Plano Marshall na economia mundial e seus efeitos deletérios para a economia dos países atrasados. *Sugestões para uma política econômica Pan-Americana: problemas do desenvolvimento econômico latino-americana* foi publicado como trabalho assinado por Simonsen, na qualidade de presidente do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria. O próprio título do texto permite vislumbrar o alcance que pretende: reafirmando os problemas gerados com a transferência prioritária de capitais e atenções para a reconstrução da Europa, ao mesmo tempo em que surgiriam brechas para o retorno da

¹¹⁸ Editado com o título de *Devem pleitear as nações latino-americanas sejam atendidas, no Plano Marshall, suas aspirações*, na coletânea *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*, organizada por Edgard Carone.

instabilidade política (originada na pobreza e nos radicalismos dela resultantes), Simonsen propunha analisar o quadro da economia latino-americana como um todo. Pesava nessa perspectiva a semelhança de cenário e situação bem como a importância de interceder e modificar não apenas a nova lógica de política mundial que estava se formando, mas também a isonomia dos países latinos nas regras do comércio internacional e na reivindicação de apoio (na forma de capitais e tecnologias) para consolidação do desenvolvimento – única possibilidade de impedir as repetições de situações calamitosas como a guerra recém terminada.

Este tema seria retomado e reiterado nos trabalhos que vieram à luz durante 1948. *La doctrina Simonsen de un derecho internacional social*, pronunciado em maio de 1948, no Rio de Janeiro¹¹⁹, foi posteriormente publicado sob a chancela da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Este texto engana o leitor à primeira vista. Pelo título (tanto a edição da FIESP/CIESP, quanto na publicação de Carone) indicaria a discussão sobre direitos sociais individuais (talvez próximo das abordagens próximas do Estado-Providência). No entanto, apresenta uma visão das relações internacionais entre países, frisando os imperativos da cooperação e dos riscos de, na ausência desta, no aumento das desigualdades econômicas e dos riscos que representam para ao projeto de paz mundial do pós-guerra. Funciona como um desdobramento e aprofundamento das análises sobre os efeitos perversos do Plano Marshall.

O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais, publicado em 1949 (em edição póstuma), reproduz o texto da conferência realizada por Simonsen em 28 de abril de 1948 (portanto apenas um mês antes de sua morte) no Clube Militar do Rio de Janeiro, onde retoma a questão do papel reservado às economias subcapitalizadas no arranjo da nova ordem internacional pós-45. Embora Simonsen tenha produzido quatro textos sobre as relações internacionais no pós-guerra, enfocando principalmente a nova divisão do trabalho internacional que se formava (tendo como âncora o Plano Marshall), estes não se repetem. Ao contrário, cada um deles aborda o tema por ângulos diferenciados. Ora a análise é de cunho mais político (eixo pobreza *versus* paz), texto de 1947 e 1948, ora o eixo é a crise econômica

¹¹⁹ Publicado em tradução para o português e renomeado como “Direito internacional social” In *Orientação Industrial do Brasil e outros estudos* (op. cit.), p: 243.

que se abrirá para os países economicamente retardatários (subcapitalizados) pelo impacto desestruturador do Plano.

Após a sua morte apenas uma pequena parte de sua obra aparece em reedições. O trabalho mais conhecido e mais associado ao nome de Roberto Simonsen *História Econômica do Brasil – 1500/1820* é publicado em nova versão pela Coleção Brasileira, em um único volume (na primeira edição eram dois), e tem reedições. Dos textos sobre a política externa e sobre a definição de estratégias de desenvolvimento pautadas na proteção do mercado interno que surgiram na esteira do debate sobre o Plano Marshall há apenas a compilação de textos feita por Antonio Devisate, intitulada *Simonsen e a operação Pan-Americana*, editada em 1958 pelo Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Neste trabalho, com uma introdução de Devisate, estão reunidos os seguintes trabalhos de Simonsen sobre o assunto: *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra – geografia e política industrial*, *Sugestões para uma política econômica pan-americana: problemas do desenvolvimento econômico latino-americano*, *O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais*, *O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina*. Os textos são reproduções fiéis dos originais, mas há estudos sobre o mesmo tema que não estão nesta compilação.

A maior coletânea dos trabalhos de Simonsen produzidos nas mais variadas épocas, incluindo ensaios e discursos de difícil localização, foram reunidos por Edgard Carone e publicados em 1973 com o título de *Orientação Industrial e outros estudos*. Alguns dos trabalhos não são versões integrais - como é o caso de *Rumo à verdade* que aparece fragmentado e ordenado em função da temática das elites.

Em 1977 os textos básicos da polêmica Simonsen *versus* Gudin, são publicados na íntegra pelo IPEA/INPES em *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*, com introdução de Carlos Von Doellinger (texto que localiza os autores e o debate travado). Constam nesta publicação as versões integrais do parecer de Simonsen ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), o relatório de avaliação de Eugênio Gudin, apresentado à Comissão de Planejamento Econômico (CPE), a réplica de Simonsen e a tréplica de Gudin (ambas na CPE).

No conjunto, há problemas na conservação da vasta e heterogênea produção textual de Roberto Simonsen. Como a edição da maioria de sua obra é de tiragem limitada e composta de textos curtos, a formação e a manutenção desse acervo torna-se problemática. A dispersão em diversas formas de publicação (revistas de eventos, congressos, anais e diários parlamentares, relatórios de instituições, etc.), também torna difícil a sistematização bibliográfica desse material¹²⁰. A questão da pequena tiragem das edições, em geral produzida pelo próprio autor ou por instituição sindical patronal (grande parte do material foi publicado sob a chancela da CIESP e depois FIESP, ou do SESI/SENAI) e a sua não reprodução pode espelhar o problema do reconhecimento histórico da liderança de Simonsen, acentuada pela ausência de um grupo ou geração de pensadores que se transformassem em *herdeiros* de sua obra. Quanto ao problema da tiragem diminuta pode ser explicado pela finalidade dos textos, produzidos para eventos ou situações particulares que exigiam a elaboração conceitual e uma legitimação discursiva que sustentasse a tomada de posições do grupo que Simonsen pretendia representar. Assim, o ambiente de sua circulação era pequeno, uma vez que não estavam dirigidos (e criados) para o debate de toda a sociedade ou sua publicização. A não reedição de textos mais consistentes pode, por sua vez, ser entendida por sua conversão a categoria de passado, de material para pesquisa histórica, muito embora o debate enfrentado e o tratamento dado à vários temas por Roberto Simonsen esteja hoje ainda no nosso horizonte teórico.

A FIESP manteve, até o final da década de 90, parte do acervo particular de Roberto Simonsen nas suas dependências, com a denominação de *Biblioteca Roberto Simonsen*. O rico material que a compõe – textos do próprio autor, documentos de época, obras de referência para Simonsen e que compuseram o estoque de informações e teorias por ele manuseadas, foi doado para a Biblioteca do IFCH/ Unicamp. A outra parte do acervo pessoal está sob a guarda da Fundação Escola Livre de Sociologia e Política.

O empresariado paulista mantém ainda, dentro da FIESP, o *Instituto Roberto Simonsen*, órgão responsável pelo debate dos problemas industriais no país. Até o início dos

¹²⁰ A questão da preservação da documentação histórica e das obras raras é um grave problema tanto para o pesquisador brasileiro quanto para a própria memória histórica nacional. Como não há política de manutenção e recuperação de textos antigos (uma perda drástica de nosso patrimônio e memória históricos), as bibliotecas universitárias têm desenvolvido como técnica rudimentar de conservação impedir a cópia dos textos. O resultado é o surgimento de uma rede de dificuldades tanto para descobrir como para ter acesso a vários textos de época.

anos 70 foi espaço importante na produção e disseminação dos estudos e do posicionamento particular do empresariado industrial.

CAPÍTULO II

ROBERTO SIMONSEN E OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO

INDUSTRIAL NO BRASIL

Conforme a extensa quantidade de dados apresentados no capítulo I, fica claro que Roberto Simonsen não é um autor fácil de trabalhar, exatamente por sua atuação ter se irradiado em tantas e diversas direções, da esfera privada à vida pública, do pensamento à ação. Não bastasse a grande porção de atividades que marcam sua vida, todas estas áreas se tocam e se entrelaçam como desafios ao processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, permeados, no plano teórico, pelas questões da Revolução Burguesa e pelo papel nela desempenhado pelos setores responsáveis pela sua condução e conclusão. Assim, sob uma perspectiva justa, um trabalho completo sobre Simonsen deveria abarcar todas essas transformações e seus imperativos. Isto equivaleria a um estudo sobre a mudança na dinâmica capitalista do período que levasse em consideração tanto a configuração interna da economia quanto as restrições externas que pesam sobre uma econômica de tipo tardio como a brasileira.

Em termos do movimento de expansão capitalista mundial isto significaria avaliar o impacto do conflito entre as nações na divisão internacional do comércio, das cisões entre os vários interesses das burguesias nacionais, da tensão entre trabalhadores e capitalistas; e ainda das transformações das formas de produção, circulação e apropriação capitalistas, bem como observar a transformação gerada pelas inovações tecnológicas e a organização das plantas de produção. Se não bastasse há ainda as especificidades do cenário nacional: os obstáculos à passagem de uma economia primário-exportadora para a fase industrial, a tensão entre uma ordem política patriarcal e os interesses das novas classes sociais em emergência, a formação de um *ethos* do trabalho e a valorização da ciência, a reestruturação educacional, a modernização partidária, a ampliação da participação e organização política, a disputa entre os diversos grupos e projetos na condução do desenvolvimento, dentre outras mais.

O gigantismo das correlações que se encontram no ambiente que origina o pensamento de Simonsen torna impossível ao pesquisador tratar simultaneamente, e de forma aprofundada, todas estas influências - o que não significa ignorá-las, ou tentar a aproximação entre a obra e a conjuntura que a contém. A proposição neste trabalho é, partindo de uma visão integrada do pensamento simonseano (em termos de temas e cronologia), observar como esse cenário é captado e trabalhado dentro da obra simonseana, identificando de que

maneira esse tratamento corresponde ao processo anteriormente descrito de *formação da consciência*, e como seu resultado aponta na geração de um projeto ideológico específico.

Como toda a criação intelectual de Simonsen surge condicionada aos temas e desafios do processo histórico da industrialização brasileira, o objetivo deste capítulo será proceder a uma análise geral desse quadro observando mais detidamente os pontos de conexão com as elaborações simonseanas. São destacados: a problemática apresentada em outros textos que tratam da obra de Simonsen sobre a inconsistência de seus posicionamentos frente a pontos importantes para o desafio da industrialização; o levantamento dos elementos teóricos centrais para a compreensão do que até este momento chamamos de ‘desafio da industrialização’ e sobre a definição de quais agentes foram responsáveis pela condução deste processo e como o fizeram. Por conta deste perfil, este capítulo tem uma estruturação mais teórica e geral. Em alguns momentos a análise será cruzada com a obra simonseana (onde houver claramente delineados uma percepção e uma produção do autor sobre o tema) e em outros a análise estará focada na construção do cenário que contém a obra e o homem – e neste caso ficará em segundo plano a ligação imediata destas com os textos de Simonsen.

2.1. Temas e tratamento na produção intelectual de Simonsen

O método de abordagem aqui proposto não é inédito, até mesmo em função do estudo particular da importância ideológica do pensamento de Roberto Simonsen. Em muitos trabalhos a produção de Simonsen é utilizada como peça chave na investigação sobre o processo de industrialização, como expressão dos interesses da classe dos industriais¹²¹, estabelecendo-se uma linearidade entre os interesses e o plano das idéias. Em geral também se tem deixado de lado o estudo da coerência interna do pensamento do autor e das escolhas políticas realizadas.

O que queremos dizer é que a função histórica que exerceu (resultados) obscureceu a maneira com que o autor lidou com as concepções ideológicas ou como propôs respostas aos problemas de seu tempo. A sua obra reflete a construção de um pensamento, uma visão de mundo particular, que recortou e selecionou determinados problemas e adequou

¹²¹ Caetano (1994), Vieira (1987), Lima (1976).

a eles determinadas soluções. De uma maneira ampla, Simonsen foi produtor de uma concepção ideológica que satisfazia os interesses da burguesia industrial – espelhando com perfeição a versão *orgânica do intelectual* gramsciano, e neste processo teve que sistematizar e organizar a luta pelos interesses do grupo social a que pertencia.

Se desta forma o pensamento de Roberto Simonsen está enraizado nas lutas e demandas dos interesses industriais, enquanto defensor da burguesia sua atuação se dará em duas direções diferentes: deve negar e destruir os interesses ligados ao passado que impedem as mudanças (o conjunto das questões referentes à modernização: urbanização, cultura valorativa do trabalho e da riqueza com base na acumulação, desenvolvimento técnico, superação do ruralismo como cultura nacional e do patriarcalismo como forma política); e deve impor-se como força hegemônica diante de outros setores de classe no presente (portanto diferenciar-se das outras frações e de outras classes, e ao mesmo tempo tornar-se direção da lógica desse processo). Sem a tarefa da modernização e sem o controle das outras classes não poderia haver, pelo menos em termos ideais, a supremacia dos interesses industriais. Este argumento implica na construção da identidade (fundamento da ideologia) que se realiza em oposição a outros interesses, por diferenciação e, em geral, por conflito.

Visto dessa maneira, podemos compreender que sejam encontradas no pensamento simonseano (se ele de fato representar o ideólogo da burguesia industrial, como proposto neste e em outros estudos) passagens do conflito com os interesses pretéritos, com as demais frações da burguesia (agrícola, comercial e financeira) e com os trabalhadores. No entanto, como o pensamento de Simonsen não é normalmente analisado como uma construção, um processo em elaboração irrigado pelo contexto histórico a que pertence e sim de forma finalizada e totalizada, as variações que surgem em seus textos são definidas como vacilações ou contradições e não como momentos de redefinição do posicionamento do autor frente ao embate com o mundo que o cerca e no qual quer interferir. Podemos destacar como variações responsivas em sua obra a posição frente aos direitos trabalhistas, a questão da ruptura com a fração mercantil-exportadora e o problema da filiação ao liberalismo.

As posições defendidas por Simonsen em relação aos trabalhadores são as mais constantes ao longo de sua obra. Desde os primeiros trabalhos manteve inalterados os conceitos utilizados - o trabalho é peça fundamental das civilizações, mas apenas na era da

técnica e da máquina (portanto do capital) é que pôde atingir um grau de organização e poder capaz de transformar o ritmo da história humana, constituindo, a partir daí, o núcleo da riqueza, do bem estar e, por extensão, o elemento chave do sistema:

No mundo moderno, na era do industrialismo em que vivemos, o enriquecimento dos povos e a sua vida financeira estão intimamente ligados à evolução industrial e o bem estar das populações está dependendo dos magnos problemas que da evolução industrial vão surgindo continuamente, a desafiarem a sagacidade e a inteligência humanas.¹²²

De tal monta é a capacidade de transformação imposta pelas novas formas assumidas pelo trabalho (não pelo trabalho em si, mas pela sua divisão e conexão com a máquina, a técnica e a ciência) que se alterou o foco dos problemas fundamentais da humanidade:

Antes do século XVIII a fome era o espectro sombrio que preocupava constantemente a administração pública; com a organização primitiva e com a falta de transportes, as penúrias e a insuficiência das colheitas provocavam crises terríveis em que a fome surgia com toda a sua corte de horrores.¹²³

A vida era antes limitada pelo baixo grau de produtividade e de inexistência de recursos técnicos, reduzindo o horizonte da vida humana à dimensão das necessidades mais elementares e, no extremo, ao flagelo da fome. Com o advento da sociedade industrial, o problema não apenas se deslocou como dispõe de outros mecanismos capazes de responder e eliminar o problema quando entra em crise a capacidade do sistema de produzir bem estar e abundância¹²⁴:

A crise da fome está hoje, de alguma forma substituída pela 'chômage'. Os desocupados constituem a face dolorosa da civilização industrial. O sofrimento e a miséria não são hoje, porém, comparáveis com aos dos tempos de outrora (...) As crises atuais são atenuadas pela especialização do trabalho (...) com os recursos da estatística, da ciência e da civilização, existem fundadas esperanças de que se atenuarão de futuro estas crises.¹²⁵

¹²² Simonsen, 1931 (A): 05.

¹²³ Simonsen, 1931(A): 10.

¹²⁴ Quanto ao fenômeno da abundância, Simonsen demonstrava a capacidade da sociedade industrial não somente de produzir em grande quantidade, como também de redistribuir esse excedente, democratizando o acesso aos bens e constituindo o nível de bem estar civilizatório: *o barateamento das utilidades permitiu que a grande massa da população passasse a usar objetos que em tempos remotos eram considerados de luxo. Assim, nos países civilizados, há dois séculos, apenas uma pessoa em cada mil poderia usar meias; há cem anos a proporção era de uma para quinhentas pessoas, enquanto que hoje, em mil pessoas talvez só uma não use meias* (Simonsen, 1932: 222).

¹²⁵ Simonsen, 1932: 223.

A técnica, sinônimo de progresso, torna-se elemento de mensuração do nível de desenvolvimento das sociedades e dado que demonstra a cultura de um povo¹²⁶. Mas a posição do trabalhador, do operário, não é elemento inicial e dinâmico do processo, é um anelo dele resultante. E, somente depois de posta em funcionamento a grande máquina moderna da divisão e especialização de funções, é que o trabalhador encontra seu destino dentro da cadeia produtiva – tornando-se, ai sim, um elemento de vital importância para a realização do sistema. É por conta desta posição que Simonsen preocupa-se tanto com o problema do adestramento do trabalhador e da disciplina do trabalho, quanto das tensões que podem gerar atritos e a paralisia do processo produtivo. O que Simonsen teme e tem como exemplo diante dos olhos (quer em nível mundial com a ascensão do comunismo, quer em nível nacional com o crescente poder de fogo dos trabalhadores organizados) é a disfunção da luta de classes – da qual o salário é o tônus fundamental. A questão tortuosa da disfunção é que leva o autor a perceber o papel pacificador da ‘justa remuneração do trabalho’, como estratégia operacional para a existência do capital e de sua continuidade reprodutiva:

O maior problema que têm diante de si os engenheiros e administradores da época atual é incontestavelmente a utilização econômica do trabalho. A indústria moderna tem evoluído, como tudo. Os industriais de hoje têm de abandonar os moldes antigos para considerar como uma força nova, existente realmente, o descontentamento do operário; e proporcionar com desassombro a justa remuneração ao trabalho, se não quiserem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por **vias políticas** [destaque nosso], quando poderia ser resolvida, com acerto, por vias econômicas.¹²⁷

Mesmo quando defende a ação assistencial, esta tem como função precisa (ainda que venha revestida de uma aura e moralidade da solidariedade cristã) diminuir as arestas e o descontentamento que possam levar as massas trabalhadoras ao nível do enfrentamento e da radicalização política:

O problema social no Brasil, como, de resto, em qualquer nação democrática, é suscetível de plena solução prática sem que os fundamentos tradicionais da ordem pública e política sejam subvertidos, quer pela violência revolucionária, que nada constrói, quer pela ação mistificadora de mitos estranhos à sensibilidade e à formação histórica nacionais.¹²⁸

A defesa de uma tática mais maleável e de teor distributivo não invalidava, porém, a imposição de limitações ao trabalho quando estivesse em jogo a capacidade de acumulação

¹²⁶ Ligação feita por Simonsen nas análises sobre o ‘padrão de vida’.

¹²⁷ Simonsen, 1919: 37.

¹²⁸ Simonsen, 1947 (C) :03.

do capital. Ao lado dos mecanismos de convencimento, incluindo um discurso que levasse o trabalhador a aceitar a perspectiva social do capital e nela inserir-se e achar-se contemplado (como é o caso da justa remuneração, ancorada na produtividade alcançada por cada trabalhador individualmente), deveriam ser definidos os mecanismos de pressão e coerção legalizados. Como salientam Vianna (1976) e Gomes (1979), o grande desafio dos industriais no período aqui estudado estava em controlar juridicamente o mercado da força trabalho, em grande medida com o eficaz deslocamento da questão das lutas diretas entre patrão-empregado, absorvendo o *privado* pelo *público*, transferindo os embates para a regulação impessoal da lei, permitindo a:

rejeição do conflito como meio de resolução das disputas sociais. O Estado tutelar transforma em funções técnico-jurídicas as relações mercantis, apresentando-se a *suma ratio* da sociedade civil. A sociedade e o mercado de trabalho em particular são recobertos pela legislação, com o fim de solidarizar seus componentes num todo orgânico, incapazes isoladamente de conviverem em harmonia. Tudo que é privado se reveste de um caráter público, conformando um ramo do direito que se pretende autonomizar das relações mantidas pela sociedade civil. Com isso, impede-se a percepção da sociedade como um mercado, embora legitime-se o indivíduo possessivo.¹²⁹

Marx analisou em *O capital*, que a relação de trabalho livre e assalariado que caracteriza o capitalismo exige três condições: a existência de seres humanos que desprovidos de quaisquer meios de produção que não o seu próprio corpo (fator trabalho) não possam entrar no mercado de trocas a não ser vendendo sua força de trabalho para acionarem a produção na forma de capital - segunda pré-condição; e, por último, transformar essa relação como a única possível para a massa dos trabalhadores. O adestramento dessa massa operária ocorrerá paulatinamente com o desenvolvimento da produção capitalista, por educação, tradição e costume, ou no limite a força:

se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional. Para a marcha ordinária das coisas basta deixar o trabalhador entregue às '*leis naturais da produção*', isto é, à sua dependência do capital, a qual decorre das próprias condições de produção, e é assegurada e perpetuada por essas condições.¹³⁰

A ação da burguesia apresentava-se como uma tarefa necessária a esta classe como um todo, embora o dilema dos conflitos operários atingisse mais imediatamente (e de forma mais organizada e visível) os setores urbanos da burguesia e a fração industrial. Aos

¹²⁹ Vianna, 1976: 29.

¹³⁰ Marx, 1984: 854.

industriais afetava a questão dos salários e da jornada como forma básica e original de acumulação em um momento do desenvolvimento capitalista em que as técnicas de capital intensivo (máquinas, tecnologia, processos e aporte de capital por unidade de trabalho produzida) fossem ainda baixas:

A burguesia nascente precisava e empregava a força do Estado, para ‘regular’ o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites à produção de mais valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência. Temos aí um fato fundamental da chamada acumulação primitiva.¹³¹

O confronto dos empresários com os setores operários e as iniciativas do governo na área do direito trabalhista eram espelho das necessidades deste setor em preservar seu poder econômico através do controle político da formulação das regras institucionais (último item da escalada da hegemonia citada por Gramsci), permitindo que os empresários garantissem a proporção do lucro a que teriam acesso. A expectativa dos empresários (e dos capitalistas em geral) é garantir o lucro utilizando os dois ambientes a que têm acesso: empresa e Estado. Os capitalistas possuem um controle direto e discricionário poderoso de buscar a realização de seus interesses no decorrer *da atividade cotidiana dentro do sistema de produção*, uma vez que eles *‘votam’ continuamente na alocação de recursos da sociedade quando decidem investir ou não, empregar ou dispensar*¹³². No entanto, há um elemento externo capaz de restringir esse grau de liberdade, e o qual, por sua importância, passa também a ser disputado pelos empresários:

Como empregadores, os capitalistas regulamentam a organização do trabalho, embora novamente possam sofrer restrições das regras originadas no sistema político. Como produtores imediatos, os trabalhadores não possuem direito legal a gerir as atividades produtivas de que participam.¹³³

Não se detecta uma linha sequer nos textos da lavra de Simonsen em que essa questão esteja colocada abertamente. A predileção temática do autor caminha na direção do consenso social, da resolução dos problemas de carestia, inflação e do crescimento econômico como aqueles que atingem simultaneamente patrões e empregados, e os quais, no fundo, cabe a responsabilidade sobre o baixo poder aquisitivo das classes trabalhadoras. No entanto, enquanto representante patronal, Simonsen acentua a necessária redução do ímpeto da onda de direitos iniciada pelo governo federal sobre as questões dos direitos do trabalho

¹³¹ Marx, 1984: 855.

¹³² Przeworski, 1991: 24.

¹³³ Idem.

(conseqüência tanto do Tratado de Versalhes de 1919 do qual o país era signatário, quanto da política de cooptação getulista).

É necessário, também, que o governo federal, com ampliação de sua legislação trabalhista, não venha a prejudicar irremediavelmente a produção brasileira, com a sobrecarga de ônus inexistentes nas organizações alienígenas. Os contratos de trabalho, impostos pelo governo ou patronato, podem ter efeito contraproducente, se não defenderem a um só tempo o trabalho e a produção, como prevê a Constituição de 1934.¹³⁴

Mas, indiretamente, o tema defendido enquanto líder corporativo é captado em tratamentos cautelosos no intelectual em dois encadeamentos de idéias. O primeiro é quando apresenta a resolução das questões salariais como um imperativo para a economia, sem reproduzir os rígidos modelos europeus que por sua inflexibilidade e cobiça extrema levaram a caos da luta de classes. Como os trabalhadores têm o poder de *desorganizar* a produção, então parte de seus anseios deve ser atendida e encaixada como uma demanda natural do sistema, como um direito que Simonsen prudentemente mantém no campo da ética e da moral. O segundo é que esta demanda deve ser limitada pelo nível geral de produção do sistema, portanto, dependente do teto estabelecido pelo desempenho do capital:

Estabelecidas as normas jurídicas sobre a propriedade em geral, sobre exploração das riquezas naturais, as declarações de direitos sociais brasileiros devem ser, portanto, orientadas no sentido de estimular toda e qualquer iniciativa digna, que traga um progresso real ao país, a proteção, dentro dos limites razoáveis, do capital como elemento de produção e emulação de todos os fatores que determinam uma melhoria do padrão de vida do brasileiro.¹³⁵

O tratamento dado aos direitos do trabalhador no exato momento em que se efetua no país a regulamentação do mercado da força de trabalho e em que o impulso da modernização industrial passava a constar na agenda do debate nacional, era obrigatoriamente um fato que teria que ser problematizado e encaminhado pela burguesia e por suas camadas dirigentes. E seria esperado que os empresários, dentro do esquadro de uma economia capitalista, defendessem sempre e prioritariamente os seus interesses e não os dos trabalhadores (a não ser que a proteção destes seja parte da tática para manter o modelo de produção e acumulação capitalista).

¹³⁴ Documento da FIESP, *O fomento da indústria nacional* (1937), assinado por Simonsen enquanto diretor da entidade, in Carone, 1977: 338.

¹³⁵ Simonsen, 1934: 20.

Assim, não há muita novidade em ressaltar ou procurar evidenciar a função exercida pela obra de Simonsen na defesa do capital, muito embora este tema tenha se convertido em tônica destacada nas pesquisas sobre o pensamento simonseano¹³⁶. Este ângulo de abordagem é parte importante a ser destacada na obra de um autor com as características de Roberto Simonsen. Nos trabalhos de Vieira (1987) e Caetano (1994), a questão da classe trabalhadora é tomada como elemento central de análise sobre a o papel ideológico exercido por Simonsen (ressaltando os posicionamentos de Simonsen contrários aos trabalhadores), especificando o aspecto do controle social. A hipótese central do trabalho de Coraly G. Caetano (1994) é exatamente esta: a finalidade da produção simonseana é permitir ao empresariado a consecução do controle social sobre a classe operária. Os espaços ocupados por Simonsen¹³⁷ e a construção de sua liderança estariam determinados por essa função precisa. Sem discordar que de fato isto tenha ocorrido (afinal esta era uma das tarefas fundamentais no desafio de realizar a industrialização e no controle hegemônico da burguesia industrial), a ação de Simonsen não pode ser igualada à ‘totalidade’ do empresariado¹³⁸, ou reduzida aos aspectos ligados ao trabalho. A análise de Simonsen extrapola o controle social porque possui um projeto de economia e sociedade que sustenta sua análise desde o início de sua obra, mas que vai ganhando clareza e definição conforme sua experiência real vai se avolumando e nela influenciando.

O estudo de Rosa Maria Vieira (1987) tem uma perspectiva mais abrangente: analisa as possibilidades abertas quando se trata do problema ‘ideológico’ no pensamento simonseano. Nesse sentido, Vieira faz um estudo de teor mais panorâmico, onde se entrecruzam vários temas importantes para o debate do discurso industrial no período, através das formulações do pensamento de Simonsen. Encontramos aí problemas como o crédito e a

¹³⁶ Vieira (1987), Caetano (1994), Koval (1968). Em outros trabalhos, sobre o prisma da complexidade histórica da regulação do mercado de trabalho no Brasil, a ação de Simonsen ou do empresariado aparece contextualizada de maneira menos personalista e negativa -Vianna (1976), Leme (1978), Gomes (1979).

¹³⁷ Correspondendo à definição de um ‘modo de vida’: espaço e disciplina do trabalho, arquitetura urbana, espaço político, cultura educacional, vida doméstica (moral, sexualidade, higiene, cotidiano).

¹³⁸ Há diferenças visíveis no tratamento e entonação sobre a questão operária na fala dos diversos empresários do período. Se na geração anterior de industrialista podem ser apontadas como opostas a posição, por exemplo, de Jorge Street e Francisco Matarazzo, entre os anos 20 e 30 o teor dos discursos de Simonsen não são exatamente idênticos aos formulados por O. Pupo Nogueira ou Euvaldo Lodi (isto permanecendo no campo dos industriais mais próximos de Simonsen). Como também há diferenças quando Simonsen pronuncia-se como representante de sua classe e como um pensador individual.

relação com o capital internacional; o problema dos salários e da disciplina e racionalização do trabalho; a questão da educação e das elites. Porém, em relação aos problemas dos direitos trabalhistas e da oposição de Simonsen à classe operária, a perspectiva de Vieira em muito se aproxima do método utilizado por Caetano.

A análise da oposição entre Simonsen e os trabalhadores como um antagonismo de classe é um procedimento coerente, legítimo e consistente, principalmente quando são abordadas questões relativas à construção das ideologias. Mas, o que sustenta o posicionamento de Simonsen? Os argumentos e o objetivo a ser alcançado são idênticos entre este autor e outros que atuaram no mesmo cenário e em posições semelhantes? Este é o problema da maioria das abordagens sobre o tema. Os trabalhos citados têm como ponto em comum olhar *de um ponto externo e acabado* as idéias simonseanas, ignorando o seu processo de construção¹³⁹. Mesmo o estudo de Helena Fanganiello (1970), que procura trabalhar apenas os temas que se desenvolvem na obra de Roberto Simonsen, parte das idéias acabadas e não de sua gênese¹⁴⁰.

A perspectiva deste trabalho é inversa. Com o esboço geral construído pelos diversos estudos existentes sobre o período e o autor (o mapa contextual), a proposta é analisar a construção dessas idéias identificando *qual* a visão de Simonsen sobre o trabalho e *como* o autor chegou até ela¹⁴¹. Até porque, além das diferenças de teor e entonação encontradas entre a dimensão teórica (pessoal) e a atividade prática (representação corporativa), a posição de Simonsen foi *sempre cautelosa* nesse ponto e é importante descobrir procurar o por quê.

Ressalva similar deve ser feita quanto ao problema da submissão ou ruptura com o setor agrícola. Da mesma maneira que com relação à questão dos direitos do trabalho, o cenário das primeiras décadas do século 20 apontava para a crescente separação de interesses

¹³⁹ A tese de Caetano (1994) aproxima-se muito de um entendimento global do pensamento de Simonsen e constitui um valioso trabalho sobre o autor. O único senão é o método, as idéias aparecem analisadas pelos critérios do 'ao que serviram', ressaltando a sua função e não a sua intenção.

¹⁴⁰ Um dos objetivos do trabalho de Fanganiello foi separar os diversos temas que aparecem na totalidade da obra de Simonsen, destacando as formulações e os conceitos fundamentais para cada um dos temas. Este procedimento metodológico permite vislumbrar a obra em conjunto. Não consegue, porém, inseri-la no tempo histórico e nem trabalhar a sua evolução interna. O pensamento simonseano é tomado em bloco, perdendo-se parte da riqueza que são suas contradições e adequação aos desafios da realidade.

¹⁴¹ Este método é também utilizado para analisar os demais pontos nodais da obra de Simonsen.

entre a burguesia industrial e o setor agrícola mercantil-exportador. O tema aparece da obra de Simonsen exatamente por fazer parte do processo de crescimento e autonomização do projeto de industrialização.

O setor industrial constituído, apesar de anêmico, já havia impulsionado a formação de uma burguesia industrial para a qual a realização de lucros em escala crescente era imprescindível à sua existência, bem como a formação de um proletariado atrelado a esta burguesia e para o qual a geração de emprego, também em escala crescente, era imprescindível à sua existência enquanto trabalhador assalariado. O dilema, portanto, era o de fortalecer a industrialização ou reverter em um capitalismo agrário exportador.¹⁴²

Como veremos em outra parte deste trabalho de maneira mais extensa, Simonsen foi o autor que primeiro e melhor separou as funções da indústria das preenchidas pela atividade agrário-exportadora. O que muitos pesquisadores apontam como vacilações, como a defesa da agricultura em 1918 (*Orientação Agrícola*) e seu abandono em 1928 (*Orientação Industrial*), e o jogo de vai-e-vem presente em textos posteriores, pode ser entendido como limites entre o ideal (ruptura e hegemonia industrial) e o real (correlação econômica e política necessária).

Quanto a Simonsen ser um liberal ou não, o ponto que leva à sugestão de ruptura com esta corrente de idéias é o tema do planejamento – mecanismo que se afasta radicalmente das teorias da economia natural. A filiação ao liberalismo é clara quando Simonsen coloca a supremacia do capital sobre o trabalho. O ‘lugar’ que destinava na sua visão de sociedade (seu projeto) ao trabalhador, mesmo que tenha defendido a tese da justa remuneração salarial, em nenhum momento colocou-se na posição de creditar ao operário a origem da riqueza e, portanto, o lugar de destaque na construção e *direção* da sociedade. O progresso é obra do empresário na posse do capital e das forças produtivas. O trabalho do operário é *um* fator de produção, e como tal deve ser treinado, e racionalmente utilizado e integrado ao sistema. É um dado importante, mas não o *fundamental*. O ângulo da análise simonseana é sempre a do capital como gerador de riqueza (uma economia do ‘lado da oferta’), mas que na sua expansão *puxa* o nível de bem estar da comunidade como um todo. É preciso um argumento mais smithiano, portanto mais próximo da defesa do capitalismo, do que este? Vale a pena destacar este ponto, pois há um paradoxo quando se tenta situar o pensamento simonseano no plano de sua vinculação com os paradigmas ideológicos, especialmente quando levamos em

¹⁴². Eukeman, 1989: 114.

conta sua plataforma nacionalista e a defesa da regulação estatal. Neste ponto Simonsen deixa de ser liberal (em termos econômicos)?

É fato que na fase mais madura e depois mais radical de seu pensamento, Simonsen tenha criticado duramente várias das premissas do liberalismo econômico, com o abandono das teses da mão-invisível e do Estado Mínimo. No entanto, esta ruptura aparecia justificada pelas condições específicas que atingiam os países não desenvolvidos, incapazes de suportar o peso da concorrência das economias mais adiantadas - situação que era, intrinsecamente, uma distorção dos princípios funcionais do liberalismo clássico pela quebra da condição de livre mercado (mercado de concorrência perfeita). Mas vista em conjunto, em *nenhum momento* de sua obra Simonsen abandonou ou sequer abrandou sua convicção e crença no *homo economicus*.

Em seus raciocínios (observados *pari passu* em termos da cronologia dos textos) a tarefa central é a definição e defesa daqueles princípios e práticas que fundamentavam um modo de produzir, pensar e agir consoante aos valores e mentalidade capitalistas, significando romper quando necessário com certos axiomas que entravassem ou criassem obstáculos sérios para a consecução do desenvolvimento econômico industrial. Ao longo de toda a sua obra há um elemento central, nunca desprezado, minimizado ou perdido de vista: a notável apologia do fundamento liberal básico - o individualismo possessivo. A noção de trabalho, progresso e civilização são construídas por Simonsen a partir do pilar do indivíduo produtivo, mantendo intactas a idéia do trabalho produtivo e do proprietário como espelho da Razão e da liberdade, e do esforço privado (ganância) como responsável pela riqueza social.

Assim, ora Simonsen é acusado de ser um liberal – quando se opõe aos interesses do operariado e ao lado dos valores e práticas fundamentais ao capital; e ora é acusado de abandono desses postulados, pouco faltando para ser definido como partidário do comunismo.

Outro problema que se põe para análise da produção intelectual de Simonsen é sua versatilidade. Simonsen dedicou-se aos problemas históricos, econômicos, políticos e sociais – mais uns e menos outros, com maior ou menor rigor e acerto - mas sua produção abraçou estes distintos campos e procurou integrá-los em uma só amarração teórica. Produziu assim não estudos econômicos (como em geral é apontado sobre seu legado), mas uma visão sobre a sociedade de sua época e seu movimento de mudança. Simonsen teve o mérito de procurar

aproximar cada vez mais a abordagem econômica não só dos outros ramos de conhecimento (basta ver a defesa que fazia da multidisciplinaridade como método de trabalho, quando propõe e participa da criação da Escola Livre de Sociologia e Política), como também lhe emprestara uma finalidade: ser colocada a serviço do progresso civilizatório (associado, inevitavelmente, ao esforço industrializante). Sobre sua perspectiva quanto ao papel da ciência, Simonsen afirmaria durante o discurso de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política que:

falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, um centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidade capazes de colaborar, eficaz e conscientemente, na direção da vida social.¹⁴³

A utilidade do conhecimento é a transformação e para a transformação o conhecimento é necessário, já que *não é bastante criar, agindo. É preciso saber agir, criando*¹⁴⁴. E nessa tarefa não há problema que deva escapar ao olhar e à análise, principalmente porque nas sociedades modernas tudo aparece integrado, e quanto maior for a aparência de partição, de fracionamento, maior e mais necessária será a integração total do sistema. O mundo moderno, do trabalho e da técnica, da produção e da ciência, é paradoxal, pois mesmo que as atividades sejam divididas e separadas, que se fortaleça a idéia de indivíduo, no fim a sociabilidade moderna tudo reorganiza e a força à coletividade, à associação.

Esta integração, que Simonsen vê na civilização moderna, também deve ser resgatada no processo que procura compreendê-la. E se a base da civilização moderna é o industrialismo, os estudos sobre economia e sobre a história econômica tornam-se fundamentais:

Sem irmos ao exagero de tudo atribuir a motivos de ordem econômica, não podemos deixar de reconhecer sua crescente importância na evolução dos povos. Se é verdade que em determinados períodos históricos constatamos a influência de fatores religiosos, culturais e políticos, afetando profundamente o desenvolvimento dos povos, o característico fundamental dos tempos modernos (...) é a preponderância do fator econômico.¹⁴⁵

¹⁴³ Simonsen, 1973: 245.

¹⁴⁴ Simonsen, 1932: 126.

¹⁴⁵ Simonsen, 1977: 23.

A visão integrada da economia e das demais ciências sociais preconiza um conhecimento voltado para civilização, para o progresso dos povos, mas não deixa de ser também uma maneira de integrar todos os pólos do conhecimento, atrelando-os a um conceito central que reivindica para o trabalho a eficiência e a racionalidade como finalidade última. Reforça-se, como qualidade no trabalho desenvolvido por Simonsen, a interpenetração da dimensão intelectual (o pensar, refletir, organizar, planejar) com o campo de suas atividades concretas, ao seu tempo. Desta maneira, o estudo das obras de Simonsen só faz sentido à luz de sua atividade prática sendo difícil separá-las sem perder o contínuo que vai do impulso original ao resultado da elaboração.

Sem querermos estender a controvérsia sobre os limites entre economia e política, e os liames entre a teoria e a prática, destacamos que para Simonsen (como posteriormente para os desenvolvimentistas de viés nacionalista) a dimensão econômica é parte de um processo histórico, segmento de um passado que alimenta as correntes de transformação. Para compreendê-la é preciso, primeiro, pensá-la em termos de sua formação, para enxergarmos o estágio do presente, separando o que é continuidade racional e passível de implementação (a dimensão do fazer). Ao contrário dos trabalhos da economia política clássica, nos quais é a ação econômica que *gera* uma estrutura social dela derivada (como os resultados que a dimensão econômica dos “*vícios privados*” e da divisão do trabalho, que geram ao seu final a riqueza e o progresso das nações), Simonsen e depois dele os desenvolvimentistas percebem o comando que a política pode ou deve exercer sobre a economia. Na concepção de Simonsen a aceitação da ação do Estado é determinada pela incapacidade que o mercado tem de garantir o progresso econômico, especialmente diante da tarefa de permitir a economia *nacional* uma possibilidade de sobrevivência diante das impiedosas e leoninas regras da competição mundial.

tratei de encarar sob um ponto de vista nacional os problemas econômicos que interessavam ao país. Apaixonado pela ciência, sempre entendi que nela deveríamos buscar as soluções para os nossos os nossos casos. Deixá-los à descrição das ações e reações das forças naturais e dos livres fatores econômicos seria ainda por muito tempo conduzir o país a uma servidão econômica, quase tão penosa quanto a sujeição política, em benefício de nações melhor aparelhadas. Intervencionista, nunca o fui para combater as leis naturais, mas sim exclusivamente com o intuito de criar situações em que o Brasil pudesse aproveitar em seu favor as resultantes dessas leis. Da liberdade ampla no intercambio comercial resulta () o predomínio do mais forte.

146

¹⁴⁶ Simonsen, 1932: 08.

A intervenção do Estado deve ser aceita pelos empresários como meio de garantir a continuidade de sua existência e ação – e como garantia também da existência das classes trabalhadoras, dependentes do capital. A regulação e o planejamento são válidos para atingir um fim que não é meramente privado, mas implica na proteção e garantia de todo um complexo sistema social tendo assim uma destinação pública. No caso brasileiro a questão do planejamento é essencial para a soberania e a existência da nação em sentido real. O argumento apresentado por Simonsen sobre finalidade da planificação na economia brasileira é imperativo:

Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e à sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional.¹⁴⁷

A defesa da planificação, que conseguiu se impor como uma das teses centrais que saíram das plataformas do Congresso Brasileiro da Indústria (1944) e a Conferência das Classes Produtoras do Brasil (1945), esta última conhecida como Carta de Teresópolis, representava, portanto, a posição majoritária dos empresários em dois momentos expressivos de sua organização e reivindicação. Simonsen insistia na tese do planejamento há pelo menos 15 anos, não com o mesmo vigor da década de 40, mas a idéia já estava lá – e bem fundamentada. O tema do planejamento aparece em seus textos desde 1931 quando o destaca os efeitos benéficos da ‘racionalização’ como meio de alavancar as economias pouco desenvolvidas. Em *As finanças e a indústria*, Simonsen cita largamente o exemplo alemão, como em outros textos citaria também o Japão e a Rússia como ilustrações de sociedades que: 1) abraçaram o projeto de industrialização como base do progresso nacional (influência da teoria List); 2) usaram a centralização de decisões como forma de otimizar recursos escassos e aparelhamento deficiente (o exemplo do efeito da guerra no rápido aumento da produção era prova dessa possibilidade); e 3) desenvolveram políticas protecionistas – nacionais – para impedir a concorrência destrutiva das economias mais avançadas¹⁴⁸.

Quando a idéia do planejamento tornou-se plausível para os empresários, parte do sucesso na sua implantação deve ser creditada às formulações simonseanas. A outra parte, bem como o material histórico que a originou na concepção vanguardista de Simonsen,

¹⁴⁷ Simonsen, 1945 (A): 95.

¹⁴⁸ Em formulação muito semelhante a ‘proteção à indústria infante’ dos cepalinos nos anos 50.

encontra-se nas características do nosso quadro de desenvolvimento tardio, pois a definição que aparece como sustentáculo é a *incapacidade* do desenvolvimento (com as diversas denominações que recebeu no período – combate ao pauperismo, eliminação da pobreza brasileira, aumento do nível de vida, etc.) ocorrer de maneira espontânea. Se a grande luta da indústria nacional tinha sido, até meados da década de 30 tinha sido a de garantir um espaço para crescer (e proteção para tal), agora a questão era a do próprio crescimento não parecer mais possível.

A importância do pensamento de Roberto Simonsen deve-se à profunda injunção entre sua atividade empresário-industrial e a produção de um discurso organizado sobre o desenvolvimento industrial no Brasil. Seus textos revelam, com excepcional clareza, uma matriz ideológica, e esta será a mais importante contribuição da sua obra ao seu tempo. Para entendermos essa importância ideológica é necessário retomar o agudo debate existente nas ciências sociais brasileiras sobre a maneira ou a via pela qual se processou a modernização capitalista no Brasil (retomando a questão da Revolução Burguesa). Somente ao considerar a complexidade do problema (alternativas e limitações) que se colocava para a industrialização é que poderemos avaliar com clareza o papel da ideologia, no geral, e da proposta ideológica de Simonsen, em particular.

2.2. O processo de industrialização brasileira

Analisar a industrialização brasileira implica em traçar um quadro geral, por mínimo que seja, sobre o processo de construção do capitalismo mundial. Afinal, este configura não apenas um modelo irradiado para o conjunto das sociedades nos últimos cinco séculos, mas também um modelo que possui estruturas e características muito próprias, que foram se organizando como uma cadeia de etapas e performances, do mercantilismo à Revolução Industrial¹⁴⁹.

¹⁴⁹ Sobre a evolução do capitalismo, ver Marx (1984); Paul Sweezy, *Teoria do desenvolvimento capitalista*, São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas); Dobb, *Evolução do capitalismo* (s/d). Sobre as fases da evolução do capitalismo ver Rostow (1964).

Quando tentamos definir o que é a sociedade moderna, a primeira característica que se destaca é a forma assumida pelas relações econômicas enquanto uma economia de mercado: trocas anônimas e impessoais dirigidas pelo objetivo do lucro. Simultaneamente às relações de organização da produção somam-se as transformações de caráter sócio-político, ordenando o conjunto social a partir do indivíduo, da racionalidade como lógica de ação, e da legalidade como fundamento do poder político. Ou seja, a economia de mercado gerou simultaneamente um arranjo institucional peculiar, e no movimento histórico que caracterizou as nações modelo, de viés liberal. Tanto o mercado como os princípios inicialmente conformados pelo liberalismo, perfilarão os dois grupos essenciais de características que definem capitalismo em oposição a outros tipos de organizações sociais: aquelas atinentes às questões econômicas (propriedade privada dos meios de produção e trabalho livre, mercado, valorização contínua do capital) e aquelas ligadas à racionalização da vida individual e coletiva¹⁵⁰.

Este modelo em que a economia passa do princípio de que “toda terra tem um senhor”, de restrições ao trabalho e seu vínculo de servidão, da produção limitada e artesanal, para uma economia de divisão e especialização do trabalho livre, das novas formas de propriedade e de acumulação, da potência individual e do simultâneo fracionamento¹⁵¹ e centralização do poder na forma impessoal do Estado, aplica-se principalmente para a realidade europeia e atingem seu pináculo com a consolidação dos Estados nacionais ao final do século 18 e durante todo o século 19. Porém, este é um ‘modelo conceitual’, apresentado

¹⁵⁰ Partimos do pressuposto de que na organização social duas dimensões são fundamentais: aquela que emana das relações sociais de produção e que definiria os interesses econômicos bem como uma lógica funcional de produzir, e aquela aliada ao conceito de divisão do trabalho, articulação entre fatores de produção, estratégias de acumulação e reprodução ampliada do capital, inserindo o aspecto da competitividade e da renovação tecnológica como fundamentais para seu contínuo desenvolvimento. Coexistindo com a base material de produção, as sociedades industriais promovem uma nova forma de pensar e organizar os valores da coletividade - introduzindo conceitos como indivíduo, progresso, cálculo racional (a expressão de Sombart sobre o “*espírito do capitalismo*”) e uma idéia muito particular de liberdade. Como decorrência forma-se uma articulação das estruturas jurídicas e políticas da sociedade que regulam e fiscalizam as relações privadas entre indivíduos, grupos, empresas e as relações destes com o espaço público. O desenho da sociedade moderna é compósito entre economia, cultura e o arranjo institucional do Estado.

¹⁵¹ Com o poder soberano centrado nos indivíduos, mas que somente se realiza enquanto povo. E com uma engenharia política em que o desafio articulador desdobra-se em duas direções: manter o poder nos indivíduos sem chegar a ‘guerra de todos contra todos’ (limite extremo da supremacia dos interesses privados); e garantir o surgimento de uma esfera pública, uma *res publica*, sem, no entanto, abrir brechas para o retorno de formas despóticas e autocráticas de governo.

apenas como contorno geral de um processo histórico que se mostrou mais rico, controvertido até as primeiras metamorfoses no período das grandes crises do final do século 19.

O modelo clássico da ‘Revolução Burguesa’, a *via clássica*, que se tornou quase que um “tipo ideal” é aquele em que a emergência de uma classe de homens motivados pelo lucro e pela organização racional do mundo forçou a destruição da anterior ordem estamental substituindo-a pelo *laissez-faire* e pelo *laissez-passer*. Aos laços sociais baseados na posse da terra e nos privilégios de sangue (orgânica), a burguesia impunha uma nova ótica baseada no trabalho, na propriedade e no capital privado e individual (atômica). A consolidação de seu poder econômico, e depois político, apoiou-se no individualismo, nas teses do contratualismo e no liberalismo político. Ao se consolidar, foi moldando novos valores e criando instituições em que os homens apareciam como juridicamente livres e socialmente desiguais. O nexo social seria articulado pela crença de que os indivíduos, responsáveis pelo seu sucesso ou seu fracasso (*self made man*), motivados pelos interesses pessoais levariam a sociedade a alcançar seu ponto de equilíbrio a partir da racionalidade da mão invisível do mercado.

Hegel chamou esta liberdade dos liberais *de liberdade negativa*: aquela que pode ser exercida até o limite em que começa a liberdade do outro. Ela configura o processo de autodeterminação e autoconsciência que nasce com a “sociedade civil”, uma sociedade de proprietários que, independentemente de suas diferenças étnicas, religiosas e políticas, são iguais perante a lei e, de conformidade com ela, podem buscar seus interesses, realizar suas idéias de felicidade.¹⁵²

Consagrou-se o modelo que pressupunha a liberdade de ação individual como centro de uma teia de inter-relações orquestradas pelos interesses privados, tanto no campo político quanto no campo econômico. A divergência e o conflito em suas várias facetas (por bens materiais, prestígio social ou poder político) seriam convertidos pelo mercado em um movimento contínuo e ascendente chamado progresso. À anterior concepção orgânica seria atribuída o defeito da estagnação, enquanto ao novo atomismo atribuíria-se a virtude do dinamismo.

Por conta desse modelo genérico de interpretação, ao lado da tarefa burguesa de se impor como classe central do novo modo de organização social, vinculou-se às formas econômicas do capitalismo o corolário das instituições políticas liberais e representativas.

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um processo político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada

¹⁵² Luiz Gonzaga Belluzzo In *prefácio* Borges, 1996: 09.

administrando-se a si própria na comuna; aqui, República urbana independente, ali, terceiro estado, tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno.¹⁵³

Claro que, colocado dessa maneira tão genérica e ordenada, na história concreta poucos exemplos haveria que se encaixassem no modelo além dos paradigmas clássicos. Ainda mais porque, na realidade, os movimentos foram sendo combinados entre revoluções e arranjos institucionais diversos, ocorrendo em mais de uma nação, e que somados perfizeram o modelo paradigmático. Os exemplos mais acabados da ‘história oficial’¹⁵⁴ da Revolução Burguesa seriam a Inglaterra e a França¹⁵⁵, mas mesmo em cada uma dessas sociedades as nuances desse processo foram distintas. Uma das constatações que emerge desse distanciamento é que as questões econômicas e o arranjo institucional nem sempre caminharam na mesma direção. O “espírito do capitalismo” e seus valores fundamentais conviveram (ou serviram-se) na realidade, de práticas contraditórias como a escravidão, os monopólios e o autoritarismo. Nestes, esvaziaram-se os pressupostos da liberdade econômica e da liberdade política¹⁵⁶.

¹⁵³ Marx e Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, In Obras Escolhidas (s/d), volume I, página 23. Este desenvolvimento da burguesia culmina com a supremacia do modo de produção capitalista marcada pela época das revoluções democrático-burguesas, em torno de propostas nas quais o historicamente novo suplanta o historicamente velho, com movimentos nacionais, que trazem no seu bojo o caráter de participação das massas populares. São movimentos em que a maioria da população participa na destruição da sociedade feudal, liderada pela burguesia, que nesta época traz a firma de classe revolucionária.

¹⁵⁴ Expressão usada por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*, como crítica à rigidez tipológica usualmente adotada sobre o tema.

¹⁵⁵ Engels, (nota à edição inglesa de 1888 do Manifesto), abordando os casos da Inglaterra e da França aponta características próprias de cada um desses países de *via clássica*: “*de modo geral, considerouse aqui a Inglaterra como país típico do desenvolvimento econômico da burguesia, e a França como país típico do desenvolvimento político desta classe*”, apud Borges, 1996: 58.

¹⁵⁶ Werneck Vianna em *Liberalismo e sindicato no Brasil* trabalha com este distanciamento fundamental entre o liberalismo econômico e o político na construção da sociedade brasileira ao analisar a construção dos aparatos de controle das relações de trabalho. Da mesma maneira, boa parte da literatura que estuda o problema das formas congênicas de autoritarismo e a recusa dos postulados democráticos ligados ao liberalismo político no Brasil vai afirmar este hibridismo onde são misturados traços de modernização com permanências e anacronismo (não como simples continuidade, mas como novas elaborações sociais de um outro tipo).

Para Reinhard Bendix, em *Construção Nacional e cidadania*, não é apenas o paradigma “moderno” que é europeu, mas também as formulações teóricas que o acompanham e procuram decifrá-lo e que foram estendidos para o mundo:

As mudanças sociais e políticas das sociedades européias forneceram o contexto no qual os conceitos da moderna sociologia foram formulados. Quando nos concentramos atualmente nos problemas de desenvolvimento no mundo não-ocidental, empregamos conceitos que possuem derivação ocidental.¹⁵⁷

Como a transformação das sociedades tradicionais em modernas nem sempre ocorreu de maneira idêntica, não há uma fórmula única para esse movimento. Os resultados divergem uma vez que a maneira como são combinados os aspectos econômicos (efeito da industrialização e as alterações que impõem às relações de produção) e a cultura ou mentalidade vigente (o *ethos* ou a racionalidade específica das sociedades capitalistas – a *ratio*) pode resultar em modelos políticos-econômicos distintos. Pesa nos dois casos inclusive a herança de cada sociedade, que cria problemas diferenciados para cada país. No entanto, quando falamos de modernização temos como referência um desenho geral, um pano de fundo onde cada sociedade acaba por desenhar seus contornos próprios. Ainda que em muitos países a revolução econômica não tenha coincidido com as transformações da ordem democrático-burguesa fica evidente que se tratam de dois aspectos do mesmo processo de mudança social que atingiu, *mutatis mutandis*, grande parte da humanidade.

Seria importante reforçar a idéia de uma dupla articulação: um quadro de fenômenos comuns e essenciais para a definição de modernidade capitalista e um campo de elementos complementares, que podem assumir variadas formas. Tanto questões puramente econômicas quanto culturais vão estar entre as fundamentais, com destaque para a predominância do mercado e do lucro, do individualismo e da noção de progresso.

No campo das relações econômicas, Marx evidenciou o processo de evolução de transformação das formas mercantis simples até as etapas mais avançadas do capital industrial, e depois do capital financeiro, demonstrando o processo pelo qual a mercadoria, a expropriação do sobre-trabalho e a forma dinheiro iriam convertendo e estruturando todas as relações de produção no processo de acumulação do capital. Desde a idéia de fases históricas, configuradas em modos de produção distintos, até a evolução interna do capitalismo da etapa do capital-mercantil ao modelo industrial e etapa do capital financeiro, Marx propôs o

¹⁵⁷ Bendix, 1999: 36.

movimento iniciado pelo mercantilismo europeu e pela Revolução Industrial inglesa como a gênese do capitalismo¹⁵⁸.

No plano real, já na virada do século 19 esta idéia de univocidade entre formas econômicas e formas políticas foi caindo por terra no teste histórico da emancipação colonial. Não só no Brasil, em que o exemplo mais cabal é o descompasso entre uma economia mercantil escravista contraditória ao restante dos postulados liberais apregoados, mas também os demais países de extração colonial, na América Latina, Caribe, África e Ásia. Esta constatação é reforçada por outros exemplos de caminhos diferentes para a articulação entre estas duas dimensões, por exemplo, os casos da Alemanha e do Japão, onde as instituições resultantes também estão muito longe do liberalismo de Smith, Ricardo, Locke e dos federalistas norte-americanos.

A variabilidade dos tipos sócio-econômicos expressa combinações entre passado e presente, entre as escolhas que são feitas pelos grupos e indivíduos e que vão redesenhando o campo das probabilidades a partir de suas decisões. Para entendermos estas outras formações deveríamos nos debruçar sobre as particularidades sociais e históricas, em que são combinadas questões empíricas com os quadros teóricos. Dessa perspectiva é possível percebermos o que permanece e o que muda nos processos que ocorrem em escala nacional, emergindo novos elementos explicativos que podem ter importância para uma sociedade e não para outra. Mais que a estrutura formal do capitalismo, a variação vai ser fortemente influenciada pelo comportamento sócio-político e pela história de cada sociedade em particular.

Além da referência ao estudo de Bendix, dois outros trabalhos, próximos no tempo¹⁵⁹, incidem sobre a mesma temática. No estudo de Barrington Moore, *Origens sociais ditadura e da democracia*, são cruzadas as experiências de vários países na formulação de padrões de articulação entre características econômicas e regimes políticos mais comuns aos

¹⁵⁸ Modelo que será mantido pelas posteriores abordagens marxistas, apenas com a introdução das questões relativas às estruturas pré-capitalistas e aos problemas do imperialismo e seus efeitos (abordagem que incorpora os países de extração colonial).

¹⁵⁹ O texto de Bendix é de 1964, o de Rostow é de 1959 e o trabalho de Barrington Moore Jr. foi publicado em 1967. Se somarmos a este bloco de análises os trabalhos de Celso Furtado e de outros autores da teoria do subdesenvolvimento podemos perceber que entre os anos 40 e 50 passava pelo leque de problemas teóricos da época as diferentes formas de passagem para o capitalismo (ou seus impedimentos) e os diferentes modelos políticos possíveis de ocorrer.

processos de modernização, permitindo visualizar sociedades capitalistas com mais de um perfil político. Existência, grau de articulação e força dos atores sociais básicos na passagem para o capitalismo - classes fundiárias (terratenentes e camponeses) e burguesia (comerciantes e fabricantes) - determinariam as possibilidades entre o capitalismo liberal (democrático), o capitalismo reacionário (autoritário ou comandado pelo 'alto') e o comunismo. O método usado identificou as características endógenas e suas combinações como relevantes na definição de modelos sociais e políticos variados¹⁶⁰.

No trabalho intitulado *Etapas do desenvolvimento econômico* Rostow apresenta uma tipologia marcada por outros elementos de análise, onde são elencados não só os momentos de partida e de maturação do desenvolvimento capitalista, como também os fatores fundamentais que permitem essa passagem e alimentam a dinâmica do sistema – analisando inúmeros tipos de sociedades e de processos de deflagração e estímulos/ empecilhos ao crescimento. O ponto de partida, no entanto, é a sociedade tradicional em seu baixo grau de diferenciação e de capacidade produtiva e o corolário é a dinâmica capitalista. Entre um ponto e outro desta cadeia, poderemos ter inúmeras possibilidades de inserções de modelos diferenciados quanto à história dessa evolução e particularidades organizacionais (como as causas iniciais, os agentes promotores, o *take-off*, as instituições, etc.). Mantém intacta, porém, a percepção de um estágio inicial e das etapas mais avançadas do processo.

O debate e a produção acadêmica sobre o desenvolvimento e a industrialização no Brasil, em especial no período compreendido entre 1910 e 1960, captura em muito as questões acima apresentadas. Da mesma forma que na discussão mundial, os estudos sobre o caso brasileiro oscilam entre analisar o processo de modernização ocorrido sob o empuxo da abordagem econômica ou sob a prevalência da abordagem política, mas uma grande parte dos

¹⁶⁰ Outro trabalho, bem mais recente, mas que caminha na análise da correlação entre questões econômicas (capital) e políticas (coerção) na formação do modelo de estado nacional que hegemonicamente 'vingou' como paradigma para a modernidade é o trabalho de Charles Tilly, *The formation of National States in Western Europe*, Princeton University Press, 1975, e também *Coerção, capital e Estados europeus*, São Paulo, Edusp, 1996.

trabalhos revela um viés misto, admitindo o intercâmbio entre elas¹⁶¹. Acentua este aspecto pendular os problemas do capitalismo tardio ou a particularidade da *via colonial* que:

Engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivas, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de *independência neo-colonial* ou de *subordinação estrutural* ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela *via colonial* não realizaram sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da burguesia prussiana, que deixa, apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas.¹⁶²

Na esteira destas contradições, ou arranjos múltiplos, formaram-se novas interpretações sobre as combinações possíveis da modernização capitalista. Embora este campo teórico seja extenso e controverso, o núcleo temático comum é que a expansão capitalista ocorre de forma diferente em cada nação, condicionada pelas características particulares de cada nova área integrada ao sistema, influenciada pelo momento histórico da transição e pela posição do sistema de produção local na divisão do comércio internacional. Estas especificidades seriam as condições estruturais da produção (capital, tecnologia, trabalho) para o salto da industrialização, a existência de grupos e de condições político - institucionais para a condução desse processo e o grau de liberdade imposta pelas relações hegemônicas internacionais¹⁶³.

é óbvio que existe uma relação entre economia e sociedade, mas não é menos evidente que houve caminhos políticos variáveis para chegar ao desenvolvimento capitalista, e para controlar politicamente sociedades baseadas em economias capitalistas, desde a instauração do parlamento liberal britânico ou a república federativa, burguesa e democrática americana, até o centralismo autocrático bismarkiano, ou, em outra etapa, ao fascismo em distintos países, passando por múltiplas formas de democracia burguesa, de absolutismo monárquico, de ditadura militar, etc. Nem é diferente, por outro lado, a história recente do socialismo e de suas múltiplas vias políticas.¹⁶⁴

¹⁶¹ Como exemplos da bibliografia brasileira que trata este período e que oscila nas duas direções podemos citar *Formação do Brasil Contemporâneo* e *A revolução Brasileira*, de Caio Prado Junior, *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado – ambas privilegiando os aspectos econômicos; Luciano Martins em *Pouvoir Politique et Developpement Économique – Structures de Pouvoir et Système de Décisions em Brésil*, Sônia Draibe em *Rumos e Metamorfoses*, como análises que privilegiam a dimensão política e institucional; e Eli Diniz, em *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil - 1930-1945*, Diniz e Renato Boschi em *Empresariado nacional e estado no Brasil*, e Lourdes Sola, *Idéias econômicas – decisões políticas*, na abordagem sobre os atores sociais (burocracia) na construção do estado pós-30.

¹⁶² Borges, 1996: 60.

¹⁶³ Autores como Hirschman e Rostow estudaram o fenômeno do desenvolvimento econômico enquanto um processo histórico em que são necessárias certas condições para a deflagração do surto industrial e onde são percorridas determinadas fases ou etapas. Porém, através de explicações diferentes consideram como pré-condição o quadro social e cultural.

¹⁶⁴ Cardoso, 1973:56.

O quadro mundial que se forma no século 20 é heterogêneo, quando observamos as relações de produção, as instituições e seu peso no arranjo geopolítico mundial. A determinação do peso político e do ritmo de amadurecimento econômico de cada país (definido como sendo dado em função da capacidade de produção e de concorrência) vai depender da relação de forças entre as distintas classes sociais locais e suas frações, bem como seu grau de independência do capital estrangeiro. Historicamente as vias de desenvolvimento acontecem pela capacidade, dentro das condições existentes, que determinados grupos têm de impor aos demais seu projeto de sociedade, guiando a economia nas suas questões basilares: relações de produção, circulação, reprodução do capital, regras de acumulação, regulação da propriedade e definição de formas de apropriação. O papel da direção política na evolução do capitalismo foi afirmado por Sombart e por Schumpeter, que acentuaram o papel dos próprios capitalistas (empresários) como elementos fundamentais na consolidação e propulsão do desenvolvimento econômico (Schumpeter chega a ponto de transformar a ação empresarial no epicentro da dinâmica de renovação capitalista).

O papel desempenhado pelos setores produtivos da sociedade pode definir e redefinir estratégias importantes de crescimento, ou pelo seu poder econômico privado (em sua ação empresarial direta) ou através de políticas governamentais (resolvem através de sua capacidade de convencimento ou dominação política, usando os fundos públicos e a função social do Estado em sua proteção). Afinal, o empresário é um agente privilegiado por uma característica peculiar:

O empresário – ao contrário de outros atores que se beneficiam igualmente de elevadas rendas – é um agente ligado ao processo produtivo. Toda a sua vida, pública e privada, está marcada por este fato. Suas energias e sua inteligência estão orientadas para os problemas da produção.¹⁶⁵

Sua ação vai direcionar-se para as escolhas em que o ‘alto rendimento’ possa ser alocado, retornando com lucro (afinal deve-se separar, como bem salientou Furtado, o consumo pessoal do consumo produtivo – investimento -, sendo este último o problema decisório fundamental para este tipo agente) e, neste caso, ele é um ‘promotor nato’ da continuidade do desenvolvimento econômico. O problema que se põe é que nem sempre os arranjos da estrutura social e econômica permitem essa alocação eficiente (vide a grita dos industriais no período estudado – eles reclamavam que por condições extra-fábrica sua

¹⁶⁵ Furtado, 1975: 49.

potencialidade ficara prejudicada; e o mesmo problema atingiu os empresários da agricultura). Também, nem sempre o empresário individual sabe proceder particularmente à escolha mais apropriada. Portanto, infere-se desse raciocínio a inevitável necessidade de que haja: 1) um diagnóstico, análise ou modelo disponível para imitação, que permita aos tomadores de decisão escolher entre alternativas das quais eles tenham o mínimo de clareza ou orientação; 2) que haja um meio de desmontar os entraves que impedem as escolhas mais importantes. Nos dois casos, não é o empresário singular, mas a organização em grupo e, principalmente, a existência de uma direção, a garantia de continuidade de suas atividades. Estende-se, assim, uma rede do indivíduo ao grupo e deste para uma liderança, que, para exercer essa função precisa de uma visão geral do que ocorre a sua volta, uma interpretação possível e coerente sobre essa realidade e suas soluções e capacidade de se fazer ouvir e ser seguido pelos demais membros do grupo.

Como se cria uma liderança, em especial quando sua capacidade dirigente depende também da construção de estratégias e de um discurso que invada formidavelmente o campo da política e o desenho de todo um futuro social? O primeiro passo para entender este processo, do qual tomamos Roberto Simonsen como um exemplo vigoroso, é analisar os condicionantes históricos e sociais que lastreiam sua ação. Para os postulados normalmente aceitos na sociologia do conhecimento, um agente histórico inovador herda uma situação cultural e material dada a partir qual procura formas de lidar mais adequadamente com os novos desafios. A origem ou realidade histórica para Simonsen é a transição industrial. Seus dados de realidade e seu esforço de teorização surgem dela e a ela novamente se destinam – movimento acentuado pelas condições singulares da história do capitalismo no Brasil, que exigiu daqueles que a pensaram uma abertura intelectual e uma capacidade de inovação capaz de captar e iluminar o quadro da modernização tardia. Afinal, o caso brasileiro revelou uma tensão diversa daquela vivida pela transição capitalista clássica entre setor não-capitalista (ou pré-capitalista) e as camadas ligadas ao comércio mercantil. Apenas como um dado demonstrativo dessa diferença qualitativa, aqui a crise ocorreu *entre frações* burguesas: uma delas já entronizada no poder, titular da hegemonia do modelo mercantil-exportador e alimentada pela dinâmica do comércio internacional (e por ele ritmada); e outra, em estágio incipiente de desenvolvimento, alimentando-se das fissuras e da irradiação econômica do setor agrário-exportador para crescer e se consolidar enquanto uma nova classe hegemônica.

A perspectiva de anelo e ritmo entre a burguesia exportadora e uma cristalizada divisão do trabalho internacional também apresentava obstáculos pela interferência de interesses externos (e o peso do capital a ele ligado) gerando quadro diferenciado para a ascensão da burguesia industrial no Brasil.

No período analisado neste estudo a burguesia industrial brasileira ainda era frágil em termos econômicos. Somente poderia contrabalançar esta falha utilizando-se de políticas estatais capazes de lhe dar proteção para competir internamente, compensando a falta de capacidade de investimentos privados com política creditícia, repassando ao Estado o custeamento de aportes em ciência e tecnologia e dos gastos de implementação de infraestrutura. Mas, neste caso, seria necessário possuir força política capaz de canalizar as energias da sociedade (armazenadas no Estado) para o seu projeto industrial. Em função da existência de outros interesses já cristalizados (frações da burguesia agro-exportadora e comercial de exportação fortemente estruturados com poderosos interesses do capital internacional), seria necessário criar um poderoso argumento que justificasse e protegesse a industrialização, em particular a indústria nacional.

O problema se desdobra: ao mesmo tempo em que a sociedade se moderniza, abraçando os três fundamentos da lógica capitalista (mercado, concorrência e lucro), os setores econômicos vão se diferenciando (agricultura, indústria, comércio, finanças) e modelando formas alternativas e concorrentes de acumulação. Não há possibilidade de enxergarmos a controvérsia ideológica se não entendermos antes a própria condição dos diversos segmentos de classe nas relações de produção, como um universo rico de contradições em seus interesses, gerando mais de uma forma de atingir a modernidade a partir deles.

É consenso nos estudos sobre a economia nacional que a virada do século 20 marca a transformação estrutural da economia e da sociedade em direção a um tipo societário de molde capitalista e industrial. Entretanto, o consenso desaparece quando o debate incide sobre *como* este processo ocorreu. Na produção intelectual sobre o tema são inúmeros os estudos realizados e, mesmo apresentando clivagens analíticas e fundamentos diferentes, grosso modo, o debate pode ser resumido a duas grandes linhas de interpretação. A evolução econômica brasileira inicia-se no período colonial com o extrativismo seguida da introdução

da monocultura de exportação e, entre altos e baixos, a economia vai sendo marcada pelo exclusivismo de produtos cujo destino era a demanda externa (embora fora desse pólo dinâmico a economia estivesse reduzida a subsistência – com raríssimas exceções)¹⁶⁶. A passagem para um outro tipo de organização econômica, diferente da estrutura do setor primário, deve necessariamente, possuir pontos de inserção no sistema que lhe foi anterior. As grandes diferenças teóricas começam neste ponto, ou seja, na análise de um esquema econômico mais complexo onde a atividade industrial surge não da destruição ou das ruínas da atividade agrário-exportadora, mas ergue-se lado a lado em uma convivência de pelo menos cinco décadas (usando como demarcação o surto da década de 1880 e a crise da década de 1930).

Os dois grandes campos acima referidos estruturam-se a partir da interpretação adotada sobre a associação entre a indústria nascente e o modelo mercantil exportador, oscilando do extremo da independência entre os dois setores à sua complementaridade. A interpenetração entre as duas economias é inevitável, especialmente pelo percurso histórico do desenvolvimento econômico brasileiro baseado na economia mercantil. O que une os dois campos teóricos é a afirmação de que houve, entre a década de 1910 e 1940, um acirramento do conflito entre a economia cafeeira e a economia industrial, promovendo um descolamento com a progressiva autonomização do setor industrial. O que separa as duas análises é determinar se a indústria nasceu ou não dos capitais cafeeiros ou se foi desde a fase inicial dela concorrente. A resposta a este problema implica em afirmar a existência de dinâmicas diferentes, ou não – implicando em problemas distintos para o momento do salto industrial. Importa também em definir se houve um núcleo burguês com posterior diferenciação ou se desde o início a indústria brasileira produziu um grupo social a ela ligado, diferente do grupo hegemônico e, portanto, capaz de transformar-se em lideranças independentes.

As teorias se dividem no grupo de estudiosos que afirma a independência dos setores, e o grupo que afirma a complementaridade e dependência do setor industrial ao setor

¹⁶⁶ Este esquema explicativo que salvo diferenças de *interpretação* manteve-se intacto na maioria absoluta dos estudos sobre a história econômica do Brasil: Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil – 1500/1820*, Heitor Ferreira Lima, *História político-econômica e industrial do Brasil*, Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, e Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*.

cafeeiro. Há também posições intermediárias em que a relação pode variar segundo o grau, a variável, e onde a relação de oposição-dependência aparece como parcial ou temporárias.

É importante destacar que a origem, no pensamento econômico brasileiro, da preocupação investigativa em determinar o impulso dinâmico da industrialização pode ser creditada à obra de Roberto Simonsen como marco inicial dessa inquietação intelectual. O texto de Simonsen, *A orientação industrial brasileira*, inaugura o leque de estudos que afirmam a industrialização como corolário da cadeia do desenvolvimento nacional, apresentando a indústria de forma independente e diferenciada do modelo mercantil-exportador – enxergando *duas* formas econômicas distintas. A esta primeira afirmação Simonsen segue analisando o processo que encadeia o passado colonial e os ciclos econômicos até a etapa industrial. O mapeamento do padrão mercantil é descrito em vários trabalhos, em especial na versão pioneira sobre a formação econômica *História Econômica do Brasil 1500/1820*, onde é encontrada uma análise bastante avançada em termos da interpretação histórica moderna, apoiada em dados estatísticos, tabelas, quadros e mapas, que servem para descrever e analisar a *evolução* da formação econômica nacional. A leitura estrutural de Simonsen sobre o desenvolvimento econômico desdobra-se em trabalhos que mesclam descrições históricas com abordagens analíticas mais próximas da economia política: *As crises no Brasil*, *Aspectos econômicos da história do café*, *As conseqüências econômicas da Abolição* e *Evolução industrial do Brasil*. Neles Simonsen discorre sobre a influência do café, o início da dinâmica industrial, os problemas de políticas econômicas e seu impacto no sistema econômico nacional¹⁶⁷. O conjunto dessas reflexões provavelmente fazia parte de um projeto de maior envergadura de Simonsen, o de produzir, posteriormente, obra mais completa sobre a etapa industrial da economia brasileira, complementando o trabalho iniciado com os estudos sobre o período colônia e a etapa da agricultura mercantil¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Apenas para complementar, outros e variados estudos foram desenvolvidos ou estimulados por Simonsen nos departamentos de economia da CIESP, nos projetos de pesquisa de condições de vida e ocupação dos trabalhadores e famílias assalariadas executados pela Escola de Sociologia e Política, nos grupos de assessoria que criava - indicam a preocupação constante com o levantamento e sistematização de dados sobre a economia contemporânea. Estas iniciativas além de permitir a formação de novos quadros, servia de base para as teorias depois desenvolvidas por Simonsen em seus discursos, como por exemplo, *Recursos econômicos e movimentos das populações* (1940), *Níveis de vida e a economia nacional* (1940).

¹⁶⁸ Esta inferência pode ser feita com base no procedimento adotado por Roberto Simonsen quanto à elaboração de *História Econômica do Brasil*. Este trabalho nasceu de pesquisas e anotações preparatórias de aulas, tornando-se públicas no espaço das salas de aulas. Foram depois apresentadas a

A tese da oposição café-indústria afirma a contradição de interesses entre estes dois setores, mantendo não só como independentes os capitais e os empresários que circulavam dentro de cada setor, mas também como entendiam esta convivência como contraditória. A corrente da oposição café-indústria tem como primeira elaboração a teoria da *industrialização por choques adversos*, que afirma a expansão da indústria a partir dos momentos de crise no sistema mercantil-exportador (desajustes estes originados em problemas no mercado internacional). A relação básica neste sistema é que a alta especialização monocultora de exportação era contrabalançada por um movimento contrário de importações dos demais bens necessários à manutenção e reprodução do sistema. Nos momentos de crise (incapacidade de importar por falta de oferta nos mercados fornecedores ou por diminuição de divisas para bancar as importações) as necessidades do sistema se deslocariam para a produção nativa, intocada pelas crises e pagas em moeda nacional. Assim, a cada desequilíbrio da economia mercantil corresponderia um impulso positivo para o crescimento industrial (claro que o fenômeno só poderia ocorrer a partir da existência e de uma certa complexidade do parque industrial).

Examinando os dados sobre o desempenho da indústria entre 1915 e 1929 (entre duas crises para a economia cafeeira) levantados por Simonsen¹⁶⁹, pode-se observar que o valor da produção industrial expandiu nos períodos de desajuste. No período de 1915/1919 (intervalo da I Guerra Mundial) o valor da produção praticamente dobrou. Nos demais intervalos de crise de superprodução do café o fenômeno torna a ocorrer. Quando a economia exportadora volta a se equilibrar os indicadores da indústria recuam, embora se perceba um movimento ascendente. A contradição de dinâmica entre os dois segmentos é flagrante¹⁷⁰.

Tabela 1 –Produção Industrial/ Custo de vida (1915-1929)

Ano	Custo de vida	Produção industrial Nominal	Real	Ano	Custo de vida	Produção industrial Nominal	Real

um público mais amplo através de uma série de conferências realizadas na ELSP e que foram sintetizadas em matérias jornalísticas. A existência de um abundante material já produzido sobre a questão industrial, incluindo o levantamento de dados, a sistematização cronológica e o arcabouço analítico, permite pressupor uma posterior sistematização, complementando uma segunda parte da história econômica do Brasil.

¹⁶⁹ *A evolução industrial do Brasil* (1939).

¹⁷⁰ A intenção de Simonsen na apresentação desses dados era evidenciar o crescimento rápido e contínuo da indústria e seu descolamento dos indicadores do custo de vida (exemplo: os anos de 1919/1920, e 1925/1926).

1915	108	127	118	1923	202	616	303
1916	116	164	140	1924	236	461	194
1917	128	253	197	1925	252	452	178
1918	144	247	171	1926	260	504	193
1919	148	312	209	1927	267	581	217
1920	163	308	188	1928	263	747	284
1921	167	315	188	1929	261	702	269
1922	184	401	218				

Fonte: Simonsen, 1939: 40/41.

Anteriormente, em trabalho de 1935, Simonsen havia demonstrado o ímpeto do crescimento industrial ocorrido no mesmo período:

Pelo recenseamento de 1920, verifica-se que, computados pelo seu capital, de nosso parque industrial: 2,8% foram fundados antes de 1870; 18,0% entre 1870 e 1889; 35,2% entre 1890 e 1909; 44,0% entre 1910 e 1919. Enquanto em 1889 existiam apenas 626 empresas industriais, entre 1890 e 1914, foram fundadas 6.946, e, entre 1915 e 1919, período da guerra, 5.940!¹⁷¹

E, muito embora para Simonsen o setor primário seja peça importante no desenho da economia, estimulado e racionalizado, suas deficiências intrínsecas (teto de produtividade, teto de demanda e preço, dependência de fatores e oscilações do mercado externo) apontam para a superioridade do modelo industrial, tolhido em sua marcha pelo controle hegemônico exercido pelo setor exportador.

Há para Simonsen um outro elemento que separa os dois campos – a origem do impulso industrial. A análise simonseana sobre este ponto acentua uma diferença de origem na atividade industrial em sua relação com a atividade cafeeira: a atividade industrial no país teve nascimento doloroso e sempre foi desprotegida e hostilizada diante da ‘grande irmã’, a agricultura. No restante do mundo as indústrias já eram *consideradas padrão de adeantamento de um povo*¹⁷², aqui situação não se configurava da mesma forma:

A indústria brasileira nasceu das necessidades locais, cresceu e evoluiu entre as maiores dificuldades, e apesar disso já tem em seu activo assinalados serviços à nação. É no entanto doloroso constatar que amiúde é ella maltratada e agredida pelos iconoclastas de todos os tempos, que procuram numa ânsia devastadora rebaixar, no campo mesquinho de suas lucubrações, todas as realizações, por mais proficuas ou fecundas que sejam.¹⁷³

¹⁷¹ Simonsen, 1935: 31.

¹⁷² Simonsen, 1928: 08.

¹⁷³ Simonsen, 1928: 07.

Apesar da declaração de contrariedade frente às críticas recebidas pela indústria brasileira (questão protecionista, problema da carestia, deslocamento de braços da lavoura, etc.), na abertura do discurso *Orientação industrial* (1928), Simonsen afirma que: a) a indústria nasceu das demandas locais (tem, portanto, mais ligações com a economia nacional que a agricultura – que se origina numa demanda externa e se realiza em solo estrangeiro); e b) sem proteção de qualquer tipo e sofrendo adversidades, ao contrário das políticas de proteção destinadas a outros setores, e mesmo assim crescendo, é uma atividade natural e não artificial e enganosa como a ela se referiam seus detratores. Esta argumentação é repetida, em análise muito mais consistente dez anos depois:

Atendendo a que o país dispõe de regiões altamente propícias a uma grande lavoura, os governos têm dado o melhor de sua atenção às atividades agrárias, nas quais, aliás, labuta a maioria da população do país. A indústria se tem constituído graças às solicitações do consumo, como resultante da impossibilidade absoluta da nação de obter, no exterior, os meios de pagamentos necessários à importação. É um progresso industrial, em sua maior parte alheio à ação dos governos e às questões da política interna, gerado por um determinismo econômico inelutável.¹⁷⁴

No entanto, comparando-se na citação acima a frase *resultante da impossibilidade absoluta da nação de obter, no exterior, os meios de pagamentos necessários à importação*¹⁷⁵, com o seguinte trecho do discurso de 1928: *data de 1885 o crescimento industrial do país, crescimento que se avolumou principalmente nos períodos de 1890/1895 e de 1914/1919*¹⁷⁶, a situação da indústria (independentemente de sua naturalidade ou não) oscilava conforme o grau de estrangulamento das atividades do setor agrícola. Menosprezando as indicações sobre os efeitos da I Guerra Mundial, o colapso da cadeia exportação de café e importação de manufaturas na expansão da produção industrial, Simonsen apresenta outros argumentos que se tornam fundamentais para entender seu posicionamento: o aumento da força da indústria, que cresce a despeito da fortaleza agrícola, e colocação das atividades industriais como a “*marcha vitoriosa da civilização*” (1928). A evolução *inelutável* da indústria tenderia a destruir a posição hegemônica da agricultura invertendo os termos dessa relação: *o progresso da agricultura vai, por seu turno, e cada vez mais, depender do aumento das indústrias, pelo crescimento do consumo de matérias primas* (1939).

¹⁷⁴ Simonsen, 1939: 43.

¹⁷⁵ Simonsen afirmava no mesmo texto que “*a guerra européia deu um novo e decisivo [destaque nosso] impulso à evolução industrial paulista*” (Simonsen, 1939: 48). Também é razoável lembrarmos que a produção industrial de São Paulo no período de elaboração do texto representava 43% da produção industrial nacional.

¹⁷⁶ Simonsen, 1928: 08.

Esta abordagem fica mais clara nos textos produzidos ao longo dos anos 40, principalmente na crítica aos efeitos deletérios do Plano Marshall para os países *sub-capitalizados*¹⁷⁷. A percepção é que no desenho da reconstrução econômica do após-guerra, projetada pelos Estados Unidos, permaneceria intacta a anterior divisão internacional do comércio, alocando os países periféricos como fornecedores de matérias primas *in natura*, ou com baixo grau de transformação. O discurso partia do pedido de colaboração para um novo período de paz, prometendo um novo ciclo de prosperidade mundial pela reativação de comércio internacional, impulsionado pela nova geopolítica mundial e pelo aumento de demanda de recuperação do patrimônio perdido durante a guerra. A proposta foi recebida com alívio pelos setores exportadores e governos de diversos países, uma vez que manteria ou aumentaria o nível das exportações alcançadas durante o colapso do parque produtivo europeu, gerando divisas e superávit. Para Simonsen, esta política acabaria produzindo o resultado inverso.

A grande virtude da guerra para as economias menos desenvolvidas tinha sido a de permitir que o parque manufatureiro local se desenvolvesse para suprir o mercado interno, desabastecido em virtude da impossibilidade de importação e ainda estimulado a exportar. Se a economia voltasse a ser organizada em função da exportação de produtos primários, a indústria acabaria sendo a maior prejudicada, isto porque as atividades da agricultura de exportação “puxariam” todos os recursos para sua realização (capitais, braços, interesses) e determinariam novamente sua hegemonia sobre o total da sociedade e da economia (definindo políticas de proteção, de comércio exterior, câmbio, etc.). Isto significaria retroceder aos patamares anteriores e impedir o salto para o desenvolvimento industrial (e neste momento

¹⁷⁷ Esta expressão tem uma história. É utilizada por Roberto Simonsen para representar a situação dos países que se encontram abaixo de um determinado patamar de evolução econômica. Em algumas obras Simonsen utiliza o termo economias sub-capitalizadas (sic) e outras vezes economias neo-capitalistas (sic). O termo neo-capitalismo aparece em *Ordem econômica, padrão de vida* (1934), correspondendo a uma escala de classificação que relaciona *densidade da população por quilometro quadrado, o valor de consumo de máquinas por habitante, a extensão das vias férreas, o número de trabalhadores industriais em percentagem da população economicamente ativa, o valor do comércio exterior por habitante* (Simonsen, 1934: 16). Já o termo sub-capitalizadas exprime a limitação na posse de capitais, termo mais utilizado nos textos de política econômica internacional dos anos 40, em que sistematiza o confronto entre economias ricas – capitalizadas, e economias pobres – sub-capitalizadas. Para acentuar a diferença, ao referir-se aos EUA repetidas vezes usa o termo super-capitalizadas.

Simonsen aparece afinadíssimo com a tese que alguns anos mais tarde faria a revolução cepalina – condena a circuito perverso da deterioração dos termos de troca):

Nós não nos manifestamos contra a execução do Plano Marshall, que julgamos necessário e indispensável à restauração de grande parte do trabalho no mundo. As nossas críticas cingiram-se à unilateralidade desse Plano organizado à revelia da América Latina, aos desequilíbrios em nossa estrutura econômica e social que ele irá provocar e ao conseqüente retardamento de nosso desenvolvimento econômico pela manutenção indefinida de nossa estrutura semi-colonial.¹⁷⁸

Este é o exemplo mais claro de que a atividade industrial e o comércio voltado para o mercado interno conseguiram manter-se nas bordas do sistema nos momentos áureos da primazia do modelo mercantil, só crescendo e ocupando novos espaços fundamentais a partir dos desajustes da economia mercantil-exportadora, período no qual este segmento pôde conseguir fôlego para crescer. Este foi o papel (mantendo apenas a abordagem de Simonsen) da crise abolicionista e do processo de imigração e assalariamento ocorrido ao final do século 19, das crises do comércio de importação e exportação durante a I Guerra Mundial, a crise de 1929, e a II Guerra Mundial.

Pode-se opor a estas afirmações a sustentação que Simonsen fazia da importância da agricultura. Mas a leitura dessa defesa precisa ser observada no conjunto das proposições simonseanas, que afirma que na economia há espaço tanto para a *atividade agrícola* quanto para o comércio e a indústria, mas não deve haver espaço para o *modelo* mercantil-exportador. A agricultura deveria tornar-se diversificada e mais produtiva, sobretudo como respostas às demandas do mercado interno e do sistema econômico nacional. Havia que solucionar as questões da demanda alimentar (que ele percebia como fazendo parte da pressão sobre o custo de vida, portanto sobre os salários, alimentando os movimentos operários e o conflito entre capital e trabalho), mas principalmente deveria incorporar-se como fornecedora de matérias primas para o processo industrial, portanto deveria industrializar-se, racionalizando a produção através da adequação aos parâmetros científicos. Mas o pilar da economia não poderia mais ser a exportação de produtos primários e sim a indústria, única possibilidade de levar a termo o desenvolvimento econômico e social nacional. O imperativo na questão nacional deveria ser a consolidação da produção de manufaturas e da produção industrial de base no país e não a volta a uma divisão de trabalho internacional que nos condenasse à pobreza e ao atraso. Esta lógica será sustentada pelo argumento do ‘padrão de vida’, onde

¹⁷⁸ Simonsen, 1948 (B): 20.

Simonsen aponta que a pobreza da população brasileira é derivada da insuficiência geral da economia e não dos salários. É a baixa produtividade e a falta de eficiência que obstam a capacidade de produzir riqueza, e esta limitação é que impede a redistribuição que elevaria o bem-estar das massas.

Apesar de Simonsen falar o tempo todo em harmonia entre os dois *setores* (agricultura e indústria)¹⁷⁹, a verdade é que a lógica do *modelo* mercantil exportadora deveria ser destruída – a indústria não deveria estar a reboque das necessidades agrícolas, mas o inverso¹⁸⁰. Um comentário interessante sobre este raciocínio – não formulado de maneira tão explícita – é que através dele Simonsen colocaria de cabeça para baixo o mote das indústrias *artificiais* (aquelas que não são inerentes à vocação e recursos do país), substituindo-o, por sua vez, pela idéia de uma atividade *agrícola artificial* - afinal era ela que se ordenava externamente à economia local.

Nas análises de Simonsen a defesa do processo de industrialização era uma questão que envolvia a segurança da nação brasileira que teriam, sob este argumento e objetivo, que se afastar da proteção até então despendida à agricultura. Com a afirmação de que o Brasil é *um país pobre habitado por uma população pobre*¹⁸¹, Simonsen acende o estopim da discussão sobre a real ‘opulência’ e riqueza do café, usando um raciocínio engenhoso – a mensuração do poder aquisitivo e de usufruto de bens e serviços pela população brasileira:

Ensina a sciencia econômica que o poder aquisitivo de um povo é, praticamente, igual a sua produção em bens sociaes. Chamam os allemães ‘bens sociaes’ – ‘sozialprodukt’ - o conjunto de bens dotados de um valor de permuta, de um valor social, em que podem assim se absorvidos pelos mercados consumidores. Se temos **pequeno poder aquisitivo** é porque é **mínima** a nossa produção [destaques nossos] de bens sociaes em relação população.¹⁸²

¹⁷⁹ Teses que aparecem em *O trabalho moderno* (1919), *A orientação industrial brasileira* (1928), *Ordem econômica, padrão de vida* (1934), *A agricultura e a indústria* (1944), *Elos da indústria* (1944), em especial o discurso de saudação ao ministro Antonio Pádua Salles (1919) e o discurso às classes produtoras de Marília (1944).

¹⁸⁰ É importante lembrar que há uma distinção entre atividade econômica e modelo econômico. No primeiro trata-se apenas de um segmento do sistema econômico geral; no segundo, é o eixo dinâmico do sistema.

¹⁸¹ Simonsen, 1935: 13. Esta idéia aparece defendida por Simonsen em várias ocasiões. A primeira em 1934, durante os debates da constituinte e que gerou aguda controvérsia entre o autor e outros parlamentares (*Ordem econômica, padrão de vida*, 1934: 18; Annaes, volume VII, p: 117).

¹⁸² Simonsen, 1931 (B): 247.

Por esse motivo:

A instalação da indústria no Brasil tinha que surgir como um imperativo ineluctável na história da sua economia. A nossa produção agrícola, pela sua natureza, qualidade e quantidade, não pode por si fornecer os elementos de vida, de acordo com as necessidades crescentes da população.¹⁸³

Uma outra perspectiva analítica sobre a relação entre economia exportadora e o desenvolvimento industrial é a teoria da industrialização *por substituição de importações*. Enquanto a posição anterior procurava isolar a origem da industrialização privilegiando a dinâmica interna (na teoria dos choques adversos a indústria brasileira teria surgido de forma independente do setor cafeeiro) ou a dinâmica externa (no caso da expansão das exportações, o capital e o processo de diversificação nascem do segmento voltado para o comércio internacional – de onde retira também seu ritmo e dinamismo), a teoria da industrialização por substituição de importações (e também a teoria do capitalismo tardio) integraria os dois universos passando a enxergá-los como um processo coeso entre a generalização e os imperativos do capitalismo mundial e sua forma nacional. Na tese de substituição de importações as atividades do setor cafeeiro e do setor industrial nascente aparecem conjugadas – mas não configurando necessariamente uma coesão harmônica.

Para esta vertente a indústria, no caso brasileiro, não teria capacidade de surgir se não fosse a diversificação estrutural proporcionada pelo setor mercantil-exportador. Por outro lado, isto não significava convergência de interesses ou de ritmo. Ao contrário, conforme a contínua expansão do segmento industrial tornou-se maior a necessidade de realizar saltos de crescimento com mudanças de ordem qualitativa na esfera da produção, da acumulação, da organização do trabalho, do ordenamento do mercado consumidor interno, das relações externas, da ação do Estado, da produção de tecnologia e das bases de financiamento. A evolução obedeceria à passagem da fase típica da I Revolução Industrial para as exigências tecnológicas, de infra-estrutura e do aumento das plantas industriais típicas da II Revolução.

Para Furtado o processo de industrialização que ocorre de fato no Brasil, e que engendraria o debate entre as "duas vocações", não se torna visível ou conflitante até a década de 40, em função da forma espontânea e não intencional como ocorreu o crescimento do segmento industrial. Dessa maneira o antagonismo e a disputa entre as duas alternativas não

¹⁸³ Simonsen, 1935: 30.

se apresentou no campo ideológico simultaneamente às modificações das bases materiais da atividade econômica:

a crise não resultara de contradição entre novas forças produtivas em desenvolvimento e ideologias dirigentes superadas. A economia colonial em sua decadência não sofreu a concorrência de novo sistema em formação. Essa decadência era simples reflexo do enfraquecimento dos estímulos externos. Não se configurou no país um desenvolvimento endógeno conflitante com os interesses do setor exportador.¹⁸⁴

As crises que sacudiram a economia brasileira na primeira metade do século 20 corresponderam a momentos de inflexão do crescimento industrial e de seu descolamento do setor mercantil exportador. O desenvolvimento da indústria anterior às crises foi resultado do crescimento do setor voltado para a exportação em sua diversificação interna e das brechas abertas pelo colapso de importações nos momentos mais críticos da economia mundial. Nestes períodos houve, excepcionalmente, um afrouxamento das rédeas e direção do mercado externo, abrandando o imperativo de economia reflexa, com o deslocamento para a produção interna.

a industrialização brasileira abriu caminho não obstante a falta de uma atitude subjetiva favorável por parte dos grupos mais influentes na formulação da política econômica do país. Essa industrialização foi a resultante da ação de forças endógenas, geradas pelos processos econômicos, cujas causas básicas eram a preexistência de um mercado de produtos manufaturados criado pelas exportações em fase anterior, a perda de dinamismo dessas exportações em razão da desorganização dos mercados mundiais.¹⁸⁵

O crescimento rápido e razoavelmente profundo do parque industrial nesse momento prefigurou uma situação única na economia nacional. Com a *internalização* do seu centro de decisão passava a ser possível assumir o controle e o planejamento do desenvolvimento econômico.

A economia brasileira dos anos 30 em diante apresentou uma diferenciação crescente entre o segmento economia-voltada para fora (de base mercantil) e a economia-voltada para dentro (setor industrial e parte da agricultura não monocultora e comércio local). Mesmo reconhecendo-se que o capitalismo industrial no Brasil organizou-se a partir do processo de substituição de importações, e que este processo nasceu de uma dinâmica inerente a economia cafeeira, havia ocorrido um salto de qualidade que apresentava uma possibilidade de mudança de modelo e um obstáculo a manutenção sem conflitos da ordem anterior. Essa

¹⁸⁴ Furtado, 1964: 116.

¹⁸⁵ Furtado, 1958: 96.

industrialização que cresce por substituição de importações é subdividida em duas fases: a *industrialização leve* produtora de bens de consumo (similar nacional) e alavancada pelas crises de 1914, 1929 e 1939; e a *industrialização pesada* caracterizada por infra-estrutura e produção de bens de produção, necessária à complementação da transição industrial no Brasil, posterior ao final da II Guerra Mundial - etapa decisiva do desenvolvimento nacional e *leit motiv* das questões do planejamento e intervenção do Estado.

De qualquer maneira, a industrialização no Brasil pode ser entendida como exemplo da dinâmica do capitalismo mundial e da incorporação dos países coloniais à divisão internacional do trabalho, dado que se tornou ancora da teoria do subdesenvolvimento em Furtado, mas que não foi percebido por Simonsen. A história da formação econômica brasileira tem um sentido compreensível: o caminho teórico das economias subdesenvolvidas, que projetam um *telos* diferente para as nações de acordo com a porta de entrada no capitalismo¹⁸⁶.

A possibilidade de desenvolvimento proposta pelos autores desta escola ressaltaria a vontade política como fundamental para a saída do atraso. No entanto, não é no segmento empresarial que Furtado, por exemplo, vai buscar essa energia transformadora. Ao contrário, radicalizando o conceito keynesiano de *irracionalidade dos agentes*, os empresários seriam sempre empurrados para as oportunidades mais promissoras de lucro, deixando a descoberto os nós fundamentais do problema econômico. Além disso, os capitalistas são capazes de acumulação, mas distorcem a força fundamental da acumulação dissipando seus ganhos no chamado ‘consumo suntuário’. O agente fundamental só poderia ser o Estado, que através do planejamento técnico seria capaz de detectar e intervir (direta ou indiretamente) para a resolução dos obstáculos ao desenvolvimento¹⁸⁷.

¹⁸⁶ Furtado (1964) e (1971).

¹⁸⁷ Uma radicalização sobre o alcance e limites (mas não sobre a origem) da industrialização brasileira é a teoria do *capitalismo tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello (1986). Também para este autor o complexo cafeeiro foi base da acumulação e foi, a partir dele, que se expandiu a atividade industrial. Mesmo aceitando as rupturas permitidas pelas crises e o seu papel de inflexão nessa dinâmica, o que não poderá ocorrer no Brasil é o aparecimento de um capitalismo industrial pleno, aproximado na forma e articulação com o modelo dos países desenvolvidos. Do mesmo modo que a Cepal e o trabalho de Furtado já demonstravam, a história do capitalismo no Brasil era parte da própria história do capitalismo mundial, porém com posição e função pré-determinadas e bastante limitadas. A diferença é que para os cepalinos, especialmente para Celso Furtado, haveria brechas ou possibilidades de escapar das armadilhas do subdesenvolvimento. Para Mello essa possibilidade é remota, pois estamos condicionados e fortemente amarrados a um papel secundário na divisão do trabalho em

Bem distinta é a posição de outros autores que enraízam na dinâmica de expansão das exportações cafeeiras a origem do impulso dinamizador da indústria¹⁸⁸. Ao contrário da abordagem anterior, as crises do período vieram atrapalhar este processo, minando e desarticulando a capacidade de geração de divisas internas responsáveis por realimentar o sistema. É da estrutura da produção agrícola de exportação que saíram as correlatas energias para diversificação de novos setores de produção e para obtenção do capital necessário para aquisição de maquinários, insumos e equipamentos que aparelharam a indústria. Portanto são duas conexões: a referente ao mercado consumidor ocasionado pelo assalariamento e imigração no setor cafeeiro, e o referente à formação de uma massa de capitais que alimenta e possibilita a expansão industrial. Esta explicação permite enxergar as relações existentes entre o complexo cafeeiro-exportador e o setor industrial como complementares especialmente na questão financeira.

Para Dean, foi o comércio do café que gerou as bases da industrialização paulista, pois formou um mercado para os produtos manufaturados, ampliado e integrado pelas estradas de ferro. A idéia de integração do mercado interno a partir da expansão ferroviária é também abordada por Singer¹⁸⁹ como meio de combater a dispersão dos mercados regionais, que pela distância não conseguiam nem expandir sua produção local (já que não podiam comercializá-las a distâncias maiores) e nem diversificar seu consumo. A entrada e saída de produtos condensavam-se no dinâmico comércio entre as cidades litorâneas (faixa onde se localizavam também as maiores cidades do período) e os centros comerciais internacionais. A argumentação de Dean caminha na mesma linha de argumentação. A atividade cafeeira integrou territórios virgens e possibilitou uma diversificação na estrutura de produção que estendeu e disseminou sua dinâmica para outros setores e regiões que não apenas os núcleos cafeeiros.

A tese da expansão por exportações tem como vantagem explicar o crescimento da atividade industrial simultânea ao crescimento das atividades de exportação, o que não é função de nossa condição tardia de entrada nos paradigmas industriais. A defasagem tecnológica e a capacidade competitiva são restrições imperiosas na nossa capacidade de realizar o salto para um capitalismo industrial maduro e desenvolvido. A força desta tese para explicar os limites do desenvolvimento nacional é tão grande que, após a década de 60, uma concepção similar é amargamente abraçada por Furtado no conceito de *industrialização do subdesenvolvimento*.

¹⁸⁸ Dean (1976), Leff (1991) e Pelaez (1972).

¹⁸⁹ Singer, "Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento" In *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, volume IV. São Paulo: Difel, 1984.

possível pela teoria dos choques adversos. Permite, também, aceitar melhor a idéia de vínculos políticos ligando os setores industriais emergentes aos setores dominantes tradicionais (o que de fato parece ter ocorrido durante a primeira República).

A tese de vinculação e correspondência entre a economia-café e a economia-indústria é válida principalmente para a compreensão do momento inicial do trajeto da industrialização brasileira, explicando perfeitamente a submissão política do setor industrial aos interesses das oligarquias cafeeiras. Mas, mesmo para esta corrente, deve-se notar que o quadro da economia do pós-30 inicia o processo de divórcio entre os dois setores, uma vez que para a efetivação do capitalismo brasileiro tornava-se necessária a superação do modelo de capitalismo mercantil em direção ao modelo de capitalismo industrial. Esta ruptura era necessária para a evolução das condições de modernidade econômica.

As teses de Villela & Suzigan (1973), Versiani (1987) e Versiani & Versiani (1976) combinam esta dinâmica cruzando uma interdependência entre os dois setores. Segundo Suzigan, nos períodos de auge da econômica cafeeira, o salto de exportações permitia a entrada de saldos comerciais que aqueciam a economia e possibilitavam a importação de bens de capital pelo setor industrial. Portanto quando o setor cafeeiro estava em expansão o setor industrial alimentava as necessidades de infra-estrutura. Quando o setor cafeeiro entrava em crise devido a queda de preços do produto no mercado mundial, o setor industrial beneficiava-se pela queda de receitas e, portanto pelo surgimento de empecilhos à importação de bens, e lucrava no aumento de suas vendas no mercado interno. É quase como se, de uma maneira ou de outra (crise ou alta no setor mercantil-exportador) a indústria tenha se beneficiado de suas relações dependentes (mas não subordinadas) ao setor cafeeiro.

Já Versiani & Versiani rejeitam as interpretações da industrialização brasileira que associam o crescimento da indústria como diretamente ocasionado pelas fases de crise na atividade exportadora. Por outro, também refuta a tese de que a industrialização foi promovida basicamente pelo crescimento das exportações. Para o autor, o início da industrialização surge como resultado combinado dos “estímulos” produzidos na conjugação de períodos de dificuldades no setor externo com períodos em que a economia voltou-se mais para o exterior. Assim, a orientação da aplicação do capital (que é *racional* e que sempre procura estratégias de manutenção e reprodução) foi sendo diversificada. Afinal, desde o

início do século a atividade industrial (têxtil e de mercado interno) mostrava-se rentável, ao mesmo tempo em que a atividade de exportação passava a sofrer reveses cíclicos. A partir dessa alternância de possibilidades, segundo Versiani, o capital cafeeiro mesclou-se com a atividade industrial, diversificando e distribuindo parcela de sua dinâmica para fora da atividade exportadora. Voltando-se, segundo o ritmo econômico de cada momento, ora mais para um ora mais para outro setor.

Nessa situação de incerteza é adequado supor que houvesse da parte dos importadores uma tendência a diversificar a aplicação de seus capitais, com o fito de diminuir a possibilidade de perdas decorrentes de baixas do café e do câmbio. Uma via naturalmente indicada para isso seria o investimento na produção interna: uma vez que passassem a produtores dos artigos que importavam, poderiam ganhar como produtores o que deixavam de ganhar como importadores, nas épocas de encarecimento das importações. O importador estaria também em situação vantajosa para superar a defasagem de condições favoráveis ao aumento da produção interna e à importação e bens de capital: os períodos de facilidade à importação seriam para ele fases de maiores lucros, o que facilitaria o custeio da importação de equipamentos com vistas aos tempos de ‘vacas magras’ na atividade importadora.¹⁹⁰

Outro ponto que pode ainda ser ressaltado nesta discussão sobre a origem da industrialização deve-se ao papel desempenhado pelo setor do capital comercial¹⁹¹ que embora estivesse naquela fase entrosado com a produção cafeeira não pode ser a ela reduzido. Sérgio Silva (1980) ao analisar o surgimento da indústria brasileira procura colocar os termos do problema nacional à luz dos anelos com as relações capitalistas como um todo, apresentando a dinâmica nacional como um tripé tenso e contraditório entre o capital cafeeiro, o capital comercial e o capital industrial. Embora entrosados entre o final do século 19 e início do século 20, as bases da acumulação de cada segmento tenderiam a se diferenciarem e se oporem, em função da própria lógica intrínseca ao modelo e às oportunidades de sobrevivência de cada segmento:

¹⁹⁰ Versiani; Versiani, 1978: 126.

¹⁹¹ *Para a burguesia industrial nascente, a base de apoio para o início da acumulação não é a pequena empresa industrial, mas o comércio, em particular o grande comércio cujo centro está na atividade de exportação e importação* (Silva, 1980: 95). E continua: *a indústria nasce das próprias contradições do desenvolvimento capitalista cujo centro é a expansão cafeeira. Mas o nosso estudo não pretende limitar-se a indicar como o desenvolvimento capitalista sob a égide do capital cafeeiro conduz à industrialização, (...) pretendemos também fornecer elementos necessários ao entendimento das formas específicas da reprodução do capital industrial determinadas pela posição dominante do capital cafeeiro na economia brasileira e a posição subordinada da economia brasileira no seio da economia mundial* (Silva, 1980: 110). O tripé produção cafeeira, comercialização, finalização na forma capital (uma vez que a ‘mercadoria’, como nos ensina Marx, somente se realiza quando se transforma em capital) está montado, finalizando o circuito da produção industrial.

as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, no limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital.¹⁹²

A partir do raciocínio de Silva podemos inferir que a disputa pela determinação do novo ordenamento econômico resultante dessa contradição, com a transição para a etapa industrial, seria resolvida com a resposta dos setores a dois desafios vitais: a efetiva capacidade da indústria nacional de se converter no centro endógeno de acumulação e reprodução do capital; na possibilidade do capital industrial em desbancar a importância política cafeeira e substituí-la no campo hegemônico. Para ambas questões o espaço político torna-se fundamental. E a existência de atores sociais com capacidade de ação nesse campo também. Talvez por conta desse cenário, vários autores (incluindo Silva) ao tratarem a questão da industrialização foram obrigados a discutir também (alguns de maneira mais profunda, outros menos) a ação governamental e o comportamento da burguesia industrial. Afinal:

É preciso insistir em que não se pode conceber a dinâmica do capitalismo senão como a dinâmica dos capitais, mas o capital nada mais é do que a expressão de um modo de relação entre os homens. Neste ‘modo de relação’, uma classe social ‘empreende’, através de seus líderes, formas de combinar e dominar os homens e a natureza no processo produtivo. Para obter mais êxito nos empreendimentos – isto é, mais lucros – alguns *inovam*, seja realizando combinações novas, aumentando o domínio técnico sobre os fatores da produção, na era da economia concorrencial e do pensamento inventivo; seja arquitetando o domínio das posições-chave da sociedade pela empresas, na época das grandes companhias e do pensamento ao nível da planificação.

¹⁹³

2.3. Industrialização e Estado

As análises até agora apresentadas preocupam-se em explicar prioritariamente a origem da industrialização dentro do ambiente estritamente econômico, observando como cruciais as questões ligadas aos temas da estrutura de produção, da inserção no universo das trocas internacionais, do padrão de acumulação, do tamanho do mercado interno, do aporte de

¹⁹² Silva, 1980: 103.

¹⁹³ Cardoso, 1964: 40.

capital e de tecnologia – pensadas a partir do quadro das economias tardias. Ou seja, para este grupo é a partir do quadro objetivo das transformações econômicas que são engendradas as transformações capitalistas e de onde emanam as demandas para a organização da sociedade à sua volta.

Porém, existe uma segunda possibilidade teórica de investigação que aborda a questão do ângulo inverso, ou seja, procurando compreender como as condições sociais implementaram ou foram, no mínimo, condições fundamentais ou para a definição dos rumos da economia ou para criar mecanismos para acelerar a transformação econômica. Neste caso torna-se relevante identificar *quem* são os atores sociais (incluindo classes, instituições, categorias, grupos ou o Estado) ou *quais* as situações sociais que fomentaram ou presidiram a transformação. Esta perspectiva de análise sustenta a gama de trabalhos que procuraram observar a modernização capitalista no Brasil tendo como força básica a ação de determinados atores sociais importantes, entre eles as frações burguesas ou o Estado (através de uma elite técnica ou das decisões governamentais). É um campo de pesquisa que privilegia a dimensão política e a possibilidade de intervenção dos agentes sociais na determinação dos movimentos de consolidação da mudança.

Burguesia mercantil, burguesia industrial, a nova classe média formada pela tecnoburocracia privada e principalmente estatal e os trabalhadores urbanos são os atores locais das interpretações sobre o Brasil; os intelectuais seus autores.¹⁹⁴

Esta problemática é significativa quando pensamos nas formulações que emergem nas décadas de 1950 e 1960 sobre as vias de desenvolvimento (incluindo a teoria do subdesenvolvimento) à procura de modelos explicativos que permitissem entender a diferença e a unidade entre os vários processos de mudança nas sociedades capitalistas modernas. Mesmo sem ter sido problematizada desta maneira por Simonsen, as questões de uma unidade subjacente ao processo de modernização e da diversidade histórica faziam parte da sua forma de entender a dinâmica social. Ao afirmar a *era do industrialismo* como base do progresso das sociedades modernas, como força civilizatória, Simonsen reconhece como universal o paradigma do progresso admitindo como válido um conceito histórico emanado de uma vasta estrutura que conjuga a história e os povos de maneira genérica, natural e quase inevitável. Quando discute os desafios e os limites encontrados pelo Brasil, enquanto uma sociedade particular, para adentrar e instituir esta dinâmica desloca esse problema não só para a situação

¹⁹⁴ Pereira, 1997: 18.

particular desse processo, como abre a possibilidade para questionar a sua inevitabilidade. Sobre a perspectiva de um modelo universal para o desenvolvimento das nações (de viés liberal), Simonsen interpõe dois senões a partir de argumentos da racionalização alemã: a pasteurização das diferenças diante do livre-mercado demiurgo e a defesa do individualismo puramente materialista.

Frederic List e os de sua escola também reagiram contra aquele conceito, fazendo aparecer nas relações da economia política a existência de nações, individualidades, distintas, provenientes de um processo determinado de formação histórica. Combatem também o excesso de materialismo dos clássicos, que atribuem somente o progresso ao desenvolvimento econômico, abstrahindo da existência de outros fins elevados da sociedade.¹⁹⁵

A dualidade entre a onda capitalista mundial e os bloqueios provenientes da história nacional são apresentados no esquema simonseano no seguinte dilema: a luta pela industrialização estaria ao lado do progresso, enquanto que a manutenção de uma economia dependente (desprotegida diante da concorrência internacional e sem capacidade econômica sólida porque não é industrial) ao lado do atraso.

Muito embora haja uma força *inelutável* no percurso da industrialização esta pode ser obstada (ou fortemente limitada) pela estrutura social que encontrar pela frente – as ‘condições sociais’ a que Simonsen se refere: mentalidade e racionalidade na prática do trabalho, opinião e cultura favoráveis aos valores e às necessidades de implementação da industrialização, elite dirigente adequada, políticas governamentais capazes de tomar decisões a favor da indústria, conhecimento técnico e profissional compatível com as necessidades do parque industrial, crédito e inúmeras outras condições extra-econômicas, mas fundamentais para garantir um certo arranjo na esfera da economia. Da mesma maneira, na falta desses requisitos (ou na sua insuficiência) a marcha pode ficar comprometida. A contingência entre as duas alternativas significa que há possibilidade real de pendermos para um ou outro lado, caso contrário, restaria abandonar a sociedade simplesmente à inércia da história. O espaço da política, da ação e das escolhas torna-se importante quando há mais de uma maneira de dispor de um problema.

A sensibilidade de Simonsen antecipou a principal corrente de análise sobre as condições institucionais nas etapas de desenvolvimento. Os estudos da Cepal, apoiados em Rostow, indicariam que o impulso para o desenvolvimento exigia três condições, uma delas

¹⁹⁵ Simonsen, 1935: 09.

institucional, abrindo a chance para a gestão política da questão econômica, em especial o planejamento do desenvolvimento. Com a tese do *take-off* afirma-se a existência de um ‘ponto crítico’ no processo de desenvolvimento econômico, como o momento crucial da passagem da estrutura tradicional para a moderna. Para que uma economia entre no movimento de arrancada para o desenvolvimento são necessárias algumas pré-condições, simultâneas e inter-relacionadas:

1) um aumento da taxa de investimento produtivo, digamos de 5% ou menos, para mais de 10% da renda nacional (ou produto nacional líquido – PNL); 2) o desenvolvimento de um ou vários setores manufatureiros básicos, com um elevado índice de crescimento; e 3) a existência ou a rápida eclosão de um arcabouço político, social e institucional que aproveite os impulsos expansionistas do setor moderno e os efeitos potenciais das economias externas do arranco e imprima ao desenvolvimento um caráter constante.¹⁹⁶

Ou seja, capacidade de investimento, setor industrial com capacidade produtiva em expansão e uma direção política capaz de canalizar os efeitos potenciais obtidos externamente ao sistema, em direção à implementação das estratégias industriais internas. O peso das condições sociais aparece em sua obra em dois níveis: como elemento capaz de deflagrar o processo ou como o elemento capaz de levar ao término a transição. Segundo a análise de Furtado, Rostow:

liga o começo decolagem (*take-off*) ao um impulso brusco, mais ou menos exógeno ao sistema econômico. Tal impulso pode ter origem no plano político, como seria o caso de uma revolução que modifique o equilíbrio do sistema de poder e permita a substituição de certos grupos tradicionais por outros mais progressistas; também ela ter origem no plano técnico, no plano das relações internacionais, etc. O papel do fator exógeno seria bem mais o de um agente catalisador que intervêm no momento oportuno.¹⁹⁷

Todo o esforço de Simonsen caminha exatamente nesse sentido. Desprovido de um suporte teórico como aquele que surge nos anos 50 (e para a criação do qual, especialmente no caso do pensamento econômico brasileiro, deu importante colaboração), o projeto simonseano posterior aos anos 30 reconhecia o problema das condições institucionais e do uso da política como necessárias à continuidade do processo de industrialização. Esforçou-se em caminhar nesse sentido, conscientizando e arrastando os demais industriais para a mesma posição. O ajustamento da estratégia simonseana ao dilema do salto para a industrialização, avançando a posição dos industriais e desenvolvendo uma nova forma de

¹⁹⁶ Rostow, 1964: 52.

¹⁹⁷ Furtado, 1975: 141.

agir, criou um jogo dialético: a sua percepção e a defesa dessa perspectiva funcionaram como pontos de apoio para firmar a sua condição de líder, ao mesmo tempo em que os resultados de sua liderança – esclarecendo o cenário no período 30/50 e mapeando e hierarquizando as alternativas de ação - reforçavam ainda mais sua condição de liderança¹⁹⁸. Foi a existência de um projeto organizado intelectualmente, capaz de contemplar racionalmente a situação e a saída para os problemas da industrialização brasileira – portanto sua dimensão ideológica – que sustentaram a posição de direção que Simonsen pode exercer durante sua vida.

Mesmo que se levante o limite a essa efetiva capacidade diretiva, ela constitui-se em um projeto possível, que deve ser analisado enquanto tal. Se não foi o projeto vitorioso, mais um motivo para entendermos o por quê desse fato. De qualquer maneira, o vínculo entre as instituições sociais e a dinâmica econômica abre, ou antes, demanda como pertinente o estudo das elites na condução do desenvolvimento industrial do país.

A interpretação da modernização passa pela abordagem econômico-estrutural (as leituras sobre os determinantes econômicos), mas o quadro explicativo só se completa ao incorporar as escolhas feitas pela sociedade dos caminhos que modelarão seu futuro (por conflito ou convencimento, por coerção ou negociação). Dentre os trabalhos sobre a condução das decisões econômicas no processo de industrialização no Brasil, gostaríamos de chamar a atenção para dois blocos de trabalhos que representam os conceitos centrais dessa linha de investigação:

O primeiro deles define a industrialização como expressão de uma *modernização conservadora*, ou *modernização pelo alto*, onde o desenvolvimento das atividades industriais é concebido como resultado da ação do Estado ou de grupos técnicos nele alojados que substituíram a burguesia industrial no papel historicamente a ela reservado, devido a sua fraqueza e incapacidade enquanto classe de tal proeza no Brasil. Há aqui um deslocamento da análise das determinantes econômicas para a arena política e estatal. Luciano Martins¹⁹⁹ é um

¹⁹⁸ *Existem dois fatos que condicionam o processo de industrialização: as necessidades imperativas e universais do 'tipo de produção' e, numa acepção suficientemente larga de cultura para abranger a estrutura social e jurídica, as resistências opostas pela cultura tradicional. Como mediação entre as forças universalísticas representadas pela ciência e pela técnica e as resistências particularistas oferecidas pelas culturas tradicionais, surgem as elites dirigentes com suas estratégias alternativas* (Cardoso, 1964: 55).

¹⁹⁹ *Politique et développement économique, structures de pouvoir et système de décisions au Brésil*, tese de doutorado, Universidade René Descartes, Paris, 1973. Sua principal influência teórica pode ser assinalada como sendo a obra de Barrington Moore, *Origens sociais da ditadura e da democracia*.

dos mais expressivos autores dessa corrente, mas o raciocínio é desdobrado em outros estudos por outros autores (Velho, Sola, Draibe, Vianna)²⁰⁰. Esta vertente procura averiguar a importância que a conjugação de forças dentro do aparelho de Estado teve na condução da industrialização brasileira. O *part pris* conceitual é legítimo diante do papel planejador, regulador e empresarial que o Estado e sua burocracia detiveram na etapa crucial da industrialização. Outros autores que estudaram o mesmo período confirmam a tese da ausência de controle do aparato estatal por parte da burguesia industrial no período posterior a 1930, o que significa dizer que o maior grupo de interesse no processo não era governo e nem lá possuía seus prepostos²⁰¹. E, no entanto, a industrialização se fez, com o Estado abraçando o projeto da industrialização e com a garantia da realização de boa parte dos interesses da fração industrial nos projetos governamentais.

Os estudos sobre a composição política nos governos federais e estaduais (neste caso nos estados onde ocorria o surto industrial) entre as décadas de 1920 e o fim do Estado Novo revelam que o segmento industrial praticamente não era contemplado nos arranjos da República Velha. Os empresários que participavam do debate político e da vida partidária não o faziam enquanto representantes do setor industrial, mas na condição individual e através de seus variados vínculos com as elites partidárias (relações familiares, troca de favores, etc.) ou pela aceitação da visão política dominante. No tumultuado período da Revolução de 1930 também não houve um posicionamento que possa ser claramente atribuído ao interesse industrial, tendo parte dos empresários do setor apoiado o candidato de Washington Luis (caso dos industriais paulistas e de Roberto Simonsen) e outros se posicionando ao lado da Aliança Liberal e de Getúlio Vargas (caso dos industriais do Rio de Janeiro e de Euvaldo Lodi)²⁰².

²⁰⁰ Otávio G. Velho, *Capitalismo autoritário e campesinato*, São Paulo: Difel, 1976; Sônia Draibe (1985); Lourdes Sola (1998); Luis Werneck Vianna (1976).

²⁰¹ "na fase de transição que se inicia em 1930, as classes que dirigem o país são, no essencial, as mesmas do período anterior. Passarão muitos anos antes que se tenha consciência das modificações ocorridas na estrutura econômica e de que uma política visando consolidar a industrialização se torne imprescindível", Furtado, 1964: 217.

²⁰² A opção de Simonsen e dos industriais paulistas por Júlio Prestes (que autores apontam ter ocorrido pela perspectiva de continuidade da política monetária adotada no governo Washington Luis) e depois no embate da Revolução de 1932, ajuda a explicar as restrições de Getúlio ao diálogo com o setor industrial (falar em indústria naquele momento era falar de São Paulo, que concentrava grande parte dessa atividade e que crescia em um ritmo muito maior que qualquer outra região do país) e os problemas políticos que Simonsen teve: prisão, denúncias sobre má administração e gestão de recursos na construção dos quartéis, de novo ameaça de prisão e exílio na Argentina. Lendo os *Diários*, no período 1930-1936 é possível perceber que a sensibilidade de Getúlio pelas questões industriais e sua proximidade com Simonsen só ocorreria depois da Constituição de 1934.

Esta fragmentação demonstra que a questão da sucessão não era pressentida naquele momento em toda sua relevância pelos industriais e também que o setor permanecia alheio aos grandes problemas políticos e institucionais da época. Carone (1977) e Leme (1978), compartilham a opinião da presença praticamente nula dos setores industriais no cenário político e partidário do período.

A burguesia não era governo no momento de ruptura e de inflexão da revolução “burguesa” no país, nem diretamente nem como eminência parda, mas isso não invalida o nó teórico de que as transformações subseqüentes a beneficiavam e de que, em pouco tempo, seus negócios eram ali representados. A pergunta é: como seus interesses foram ali introjetados? Segundo os estudos dos autores citados, pela ação de uma elite burocrática que havia assimilado a industrialização como projeto necessário para consolidação do país e de sua autonomia internacional.

Na leitura de Luciano Martins, a crise de 1930 é entendida como uma *troca* das elites no poder e não uma ruptura revolucionária. É uma luta de classes preventiva²⁰³, desencadeada por iniciativa da classe dominante. A idéia de um conflito claro e extremado entre os setores da burguesia agrário-exportadora e a burguesia industrial do qual a revolução de 1930 tenha sido uma resultante é descartada por Martins. Ao contrário, o que ocorre é aliança desses interesses em outro patamar de articulação:

E preocupa-se em demonstrar e documentar que não havia conflito entre a oligarquia agrária e os industriais, já que em um movimento tipicamente oligárquico como foi a Revolução de 1932, “a documentação sobre a participação da Federação das Indústrias de São Paulo no conflito é abundante.”²⁰⁴

No rastro desta interpretação o processo de mudança na condução do Estado e dos projetos pós-30 não representou uma ascensão das novas classes sociais, mas uma maneira de preservarem-se os anteriores interesses das oligarquias agrárias através de uma política de compromissos. É preventiva, ou *pelo alto*, porque breiou ao mesmo tempo em que utilizou as novas forças em ebulição para manter a ordem dentro da mudança.

No entanto, sem discordarmos da teoria apresentada, que destaca a engenhosa estratégia de reorganização do poder político pelas elites agrárias do período e da técnica da

²⁰³ Como na frase de Antonio Carlos que passou à história “*façamos a revolução antes que o povo a faça*”.

²⁰⁴ Pereira, 1997: 31.

“revolução dentro da ordem”, fica um problema pendente. Se adotarmos a perspectiva de que a nova composição de forças não tenha brotado do conflito entre dois segmentos da classe burguesa em disputa pela hegemonia do processo de produção e acumulação, e sim da desarticulação política, dos desarranjos partidários e entre oligarquias regionais, qual a origem agora deste desajuste? A resposta é a transformação em curso na economia e na sociedade que alterou não só a configuração de forças, mas também a própria legitimidade discursiva do projeto ideológico anterior.

O movimento de transformação econômica e urbana gerou as brechas para o desajuste. Pode-se afirmar que os novos atores não puderam determinar a nova ordem das coisas, mas os seus interesses tiveram que ser contemplados de alguma maneira. Quanto à atuação da nova elite no controle do aparato estatal, que paulatinamente foi incorporando o projeto industrial, a alteração de rota ocorreu por efeito de uma transformação “*lenta e segura*”, que minava das relações econômicas e que sustentava um novo ordenamento para a mentalidade da época.

Se pensarmos que as idéias não brotam do nada, o reconhecimento de uma burocracia afinada com o projeto industrial (como expressão do intelectual orgânico de Gramsci, que no capitalismo não necessariamente pertence à classe que historicamente defende) deve ter sido culturalmente criado, ventilado e sedimentado. Portanto, mesmo *antes* da nova camada de administradores públicos, algum setor na sociedade brasileira abriu o debate nessa direção. Não estaria aqui a importância da ação de ideólogos como Simonsen, que além de possuírem representatividade e espaço para atuação possuíam, também a capacidade para produzir um pensamento racional, organizado e convincente sobre as contingências econômicas da época?

Os estudos de Sônia Draibe e Lourdes Sola trabalham com os imperativos políticos – demandas e escolhas – na consecução dos rumos de política econômica e na definição do formato do Estado na tarefa de impulsionar o desenvolvimento. O quadro a ser analisado fica mais complexo em função de que mesmo as demandas e as alternativas são construções discursivas, com um peso próprio (e que não pode ser desconsiderado), da capacidade responsiva do Estado e de seus agentes (estes últimos também possuidores de um poder discricionário e uma visão de mundo) e da capacidade de constrangimento dos diversos

atores sociais envolvidos. Segundo Sola, na análise do papel central desenvolvido pelo Estado no Brasil torna-se necessário:

demonstrar também até que ponto a consolidação do papel do Estado em sua qualidade de propulsor ativo do crescimento, em particular da industrialização, correspondeu a um padrão de desenvolvimento que não pode ser reduzido a uma estratégia ex-ante. Aquilo que os economistas convencionais qualificaram de síndrome de intervenção, por exemplo, não resultou de um conjunto coerente de prescrições econômicas, nem tampouco foi posto a serviço de um único projeto de desenvolvimento capitalista para o Brasil. Consolidou-se, convertendo-se em estratégia econômica, como resultado de uma sucessão de experimentos ad hoc. Em todos esses experimentos, prioridades políticas – tais como emergiram em diferentes conjunturas críticas de incerteza e tais como foram apreendidas **a partir da ideologia econômica de seus executores** [destaque nosso] constituíram os fatores determinantes das opções políticas relevantes para os rumos da economia.²⁰⁵

A pluralidade de projetos, interesses, rumos e a qualidade da incerteza política e econômica que transformou esse jogo numa série de propostas testadas *ad hoc*, acentuam a importância da batalha das idéias e a força ideológica dos interesses envolvidos, ou seja, nem ciência econômica pura, descolada dos conflitos reais, nem projetos acabados de capitalismo e sociedade. Não seriam estas exatamente as condições em que o papel das ideologias seria mais expressivo (especialmente se, como no caso da ciência, reconhecemos que elas também são resultantes dos problemas sociais e criadas como respostas)?

As elites administrativas podem ter sido fundamentais no processo de industrialização (1930-1970), mas as alternativas de política econômica surgiram inicialmente da esgrima discursiva que rodeava o conflito entre indústria e agricultura. E no cenário do Brasil até o final dos anos 40, em que pese o fortalecimento dos argumentos industriais, o discurso preponderante ainda era o dos interesses do café, da vocação agrária e a condenação do artificialismo da indústria nacional. Dois exemplos bastariam para elucidar este ponto: nos debates do capítulo sobre *Ordem Econômica*, durante o processo constituinte de 1933/1934, todas as velhas peças e chavões contra a indústria artificial, sobre a ganância dos industriais e a carestia de vida, etc. foram utilizadas contra Simonsen, Euvaldo Lodi, Alberto Passos, em suas intervenções. O segundo, a controvérsia Simonsen *versus* Gudin, onde os argumentos da carestia tornavam-se obsoletos, mas ficava em pé a questão da vocação agrária como o caminho mais promissor para a economia brasileira, em consonância com a teoria das vantagens comparativas.

²⁰⁵ Sola, 1998: 39.

A importância do papel do Estado no desenvolvimento industrial pós 30 não impede, porém, que se analise o grau de intervenção, controle e importância da ação da burguesia industrial nesse processo. Há todo um esforço de autores que procuraram entender, no processo de industrialização no Brasil, o papel desempenhado pela burguesia ou pelas suas múltiplas frações de classe. Três textos aparecem como fundamentais neste bloco: os estudos de Eli Diniz (1978), Mariza Saens Leme (1976) e Ângela Maria de Castro Gomes. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil (1930/1945)*, de Diniz, publicado em 1978, é estudo pioneiro nessa área e clivagem teórica. Sua perspectiva parte de uma revisão da bibliografia produzida sobre a revolução de 1930 e o projeto de industrialização que tem nela seu ponto de mutação, observando que na maioria dos trabalhos a atividade exercida pela burguesia industrial era entendida débil, a reboque da ação estatal. O esforço intelectual que desenvolve passa por questionar o tamanho dessa debilidade, enfatizando a importância da ação organizada que o empresariado industrial teve nos Conselhos Técnicos (mais detidamente), na Constituinte de 1933/34, nos congressos classistas, na participação nas missões internacionais, etc. Sua preocupação é discutir a pré-noção corrente até então da inexistência da burguesia industrial como agente histórico no processo de industrialização.

Leme, em *A ideologia dos industriais brasileiros – 1919/1945*, também publicado em 1978, trabalha com hipótese semelhante, e avalia a ação dos empresários na construção de suas representações classistas em relação ao operariado e na formulação de um discurso ideológico próprio e pertinente. Sua preocupação é com a construção do discurso ideológico que nortearia as posições do empresariado industrial em contato com a realidade política e institucional.

Gomes publica em 1979 *Burguesia e Trabalho – política e legislação social 1917/1937*. O foco do trabalho é analisar como a burguesia, em especial as frações comercial e industrial, lidaram com as demandas dos direitos trabalhistas no período recortado. É de Gomes a idéia de que esta era uma das tarefas da burguesia nacional, tendo de lidar com a necessidade de regulamentação do mercado de trabalho no momento histórico dos conflitos sociais e da renovação da estrutura do Estado brasileiro. Estes textos formam uma tríade

analítica que elege como objeto de análise a atividade da burguesia industrial, observando o processo de sua formação enquanto classe²⁰⁶.

Duas ordens de questões subjazem ao conjunto dos temas e perspectivas levantados nos estudos sobre o papel do Estado na condução do desenvolvimento econômico. A primeira delas, diz respeito à origem do projeto levado a cabo pelos setores técnico-burocráticos; e a segunda, sobre qual o papel desempenhado então pela burguesia industrial nesse processo.

Analisando a ação da burocracia, de onde esta elite de funcionários retirou os fundamentos do projeto que traçou e implementou e que aceleraram o processo da industrialização? Inevitavelmente das condições propícias (para não dizer objetivas) que na época se apresentavam no campo da economia e, por outro lado, de um discurso que se sedimentava na sociedade e que colocava o projeto industrial como uma alternativa para a economia brasileira. A construção desse projeto discursivo (no qual Roberto Simonsen foi figura essencial) passa por alguns momentos constitutivos que vale a pena serem elencados no esforço de clarear o quadro que relaciona plano econômico/ plano das idéias.

O desenvolvimento de um projeto de organização do empresariado em instituições de classe pode ser apontado, em um primeiro momento, como defensivo. À busca de medidas protecionistas também se somava, na primeira fase da industrialização brasileira, o combate a medidas que limitavam a capacidade de crescimento do setor. Outro estímulo ao agrupamento dos empresários foi a organização e as crescentes reivindicações do movimento operário, que pressionaram os empresários a entenderem que os problemas com o trabalho passavam por

²⁰⁶ Há influências ou contribuições anteriores e que permanecem na sombra destes trabalhos. Uma é o texto de Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, publicado em 1964, e que realiza, na sua parte inicial, um apanhado e sistematização sobre a questão das elites empresariais e o desenvolvimento capitalista mundial e nas economias subdesenvolvidas. Outro trabalho é o de José de Souza Martins, *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa*, onde partindo da análise de um ‘tipo social’ de empresário (Matarazzo) o autor descortina o panorama do desenvolvimento industrial na fase imediata aos anos 30 e, nela, do papel desenvolvido pela elite industrial. Outra referência é o enorme esforço de levantamento e organização de material pertinente ao empresariado e o pensamento industrial durante o Império e a I e II Repúblicas, levado a cabo por Edgar Carone. A análise de Carone utiliza esse material para integrá-lo numa visão geral do processo histórico brasileiro (*A República Nova, A segunda República, e A República liberal*), e neste procedimento passa necessariamente pela conduta e importância da burguesia industrial e suas lideranças. Na compilação sobre *O pensamento Industrial no Brasil 1880-1945* (1977) e *Evolução industrial do Brasil e outros estudos* (1973) aparecem a reprodução de textos de época ligados ao problema e a coletânea de textos de Roberto Simonsen.

uma dimensão maior que a empresa privada. No início do século 20, contra vinte e uma associações patronais já estaria constituído um número muito maior de sindicatos operários:

Cabe ressaltar que, já nesse momento, o operariado acha-se mais organizado do que o patronato. São 368 associações operárias espalhadas por todo o território nacional. (...) No transcorrer da década de 1920, o patronato aumenta o número de suas organizações por setor. A formação de uma entidade de classe industrial geralmente visava à defesa dos interesses econômicos mais imediatos do setor industrial nela congregado. Entretanto, a necessidade de união do empresariado frente aos operários em greve é outro motivo forte de que resulta a criação de muitas das associações patronais. Possuindo o proletariado organização em entidades de classe superior à do patronato, este é impulsionado, nos momentos de greve, a se organizar também, para poder lidar com as associações proletárias.²⁰⁷

A resposta do empresariado às demandas do movimento operário no primeiro momento foi repressiva e local (pressão, hostilidade, redução de salários, dispensa); no segundo momento; evolui para a estratégia combinada entre várias empresas, da repressão organizada (pólicia, listas negras, cartão de identificação, enfim, a transformação do problema operário em *'um caso de polícia'*). Entretanto, o volume do descontentamento operário associado a outros fatores de instabilidade social foi alterando a qualidade da questão, transformando-a em um problema social que atingia toda a sociedade. A resposta foi a paulatina criação de uma regulação estatal sobre o assunto, transferindo o conflito da arena privada – empregados e patrões – para a arena pública dos direitos trabalhistas. Portanto, o terceiro movimento, independentemente da escolha dos empresários, foi a politização da do dilema, exigindo que o empresariado agisse agora também no plano político – através da criação de sua representação e disputando com as reivindicações dos trabalhadores a forma que assumiria o acordo legal sobre as partes.

As questões do conflito do trabalho são, não por coincidência, os temas inicialmente tratados por Roberto Simonsen. Como empresário privado, sentiu, como os demais, os resultados negativos das demandas operárias e ao mesmo tempo a premência na manutenção de seus ganhos. Os primeiros trabalhos de Simonsen apresentam a seguinte visão do problema no plano dos interesses imediatos dos setores envolvidos e que impossibilitaria sua resolução: os patrões querem o máximo de trabalho pelo mínimo de salário, e o trabalhador, ao inverso, o máximo de salário pelo mínimo do trabalho. Posturas antagônicas que são radicalizadas não apenas porque fazem sentido para seus autores, mas porque foram

²⁰⁷ Leme, 1978: 10.

radicalizadas em posições de intransigência ²⁰⁸. Destarte, o problema deixa de ser, para Simonsen, privado. Seus efeitos destrutivos espalham-se por toda a sociedade e impedem que os interesses de patrões e empregados se realizem: o primeiro porque deixará de ‘produzir e ganhar’, e o segundo porque perderá o emprego, e deixará de ‘produzir e ganhar’. Também o conjunto da sociedade perde porque diminuirá a riqueza, a oferta de bens, a melhoria da vida. A questão tornou-se pública e não há possibilidade de ser resolvida entre patrões e empregados porque cada classe *procura incessantemente vencer a outra, empregando, sempre que lhe é dado, mal disfarçados processos de força* ²⁰⁹.

Mesmo quando a questão passa para a esfera do direito, Simonsen não admite que o problema esteja resolvido. Em 1928, Simonsen apresentaria o raciocínio que balizaria suas posições nesse tema: há sim direitos do trabalho, mas não podem e não devem ser superiores aos direitos do capital. A onda de direitos trabalhistas é, para o autor, uma sangria no órgão vital da sociedade, e conseqüentemente um suicídio à longo prazo. Antes da afirmação dos direitos sociais, que são entendidos pelo autor como uma forma de distribuição ou repartição da riqueza produzida, deve vir a capacidade de produção dessas riquezas. O problema somente será resolvido quando a capacidade da produção da economia brasileira for elevada. Mas o Estado, premido pela urgência e ressonância o problema social, toma iniciativas precipitadas que devem ser obstadas sob pena do comprometimento de toda a possibilidade do progresso econômico. O enfrentamento só pode ocorrer a partir do firme posicionamento dos industriais em suas organizações representativas. O mesmo raciocínio pode ser utilizado para as questões de estabilidade cambial, política fiscal, políticas alfandegárias, legislação comercial e tributária, etc. que comprometem (segundo a avaliação feita por esse segmento) a capacidade produtiva.

Sem a organização dos empresários industriais em uma instituição forte a capacidade de intervenção e de controle sobre o Estado não seria possível e indiretamente, também debilitariam a fração industrial diante dos outros setores da sociedade.

Por isso, as elites dirigentes da economia no capitalismo contemporâneo tornaram-se, ao mesmo tempo, elites políticas: ultrapassar o ângulo de visão que a empresa isolada permite é um imperativo para garantir o êxito da própria empresa. Neste esforço as classes dominantes vêm-se, entretanto, desafiadas pela presença de novos grupos capazes de influir no sistema de poder, criados, como dissemos acima, pela própria

²⁰⁸ Simonsen, 1919: 37.

²⁰⁹ Simonsen, 1919: 40.

dinâmica da produção moderna. A ação e a organização dos grupos não proprietários, através de sindicatos, associações, grupos de pressão, partidos, etc., tornam cada vez mais necessária a ação coordenada das camadas proprietárias para a imposição de uma estratégia política que contrabalance a pressão das outras classes sociais.²¹⁰

No segundo momento, a existência das associações patronais é ofensiva. Não se trata de chegar ao aparelho de Estado para disputar com outros setores a demarcação de seus interesses e a defesa de suas fronteiras de ação. Nesta segunda fase faz parte das estratégias industriais que o Estado abra novas picadas para o seu crescimento, que assuma parte dos interesses da indústria e use seu poder para ampliar os limites da industrialização. Como já destacado esta estratégia veio de duas direções: do Estado, que segundo a maioria dos estudos citados neste trabalho até o momento *promoveu*, em boa parte *ex-ante*, o arranco da industrialização, completando e dirigindo as etapas mais importantes desse processo; e do setor industrial, independentemente do grau de solidez em termos de formulação e capacidade dirigente (frente a sua própria base, aos demais setores da economia e frente ao controle político e operacional do Estado).

Mesmo que aceitemos a reiterada tese da fragilidade, como salienta Diniz (1978), o empresariado estava presente e ocupou lugares relevantes no momento em que a industrialização foi introjetada como um projeto nacional. Ademais, a *formulação* da necessária ação planejadora do estado *passou* por dentro do empresariado, se não de maneira consensual, pelo menos de maneira bastante articulada, na obra de Roberto Simonsen²¹¹, e em nas resoluções em situações chave como os congressos econômicos de 1944 e 1945.

A condução das técnicas e do planejamento começa no aparato estatal ainda nos anos 30, no trabalho de levantamentos estatísticos e dados técnicos (que Simonsen coloca como proposta sua à assembléia constituinte, tornando-se lei na Constituição de 1934, no

²¹⁰ Cardoso 1964: 37.

²¹¹ E neste ponto é que o tratamento dado ao conjunto da obra simonseana me parece ter falhado. Em seus trabalhos descortinamos o cenário teórico para aceitação do planejamento econômico estatal como uma ferramenta inelutável na continuidade da industrialização brasileira. Em seus textos encontramos a base argumentativa e as principais linhas de sustentação dessa estratégia. A diferença está *no projeto* de industrialização a que essa ferramenta vai servir.

capítulo da Ordem Econômica²¹²), na criação e ação dos Conselhos Técnicos²¹³, no empenho de regulação das questões pertinentes à organização da economia e seu impacto social. Mas neste caso, mesmo a elite burocrática do DASP (uma das grandes inovações de Getúlio na área da administração pública), as equipes do Ministério do Trabalho e outros setores da administração estatal absorveram, *primeiro*, o efeito das discussões travadas dentro dos Conselhos Técnicos e, nestes, a ação do segmento industrial não pode ser desprezado. Formulações conceituais como as de Roberto Simonsen, resoluções como as provenientes dos congressos produtoras, são partes relevantes da construção desse discurso e dessa nova prática de gestão econômica.

Claro que a *forma* como o projeto foi conduzido pode ser apontado como tendo ocorrido à revelia da participação, da direção e do controle direto dos industriais. Neste caso desvenda-se a fragilidade deste setor ao não ter conseguido impor seus interesses de maneira hegemônica. Por outro lado, precisamos compreender uma bifurcação nem sempre clara neste processo. Não houve de fato controle dos industriais neste processo, mas a modernização e a progressiva industrialização acabaram ocorrendo. Atrás afirmamos que os interesses burgueses e parte dos interesses industriais se encontraram realizados posteriormente e este fato serviria como abertura teórica para aceitar que o discurso da industrialização conseguira extravasar as fronteiras das limitações orgânicas do empresariado industrial e atingir a sociedade e o Estado, convertendo-se em eixo da noção de progresso. A mágica estaria na ação do Estado, em especial seus técnicos, na defesa da industrialização, convencidos ou pelo discurso econômico industrialista e intervencionista que se tornava muito forte mundialmente ou pelo discurso nacional, que seguia os mesmos passos. Entretanto, a transferência das posições de controle do desenvolvimento industrial para o espaço governamental, mesmo com

²¹² A referência que faz Simonsen é sobre estes dois artigos: *Art 115; parágrafo único - Os Poderes Públicos verificarão, periodicamente, o padrão de vida nas várias regiões do País; e Art 121; § 1 (b) - salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador*, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil - 1934, Título IV - Da Ordem Econômica e Social.

²¹³ Proposta que emerge, primeiramente como uma alternativa à democracia liberal individualista, facciosa e facilmente manipulável (dada à experiência da República Velha), com um viés mais organicista da sociedade. Foi teorizada e defendida por Oliveira Viana e durante os debates da Constituinte em 33 foi defendida também por Simonsen, como o contraponto correto e legítimo da participação das classes produtoras no Estado, descartando a proposta da representação profissional. Os Conselhos Técnicos caracterizam o modelo de gestão corporativo adotada por Vargas a partir de 1934.

ganhos para o setor do empresariado nacional, criou seqüelas graves. A atuação promotora e dirigente do Estado na economia gerou, como efeito secundário e não intencional, uma debilitação ainda maior da capacidade de articulação do setor industrial em função dos mecanismos usados pelo Estado na orquestração da economia:

O Estado constitui-se no agente propulsor (e não apenas no árbitro) de um processo permanente de redistribuição de penalidades e de privilégios nos âmbitos intersetorial e intra-setorial. A redistribuição de recursos reais (e políticos) é um aspecto inerente ao processo de acumulação de capital.²¹⁴

O fenômeno de cooptação como estratégia só funciona quando parte significativa dos desafios da sobrevivência competitiva é resolvida através de decisões governamentais ou recursos públicos. Da mesma maneira que no movimento de transição industrial houve a separação e a ruptura de interesses entre a fração mercantil-exportadora e a fração industrial, a continuidade do desenvolvimento industrial vai apresentar novas formas de fragmentação de interesses entre as diversas burguesias, entre os grupos internos da burguesia industrial, com os interesses externos (representados pelas multinacionais, pelo capital financeiro e pelos governos de outros países), com interesses de grupos não econômicos, etc. Como os recursos públicos são escassos, a contemplação favorecerá alguns interessados em detrimento de outros. A intersecção entre a arena estatal (onde estes agentes vão buscar recursos inclusive para alimentar a acumulação) e o mercado pode vir a minar a capacidade de organização do segmento industrial como um bloco coeso, já que o governo procura senão opô-los pelo menos ‘dividir para reinar’, regra que funciona principalmente, para o grupo industrial, diante da ameaça de outros grupos mais fortes – como, por exemplo, as pressões das multinacionais e das relações internacionais de comércio, ou mesmo do uso político da distribuição de recursos.

Como o capitalismo tardio, também nossa burguesia industrial é tardia. Quando são definidas as regras do modelo de gestão e deliberação de políticas econômicas a fragilidade desse setor é muito grande (e é, por isso mesmo, que o jogo do controle estatal tem possibilidade de se instalar). Ao longo do tempo, tanto pelo efeito das ações governamentais quanto pela expansão natural da indústria, este setor deveria estar apto para mudar as regras do jogo na medida mesma de seu fortalecimento. No entanto três fatos funcionariam como freios: a) a crescente dependência dos capitais internacionais; b) o aumento da disparidade

²¹⁴ Sola, 1998: 38.

competitiva entre as empresas nacionais e estrangeiras; c) a própria inércia do setor, preso pelos cordéis da armadilha de aceitação das benesses estatais e de sua negligência em sustentar e lutar por um projeto industrial que tivesse por base os interesses do capital nacional (exatamente a percepção que norteava o pensamento de Roberto Simonsen nos anos 40, apontando o necessário caráter nacionalista do desenvolvimento).

Uma observação que pode ser feita antecipadamente é que esta submissão dos industriais às políticas governamentais faz sentido por dois motivos: primeiro, o próprio discurso elaborado pelo segmento industrial mais lúcido apontava a necessidade da intervenção do Estado na condução do desenvolvimento – e, portanto, não só reconhecia publicamente sua fraqueza como solicitava proteção; o segundo (e origem do primeiro) eram os obstáculos à industrialização de países subcapitalizados em cenário internacional adverso, que apontavam a insuficiência das ações privadas para sua superação. Mais à frente esta discussão é retomada, colocando em dúvida se a submissão do empresariado nacional significou uma *perda* ou um *ganho* (dependendo, claro, do objetivo e do agente contemplado que se tome como referência). Afinal, a preocupação do empresário enquanto agente privado é acumular. Sua questão não diz respeito a alianças ou oposições em termos especificamente políticos e societários. Seu único objetivo é lucrar – o que significa levar a idéia de concorrência e de individualismo até o limite²¹⁵. O projeto de uma burguesia nacional é que extrapola essa dimensão, porque reconhece uma unidade política de interesses – preservar um grupo contra outro – realizando-se em bases nacionais.

O que poderia ser salientado, como fimbria nessa análise, é que o setor da burguesia industrial teve força, já que conseguiu emplacar seu discurso, mas não teve força suficiente para de fato transformá-lo em uma realidade que espelhasse fielmente seus interesses em um projeto auto-sustentado de desenvolvimento, deixando-se conduzir por decisões estatais. A complexidade e, principalmente, a consequência desta acomodação para o futuro do capitalismo brasileiro explica a importância de aprofundar o estudo sobre as diferentes facetas desse processo.

²¹⁵ Schumpeter quando analisa o perfil do empresário inovador está o tempo inteiro atento a esta questão – este agente só funciona a partir do estímulo da perseguição do lucro. Qualquer ganho para o sistema como um todo é não intencional.

A importância da ação e do pensamento simonense liga-se ao problema da Revolução Burguesa no Brasil. Conforme se tentou mapear através das linhas de interpretação sobre as origens da indústria no Brasil (setor ao qual Simonsen pertence e para o qual procurou contribuir), as relações entre o setor cafeeiro (e os demais segmentos ligados ao modelo primário-exportador) e o segmento industrial estão na matriz da passagem para a etapa de capitalismo avançado no país. São para a nossa história tão importantes quanto as questões candentes entre a nobreza feudal e os comerciantes burgueses na história européia, só que revestidas de outras características e problemas;

A passagem à industrialização não se faz automaticamente, pelo simples jogo das pretendidas leis naturais da economia. Ela é resultado de um sistema complexo de contradições sociais. Representa uma ruptura com o passado (inclusive o período imediatamente anterior à industrialização), que é a consequência de um conjunto de lutas econômicas e, sobretudo, lutas políticas e ideológicas.²¹⁶

Se não é unânime, entre os autores que estudam a industrialização, a situação de conflito aberto entre os dois segmentos, parece, pelo menos, que se forma um consenso sobre a crescente diferenciação entre estes setores na mesma proporção em que a atividade industrial vai se tornando mais sólida. E mesmo que se procure explicar a superação dos interesses agrários a partir da ação de uma burocracia estatal, permanece a questão de qual o papel do setor burguês industrial nesse processo e de onde a burocracia foi buscar os elementos fundamentais para sua percepção.

2.4. Burguesia, burguesias.

Os trabalhos de Roberto Simonsen constituem a mais consistente elaboração conceitual do pensamento industrial brasileiro em sua etapa fundamental de afirmação econômica. Sua obra constitui uma corrente do pensamento burguês, das aspirações da fração industrial, e pioneira expressão do pensamento nacional-burguês. Embora as três denominações possam parecer inicialmente como significando a mesma coisa, a evolução das relações políticas dentro do capitalismo tem demonstrado que elas não são sinônimas. São, ao contrário, representações distintas dos conflitos existentes na organização da produção e nas formas de distribuição e apropriação da riqueza.

²¹⁶ Silva, 1980: 18.

Na primeira afirmação destaca-se a obra de Simonsen como um marco importante para o pensamento burguês (no geral). É expressão da defesa do ideário burguês a visão de Simonsen sobre o valor do trabalho e da iniciativa individual, na defesa do progresso (conjunto representado pela técnica, racionalidade instrumental e da administração científica), na negação dos conflitos de classe.

A defesa da burguesia industrial (em particular) encontra-se na identificação entre desenvolvimento e civilização industrial e na afirmação do industrialismo em oposição ao ruralismo como mecânica do progresso. Por último, na questão nacional, suas concepções avançam na apologia da indústria como meio de superação de nosso atraso social e econômico no cenário mundial, em oposição aos interesses exclusivistas do capital internacional e do arranjo das relações de comércio mundial, desfavoráveis aos países atrasados.

Como qualquer expressão do pensamento social, as concepções de Simonsen têm como matriz o passado e sua contribuição pessoal funciona como um elo entre o estoque de teorizações já existentes e a preparação de um novo legado para os estudos futuros. A plataforma de Simonsen são os estudos de história, economia e sociologia anteriores, que passavam pela temática da formação brasileira. Áreas tratadas em conjunto porque a sua utilidade deveria ser o entendimento e a transformação da realidade²¹⁷. O caminho na construção do conhecimento em Simonsen passava pela interação entre o estudo do passado com a responsabilidade pragmática de transformar o presente através do:

exame da experiência e conhecimentos adquiridos pelas gerações passadas, do ponto de vista social, econômico e político, para que as novas gerações possam encontrar as soluções mais adequadas aos problemas administrativos do meio brasileiro.²¹⁸

Uma das sendas tomadas nesse esforço foi a dissecação de nossa história (“*a lição de nossas e outras histórias*”) e sua diligência foi reconhecida nos estudos de Rodrigues,

²¹⁷ *Na vida profissional que abracei, forçado a estudar contínua e objetivamente o homem e o meio natural, com o escopo de facilitar como engenheiro, a melhor utilização deste por aquele, chocava-me constantemente, o profundo contraste entre as dificuldades em que se processava o nosso progresso, e a relativa rapidez da evolução de muitos outros povos. Procurei na Economia e na Sociologia elementos que me permitissem compreender o que se passava. Aguilhoado pelo mesmo desejo, levado por mãos amigas, fui haurir, nas lições de nossa e de outras histórias, as explicações para essas dificuldades* (Simonsen, 1943 [A]: 58).

²¹⁸ Simonsen, 1943 (A): 11.

Iglésias, Ianni, Lima²¹⁹ que indigitam Roberto Simonsen como um dos precursores da historiografia econômica brasileira, assinalando que os seus textos possuem uma natureza diferente daqueles estudos anteriores ou mesmo a eles contemporâneos (que contribuíram mais pelo viés da narrativa histórica de ampla descrição, pela cronologia de fatos, acontecimentos, documentos e dados do que do que pela habilidade de interpretar e teorizar os fatos ocorridos²²⁰). Já a abordagem de Simonsen está dirigida para a compreensão da formação da sociedade brasileira partindo das características de ordem econômica, e associada a uma orientação política de defesa da modernização industrial do país. Foi partindo do objetivo de entrelaçar o passado com a nova perspectiva de industrialização que Simonsen *leu* de maneira diversa o passado brasileiro²²¹, e ao fazê-lo introduziu um ângulo de observação que aplicava aos estudos históricos as novas ferramentas gestadas no debate teórico mundial²²².

²¹⁹ José Honório Rodrigues (1978), Francisco Iglesias (1981) e (2000), Octávio Ianni (1992), Heitor Ferreira Lima (1970) e (1978).

²²⁰ Nesta categoria é justo que se encaixe também a obra de Roberto Simonsen *Histórica econômica do Brasil* que segue procedimento similar. O aspecto analítico e conceitual aparece em outros trabalhos de Simonsen, publicados de maneira dispersa em função das necessidades e situações conjunturais das atividades do autor, não chegando a constituir um trabalho único e de maior fôlego que interpretasse o conjunto da formação econômica nacional.

²²¹ Seguindo a análise de Josep Fontana em extensivo e profundo estudo sobre as causas das transformações nos estudos históricos (variações de método, objeto e teoria), assinala com vigor que essas mudanças são resultantes das necessidades surgidas em períodos distintos para legitimar um projeto singular em disputa no presente: *toda visão global da história constitui uma genealogia do presente. Seleciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua seqüência até dar conta da configuração do presente, quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificá-lo* (Fontana, 1998: 09). De maneira análoga podemos encaixar a perspectiva analítica de Simonsen sobre o passado brasileiro na qual a mudança do método (uma genética sócio-econômica) é determinada pelo objetivo de clarificar, dar sentido e legitimar um projeto que se disputa no presente e que visa o futuro.

²²² *Por volta dos meados do século XIX, ao lado das mudanças de paradigmas da interpretação da história, a análise econômica também sofreria uma mutação semelhante com as correntes da 'reação histórica', em que se procurava aliar a perspectiva exclusivamente econômica à outras contribuições oriundas da sociologia, política, religião, moral, etc. "Foi em 1843, com o aparecimento do 'Grundriss' de Roscher, que a reação histórica propriamente dita teve início em economia política. Roscher assinalou a necessidade de estudar os fenômenos econômicos em relação com os de outras ciências sociais, das quais dependem. Põe em evidência a idéia de que, sendo um povo algo mais que a soma dos indivíduos existentes, não pode a investigação econômica contentar-se tão somente com ficar circunscrita ao estado presente da economia, devendo também remontar ao seu passado.* (Cepêda, 1998: 49). No caso de Simonsen pesam a influência de Marx e de Sombart, no entrelaçamento entre economia e sociedade, como reconhecido em *História Econômica* logo na abertura: *Karl Marx, em suas apaixonadas críticas sobre o capitalismo, via em todos os acontecimentos políticos, gerando-os e explicando-os, o substrato econômico. Daí em diante, historiadores e economistas, interessaram-se cada vez mais pela investigação das origens do*

A produção simonseana sobre a formação econômica nacional, além da dimensão técnica que se enquadrava no avanço da abordagem histórica não heróica ou institucional, espelha a primeira versão consistente de uma interpretação politicamente orientada e defensiva dos valores emergentes do pensamento burguês no Brasil.

Os movimentos nos quais os interesses burgueses industriais iriam se expandindo na estrutura econômica e gerando uma representação ideológica (idéias, programas, organizações, bandeiras de luta) configuram na história nacional, até a época de Roberto Simonsen, três grandes fases, todas cumulativas e cujas formulações e temas formaram o legado do pensamento simonseano²²³. A matriz do pensamento industrialista brasileiro abrange um período bastante amplo: começa com o grupo que luta pela industrialização do país no primeiro e inicial surto das manufaturas antecessoras da industrialização moderna²²⁴, avança com a projeção no debate sobre o protecionismo durante o Império, e, finalmente, emerge mais solidamente organizada com o “despertar da indústria” ocorrido entre 1870/1889²²⁵. Balizando a organização industrial em entidades representativas temos o marco simbólico, em 1820, da criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e em 1880 do surgimento da Associação Industrial do Brasil. No caso da Sociedade Auxiliadora, Carone assinala como fato singular *ter nascido no Brasil uma associação profissional favorável à industrialização antes de existir uma indústria propriamente dita*²²⁶. Já a Associação Industrial estaria em consonância com o surto de industrialização do final do século 19, mantida como centro de sua luta a reivindicação de protecionismo para a indústria local,

capitalismo, sistema econômico, cuja predominância acentuadamente se firmou nos tempos modernos. Mas a fase culminante e contemporânea desses estudos cabe a Sombart, em 1902, com sua notável obra sobre o capitalismo moderno (Simonsen, 1977: 24).

²²³ Ver Anexo I deste trabalho, com a organização cronológica da evolução da organização dos industriais até o final dos anos 40.

²²⁴ Há dois fatos históricos relevantes e anteriores ao ligeiro surto de manufaturas da década de 1850: o Alvará de 07 de junho de 1785, de D. Maria I, *que mandava extinguir todas as fábricas e manufaturas de galões ou tecidos de ouro e prata, de veludos, brilhantes, setins, tafetás, chitas, bombazinas, chapéus, baetas, saetas, belbretes, oficinas de ourives, etc..., fábricas essas que foram desarmadas e remetidas para Portugal pela nau de guerra Nossa Senhora de Belém* (Bastos, 1952: 44), e que indicavam a existência múltiplas áreas de produção local, mesmo que incipiente – portanto o início da indústria deu-se antes (sendo mesmo abortado) do surto de 1850. O segundo fato deve-se a revogação desse Alvará, pela Carta Régia de 12 de abril de 1808, por D. João VI, permitindo que a indústria de manufaturas nacionais pudesse sair da ilegalidade.

²²⁵ É de Nícia Vilela Luz (1978) o conceito de “despertar” da indústria entre 1870/1889, usando como fundo a conjunção entre o surto de 1870 e a fundação da Associação Industrial.

²²⁶ Carone, 1977: 06.

demanda originada na desigualdade de competição entre os produtos nacionais e seus concorrentes estrangeiros.

A primeira geração de industrialistas²²⁷, da qual fazem parte Serzedelo Corrêa, Amaro Cavalcanti, Vasco Cunha, Leite e Oiticica, Américo Werneck, e Vieira Souto²²⁸, surgiu durante a expansão das atividades industriais e correlatas (setores ferroviários, portuário, serviços, infra-estrutura urbana, expansão e diversificação dos segmentos de comércio) que ocorre entre o final do século 19 e início do século 20, provocados principalmente pela ampliação das demandas de consumo do setor assalariado. A esta mesma geração, de onde saíram os primeiros empresários nacionais de maior porte (ligados na sua maioria à indústria têxtil) caberá a tarefa inédita de responder as pressões emergentes do setor operário (que crescia no mesmo ritmo dinâmico do segmento industrial e comercial) e a barganhar por maiores fatias de concessões e apoio ao desenvolvimento dos setores produtivos não vinculados diretamente à economia mercantil-exportadora. O legado intelectual deixado por essa geração são as formulações sobre a relação de determinação entre indústria e progresso, que vários defensores já vinham acentuando como unívocas, e da necessária organização dos empresários para pressionar e influir na deliberação de leis e políticas que afetassem o setor.

O fato de grupos industriais emergentes, nessa fase inicial, deixarem de assumir uma identidade própria, preferindo aliar-se em várias oportunidade à elite exportadora, pode também estar ligado àquela autonomia incompleta do capital industrial. É natural supor, por outro lado, que à medida que o desenvolvimento industrial avance, tal autonomia tenda a aumentar, criando condições para que os industriais passem a identificar interesses e objetivos comuns e agir coletivamente em função deles.²²⁹

Na tarefa de defender e pensar o problema da industrialização, Simonsen é incorporado nesse processo na segunda geração de industrialistas, na fase mais aguda de transição. A nova geração, dos industriais entre 1920 e final dos anos 40, foi a responsável por 'administrar a história' no momento em que entra em efervescência o conflito entre as classes sociais e a crise interna da burguesia. As desavenças entre operários e patrões exprimem o movimento clássico da luta de classes, incendiado pela questão social, pelos desajustes e

²²⁷ Este termo, utilizado por Carone, pode ser definido como grupo de autores, intelectuais, empresários e personalidades públicas que defenderam basicamente os interesses na indústria, das mais variadas formas e sob os mais variados argumentos, formando um discurso ideológico característico, não devendo ser restringido apenas aos próprios agentes econômicos em questão (Carone, 1977).

²²⁸ Carone, 1977: 06.

²²⁹ Versiani; Versiani, 1978: 128.

impactos resultantes da enorme proporção de imigrantes no mercado de trabalho brasileiro (principalmente em São Paulo)²³⁰, e pelos excessos predatórios que caracterizavam as relações de trabalho (e sua não regulamentação). Simultaneamente, as atividades industriais se intensificam e a organização do empresariado industrial ganha consistência política no mesmo ritmo em que cresce sua significação no campo da economia nacional. Na defesa de seus interesses mais diretos, esta geração terá de realizar a ginástica de pensar a economia em termos mais amplos e também de desenvolver uma abordagem que os legitime perante a sociedade.

*A segunda geração de industrialistas surge a partir da década de 1920 e tem como expoente os nomes de Roberto C. Simonsen, Euvaldo Lodi, João Daudat d'Oliveira, Carmelo D'Agostini, O. Pupo Nogueira e outros. Ao contrário da primeira, que é mais pragmática e ligada diretamente a problemas específicos que surgem momentaneamente, a segunda geração volta-se também para aspectos teóricos e para idéias mais gerais.*²³¹

Os dados obtidos através dos Censos Industriais realizados no período forneceram argumentos sólidos para sustentação das teses industrialistas. As sucessivas crises na comercialização do café abrem a possibilidade de crítica e avaliação da capacidade de longo prazo de permanência da dinâmica econômica desse setor, ao mesmo tempo em que se tornam mais polêmicas as políticas protecionistas e seu custo social. O modelo mercantil-exportador vai perdendo hegemonia e o setor industrial vai rompendo, devagar, sua anterior adesão. Da condição de uma burguesia homogênea aparece agora a cisão interna e o estágio claro das frações de classe.

A constituição da consciência e representação clara dos interesses das frações de classe - que simultaneamente pertencem ao grande campo do projeto burguês, mas que se cindem em projetos paralelos ou concorrentes entre si - ocorre no Brasil no período aqui estudado e aparece *expressada* na obra de Roberto Simonsen. A chave de interpretação de seus trabalhos, sua importância sempre assinalada, a recorrência e persistência com que é tratado como fonte ou objeto em todas as discussões sobre o processo de industrialização do país pode ser, melhor compreendida, quando percebemos que suas formulações e reflexões *funcionam como um dos espaços* onde esta cisão entre as frações da burguesia *apareceria*, mas, principalmente, um locus onde seria também *processada*. Os posicionamentos de

²³⁰ A presença do imigrante em São Paulo é tão intensa que em muitos textos a cidade é definida como “estrangeira” (Decca, 1987: 17).

²³¹ Carone, 1977: 06.

Simonsen nascem do movimento de afirmação intelectual, além do econômico, do setor industrial em oposição aos interesses do café e do modelo de capitalismo mercantil. Portanto seus trabalhos funcionarão como contraponto à hegemonia em vigor, como um enfrentamento no plano das idéias entre o modelo mercantil-exportador e uma nova visão de sociedade calcada no projeto que identificava indústria e progresso.

O pensamento de Simonsen funciona como um lugar para onde converge e se converte em síntese teórica o movimento de ruptura que ocorre no período. Partindo dessa premissa é possível resumir o papel ocupado pelo pensamento simonseano em cinco pontos. Primeiro, a obra de Roberto Simonsen deve ser analisada como expressão do processo de autonomização dos interesses da burguesia industrial. Segundo, sua produção intelectual foi determinada pelos pontos de maior impacto no embate entre os interesses industriais e os demais interesses burgueses, ao mesmo tempo em os redireciona, acelerando o conflito e alimentando o processo de ruptura. Terceiro, o conjunto dos temas abraçados por Roberto Simonsen, em termos de teoria e prática, foram determinados pelas tarefas históricas de consolidação do projeto burguês industrial numa perspectiva nacional, uma vez que esta seria a única maneira para garantir a superação do atraso e a solução duradoura para o problema das economias sub-capitalizadas e da pobreza. Quarto, o pensamento simonseano, mesmo refletindo o quadro real, se consolidou como uma concepção intelectual singular sobre o processo constituindo um projeto social e político particular. Quinto, no esforço de tornar-se direção efetiva, Simonsen *adequou*, em diferentes momentos, o seu projeto aos imperativos e limites da realidade, estabelecendo a tensão entre a formulação idealizada (teoria/projeto) e a ação concreta enquanto representante de um setor organizado de onde retira legitimidade política para se apresentar como ideólogo. E, se não foi capaz de impor, na totalidade, seu projeto como uma alternativa para o período, a hipótese deste trabalho é que a sua liderança foi embargada pela diferença entre o seu grau de consciência e aquele da média dos empresários industriais que procurava representar. Ou seja, sua habilidade intelectual encontrava-se para além do horizonte da consciência possível para o momento, e sua proposta de uma burguesia nacional também²³².

²³² Talvez seja por esse motivo que a continuidade de sua linha de pensamento dá um salto temporal, sendo retomada alguns anos depois de sua morte por um grupo intelectual completamente diferente do seu – Simonsen era expressão do empresariado nacional, e seus raciocínios foram levados a cabo por outro tipo de intelectual orgânico – as camadas puramente intelectuais (como Furtado e os cepalinos) e os técnicos governamentais.

A partir destas cinco perspectivas o pensamento e a ação de Simonsen ganham unidade, explicitando a repercussão e a força que seus trabalhos assumiram na história da industrialização brasileira, e da aceitação generalizada do caráter ideológico de sua obra. Explicita também o fato de haver uma distância bastante razoável entre as formulações de Simonsen e a prática efetivamente levada a cabo pelo empresariado industrial a partir dos anos 30. Estas percepções funcionam como guia para compreensão do encadeamento de temas e das abordagens que vão formando o caminho na produção dos textos simonseanos, como momentos em que se constrói a batalha teórica sobre a industrialização brasileira no período.

PARTE II
A BATALHA DAS IDÉIAS

CAPÍTULO III
A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO SIMONSEANO
O MUNDO DA PRODUÇÃO

A segunda parte deste trabalho tem como objetivo entender a batalha das idéias travada dentro da obra de Simonsen e que repercutiu no ajustamento da produção intelectual aos dilemas da realidade a que se dirigia. Por batalha das idéias podemos entender o processo de elaboração das representações, conceitos e teorias que vão se delineando, no pensamento simonense, entre a herança do passado, as idéias gerais de seu tempo e a maneira particular de arrumá-las em direção a um futuro desejável. Nesta discussão a primeira questão que surge é sobre a definição do que é uma idéia. Jean Ehrard enfrentando o desafio metodológico de situar este problema afirma que uma *idéia* pode ser:

Um conceito cuidadosamente elaborado por um especialista da reflexão abstrata, mas igualmente uma opinião difusa ou – com mais profundidade – uma atitude intelectual e afectiva, uma forma de pensamento e da sensibilidade. Três níveis de realidade, e, portanto, três tipos de análise: a dos *grandes sistemas* filosóficos, na realidade freqüentemente pouco histórica; uma história da *opinião*, que é directamente da alçada do método estatístico e da técnica da sondagem; finalmente, o estudo das *estruturas* do mental colectivo.²³³

As três dimensões são na prática inseparáveis porque ocorrem de maneira sobreposta na realidade – quer seja como uma corrente única entre um sistema teórico e a mentalidade vigente na sociedade, quer como um descompasso ou contradição entre o eles (a pureza do conceito idéia sobrepõe-se o de idéia social). Tanto em um aspecto quanto no outro as idéias são constituídas como produtos sociais, encerrando uma dinâmica também social. Possuem especificidades de tal maneira que necessitam, inclusive, de ferramentas metodológicas diferentes para sua compreensão.

Lugar e função definidos sempre não para uma idéia que se considerasse isoladamente, mas para a totalidade das suas relações com a totalidade das ideais e das formas de pensamento de uma época. Toda a idéia faz parte de um *sistema*; não existe qualquer idéia isolada.²³⁴

A relação entre idéias constitui uma batalha, um confronto entre conceitos que constituem toda uma ordem de representação do mundo já cristalizada na mentalidade histórica de uma sociedade e o movimento de sua transformação, ou superação. As idéias são produzidas pela interação entre os homens e a História, elaboração e representação das formas de organização da vida material e de suas contradições²³⁵, assumindo diferentes feições em diferentes épocas, grupos e indivíduos, conforme variam e se transformam as condições

²³³ Ehrard, 1974: 217.

²³⁴ Ehrard, 1974: 222.

²³⁵ Marx e Engels, *A ideologia alemã* (1984).

sociais: *não é a consciência do homem que determina o seu ser; mas pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência* ²³⁶. As formas ideológicas, a consciência, o pensamento, são os veículos pelos quais os homens dão conta da realidade, podendo surgir de mais de um ‘lugar’ na sociedade de classes.

Batalha, também, porque os conceitos por não serem nem absolutos e nem neutros veiculam interesses diferentes e, portanto, a opção por um caminho sacrificará outro²³⁷. O tema do confronto volta a aparecer porque as *idéias* têm uma função social nitidamente política: criar a hegemonia de um grupo de representações (interesses) sobre outros na direção da realidade. As escolhas políticas feitas pelos atores sociais são expressões das idéias que organizam e criam um leque de possibilidades de ação, e possuem tanto maior eficácia e eficiência quanto maior for o grau de sua hegemonia²³⁸. Mas mesmo que construam a história a partir de seus resultados, tanto as idéias quanto as escolhas têm profundas raízes no plano social, sendo “filhas de seu tempo”:

as conjunturas configuram, de fato, momentos de inflexão, nos quais tendências desiguais, distintas ou contrapostas provenientes do desenvolvimento anterior atingem um ponto crítico, criando a base para uma nova diferenciação de trajetórias, a grandeza ou a pequenez dos indivíduos e grupos políticos sendo determinadas pelo grau em que experienciaram esses momentos críticos, sobre eles refletiram – e pelo caminho que acabaram escolhendo, pelo resultado de sua ação.²³⁹

Assim a hegemonia é um processo social com duas extremidades, origem e destino,

²³⁶ Para Marx a consciência é determinada pelo “*o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral*”, Marx em *Prefácio à “Contribuição à crítica da Economia Política”* In Obras escolhidas de Marx e Engels (s/d), página 301. A construção da ideologia funciona como uma ontologia do ser social, e, ao mesmo tempo em que dela deriva, somente pode ser entendida como uma produção coletiva que incorpora e ultrapassa a própria idéia e consciência: “*não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos julgar estas épocas de revolução pela sua consciência*”, (Marx, op. cit, página 302).

²³⁷ Contrário à dimensão voluntarista da política, Brandão coloca que “*observando mais atentamente, ao contrário, vamos perceber que existem tendências permanentes, linhas de força a partir das quais aquelas aparências – elas mesmas constitutivas da ação política – se organizam e ganham inteligibilidade. É a apreensão dessas linhas de força que torna possível a previsão, a antecipação dos possíveis desdobramentos do processo – especialmente das grandes decisões e os resultados finais das batalhas políticas -, operação essencial ao sujeito que faz política*” (Brandão, 1997: 38).

²³⁸ O conceito de hegemonia formulado por Gramsci não deve ser entendido como uma via de mão única. As idéias centrais criadas para permitir a direção de uma sociedade precisam ser apresentadas como *gerais* – escamoteando sua origem de grupo -, e para conseguirem operar dessa maneira não só *educam* e disciplinam os indivíduos (o que seria um ato de ‘cima para baixo’) como precisam dar a esses indivíduos um lugar no sistema que modula. Portanto, embora a ideologia nasça de um grupo, para exercer-se como hegemonia obrigatoriamente deve absorver os impulsos do quadro social. Sem isso, será pura coerção e nunca convencimento.

²³⁹ Brandão, 1997: 38.

traçando entre os dois pontos a adequação entre as circunstâncias e os anelos possíveis. Resulta daí a constituição de um sujeito coletivo capaz de operar através ou do convencimento ou da coerção. No primeiro caso acentua-se o poder do discurso e da razão, atuando como uma força capaz de realizar nos indivíduos a introspecção do padrão de valores e comportamento esperado pelo grupo/sujeito elaborador do discurso – criando o reconhecimento coletivo da validade dos preceitos morais e da fórmula universal do entendimento da ordem das coisas e da ação humana nelas. Quando falha este processo de assimilação entra em cena a capacidade impositiva e repressora da classe no poder. Mas, mesmo neste momento, mantêm-se ainda um forte viés consensual que permite a existência da própria coerção por parte do grupo majoritário politicamente, que tem o dever racional de auto-explicar-se (legitimação) e pela aceitação nos outros grupos da sociedade (legitimidade). O reconhecimento do direito à repressão - o ‘monopólio do uso da violência’ - é parte da construção ideológica dos valores socialmente compartilhados na modernidade e meio de consecução da hegemonia. A única dissonância possível é quando outra matriz discursiva nega e retira a validade desse consenso.

Este sujeito coletivo que realiza a hegemonia é que permite a emergência de condições materiais para a construção dos grandes pactos sociais, incluindo os mecanismos corretivos e o estabelecimento de normas reconhecidas, afinadas com esta concepção de mundo (ideológica). Curiosamente, no entanto, a ideologia (e sua contrapartida real – a hegemonia) não pode ser considerada como um produto artificial ou externo à vida social. Ela não é exógena e, muito ao contrário, sua ontologia remonta a organização e as práticas sociais. E mesmo se exercida na luta pelo poder e o controle social, subsiste em sua lógica uma operação de síntese do conflito. A ideologia:

responde à exigência dos sujeitos sociais e políticos que vivem em sociedades fundadas na luta de classes e na divisão entre a sociedade civil e o poder do Estado: a ideologia oferece à sociedade fundada na divisão e não contradição uma imagem capaz de anular a existência efetiva da luta, da divisão, da contradição, graças à construção de uma imagem onde a sociedade surja como idêntica, homogênea e harmônica.²⁴⁰

As concepções e os valores centrais de um discurso precisam, portanto: a) de um sujeito coletivo que perceba, diferencie, elabore e implemente os interesses e as representações do grupo; b) de uma conformidade entre o real e o pensado. O sujeito coletivo possui em seu agrupamento mais de uma possibilidade de escolha e mais de um interesse

²⁴⁰ Chauí, 1978: 121.

setorial abrigado sob o interesse fundamental que une e dá existência social/ política ao grupo (para Gramsci a classe social). A primeira contenda dá-se dentro do grupo, a segunda, na luta com outros grupos sociais. Para ambas, o coletivo (interesse, pensamento, ação) só poderá ocorrer pela intervenção de indivíduos e é isto que explica o desdobramento, por exemplo, na obra de Gramsci, de analisar as classes, seus intelectuais, os partidos, a disciplina e os valores que em cada um desses *locus* espelham os meios de construção da hegemonia. Este é o papel fundamental da existência e da ação das lideranças, que nascido no terreno das contradições e dos conflitos (gênese) tem como *telos* a sua superação:

Desse modo, integrando o comportamento dos atores concretos como um momento da análise, trata-se de privilegiar a narração de processos que – produtos da ação dos homens e de forças que surgiram das relações entre eles – se impõem aos sujeitos, referenciam a sua ação.²⁴¹

Os posicionamentos encontrados na obra de Roberto Simonsen ocupam as funções acima descritas. E as alterações que ocorrem durante quatro décadas de reflexão são os resultados do confronto entre as idéias centrais que balizam o pensamento simonseano e o ajustamento aos elementos da realidade - incluindo o combate travado com outras idéias. Portanto, o que uma análise pontual ou temática da obra simonseana detecta como incoerência ou discrepância pode ser entendido, quando observado o conjunto, como fases de elaboração, nas quais o confronto entre uma linha mestra e as acomodações pragmáticas gerava uma mudança de postura.

Como esquema fundamental de Simonsen apontamos o legado racionalista, a fé no progresso obtido através da técnica e do planejamento das várias realidades vividas pelos homens, e de seu instrumento essencial – o trabalho. Este pode ser considerado um argumento que, embora tenha sido absorvido pelo ideário liberal, extrapola essa dimensão, pois configura a base da própria modernidade. A defesa da indústria, por sua vez, é um desdobramento deste pressuposto, já que ela é a técnica aplicada ao problema da produção da organização do trabalho e da matéria. Do liberalismo, estrito senso, Simonsen retém, ao longo de toda sua produção a defesa da propriedade privada e do capital como molas do progresso. O que varia em seu trabalho são as maneiras, os meios e instrumentos que permitiriam alcançar o progresso (mantidas as duas últimas condições, pois em nenhum momento Simonsen

²⁴¹ Brandão, 1997: 38.

ultrapassa o limite que separa o planejamento na órbita dos valores capitalistas para um planejamento da distribuição das riquezas, na órbita do trabalho e do racionalismo socialista).

Para demarcar as fases que se sucedem na obra de Simonsen procuramos identificar duas ordens de fatores que combinados indicam uma ruptura conceitual: a mudança dos temas tratados ou a alteração significativa do tratamento dado a eles. Com base nesses dois critérios é possível detectar três fases na obra do autor: *fase I* (aliança indústria - café); *fase II* (primeira ruptura - afirmação da industrialização); *fase III* (segunda ruptura – o projeto nacionalista). Nas três há uma mudança significativa das peças angulares do discurso e também uma variação no campo ideológico apresentado pela obra. Assim, na primeira fase predomina a filiação ao liberalismo econômico e a submissão ao arco de alianças do liberalismo político tal qual o praticado na Primeira República; na segunda há um deslocamento crescente para as posições corporativas, com a aproximação do governo de Vargas e com a recusa dos desvios individualistas; e, na terceira, a manutenção do viés intervencionista mesclado com a recusa ao modelo orgânico do Estado Novo (uma posição precursora do planejamento desenvolvimentista). Mas o dado mais interessante sobre as rupturas é que elas formam-se na corrente subterrânea do pensamento simonseano, na passagem do empresário para o intelectual.

Observando atentamente os argumentos que vão surgindo ao longo dos textos, dos iniciais ao último produzido sobre o Plano Marshall, o impulso que sustenta essa continuidade é o de pensar a realidade da produção, e é esta preocupação persistente que leva os temas observados e o raciocínio de Simonsen do mundo da fábrica para a economia nacional. O alastramento desse ambiente sobre o qual a reflexão do autor se debruçou fez também a síntese entre o ‘dono de fábrica’ (parodiando a condição de empresário, mas correspondendo a condição real de proprietário de uma pequena empresa construtora nos anos 10) e o intelectual da economia política. Nos trabalhos iniciais a preocupação é mezinha: Simonsen discute como organizar, padronizar, apaziguar as forças envolvidas no processo produtivo. O que tem diante dos olhos é a malha da produção. Simonsen vê fatores, recursos, divisão e hierarquia operando de maneira integrada e interdependente: na entrada do sistema enxerga o trabalhador e sua contrapartida o salário; na saída a mercadoria e sua contrapartida - possibilidade de lucro. Como final dessa equação, observa a tensão existente entre custos e lucro, como sendo forças inversamente proporcionais. A solução para aumentar a margem de

lucro sem achatar salários (risco que a revolta operária impedir, apresentando custos finais ainda maiores), é elevar a produtividade e baixar custos. A única forma de alcançar esse prodígio é desenvolver novas técnicas que aplicadas ao sistema de produção elevem sua eficiência. A relação é estabelecida ali, no processo microscópico da produção: nasce nela e tem nela seu *telos*.

Quando Simonsen olha para além dos muros da fábrica, usa o mesmo método, avaliando e racionalizando os pedaços da economia que vai vislumbrando e que procura sistematizar, mudando, no entanto, o alcance e a abrangência do objeto observado. Qual o problema da agricultura? Em termos de organização de uma tarefa produtiva, a exploração agrícola assemelha-se ao processo fabril – homens, recursos e fatores, planta produtiva, equações. Então, para o mesmo mal o mesmo remédio. Até os textos de 1930, *As crises no Brasil* e de 1931, *As finanças e a indústria* (este muito especialmente), a percepção de Simonsen sobre o problema da industrialização não formava um sistema explicativo. Foi preciso pensar a economia como um todo complexo, envolvendo empresas, famílias e *Estado*, para que a elaboração conceitual simonseana desse um salto de crescimento. A ruptura ou o abandono de uma posição subalterna dos interesses industriais a hegemonia do setor mercantil no plano intelectual ocorre em função dessa nova percepção diretiva - configurando a segunda fase de sua obra. A terceira fase é um desdobramento dessa orientação intelectual. Somente mudou o grau de convicção teórica, que permitiu a ruptura com outros cânones do pensamento econômico liberal, em direção ao planejamento. O que mudou, entre a primeira posição e a última, foi a elaboração lenta de uma mesma e persistente perspectiva: o uso da razão como meio de ordenar e instrumentalizar a produção, depois a economia e depois a sociedade.

A passagem entre uma concepção e a outra não ocorre apenas e individualmente no pensamento de Simonsen. Ao contrário, ela espelha uma luta tensa entre dois modelos de investigação da ciência econômica – a economia natural e a economia nacional. A primeira é descendente em linha direta da escola do liberalismo clássico e dos novos clássicos, tendo como premissa fundamental a concepção de uma ‘ordem natural’ e eficiente da economia quando respeitada a sua lógica fundamental – o jogo do livre mercado, sem interferências de outras esferas da vida social.

As suposições fundamentais da ortodoxia moderna, representada magnificamente pelos chamados *novos clássicos*, sustentam de forma heróica que a estrutura do sistema econômico está determinada para sempre, e que ela corresponde às formas de um mercado competitivo que, salvo distúrbios, está sempre inclinado a realizar o que foi previsto (corretamente diante das informações disponíveis) pelos agentes privados. Isto significa que a função de probabilidades que governou a economia no passado é a mesma que a governa no presente e a governará no futuro. Há, portanto, forças naturais e irresistíveis por detrás das ações humanas e das estruturas sociais (o mercado) capazes de garantir que o que é sólido não se desmancha no ar.²⁴²

O naturalismo econômico explica a transformação do mundo moderno a partir da técnica, da Revolução Industrial, do ideário do progresso, do papel do trabalho e da racionalidade – todos elementos que estão na concepção inicial de Simonsen sobre a *era do industrialismo*. Define a lógica do capitalismo e da dinâmica do desenvolvimento como diferenças de produtividade (eficiência) e suas trocas, nas quais os ganhos de uma economia mais avançada (em termos de produtividade e intensidade tecnológica) são repassados para as economias menos desenvolvidas através de preços menores – a teoria das *vantagens comparativas*. A especialização, a correta definição do fator mais abundante (vantagem competitiva) e a produção em escala permitiria a otimização da produção de economias completamente diferentes – industriais, agrícolas, extrativistas – equilibrando o sistema através das trocas compensatórias. Neste modelo, sem Estado, sem planejamento, sem controle, a simples premissa do ‘máximo lucro e menor custo’ é condição necessária e suficiente para que se alcance um ritmo constante e permanente.

Os argumentos da primeira fase do pensamento de Simonsen espelham, um a um, *todos* esses postulados. A racionalidade técnica, a administração científica, o industrialismo, a ‘era *machinica*’, são signos do discurso da economia científica, do sistema natural de economia. Pode-se afirmar que em seus textos a dimensão das vantagens comparativas não seja explicitada (até porque a primeira fase é pobre em volume de produção literária e no alcance da reflexão), mas encontramos ali, *ipsis literis*, a aplicação do mesmo raciocínio quando Simonsen analisa - nessa fase - as trocas entre a economia mercantil-exportadora e a

²⁴² Luiz Gonzaga Belluzzo, *Prefácio* In Borges, 1996: 10. Belluzzo apresenta também como sinônimo para economia natural o termo economia científica, partindo do pressuposto do surgimento da ciência econômica como estreitamente vinculada ao ideário liberal e também do enfoque dado por essa escola na negação da dimensão pública das relações econômicas. A cientificidade apareceria, segundo Belluzzo, para impedir qualquer outra explicação que não fosse oriunda das inter-relações especificamente econômicas. Regras como a lei da oferta e da procura, a maximização dos ganhos, a teoria do consumidor, as curvas de oferta e demanda, o ponto ótimo, etc. aparecem como leis capazes de capturar com exatidão o fenômeno econômico.

industrial. É o dinamismo da primeira que deve puxar as demais. O único deslocamento no período, e que empurrará Simonsen progressivamente para longe desse campo, é a possibilidade de ascensão e desenvolvimento da base industrial.

Neste ponto, o empresário defende o seu interesse, e embora aceite os postulados da ciência econômica mais difundidos em sua época, submeter-se sem crítica a eles seria invalidar e negar seu objetivo econômico pessoal. Uma outra linha de influência aqui é a ‘mentalidade de crise’ e de mudança que afeta a sua geração, talvez mais que qualquer outra. O sentimento de emergência da mudança está associado com um movimento dialético de negação e afirmação: nega uma situação herdada – identificada com a herança colonial, com a fraqueza no ‘conserto das nações’, com a tacahez de nossas idéias e elites; e afirma o desejo do novo, do moderno, da ruptura com o passado, do discurso científico, do progresso. Um homem com a formação de Simonsen, treinado na racionalidade técnica e na ética do trabalho moderno não poderia, em termos de uma coerência intelectual e de valores, aceitar o destino da vocação rural para o país.

O abandono dos postulados da economia natural ocorreria no bojo da defesa da industrialização. Como aplicação do método científico Simonsen começa a comparar os diferentes caminhos e processos pelos quais os países chegaram a construir o ‘industrialismo’. É assim que no momento da ruptura conceitual o esforço analítico de Simonsen passava pela leitura comparada do modelo inglês, americano e alemão (*As finanças e a indústria*). Para entender a lógica da diferença entre esses modelos e a realidade do modelo brasileiro, Simonsen teve que aprofundar o comportamento das múltiplas variáveis que compõem o sistema econômico: crédito, moeda, comércio internacional, papel do Estado, perfil dos setores produtivos, infra-estrutura e oferta de recursos naturais, patamar tecnológico, características da formação profissional, demanda interna, poupança interna, etc. E mais, é obrigado a fazer esse exercício de comparação procurando detectar como estas características foram formadas e como supor a sua transformação – neste caso passa a observar os condicionantes históricos e o perfil da sociedade brasileira (é o momento em que assume a multidisciplinaridade como ferramenta de trabalho).

O resultado desse diagnóstico aproxima Simonsen do modelo alemão de desenvolvimento, pautado pela centralidade do Estado na condução do desenvolvimento

industrial. O modelo alemão possui uma teoria econômica que o explica – a economia nacional de List cujos postulados centrais são: afirmação da condição de atraso colonial; percepção da dinâmica histórica; combate ao livre-comércio e defesa do protecionismo; defesa intransigente da indústria como mola do progresso econômico; defesa da intervenção do Estado na consecução da economia nacional. A obra de Simonsen reflete esse impulso – agora não é mais o empresário privado que fala; é o intelectual, que constrói uma visão de economia abrangendo a totalidade da sociedade (a economia da produção tornou-se a economia da industrialização nacional; o empresário tornou-se ideólogo).

Este capítulo analisa em particular a primeira fase do pensamento simonseano, entre 1912/1928, cruzando a prática e a experiência vivida com as elaborações que resultam dessa interação. São levantados também o material cultural ou o estoque das idéias e as circunstâncias históricas que orientaram a *formação* inicial das idéias simonseanas. Reafirma-se, desse modo, a importância das raízes do real, do tempo histórico, das idéias de uma época como ponto de partida para qualquer movimento intelectual que as reorganize ou supere.

3.1. A fase da aliança indústria - café

Esta primeira fase do pensamento de Roberto Simonsen pode ser demarcada tendo como início o ano de 1912 (data de criação de sua empresa de engenharia) e com o seu término em 1928 (data do discurso *Orientação Industrial do Brasil* e da criação do CIESP). Podemos apontar como principais características de seu pensamento neste período uma visão bastante limitada e imatura da economia - sua preocupação incide exclusivamente sobre a produção e seus elementos constitutivos (a economia, entendida como um sistema geral que articula empresas, setores, governo, e outras economias, ainda não passa pelo tratamento do autor) e uma exuberante fé na racionalização técnica como meio de alcançar o progresso. Seu ambiente de atuação é a *fábrica*, metáfora para exprimir o limitado núcleo privado do processo produtivo, onde se articulam como atores centrais do processo capitalista a tecnologia, o trabalhador e o capital.

Os primeiros textos redigidos por Simonsen são relativos à experiência do seu trabalho de engenharia: na administração pública (no serviço de obras no Município de

Santos); no trabalho de engenheiro e administração empresarial privada enquanto funcionário assalariado (*Southern Brazil Railway*); na administração de empresa privada enquanto proprietário (Cia Construtora de Santos e Cia Santista de Habitações Econômicas); e na discussão de assuntos políticos ligados aos problemas econômicos locais (fundação e direção do Centro dos Construtores e Industriais de Santos, primeiras experiências de Juntas Conciliadoras não estatais). O resultado dessa experiência prática é problematizado em textos como *O município de Santos* (1912), os relatórios de atividades da Cia Construtora de Santos (1912/1922), *O Trabalho Moderno*²⁴³ (1919), *O calçamento de São Paulo – Aspecto Técnico* (1923).

O grupo de textos que configura a primeira fase da obra de Simonsen tem uma única preocupação e uma mesma visão: são elaborações dos desafios da racionalidade técnica no mundo da produção, e cuja percepção basilar é a relativa independência entre as atividades do setor cafeeiro e as da nascente produção industrial. Nesta fase Simonsen é antes de tudo um *empresário*, um ator social que se coloca em campo na posição de membro das classes produtoras. Sua área de inserção, a construção civil, abre-se como alternativa tanto pela sua formação de engenheiro como pelo amplo processo de urbanização, comércio, produção e demandas de infra-estrutura, gerados pela atividade cafeeira desde meados do século 19. Tudo em sua história de vida (história familiar, profissão do pai e do avô, escolha da Engenharia) o leva a este campo particular da economia.

Nestes primeiros textos a personagem que fala é o engenheiro que se metamorfoseou em empresário e administrador. O eixo é a racionalidade e seu resultado, a eficiência. A preocupação central é com a produção²⁴⁴ e o mundo da produção moderna é planejado, nascendo da concepção da divisão do trabalho (segmentado e concatenado), tomando como base a racionalização custo/benefício de seus fatores fundamentais – terra (grupo das matérias primas), trabalho (utilização dos recursos humanos – força física,

²⁴³ Uma observação necessária é a utilização aqui da denominação deste texto de 1918. Existem disponíveis duas versões dele: em 1919 ele é publicado em *O trabalho Moderno*, com o título de *Pela organização da produção* (Simonsen faz referência a data e circunstância de sua primeira veiculação em 1918, mas não informa outro nome). Em 1932 este texto é novamente publicado agora como *Orientação agrícola brasileira*, na coletânea *À margem da profissão*.

²⁴⁴ Não é coincidência que o conhecimento de administração, contabilidade e economia aparecessem na grade curricular dos cursos de engenharia. É que nas obras de engenharia ferroviária, portuária e depois civil, o controle de planejamento abrangia também os custos e o controle logístico. Os primeiros estudos, em especial da administração e da economia foram realizados por engenheiros.

inteligência) e capital (soma de recursos necessários aos investimentos iniciais e de produção continuada, incluindo a renovação do sistema – o que daria a vertente tecnológica). Diante de tantos fragmentos a visão de conjunto e a busca da integração dos diversos fatores torna-se parte integrante da própria concepção de produção.

Encarei nossa empresa como genuinamente industrial. Os serviços contratados, como productos a fabricar. E em substituição ao antigo processo de administrar chamado pelos americanos ‘o militar’ - em que, repetindo-se insensivelmente no crescimento de uma empresa, a organização feitoral da cellula inicial, patrões, contramestres e feitores se succedem numa preocupação mais de mando do que da perfeita feitura dos serviços, e onde o regimen da irresponsabilidade muitas vezes domina – procuramos evoluir no sentido da administração de ‘função’. Nesse systema os fatores: tempo, custo, execução e justa paga do trabalho, determinados por métodos científicos, avultam como principaes elementos na procura de uma alta eficiência, fim principal que deve almejar, avidamente, o trabalho moderno em todas as sua manifestações.²⁴⁵

Ora, o trabalho é recurso fundamental na produção. Não é de admirar, portanto, que as questões que envolviam o conflito entre operários e patrões fosse incorporado desde cedo pelo campo das preocupações de Roberto Simonsen. Um engenheiro lida com homens e recursos, e parte de sua especialização técnica o leva, inevitavelmente, a ponderar o problema dos recursos humanos.

Durante este período foi sendo moldado e sedimentado o contato entre economia e política, na experiência simonseana, pela ampliação dos estreitos horizontes do ‘mundo privado da produção’, já que as questões da racionalidade e profissionalização do trabalho, bem como a relação entre salário, eficiência e apaziguamento dos conflitos operários escapava ao controle restrito dos espaços empresariais. Esta percepção deve ter nascido da observação das unidades fabris sob controle direto do Simonsen-patrão, mas a constatação sobre a origem e o alcance dessas questões empurrava o olhar de Simonsen para o mundo à volta de sua empresa. Os problemas da preparação técnica e a “justa” remuneração por eficiência individual tornavam-se políticos porque abordavam exigências coletivas. Inclusive porque Simonsen propunha, a partir da estratégia de diferenciação salarial, minar a fundamentação básica da organização política dos operários (uma vez que os sindicatos utilizavam o argumento de que as questões salariais, a jornada, a questão dos direitos dos trabalhadores só seriam resolvidos através da ação coletiva – não eram problemas de um operário, mas de toda a classe).

²⁴⁵ Simonsen, 1919: 35.

No entanto, na exploração dessas indústrias, não conseguiam o aproveitamento eficiente da mão de obra por não saberem promover, inteligentemente, a cordeal cooperação dos empregados, interessando-os na produção. O mau systema de remuneração dos serviços é o maior, senão quase o único causador das greves. Gantt, no seu magistral estudo *‘Work, wages and profits’*, commentando esse estado de cousas, desta maneira se exprime: “*em regra geral o industrial paga um só e mesmo salário para uma só e mesma classe de operários, por desconhecer a quantidade de trabalho effectuado por cada um de per si, difficil, aliás, de se avaliar com precisão. Corresponde, naturalmente, esse salário ao valor de um trabalhador inferior a média. O único meio que tem o obreiro de se fazer pagar melhor é de promover o augmento de salário de toda a classe. Dahi o principal motivo da formação das Associações de Resistência*”.²⁴⁶

Esta evolução é lenta, nascendo da tarefa de Simonsen em administrar pequenos pedaços do universo econômico colocados sob sua chancela, com o empenho racionalista de teorizar e implementar a disciplina do trabalho: o planejamento dos lugares da produção, envolvendo setores administrativos, técnicos e trabalhadores, todos subdivididos em áreas e controlados por hierarquia funcional (que deram azo ao surgimento dos famosos organogramas que ficaram famosos como primeira incursão no campo da administração científica no país); o desempenho *esperado* do trabalho (a eficiência, a ordem, a disciplina); o rendimento (a eficácia resultante do correto uso da força trabalho, medida, mensurada e valorizada); a finalidade (a produção elevada, o lucro e o progresso²⁴⁷). O passo seguinte é quando avança na consecução de obras de maior vulto (municipais e interestaduais, como a construção dos quartéis que para a época representava uma formidável demonstração de

²⁴⁶ Simonsen, 1919: 39. Este teria sido o erro das nações em que surgiram, primeiramente, os conflitos operários nos quais os problemas privados haviam se transformado em questões sociais muito profundas: “*As classes patronaes nos velhos países industriaes, salvo raras excepções, trataram sempre os operários como se estes constituíssem uma massa única, não individualizando competências, e que se buscava no mercado com menos atenção que a matéria prima (curioso, significa desprezo e burrice quanto ao papel da qualificação da mão de obra no processo de produção industrial moderno), levando-os assim, naturalmente, a se unirem em partido para obterem melhoria em remuneração e tratamento*” (Simonsen, 1919: 38). É neste sentido, também, que anos mais tarde, nos debates da constituinte de 1934, Simonsen iria salientar uma ‘vantagem’ no atraso de nosso desenvolvimento – “*crecemos menos, erramos menos*”, ou seja, se deixamos de acompanhar na vanguarda a inovação tecnológica, também não passamos pelo desgaste de enfrentar (o pelo menos não em tal grau de agudeza) os problemas gravíssimos de enfrentamento entre os movimentos operários e o capital.

²⁴⁷ Sua formação de politécnico (próxima ao ideário positivista, em grande parte devido à influência anterior da Engenharia militar) e seus vínculos familiares com a cultura inglesa, além de seu esforço intelectual de contatar e conhecer os modernos métodos de organização do trabalho norte-americano, moldaram uma visão ideológica em que a marcha da civilização é equivalente à marcha do progresso – embutido aqui o papel da indústria, da técnica, da eficiência tanto nas atividades industriais quanto nas agrícolas e na própria atividade do trabalho humano.

organização e planejamento de trabalho²⁴⁸), e percebe o quadro geral das dificuldades nacionais para as atividades do trabalho planejado em escala. Se as questões do trabalho já indicavam uma conexão com os problemas nacionais, a expansão das atividades empresariais de Simonsen permitiria a observação de um quadro nacional bastante complicado para as tarefas da modernização dos procedimentos e processos econômicos.

Mesmo em relação às tensões trabalhistas Simonsen reagia no âmbito da modernização das formas de trabalho, teorizando sobre a experiência recente do trabalho livre-assalariado em ambiente urbano-industrial. Como no mundo da economia industrial, ou empresarial de escala, o conflito entre trabalhadores e patrões é um desastre para a organização do trabalho, não é de estranhar que Simonsen tenha, na seqüência, dirigido esforço para analisar as formas possíveis de superação desse conflito:

Essa evitação seria conseguida pela justa paga do verdadeiro rendimento do trabalho – estabelecida de modo a premiar com equidade o esforço pessoal e as desigualdades fataes da productividade de um homem para outro. Teríamos deste modo individualizado o operário, interessando-o directamente na produção, tornando-o um fator crescente de riqueza e incorporando-o na sociedade por meios econômicos, já que della foi afastado por erros econômicos.²⁴⁹

Assim, o contínuo aprofundamento do antagonismo entre patrões e empregados acabaria por afetar não só a esfera da produção, mas principalmente a ordem política, impedindo a realização da economia (de onde saem o lucro e os salários) e a vida social como um todo. As atividades de direção econômico-empresarial levaram Simonsen a estender cada vez mais os limites de sua preocupação. Da órbita da economia no estreito mundo da produção, surgiram problemas cuja resolução estava distante no universo murado da fábrica, dos limites estreitos do município. Foram os entraves ao progresso da produção que empurraram Simonsen a abarcar novas questões de reflexão, a sair lentamente da condição de empresário (individual) para uma liderança de classe (social).

3.2. A geração dos homens que nasceram com a República

²⁴⁸ Além do provável impacto que as condições do atraso em que se encontrava a maioria das regiões brasileiras e as precárias condições de vida de sua população fora dos centros metropolitanos exerceram sobre Simonsen (a miséria brasileira a que se referirá na década de 20 em diante).

²⁴⁹ Simonsen, 1919: 39.

O desafio intelectual que caracteriza todo o esforço simonseano pertence a toda uma época em drástico processo de mudança e também aos setores sociais que a pensavam. Um dos textos que melhor caracterizam o espírito do debate, que permeava a sociedade brasileira entre as décadas de 1910 e 1920, começava afirmando que aqueles que compunham a intelectualidade do período eram homens:

da geração que nasceu com a República, pouco antes ou pouco depois; [que] não viram o imperador, não conheceram os escravos; não herdaram títulos, nem cargos, nem comissões. Conquistaram posições e tomaram atitudes por seus próprios esforços. São, pois, republicanos e democratas, na verdadeira acepção do termo: fizeram viver, em suma, as suas próprias idéias.²⁵⁰

O termo ‘próprias idéias’ espelha a busca de um conhecimento particular à sociedade brasileira. Esse segmento intelectual gostando ou não do fato sentiu a ‘revolução lenta e silenciosa’ que ia sacudindo a nação, e percebia, ainda, as transformações (de outro tipo) que se processavam no quadro mundial. Ao ler os autores do período a sensação de desconforto que os animava é evidente. Sendo uma geração que questionava os modismos e o transplante de idéias - *as idéias fora de lugar* – e sua inadequação ao cenário local, precisava pensar sozinha um diagnóstico e as alternativas. Deviam, defendendo o tradicionalismo ou a modernidade, formular as suas idéias.

A súpula de apresentação usada por Vicente Licínio Cardoso em *À margem da história da República*, editada pela primeira vez em 1924, referia-se ao conjunto de intelectuais que somavam suas experiências, diagnósticos e visões sobre os desafios brasileiros na ante-sala da crise da primeira República, reunidos na referida obra. Eram autores como Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Nuno Pinheiro, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Tristão de Athayde, Tasso Silveira, Ronald de Carvalho, Jonatas Serrano, José Antonio Nogueira e o próprio Vicente Licínio Cardoso. Usando a esta caracterização de maneira mais extensa, abrangendo o que acima denominei de ‘espírito de época’, poderíamos incluir, sem grande dificuldade, neste grupo nome de Roberto Simonsen. O que de comum permeia todos estes personagens é a angustiosa tentativa de entender os problemas que desafiam a construção da identidade brasileira, que todos eles percebem como espelhando um momento de crises e rupturas. Mais do que um problema meramente de ordem político-

²⁵⁰ Cardoso, 1981: 16.

institucional, a intelectualidade deste período percebia a profundidade e agudeza das mudanças que se processavam na história, cultura, economia e política de sua época.

Na senda progressiva das mudanças, aberta desde o século 18, onde *há um século a geração de nossos avós realizou a campanha gloriosa da Independência (...), a geração de nossos pais realizou depois a Abolição e instituiu a República: libertou, destruiu e semeou*²⁵¹, a consolidação desse processo, ainda inconcluso, caberia àqueles que viviam os novos tempos - *aos homens das gerações nascidas na República caberá, provavelmente, uma nova obra de construção difícil, mas fecunda. Tudo indica que deverão ser fixadas, no tempo e no espaço, o pensamento e a consciência da nacionalidade brasileira*²⁵².

Se Simonsen produziu suas idéias a partir de uma determinação histórica - a força de seu tempo, o mesmo momento que o toca é aquele que tocou seus contemporâneos, tornando comum e disseminada angústias, problemas e certas perspectivas. Assim as questões postas e propostas pelos autores de *À margem da República* são em muitos pontos similares àquelas desenvolvidas por Simonsen em sua obra. A identificação proposta tem como objetivo abrir espaço para analisar as influências, temas e métodos que vão estar presentes no trabalho de Simonsen e que tem procedência nos desafios do período. Da mesma forma, idéias e conceitos serão partilhados como uma mentalidade comum, comungando valores e escolas de interpretação. Deste amplo ambiente e ideário, cada corrente e autores criaria sua própria versão, fechando uma análise diferente e propondo soluções particulares.

O que há de comum na reflexão de Roberto Simonsen com os demais autores que lhe eram contemporâneos? A expectativa da mudança foi produto das alterações profundas provocadas pela Abolição, da experiência republicana e da transformação urbano-industrial. As três características somam um horizonte intelectual em que a capacidade de entendimento (ciência) e de transformação (trabalho) vão personificar uma nova forma de organização social. Esta conjugação ciência/ trabalho configura o que estamos denominando de *racionalidade* - um eixo de cruzamento entre as transformações culturais e as econômicas, de modernização da sociedade brasileira, e ela é não só a base do pensamento simonseano como também a linha mestra que dirigirá a maior parte de suas reflexões – incluindo os processos de seleção e encadeamento de temas e o ritmo de suas rupturas e projetos ideológicos.

²⁵¹ Cardoso, 1981: 13.

²⁵² Cardoso, op. cit.

3.3. A emergência do trabalho livre e o surto de urbanização

O ambiente onde ocorreriam experiências de vida e educação de Simonsen é fundamental para a definição dos valores e da visão de mundo que marcarão todo o seu pensamento e ação futura. Neste período de formação houve toda uma gama de eventos significativos que moldaram o seu caráter desde o ambiente doméstico até o espírito de sua época. São fundamentais porque modelaram a perspectiva racional (urbana e progressista) que jamais seria abandonada por Simonsen, funcionando como uma trilha da qual seus passos pouco se desviariam.

São três as influências mais marcantes detectadas nos anos de “formação” de Simonsen: a herança familiar e o valor do trabalho; a formação de engenheiro e o treinamento no uso da racionalidade técnica; o universo urbano - o dinamismo econômico e a questão operária. Conjugadas, possibilitam compreender os valores centrais do pensamento simonseano e a sua primeira frente de intervenção, atacando a questão do *ethos* do trabalho e a questão da racionalidade científica.

Conforme descrito no capítulo I, Roberto Simonsen nasce em posição privilegiada na pirâmide social da época. A herança familiar incluía uma descendência ligada à cultura e o poderio do Reino Unido (ingleses por linhagem paterna, e escoceses por linhagem materna). A imigração do pai era recente e com certeza a personalidade de Sidney Simonsen carregava traços representativos da cultura de seu país de origem. Nos negócios, na administração doméstica e na educação dos filhos, o racionalismo e o cálculo pragmático deveriam ter estado presentes. Do lado materno processo semelhante deve ter ocorrido e, bem cedo, Simonsen pôde ter o contato com um conjunto de valores muito distantes daqueles que caracterizavam a sociedade escravocrata do período, porque no Brasil, até o final do século 19:

desenvolveram-se valores e formas de comportamento característicos de sociedades agrárias aristocráticas: desvalorização do trabalho manual, fenômeno típico das sociedades escravistas; culto do lazer; espírito rotineiro: pouco apreço pelo progresso tecnológico e científico; relações de dependência: família extensiva; tendência à ostentação. Em conclusão: as condições de produção vigentes no período colonial nos primeiros séculos da colonização não foram de molde a favorecer o desenvolvimento

dos núcleos urbanos, nem a gerar valores ‘burgueses’ comumente associados ao fenômeno urbano europeu.²⁵³

Curiosamente, a influência familiar chegava a Simonsen espelhando as novas forças que se instalariam na sociedade brasileira do século 19, portadoras dos ventos da mudança. Destaca-se a figura do avô materno, Ignácio Wallace da Gama Cochrane, que maior influência teve sobre Simonsen²⁵⁴. A história da família Cochrane e a história de vida de Ignácio Cochrane, cabem perfeitamente como os exemplos de época. Primeiro, a marcha do café:

No início do século XIX, quando o café iniciou sua vitoriosa penetração no Vale do Paraíba, onde ia conquistar para o país o primeiro posto na produção mundial, acorreram àquelas regiões (...) homens de coragem, que assim se tornariam os pioneiros na abertura dos difíceis sertões dos ‘desertos das montanhas’(...) para ai desceram também os Nogueira da Gama, com seus bens, os seus escravos, as suas montarias, abrindo fazendas de café (e onde) nasceu Ignácio Wallace em Valença a 03 de outubro de 1836.²⁵⁵

Depois, a formação de Ignácio Wallace se desviaria da produção cafeeira e se dirigiria para um setor correlato, numa função necessária para a expansão cafeeira fora do seu núcleo produtor: a construção ferroviária, a engenharia urbana²⁵⁶, a administração. A fixação do pai de Simonsen na cidade de Santos, quase cinquenta anos depois, também seria marcada pela inserção na corrente econômica mais promissora da época, em posição complementar a de Wallace – a comercialização. Portanto, já no ambiente que o cercava desde cedo se nota a intimidade e o conhecimento das características e meandros do núcleo dinâmico da economia e da sociedade no período, de seus desdobramentos na nova mentalidade de negócios e no surgimento de uma estrutura urbana poderosa.

²⁵³ Costa, 1994: 200.

²⁵⁴ Dele herdou o gosto pelo gesto empreendedor, pela postura de inovação mesmo sob força de pressões contrárias, e o gosto pelo cálculo e pela habilidade de *industrializar* (no sentido colonial e arte e engenho de transformação) o real. Inspirava um sentimento de admiração por estar presente e acompanhar (agindo) a corrente transformadora e modernizadora da sociedade brasileira.

²⁵⁵ Simonsen, *Objetivos da engenharia Nacional* (1939), 1943: 78.

²⁵⁶ As atividades de engenharia e de administração do avô de Simonsen passavam pelo controle e direção de empreendimentos de grande porte e dimensões sociais e econômicas relevantes. Aproximavam-se do desenho que se formava em vários países da Europa, da modernidade urbana impulsionada pela marcha da industrialização e do capitalismo. Em discurso nos anos 40, Simonsen remetia a lembrança do avô à sua “*íntegra probidade profissional, claro espírito público, impecável linha de atuação*”, valores que ao lado da ação empreendedora e empresarial, guiaram a escolha da carreira e um modelo de vida pública e profissional. A visão de Wallace era técnica, cidadina e cosmopolita (no sentido de civilização ou cultura mundial), sem abdicar de utilizar seus conhecimentos na dimensão da vida pública. Fanganiello (1970), Lima (1976).

O mundo que se delineava na infância de Simonsen era o mesmo que alimentaria a explosão arquitetônica, e o surgimento das metrópoles que forçava a ruptura com o anterior pensamento tradicional ruralista. Dois fatos originais se somam, na herança familiar: o ganho, sob a forma da propriedade do trabalho individual, e a cultura do progresso, encarnado no uso da técnica como meio de transformação do meio natural. Quanto à questão do ganho, esboroava-se, em parte, a exclusividade fundiária como fonte de riqueza. Outros setores e novas atividades permitiam agora chances diferentes de enriquecer²⁵⁷. Entre estas o exemplo da mentalidade de “homem de negócio” aproxima-se em muito dos traços de cultura desenvolvidos na Inglaterra e que fundamentava a nova ética capitalista²⁵⁸.

As referências aos valores do trabalho e do progresso começaram a fazer-se sentir no Brasil a partir da segunda metade do século 19, motivadas por três transformações diferentes. A primeira surge em decorrência dos efeitos da primeira onda de pequenas indústrias manufatureiras criadas posteriormente à abertura dos portos em 1808²⁵⁹ e dos vãos mais audaciosos e elevados de empresários nacionais como Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), Luis Tarquínio, e os irmãos Antonio e André Rebouças, na segunda metade do século. Segundo Richard Graham estes e outros brasileiros ilustres, progressistas no campo econômico ou político haviam sido fortemente influenciados pela cultura britânica (e no campo político e cultural cita Joaquim Nabuco e Eduardo Prado). Em todos se podendo vislumbrar as *idéias que os impeliam: o capitalismo industrial, a virtude do trabalho, o valor da livre iniciativa, a idéia de companhia ou sociedades anônimas, a confiança no progresso e, ainda, uma vaga confiança na ciência*²⁶⁰.

A explicação para o aumento da influência britânica está diretamente condicionada à ampliação da base de comércio e, principalmente, no controle direto ou

²⁵⁷ Caio Prado Junior (1969) registra uma mudança de comportamento e de mentalidade que coincide com a proclamação da República. Na era republicana os indivíduos, diferentemente da época monárquica, voltaram suas atenções para atividades econômicas a fim de obterem rápido enriquecimento e lucros. Vários autores, Sodré (1976), Lima (1970), apontam a mesma tendência e que teve um expoente na forte especulação ocorrida durante o Encilhamento.

²⁵⁸ As análises de Cardoso (1964), Martins (1976), Sodré (1976), Silva (1980) e Fernandes (1987) passam em seus trabalhos pela influência dos imigrantes na formação do capitalismo industrial brasileiro. Embora o período que estudem seja (para alguns dos estudos) posterior ao que estamos examinando neste momento, a questão é muito próxima, pois enfoca o surgimento de uma mentalidade de negócios, diferente da cultura escravista e fundiária.

²⁵⁹ Um surto pioneiro (se é que se pode chamar um movimento de pequena dimensão de surto) já havia ocorrido no final do século 18, destruído pelo decreto do governo de Portugal.

²⁶⁰ Graham, 1973: 08.

indireto das operações fundamentais tanto para a manutenção da atividade de base cafeeira como aquelas que a suplementava no campo do comércio e da pequena produção fabril local²⁶¹. A importação de máquinas, engenheiros e técnicos operadores, aliado ao papel da Inglaterra na expansão ferroviária brasileira, na comercialização do café, na administração de capitais e empréstimos, na prestação dos serviços urbanos essenciais acelerariam o contato entre as duas culturas²⁶². Não é de admirar que na esteira de um contato tão estreito entre os homens que personificavam esse comércio de bens acabasse por ocorrer, também, a assimilação de valores mais próximos da cultura mais moderna e mais poderosa (compreensivelmente motivada por mimetismo ou pelo “efeito demonstração”). Em várias passagens de textos e matérias publicadas durante a viagem de Simonsen à Inglaterra (Missão à Inglaterra, 1919) aparece destacado o ensinamento do que poderíamos aprender com a observação da economia e da sociedade inglesa – um modelo para seguir:

Os membros da nossa Missão vão a Grã-Bretanha não a cata de representações ou visando um incremento provisório de relações commerciaes, mas sim, conhecer em seus largos traços os grandes progressos da industria ingleza, e ficarem habilitados a aconselhar quaes os productos e methodos possam ser aproveitados para a intensificação econômica do Brasil.²⁶³

Quando observamos o teor das informações passadas por Simonsen em seus artigos, acerca da referida viagem, é visível que, para ele, a matriz da experiência inglesa reside no *pragmatismo*, no cálculo racional (tão bem descrito por Weber), na aplicação de todo o conhecimento à utilidade da vida e dos afazeres que tornam a vida mais rica, no estímulo ao trabalho individual e à acumulação (também tão ao gosto de ingleses da cepa de John Locke ou Adam Smith²⁶⁴). Faz parte ainda das causas da grandeza inglesa o culto à liberdade - concebida aqui privilegiadamente como a liberdade do ‘trabalho’, ou seja, das

²⁶¹ Prado Jr. (1969), Sodré (1976), Lima (1970), Grahan (1973), Silva (1980), entre outros.

²⁶² *Os britânicos ajudaram direta e indiretamente, a iniciar a transformação do Brasil de uma economia agrária para uma industrial. Primeiramente construíram a maior parte do sistema de transporte do qual a indústria dependeria para o recebimento de matéria prima e acesso ao mercado consumidor. Em segundo lugar, grande parte da maquinaria industrial e suprimentos utilizados pelas indústrias brasileiras era de fabricação britânica e vendida através de uma cadeia de distribuição criada por eles. Em terceiro lugar, adiantaram não somente o crédito para financiar estas vendas, mas proviam constantemente o empréstimo de capitais que permitiam aos brasileiros fazerem investimentos em indústrias fabris. Em quarto lugar estão os técnicos que instalaram os equipamentos, dirigiam suas operações e ensinaram aos operários como trabalhar com eles* (Grahan, 1973: 132).

²⁶³ Simonsen, *Missão à Inglaterra* [1919], 1932: 66.

²⁶⁴ Também Bentham e Stuart Mill, com sua visão de uma sociedade que se pauta pela condição ou mensuração de sua capacidade responsiva pelo ideal de máxima felicidade individual.

livres possibilidades do agir criativamente sem impedimentos e que se desdobra no espírito das instituições inglesas (dupla articulação que caracteriza o liberalismo clássico). Simonsen defenderia a adoção do ideário inglês como meio a ser aplicado na construção de um espírito brasileiro, através da preservação de valores mais compatíveis com a idéia moderna de sociedade, em termos de riqueza material, cultural e política²⁶⁵.

A preocupação de Simonsen, no entanto, teve profundas raízes no solo e na história nacional, pois se adequou ao processo de transformação da estrutura econômica, das formas de organização produtiva e da utilização do trabalho. Para cada salto de desenvolvimento da economia uma nova onda de mudanças ocorria, gerando novas modificações e fazendo ruir velhas estruturas e projetando a necessidade de novas em substituição. Dentre aquelas que forçaram ou estimularam a variação do ideário sobre o trabalho está o rápido surgimento e crescimento das cidades.

A segunda transformação apontada é resultante do nascimento do universo urbano e de seus desdobramentos. Novos ramos na economia e oportunidades de negócios fomentariam o surgimento de camadas sociais inéditas, em especial de uma incipiente classe média. Nesta, os valores da iniciativa e dos ganhos do trabalho funcionavam como um substituto para o tradicional prestígio senhorial - impossível de ser alcançado por este grupo social, que não possuía capital social para tal²⁶⁶. Mesmo com exageros à parte (principalmente por conta da contribuição de estudos recentes que procuraram atenuar essa dicotomia tão rígida) não se pode ignorar, no entanto, que o fato percebido, alardeado e utilizado como base dos discursos no período era esse - o desprestígio do trabalho marcava a sociedade brasileira e a recusa de status para as atividades fora da órbita do patriarcalismo rural também. O surgimento de um setor dinâmico e proeminente na sociedade baseado em outra forma de

²⁶⁵ *Devemos amar as cousas nacionaes e nos esforçar para criar a alma nacionalista, confiantes em nossos valores e gratos à prodigalidade do meio que nos envolve (...). A escola em que estudamos offerece a grande vantagem de alliar em seus programas essa crença nacionalista à orientação tradicionalmente prática dos inglezes. Amemol-a por isso. A velha Inglaterra não se cansa de nos offerecer os exemplos diários da noção de liberdade: é, em nossos tempos, a maior democracia mundial do trabalho* (Simonsen, *Vida de estudante* [1920] 1932: 128).

²⁶⁶ *Nós, até 1888 e 1889, éramos uma Nação com uma determinada organização social, uma diferenciação de classes, definida. Tínhamos, de um lado, os senhores da terra, detentores das posições, e, do outro, o mundo dos escravos, sem direito algum e com o dever de trabalhar para o desenvolvimento da fortuna dos seus donos. A classe intermediária – libertos e apaniguados – ocupava os ofícios e as profissões manuais, atingindo, muito raramente, de ordinário pela cultura, pelo diploma de bacharel ou de doutor, as posições liberais e políticas* (Carneiro Leão In Cardoso, 1981: 21).

trabalho, a Abolição e o início da imigração, e a adequação de valores mais progressistas em consonância com o novo perfil urbano que emergia, contribuíram para acelerar a ruptura do período. Alguns autores ao problematizarem essa transformação vão buscar um retorno ou resgate de partes desse passado (Oliveira Viana, Gilberto Freire, Tristão de Athayde), outros procurando acelerar a rota do progresso (Azevedo Amaral, Roberto Simonsen)²⁶⁷.

Independentemente de recuar ou acelerar, havia um consenso sobre a crise pairando no ar. Ela era subsidiária de uma diversificação das ocupações da elite onde vários segmentos passam a lidar com atividades não ligadas diretamente ao cultivo do café ou de outras atividades latifundiário-escravocratas – basta lembrarmos que os capitais do café foram diversificados nas atividades industriais e comerciais²⁶⁸. Aqui haveria uma inovação na percepção do trabalho e da riqueza, fomentando uma nova ética do trabalho e dos empreendimentos capitalistas.

A herança da sociedade escravocrata contaminara a cultura do trabalho mesmo nas fases mais avançadas do século 19. No momento em que outras nações sofriam a radical transformação do indivíduo livre como aquele que trabalha, contribuindo para o progresso geral da comunidade, e não como um parasita à custa de privilégios no Brasil (como em outras nações de extração colonial, com o idêntico perfil econômico monocultor e escravista) o trabalho aparecia como abjeção:

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões, etc. afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo, o que era da maior importância diante de senhores/ empregadores, que viam os trabalhadores como ‘*coisa sua*’ (...) Com efeito, numa sociedade em que o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica ‘contaminava’ todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos.²⁶⁹

²⁶⁷ Dois textos escritos nos anos 30 e que pretendem recuperar o problema da transformação da sociedade brasileira, são exemplos formidáveis dessa dicotomia. Reconhecendo a mudança, Tristão de Athayde em *O problema da burguesia* (1935) lamenta a desumanização dos homens e da sociedade, ocorrida com o materialismo grosseiro da civilização industrial. Azevedo Amaral em *A aventura política do Brasil* (1935) descreve o mesmo processo de ângulo absolutamente oposto: a civilização que emerge na modernidade (sociedade política) é expressão do mais alto grau de evolução humana e social e só pode ocorrer depois das transformações propiciadas pela técnica e pela indústria.

²⁶⁸ Versiani (1977), Suzigan (1973).

²⁶⁹ Cunha, 2.000: 16.

O ideário da cultura tradicional rechaçava o trabalho e as atividades nas quais o “suor do corpo” fosse origem da produção:

na comunidade escravista dos meados do século XIX, o trabalho era considerado degradante, e nem mesmo a pobreza e a falta de recursos poderiam fazer com que membros de empobrecidas porém conceituadas famílias a ele se dedicassem (...) um observador estrangeiro anotou que ‘o trabalho é considerado degradante e os costumes da época ao invés estimularem o trabalho útil, procuram pelo contrário desestimulá-lo por todos os meios.’²⁷⁰

Na visão da nova cultura de negócios que surgia, o trabalho passaria a ser valorizado como uma fonte de dignidade - *o trabalho é a fonte perene da prosperidade pública e é não só digno de proteção, porém de extraordinária honra* (acepção expressa por Mauá); e da própria humanidade – *Quando Deus criou o mundo, Ele disse ao mundo: caminha; quando Deus criou o homem Ele disse ao homem: trabalha* (André Rebouças)²⁷¹. A mudança de ênfase acompanharia as novas formas de sociabilidade e cooperação das formas de produção. A estrutura do capitalismo então nascente não poderia conviver mais com as formas de ocupação pré-capitalistas do trabalho, até porque para a implantação histórica da produção moderna a relação de liberdade e a transformação do trabalhador em consumidor são peças fundamentais do modelo. Embora o processo de abolição tenha sido fortemente conduzido de fora para dentro – pela pressão do capitalismo inglês para a ampliação da órbita dos mercados consumidores – mesmo assim, os resultados seriam extremamente favoráveis ao ciclo de expansão da indústria nacional.

Além do motivo do tamanho do mercado, derivado da quantidade de pessoas que somadas aumentam as necessidades de consumo e estimulam a espiral produtiva, as atividades manufatureiras industriais precisam de um tipo especial de trabalhador, especializado, sem altos custos de imobilização de capital e capaz de responder a estímulos (coercitivos ou de convencimento) para ampliação do volume da produção. No entanto, este tipo de trabalhador não foi aquele que surgiu nos primórdios da industrialização brasileira. As

²⁷⁰ Graham, 1973: 219. A mesma compreensão sobre o fato tem Gilberto Amado, que indigitaria os efeitos perversos da associação entre trabalho e escravidão, e da falta de espaço para aqueles que ficavam a margem das duas grandes posições da época. Retomando uma assertiva de Joaquim Nabuco, diria que: *o fenômeno do funcionalismo (...) tem, a bem dizer, a sua origem na escravidão. Foi ela que, tornando abjeto o trabalho da terra, obrigou a encaminhar para os empregos do Estado os filhos dos homens livres que não podiam ser senhores e que não queriam ‘igualar-se’ aos escravos. Sendo o trabalho ocupação de negros, os mestiços e brancos julgar-se-iam desonrados nele* (Nabuco apud Cardoso, 1981: 56).

²⁷¹ Apud Graham, op. cit. p. 221.

primeiras manufaturas e depois as indústrias do surto de 1870 utilizaram o braço escravo para produzir e, até 1888, as primeiras empresas industriais brasileiras dividiam-se na utilização total ou parcial de escravos, ao lado ou não de trabalhadores assalariados. Qualquer que fosse o modelo, as condições trabalho e de vida dos primeiros trabalhadores industriais no país, poucas diferenças apresentavam da dos escravos. Por esse motivo, havia quase uma falta de incentivo e estímulo para a valorização das formas de trabalho assalariado, quer por parte dos trabalhadores nacionais, quer no grupo de trabalhadores imigrantes. Fausto²⁷² aponta esta questão como um dos itens na geração de uma corrente migratória para o sul do país, onde as condições climáticas e a semelhança de técnicas produtivas utilizadas com aquelas desenvolvidas na Europa (temperatura, relevo e tipo de plantas mais adequadas), atraíram os imigrantes. Pesou não só a possibilidade de conservação da pequena propriedade e da manutenção da agricultura de tipo familiar, mas também a rejeição da proximidade com as formas mais degradadas e pouco valorizadas do trabalho assalariado e de suas condições de execução e remuneração.

Esta situação, generalizada no Brasil do século 19, impedia a formação de uma cultura que valorizasse a identidade do trabalhador e o valor do trabalho. Por outro lado, a forma de extração de lucros sobre o escravo era diferente daquela que é possibilitada pelo mercado livre da força trabalho. A existência da escravidão impedia a formação também de um patronato capaz de entender a produção fora da esfera da dominação senhorial. Segundo Hardamn e Leonardi:

Certas empresas industriais não empregavam trabalhadores livres até meados do século passado. Outras utilizavam-nos apenas para os serviços especializados, sendo o trabalho mais pesado realizado exclusivamente por escravos. Isso acontecia tanto com firmas nacionais quanto com firmas estrangeiras.²⁷³

A cultura do aviltamento do valor do trabalho seria um dos primeiros empecilhos a serem afastados no caminho do capitalismo e da industrialização no país: *os processos racionais de organização do trabalho no modo capitalista de produção tornavam-se incompatíveis com a condição escrava do trabalhador*²⁷⁴. Até mesmo o problema da remuneração (o estranhamento ao pagamento de salários na forma monetária) entravaria o avanço das novas relações sociais e produção. E este estava, inevitavelmente, ocorrendo em

²⁷² Fausto (2000).

²⁷³ Hardman; Leonardi, 1991: 90.

²⁷⁴ Hardman; Leonardi, 1991: 93.

função da diversificação da estrutura econômica brasileira e do fenômeno crescente da urbanização.

Em 1920, falando como paraninfo aos alunos que se formavam no Ginásio Anglo-brasileiro, Roberto Simonsen apresentou uma visão bastante revolucionária sobre a ética do trabalho e a carreira de empresário (tema ao qual se referia como atividade de *negócios*). Usando inicialmente a comparação com o personagem de Charles Dickens, o usurário *Scrooge*, Simonsen pontua a dimensão positiva do trabalho como algo que se dá, cooperativamente, ao conjunto da sociedade, em oposição a uma ambição pessoal e mesquinha de acumulação. O trabalho é apresentado (ainda na sua versão particular, privatista, de ação privada que gera progresso público) como uma atividade que produz um ganho geral, expressando uma responsabilidade social e moral de todo homem²⁷⁵. O próspero engenheiro e empresário dirigia-se a indivíduos pertencentes às classes mais abastadas e em início de carreira, em pesados termos contra a aversão ao trabalho e a da busca de ‘confortáveis’ apadrinhamentos:

Ainda hoje assistimos aos esforços de muitos moços, para conseguirem confortáveis ‘encostos’ e, inconscientes, se vangloriarem por os haver obtido, não se lembrando que assim vivem às costas do próximo! O homem de consciência deve sentir-se (...) devedor com a sociedade em que vive; tem que retribuir o esforço empregado por tanto dos seus membros em servil-o, e contribuir de algum modo para trazer a colectividade algum novo factor de aperfeiçoamento. Eis porque os que não trabalham comettem um delicto social: apropriam-se do esforço alheio.²⁷⁶

Simonsen alude à noção de progresso como uma herança civilizatória²⁷⁷, que se constrói a custa do trabalho e do empenho de inúmeras gerações concatenadas. O desabrochar das condições modernas de produção e de produtividade (impossíveis de serem pensadas em outra época que não fosse a da *machina* e da *technica*) são produtos geracionais e coletivos. Não é um homem, mas o trabalho conjunto e organizado entre eles que permite alargar a

²⁷⁵ Que Simonsen aprofundaria mais tarde em direção ao espaço geral da sociedade – como tarefa de construção da Nação.

²⁷⁶ Simonsen, *Vida de estudante e luta pela vida* [1920], 1932: 125.

²⁷⁷ A elevação do trabalho, manual ou de qualquer tipo, operava na cultura ocidental que se difundia com o iluminismo, em uma vertente política, como negação do que caracterizava o *ancien régime*: *Quem come no ócio o que não ganhou por si mesmo rouba-o; e um homem que vive de rendas pagas pelo Estado para não fazer nada, não difere muito a meus olhos de um bandido que vive a expensas dos viajantes. Fora da sociedade, o homem isolado, nada devendo a ninguém, tem o direito de viver como lhe agrada, mas na sociedade, onde vive necessariamente a expensas de outros, deve-lhes em trabalho o custo de sua manutenção: isto sem exceção. Trabalhar é portanto um dever indispensável ao homem social. Rico ou pobre, poderoso ou fraco, todo cidadão ocioso é um patife* (Rousseau, apud Cunha, 2000: 14).

senda já aberta pelas gerações anteriores e adiantar ainda mais o estoque de bens e conhecimento herdados. Esta percepção vincula riqueza ao conjunto social e a atividade diligente, colocando cada individuo, em seu tempo, como elo receptor de uma herança para a qual deve moralmente, como membro da comunidade, contribuir. O trabalho não é vil, nem específico de camadas inferiores. É o epicentro do progresso e a própria e melhor expressão da condição social do homem – sua realização.

Todo o homem que se preza deve ter a preocupação de dar à sociedade, no mínimo, o equivalente do que della recebe. Esta é verdadeira compreensão do trabalho. Os que consideram o trabalho um pesado encargo ignoram que elle é a condição essencial da felicidade na vida: encerra em si mesmo a sua recompensa. Toda a acção profissional deveria, portanto, ser dirigida com esse duplo escopo: desobrigar-se em relação à collectividade dos serviços que se recebe e criar. À luz desse princípio, todos os elementos da actividade se ordenam facilmente em seus valores relativos, e o trabalho deixa de ser considerado como pesado fardo imposto à humanidade para seu castigo. Na verdade, devemos nos convencer de que nascemos em débito para com a sociedade. E com essa noção, os parasitas sociaes assumem para nos o mesmo papel, nos tempos idos, os pagãos não lavados do peccado original representavam para a religião.²⁷⁸

Além da defesa do trabalho como uma expressão da civilização e do progresso, portanto moderna, Simonsen colocaria em evidencia e destaque a ação do trabalho para outras novas áreas da economia e outras profissões, ainda desprestigiadas na sociedade brasileira em função de seu ranço, contrário às atividades não ligadas a propriedade da terra. Se o ideal fundamental da anterior tradição do século 19 era a condição de fazendeiro, a nova experiência no olho do furacão das transformações do século 20 trazia para a ribalta os empreendimentos comerciais, industriais, técnicos e não mais apenas aqueles ligados ao universo agrícola²⁷⁹. É por esse viés que podemos explicar a incisão e repetição argumentativa de Simonsen quanto ao valor dos *homens de negócios* e a profissão do engenheiro – tomada como antípoda ao bacharelismo liberal que pouco tinha a contribuir com uma sociedade que se exercitava na diversificação produtiva: em especial na indústria, no setor de infra-estrutura e construção civil e no comércio voltado para o mercado interno.

²⁷⁸ Simonsen, *Vida de estudante e luta pela vida* [1920], 1932: 125.

²⁷⁹ Em parte o esforço de Simonsen poderia ser entendido como uma resposta, na história do capitalismo brasileiro, à indagação que orienta o trabalho de Hirschman em *As paixões e os interesses*: descobrir como foi que o comércio, as atividades bancárias e outros empreendimentos rentáveis similares passaram, em um certo momento da idade moderna, a ser considerados atividades dignas, após terem sido condenados e desprezados durante vários séculos sob o nome de ambição, amor do lucro e avareza (Hirschman, prefácio, 1979).

A prática dos negócios, mais que qualquer outra ocupação, alarga as vistas aos profissionais, porque abrange uma variedade de questões que incessantemente se renovam e se transformam: questões de técnica da produção, de finanças públicas, de política, e questões sociais.²⁸⁰

Em terceiro lugar, a forma de produção exigida pelo café, os vínculos estabelecidos com setores correlatos, o tipo de agilidade e volume de capital, os laços com a questão financeira e com o circuito mais competitivo de comercialização, criaram uma transformação interna da atividade cafeeira, acelerando a sua transmutação em empresa moderna e competitiva. Os antigos fazendeiros do café acabariam por desenvolver uma nova concepção de seu trabalho:

A prosperidade da nova era cafeeira pôs em evidência um novo grupo de homens. Os grandes plantadores de café não eram dominados por tradições de um passado senhorial, porque eram originários de um pequeno e relativamente desfavorecido grupo de lavradores e comerciantes. Com entusiasmo de homens que ambicionavam um futuro melhor, empregavam todas as suas energias no cultivo das terras, impiedosamente fazendo com que seus escravos trabalhassem de sol a sol, pedindo empréstimos aos bancos, lutando pela conquista de terras, adquirindo outras, caminhando sempre para o oeste. Tinham suas propriedades como capital e não como objetivo para alcançarem uma posição social. Suas aquisições objetivavam a produção de riqueza, e se os métodos antigos não produzissem os melhores resultados compensadores, tentavam novas técnicas.²⁸¹

Na fermentação econômica do café paulista uma metamorfose essencial ocorrera: agora *estes agricultores eram empresários agrícolas*. O ambiente empresarial invadira definitivamente a estrutura de produção mais pertinente ao modelo colonial. Não queremos com isso eclipsar, nem por um instante sequer, o fato de que a economia cafeeira, tanto quanto a economia canavieira do ciclo anterior, estarem definitivamente inseridas no modelo de produção capitalista. No entanto, a utilização da mão de obra assalariada, no lugar do braço escravo, a racionalização da produção diante da necessidade de financiamento externo ao sistema (crédito bancário e internacional), a crescente luta contra a concorrência mundial e o repasse de capital para insumos, produtos e serviços que alimentavam a cadeia produtiva do café, forçaram a atividade cafeeira a adotar estratégias de organização de maior proximidade com o universo industrial. Até mesmo a questão da introdução de inovações técnicas (procedimentos de análise e correção do solo, irrigação, melhoria e apuramento de sementes, aperfeiçoamento de técnicas de cultivo, etc.) e da intensificação da invenção e do uso de

²⁸⁰ Simonsen, *Missão à Inglaterra* [1919], 1932: 60.

²⁸¹ Graham, 1973: 39.

máquinas, associava à cultura cafeeira uma feição e um ritmo industrial. Não é a toa que vemos em vários textos, Roberto Simonsen defender a racionalização e a administração científica aplicada à produção agrícola, como se o procedimento fabril pudesse ser para ali transplantado e implementado, já que a produção agrícola comportava-se, de maneira muito aproximada, a uma fábrica.

A agricultura, além da matéria prima forneceu grande parte dos capitaes para as iniciativas industriaes naquelle paíz, onde por outro lado, ella tomou grande desenvolvimento e grande efficiencia graças à utilização das machinas, dos processos de organização do trabalho e das pesquisas scientificas que a industria lhe ensinou. ²⁸²

Não era apenas o surgimento da economia industrial que impulsionava a defesa de Simonsen sobre a ciência, a técnica, a racionalidade, o trabalho e o valor das iniciativas empreendedoras. Era a própria economia enquanto um sistema integrado que caminhava inexoravelmente nessa direção. Somando-se as dimensões, a economia brasileira como um todo, a partir das primeiras décadas do século 20, experimentaria a transformação do “mundo do trabalho” e do “mundo da produção”:

Chegamos à era do industrialismo, depois de uma elaboração secular. A grande machina social move-se pela força impessoal da oferta e da procura e o grande esforço cooperativo que isso representa é um dos maiores productos da humanidade e um dos seus mais custosos e altos refinamentos, pois é ahí que a intelligencia lúcida do homem tem de actuar mais intensamente. ²⁸³

E este processo se tornaria mais agudo conforme se tornasse mais rápida a marcha da transformação, para a qual o surgimento das massas urbanas seria fundamental. O crescimento das cidades, entre o final do século 19 e início do século 20, deve ser entendido como resultado e causa. É resultante da dinâmica gerada pela diversificação produtiva e mudança do padrão econômico com o crescimento das atividades industriais, do surgimento do operariado, das classes médias e de novas forças sociais. E, simultaneamente é causadora da implosão da anterior ordem vigente, motivada pelo deslocamento da força econômica e pelo surgimento dos conflitos de reajuste das novas tensões políticas – uma crise de hegemonia e a necessária readequação ideológica, espaços nos quais os conflitos entre capital e trabalho (incluindo a elaboração de um discurso normatizador) serão fundamentais em importância.

²⁸² Simonsen, 1928: 10.

²⁸³ Simonsen, *Missão à Inglaterra* (1919), 1932: 58.

3.4. Explosão urbana e a questão operária

O novo cenário que contém as experiências formadoras do pensamento simonseano engloba as transformações da paisagem citadina – com o surgimento de novos serviços, arquitetura, cultura – e que se desdobrarão no aparecimento de uma nova perspectiva científica e inéditas áreas de saber, afastadas do bacharelismo e próximas de uma intervenção prática e material do mundo. A área que por excelência espelhava o movimento do final do século 19 e início do século 20 era a engenharia, profissão que mais imediatamente alterava a paisagem natural e das cidades e que mais intimamente associava-se à valorização da técnica, da máquina e da habilidade humana de transfigurar o mundo²⁸⁴.

Incorpora também os novos atores sociais e seus conflitos latentes, como é o caso do operariado. Embora este tema já tenha sido tratado anteriormente neste trabalho, a perspectiva que se adota neste ponto é sobre *como* o tema do conflito entre capital e trabalho *entra* no pensamento de Simonsen e como a questão da racionalidade incide sobre ele, orientando a resposta dada pelo autor. A hipótese é que além de entender o movimento operário como um desafio que colocava em risco a acumulação capitalista e, portanto, ter sido obrigatoriamente tratada por Simonsen (que nela se colocou tanto enquanto empresário privado quanto como representante das demandas do setor), a visão simonseana passa essencialmente por outro viés – o do planejamento da esfera produtiva no qual o trabalho e o capital ocupavam lugares determinados.

Como fenômeno de explosão urbana são considerados os efeitos oriundos do súbito e drástico aumento da população brasileira e sua concentração nas cidades – perfil oposto ao modelo de dispersão populacional no modelo agrícola. Nas três últimas décadas do século 19 a população brasileira cresceria em ritmo acelerado. Quando o país vira a década de 1920, a população havia triplicado em apenas cinquenta anos²⁸⁵. Quanto ao crescimento das

²⁸⁴ Schwartzman, 1997. Na mesma época a medicina daria um salto em sua estruturação. O esforço de controle de endemias e a Reforma Sanitária apontavam para o enorme alcance que o conhecimento científico permitiria sobre o domínio da natureza e da matéria. A mudança da auto-concepção da medicina enquanto ciência estenderia seu horizonte de reflexão sobre a natureza biológica e sobre muitos dos aspectos sociais do homem (daí sua interface com os estudos da antropologia). De comum, entre as áreas médicas e a engenharia, o impulso fundamental do binômio saber/ controlar.

²⁸⁵ Dados do primeiro Censo de 1872 davam o total da população como sendo de 9.930.478 pessoas; e em 1900 a contagem da população saltara para 17.438.434 pessoas – um crescimento da ordem de

cidades, a dinâmica do café e a centralização das atividades de administração pública, comércio, finanças e indústria nascente beneficiariam as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A urbanização também atingiria com força a cidade de Santos, escoadouro da riqueza cafeeira do estado de em São Paulo. Simonsen afirmaria em 1932 ser a cidade de Santos *um dos maiores centros de negócios do Brasil* ²⁸⁶.

Este processo, ocorrido em sua maior parte durante a infância do autor, anteciparia para o ambiente santista vários dos conflitos mais importantes do movimento do desenvolvimento econômico e metropolitano. Entre eles o colapso da antiga estrutura citadina e dos serviços urbanos, a nova paisagem social, pontuada de áreas e bairros que espelhavam classes e profissões diferentes, o surgimento de novas instalações necessárias à expansão econômica, o crescimento e transformação dos meios de comunicação e, principalmente, a experiência física e política do operariado.

A reforma urbana que atingiu Santos era simultânea e semelhante àquelas da capital federal e da cidade de São Paulo. O colapso de abastecimento de água, a questão da energia, transportes públicos, pavimentação e saneamento, obrigavam as administrações públicas ao esforço de redesenhar a cidade e sua infra-estrutura. Este fato é sentido no novo re-direcionamento que sofria a engenharia no Brasil. As primeiras escolas de engenharia do país eram militares, dirigidas para os esforços extemporâneos dos períodos de guerra, emergenciais ou estratégicos (como as grandes construções, que emergiam como arquitetura de defesa ou de logística: pontes, fortes, faróis, fortalezas, castelos)²⁸⁷. As demais construções eram privadas, erguidas pelo esforço de seus donos e, no máximo, administradas por mestres de obra (espécie de artesões construtores). Já no Império, a expansão econômica que se verificava com o surto do café provocou um deslocamento da finalidade da engenharia para o

175,0% em apenas três décadas. Em 1930 a população brasileira chegava a 30.635.650 pessoas (Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. IBGE, Rio de Janeiro, volume 56, 1996).

²⁸⁶ Simonsen, *Missão à Inglaterra* (1919), 1932: 59.

²⁸⁷ Dados extraídos de Vargas (1994) e Motoyama (1994).

problema das construções ferroviárias²⁸⁸, responsável pelo escoamento na produção cafeeira.

O impacto transformador era pontuado por Simonsen nestes termos:

O café (...) ao lado das economias que formavam, alinhavam-se os capitais importados, atraídos pelos altos proventos dessa cultura. De 1888 a 1901, a grande imigração duplicou a população do Estado. Em tal ambiente, a nossa engenharia sentiu-se cada vez mais presa às construções ferroviárias, que se alastravam, para satisfazer, as necessidades do escoamento da preciosa rubiácea. Os novos núcleos de povoação reclamavam incessantemente, obras públicas, abastecimentos d'água, esgotos, iluminação, calçamentos, etc. Cresciam, também, paralelamente, os quadros do funcionalismo técnico. Em consequência, as ferrovias, as obras públicas e o funcionalismo passaram a absorver as atividades da maioria dos nossos colegas.²⁸⁹

A formação de Ignácio Wallace e sua inserção profissional ocorreram no bojo da revolução dos trilhos e da experiência administrativa adquirida na resolução dos problemas urbanos de infra-estrutura da cidade de Santos, ambas devidas à expansão cafeeira. E é a essa conjuntura especial, gerada pelo dinamismo do café, que parte considerável do conhecimento técnico acompanhará o surto de desenvolvimento de novas técnicas e o surgimento de novas áreas de conhecimento. Simonsen atribuiria duas consequências importantes: a primeira no plano geral das idéias (inclusive políticas),

a elite cultural, que se formou no Rio de Janeiro, no século XIX, só se tornou possível com o progresso material da cidade. A formação cultural paulista, que nos deu as grandes figuras republicanas, deriva do surto cafeeiro.²⁹⁰

A segunda, no aspecto especificamente técnico e na formação de uma nova percepção para a ação da engenharia, conforme destacado anteriormente:

A nossa Escola Politécnica, fundada na última década do século XIX, época memorável do aparecimento entre nós, dos primeiros capitais de vulto, oriundos do enriquecimento pelo café, prepararia engenheiros, que iriam dedicar, principalmente, às construções ferroviárias, a principal necessidade reclamada pela expansão da cafeicultura, e às obras públicas, impostas pelas novas cidades, que repontavam de toda parte.²⁹¹

²⁸⁸ Segundo dados coletados por Love houve um crescimento acelerado das ferrovias paulistas entre 1870 e 1937: em 1870 eram 139 km de linhas férreas construídas; em 1880, somavam 1.212 km; em 1890, 2.425 km; em 1900, 3.373 km; em 1910, 4.825 km; em 1930, 7.099 km e em 1937 a malha ferroviária paulista possuía 7.420 km (Love, 1982: 235). Ou seja, os quase 7.300 quilômetros de trilhos geraram, com certeza um aumento significativo da demanda de conhecimento e profissionais na área de engenharia. *A criação das escolas de engenharia (...) ao final do Império, e a integração dos engenheiros no mercado de trabalho, nas áreas do serviço público, nas comissões oficiais e, principalmente, nas ferrovias, são indicadores de um período no qual valorizava-se a atividade da engenharia, agora mais integrada às necessidades econômicas do país* (Vargas, 1994: 153).

²⁸⁹ Simonsen, *Objetivos da engenharia nacional* [1939], 1943 (A): 84.

²⁹⁰ Simonsen, *Objetivos da engenharia nacional* [1939], 1943 (A): 83.

²⁹¹ Simonsen, op. cit.

Mas além de ferrovias, que resolviam os problemas das ligações territoriais internas, o café precisava da via de saída para seus mercados internacionais. A construção e depois ampliações subseqüentes do Porto de Santos²⁹² são parte integrante da malha produtiva mercantil-exportadora. Há um novo desafio para a engenharia brasileira agora se deslocando para a construção civil (ramo abraçado por Roberto Simonsen nos anos de 1910). Portos, avenidas, fábricas de grandes dimensões, prédios de administração, bairros inteiros passariam agora pelas pranchetas e cálculos racionais dos engenheiros. A perspectiva nascente era disciplinar o espaço social e integrá-lo à onda de expansionismo econômico. A percepção de uma nova tarefa histórica de construção dos espaços sociais – da economia à paisagem urbana – cabia àquele grupo de profissionais que se encontravam armados com as ferramentas da ciência para tal. Assim, Simonsen diria da função esperada dos engenheiros:

Nos grandes problemas de reconstrução, que se agitam pelo mundo, não é aos profissionaes de nosso ramo que cabe a tarefa mais árdua e mais ingrata? () Por toda a parte porfiam os engenheiros. Com as exposições de trabalhos technicos que surgem em todas as agglomerações com a árdua propaganda, por conferencias e publicações, procuram elles influir junto aos Governos acenando-lhes com uma directriz segura em substituição a desorientação em que se debatem.²⁹³

A engenharia como um dos ramos mais aplicados da ciência no período e com vínculos mais imediatamente reconhecíveis com as demandas da indústria (a revolução técnica por excelência) e da urbanização (os sintomas mais imediatos da transformação do antigo mundo patriarcal-rural em moderno), permitia a estes profissionais pensarem a situação da mudança como um todo: paisagem e cidade, homem e sociedade, recursos e instrumentos, opulência e penúria, passado e futuro. Mais tarde a divisão que se processaria através da contínua diferenciação e especialização das ciências (separando com mais rigor os objetos e métodos das ciências naturais e exatas das ciências sociais e humanas) retiraria esta propensão (ou pretensão) da engenharia e a entregaria nas mãos dos economistas, administradores (públicos e privados), sociólogos, etc. Na época da formação profissional de Simonsen a interseção ou baixa diferenciação entre estas áreas permitiria aos profissionais da engenharia

²⁹² A ferrovia entre Santos e São Paulo fora inaugurada em 1867, e o [porto de Santos](#) só começou a existir oficialmente como porto organizado em fevereiro de 1892, quando o primeiro trecho de cais foi inaugurado pelo navio inglês *Nasmyth*.

²⁹³ Simonsen, *A profissão do engenheiro* [1920], 1932: 108. Em 1944, em *A engenharia e a indústria*, Simonsen reafirmaria a predisposição racional e organizadora do engenheiro em seu trabalho de aumentar sempre os limites da produção: *não esqueçamos a expressão prática norte-americana de que o 'engenheiro faz por um dólar o que os outros fazem por dois*, atribuindo a este profissional o uso da capacidade racional do capitalismo (Simonsen, 1944 (A): 21).

que se propusessem à reflexão sobre as questões mais gerais da sociedade brasileira. Sobre a participação dos engenheiros nos debates sobre os rumos da sociedade brasileira no período aqui estudado, há a seguinte afirmação em *À margem da história* (onde encontramos entre vários bacharéis em direito – origem da maioria dos pensadores entre o século 19 e o início do século 20 – alguns ‘topetudos’ engenheiros nos domínios dos estudos sociais).

A era dos 20 assinalou a presença de engenheiros, não chamados ainda a resolver problemas estritamente tecnológicos como agora, mas atraídos pelo desejo de estudar e explicar os problemas sociais em seu conjunto.²⁹⁴

De novo, a tradição familiar de Simonsen e a sua infância coincidiam com este processo. Presenciou a reflexão de seu avô sobre o relacionamento entre as questões da engenharia e os problemas sociais que por ela deveriam ser solucionados através do exercício da administração pública (que se originara, por sua vez, na própria experiência profissional de Cochrane: da engenharia aplicada à construção das malhas ferroviárias e, posteriormente, o ingresso na administração pública santista). O caminho trilhado por este velho engenheiro guiava-se pelas mudanças estruturais das cidades e pelas demandas ali nascidas.

Quanto à cidade de Santos, a zona portuária teria um enorme impulso em seu crescimento demográfico e da extensão urbana estimuladas pelas atividades e oportunidades de negócio que a caracterizavam como o segundo pólo econômico paulista, depois de Campinas (núcleo da economia-café no final do século 19), como demonstram os dados apresentados na tabela 1. Entre 1885 e 1938 a renda auferida pela cidade de Santos seria a segunda maior do estado, e não sendo caracterizada por uma economia produtora direta (nem a atividade agrícola e nem a atividade industrial caracterizam a economia santista), a riqueza derivava das conexões privilegiadas com a economia-café (escoamento, comercialização, burocracia) e de um universo urbano em expansão que dinamizava os serviços, a construção civil, e o comércio.

No mesmo compasso em que a cidade de São Paulo passava por profundas transformações econômicas e sociais decorrentes da expansão da lavoura cafeeira, esta geraria reflexos imediatos na economia santista. A disseminação do cultivo do café para o interior do estado de São Paulo (como, por exemplo, a dinâmica da cidade de Campinas) ampliava o volume e o valor da produção, redundando em exigências de infra-estrutura que beneficiavam

²⁹⁴ Cardoso, 1981: 05.

Santos, como a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí (1867), acelerando o ritmo da expansão e crescimento da cidade de Santos (destino final da cadeia produtiva paulista).

O crescimento populacional fazia de São Paulo uma cidade que tinha de trabalhar com desafios e inovações muito antes das demais. Conforme salienta Ianni (1982), uma parte da história brasileira, vinculada com o novo e a idéia de progresso, havia se deslocado desde a segunda metade do século 19 para São Paulo. Com o crescimento vertiginoso da cidade na virada do século (apresentando uma população de 239 mil habitantes) surgiram as primeiras linhas de bondes, os reservatórios de água e a iluminação a gás. São Paulo demonstrava a opulência de sua economia através de uma radical transformação do espaço urbano²⁹⁵ e na reconstrução da história do Brasil a partir da saga paulistana²⁹⁶.

Nas duas últimas décadas do século 19 (período da infância de Simonsen), a riqueza da capital do café era expressiva, mas das outras cidades do estado de São Paulo, Santos era aquela que mais se beneficiava dessa dinâmica²⁹⁷, ficando na frente mesmo dos municípios com relevante posição na produção cafeeira.

Tabela 2 - Classificação dos Municípios Paulistas 1885/1938 (por renda)²⁹⁸

1885-1886			1896		
Município	Renda	Zona	Município	Renda	Zona
Capital	338	Capital	Capital	3.864	Capital
Santos	209	Litoral Sul	Santos	1.997	Litoral Sul
Campinas	82	Central	Campinas	1.049	Central
Taubaté	34	Vale Paraíba	Taubaté	442	Vale Paraíba
Mogi-Mirim	29	Mogiana	Ribeirão Preto	428	Mogiana

²⁹⁵ Em 1891 surge a Avenida Paulista (símbolo até hoje do poderio econômico da cidade e do estado), em 1892 é construído o Viaduto do Chá e em 1901 é construída a Estação da Luz (estação paulistana da São Paulo Railway), representando marcos urbanísticos e expressões de uma cidade que assumia uma identidade moderna e metropolitana. Em 1911 a cidade ganharia o seu Teatro Municipal (obra do arquiteto Ramos de Azevedo), adicionando mais prestígio a demonstração física da riqueza paulista.

²⁹⁶ A construção da memória paulista nesse período pode ser analisada a partir da tese de T. Ranger e Hobsbawm, *A invenção das tradições* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997). A glória paulista foi fruto de uma re-elaboração ou re-invenção da história brasileira, evidenciando o papel dos paulistas nos mais formidáveis lances de constituição do país – na formação da territorialidade com o desbravamento bandeirante, com a pujança econômica do café e com a formação da nação republicana. A identidade paulista que se formou ao final do século 19, embora com base no ideário de um passado tradicional e nobiliárquico, seria avançada no século 20 quando absorveu também a tese de berço do progresso, de locomotiva industrial.

²⁹⁷ Em 1920 a capital paulista contava com 593 mil habitantes, enquanto a cidade de Santos era a terceira maior população do estado: 102 mil habitantes contra 115 mil de Campinas (os demais municípios estavam muito abaixo desse número).

²⁹⁸ Colocação dos doze primeiros municípios, em contos de réis (valor corrente, arredondado).

Amparo	26	Mogiana	São Carlos	297	Baixa Paulista
Rio Claro	25	Baixa Paulista	Piracicaba	252	Central
Pindamonhangaba	23	Vale Paraíba	Amparo	248	Mogiana
São Carlos	21	Baixa Paulista	Sorocaba	236	Central
Itu	20	Central	Guaratinguetá	174	Vale Paraíba
Capivari	18	Central	Jaboticabal	174	Baixa Paulista
Limeira	18	Baixa Paulista	Itapira	165	Mogiana
Total província	1.243		Total Estado	13.423	

1920			1938		
Município	Renda	Zona	Município	Renda	Zona
Capital	25.563	Capital	Capital	150.601	Capital
Santos	7.085	Litoral Sul	Santos	18.080	Litoral Sul
Campinas	2.040	Central	Campinas	6.925	Central
Ribeirão Preto	1.256	Mogiana	São Bernardo	3.298	Capital
Bauru	921	Alta Paulista	Marília	3.103	Alta Paulista
Amparo	832	Mogiana	Ribeirão Preto	2.823	Mogiana
São Carlos	754	Baixa Paulista	Sorocaba	2.273	Central
Araraquara	718	Baixa Paulista	Piracicaba	2.066	Central
Taubaté	576	Vale do Paraíba	Araraquara	2.057	Baixa Paulista
Sertãozinho	561	Mogiana	Jundiaí	1.900	Central
Jaú	553	Araraquarense	Rio Preto	1.652	Araraquarense
Sorocaba	497	Central	São Carlos	1.604	Baixa Paulista
Total província	60.322		Total Estado	269.769	

Fonte: Love, 1982: 54/55.

No cômputo geral da riqueza, a onda da prosperidade paulista chegava com força à cidade de Santos. O desabrochar do progresso, que Simonsen observava na infância aparecia como tendo um motor próprio – um desdobramento do café, que mesmo produzido em áreas distantes acabava sua cadeia no porto de Santos. Ali, na cidade, o comércio, as finanças e os negócios apareciam como fontes cosmopolitas e modernas de acumulação. Esta impressão aliava-se ao exemplo do trabalho e das diligências profissionais como origem da riqueza material. Não haveria de revelar também o seu oposto, a ética do trabalho, ao espírito curioso e já imbuído dos modernos valores liberais de Roberto Simonsen.

Para um homem da geração de Roberto Simonsen, nascido em meio a uma cultura que recendia a trabalho escravo, moldando servidão de um lado e negação das atividades produtivas de outro, seu empenho expressava um combate à permanência da desvalorização da cultura do trabalho em nossa sociedade. Na sua história pessoal podemos vislumbrar o

respeito e o empenho que Simonsen, desde criança, votou à questão da formação intelectual²⁹⁹.

Para Simonsen, crítico do *bacharelismo* que grassava nas camadas dominantes em sua juventude, o conhecimento deveria ser prático, voltado para a transformação da realidade, para a geração de progresso. Conhecimento e trabalho seriam para ele sinônimo de civilização. Procurava atribuir a cada profissão, incluindo as técnicas, a valorização de sua “alma” particular, encarada sempre como um sistema integrado e funcional da divisão do trabalho, bem como referenciá-las, sempre, ao conteúdo de uma ética social. Todo trabalho deveria estar voltado para o aumento de bem-estar do conjunto da sociedade.

Por outro lado, utilizava argumentos centrais do liberalismo: cada homem vale o que vale a sua capacidade. A igualdade é de oportunidade e de responsabilidade pessoal. A ética do trabalho anteriormente descrita impelia os indivíduos a se realizarem através do trabalho. E mesmo que os resultados entre os trabalhadores fossem diferentes, esta diferença (que é encarada como natural) estimularia os homens a perseguirem um ponto para além do teto de sua produção hoje. Se tal ocorre-se, o patamar geral da riqueza se elevaria, o ganho individual poderia também elevar-se – e, no geral, ganharia o sistema (que estendeu os limites da produção), o indivíduo (com aumento na fortuna pessoal) e a lógica da motivação para o trabalho.

A desigualdade não é vista pelo pensamento liberal como um problema, mas como um meio natural de estímulo à prosperidade. Ela faz parte de um processo e é o seu mecanismo de sustentação, pois é através da busca da riqueza individual que são empreendidos os avanços e inovações que sustentam o ritmo do crescimento econômico (...) as diferenças do nível de distribuição do bem-estar entre os indivíduos aparecem legitimadas pela idéia de igualdade de oportunidades. Estando aberto a todas as possibilidades do enriquecimento individual, e mesmo que um indivíduo não atinja a fortuna própria, haverá o paliativo de uma elevação relativa do bem-estar que é dada pela elevação da riqueza total da sociedade enquanto um efeito multiplicador. Em outros termos, se a sociedade como um todo se torna mais rica, haverá um aumento relativo do bem-estar de todos os cidadãos. Se a sociedade empobrecer haverá um declínio do bem-estar relativo de cada cidadão.³⁰⁰

²⁹⁹ Segundo várias passagens em suas biografias, a opção de morar com seu avô, o gosto pela contabilidade enquanto ferramenta extremamente necessária à educação moderna (lembrando que a questão da eficiência, enquanto uma relação fundamentada no custo *versus* benefício, será posteriormente largamente utilizada por Simonsen em todas as áreas de conhecimento), o empenho na absorção de conhecimentos técnicos enquanto aluno da Escola de Engenharia Politécnica de São Paulo, são todos exemplos de uma mente atenta ao problema do saber e do trabalho. Fanganiello, Lima (1976). Fonseca (1952) e Amzalak (1944).

³⁰⁰ Cepêda, 1988: 186.

Assim, ao problema dos conflitos entre capital e trabalho propõe a fórmula da diferenciação salarial. Cada trabalhador é uma individualidade, quem os transforma em categoria abstrata em geral são os patrões (na sua versão menos racional), que querem nivelar os salários por baixo, e os sindicatos e movimentos operários, que crescem politicamente na mesma proporção em que transformam as condições de trabalho e salários numa variável única e aplicável a todos os trabalhadores. Pelas técnicas modernas da administração científica, o trabalhador deve ser diferenciado pelo seu trabalho e, na justa proporção deste, deve receber um salário maior ou menor. Tal procedimento é um estímulo à produtividade e uma quebra da solidariedade genericamente fornecida pela exploração. No mesmo sentido, Simonsen procura defender que a elevação da produtividade é um ganho *para o trabalhador*. Somente se esta ocorrer poderá haver aumento de salários e uma generalização sistêmica do progresso.

a solução está no aumento do ganho médio, e esse aumento de ganho médio está ligado ao aumento da eficiência do trabalho e, portanto, aos problemas principais da formação da nossa nacionalidade, organização do nosso aparelhamento econômico, moeda sã e crédito abundante, higiene e instrução.³⁰¹

Não custa lembrar que desde a década de 1910 Roberto Simonsen propugnava abertamente que parte das causas da expansão econômica norte-americana provinha da administração dos tempos-e-movimentos, da introdução das esteiras, da definição *quantitativa* da eficiência individual e geral do trabalho operário, mas que se originava também na padronização de medidas e formatos, possibilitando o salto para a produção de escala e sua adequação a qualquer mercado:

Nos países industrializados, apontam-se, como principais objetivos da normalização, o estabelecimento de especificações de qualidade, para materiais, equipamentos e produtos; a unificação nos métodos e experiências de laboratórios de ensaio e pesquisas (...) racionalizados para que possam ser fabricados com um mínimo de material, no menor tempo.³⁰²

A tese que sustenta este posicionamento é a da concepção dos salários como uma variável da produção. Para o pensamento econômico clássico, desde Smith, o salário tem um preço (da subsistência do trabalhador e sua família) e sendo uma mercadoria que compõe a

³⁰¹ Simonsen, 1928: 17.

³⁰² Simonsen, 1943 (A): 230. No Brasil, um de seus esforços orientou-se para a criação de normas técnicas de produção, que resultou na criação em 1940 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) *abrangendo em seu quadro 65 órgãos oficiais, 103 sócios coletivos e 367 individuais* (Simonsen, *As indústrias e as pesquisas técnicas*, 1941 [1943]: 228).

cadeia produtiva (um custo) deve, como qualquer outra mercadoria, comportar-se segundo as leis do mercado. Não só em função de aceitar que o nível dos salários possa refletir, através de seu preço, a escassez ou abundância de trabalhadores, mas principalmente *que os preços oscilem*, sejam variáveis conforme a variação do conjunto da produção. O grande problema de transformar o salário e os direitos dos trabalhadores está em interferir pela via política na *formação* dos preços da produção capitalista. Este argumento bordejia toda a análise de Simonsen sobre os salários e evidencia a assimilação dos ensinamentos da escola liberal. A afirmação de um ganho de longo prazo (auferido pelo trabalhador quando ocorrer a elevação da eficiência) é decorrência, primeiro, de um ganho do capital, isto é, do aumento do lucro. A reação operária é que se constituiria em problema. Simonsen diagnosticou a desorganização da produção, a abertura para a infiltração do comunismo, e percebeu, também o inevitável caráter político que as questões operárias assumiam.

A questão do descontentamento do trabalho apareceria cedo no horizonte temático de Simonsen, uma vez que o surto de riqueza material e de progresso trataria cedo, para a cidade santista muitos dos problemas centrais do processo da modernização capitalista, sendo o mais sério a questão das greves operárias. Sendo a cidade de Santos um dos principais centros da vida econômica do período cafeeiro, o número de trabalhadores assalariados, onde a concentração urbana e o contato com imigrantes e trabalhadores estrangeiros fizeram da cidade um foco precoce para as organizações operárias.

Na relação de Associações sindicais de assalariados que foram criadas no estado de São Paulo entre 1888/ 1900 (tomando como marco a Abolição e o início da vida sindical e de luta operária no país), de um total de sete instituições, seis nasceram na capital e uma fora dela, exatamente na cidade de Santos³⁰³. Entre 1901 e 1914 haveria em todo o estado de São Paulo um aumento vertiginoso de associações de operários. Em menos de quinze anos o total de sindicatos somava 67 no estado, concentrando-se 41 deles na capital e 26 no interior. Deste

³⁰³ São entidades da cidade de São Paulo: Centro Tipográfico Paulista (fundada em 1888), Società Cosmopolita fra Lavorati Cappellai (fundada em 1890), Federação Tipográfica de São Paulo (fundada em 1893), Centro Operário Paulista (sem data precisa de surgimento, mas tendo sido noticiada pela primeira vez em 1893), Associação Tipográfica (sem data fundação, primeira notícia em 1896), Circulo Operário Italiano do Bom Retiro (idem, primeira notícia 1899) e a Federazione dei Lavoratori Del Libro (primeira notícia em 1900). Do interior do estado, temos a Sociedade União Operária – Santos, sem data precisa de fundação, mas com atividade tornada pública (notícia) em 1981 – apenas dois anos após a fundação da associação paulistana. Dados obtidos em Simão, 1981: 195.

total, a cidade de Santos abrigava a maioria: 08 entidades³⁰⁴. Não é a toa que Simonsen conviveu desde cedo com os problemas conflituosos entre capital e trabalho.

O número e o grau de articulação do operariado santista deve-se, primeiro, as duas categorias com força de barganha em função de sua importância na cadeia do escoamento do café – os ferroviários e os portuários³⁰⁵. Além do mais, eram as categorias que mais cedo aprenderam a importância da assistência mútua e a defesa dos interesses corporativos da categoria. No entanto, sua atividade funcionava como exemplo para as demais. E no caso de Santos, cedo ganharam repercussão no ambiente de trabalho de Simonsen – a construção civil, em decorrência do impacto que o assalariamento e a presença dos engenheiros representava para o modelo anterior de construtores artesãos. Neste particular, somavam-se as questões de remuneração e de condição de trabalho, a crise de perda de controle do saber ligado à construção – uma mina de ressentimentos contrários à modernização dessa área de atividade. Nos relatórios da Cia Construtora de Santos, Simonsen refere-se constantemente ao mérito da organização e racionalização do trabalho em termos da gestão administrativa – os organogramas funcionais. A eficiência estava ali associada à divisão do trabalho (que ele chamava de trabalho em equipe) e que respondia a esta nova ordem ou padrão em que o engenheiro tomava o lugar do mestre-construtor, e a arte da construção entrava no espírito fabril. A Cia Construtora de Santos criada:

em princípios de 1912, representava na época uma audaciosa iniciativa de homens de boa vontade, que desejavam implantar naquela cidade uma organização técnica capaz de projectar, estudar e executar quaesquer construcções ou serviços de engenharia sob a égide dos bons ensinamentos da technica e da architectura. Era ainda uma reacção contra o existente predomínio absoluto dos mestres de obras, que o atrazo e os poucos recursos do meio tinham arvorado projectistas e mentores da evolução material da cidade.³⁰⁶

Em termos nacionais, o movimento operário brasileiro viveu entre 1917 e 1920, um salto de crescimento com o surto de greves. A mais importante delas foi a greve de 1917,

³⁰⁴ Simão, 1981: 195/197.

³⁰⁵ Caetano refere-se a este processo reconhecendo na importância dos trabalhadores da construção civil em Santos: *os trabalhadores da construção civil, juntamente com os trabalhadores dos transportes ferroviários caracterizavam-se como as categorias de trabalhadores mais organizadas e combativas no interior dos movimentos sociais santistas. Os trabalhadores da construção civil, foram, aliás, a primeira categoria a organizar o primeiro sindicato, a Sociedade Primeiro de Maio, em 1904 e a Federação Operária Local de Santos, em 1907* (Caetano, 1994: 21). Como reposta Simonsen lidera os empreiteiros na criação da Associação Patronal da Construção Civil (Caetano, 1994: 28).

³⁰⁶ Simonsen, Quinze anos de Trabalho [1927], 1932: 137.

em São Paulo, que paralisou por uma semana, setenta mil trabalhadores exigindo melhores condições de trabalho e aumentos salariais (duramente reprimida pelo governo). Ao lado das outras greve deflagras no mesmo período não só emergiu o debate sobre a questão social e sobre as possíveis soluções, como o problema da regulamentação do trabalho colocaria em cena os limites políticos da representação política na Primeira República³⁰⁷.

O fato mais perturbador para a tranquilidade da ordem liberal era a presença política das massas que começavam a reivindicar a cidadania política plena e os direitos sociais.(...) Pois no tempo em ocorria este verdadeiro terremoto econômico social e político, a economia ‘científica’ começava a concentrar suas preocupações na escolha racional do indivíduo, na utilização de recursos escassos entre fins alternativos, nas condições do equilíbrio geral. A sofisticação do esforço cientificista e naturalista da economia é uma resposta aos movimentos das classes assalariadas que começam a apelar para a esfera alternativa da sociabilidade, a política, na busca da melhoria das condições de existência e na defesa contra as conseqüências nefastas – sobre suas vidas e de sua prole – da operação impessoal dos mecanismos de mercado.³⁰⁸

Simonsen encontrava-se atento as conseqüências da resolução política do problema do salário: *compete, portanto, aos industriais, no seu próprio interesse, evitar que de seus principais colaboradores se forme uma massa hostil buscando remédios para seu mal-estar em conquistas perturbadoras da produção*³⁰⁹.

O problema do trabalho era uma realidade indiscutível no período vivido por Simonsen, e como tal foi tratado. Entre a década de 1910 e o início dos anos 20, de forma parcial, envolvendo mais a condição do Simonsen-empresário (e que teve como contribuição singular a criação da junta de conciliação não estatal em Santos) e, mais profundamente a reflexão sobre o papel do trabalho e as formas de seu controle dentro do universo da produção. Já na segunda metade dos anos 20 e nas décadas de 30 e 40, a sua atuação amplia-se em função de sua posição de direção nas associações patronais (CIESP, FIESP, CNI) e também na sua ação nos espaços governamentais, que a questão da regulamentação do

³⁰⁷ Outro desdobramento importante, em geral pouco ventilado, é que a discussão o sobre o trabalho implicava também numa discussão sobre a economia. O anterior modelo econômico colonial havia mantido a economia dentro do circuito privado da produção. Com a questão do assalariamento e, principalmente, com a vinda de imigrantes (o que exigiu uma política pública para organização desse mercado de trabalho) houve uma publicização de parte da economia. Mas nada comparado ao efeito que a concentração urbana, a formação do operariado industrial e a questão operária gerou. A Constituição de 1934 é um exemplo desse processo, tendo incorporado a questão da Ordem Econômica – um dos temas mais polêmicos e extensos tanto dos debates quanto da própria redação final da Constituição.

³⁰⁸ Luiz Gonzaga Belluzzo, *Prefácio* In Borges, 1996: 12.

³⁰⁹ Lima, 1976: 159.

trabalho, da delimitação de um modelo sindical e a fixação dos direitos trabalhistas se realizou pela primeira vez no país.

Os movimentos operários espelham um processo é histórico, vivido por todas as sociedades que fazem a transição para a economia de mercado³¹⁰. Os conflitos entre capital e trabalho e a mercantilização deste último são parte do processo capitalista.

A formulação e implantação da legislação trabalhista e previdenciária de um país constitui uma das dimensões de um processo maior de transformação da ordem liberal burguesa. Da mesma forma que a ampliação dos direitos políticos de cidadania, as conquistas no campo do Direito Social, incluindo aí toda a regulamentação das condições de trabalho e também as formas de participação coletiva do trabalhador no mercado (direito de reunião e associação, por exemplo) significam uma alteração substancial na prática da ordem liberal.³¹¹

E o trabalho estava, como sempre esteve em qualquer sociedade, organizado de alguma forma. E não necessariamente da melhor³¹². As novas relações de trabalho e representação do trabalho que surgiram no país entre as décadas de 1910 e 1940 foram parte do esforço da burguesia no seu controle, e parte derivada da capacidade operária de, pela força e pressão, ampliar o máximo possível os seus ganhos.

O avanço da questão trabalhista e dos direitos sociais ocorreu no Brasil em parte como resposta aos crescentes conflitos entre empregadores e empregados³¹³, mas também

³¹⁰ Polany descreve a questão da troca mercantil envolvendo todos os aspectos das relações modernas como base da sociedade capitalista. Sua necessidade primordial é estabelecer um mercado livre de regulamentos estranhos à lógica econômica (custo/benefício) para a terra, a força trabalho, o conhecimento. A finalidade das trocas é o ganho individual e a reprodução da troca, transformando a sociedade em um *moinho satânico*.

³¹¹ Gomes, 1979: 23.

³¹² Muito ao contrário, mesmo que se avaliem que as relações de controle sobre o trabalho no capitalismo sejam desumanas (da alienação, à redução mercadológica) fica difícil aceitar que a escravidão anterior possa ser considerada uma etapa anterior mais benigna. O trabalhador industrial ou comercial, na fase do início da prática de assalariamento no Brasil, pouco diferia nas suas condições iniciais da extrema espoliação a que era submetido o escravo. Koval (1968), Hardman & Leonardi (1991), Pinheiro & Hall (1979), Cunha (2000).

³¹³ *A primeira dessas leis foi a relativa a Acidentes de Trabalho, de 1919. Para se precaver, o patronato criou companhias seguradoras, responsáveis pelo pagamento dos benefícios, mas igualmente fontes de acumulação de capital. Em 1920 foi criada a Comissão Especial de Legislação Social da Câmara dos Deputados, com a função de analisar toda e qualquer iniciativa legislativa na área trabalhista. A lei de criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões, de 1923, é considerada a primeira lei de previdência social. Também conhecida como Lei Elói Chaves, nome do autor do projeto, ela concedia aos trabalhadores associados às Caixas ajuda médica, aposentadoria, pensões para dependentes e auxílio funerário. A Lei Elói Chaves beneficiou de início apenas os trabalhadores ferroviários. Só três anos mais tarde seus benefícios foram estendidos aos trabalhadores das empresas portuárias e marítimas. Ainda assim, duas leis importantes foram introduzidas na segunda metade dos*

como uma necessidade de regulamentar o uso do fator trabalho – da mesma maneira que a estruturação do Estado brasileiro a partir de 1930 iria paulatinamente regulamentando todas as esferas da vida social, colocando para funcionar o princípio do monopólio da justiça, do poder e da violência que caracteriza o Estado na sua forma moderna. Não apenas o trabalho, mas o capital, o fator terra em suas diferentes formas, a família, o indivíduo, as organizações sociais, os serviços sociais, etc. foram regulamentados em um crescente esforço de plasmar na forma jurídica todos os elementos constitutivos da sociedade. Este processo foi acompanhado de uma outra intenção, menos estrutural e mais operacional, de canalizar os fios da vida política para a arena estatal e neste movimento permitir aos grupos no governo o controle mais eficiente sobre as disputas de poder.

Especificamente quanto aos direitos sociais, o processo de criação do Direito do Trabalho, que espelhava a opção por exercer-se um controle maior sobre os contratos privados de trabalho, refletiu um movimento mais amplo que corria o mundo desde a ascensão dos conflitos operários ocorridos no século 19 e da visibilidade pública das condições degradantes em que se realizava o trabalho. Nesse ponto foi importante e precursora a defesa dos princípios de proteção ao trabalhador e de justiça social expostos na encíclica *Rerum Novarum*, pelo Papa Leão XIII em 1891. Em 1917 essa preocupação norteou a criação de trinta artigos sobre os direitos do trabalho, na Constituição mexicana (no artigo 123 disciplina a jornada diária de oito horas, a proibição do trabalho de menores de 12 anos, a limitação da jornada de trabalho do menor de 16 anos, o descanso semanal, a proteção à maternidade, o direito ao salário mínimo, proteção de acidentes de trabalho, seguros sociais, direito de sindicalização e de greves). Em 1919 os direitos do trabalho foram garantidos como fundamentais, na Constituição alemã de Weimar (que contava com uma outra inovação: a visão *ímpar* do trabalho como um *direito*). Mas a principal peça de artilharia na proteção aos trabalhadores estava no Tratado de Versalhes, de 1919 (de onde se originou a Organização Internacional do Trabalho - OIT, como órgão da antiga Liga das Nações, hoje da Organização

anos 20: a Lei de Férias (1925) e a Lei de Regulamentação do Trabalho de Menores (1926/27). A primeira visava a obrigar os empresários a concederem 15 dias de férias a seus empregados, sem prejuízo do ordenado, mas foi sistematicamente desrespeitada. Já o Código do Menor estipulava a maioria a partir dos 18 anos e propunha uma jornada de trabalho de seis horas. Ao contrário da Lei de Férias, enfrentou uma reação apenas parcial, com relação aos limites de idade (de 14 anos) e ao horário de trabalho estipulados (A era Vargas, FGV: CPDOC).

das Nações Unidas - ONU), do qual o Brasil, como signatário, estava comprometido em implementar os seus princípios.

Sobre a perspectiva do Estado pós 30 na criação de respostas para o problema social e em especial do trabalho, basta lembrarmos que ainda como candidato na chapa da Aliança Liberal, Getúlio Vargas havia incorporado em sua plataforma de governo praticamente todos os temas que envolviam as demandas das classes trabalhadoras (excluindo, é claro, qualquer possibilidade que extrapolasse a conduta benevolente do Estado).

tanto o proletariado urbano quanto o rural necessitam de dispositivos tutelares aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades. Tais medidas devem compreender a instrução, a educação, higiene, habitação, a proteção às mulheres e às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, os salários, até o recreio, como os desportos e a cultura artística. É tempo de cogitar a criação de escolas agrícolas e técnicas industriais, da higienização das fábricas, das usinas, saneamento dos campos, construção de vilas, aplicação da lei de férias, a lei de salários mínimos, as cooperativas de consumo, etc.³¹⁴

Ou seja, mesmo antes da Revolução de 1930 e da realização de parte das teses pertinentes aos grupos que levaram Vargas ao poder, este já reconhecia e incorporava o problema social e trabalhista.

Segundo Vianna, as etapas da livre organização dos operários e as fases de sua incorporação e domínio por parte do Estado estão associadas ao processo de crescente controle sobre o mercado de trabalho (sua institucionalização e controle legal)³¹⁵.

As estratégias desenvolvidas pelo setor industrial e no seu posicionamento de reduzir os direitos do trabalho envolveram todos sindicatos patronais e as lideranças

³¹⁴ Chauí, 1978: 85.

³¹⁵ Condição institucional dos sindicatos / situação do mercado de trabalho

Estatuto institucional do sindicato

Situação de mercado de trabalho	Sindicato
Sindicato livre e autônomo	Sindicato de natureza privada e autonomia restrita
Sindicato de natureza pública	Até 1889
Mercado livre	Mercado sob influência do Estado, mas livre da ação organizada da classe operária
1889-1891	Mercado livre do Estado, mas sob a influência da ação organizada da classe operária
1891-1919	Mercado sob influência do Estado e da classe operária
1919-1930	1934-1935
1931-1933	1946 -1964
Mercado sob pleno controle do Estado	1964 em diante
1935-1946	Fonte: Vianna, 1976: 39.

empresariais, antes e depois de 30. Simonsen esteve envolvido nesse cabo de guerra? Claro, e em quase todos os níveis. Porém, o modelo de controle sobre a classe operária ou a regulamentação dos direitos trabalhistas construídos no Brasil não pode ser considerados como resultados de um projeto seu. Este modelo final foi decorrência de um intrincado emaranhado de interesses e disputas que envolveram empresários, sindicatos patronais e operários, setores das oligarquias agrárias, correntes do operariado, Igreja, e Estado. Mesmo dentro do empresariado a questão aparecia como convergente em relação aos danos causados aos setores da produção, e a maioria absoluta dos empresários colocava-se contrariamente a maioria dos direitos reivindicados pelos trabalhos e incorporados (segundo fórmula e objetivos próprios) pelo Estado. Afora as divergências existentes entre segmentos produtores diferentes (comércio, indústria, pequena e grande indústria, serviços).

As justificativas ou o entendimento geral do problema, provavelmente variavam muito dentro do grupo dos industriais e a posição de Simonsen (enquanto uma visão individual e não como encarregado de levar a efeito as deliberações do grupo que representava) obedecia a um *leitmotiv* muito próprio. Frisamos este aspecto por parecer incorreto utilizar as teses de Simonsen *fora* do contexto delimitado por seus textos. Como podemos alcançar, de fato, a visão que Roberto Simonsen tinha do problema do trabalho e como resolvê-lo? Há duas maneiras. Primeira: podemos utilizar como base para a análise os espaços concretos, limitados no tempo, onde foram construídos os direitos sociais brasileiros e pré-fixados os pilares da cultura do trabalho. Isto significa levantar os dados e os posicionamentos sobre o tema originários dos dois segmentos envolvidos (operariado e patrões – lembrando que há uma grande heterogeneidade entre as próprias classes, órgãos de representação, interesses e ideologias); fazemos a mesma coisa com as instituições por onde este debate é filtrado, organizado e resolvido (mídia e outros instrumentos da opinião pública; comissões técnicas e espaços parlamentares, discussão jurídica, posicionamento do executivo). No conjunto há um estoque extenso e profundo sobre cada um desses pontos, só que, é claro, analisados isoladamente. Segunda maneira: escolhemos focos ou *locus* privilegiados na discussão e condução do tema, e procedemos a uma leitura interna da sua lógica discursiva. Os estudos que correlacionam Simonsen e a questão do trabalho pertencem, obviamente, ao segundo caso. Mas aqui também é preciso fazer uma distinção preciosa – ou nos atemos a produção individual ou teremos que rastrear todas as fontes de ação (*locus*) por

onde a influência e direção do objeto escolhido tenham tido algum significado. Um exemplo deste procedimento seria analisar, através dos relatórios, documentos e outros materiais, como a CIESP, ou a CNI, trataram o problema e qual o posicionamento e grau de influência de Simonsen, enquanto *um* dos seus dirigentes sobre o tema. Voltamos a utilizar a figura de Street para ilustrar a divergência de posição entre a própria fração industrial – e Jorge Street é outro representante exemplar dos interesses da burguesia industrial do período, tendo ocupado quase todos os mesmos espaços que Simonsen e nos mesmos períodos (CIESP, FIESP, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – na elaboração de leis trabalhistas).

Quanto à diversidade possível de posicionamentos dentro do grupo dos empresários, basta lembrar, recuando para a década de 1910, a forma desigual como os próprios industriais se colocavam frente ao problema das reivindicações operárias (como a conduta de Jorge Street e a de Rodolfo Crespi). Embora a posição dos industriais tivesse como tendência a recusa aos ‘pretensos’ direitos do trabalho, um industrial singular, Jorge Street, coloca-se em uma posição favorável aos trabalhadores:

Em 1917 defendeu as reivindicações operárias junto ao patronato durante a greve daquele ano na capital paulista, após atendê-las em suas fábricas. Nessa ocasião, explicitou opinião segundo a qual a greve, por suas profundas implicações sociais, não poderia ser tratada como um simples problema policial. Em setembro desse ano, defendeu, em artigo no *Jornal do Comércio*, a licença de dois meses para as trabalhadoras gestantes e, em seguida, promoveu reformas na sua fábrica Maria Zélia de modo a transformá-la em um estabelecimento modelar. Pouco depois, concedeu férias remuneradas a seus funcionários, sofrendo, por isso, críticas dos demais empresários. Favorável ao reconhecimento dos sindicatos operários, segundo ele um fruto da própria evolução do capitalismo, defendia, ainda, o estabelecimento do contrato coletivo de trabalho e, antes da década de 20, sugeriu a criação de uma legislação trabalhista.³¹⁶

O debate é, portanto, obrigatório no período compreendido entre 1910 e 1940 como uma questão política, como uma questão de direito, como uma questão econômica, como uma questão social. Em que pese reconhecer Simonsen como um dos empresários que se preocupou com o controle do trabalho e do movimento operário como intérprete dos interesses industriais e dos interesses de suas empresas (especialmente por sua posição de dirigente e como produtor de idéias) isto não significa que, quando as suas formulações

³¹⁶ *A era Vargas*, FGV: CPDOC. *Apesar disso, em 1919, manifestou-se contrário à redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, reivindicada pelos trabalhadores, só mudando de posição após ser convencido pelo empresário Francisco Matarazzo sobre a possibilidade de compensar as perdas decorrentes da medida repassando-as para o preço dos produtos*, op. cit.

apontem uma perspectiva para o assunto, necessariamente, seu objetivo seja se apropriar pela exploração mais truculenta e exaustiva do trabalho dos operários. Mesmo que se possa acusar Simonsen de demagogia, em seus trabalhos pessoais a idéia que aparece de trabalho e de trabalhador é bastante comedida. Indica sempre a perspectiva de complementaridade entre capital e trabalho (afinidade e não concorrência), de um nível de justiça (salarial, assistencial, legal) pertinente e necessária para a harmonia social, de um diálogo entre os setores desde que mantido bom senso de aceitar que a marcha da civilização passa pelas empresas e somente depois pelo trabalho³¹⁷.

Ressente-se, inclusive, da identificação de seu trabalho com os posicionamentos mais radicais e reacionários existentes na sociedade, que utilizaram no Brasil ‘as velhas práticas viciadas’ dos países de tradição industrial mais antiga, que geraram (notemos, elas, as práticas) as exacerbações da luta de classes. Para Simonsen era a prática da intolerância (dos empresários e dos sindicatos operários) o grande problema do trabalho, e a saída a preocupação de resolvê-lo de outra maneira:

Em 1916, fundamos, em Santos, o Centro dos Construtores e Industriais daquela cidade, do qual fomos o primeiro presidente. Constavam dos seus estatutos, como um dos principais fins, ‘a organização de um cadastro do operariado; o serviço de assistência e seguro dos operários e a fundação de escolas de aprendizado profissional’. E, nesse mesmo ano, esse Centro instalava uma câmara de trabalho com representantes de operários e patrões, visando uma justa conciliação dos interesses das duas classes, e a terminação dos contínuos conflitos que ali registavam (sic) com graves danos para o trabalho e para a sociedade local. Talvez tenha sido esse o primeiro tribunal paritário constituído no país, para a apreciação dessas questões, e

³¹⁷ Um exemplo de que o eixo para entendermos as posições simonseanas está na maneira como o autor *vê o trabalho* (e que depois será desdobrada na maneira de ver a agricultura, o Estado, o liberalismo) como derivado da marcha racional da produção técnica (da qual a indústria é corolário) é a análise que faz em 1938 – portanto, em fase bastante adiantada de suas convicções – das conseqüências econômicas da escravidão. Neste trabalho Simonsen tem duas passagens que merecem destaque. Sobre a Abolição diz *A face importante da questão era, porém, o valor do capital representado pela escravaria. Em 1888, deveria esse investimento atingir cerca de 700 mil contos de reis. Em muitas propriedades agrícolas, o valor dos escravos superava o das terras e suas benfeitorias, conforme se pode inferir de numerosas hipotecas então inscritas. A Abolição simples, sem indenização, era não só perturbadora da organização do trabalho em numerosas zonas agrícolas, mas arruinaria ainda muitos proprietários principalmente os que viviam em regime deficitário, impossibilitando-lhes a obtenção de créditos para o pagamento dos salários que o novo estado iria exigir*, mesmo louvando anteriormente o ato humanitário, do ponto de vista econômico a leitura é sobre o que perdeu o capital, em quanto foi penalizada a produção. E complementa que os ganhos advindo da Abolição em nada afetariam *a fortuna social do Brasil, pois que os valores humanos incorporados à sociedade e que passariam a exercer o trabalho livre, deveriam compensar, em muito o valor da propriedade escrava destruída pela Lei Áurea* (Simonsen, *As conseqüências econômicas da Abolição* [1938], 1943: 26/27).

essa iniciativa foi tomada à revelia de qualquer intervenção oficial, 23 anos antes da instalação da nossa Justiça do Trabalho. Nas questões sociais e econômicas, temos sempre procurado fazer realçar a verdade, esteja onde estiver, para que os nossos homens públicos se possam orientar na decretação de medidas que auxiliem uma evolução sem choques e progressistas. Não podemos, pois, ser tomados como suspeitos de **reacionários** [destaque nosso] ao encarecermos, perante as nossas autoridades, as necessidades cada vez maiores de haver a máxima cautela na promulgação de medidas que interfiram na evolução do nosso labor econômico.³¹⁸

Não recusa os direitos do trabalho, mas afirma a submissão destes aos imperativos do capital, sendo que o desafio primeiro era produzir a riqueza e depois distribuí-la entre aqueles que participaram do processo de produzi-la: *quem trabalha honestamente, deve ter o direito a um conforto mínimo*. Da mesma forma que o capital é, para Simonsen, superior ao trabalho, pois é o agente inicial e primordial do processo econômico, na divisão da riqueza a distribuição também deveria ser hierárquica e desigual, cabendo a maior parte aos ‘promotores’ do trabalho e não aos seus executores. Admite e trabalha, porém, com a simultaneidade de interesses entre patrões e empregados:

Lembrai-vos, porém, que a melhoria das vossas condições, o vosso futuro, o vosso bem estar, a vossa tranqüillidade só podem repousar no trabalho productivo e organizado! O barateamento da produção, em todos os seus aspectos, precisa e deve ser almejado constantemente no vosso e no nosso interesse. Esse barateamento, porém, deverá ser conseguido, não à custas de vossos salários, mas sim pela obtenção da máxima eficiência do trabalho!³¹⁹

Simonsen defenderia estes princípios como capazes de neutralizar as formas sociais opostas ao capitalismo, impedindo via regras internas ao mundo do trabalho seu transbordamento político enquanto luta de classes e no seu corolário último – o comunismo. O grande problema é que nas relações entre empregados e patrões havia uma ampla margem para que os problemas dos salários *versus* os lucros descambassem para esse lado. A maneira de atenuar o conflito era modificar o uso do trabalho e do capital – uma socialização de ganhos e perdas. Os empresários deveriam abdicar do lucro fácil, mas incerto, que representava a máxima exploração dos salários. Ao contrário, como forma de garantir os ganhos capitalistas, deveriam investir em conhecimento, técnica e organização, visando a redução de custos – esta seria a “ginástica” que a lição da guerra deixou e que impôs como legado uma onda de competitividade onde ‘somente os fortes’ (os melhores aparelhados) sobreviverão. Do outro lado, os trabalhadores deveriam aceitar a disciplina do trabalho,

³¹⁸ Simonsen, *O ensino profissional no Brasil* [1939], 1943:74.

³¹⁹ Simonsen, 1919: 11.

labutar com mais empenho e maior dedicação. Se, estes dois movimentos de fato ocorressem, a produtividade e a eficiência atingidas compensariam largamente o aumento de salário:

Dediquemo-nos, pois, a uma perfeita organização de nossos serviços – onde deverá predominar a disciplina inteligente e consciente, onde imperem os verdadeiros princípios da cooperação cordial entre patrões e operários. Cuidemos de todos os seus aspectos – desde a execução dos serviços em todos seus detalhes, visando sempre a máxima eficiência, até o exame das condições de conforto e bem estar dos que trabalham, para que melhor possam produzir.³²⁰

E o resultado seria a eliminação da *luta de classes*, que Simonsen curiosamente não associava ao capitalismo, mas à gestão equivocada das tensões entre capital e trabalho. A tensão entre capital e trabalho era natural e inevitável, expressando as duas posições estruturais diante do mesmo fenômeno, mediadas pela relação quantitativa (mensurada na forma dinheiro) entre o volume da produção realizada e o volume de salários (lembrando que há aqui uma distinção básica: para o trabalhador a quantidade de dinheiro é *salário* e para o empregador é *custo*³²¹):

A política da classe operária tem sido baseada na limitação da produção e na illimitação de salários. Ora, colocando-se os patrões em ponto de vista diametralmente oposto, dá-se o choque dos interesses, assim estabelecidos como contrários, resultando a gigantesca luta que estamos presenciando no mundo industrial, e que está assumindo gravíssima feição de guerra de classes. (...) Entretanto, na realidade, esse antagonismo violento não se justifica, e só é explicado por procurarem as duas classes, a todo transe, resultados **imediatos** [destaque nosso], em detrimento dos verdadeiros interesses de toda a sociedade.³²²

A resolução desse conflito, não deve ser procurada em uma perspectiva isolada de ganho de uma parte sobre a outra. O que tem que ser levado em consideração é que ambas fazem parte de um sistema maior que deve ser preservado, inclusive, para que capital e trabalho possam continuar a existir e se relacionar. O problema fundamental é o da produtividade, da elevação da riqueza da produção, único fundamento para que se possa

³²⁰ Simonsen, 1919: 12.

³²¹ E um custo que não pode ser pré-fixado atabalhoadamente, sem critérios. Na produção moderna tudo é medido, racionalizado, mensurado. Na luta pela sobrevivência de um sistema que envolve custos e no qual o lucro é resíduo, tudo deve ser calculado. Porém, o salário envolve uma característica particular: é a mola do sistema e pode desandar sob uma espoliação muito alta. *Preventivamente*, o trabalhador deve receber por seu trabalho e seu esforço, ‘segundo o tempo médio socialmente usado durante a produção’, e que, conforme salienta Simonsen, originaram os primeiros estudos sobre a relação entre produtividade do trabalhador e os índices de remuneração: *Aos industriaes americanos cabe a iniciativa da criação e estabelecimento de sistemas de salários fundados em pesquisas científicas, em que se procura dar a cada homem o resultado do seu próprio esforço* (Simonsen, 1919: 42).

³²² Simonsen, 1919: 37.

e elevar também o salário. Esta peça angular é que leva Simonsen a propor o operário não como um adversário do capital, mas uma segunda metade dele. E é também o impulso a colocar em destaque a racionalização produtiva como meio de solucionar o grave impasse social pelo qual passava a sociedade no período.

A preocupação de agir com a máxima justiça para com vosco é aqui contínua. E, se mais não podemos fazer pelo vosso conforto, é porque estamos sujeitos às leis econômicas da concorrência, adstrictos a evitar o encarecimento da produção, em vosso próprio interesse. É a luz deste princípio que temos que encontrar a solução para organizar a sociedade de acordo com as modernas conquistas sociais: os indivíduos como as nações, tem direito a um lugar ao sol, não podendo ser escravizados a outros indivíduos, grupos e nações.³²³

A racionalidade técnica era defendida por Roberto Simonsen para o adestramento e a rotinização do trabalho dentro do processo e do espaço fabril (standardização do ritmo e procedimentos), e na criação de um conjunto de relações jurídicas e culturais no âmbito do complexo social. Seria, portanto, expressão de uma das necessidades do capital no controle do trabalho - não só por discipliná-lo, mas também por incutir no próprio operário a perspectiva da produtividade e da eficiência como *o paradigma* para a fixação de salários. Desta maneira, a pretendida harmonia social seria conseguida pelo convencimento dos trabalhadores de que seus problemas seriam resultantes de sua baixa eficiência produtiva e não pela ganância ou espoliação dos capitalistas³²⁴.

A disciplina dos afazeres e a racionalização técnica, como formulada por Simonsen, correspondem a tarefa de transformar o *indivíduo* no *operário*, personagem com um lugar definido na produção capitalista, expressando um ideário sobre o trabalho que captura trabalhadores e empresários no ethos necessário para a manutenção dessa nova visão de mundo. A perspectiva simonseana procurava implementar a técnica descrita por Gramsci, em *Americanismo e fordismo*, que discute a disciplina do trabalho como o momento fundamental da adequação dos indivíduos às normas sociais vigentes: *a hegemonia vem da fábrica e para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia*³²⁵.

No adestramento do operário, a nova concepção de mundo pertinente a mentalidade capitalista funda-se na vida cotidiana, na relação que os trabalhadores têm com o mundo e com a

³²³ Simonsen, *Pela Eficiência*, [1921], 1932: 132.

³²⁴ Vieira (1987), Caetano (1994) e Koval (1968).

³²⁵ Gramsci, 1984: 382.

nova *ratio*. Estes dois pontos estão indissolúvelmente ligados na modernidade, já que a sociedade de mercado treina os indivíduos e os condiciona para o padrão esperado pela fábrica. Ao mesmo tempo é na dimensão dos valores fabris (regras de trabalho, salário, *telos* da acumulação) que são construídos os valores sociais, e definido o que se espera do cidadão, forjando um novo tipo de ‘homem’:

a forma desse tipo de sociedade ‘racionalizada’, na qual a ‘estrutura’ domina mais imediatamente as superestruturas, que são racionalizadas. (...) Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e produção.³²⁶

A racionalidade e o valor do trabalho, sinônimos de um modelo civilizatório, é também aplicada ao outro lado do sistema. O empresário, o patrão, também deve absorver os valores do novo modelo de produção social. A busca do lucro (a ganância que mobiliza o empresário e uma das paixões humanas fundamentais³²⁷) aparece de maneira praticamente espontânea, mas deve ser remodelada segundo um padrão competitivo industrial, abandonando quaisquer vínculos com o status tradicional e com a herança senhorial. Ao depender de trabalho sistêmico, do domínio de um aparato técnico, de um cálculo contábil sistêmico e racional, quando incide sobre um modo de vida em que a competição e o lucro são os pilares do sistema, esta ganância também deve ser disciplinada, dirigida, ponderada – tanto no nível da fábrica (que é também o espaço vital do capitalista), quanto nos processos mais gerais que a contém. Podemos observar que o empenho na racionalização, que aparece na argumentação simonseana da primeira fase, destina-se ao trabalhador procurando sua adequação aos lugares fabris, e também aos empresários, que devem internalizar o cálculo, a mensuração, a eficiência como padrões fundamentais de trabalho e de *valores de vida*.

O problema levantado no capítulo II e retomado neste, sobre a ética do trabalho (incluindo o novo ethos do ‘homem de negócios’), opõe-se ao modelo social pretérito do ‘aviltamento do trabalho’. Para que a nova ética surgisse foi necessário criar também uma nova forma de produção – a indústria (no sentido mais específico de produção dividida e

³²⁶ Gramsci, 1984: 382.

³²⁷ Fundamentais na sociabilidade humana e um dos principais elementos da dinâmica social, segundo Hirschman (1979), apontando sua funcionalidade histórica na formação do ethos moderno. Hirschman cita Santo Agostinho, Vico, Pascal, Spinoza e Smith como autores que reconheceram o poder das paixões e a técnica dos contrapesos (a paixão mais suave – comércio, cupidez, riqueza – *contra* as mais destrutivas – ódio e o poder) na construção dos valores capitalistas.

maquinizada) - para a evolução do termo na cultura brasileira³²⁸. A maneira como a matéria é utilizada e transformada pela agricultura e pela indústria difere profundamente. O tempo, o ritmo, o movimento, também. A organização do processo produtivo, a relação com o trabalhador, o uso do espaço físico, a exigência de dedicação e conhecimento, tornam os dois modelos muito distantes um do outro. Esta diferença, construída pelas características da produção, precisa ser elaborada enquanto uma lógica, aparecer como uma técnica, difundida e aprendida pelos agentes que compõe o sistema – em qualquer posição que eles se encontrem. A administração racional, a economia científica que caracteriza o primeiro esforço intelectual de Simonsen procura responder a esse desafio e preencher essa lacuna, não devendo ser reduzida apenas à disciplina e controle do operário: seu alcance dever ser o conjunto da sociedade, uma vez que representa a ‘alma’ do sistema de produção moderno.

A fixação de padrões de comportamento esperado para os empresários extravasa para o campo mais geral da sociedade. Se nos textos de início de carreira Roberto Simonsen critica os empresários pela ‘burrice’ na condução de suas desavenças com o trabalho (questionando a forma de pagamento e mensuração do valor trabalho, a organização racional e eficiente da divisão do trabalho e da disciplina do trabalho), a partir dos anos 30 sua visão vai condenando os abusos do capital, que podem ser maculados pela busca desenfreada da riqueza.

A ambição do rápido enriquecimento, a forte concorrência entre os industriais, as contínuas transformações e aperfeiçoamento dos meios de produção e a ausência do domínio de fatores e ordem moral na grande evolução que ali se processou (...) acarretou a formação da grande classe proletária mal paga e insatisfeita (...) o desgaste humano naquele século, resultante de um trabalho excessivo e realizado em condições inadequadas e sobre os sofrimentos experimentados pelas famílias proletárias, (...) deixaram manchas indelévelis na marcha da civilização.³²⁹

³²⁸ O termo *indústria* também é modificado em consonância com a introdução das atividades fabris entre nós. Conforme destacado por Carone (1973; 1978), este termo significava originalmente qualquer esforço do engenho humano; em seguida é utilizado como elemento de distinção para as atividades produtivas – de qualquer setor – que produzissem riqueza e utilizassem artefatos mecânicos; e por último, reduziu-se ao escopo da produção manufatureira e industrial. Bastos acentuava a confusão que revestia o termo: *procurei acentuar em livro anterior, a confusão que se fazia em documentos antigos entre atividade rural e atividade industrial. A designação ‘fábrica’ estendia-se às charqueadas do Ceará. ‘Indústria’ era expressão usada para designar qualquer atividade que rendesse lucros: ‘indústria agrícola’, ‘indústria extrativa’. ‘Industrioso’ ficou sinônimo de laborioso* (Bastos, 1952: 42).

³²⁹ Simonsen, 1940 (A): 07. Nas discussões sobre a necessidade de criação de aparatos de proteção e assistência social ao trabalhador (1940), sobre o planejamento (1944) e sobre os efeitos do Plano Marshall (1943 em diante) Simonsen assinalaria como resultados perversos da espoliação do capital sobre o trabalho a emergência das guerras, do comunismo e da pobreza dos países sub-capitalizados.

Do outro lado a radicalização operária levando para o campo da política aquilo que é pertinente ao processo privado do trabalho não poderá resolver o problema de maneira eficiente e duradoura porque os problemas de salários e das demais demandas do trabalho dependem todos de uma variável especificamente econômica, resolvível apenas e intrinsecamente na esfera do processo de produção: *as associações operárias formadas com o espírito pré-concebido de luta, bem como as dos patrões, jamais poderão resolver de forma estável as chamadas questões entre o Trabalho e o Capital*³³⁰, e não poderão resolvê-la porque a questão de fundo é a produtividade e a eficiência econômicas. Não é uma questão política, no sentido de disputa ou barganha entre agentes diferentes, mas técnica, porque exige uma análise racional e profunda do problema e a apresentação de uma solução também racional e científica.

Nos textos elaborados na década de 1940 sobre a questão social, Simonsen discute a moralidade ou o espírito civilizatório do capitalismo, tecendo uma condenação ao comportamento filisteu de muitos empresários que procuram a riqueza como uma finalidade em si mesma, mesclada de um reducionismo hedonista. Esta conduta tira qualquer civilidade do processo produtivo gerando uma sociedade dividida e perigosa, pois a contrapartida da riqueza excessiva seria a penúria³³¹. Afora uma inclinação para o reconhecimento dos problemas da dignidade humana que marcara seus textos desde o início, há, como era de se esperar, presente por trás deste raciocínio o cenário da luta de classes. Desde a metade dos anos 30 Simonsen se aproxima das correntes do catolicismo, muito em função da experiência da prática assistencialista dos movimentos católicos e da capacidade que esta instituição vinha demonstrando no enfrentamento da organização comunista do operariado³³². A força esperada do catolicismo, por Simonsen, era a magnitude da moralidade cristã, capaz de dar *sentido* ao mundo, incluindo uma função moral para a hierarquia, a pobreza e a submissão, minando a força do ressentimento e da revolta que alimentava o radicalismo de esquerda.

³³⁰ Simonsen, 1919: 40.

³³¹ *a desesperada corrida atrás da riqueza, a concorrência sem peias, o materialismo sem finalidades espirituais conduzem, forçosamente, à luta de classes, à desunião nacional e ao desentendimento entre os homens* (Simonsen, 1940 (A): 17).

³³² A força da organização católica ficou comprovada como LEC (Liga Eleitoral Católica) durante as eleições para a Constituinte de 1933, a maioria das bancadas estaduais estava comprometida com a plataforma católica (os católicos haviam ocorrido às urnas numa demonstração de organização e poder de influência), e nessa plataforma programática alguns pontos versavam, exatamente, sobre a questão operária, com a Igreja defendendo a pluralidade e a liberdade sindical, e sobre a questão social, a obrigatoriedade da assistência do Estado às famílias numerosas e carentes.

O SESI, ao lado do aparelhamento escolar do Estado, em suas várias modalidades técnico-culturais, será, assim, sob o ângulo de uma filosofia cristã, cujas raízes cívicas se embebem nas mais belas e genuínas afirmações nacionais de liberdade e cidadania democrática, um autêntico aparelho público de educação.³³³

Assim é que no processo de instalação das estruturas de direção do SESI, Simonsen afirmaria de maneira clara quais os principais objetivos da entidade: promover e agilizar a união das classes patronais em prol dos interesses comuns da sociedade brasileira; lutar pelo progresso e pela elevação dos níveis de vida da população; somar esforços e estratégias para combater a ruína conseqüente da intromissão perniciosa da luta de classes entre nós. Neste sentido a atuação estratégica do SESI seria implementada através do atendimento das demandas sociais da ‘família operária’ (especialmente habitação, alimentação, saúde, lazer, e educação profissional), e pela educação moral da classe trabalhadora a partir do ideário cristão:

O primeiro trabalho do Conselho será a discussão e elaboração de um conjunto de postulados que definam as características da civilização democrático-cristã que nos cumpre professar e defender³³⁴.

As formulações simonseanas são, nesse sentido, fortemente perpassadas pelo conteúdo orgânico e sintetizador do pensamento cristão. Embora professasse publicamente sua religião, a argumentação religiosa aparece em seus textos apenas na segunda metade dos anos 30. A explicação que nos ocorre é a adequação entre o discurso da moral cristã e os problemas da sociedade brasileira após a radicalização política ocorrida entre 1935 e 1937³³⁵. A inclinação de Simonsen para a defesa da moralidade religiosa em contraponto aos dois extremos ideológicos que delineavam no horizonte ideológico no período – a alternativa da sociedade fechada (modelo comunista, mas também o dirigismo estatal) e o extremo da sociedade aberta (o liberalismo econômico puro e o modelo ‘selvagem’ de capitalismo). Sua posição rejeitava, por princípio a solução fechada, em especial o comunista (e por princípio entendemos a defesa do projeto burguês industrial que quer acumular privadamente). Por outro lado, no quadro dos empecilhos ao desenvolvimento industrial do país, que dependia da intervenção e proteção do Estado (como esboçado desde os textos produzidos no início dos anos 30), Simonsen não poderia abdicar da defesa de um projeto corporativo de sociedade,

³³³ Simonsen, 1947 (C): 13.

³³⁴ Simonsen, 1947 (C): 13.

³³⁵ Respectivamente o problema do comunismo *versus* integralismo e a implantação do Estado Novo em 37.

única alternativa tanto ao modelo de individualismo possessivo (que exigia uma economia aberta e concorrencial) quanto do extremismo do dirigismo³³⁶. A defesa de um viés corporativista (utilizando-se aqui as concepções em voga no período e alicerçadas nas teses de Manoilescu) era perfeitamente compatível com o ideário cristão, ainda mais quando um dos argumentos de peso da blindagem teórica simonseana era a guerra ao pauperismo e a superação dos conflitos de classe.

Como em outros pontos adotados ao longo da formação de seu pensamento, Simonsen adotaria a argumentação religiosa permitia conciliar a defesa da maior parte dos aspectos burgueses (não questionava a propriedade, defendia o trabalho como valor, afirmava a hierarquia como natural e postulava o princípio da harmonia social) com as necessidades específicas da industrialização brasileira segundo a ótica simonseana (aceitava a idéia organicidade social, colocava-se contra o excesso de individualismo, defendia o assistencialismo como ferramenta social)³³⁷. Com este recurso, Simonsen mantinha-se dentro do espectro dos valores burgueses rompendo onde era necessário com a argumentação liberal. Mas mesmo este caminho deve ser explicado a luz do problema fundamental de Simonsen – o projeto de industrialização e de modernização da sociedade brasileira.

3.5. Empresa - economia

Um dos pontos fundamentais da análise de Simonsen ao qual o autor manteve-se fiel ao longo de sua obra é a defesa do raciocínio econômico do liberalismo clássico,

³³⁶ Pesava também que a situação de conflito que irrompera na sociedade brasileira desde o final da década de 1910, com a ascensão do movimento operário e das organizações sindicais anarquistas e comunistas, era disputada nos anos 40/50 pela alternativa dos movimentos ligados à Igreja. O impacto das alternativas do ‘compromisso fordista’ e a emergência das teses centrais do *Welfare State* como mecanismo de superação das crises cíclicas e dos graves desajustes sociais e políticos que levaram a Europa a duas guerras mundiais também ressoavam no fundo dessa problemática. Curiosamente desde os anos 10 havia no ar um movimento de crítica ao modelo liberal puro, Hobsbawm coloca esse período como limite entre duas fases irreconciliáveis: *o período de 1929-33 foi um abismo a partir do qual o retorno à 1913 tornou-se não apenas impossível, como impensável. O velho liberalismo estava morto ou parecia condenado* (Hobsbawm, 1996: 110). Não é à toa que o vírus da regulação - organização social, econômica e política com forte acento da ação pública sobre as liberdades privadas - tenha sido contraído por Simonsen.

³³⁷ Além de tentar transformar a Igreja numa aliada do projeto industrial – se não completamente, em partes importantes para minar a resistência social.

observados a partir dos postulados da economia científica (ou naturalismo econômico), adaptando-os ao quadro da economia brasileira. Por raciocínio econômico clássico referimo-nos a *racionalidade técnica* aplicada à produção, na dimensão de uma empresa - são as máximas da escola taylorista de organização do tempo e das posições do trabalho sob bases científicas. Reforçam o caráter progressista que deve ter a utilização da força trabalho, a elevação do seu rendimento e, no longo prazo, na capacidade de aumentar a riqueza social, a renda individual e consolidar as molas básicas da mobilidade social pregadas pelo ideário liberal. Em seus primeiros trabalhos a perspectiva da racionalidade, ou a administração científica do trabalho é utilizada como uma pedra filosofal a que Simonsen recorre para ordenar todo o processo produtivo.

A economia do final do século XX tomou como paradigma científico a imponente edificação da mecânica clássica e construiu sua casamata sobre os fundamentos da racionalidade dos agentes. O *homo economicus* maximiza suas utilidades ou seus ganhos, apenas estrangido pelas restrições de recursos e de informações que lhe são impostos pela natureza ou pelo Estado da técnica.³³⁸

Como extensão do primeiro foco de ação, dos entraves ou desequilíbrios no processo de trabalho, Simonsen avança para o tema do *aumento da eficiência produtiva*, estendendo os horizontes para além de sua atividade empresarial³³⁹. Simonsen começa a elaborar um discurso público da aplicação racional e científica da produção aos mais variados campos da economia brasileira (quer, já nesse momento, uma planificação racional do sistema produtivo). Propõe o critério da diversificação da produção agrícola em função dos perigos que reconhecia existir no sistema monocultor. Se havia abundância de terras no Brasil, esta ocupação deveria ser ampliada geograficamente e também em termos da variedade de espécies produzidas. Defendia que contra as desvantagens geológicas e adversidades climáticas, deveríamos utilizar e fortificar a capacidade da tecnologia. Sua visão pode ser sintetizada na busca da “industrialização da agricultura” tomando como exemplo os Estados Unidos (espelho, em vários aspectos, do Brasil):

³³⁸ Luiz Gonzaga Belluzzo, *Prefácio* In Borges, 1996: 10.

³³⁹ *Com efeito, embora Roberto Simonsen estivesse mais ligado à indústria, pela empresa que criara e dirigia, pela organização de classe que presidia e orientava, nunca deixou de encarar os assuntos de um ponto de vista de conjunto, abrangendo a totalidade dos aspectos, pois compreendia que as interligações eram muito fortes e as soluções não podem ser encontradas separadamente, sob de pena de prejudicar o próprio objetivo em vista. Por isso, quer nos conclaves (conferências, congressos, reuniões) quer nos trabalhos particulares, seus olhos se voltam para o nosso panorama econômico englobadamente (Lima, 1963: 67).*

O cultivador americano transportou para o campo os ensinamentos da moderna organização industrial, da organização científica; dirige sua fazenda como uma manufatura ou casa de comércio; multiplica a capacidade produtiva de suas terras substituindo o braço custoso e raro pela inteligência, pelo talento inventivo, pela organização.³⁴⁰

Não se posiciona contra o café, mas defende a ampliação das culturas agrícolas no país e seu entrosamento. Isto permitiria descentralizar a produção (da concentração regional entre Rio e São Paulo), como demonstra a proposta do cultivo do algodão, a extração da madeira, a intensificação da produção pecuária (desenvolvendo as regiões Nordeste, Norte e Sul³⁴¹). Na esteira dessa diversificação já se vislumbra a figura ativa do Estado no campo das pesquisas e desenvolvimento de técnicas e agrícolas, melhoria e tratamento de sementes, crédito e coordenação, alavanca do aumento da eficiência produtiva e do volume da produção. Somente desta maneira a economia abriria o caminho para aumentar seu espaço no comércio internacional (argumento prioritário), mas também ampliar e fortalecer o mercado interno a o espaço ocupado pela indústria. Em seu discurso *Orientação agrícola brasileira*, Simonsen defende a racionalização e a diversificação produtiva, além do entrelaçamento entre as atividades agrícola e industrial, dando como exemplo o ocorrido na evolução americana:

no desenvolvimento econômico dos Estados Unidos a agricultura manteve um papel preponderante! Foi nella que a América buscou os elementos de vida para as suas indústrias ás quaes a lavoura não forneceu apenas a matéria prima, mas proporcionou também seus capitaes.³⁴²

Neste ponto a progressiva racionalização produtiva geraria um movimento em direção a atividade industrial. Esta visão modernizadora (porque racional) das atividades produtivas e que enxerga o entrosamento entre as diversas áreas de produção (agricultura cafeeira e outras, comércio e indústria)³⁴³ permite entender porque foi Simonsen indicado para representar o país em dois eventos internacionais de importância: sua participação na Missão brasileira à Inglaterra (1919) e representação do Brasil no Congresso Internacional dos Industriais de Algodão (Paris, setembro de 1919).

³⁴⁰ Simonsen, 1919: 23.

³⁴¹ Relatórios e artigos das várias missões comerciais de Simonsen ao final da década de 1910 (Simonsen, 1932).

³⁴² Simonsen, 1919: 22.

³⁴³ Segundo Lima tal indicação havia se originado no discurso de Simonsen em 1918, e que havia recebido *uma carta honrosa de Luiz Pereira Barreto, o eminente cientista brasileiro, na qual salientava ser ‘ a primeira vez que entre nós se vê a ciência preponderando superiormente em todos os pontos de vista costumeiros no seio de um banquete político* (Lima, 1976: 162).

Agricultura e indústria, comércio e transporte, mão de obra e sistema monetário, renda nacional e progresso técnico, planejamento e custo de vida, ensino profissional e orçamento, taxa cambial e investimentos, são faces de um problema único, relacionados com a produção, fazendo parte integrante dos aspectos de nosso desenvolvimento e deviam ser considerados ao ser abordada qualquer faceta da economia nacional.³⁴⁴

Como fruto da experiência à testa da Cia. Construtora de Santos, Simonsen teve consciência dos pontos de estrangulamento econômicos (principalmente quanto à importação) ocasionados pela I Guerra Mundial. À distância, observou o impacto do planejamento de guerra e os altos índices de produtividade alcançados pelas economias dos países envolvidos no conflito, reafirmando a convicção que tinha do desmesurado poder que a organização racional da produção abre para as nações e os povos.

Os ônus com que a grande guerra sobrecarregou as sociedades vão agora se fazer sentir intensamente. O pagamento das colossais dívidas contrahidas para despesas improduttivas, trouxe, aos velhos países da Europa, e ao **resto do mundo** [destaque nosso], pelo equilíbrio social oriundo dos entrelaçamentos da vida internacional, a necessidade imprescindível da organização à 'outrance' do trabalho. E a tremenda luta econômica que se vae travar só poderão vencer, só poderão prosperar, as empresas bem organizadas.³⁴⁵

A questão da eficiência, da racionalização produtiva e da correta utilização de todos os fatores de produção (incluindo capital, tecnologia, trabalho e, porque não, a capacidade criativa do empresário) estavam sendo estimulados violentamente pelos desarranjos e novas determinações impostas no pós-guerra. Para Simonsen esse, apesar de seu aspecto historicamente incidental, era o caminho natural do desenvolvimento econômico.

Há bastante tempo que me domina e preocupa esse problema da organização industrial, - a organização científica, como a denominam os norte-americanos - que esta sendo adoptada soffregamente pelos países mais adeantados em todos os ramos de sua actividade, e que visa, em synthese; **a máxima econômica na produção pela realização da máxima eficiência.**[destaque do autor].³⁴⁶

Assim, desde o início a racionalidade e a busca da eficiência orientaram os trabalhos da Cia Construtora de Santos. Mas o impacto conjuntural também se faria ali sentir. O nascimento de seu empreendimento empresarial estava submerso na fase mais frágil da etapa de surgimento dos segmentos industriais no país. Grande parte da sua dinâmica vinha das ondas das atividades exportadoras. Mas, ao longo das décadas de 20 e 30, além das

³⁴⁴ Lima, 1976: 163.

³⁴⁵ Simonsen, 1919: 10.

³⁴⁶ Simonsen, 1919: 10.

profundas mudanças em termos institucionais, originados na Revolução de 30, a indústria nacional (não o segmento da construção civil, mas no seu conjunto) teria um drástico crescimento ao mesmo tempo em que se descolaria da sombra (ou sobra) da atividade cafeeira e passaria a ganhar contornos próprios, interesses em processo de diferenciação e necessidade de políticas autônomas.

A atividade neste período ainda restringia-se a entender os problemas que afetavam a economia moderna (em especial a industrial) como derivadas basicamente das questões de introdução de padrões técnicos mais evoluídos. Esta idéia era inclusive estendida aos problemas de produtividade do setor agrícola de nossa economia. Não passava ainda pelo crivo de sua reflexão que o dinamismo de um desses setores pudesse afetar o dinamismo do outro. Em *Orientação Agrícola brasileira*, o tema de fundo do discurso era a modernização dos padrões agrícolas de produção em resposta ao problema da nova força histórica que movia as economias ricas (exemplo da aproximação entre padrões científicos e atividades da lavoura dos EUA) e que tornaria imperativo o modelo racional de organização da lavoura – este mote tomado como inovador para a época. Em grande parte, Simonsen utiliza neste período as questões de produtividade introduzidas como conseqüências da Primeira Guerra Mundial, tanto no desabrochar da imensa capacidade contida na *organização racional* do trabalho – que o esforço de guerra exigiu e conseguiu através do planejamento da produção -, quanto no novo quadro que se desenhava da competitividade mundial. Os ‘novos tempos’ não permitiriam a sobrevivência econômica dos povos que não aprendessem a disciplinar a produção:

Para produzir, porém, não é mais bastante o trabalho simples, descuidado, ao Deus dará! Na tremenda luta econômica em que os povos se vão empenhar como reacção inevitável da grande guerra, em que avultaram nos orçamentos das nações as despesas improductivas, os que desejarem produzir na accepção econômica da palavra – têm de organizar em seus mínimos detalhes o systema de producção – seja qual for a natureza desta, visando a máxima efficiencia na applicação de todos os seus elementos.³⁴⁷

Sobre as conseqüências deixadas pela guerra (de 1914), Simonsen enxerga, ao lado das inúmeras desvantagens associadas a perda irracional de vidas e ao tamanho da tragédia histórica que uma insanidade como esta provoca, um aspecto positivo. Utilizando uma citação de Lloyd George, para elucidar o que ‘de bom’ é possível de ser retirado do enorme impacto destrutivo:

³⁴⁷ Simonsen, 1919: 19.

prophetizo, porém, o seguinte: seja ela ella qual for, o que já se lucrou em nosso activo e reserva, excede infinitamente a qualquer passivo que o balanço venha a accusar. Os recursos de que dispúnhamos foram desdobrados e postos em movimento em todas as direcções; a nação em peso, disciplinada, despertada, prompta, acha-se transformada em potencia viva. Despimo-nos de roupagens inúteis. Eis-nos a desenvolver a musculatura pela gymnastica. Estamos em pleno exercício. Somos um povo differente do que éramos antes³⁴⁸

Simonsen usa também, a avaliação feita pelos americanos sobre a nova lição de competitividade e organização do trabalho após a drástica mudança oferecida pelo quadro do após guerra. Cita a visão dos americanos neste novo e problemático quadro, que prepara os espíritos para novas exigências econômicas:

só conseguiremos escapar a contento realizando prodigiosos esforços no sentido de ‘augmentar, em todas as direcções, o nosso rendimento de trabalho’. E mais adiante: não devemos nunca esquecer que os nossos competidores estrangeiros são homens e mulheres que estão sendo educados em uma escola de sacrificio, que se vão habituando aos poucos a produzir mais e receber menos’.³⁴⁹

Este novo cenário da economia mundial e a direção que parece orientar a conduta racional, planejada e fortemente preparada para uma corrida competitiva de reconstrução, dever ser também adotada para o Brasil, se quisermos manter nosso espaço (dai o eixo da questão ser, para Simonsen nesse momento, a atenção redobrada com a produção agrícola de exportação) no comércio e no ranking mundial. A questão central que atormenta Simonsen nessa fase é a de racionalizar a produção, traduzindo para a agricultura os padrões da técnica moderna, mantendo esta atividade como eixo do sistema (produtora de ‘capitales’). Ou seja, a agricultura é o locus nacional onde devemos inserir e adaptar as técnica aprendida com o ritmo e características do desenvolvimento econômico mundial – agora apressado pelo pós-guerra:

O fomento da nossa produção exige ainda o estudo do desenvolvimento do crédito agrícola; do problema da mão de obra, tão complexo no momento actual pela rarefacção havida no mercado de braços; da orientação acertada na escolha dos productos e do instrumental agrícola; do transporte, a preços módicos; **depende emfim da organização da produção em bases scientificamente determinadas** [destaque do autor].³⁵⁰

Em *Orientação agrícola*, nenhuma linha indicaria o papel da indústria como sucedâneo no comando do progresso econômico (em termos de substituição de um setor pelo

³⁴⁸ Simonsen, 1919: 20.

³⁴⁹ Simonsen, op. cit.

³⁵⁰ Simonsen, 1919: 28.

outro, e da supremacia da indústria sobre a agricultura). Mesmo levando-se em consideração a diplomacia e o bom senso (já que o discurso era dirigido para o ministro da Agricultura), nas ações seguintes que marcariam a ascensão de Simonsen nos quadros da elite nacional nesta fase (1912/1928), grande parte de seu esforço manter-se-ia na mesma rota – como tornar mais eficiente, produtiva e diversificada a produção agrícola nacional (tarefas da Missão à Inglaterra e do Congresso Internacional dos Industriais de Algodão/ Paris). No fundo o que persistia era o conceito difundido e generalizado na sociedade brasileira sobre a supremacia da atividade agrícola sobre as demais atividades econômicas.

Num país como o nosso, o Ministério da Agricultura, assume, portanto, preponderância capital. Referi-me atrás ao valor da produção industrial americana; pois no desenvolvimento econômico dos Estados Unidos a agricultura manteve e mantém o papel preponderante! (...) Esse aumento de riqueza, esse desenvolvimento agricultura americana, que começou a ser observado principalmente nos últimos 50 anos é o fructo legítimo do trabalho associado, do cérebro, do músculo e da machina; é o fructo de uma cultura inteligente, intensiva, de melhores methodos e de um emprego judicioso do solo.³⁵¹

Mais de duas décadas depois, Simonsen volta a enunciar a correlação e interdependência que existe entre todos os setores da economia:

Aliás, são entre nos ilimitados os campos para as várias atividades, e as moderadas energias de que dispomos, esta reclamando uma atmosfera de aliança e harmonia, ao invés de uma descabida contraposição. A nossa evolução cultural há de mostrar mais rapidamente do que em qualquer outra parte, que não está longe o dia em que se não poderá distinguir, onde termina a agricultura, onde começa a indústria ou onde principia o comércio.³⁵²

Sem a matéria prima, organizada em sua maior parte pela lavoura, onde a potencialidade de uma indústria? Sem a indústria organizada e próspera, para que a produção de matérias primas? E, afinal, sem um comércio estável, como fazer a circulação dessas riquezas?³⁵³

Roberto Simonsen, como outros empresários no período, não via contradições entre o setor industrial e o setor agrário, principalmente porque a dinâmica que permitia o crescimento das demandas que sustentavam o surto industrial aparecia como derivada da riqueza do café, do algodão e da borracha (no caso da indústria têxtil o inter-relacionamento era acrescido de outra dimensão - a matéria prima têxtil era originada na própria atividade agrícola). E como a indústria não teria conseguido peso suficiente para desenvolver e impor

³⁵¹ Simonsen, 1919: 22.

³⁵² Simonsen, 1943 (A): 175.

³⁵³ Simonsen, 1944(C): 11.

sozinha uma nova forma de organizar as coisas, submetia-se ao pensamento e hegemonia do setor agrário-exportador:

era difícil aos industriais conceberem o desenvolvimento da economia paulista em termos diferentes dos adotados pelos fazendeiros e pelo importador, ao menos até a década de 1930. O café, evidentemente, criara o seu mercado; prejudicá-lo de alguma forma teria sido quase um suicídio.³⁵⁴

A hegemonia do café, base econômica da República Velha era também política (a origem da oligarquia paulista, por exemplo, era o latifúndio cafeicultor), sendo seu corolário político:

Roberto Simonsen propunha um projeto de desenvolvimento que feria o menos possível os interesses econômicos das oligarquias agro-exportadoras, buscando o velho caminho da conciliação (o chamado Estado de compromisso) que vinha caracterizando o Estado brasileiro desde a República.³⁵⁵

O reconhecimento de Simonsen como um aliado na defesa da agricultura pode ser exemplificado na dedicatória que Silvio A. Penteado faz no exemplar oferecido a Simonsen, de seu livro *Como minorar os prejuízos da lavoura* (1918), em que pleiteia uma política permanente para a proteção da economia cafeeira: *Ao Ilmo Dr. Roberto Cochrane Simonsen com os nossos cumprimentos pelo seu magnífico discurso da saudação ao Ministro Pádua Salles. Silvio Al Penteado - janeiro de 1919*³⁵⁶.

A virada de Simonsen em direção à defesa dos interesses industriais e seu distanciamento da hegemonia cafeeira vinha em larga medida dos progressivos confrontos que iriam marcar a relação entre o setor industrial e o setor cafeeiro na definição das políticas públicas. Questões como tarifas, política de desvalorização cambial, financiamento, acordos comerciais, tornariam cada vez mais claras as diferenças de interesses entre os dois setores. De maneira genérica, as relações entre o setor industrial e oligarquias agrário-exportadoras foram tensas, mas não antagônicas, principalmente durante o final do século 19 e a primeira década do século 20 (baseada na fraqueza da indústria e na fortaleza do café). Para o setor cafeeiro a industrialização não significava concorrência e, ao contrário, resolvia o problema das demandas de bens de consumo, compatíveis com as novas necessidades geradas pela transformação das relações de trabalho a partir da abolição.

³⁵⁴ Dean, 1976: 78.

³⁵⁵ Mantega, 1995: 27.

³⁵⁶ Material localizado no acervo Roberto Simonsen (Biblioteca da FIESP). BC/IFCH/Unicamp.

Bem diferentes serão as colocações dos textos de Simonsen, no início dos anos 30. Não apenas a indústria seria contraposta ao café, como a prática persistente de protegê-lo (e ao modelo mercantil exportador) implicaria na impossibilidade de avanço civilizatório.

No actual estagio da civilização e da política internacional não se pode conceber a idéia de nação sem a de protecționismo. Affirmar que o Brasil só pode produzir em condições econômicas o café e pregar a destruição das barreiras aduaneiras com o intuito phantasia de se conseguir em troca, maiores mercados para a collocação desse producto, é admitir a transformação do paiz num vasto cafesal com o desmantelamento de muitas de nossas actividades, com o rebaixamento do padrão de vida e com grande recuo de nossa civilização.³⁵⁷

O distanciamento entre agricultura e indústria deve ser apontado com cuidado sob pena de admitirmos que houve algum movimento extremamente significativo que tivesse tornado a atividade industrial *muito superior* às atividades da agricultura no período – em volume de produção, valor da produção, ocupação de mão de obra, posição na formação do PIB, etc. Ora, nenhum desses fatos ocorreu, e a economia primário-exportadora foi a que continuou detendo a maior capacidade de geração de riqueza até os anos 60³⁵⁸. No caso de Simonsen, este distanciamento ocorre no plano intelectual e também no plano da representação corporativa.

No primeiro, a compreensão de Simonsen, ao saltar do universo da produção em ambiente micro para os problemas da economia como um todo, porém ainda em torno do eixo nacional, afastam o autor da rigidez explicativa que encontrava nos postulados da economia científica (naturalismo econômico). O ‘melhor dos mundos’ à que a evolução natural e uma tendência ao equilíbrio levaria as sociedades sob a batuta da mão invisível, parecia não apenas distante, como se transformava numa miragem que impedia a realização do progresso. A rejeição do modelo clássico de economia implicava em descobrir outro arsenal de ideais, outras explicações e uma nova forma de encaminhar a questão do progresso (não dá para afirmar, no período que vai até o final dos anos 20 que a percepção de Simonsen tenha elaborado ainda o conceito de *desenvolvimento* , tal qual a conotação forjada depois – para o autor, ainda era o ‘melhor aparelhamento econômico’, a elevação de nossa riqueza, alcançar o progresso, os estágios mais evoluídos da civilização industrial, a posição no ‘concerto das nações’). A comparação entre modelos históricos e a aproximação com o planejamento econômico alemão, iluminou o problema do colonialismo econômico e do atraso a que

³⁵⁷ Simonsen, 1932, 09.

³⁵⁸ Furtado (1995).

ficavam presas nações especializadas na produção primária. A recusa a ‘vocação rural’ assumiria um papel crescente de destaque na nova concepção econômica de Simonsen. Esta amarração conceitual levou tempo para finalizar-se -   uma g nese, um movimento de elaboração que vai amarrando conceitos, experiências, informações idéias desde o texto de 1928 (e no plano da intelecção talvez antes) e que vai se avolumando e clarificando ao longo de toda a década de 30.

No segundo caso, no plano da representação dos interesses industriais, impulsionava a ruptura a situação de Simonsen como representante corporativo do setor. A separação dos industriais do segmento comercial com a criação do CIESP espelha a diferenciação de demandas entre eles. As sucessivas crises que abalaram a sociedade brasileira nos anos 20 (política, social, econômica e cultural) criaram situações *sui generis* que opunham, nesse momento, as burguesias industrial, comercial e agrícola. Dentre essas situações, podemos apontar a questão da carestia e a detecção de suas causas (o protecionismo industrial? O comércio em sua ganância argentaria? O baixo poder de compra das classes populares pela crise cafeeira? Os desmandos dos governos – representantes por sua vez das oligarquias, em especial a cafeeira?); as tensões dos movimentos operários e as primeiras experiências de estabelecimento de dispositivos legais (e que era vista de maneira desigual entre os setores); e, por ultimo, a questão do direcionamento das políticas públicas em situação de crise – que setor priorizar?

Neste fracionamento, imerso em um processo de disputa e em situação de crise, a organização do empresariado industrial e suas lideranç as tiveram que amadurecer rapidamente suas posições – aumentar o nível de organização das bases do setor, produzir um programa ou agenda de objetivos, aumentar sua interferência e capacidade de enfrentamento nas arenas exógenas ao mundo fabril. A criação dos órgãos de representação sindical dos industriais ocorreu na medida em que se formava uma base ampliada e disseminada da atividade industrial (uma classe numericamente importante) em diversas localidades. A homogeneidade de interesses dos industriais, e de uma identidade de problemas e respostas abarcava a categoria para além das questões regionais, implicando uma percepção nacional (geral) e propriamente industrial (particular):

Entre as classes havia uma, entretanto, a da indústria, que apresentava um grande caráter de homogeneidade de aspirações em todo o território nacional. A tecnologia, as máquinas, as matérias primas, as especializações dos trabalhadores eram as mesmas,

estivesse a indústria instalada no Rio Grande do Sul ou no Pará. Os interesses de todos os que nela trabalhavam eram mais ou menos os mesmos, e assim, um seu representante poderia, com segurança, falar em problemas nacionais da indústria.³⁵⁹

O empenho de Simonsen em responder a esta necessidade foi uma das forças que estimulou a contrapartida da inteligência e da visualização de um quadro claro para a indústria, afastando-se dos interesses de outros setores na busca de uma identidade industrial e uma hegemonia também industrial.

³⁵⁹ Berlinck, 1948: 12. Afirmação semelhante é também encontrada em Leme (1978).

CAPÍTULO IV
A ECONOMIA NACIONAL

A análise sobre a produção intelectual de Roberto Simonsen ganha peso e importância na fase estudada neste capítulo. Como já citamos anteriormente, a trajetória das suas formulações obedeceu a um único e mesmo impulso ordenador – a fé no progresso técnico e na capacidade de organizar a vida econômica segundo os princípios planejadores da ciência. Nos anos iniciais de sua carreira a perspectiva da racionalidade científica (ferramenta por excelência do progresso na era industrial) apareceu no ambiente diminuto da produção, quer fosse na empresa de propriedade de Simonsen, quer no prognóstico de estendê-la para o conjunto da produção industrial e também para outros setores da economia. A marca desta segunda fase é a ampliação do escopo da racionalização que deve ser aplicada não apenas à produção (movimento de transformação das matérias primas em mercadorias), mas ao ambiente geral da economia no plano nacional. A economia da ‘produção’ passa a evocar a integração com outros segmentos da produção e do consumo, e Simonsen desloca sua preocupação para o estudo da dinâmica econômica e dos fatores que afetam e dirigem o desenvolvimento sistêmico da sociedade (interna e externamente):

Chegaram assim os economistas a compreender a importância crescente da economia nacional, como conjuncto das actividades de um povo, com o intuito da satisfação das necessidades do país, dos grupos sociais e dos indivíduos que o integram e que cada vez mais entrelaçam seus interesses, pela legislação e outras múltiplas causas, dentro de uma mesma fronteira.³⁶⁰

Roberto Simonsen pode ser considerado o primeiro pensador brasileiro a estabelecer as bases da problemática do desenvolvimento e da economia política ao avaliar os limites da capacidade produtiva instalada no país, ligada ou não às especificidades da indústria. Poder aquisitivo, nível de instrução da população, grau de heterogeneidade dos mercados regionais, falta de oferta de alimentos, baixa capacidade instalada no setor de transporte e infra-estrutura, restrições impostas ao crescimento pelo comércio internacional, gestão de políticas públicas, entre outros aspectos, fundamentam a perspectiva de sistema econômico integrando economia, Estado e sociedade.

O ethos do desenvolvimento nasceu da percepção – das camadas empresariais nascentes, do estamento burocrático-militar, de algumas lideranças intelectuais e do proletariado em formação – de que o objetivo de aproximar o país das forças modernas de produção e de convivência não poderia ser alcançado por meio da simples operação das forças naturais do mercado.³⁶¹

³⁶⁰ Simonsen, 1935:10.

³⁶¹ Belluzzo, *Prefácio* In Borges, 1996: 14.

Ao invés de pensar a economia dos indivíduos (ou das empresas) e o naturalismo espontâneo e inerente que articula as relações de produção como proposto pela escola liberal, a concepção de uma economia pensada como uma comunidade nacional demonstra o vínculo teórico que se estabelecia entre as formulações de Simonsen nessa fase e a corrente do pensamento econômico listiano:

List, criando a economia nacional, mostrou como o Estado atua na conduta econômica dos indivíduos por intermédio de suas leis e de sua política externa. Salientou a interdependência entre as atividades econômicas desses indivíduos e os fatos sociais, morais e políticos. O conceito de vida nacional teve uma influência decisiva no desenvolvimento da economia política.³⁶²

A idéia de Georg List sobre o papel da Nação decorre de entendê-la enquanto a força econômica fundamental, porquanto são as instituições sociais a garantia e o estímulo de que o trabalho individual seja realizado e usufruído, e que as novas gerações possam ampliá-la (portanto, garantindo a condição de progresso, de liberdade e de riqueza), e não são resultados – são precondições.

Em toda parte e sempre, o bem-estar da nação tem sido proporcional à inteligência, à moralidade e a operosidade de seus cidadãos; é de acordo com esses fatores que a riqueza aumenta ou diminui. Todavia, a operosidade e a parcimônia, o espírito inventivo e a livre iniciativa por parte dos indivíduos nunca conseguiram realizar nada de importante se não estiverem apoiados na liberdade municipal, em instituições e leis públicas adequadas, em uma administração pública e em uma política exterior e, sobretudo, na unidade e no poderio da nação. Em toda parte a História nos demonstra um intenso processo de ação recíproca entre as forças e condições sociais e as forças e condições individuais.³⁶³

A influência de List é um dos elementos que demonstra que as concepções de Simonsen vão se condensando e radicalizando no período compreendido entre 1928 e 1940, avançando na construção de um pensamento econômico e social *sui generis*. Vários motivos podem ser apontados e responsabilizados por essa guinada (alguns já trabalhados nesta tese): o fortalecimento quantitativo e qualitativo da indústria impulsionando um correlato salto na organização ideológica e autonomização do setor; o recrudescimento da crise econômica acentuando as diferenças estruturais entre os diversos setores econômicos, exigindo uma política de enfrentamento e de barganha mais sólida; a formação de uma visão social com forte poder de atração, que apresentava uma versão de progresso calcada no desenvolvimento

³⁶² Simonsen, 1933: 17.

³⁶³ List, 1986: 81. Esta concepção em que pesam as estruturas sociais no encaminhamento do progresso econômico é parte da crítica que List faz ao ‘individualismo’ das concepções de Adam Smith.

industrial; a mudança na correlação de forças políticas e no aparecimento de novos grupos sociais em disputa pelo controle do Estado (este em situação de franca transformação). Todas estas explicações são pertinentes, e de fato alimentaram e, por outro lado, balizaram o campo das formulações simonseanas, mas gostaríamos de apontar um outro caminho que percorre subterraneamente esse movimento – o processo de formação e fermentação das idéias.

Não defendemos aqui a autonomia das idéias, mas também não é sensato reduzi-las até o mero reflexo do real³⁶⁴. Há entre estes dois pólos uma região de síntese, de fusão entre estes movimentos diferentes. Se o esforço da intelecção tem como objetivo o entendimento e a transformação da realidade (a construção de um projeto social)³⁶⁵, os resultados possíveis são apenas dois: ou o discurso ideacional permite ou não permite a emergência de uma alternativa de mudança, aceita como tal. No primeiro caso, se ele apenas reflete a realidade, desaparece a capacidade de orientar qualquer modificação e mesmo aceito socialmente não tem como objetivo a mudança, e sim a permanência. Se, por outro lado, ele se descola radicalmente ou de forma muito abrupta das condições sociais de que emergiu, então não consegue ser aceito (por estar longe, para trás ou adiante, da mentalidade média do período) perdendo, também, a capacidade de implementar modificações. A outra possibilidade, de ser aceito como um novo e plausível projeto social, baseia-se na capacidade que o discurso contém de absorver as mudanças do período e ao mesmo tempo estar próximo das expectativas culturais do conjunto societário a que se destina.

No caso do pensamento simonseano, esta dimensão é a mais importante no período agora analisado. A perspectiva de Simonsen evolui de um pensamento que se propõe como individual para a produção de um pensamento que se propõe como social (como diria List, deixou de voltar-se para a economia privada e tornou-se pública) e está comprometido com o projeto de uma sociedade industrial, tecnológica e moderna. Entretanto, a validade de

³⁶⁴ Concordamos com o posicionamento de Ehrard de que *não se trata de negar o condicionamento social das idéias, mas, muito simplesmente, de não pré-conceber suas modalidades*”, e de *“substituir a procura de uma determinação pela procura de uma função. Parece-me que é admissível que toda idéia viva tem um objetivo, isto é, um papel e um lugar num certo conjunto mental e ideológico. Lugar e função definidos sempre não para uma idéia que se considerasse isoladamente, mas para a totalidade das suas relações com a totalidade das idéias e das formas de pensamento de uma época* (Ehrard, 1974: 222).

³⁶⁵ Não estamos incluindo aqui a laboração artística cuja relação estabelecida entre autor e leitor (ou criador/ expectador) é diferente dos meios, da forma e finalidade a que se propõe um constructo ideológico, um projeto social.

qualquer projeto social inédito assenta-se na capacidade de elaboração de uma interpretação da realidade, orientada para ultrapassá-la. Desta forma, a perspectiva de Simonsen na defesa da industrialização (que expressa a potência do novo) enfrenta uma encruzilhada. Não pode utilizar os modelos intelectuais aceitos, pois estes são adequados à manutenção do *status quo* vigente, sendo ideologicamente a eles ajustados e de difícil deslocamento. Afinal, se o postulado aceito é o do comércio internacional (vantagens competitivas), diante do quadro brasileiro caracterizado pelo excedente de terras e pela falta de capital e tecnologia, como justificar a opção pela indústria? - nasce na construção desta contradição o diagnóstico da ‘indústria artificial’, não ajustada aos fatores inatos à economia brasileira sob a luz dos postulados liberais. Além do processo concreto pelo qual as atividades industriais vão se espalhando e tornando-se um fato, torna-se necessário providenciar uma outra formulação que sustente e legitime a indústria enquanto uma escolha socialmente aceita. Neste caso, o grau de ajuste das novas proposições ao quadro do período é determinante.

Se o distanciamento entre a nova formulação e mentalidade preexistente for muito significativa fica comprometida a capacidade de diálogo e de direção. Ao contrário, se forem mantidos pontos de contato com a lógica normalmente utilizada o diálogo permite o convencimento e a mudança de posição – é o caso de Simonsen de utilizar os mesmos argumentos que serviam para proteger o café de maneira oposta, demolindo, com os mesmos raciocínios a defesa do café – ou seja, usando a linguagem a qual a sociedade estava acostumada para levar o projeto que se quer desbancar a uma situação de aporia. Mas, se esta lógica não permite sustentar racionalmente o novo discurso ideológico, torna-se necessário desenvolver uma nova linha de argumentação. O ideal é que seja possível estabelecer um elo entre o novo discurso (ancorado nas contradições existentes ou nas expectativas não resolvidas) e o quadro social – é no caso do projeto simonseano, a força modernizante da indústria (forte presença no ideário mundial), a necessidade de uma integração social e econômica no espaço da nação (que permite a discussão de finalidade e dos sacrifícios impostos socialmente para o seu alcance). Os excessos, pontos não consensuais e de vanguarda, são postos de lado definitivamente ou postergados. Ainda no exemplo de Simonsen, a questão de uma autonomia nacional burguesa adiantada ao seu tempo foi este o elemento dissonante.

Esta é uma pista valiosa para compreendermos um dos pontos mais propalados do pensamento simonseano, o tema da ruptura com a vocação agrícola. É enorme a significação deste ponto se ele for encaixado no contexto geral da obra e do pensamento de Simonsen e no quadro da história brasileira nesse período, quando canaliza um lato processo de transformação, configurando um *locus* para o enfrentamento econômico e político entre dois modelos que estão associados à resistência e permanência, de um lado, e ao e ao ímpeto de mudança, do outro (envolvendo todo o confronto ideológico que acompanha os projetos socialmente existentes). Não houve ruptura com a agricultura nem com qualquer outro setor da economia porque eles fazem, para Simonsen, partes de um sistema integrado – houve sim, a proposta de remanejamento de funções e dos lugares previstos para cada setor da economia na divisão do trabalho conforme previsto na concepção de economia nacional (a vertente da teoria econômica que mais fortemente defendeu os vínculos estruturais entre agricultura, comércio e indústria em um dado sistema econômico nacional). A ruptura é com o modelo da vocação mercantil exportadora, com a teoria do comércio internacional e das vantagens comparativas, com a tese da mão invisível. Sua matriz encontra-se na descoberta de Simonsen de um dado inusitado para o discurso econômico vigente na época: a questão da pobreza. Ela não fora problematizada e nem tinha espaço na teoria de defesa da vocação rural (o liberalismo) a não ser muito marginalmente, e tornava-se diante do cenário da crise social do período, um epicentro do debate social e econômico. No máximo, a questão da pobreza era reduzida à dimensão privada – as condições de vida dos trabalhadores ou da população de maneira geral, e associada a fatores externos à própria economia cafeeira (como a questão da proteção dispensada ao *similar nacional* ou os déficits das contas públicas). Ou, se tomada em âmbito de maior envergadura, associada aos limites intrínsecos de nosso clima e condições mesológicas. O que não ocorria era a possível ligação da penúria como resultante da própria dinâmica econômica, como derivação da estrutura agrário-exportadora.

A existência da pobreza no cenário da economia mercantil-exportadora permitia fragilizar os pilares do discurso da vocação agrícola enfatizando a sua incapacidade de resolução deste grave desafio nacional (que Simonsen nomeou de ‘combate ao pauperismo’). A percepção deste nódulo, deste imbróglio fundamental, surgira a partir da análise das condições e restrições da economia, mas produziria uma cadeia de impactos crescentes nas formulações conceituais de Simonsen. É por este motivo que de maneira encadeada vão se

engendrando no pensamento de Simonsen rupturas teóricas progressivas que o conduzem à defesa do protecionismo, do planejamento, da ação do Estado e da afirmação da economia nacional, todos engendrados pela descoberta do calcanhar de Aquiles que a caracteriza a baixa capacidade responsiva da agricultura diante do problema da elevação do nível de vida da população brasileira. Esta frincha abria espaço à Simonsen para a afirmação da indústria e de seus valores sociais.

A partir da detecção dos limites impostos a capacidade de geração de progresso no modelo agrícola, Simonsen formularia uma teoria da industrialização, e no processo de organizar essa idéia e estabelecer as estratégias necessárias para torná-la coerente é que vai se sedimentando o afastamento e o rompimento com a escola do liberalismo econômico (a economia natural, ou ‘popular’ como a denomina List), não apenas porque esta se ajustava mais à representação ideológica dos interesses do modelo mercantil-exportador, mas porque não fornecia respostas as exigências da industrialização no quadro de uma economia atrasada. É o ponto sem retorno do pensamento simonseano e que explica o crescente radicalismo de suas posições, e onde são estabelecidos os elementos de ligação com as posteriores formulações desenvolvimentistas.

O campo intelectual, o universo teórico, é fundamental para compreender os objetivos que orientaram e delimitaram os temas e os argumentos de Roberto Simonsen nesse período, pois é no plano das idéias que sua maior contribuição seria dada e que permitiria a posterior luta pelos instrumentos para sua implementação enquanto um projeto ideológico de classe³⁶⁶. Neste capítulo serão privilegiados alguns aspectos do pensamento do autor no sentido dessa ruptura conceitual que fundamenta a batalha das idéias pelo projeto de industrialização. São pontos fundamentais da análise: o diagnóstico da pobreza (versão muito próxima do conceito de subdesenvolvimento elaborada posteriormente pela Cepal); a avaliação de ineficiência das regras de mercado como meios de superação da pobreza; a implementação de novos instrumentos para a consolidação do projeto industrial (Estado, portanto a intromissão na esfera do político); e a reprodução das idéias industriais, na questão

³⁶⁶ A hipótese apresentada indica um movimento multi-determinado, partindo da crise ou obstáculos ao projeto industrial, da ruptura teórica e da apresentação de uma nova formulação ideológica que permitiria aos industriais disputarem politicamente com os outros setores da sociedade – não custa lembrar que os setores burgueses precisam, para sair da consciência econômico-corporativa, de um processo de intelectualização que possibilite sua conversão a agente político em luta pelo poder político (Gramsci).

das elites e na produção de um discurso intelectual. Em todas, a influência marcante será de List e seu alvo a teoria da mão invisível do mercado.

4.1. A segunda fase da produção simonseana

A segunda fase da produção intelectual de Simonsen inicia-se com a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo em 1928. O pronunciamento que Simonsen faz, ao tomar posse como membro da primeira diretoria, *Orientação industrial brasileira*, é uma afirmação pública da autonomização do projeto industrialista e de sua diferenciação em relação aos interesses das outros grupos econômicos. Basta um pequeno fato para justificar o motivo da repercussão que o discurso conseguiu no período – o título. Dez anos antes Simonsen havia obtido notoriedade com o discurso *Orientação agrícola brasileira*, e que pode ser classificado não só como uma aceitação tácita da hegemonia agrícola, mas também como uma defesa dela (anteriormente destacamos que os aspectos inovadores do discurso de 1918 residiam na afirmação sobre a necessidade de racionalização da produção agrícola brasileira). No texto de 1928, de título quase homônimo, Simonsen subverte a análise: a orientação (sinônimo de vocação) da economia brasileira foi inicialmente agrícola, porém há um limite para a expansão dessa atividade, sendo a evolução natural da economia (ou destino) desenvolver a indústria.

Querer negar que a consolidação e o desenvolvimento do Parque Industrial brasileiro concorre para o aumento da riqueza, prestígio, poder e formação da nossa própria raça, é desconhecer os mais mezinhos princípios da política econômica e social. A grande indústria, por toda a parte do mundo em que se instala, traz como corolário o aumento dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social, e o aumento da capacidade do consumo. Traz ainda mais, como consequência, a intensificação das relações comerciais, das indústrias de transporte e a marcha victoriosa da civilização. O Parque Industrial brasileiro só pode portanto concorrer para o enriquecimento do Brasil.³⁶⁷

Uma sociedade moderna pede a indústria e não a agricultura. E todos os argumentos presentes no texto vão nessa direção.

A independência política de uma nação só é efectiva em todos os seus aspectos, se ella se baseia numa situação econômica forte, numa independência econômica relativa, sem a qual não existe de facto a independência política. Nas nações

³⁶⁷ Simonsen, 1928: 12.

econômica e financeiramente fracas, o produtor nacional entrega os seus productos, na permuta internacional, por valor inferior ao verdadeiro, em benefício de nações melhor organizadas.³⁶⁸

É, na prática e simbolicamente, um sinal de rompimento, havendo aqui dois tipos de rupturas. A criação do CIESP é o momento histórico de separação entre os interesses da indústria e do comércio, principalmente levando-se em conta a heterogeneidade deste último – o comércio interno tem um interesse e um peso (forte aliado na proposta de fortalecimento de um mercado consumidor nacional), já o comércio externo possui uma capacidade de movimentar-se fora do espaço preenchido pela indústria nacional e fortes amarras com o setor financeiro mundial (incluindo a questão de que os maiores comerciantes eram importadores diretos, ou firmas estrangeiras). Por último, o comportamento deste segmento no caso das políticas de importação, do problema cambial e do volume de circulação de moeda, não caminha na mesma direção que os interesses do setor industrial. Neste discurso Simonsen evidencia, também, a ruptura com o setor agrícola mercantil-exportador. Caracteriza-se, nesta ocasião, a diferenciação dos interesses burgueses no campo de sua representação pública e o fortalecimento de uma consciência burguesa própria.

No campo das atividades, faz parte deste período o trabalho de Simonsen de organização e difusão dos órgãos de representação e associação dos industriais (em âmbito estadual e nacional); a incursão de Simonsen no espaço político, em dois momentos distintos: como participante de movimentos históricos como a Revolução de 1932 ou como agente dentro da arena decisória (representação classista em 1933, 1935, participação nos Conselhos Técnicos); a criação do IDORT; e, por último, nos esforços de criação de novos espaços para a formação de uma elite dirigente afinada com os interesses industriais, com a fundação em maio de 1933 da Escola Livre de Sociologia e Política. Este projeto funcionava como um desdobramento da construção de um novo discurso intelectual sobre a indústria e a modernização em contraposição à *orientação normativa então predominante nos quadros superiores da administração pública brasileira, majoritariamente egressos das escolas de Direito*³⁶⁹. No campo das idéias, foi momento de produção intelectual importantíssimo, marcado pelo crescente afastamento do ideário liberal e da aproximação com o planejamento econômico.

³⁶⁸ Simonsen, 1928: 20.

³⁶⁹ Roberto Simonsen, *industrial e ideólogo*, FELSPSP, 1997: 11.

Simonsen é provavelmente um dos mais acabados exemplos do espírito desse tempo em São Paulo, em que personalidades emergentes de um espectro política e socialmente conservador acabaram por demonstrar um notável senso de liberalidade e agudeza de espírito, em seu esforço de conceber e lançar as bases de um novo projeto coletivo, mediante a implantação de relevantes agências científicas, culturais e educacionais até então inéditas no país.³⁷⁰

Colocamos como ponto final dessa fase o ano de 1943 em função da publicação, nesse ano, do trabalho *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra - geografia e política industrial* (editado pela FIESP), texto pioneiro sobre as relações do pós-guerra e onde se torna meridiana a conscientização do autor sobre os limites impostos ao desenvolvimento brasileiro pelos interesses do capitalismo internacional - na forma da divisão internacional do trabalho, na ótica da circulação do capital financeiro mundial, na presença das multinacionais ou na representação que possuíam endogenamente (vinculados a setores produtivos ou segmentos intelectuais e administrativos). E embora esta questão já aparecesse tematizada anteriormente, a proposta do Plano Marshall representaria, na opinião de Simonsen, uma demonstração inequívoca que os bons ventos que sopraram durante a guerra (relações de troca, reconhecimento do peso da pobreza como fiel da balança da ordem internacional, surgimento de uma consciência de ajuda mútua e responsabilidade internacional compartilhada) iriam se desfazer com o retorno das relações de exploração e desequilíbrio no comércio mundial, impedindo o desenvolvimento econômico das nações mais pobres. O último texto ainda característico da segunda fase é *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*.

Quanto à produção intelectual, constituem a coleção de trabalhos de Simonsen nessa segunda fase: *A orientação industrial brasileira* (1928); *As crises no Brasil* (1930); *As finanças e a indústria* (1931); *À margem da Profissão* (1932); *Rumo à verdade* (1933); *Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras* (1934); *Aspectos da política econômica nacional* (1935); *A indústria em face da economia nacional* (1937); *A evolução industrial do Brasil* (1939); *História Econômica do Brasil* (1939); *Níveis de vida e a economia nacional* (1940); *Recursos Econômicos e movimentos das populações* (1940); *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos* (1943) e *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra* (1943).

³⁷⁰ Op. cit. 09.

4.2. Uma inversão de imagens - prestígio industrial *versus* prestígio agrícola

Entre o final dos anos 10 e o começo dos anos 40 do século passado podemos observar o afastamento e a formação de uma consciência e projeto em separado para o setor industrial. Um dos elementos que pesou nesse processo foi o problema da carestia de vida. Acompanhando a evolução cronológica da obra simonsiana, podemos perceber que um dos primeiros temas tratados pelo autor é a questão do desprestígio que cercava a imagem pública dos industriais. Simonsen vai procurar demolir as teses que atribuíam aos industriais a culpa pela carestia de vida que agravava a pobreza das classes populares, e também a imputação do artificialismo da atividade industrial dependente das benesses públicas (que somadas davam um perfil parasitário e predatório à atividade industrial). A disseminação das posições contrárias aos industriais tinha por base a crítica ao protecionismo dispensado a esse setor, às expensas dos custos impostos à sociedade.

Na investida a que assistimos contra as indústrias ouvimos, constantemente, referências ao sacrifício que fazem 40 milhões de brasileiros em benefício de meia dúzia ‘felizes’ capitães de indústrias. Admitindo-se, para argumentar, que o protecionismo acarrete a carestia de determinados productos é preciso se compreender que esse encarecimento não representa o lucro dos industriais. Esse encarecimento é inerente ao custo da produção em países novos e desorganizados como o nosso. É um estágio pelo qual todas as nações têm que passar. A diferença de preços entre os productos estrangeiros e os nossos representa aumento de custo real que fica diluído no país e não nos bolsos dos industriais. A prova real é fornecida pelo encalçamento em que se encontram estes.³⁷¹

A experiência pessoal de Simonsen indicava que, ao contrário, a labuta da indústria era legítima e estava tão afetada pelas condições gerais da economia como os outros setores econômicos e a população em geral. Como empresário Simonsen ressentia-se das dificuldades de sobreviver no ramo da construção civil diante das dificuldades de importação de máquinas, da limitação tecnológica, da insuficiência de capitais, da falta de técnicos qualificados e, principalmente, da insegurança monetária e cambial que impediam o cálculo racional, que acabavam por afetar o poder de compra de nossa moeda no mercado internacional e minar o valor real da produção. Além da experiência empresarial própria, o contato com outros industriais e a preocupação de entender a economia brasileira levaria o autor a observar que eram as políticas fiscais e monetárias do governo que estavam

³⁷¹ Simonsen, 1930: 04.

paralisando a economia, e sendo a culpa injustamente atribuída aos industriais, sendo que as políticas governamentais decorriam dos problemas encontrados pelo setor exportador (particularmente o café).

A detecção destes problemas e os limites conjunturais a uma solução favorável à indústria, que esbarraria na muralha representada pelos interesses mercantil-exportadores, afastariam Simonsen cada vez mais da órbita comandada pelo setor agrícola da economia - muito embora isto não significasse que Simonsen deixaria de apoiar as políticas de valorização do café que, aliás, defendeu veementemente ainda que com outro espírito (como veremos adiante). Na defesa da indústria, acusada de delito e culpa que ela, para Simonsen, não tinha, a saída seria procurar o elemento realmente responsável pela crise.

Na crise endêmica em que vivemos, no mal estar em que mergulham todas as classes da nação, muitos há que procuram encontrar um bode expiatório para explicação das causas do mal. E infelizmente, as classes industriais, as que mais soffrem, porque nenhuma outra como ellas precisa de organização nacional perfeita, para se manter na concorrência mundial e do enriquecimento da população, para que subsista um mercado consumidor adequado à sua produção, têm sido apontadas como um dos factores desse mal estar!³⁷²

O problema da carestia de vida se confundia na opinião pública com a questão do protecionismo dispensado ao segmento industrial. Correntemente a indústria nacional era acusada de sobreviver às expensas do erário público, através de políticas de restrições às importações que geravam um monopólio legal, elevando os preços praticados no mercado interno e aumentando artificial e extraordinariamente os lucros dos industriais. Além dessas duas distorções (quebra do princípio de concorrência e livre mercado e alta generalizada no custo de vida), a crítica mais perigosa à indústria era sobre a função do protecionismo: se era necessário impedir a competição entre os preços e as mercadorias das empresas nacionais e as empresas estrangeiras porque ela seria desfavorável ao produto nacional, então o problema da indústria nativa era a sua ineficiência, sua incapacidade. Não teria sentido proteger a indústria, às custas de causar embaraços a outros setores econômicos mais dinâmicos e à população como um todo. O protecionismo (especialmente o tarifário) servia à causa de poucos e gananciosos empresários de um lado, acalentado pela utopia irresponsável daqueles que acreditavam num futuro industrial para o país (que pela proteção pedida já davam provas de sua ineficiência).

³⁷² Simonsen, 1930:42.

Os industriais de tecidos vão receber do Sr. Washington Luís o presente da majoração de tarifas aduaneiras. É o paliativo caríssimo de que falávamos ontem. A lavoura, porém, não recebe nada. Nem remédio, nem paliativo. Terá que agüentar firme, no toco, com broca, falta de braços, campanha baixista de torradores e empréstimos em ouro, até que a providência venha um dia em seu auxílio (...) se [a indústria] é nova, reclama a tarifa a pretexto de defesa, se é velha implora aumentos nas taxas existentes sob o falaz argumento de que elas não correspondem às condições atuais, as primeiras são indústrias de mamadeira; as outras, que já deviam estar desmamadas, pedem dupla ração de leite, porque o apetite decerto cresceu com a idade.³⁷³

Esta tese teve vida longa no debate brasileiro. Ao final do século 19, o acento e embasamento da crítica à indústria era a sua inexistência real, quase que um capricho, cujo custo de manutenção colocaria em risco as verdadeiras forças econômicas do país e acarretaria um custo social desmedido para compensar algumas riquezas pessoais. Para o ministro Joaquim Murinho *a proteção à indústria provocava a extinção do comércio internacional e o desenvolvimento exagerado das grandes fortunas*³⁷⁴.

A busca da riqueza, da fortuna privada, que desaloja outros valores fundamentais na vida humana e que se coloca como fim último da ação, continuou a ser aventada não apenas em termos econômicos, mas também como uma análise sociológica ou filosófica. Tristão de Athayde em *O problema da burguesia* (1932) faz um arrazoado condenando a modernização industrial sob o prisma da degeneração civilizatória: o burguês representa um estilo de vida em que os valores fundamentais são o individualismo e um materialismo ensimesmado. O desejo de posse e de usufruir nascia no indivíduo e nele se finalizava, não como um movimento da necessidade biológica que integra o homem com a natureza, mas com a finalidade de ostentação que aparta os indivíduos sem conduzir a nenhum objetivo mais elevado.

O burguês, para Tristão de Athayde, deseja a *organização de uma sociedade sem* [destaque do autor] *finalidade filosófica*³⁷⁵. Ou seja, sem estabelecer a solidariedade entre os homens (o burguês é antes de tudo um egoísta) e sem pretender um *telos* ou valor moral, não pode haver uma sociedade burguesa e nem se constituir modelo de civilização – ao contrário, é sua negação, sua antípoda. A idéia da plutocracia, do poder argentário, permeava as atividades dos negócios, associada à riqueza fácil e perigosa, e era contrastada com o modelo de economia rural, associada a uma dinâmica mais lenta, tradicional (no sentido de

³⁷³ Fausto, 1994, p: 34/36.

³⁷⁴ Apud Bastos, 1952: 140.

³⁷⁵ Athayde, 1932: 13/14.

identificação com o passado histórico nacional) e na qual os laços não eram apenas econômicos, mas sociais³⁷⁶.

4.2.1. indústria e civilização

A crítica ao efeito destruturador da riqueza (da qual a indústria se apresentava no período expressão mais burilada) embaraçava a imagem socialmente construída sobre os industriais e as indústrias e minava a possibilidade desse setor demandar políticas (não necessariamente as protecionistas) e de ver seus interesses, senão contemplados, pelo menos aceitos com menor resistência pública. Essa associação indústria e riqueza, e estas em contraposição aos interesses de uma sociedade estável, foi percebida e tratada por Simonsen. Nos textos reunidos em *À margem da profissão* encontramos diversos momentos em que o autor trava publicamente uma batalha ideológica em prol da valorização das atividades dos negócios e dos negociantes, puxando o argumento para o ‘compromisso’ social (em alguns momentos fala de um sentido ético) das atividades empresariais.

Indivíduos que eram considerados como dominados pela avidez do ganho souberam impor-se à admiração geral pelo seu animo de sacrifício e dedicação pela causa pública. Poderia ter isso acontecido se da carreira que abraçaram não lhes adviessem idéias e propósitos elevados? Qual é esse espírito, essa força viva que operou milagres e que orienta a acção dos bem intencionados na vida de negócios? Qual é, em summa, a ‘alma dos negócios’? (...) a alma da sciencia dos negócios, encarados sob um ponto de vista superior, foi definida como sendo ‘a prestação de serviços à sociedade’ (...) empregando a verdade e promovendo o desenvolvimento do sentimento de responsabilidade individual.³⁷⁷

³⁷⁶ A análise de Florestan Fernandes (1987) acentua que a fase do capitalismo mercantil no Brasil produziu um hibridismo, as relações econômicas fundiaram-se com as relações sociais e políticas, minando a possibilidade de criação de um mercado competitivo e anônimo. Ao contrário, o predomínio das relações pessoais sobre as demais, faziam com que o universo da fazenda fosse também o universo da comunidade ou do Estado (síntese ocorrida na figura do coronel). É possível imaginarmos que a resistência ou os argumentos tecidos como resistência à ascensão da indústria tenham tomado esse universo simbiótico em consideração – a sociedade rural é o *ancien regime*, dotado de elos societários que desaparecem nas relações objetivas e impessoais que baseiam a atividade econômica industrial.

³⁷⁷ Simonsen, *a função dos homens de Negócios*, 1920 (1932): 115; 117. Nesse discurso de paraninfo, a posição de Simonsen levou Menotti del Picchia, que a assistia a cerimônia, a fazer a seguinte afirmação: *contra a minha expectativa, ouvi com praser, com patriótico praser, o seu bello trabalho. (...) Uma bella página de energia moral, de bom senso práctico, de orientação idealisticamente utilitária. (...) é preciso que se digam essas cousas à mocidade, que se lhe inculcam energias, que se lhe mostre o caminho do trabalho, da luta professional sob um sereno ponto de vista. (...) com o patriótico*

A defesa do industrialismo, do compromisso geracional e cumulativo promovido pelas mudanças tecnológicas ligadas à indústria, o barateamento dos bens e sua democratização de consumo, e a própria função de integrar e cimentar a nacionalidade são pontos que marcam *À margem da profissão*. O objetivo de Simonsen: elevar o prestígio da imagem das indústrias e do tipo social a ela ligado. Mas há mais do que isso. Há um elemento, para o qual gostaríamos de chamar a atenção, e que pode servir de base para a demonstração do empenho simonseano na questão imagética e ideológica - o título da obra citada. O que significaria exatamente a expressão escolhida por Simonsen ‘à margem da profissão’? A alusão ao trabalho organizado por Vicente Licínio Cardoso (*À margem da história da República*) é imediata, mas além de demonstrar que Simonsen entendia a sua experiência pessoal como pertencendo a um movimento geral das idéias em gestação naquele período de mudança (o vínculo geracional com o sentimento intelectual de urgência e novidade que apontamos anteriormente), poderíamos sugerir a existência de um outro propósito, talvez até mesmo inconsciente, na denominação dada ao livro: a transição da perspectiva de Simonsen da dimensão privada da produção para a reflexão sobre a economia em seu conjunto.

O termo ‘margem’ tem a seguinte conotação: no sentido estrito é *espaço situado no contorno externo imediato de algo; borda, limite externo, periferia* e no sentido figurado *limite, fronteira; o contraste entre coisas, refletido na quantidade, dimensão ou extensão de uma em relação às outras* ³⁷⁸. Para Simonsen subjaz à atividade empresarial, à vida profissional e ao espaço da produção uma outra dimensão correlata, o conjunto dos valores e problemas da vida econômica na sua totalidade. E muito embora ela não seja notadamente o centro (é uma borda, um entorno) não há como ignorá-la. O encadeamento realizado das obras e temas que compõem o livro passa a fazer sentido. Os primeiros capítulos reúnem discursos artigos e conferências em que ao lado da especificidade valor da profissão de engenheiro, Simonsen trata da era industrial e da ciência, do valor do trabalho e da ética dos negócios, da relação com a agricultura e com o comércio. Na segunda parte, a análise da política defensiva do café, o estudo sobre as crises no Brasil (apenas o último capítulo) e, por último, a integra do trabalho *As finanças e a indústria*. O ritmo intelectual estabelece uma linha de problemas que vão da ação econômica isolada à nação, tendo como ponto de inflexão a avaliação da

ardor de quem prega a religião do trabalho que o Dr. Simonsen falou à mocidade. E por isso, foi com surpresa que, no fim do discurso, me vi abater palmas (Simonsen, op. cit. p: 113).

³⁷⁸ Dicionário Houaiss.

política cafeeira e sua correlação com o fenômeno das crises. É um caminho teórico que traça na busca da compreensão não apenas da profissão (produção individual, restrita, localizada), mas de seu papel e seu destino social, de sua função dentro da sociedade econômica nacional. A falta de consciência sobre essa mutação subterrânea explica a citação de Alberto Torres logo na abertura do livro:

O patriotismo sem bússola, a sciencia sem synthese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem systema, o trabalho e a produção sem harmonia e apoio, actuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente.³⁷⁹

A valorização da imagem e do papel da indústria na vida nacional como um caminho para o país, demolindo a sua ligação com um materialismo vulgar (no sentido de culto à vida material, aos prazeres sensíveis), é retomada por Simonsen em *Rumo à verdade* (1933) e em *Níveis de vida e a economia nacional* (1940). O primeiro trabalho também pode ser analisado inicialmente a partir da denominação dada por seu autor. Rumo a *que* verdade? A leitura do texto esclarece a posição de Simonsen sobre os problemas da sociedade e da nacionalidade brasileira que existem, persistem (portanto são verdadeiros), mas que as elites teimam em não reconhecer e sobre eles atuar. Em função desse descaso, como alternativa corretiva é que surge a proposta da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, orientada por dois objetivos fundamentais: primeiro, ser instrumento capaz de sanar a crise de ausência de direção intelectual que caracterizava a sociedade brasileira, formando uma elite dirigente capaz de realizar essa tarefa; em segundo lugar, produzindo um estoque de conhecimento novo e variegado capaz de refletir as características da sociedade brasileira sem recorrer a exotismos intelectuais, ao mesmo tempo em que permitisse a elaboração de projetos corretivos. Vemos que a perspectiva de Simonsen caminha no sentido da batalha das idéias, forjando ferramentas e soldados, porque, para ele, a peleja já se encontrava instalada.

A fundação da Escola Livre não foi uma criação original e pessoal de Roberto Simonsen³⁸⁰, mas sim o resultado de uma circunstância histórica e de um desejo paulista encabeçado pelo grupo da Comunhão Paulista que congregava os liberais do estado, ligados à família Mesquita (grupo detentor do jornal *O Estado de São Paulo*) e de forte presença e

³⁷⁹ A mesma frase já havia sido citada em 1919, no texto *Missão à Inglaterra* [1919] 1932: 64.

³⁸⁰ Como, aliás, também não o foi o SENAI, ao qual seu nome aparece sempre associado no momento de criação (como veremos no próximo capítulo).

influência na política estadual e nacional³⁸¹. Este grupo associava o problema da formação de uma elite alinhada aos interesses estaduais à existência de uma universidade ou sob seu controle ou sob sua influência, habilitada a produzir um conjunto de idéias mais modernas e ajustadas ao espaço cultural e intelectual que se abria na sociedade e, para o qual, as carreiras profissionais tradicionais (da Escola de Direito, Faculdade de Medicina e Escola Politécnica) encontravam-se defasadas.

A criação da Escola Livre de Sociologia e Política (...) ocorreu num período de grande inquietação cultural, no Brasil e na cidade de São Paulo, em particular, marcado por importantes e inusitados empreendimentos públicos e privados de cunho cultural e educacional. No breve intervalo de 1930 a 1937, entre a crise d República Velha e a emergência do Estado Novo, surgiram também a Universidade do Distrito Federal, O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e o Departamento de Municipal de Cultura da cidade de São Paulo.³⁸²

Intensificou-se este anelo no período dos anos 30 em função da Revolução, da resistência paulista em 1932 e do Estado Novo a busca de uma nova articulação para o pensamento, associado às demandas inusitadas que se apresentavam no período.

Como elos de uma mesma cadeia, tais iniciativas apontavam para o objetivo comum de incorporar às necessidades culturais do país o desenvolvimento de novas abordagens para a compreensão e enfrentamento dos problemas sociais brasileiros, de uma perspectiva autônoma e, ao mesmo tempo, crítica e reformadora.³⁸³

Também a questão da instrução pública ficava no horizonte temático dessas lideranças, como no papel proeminente exercido por Fernando de Azevedo (integrante do grupo e protegido de Júlio Mesquita) no inquérito sobre instrução pública realizado em 1926. Mesmo sem ser o demiurgo da criação da ELSP, a importância de Simonsen nesse processo não é menor³⁸⁴. No caso da escola Livre, podemos destacar o fato de Simonsen ter sido

³⁸¹ São referências para o estudo da criação e importância da ELSP e do o grupo da Comunhão e do papel desempenhado pelo *O Estado de São Paulo* no período, os trabalhos de Capelato (1988), Cardoso (1982) e Miceli (2001).

³⁸² ELSP, 1997: 13. Ainda como demonstração da vitalidade desse momento o surto de modernização levaria ao surgimento de importantes eventos como a Semana de Arte Moderna, a criação do Arquivo Municipal de São Paulo (1934), Departamento Municipal de Cultura (1935) Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (1935).

³⁸³ ELSP, op. cit.

³⁸⁴ Segundo Cyro Berlink, o papel de Simonsen na criação da ELSP foi material e simbólico, representando uma onda de mudança cultural e política no período: *foi a atuação de Roberto Simonsen no passado e na Revolução de 1932 que levou os jovens idealizadores da escola de Sociologia e Política a procurá-lo. Era para eles o elemento da geração anterior capaz de orientar a mocidade, desiludida pela falácia da revolução e consciente das perspectivas construtivas do processo de evolução social* (Berlink, 1948: 09).

contatado para a implementação do projeto, revelando o reconhecimento público de uma identidade ou similitude entre as suas proposições e a onda que se elevava no pensamento do período. Pesa ainda o papel de liderança que exerceu, demonstrando aquela rara habilidade de a partir dos dados da realidade dirigi-la (ou utilizá-la) para um fim determinado (a defesa da industrialização dos valores a ela associados). Como em outras situações, Simonsen encontrava-se ‘no lugar certo, na hora certa’ (o belo conceito de *kairós* para os gregos).

Na solenidade de inauguração da escola Simonsen é escolhido para pronunciar o discurso de fundação e agradece a escolha do seu nome, que pleiteia ser de menor importância no processo. A única justificativa que encontra para estar ele ali, a falar em nome da instituição, é a afinidade entre o que a escola representa e parte dos objetivos pelos quais ele mesmo se batia na vida brasileira, a defesa de um novo *tipo* de ensino e de uma nova percepção da função da ciência *ao público que a escola que aqui cogitamos se destina, precipuamente a intensificar a adaptação do homem ao meio, sob a égide da ciência, da experiência e da observação, obedecendo a uma orientação prática*³⁸⁵ e que se opunha ao tradicional modelo do bacharelismo intelectual, responsável pela crise de idéias que afetava o país.

os instrumentos e processos de ensino em vigor [levam os estudantes à] especulações individualistas, pesquisas isoladas e malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caráter pessoal (...) enquanto que a verdadeira ciência, o ensino moderno [deveria estar] apto a inspirar interesse pelo bem coletivo.³⁸⁶

A escola, para Simonsen, vinha a contento para os desafios da época e seu currículo e objetivos dirigiam-se para a elaboração de instrumentos capazes de dirigir os rumos da mudança que se sentia por toda a parte, sintomas de uma mudança que sem ordenamento poderia gerar ao invés de progresso o caos social. Os As evidências da crise eram muitas. No plano político a sociedade demonstrava sinais de impaciência (Simonsen cita o movimento paulista de 1932 como uma dos sintomas dessa necessidade de renovação que sacudia a sociedade brasileira).

o povo sente-se mais ou menos às tontas e vacilante. Quer agir, tem vontade de promover algo de útil, cogita de uma renovação benéfica, mas não encontra a mola central de uma elite harmoniosa, que lhe inspire confiança, que lhe ensine passos firmes e seguros.³⁸⁷

³⁸⁵ Simonsen, 1933: 07.

³⁸⁶ Simonsen, 1933: 06.

³⁸⁷ Simonsen, op. cit.

Mas ao contrário do que se afirmava, a crise não era uma demonstração da inadequação e resistência da sociedade brasileira ao processo de modernização, de recusa dos valores verdadeiros da civilização *machínica*. Simonsen reconhece que a evolução tecnológica (e principalmente o seu ritmo) provocou uma desestabilização das antigas formas sociais – custo inerente do novo. Mas afirma que essa evolução não é, sem si mesma, a causa das crises.

A geração contemporânea está vivendo um período de emoções, de amarguras e de grandes interrogações (...). O relativo equilíbrio em que vivia a maioria das sociedades no princípio deste século foi rompido, e a crise mundial veio patentear a existência de conflitos entre as organizações políticas, sociais e econômicas.³⁸⁸

É a quantidade de mudanças que causa em sua passagem desarticulações e re-articulações sociais, políticas, econômicas e culturais para as quais é necessário estar-se preparado para o entendimento das regras de funcionamento dessa nova estrutura e para o desenvolvimento de técnicas de controle. A história estaria promovendo um cataclismo de transformações onde a guerra de 1914, o comunismo russo, o fascismo italiano, o crescimento rápido e exagerado dos Estados Unidos (que resultou a crise de 1929), as revoluções na América do Sul e Ásia não são:

fatos demonstrativos do crescimento desarmonioso de uma grande civilização? Desarmonioso porque não soube justapor às conquistas inigualáveis obtidas no campo da ciência, uma estrutura econômico-política (...) dotada de sentimentos espirituais e morais em perfeita harmonia com o desenvolvimento da técnica.³⁸⁹

À pergunta, não se terá criado assim uma “*civilização sem alma*”, marcada por várias formas de desigualdades, Simonsen responde com uma provocação. As diferenças entre os povos e os indivíduos, geradas tanto no nível material quanto no padrão de desenvolvimento social e político entre povos, espelha o processo de integração promovido pela economia mundial onde se movimentavam sociedades mais fortes e mais bem aparelhadas que outras, aptas e interessadas a fazer uso desse poder. A vulnerabilidade dos povos às crises aumentava quando este fenômeno ficava invisível sob o manto das explicações teóricas tecidas pelos países mais fortes. Simonsen afirma neste texto que a crise tem origem nas idéias e nas teorias transplantadas sem qualquer cuidado para sociedades com situação diversa e distante daquelas que pretendem imitar:

³⁸⁸ Simonsen, 1933: 08.

³⁸⁹ Simonsen, 1933: 09.

Doutrinas políticas apresentadas em forma de dogmatismo transcendente: o liberalismo pregando o desenvolvimento da personalidade humana em uma sociedade rica e sob a fiscalização discreta do Estado; o socialismo visando a exploração organizada dos meios de produção em proveito da coletividade; o catolicismo forçando a atuação temporal dos homens (...) orientados pela concepção da vida eterna. Cada programa de partido procurando fazer vingar seus desígnios dentro de uma esfera fictícia da vida social, alheios ao estado do país em que querem dominar.³⁹⁰

A colocação aparece aí com uma inversão de raciocínios. Não é a sociedade industrial moderna a responsável pelos desajustes internos e externos a cada país – portanto não é sua lógica, seu *ethos*, que aponta para a dissolução da promessa do equilíbrio social e ruína dos homens – é a forma pela qual este processo está ocorrendo e o despreparo que se demonstra em controlá-lo. É um confronto econômico, político e intelectual entre países, mais que entre indivíduos, a origem dos desequilíbrios e a fonte dos problemas sociais. E parte dessa responsabilidade cabe as contradições incontornáveis dos fundamentos do pensamento liberal:

os liberais clamam que a perturbação do equilíbrio mundial é oriunda da má política dos povos, que restringem a liberdade de comércio, perturbam a livre manifestação das leis dos mercados de Batista Say, e contrariam, pela exacerbação do nacionalismo, a organização unitária do mundo.(...) Os reformadores sociais alegam que a democracia consagrou o direito dos fracos perante os fortes [critério da maioria numérica] ao contrário, ‘em matéria econômica’, esta permitiu pelo desenvolvimento excessivo do individualismo, privilégios econômicos e o conseqüente predomínio em matéria econômica, dos fortes sobre os fracos. (...) aí o conflito entre essas duas noções de liberalismo; e, se a liberdade política não sofre constrangimento direto dos feitos, sofre, no entanto, no dizer destes, doutrinários, através das coisas, pelo regime econômico vigente.³⁹¹

Simonsen discute em seu discurso as bases da crise mundial em um plano de abordagem mais complexo do que o feito na análise de 1930 (*As crises no Brasil*), mais adstrito aos problemas econômicos. Neste momento são as bases econômicas, políticas, sociais e conceituais sobre o mundo modernos que são encadeadas e o resultado aparece como uma expressão do desconforto reinante no período sobre a força espontânea e natural do capitalismo (no que tange também a expansão natural do progresso e da evolução das formas de convivência humanas). As sucessivas crises de produção e os desarranjos políticos internos

³⁹⁰ Simonsen, 1933: 11. Observe-se que Simonsen não deixou de fora nenhum dos grandes sistemas explicativos. Nenhum deles servia *in toto* aos problemas brasileiros. Para crescermos, enquanto nação, deveríamos proceder a criação de um saber apropriado às nossas condições.

³⁹¹ Simonsen, 1933: 24.

e externos às nações colocavam em xeque uma visão sobre essa ‘ordem do mundo’- o liberalismo:

*Se no passado “ondas e ciclos, longos, médios e curtos, tinham sido aceitos por homens de negócios e economistas mais ou menos como os fazendeiros aceitam o clima, que também tem seus altos e baixos”, a crise de 1929 provocaria uma transformação sem precedentes na forma de se encarar as crises. “A Grande Depressão confirmou a crença de intelectuais, ativistas e cidadãos comuns de que havia alguma coisa fundamentalmente errada no mundo em que viviam”. A característica principal dessa crise é que os parâmetros liberais, a “carta de navegação” do século XIX perdera sua eficácia no século XX.*³⁹²

Uma outra forma de pensar a economia e a sociedade se impunha e esta deveria levar em consideração se haveria realmente um modelo único aplicável em escala mundial para ordenar coerentemente as transformações inerentes à sociedade tecnológica e industrial. Também seria necessário avaliar se o postulado do individualismo acima da sociedade (e dos governos) deveria permanecer intocável, principalmente diante de suas conseqüências no plano político:

*faltou, em tempo oportuno, a necessária ação dos governos e a promoção de outros fatores do bem estar social que deviam crescer em harmonia com o advento do progresso técnico. (...) tendo em conta natureza humana, e as organizações sociais, o melhor governo será aquele que conseguir o maior progresso, sob o ponto de vista da coletividade, com o menor sacrifício dos cidadãos e com o mínimo constrangimento da sua liberdade.*³⁹³

Para Simonsen, a tarefa do momento era pensar as contradições e as crises sem as amarras do dogmatismo liberal (no final das contas, sua origem) e levando em consideração tanto as questões particulares a cada sociedade quanto os inevitáveis elos que se estabeleciam entre a esfera econômica e a organização das sociedades. Este era o motivo e o *telos* da criação da ELSP, que coerentemente tinha definido seu currículo com a finalidade de elaborar um conhecimento apropriado às condições nacionais, mesclando as várias áreas científicas com o nítido propósito de preparar profissionais e homens públicos capazes de interferir com

³⁹² Cepêda, 1998: 183. As citações que aparecem em itálico são do trabalho de Eric Hobsbawn (*A era dos extremos*, São Paulo: Cia das Letras, 1996), sucessivamente páginas 92 e 106.

³⁹³ Simonsen, 1933: 35/ 37.

eficácia no meio social³⁹⁴. Somente o controle exercido pelas sociedades pode permitir o equilíbrio e o progresso social.

A verdade pressuposta neste texto é que não são a máquina ou a tecnologia as fontes dos profundos dissabores experimentados pelas sociedades nesse século, mas os homens. Foram suas idéias e o fraco controle social os responsáveis pelos traumas assistidos desde o final do século 19 (exemplo de que se servem os que acusam o processo industrial de elemento fundamental das crises, quando na realidade o problema original era outro):

eruditos homens de pensamento têm atacado a machina, censurando-a por ter dado origem a uma civilização que denominaram ‘machinica’, profundamente em desacordo com a natureza da vida e perturbadora dos sentimentos de equilíbrio dos seres humanos e sua vida social³⁹⁵.

Em *Níveis de vida* Simonsen retoma o problema da mentalidade gananciosa que caracterizaria a moderna sociedade industrial, mas a resposta deste trabalho versa por associar a pobreza atávica aos modelos econômicos pretéritos³⁹⁶. Neste trabalho Simonsen conceitua pobreza (como carência e sobrevivência abaixo de um padrão mínimo) e apresenta suas várias origens. A pobreza é esperada nas sociedades com poucos recursos naturais e elevada proporção demográfica (principalmente se a base de produção for a agricultura, o que daria os modelos de subsistência). *Pode* ser ocasionada, segundo Simonsen, pela concentração da riqueza nas mãos dos capitalistas, mas neste caso a tensão resultante levaria a presença da luta de classes e aos processos de convulsão social. Em uma sociedade equilibrada e que queira se

³⁹⁴ Simonsen afirma que não só este ‘transplante de idéias’ deve ser abandonado, como pela natural intersecção das esferas sociais no mundo moderno, os meios adequados para criar uma ciência viva e produtiva passam pelo estudo do meio, natural, histórico e social de cada sociedade em específico; e pela leitura conjunta dos aspectos interdisciplinares do problema social, usando os recursos da sociologia, da psicologia, da economia, etc. É a partir dessa percepção integrada e integradora da ciência que Simonsen reconhece a importância da sociologia para a compreensão e transformação do mundo atual. Analisa a importância das contribuições de Comte, Spencer (destacando o evolucionismo como explicação da *démarche* social), Le Play, Giddings, Hobhouse, Simmel, Durkheim, Tarde e Pareto. Ao contrário da rigidez acadêmica que reduz a sociologia a interface indivíduo-sociedade, Simonsen entendia que *A sociologia abrange um vasto conjunto de estudos e é uma ciência a que se filia numeroso grupo: antropologia, a economia, a política, a jurisprudência*, com o objetivo de buscar os *elementos de determinação das relações dos grupos humanos e instituições sociais* (Simonsen, 1933: 18).

³⁹⁵ Simonsen, 1933: 28.

³⁹⁶ Como já analisado o problema da pobreza, central no pensamento simonseano na década de 30, aparece sob diversas denominações: pauperismo, insuficiência de condições de vida, baixo nível de vida. Embora apresentado, avaliado e incorporado nas teses de Simonsen, é somente neste trabalho, publicado em 1940, que o conceito aparece analisado isoladamente.

manter como tal, a atividade econômica geradora de progresso é a indústria, única maneira de eliminar a pobreza.

A constatação de Simonsen sobre as condições precárias de vida da população brasileira vinha de sua vivência (o conhecimento da realidade brasileira, observada nas diferentes regiões do país) e dos dados estatísticos oferecidos pelos primeiros levantamentos feitos sobre o perfil das camadas populares (pesquisas precursoras sobre as condições de vida, dados demográficos, renda, características profissionais, etc., realizadas pela equipe de pesquisadores da Escola Livre de Sociologia - pioneira no emprego de *surveys* e pesquisas de campo quantitativas no Brasil, sob influência direta da sociologia norte-americana). O conhecimento e a experiência sobre os problemas sociais das diversas regiões do Brasil era parte da herança de Simonsen na construção dos quartéis – que espalhado por região nacional extensa havia obrigado Simonsen a percorrer setores do país que com certeza não constavam em seus itinerários comuns de viagem. Este contato não era fortuito, como quem ‘passa em viagem’. Ao contrário, exigia um aprofundamento das condições de cada local – física, geográfica, econômica, ao mesmo tempo em que forçava também ao contato com o ‘homem’ local – segmento que formava a mão de obra utilizada no processo de construção. Há para a experiência do engenheiro o descortinar das inúmeras e contraditórias facetas encerradas no vasto território brasileiro. Vários autores apontam esta experiência como originária da subsequente compreensão desenvolvida pelo autor sobre o panorama da economia nacional e o problema do atraso³⁹⁷. Para um cidadão habituado à vida das grandes metrópoles do período (Rio de Janeiro, Santos e São Paulo), a pobreza e o atraso encontrados em outros estados servirão inevitavelmente como ponto de reflexão:

Foi construindo quartéis para o Exército que tive a oportunidade de percorrer e conhecer parte considerável de nosso país, aproximando-me de muitas de suas atividades produtoras, mantendo trato direto com os homens de várias regiões e sentindo, assim, melhor as suas necessidades e seus anseios. Devo à Calógeras, cuja memória sempre evoco com o maior respeito, a feliz oportunidade desse mais amplo contato com o Brasil. Na série de viagens que realizei em sua companhia, das quais também participavam Rondon – esse insigne e moderno bandeirante – algumas vezes Capistrano de Abreu, além de outros vultos eminentes da nossa nacionalidade, cogitávamos, sempre, em nossas discussões, de adequadas soluções para os problemas brasileiros.³⁹⁸

³⁹⁷ Ver Lima (1976) e Vieira (1987).

³⁹⁸ Simonsen, 1949: 07.

Desse passeio *in loco* aos “Dois Brasis”, Simonsen extrairá a sensação amarga de reconhecer que a atividade primário-exportadora se fora capaz de produzir riqueza não fora capaz de eliminar a pobreza. Mesclavam-se assim uma condensação da acumulação cafeeira e de seus efeitos dinâmicos em determinados locais, enquanto largas parcelas da população eram deixadas à margem desse processo. Percorrendo o interior brasileiro Simonsen encontra largas parcelas da população vivendo em *taperas de chão batido, privadas de qualquer conforto que a civilização moderna pode conferir*³⁹⁹ e que tanto a agricultura de exportação quanto as atividades industriais ainda não tinham conseguido incorporar à modernidade.

O Brasil apresenta, assim, a curiosidade dos estudiosos neste momento sem par da história mundial, o maior e mais interessante campo de observação em assuntos de interesse econômico-social (...) Temos aqui desde o homem que vive da indústria extrativa até o mais adiantado artífice da indústria moderna (...) Constatamos, com pesar, que o elemento nacional não se acha, em geral, suficientemente preparado, pelos conhecimentos e pela alimentação, para dar, na vida produtiva, o rendimento que se observa em outros elementos humanos, provenientes de países, em que o indivíduo alcançou maior índice de progresso.⁴⁰⁰

Para Simonsen há dois problemas envolvidos na questão da pobreza: o primeiro é especificamente econômico - trata-se das formas de produzir a riqueza; o segundo é político e social – diz respeito aos problemas da concentração ou distribuição de riqueza. A crítica feita pelo autor nessa dupla vertente é que o liberalismo que prega a igualdade no plano político é capaz de gerar um alto grau de desigualdade no plano político. O princípio do individualismo, base do liberalismo político e econômico é, portanto, a origem das crises sociais que abalam as sociedades modernas. A maneira de eliminar as crises e os conflitos é romper com a visão individualista de economia. A alternativa, apostar na visão nacional ou social da economia (que ao pensar a economia como um todo, permite dar um sentido social e coletivo à dimensão da produção).

Outras alegações perpassaram inúmeros pensadores e obras, sendo muito acentuada a conexão entre a produção industrial e um desejo de enriquecimento a qualquer custo⁴⁰¹. Em vários textos dispersos ao longo das primeiras décadas do século 20 (livros, artigos de jornais, ensaios, conferências, discursos) encontramos pesadas críticas contra as

³⁹⁹ Simonsen, 1931: 12.

⁴⁰⁰ Simonsen, 1940 (A): 12/13.

⁴⁰¹ Fonseca (1989) salienta que o programa de governo de Vargas, ainda na campanha pela Aliança Nacional, mantinha proximidade com a questão social e uma certa reticência com relação ao problema da industrialização (que Vargas foi aderindo nos anos seguintes à Revolução).

medidas protecionistas, feitas pelos mais variados ângulos de abordagem⁴⁰², mas mantendo em comum o argumento de que a finalidade do protecionismo era privada: quem ganha são os industriais (pessoas); quem perde, a economia, a nação e o povo (público), setor que paga a conta.

Diante desse cenário onde persistem com força pesadas críticas às demandas por medidas que permitissem o desenvolvimento e amadurecimento da indústria no Brasil, Simonsen reagiria de uma maneira impar e bastante eficiente, mudando as premissas do problema (formulando uma outra explicação completamente diferente). Simonsen propunha que ao invés da observação isolada o problema do alto custo de vida fosse analisado no conjunto geral do sistema econômico nacional, onde se poderia apresentar uma outra abordagem para a questão - a tese da baixa produtividade nacional, ou seja, a questão da *pobreza* brasileira (da população, das empresas, do campo, da riqueza nacional). E a pobreza não era um problema criado pelos industriais, ao contrário, refletia e espelhava o modelo econômico que, inclusive, opunha-se à industrialização. Aqui a argumentação simonseana produziu uma ruptura e um deslocamento teórico ao colocar a agricultura como incapaz - por sua estrutura interna (limites tecnológicos e perfil de produção) e de seus vínculos externos (fragilidade e dependência de preços externos) - de eliminar essa pobreza e, portanto, como indiretamente responsável pela carestia.

4.2.2. As responsabilidades do café

⁴⁰² Apenas três exemplos: Godofredo Faria em *O artificialismo econômico* (1937) discorda de qualquer política que não obedeça ao princípio da liberdade de mercado – questiona a política de valorização do café, mas também ataca o desvio de receitas deste para fomentar o “*maior parque industrial da América Latina*” (p: 09), tão irreal e nefasto aos princípios mais elementares da economia como a queima do café. Os argumentos de Gudin (1938; 1945) e Cunha (texto sem data de edição, mas provavelmente publicado entre 1945 ou 1946) são sobre os transtornos causados à parte mais eficiente da economia com o transplante de renda de um setor dinâmico (agricultura) para outro de eficiência suspeita (indústria). Já o argumento de Bonavides (1959), na época em que o pressuposto da industrialização estava já assentado e introjetado como uma questão nacional, retoma a questão das fortunas privadas “*duvidamos, porém, do patriotismo dessa burguesia. Ela há sido a encarnação da grande finança, dos ‘trusts’, em suma, de grupos com autentica vocação para a plutocracia*” Bonavides, 1959: 98. O lado oposto, a visão dos industriais, aparece em textos como Bastos (1946; 1952), Luz (1960), entre outros.

Esta proposição simonseana será construída e apurada ao longo dos anos 30, mas a percepção do problema já ocorrera no texto de 1928. O alcance desta análise e de seus desdobramentos cresceria na mesma medida em que outros aspectos sobre a economia fossem incorporados como componentes de um sistema econômico nacional, integrando todos os aspectos da vida econômica – a definição corrente de ‘economia política’ (percepção que afastaria Simonsen do pensamento liberal e o aproximaria das correntes intervencionistas em economia).

Mas antes de chegar à defesa do planejamento econômico, Simonsen percorreria uma trilha de raciocínios lógicos impulsionada pela finalidade de legitimar e implementar o projeto de industrialização, galvanizada pelos obstáculos encontrados e pelos meios lógicos de eliminá-los. O primeiro passo é dado no texto apresentado na solenidade de criação do CIESP, onde a concepção de Simonsen sobre a economia não é mais a da produção em si mesmo (não é uma questão de técnica, de adequação a certos postulados e nem a produtividade isolada de empreendimentos ou setores) e sim a tarefa social da industrialização (o sistema econômico, a integração dos setores e a condição fundamental da indústria nesse processo). Deste ponto em diante Simonsen não é apenas um industrial que defende métodos científicos, mas um industrial que tem diante dos olhos um projeto de industrialização.

Simonsen afirma, na abertura de *Orientação industrial brasileira*, que a indústria brasileira nasceu de maneira desprotegida, espontânea (portanto, emergiu de maneira natural e não induzida) e que, mesmo mostrando vigor e contribuindo para o crescimento nacional, sofre de uma perseguição injusta por parcelas da sociedade:

É no entanto doloroso constatar que amiúde é ella maltratada e agredida pelos iconoclastas de todos os tempos, que procuram numa ânsia devastadora rebaixar, no campo mesquinho de suas lucubrações, todas as realizações, por mais proficuas ou fecundas que sejam⁴⁰³

O teor do texto de 28 assinala a que veio o CIESP – aglutinar e organizar os empresários diante não só dos problemas que enfrentam na dimensão econômica e produtiva, mas também na defesa da indústria diante das críticas e imputações sofridas (no campo ideológico). O discurso é curto, mas alinhava dados importantíssimos para a imagem pública construída em torno da atividade industrial: assinala o nascimento da indústria e das causas

⁴⁰³ Simonsen, 1928: 07 (citação já feita no capítulo II desta tese e repetida em função de sua relevância).

que atrasaram seu desenvolvimento (as condições naturais, superadas na mudança de condições históricas e tecnológicas recentes); apresenta a função inequívoca da indústria no esquadro do desenvolvimento moderno; enfrenta e intenta refutar as críticas ao ‘artificialismo industrial’, do protecionismo, da questão do esvaziamento da oferta de mão de obra para a atividade cafeeira e da carestia de vida; e afirma o primado e a superioridade da indústria diante da tarefa de construir uma nação política e economicamente livre.

Que allegam os que combatem o desenvolvimento e consolidação do Parque Industrial brasileiro? a) que a industria brasileira é em grande parte artificial, pois importa grande porção de matéria prima do estrangeiro; b) que não contribue para o enriquecimento do Brasil; c) que, vivendo sob tarifas proteccionistas, produz caro, encarecendo sobremodo a vida da população; d) que attrahindo braços à cidade perturba a mão do trabalho agrícola; e) que constitue um monopólio em favor de meia dúzia de brasileiros, em detrimento de milhões de habitantes do paíz.⁴⁰⁴

Deste conjunto de reflexões há dois argumentos que sobressaem. A resposta à questão da carestia de vida e o problema da importância da indústria. Quanto ao primeiro Simonsen apresentou o esboço daquela que seria a tese ou contribuição mais importante de seu trabalho: a idéia de pobreza. Em *Orientação Industrial* o autor afirmava que o problema da carestia no Brasil era expressão da baixa produtividade de nossa economia:

Aos que procuram sinceramente determinar as razões do encarecimento da vida no Brasil, aconselharia que estudassem serenamente o problema e chegariam à conclusão de que no Brasil não existe vida cara, mas sim **ganho insuficiente** [destaque do autor], porque o índice de produção é baixo em relação á população e extensão do nosso território.⁴⁰⁵

Esta argumentação subdivide-se em duas linhas de análises diferentes – a origem do alto custo de vida como decorrência do baixo poder aquisitivo da população, e a interferência desorganizadora da questão monetária e cambial nas relações de mercado (responsabilidade do governo e não dos empresários). A carestia, qualificada por uma defasagem entre o *quantum* monetário que o indivíduo tem para garantir seu consumo (renda) e os preços médios praticados pelo mercado sobre os produtos necessários à sobrevivência das famílias, pode ser explicada não pelo alto preço das mercadorias e sim pela insuficiência da renda. E aqui Simonsen dá uma guinada na questão: a carestia não pode ser medida através dos preços nominais dos produtos, seu valor real só pode ser aferido quando observada a capacidade de renda da população - e esta é uma consequência da produtividade geral da

⁴⁰⁴ Simonsen, 1928: 10.

⁴⁰⁵ Simonsen, 1928: 16.

economia nacional. Usa como demonstração o quadro comparativo entre a produção e o consumo da Argentina, Estados Unidos e Brasil⁴⁰⁶ - a comparação com a Argentina em função da proximidade de condições (geográficas, origem colonial e perfil econômico) e com os EUA em função de uma origem comum (país de extração colonial e contigüidade), mas com destino econômico diferente (perfil já industrial). E a conclusão é que: *enquanto o consumo médio por cabeça é no Brasil de 300\$000 annuaes, na Argentina esse consumo é de um conto de réis e nos Estados Unidos de mais de cinco contos de réis. Estes são os verdadeiros indices que devem ser estudados*⁴⁰⁷.

Simonsen, que a partir deste trabalho vai acentuando cada vez mais o problema da renda per capita em função da renda nacional afirma o disparate de olhar-se os preços e não a renda como origem das distorções das baixas condições de vida de um povo, pois não é o preço o dado que pode fornecer alguma informação sobre o nível de consumo ou o bem estar da população:

o temor da vida cara é um dos preconceitos econômicos mais atrasados e lamentáveis. A vida é sempre tanto mais cara quanto mais próspero e triunphante é um paíz. Tudo fica barato em dinheiro nas nações paralyzadas e decadentes. A vida é barata na China e é cara nos Estados Unidos. Mas como os salários estão em proporção com a soma de bem estar de que esses povos desfructam, a única differença é que um povo vive em maiúscula e outro morre em minúscula.⁴⁰⁸

O enfoque sobre o caráter interligado entre riqueza nacional e renda individual permitiria, nesse momento, a Simonsen introduzir um novo problema⁴⁰⁹: o baixo poder aquisitivo não seria resultado da baixa eficiência do setor agrícola? – sério problema para uma nação que apostava suas fichas na economia cafeeira (portanto no *modelo* mercantil-exportador). Afinal, se a melhor opção para conseguir riqueza e progresso era defender a vocação rural (que mostrava sinais de esgotamento no seu ritmo de crescimento), como seria possível esperar que houvesse elevação das condições de vida da população (lembrando que Simonsen afirmava que a carestia não era consequência do alto preço e sim do baixo poder de compra da população)? Esta é uma primeira formulação que sustenta o afastamento da anterior relação amistosa e da aceitação convencionalizada sobre a importância da agricultura.

⁴⁰⁶ O quadro comparativo citado encontra-se no anexo III deste trabalho.

⁴⁰⁷ Simonsen, 1928: 17.

⁴⁰⁸ Simonsen, 1928: 10.

⁴⁰⁹ O mesmo argumento seria usado por Simonsen em 1934 nos trabalhos da Constituinte em outra direção – como meio de limitar as políticas trabalhistas e como defesa do telos do planejamento/racionalização econômica.

Veladamente, pois Simonsen não se posicionaria contrariamente e de forma hostil contra as atividades do setor primário em momento algum, o argumento proposto sai do campo defensivo e inicia um bombardeio contra a tese da vocação rural. Isto não significa ignorar que antes de Simonsen outros defensores da industrialização como Vieira Souto, Amaro Cavalcanti, Sezerdelo Correa, entre outros, agiram também nessa direção, criticando a tese vocação agrícola brasileira. A diferença a favor de Simonsen é a conjuntura. Nos anos 30 a indústria tem inquestionavelmente um peso maior na economia nacional. A organização dos empresários é independente e a economia cafeeira sobre golpes contínuos no mercado internacional, exigindo o desenvolvimento contínuo de mecanismos de proteção. A imagem do industrial na era Simonsen está se fortalecendo e a imagem do cafeicultor tornando-se mais vulnerável.

O fortalecimento industrial aparece nos dados que comprovam o crescimento da atividade industrial a revelia dos outros segmentos. São os levantamentos feitos pelos censos industriais, pelas estatísticas oficiais realizadas pelas Secretarias de Agricultura, Indústria e Comércio (e outros órgãos estaduais e federais) e pelas próprias associações setoriais (como é o caso do material coletado e sistematizado por Roberto Simonsen⁴¹⁰).

O valor aproximado da produção agrícola annual é, no Brasil, de cerca de 8.000.000 de contos. O valor annual da produção industrial está avaliada em 4.000.000 de contos. O valor da importação é de 3.200.000 contos, o da exportação de 3.800.000 contos. Da importação, 1.800.000 contos correspondem a artigos manufacturados, 700.000 contos a matérias primas, 700.000 contos a artigos de alimentação.⁴¹¹

O volume da atividade industrial, o valor ou renda gerada, o número de trabalhadores ocupados, o gasto de energia, a diversidade de produtos, apontam todos para um quadro visível de sedimentação e avanço na industrialização brasileira. Simonsen, em 1928, apontava que o valor da produção industrial já correspondia à metade do valor da produção agrícola:

De acordo com os dados officiaes do Ministério da Agricultura, a produção total do Brasil, no último exercício apurado – 1932 – alcançou estes valores:

	Contos
Safras agrícola	5.195.000

⁴¹⁰ O exercício de levantamento e organização estatística de dados sobre a economia brasileira e sua evolução é o elemento normalmente mais destacado da contribuição do legado de Simonsen. Independentemente de sua acuidade e exatidão, estes indicadores serviram para tornar mais forte a posição pública da indústria quanto para solidificar a consciência dos empresários sobre seu papel no cenário econômico nacional.

⁴¹¹ Simonsen, 1928: 15.

Produção industrial	5.050.000
Somma	10.155.000 ⁴¹²

A indústria tornara-se importante, não dando mais para ignorar uma atividade que congregava uma parcela tão significativa da atividade econômica. Além do mais, o volume de importação de produtos manufaturados e alimentação, responsáveis por consumir dois terços do valor auferido pelas exportações brasileiras, poderia ser equacionado pelo crescimento das indústrias nacionais e a autonomia do abastecimento do mercado interno. A situação de aparente equilíbrio que Simonsen apresentava neste texto (sem necessariamente corresponder ao quadro real) delineava um conflito de opções. O argumento da indústria iria no sentido de qualificar a produção industrial como um meio de crescimento rápido, substituindo as importações. Esta lógica, de crescimento sustentado pela dinâmica da substituição de importações, percebida como potencial para Simonsen foi posteriormente defendida como o processo efetivamente ocorrido, por Furtado:

Teve início, assim, pela primeira vez, uma fase de desenvolvimento com apoio na própria demanda interna, o qual apresentou-se, via de regra, sob a forma de um esforço de substituição de artigos importados por outros manufaturados no país. O desenvolvimento do Brasil, a partir dos anos 30, apoiou-se, basicamente na industrialização. Os investimentos antes voltados para a expansão do café e de outros artigos de exportação, passaram a orientar-se para a produção manufatureira, com vistas a satisfazer uma demanda antes atendida pelas importações.⁴¹³

A defesa da agricultura era proclamar que o que deveria crescer era o volume de exportação, único meio capaz de captar mais divisas e sustentar um crescimento equilibrado das relações de importação/exportação (indiretamente reforçando a posição e o prestígio da agricultura, único setor em condições de exportar).

A força da indústria residia também no fôlego que vinha demonstrando, da naturalidade de sua expansão e na sua resistência aos contratemplos. A demanda interna era o

⁴¹² Braga, 1935: 87. Dados semelhantes seriam inúmeras vezes apresentados durante os debates da Assembléia Constituinte de 1933, principalmente pela bancada paulista (e não necessariamente pelos representantes diretamente ligados ao setor industrial), demonstrando a percepção pública do peso das atividades industriais. No raciocínio levado a cabo por Cincinato Braga, as contas apresentadas tinham por objetivo provar que o problema da produção brasileira era a fatia arrancada pelos impostos governamentais. Descontando-se, de forma sub-avaliada, todos os outros fatores penalizantes (como o alto custo dos fretes nacionais), a conclusão de Cincinato Braga é que “*Conclusão final: Lucros auferidos pelo povo brasileiro – 5.237.000 contos; Despesas dos três fiscos – 5.265.000 contos; por outras palavras: o povo entrega anualmente ao fisco tudo quanto lucra em sua atividade econômica.* [destaque do autor]”, Braga, 1935: 92.

⁴¹³. Furtado, 1964: 102.

elemento de sustentação da indústria e seu motor de crescimento⁴¹⁴ e, mesmo com a persistência de desequilíbrios originado na má gestão monetária e fiscal, a indústria brasileira continuava sua marcha:

Se nos ativermos a uma política econômica dúbia, **mesmo assim nosso parque industrial crescerá** [destaque nosso], irregularmente, é verdade, à sombra da desvalorização de nossa moeda. Esta se dará forçosamente, pelo desequilíbrio do balanço de contas, porque um povo civilizado não pode viver sem determinados produtos e não temos possibilidades de exportar mercadorias suficientes para contrabalançar o de que necessitamos em artigos industriais.⁴¹⁵

O papel do mercado interno, detectado por Simonsen como mola propulsora e nicho da atuação industrial, é também percebido como ‘calcanhar de Aquiles’ do setor agrícola, pois por mais que a atividade agrícola cresça e irradie-se no conjunto social (na melhor das hipóteses), maiores serão as necessidades de consumo interno (ligadas à cadeia de produção agrícola ou as indiretamente beneficiárias deste crescimento). Ao final o espaço da produção estaria dado porque ela era inevitavelmente uma resultante do crescimento econômico e do conseqüente aumento do consumo (e que não poderia ser totalmente coberto pela importação). O problema posto é saber se importaremos ou produziremos os bens necessários para as demandas de produção e consumo internos, e quais os custos dessa decisão.

O índice de progresso da civilização é o constante aumento de toda sorte de produtos e serviços. Essa multiplicidade de produtos tem que ser criada pela indústria (...) A industrialização de um país como o Brasil é indispensável para que ele possa atingir um estágio de alta civilização.⁴¹⁶

A simples leitura dos textos de Simonsen, descolados das características do momento em que foram gerados, impedem-nos de notar certas peculiaridades, como por exemplo, a leve ironia histórica que cerca a argumentação de Simonsen. O crescimento da indústria é sustentado por uma dinâmica originada no espaço privado do mercado. O autor destaca, com certa jactância, que as políticas governamentais podem ter acelerado ou, em outros casos atrapalhando, o desenvolvimento do setor, porém a força de seu desenvolvimento

⁴¹⁴ Alegação anteriormente utilizada em 1928 quando o autor refere-se ao surgimento da indústria brasileira a partir das ‘*condições locais*’.

⁴¹⁵ Simonsen, 1935: 35. Já no trabalho de 1932, Simonsen afirmava esta posição: *quanto à carestia de vida já demonstrei que ella aqui dever-se-ia chamar insufficiencia de ganho e depreciação da moeda. Um estudo meticoloso do inflacionismo no paiz e de nossa capacidade productora, conduziu-me definitivamente a essa conclusão* (Simonsen, 1932: 09).

⁴¹⁶ Simonsen, 1973, p: 288.

é endógena à própria atividade industrial. A ironia está na inversão de posição entre indústria e café, já que é a partir da década de 20 que o setor cafeeiro vai demandar políticas públicas constantes para manutenção dos preços e o equilíbrio da produção⁴¹⁷. Mas a exigência de políticas públicas colocaria o setor em uma situação delicada: primeiro, se havia necessidade de socorro ao café então havia problemas sérios com este setor; em segundo lugar, a política de valorização do café abria uma brecha séria no propalado axioma do livre mercado – e neste caso permitia a sociedade pensar ou posicionar-se sobre o problema uma vez que não era mais uma dinâmica puramente econômica que movia o setor.

Em 1930 circula uma edição de Manuel Olympio Romeiro, funcionário do gabinete do ministro da fazenda, intitulada *São Paulo e Minas na Economia nacional*, cujo objetivo era afastar as idéias sobre o beneficiamento do estado paulista pelos recursos obtidos junto aos cofres da nação⁴¹⁸. Afirma Romeiro que *não só em outros estados, mas até mesmo aqui, não falta quem afirme que a prosperidade de São Paulo é devida principalmente aos sacrifícios impostos à coletividade nacional*⁴¹⁹ e usa como exemplo os recursos destinados à valorização do café procurando demonstrar que estes eram empréstimos, nunca subsídio, e que o dinheiro público gasto nestes procedimentos voltou pago no prazo e com juros que garantiam-no como um bom negócio para o Tesouro Nacional.

E eis que as tão combatidas **valorizações de café**, que só tem dado lucro ao governo federal e só benefícios têm trazido ao Paiz. No entanto quando se falla em **defesa do café**, não falta quem faça comentários desfavoráveis a São Paulo, chegando-se mesmo a dizer que '**valorização de café é dinheiro tirado do Tesouro Nacional em benefício de São Paulo e prejuízo dos outros Estados**' [destaques do autor].⁴²⁰

Embora o objetivo do autor fosse combater as críticas sofridas pelo estado de São Paulo, em especial em momento delicado como a conjuntura de 1929/1930, e ainda fortalecer o peso da economia paulista diante de outras que se beneficiavam de prestígio político sem a contrapartida econômica (caso do estado de Minas Gerais, acusado de ser amparada em

⁴¹⁷ O que não significou que a indústria deixasse de pleitear e necessitar das ações e da proteção estatal (e a evolução histórica posterior demonstrou o quanto foi necessária a intervenção do Estado para o salto da indústria na fase de infra-estrutura e da produção de bens de produção). O crescimento a que Simonsen refere-se é da fase mais leve da industrialização, aquela que exigia menos investimentos e tecnologia, portanto passível de nascer e consolidar-se com mais facilidade.

⁴¹⁸ A finalidade da obra aparece em seu prefácio: *entendi ser um dever de honestidade dissipar, para a boa harmonia dos brasileiros, esse juízo errôneo, esse conceito injusto, essa lenda crystalizada de ser este Estado o que mais tem sido beneficiado pela nação.*

⁴¹⁹ Romeiro, 1930: 03.

⁴²⁰ Romeiro, 1930: 15.

amplas proporções e sem ter sua imagem arranhada por esse motivo), fica clara a questão da crítica que vinha dividindo a opinião pública, enfraquecendo a posição do setor cafeeiro. Faria (1937) comentaria desfavoravelmente a intervenção econômica através de qualquer estratégia ou para qualquer setor amparado na questão do livre mercado. Se os preços caem há uma lógica de mercado que deve ser respeitada, nenhuma maquiagem de política de valorização, estocagem ou de estratégias de controle artificial da oferta e procura funciona, porque o que está em jogo é também a eficiência produtiva e a competitividade dos agentes econômicos:

Os preços do café são um phenomeno que legitimamente não depende só de nós. Se elles pudessem exclusivamente expressar os interesses dos productores nacionaes, é claro, tripudiariam sobre os interesses da comunidade consumidora. Os preços de uma riqueza synthetizam os interesses totaes de sua producção e de seu consumo. Não se submettem unilateralmente aos da producção (...) ora, o poder aquisitivo mundial é um só. Se elle faz a prosperidade dos outros, por que não mais realiza a nossa? É porque as nossas actuaes condições econômicas de producção, evidentemente, mostram-se inferiores na concorrência.⁴²¹

As políticas protecionistas dispensadas à agricultura fragilizaram a base da argumentação da vocação rural, ou pelo menos macularam sua imunidade. A argumentação de Simonsen aproveita-se dessa brecha e, ao discutir o problema da baixa produtividade nacional, procura ampliar a vantagem colocando em discussão os limites do desenvolvimento das atividades primárias enquanto setor dominante da economia.

o café sobre o qual tem repousado todo o progresso do paíz, já está em superproducção (...) e ainda quanto a muitos productos da agricultura, só podemos apresentar o que a terra nos dá em concorrência com povos de outras raças situados também em zonas tropicaes, vivendo em condições inferiores às exigidas pela raça branca, o que nos priva de preços compensadores, capazes de melhorar eficientemente o nosso padrão de vida. É numa política industrial fundada em bases racionaes adequadas as condições de nosso meio que teremos que ir buscar, principalmente , a produção de bens sociaes.⁴²²

A riqueza agrícola sofre problemas estruturais sérios: o limite da demanda, a concorrência fácil de outras regiões coloniais, uma tendência ao rebaixamento contínuo do preço em função do aumento da oferta (mais rápido que poderia crescer a demanda) e do barateamento do custo de produção nas regiões coloniais de piores índices de remuneração salarial. Assim, o mercado cafeeiro não pode apresentar nem a dinâmica e nem a estabilidade capaz de sustentar o progresso de uma nação. Ao contrário, os riscos de crise constantes afetam a paz social. A indústria aparece como imperativo, *pois que o povo brasileiro já não*

⁴²¹ Faria, 1937: 06/07.

⁴²² Simonsen, 1931 (B): 247.

pode mais viver jungido exclusivamente ao comércio exterior, sujeito, em larga escala, às violentas e reiteradas oscillações ⁴²³.

A própria política de valorização do café é apontada por Simonsen (em *As crises no Brasil*) como elemento desestabilizador da economia. Seu objetivo original é válido, já que o café representava 70% da exportação brasileira e *as crises do café constituem crises nacionais* ⁴²⁴. Simonsen aceita a política de manutenção de preços devido a dois fatos: em primeiro lugar, não só boa parte do mercado interno funciona movimentada pelos capitais gerados pela produção cafeeira, como a parte fiscal captada pelo Estado poderia servir como fundos para o financiamento para outras necessidades econômicas. Em segundo lugar, as alterações no nível das exportações representariam desequilíbrios graves na balança comercial e, por extensão, nas questões cambiais e nos preços internos. Ou seja, até então a economia brasileira funcionava movimentada pela cadeia cafeeira, direta ou indiretamente. Havia, portanto, coerência em socorrer o café. Simonsen aponta, entretanto, os equívocos de uma política adotada com um certo grau de irresponsabilidade: ausência de critérios de averiguação dos dados do setor e das causas do problema, e inexistência de uma política propriamente dita com uma proposta mais consistente de longo prazo. A primeira incorreção foi a falta de conhecimento e de projeto consistente de uma política defensiva de preços do café resultando no agravamento do quadro e aumento das causas originais da crise. Em segundo lugar, ao lado de uma política de eficiência suspeita, a irresponsável mudança de curso:

A política intervencionista não deveria ter fracassado se, baseada em dados reais de estatística do plantio e produção do café, se mantivesse sempre orientada por uma actuação adequada, poisque com esses elementos e apoiada nos recursos de que se dispunha no interior do paíz poder-se-ia ter agido com a necessária previsão, evitando a elevada superprodução e adotando-se um programa baseado em factores reaes. Mas, infelizmente, com a nossa instável mentalidade, resolvemos mudar abruptamente de orientação ante a primeira dificuldade que se nos deparou e em consequência o mal foi agravado, porque se porventura erro houve na primitiva política como resultante da falta de conjugação dos necessários elementos para se enfrentar o problema, erro maior se praticou com a brusca modificação operada. ⁴²⁵

⁴²³ Simonsen, 1935: 66.

⁴²⁴ Simonsen, 1930: 38.

⁴²⁵ Simonsen, 1932: 09. No capítulo “A crise mundial e o Brasil” em *As crises no Brasil*, Simonsen discute abertamente os erros de condução da política defensiva do café por parte do governo federal e do Banco do Brasil. Segundo Simonsen havia recurso financeiro, mas faltou visão política.

Ainda que, taticamente, defendesse a política de proteção e valorização do café, a criação e manutenção do Instituto do Café, entre outros procedimentos⁴²⁶, Simonsen apontaria como *erro* fundamental a falta de percepção sobre o esgotamento das energias provenientes da economia cafeeira e a falta de iniciativa, fomento e proteção de outras atividades econômicas mais eficientes, capazes de suceder o café (ou outros produtos do mesmo gênero). A proteção do café pelo e para o café, simplesmente, levaria à ruína a economia nacional:

Agricultores há que sonham, como remédio, oferecer em holocausto ao café todas as demais classes produtoras no Brasil, que se transformaria, assim, num vasto cafezal. Supõem esses patrícios que, em troca do aumento da nossa importação, que na sua cifra actual já não podemos pagar, o mundo adquirirá o excesso de nosso café... Fosse essa idéia exequível e teríamos apenas deslocado o problema no tempo pois, sem restrição da produção e com o afluxo de todos para a lavoura, haveria, em breve, outra super-produção e desta vez fatal, porque nada mais restaria ao Brasil para oferecer em troca de novos e hypotheticos mercados para o consumo da preciosa rubiácea.⁴²⁷

Estimulava esta posição e confronto os indicadores de crescimento da indústria no mesmo período dos malabarismos de valorização do café e o deslocamento de capitais para o campo da produção industrial. Analisando este cenário Furtado afirmaria em *Formação econômica do Brasil* que:

Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. A precária situação da economia cafeeira, que vivia em regime de destruição de um terço do que produzia com um baixo nível de rentabilidade, afugentava desse setor os capitais que nele ainda se formavam.⁴²⁸

Os distúrbios econômicos que marcavam a década de 1920 foram analisados por Simonsen na perspectiva de separar as causas e as consequências dessa crise. O trabalho *As crises no Brasil*, que aparece em 1930, merece ser lido com atenção. A década de 20 e o início dos anos 30 estavam marcados pelo signo das atribulações constantes. O ideário internacional trabalhava com a sensação de que algum fenômeno de envergadura movia a história para

⁴²⁶ *A política brasileira da defesa do café*, 1929, *As crises no Brasil*, 1930.

⁴²⁷ Simonsen, 1930: 05. Simonsen radicaliza ainda mais afirmando que, esgotadas as forças da agricultura, a economia nacional estaria de tal forma comprometida que nada permitiria reerguer a produção nacional (uma vez que o exclusivismo agrícola teria impedido o desenvolvimento da indústria e do comércio local). Neste momento a crise social seria inevitável, evoluindo para a condição de extrema revolta: *Os agricultores apontados, então, como culpados da situação seriam castigados pelas massas populares que se apropriariam de suas terras; reedição da Rússia sob o céu do Cruzeiro do Sul* (Simonsen, 1930: 05).

⁴²⁸ Furtado, 1995, p: 197.

algum outro ponto, e este *insight* acentuava-se com os desequilíbrios econômicos que abalavam os sistemas econômicos e sociais – as crises cíclicas (que Simonsen trabalha de forma teórica correta e competente como crises de superprodução e subconsumo) as modificações geopolíticas que reorganizavam o mapa da Europa e os movimentos revolucionários que minavam o monolitismo político e ideológico do liberalismo burguês (na aceção econômica com a emergência da economia planejada – suave, na via da racionalização alemã, ou drástica, na via soviética; na aceção política com o surgimento de outras formas de organização em oposição ao individualismo exacerbado – a direita nos modelos corporativos e a esquerda na versão social democrata).

No Brasil, processo semelhante ocorria no plano das idéias e também da produção econômica. Simonsen, a exemplo de outros autores, propõe-se a pensar os fundamentos dessa crise e o quanto ela devia ao quadro mundial e quanto ao quadro nacional. O resultado é um estudo conceitual ponderado e não panfletário (tampouco resvalando para a questão filosófica ou civilizatória⁴²⁹). Ao contrário, parece um texto didático, definindo os vários conceitos de crise na suas causas variadas (natural, social, política ou econômica), em sua periodicidade (gerais, periódicas, de superprodução, mundial) ou em sua estrutura (congenita ou acidental)⁴³⁰ e suas aplicações para elucidar a situação brasileira. O objetivo, neste caso, é demonstrar o quanto pesa os desacertos da administração pública, *pois que existe uma interdependência inilludível entre a direção dos negócios públicos e o curso geral da economia privada*⁴³¹, destacando claro, o risco de não haver um projeto econômico claro e consistente para o país, e, em segundo lugar, a correlação entre os problemas do café, a gestão financeira e a crise social que atingia o país – resultado da preponderância da economia mercantil-exportadora sobre a economia industrial.

Ao final da leitura densa e aprofundada sobre o fenômeno da crise, Simonsen termina por definir uma lista de estratégias para a superação de uma situação que no Brasil devia menos a causas incontornáveis e mais à nossa *inépcia: as maiores crises que temos experimentado foram, porém, devidas a falhas em nossa organização administrativa*⁴³².

⁴²⁹ A exemplo das análises de Tristão de Athayde (1932), Azevedo Amaral (1935), Affonso Arinos (1936).

⁴³⁰ Ao final Simonsen define a crise brasileira, em função da seriedade e duração de suas causas, como *endêmica*.

⁴³¹ Simonsen, 1930: 38.

⁴³² Simonsen, 1930: 31.

Simonsen destaca como elementos dessa inaptidão os defeitos no aparelhamento do crédito, os problemas de descontinuidade e de falta de prudência nas políticas administrativas, a fraca defesa do trabalho nacional, a baixa diversificação da produção agrícola (submetida a oscilações traumáticas em função da existência de um único produto na pauta de exportações), e a falta de incentivo ao desenvolvimento da indústria - já que *nenhum outro factor, fora do desenvolvimento da indústria, poderá fornecer oportunidade maior para se conseguir uma rápida melhoria do padrão de vida no Brasil* ⁴³³. Por último, seria necessário também proceder à reorganização do nosso sistema tributário, do sistema de transportes e da legislação social, a fim de melhorar a concorrência dos produtos brasileiros no mercado mundial. Enfim, uma concepção clara, definida, objetiva e consistente de um projeto econômico organizado para o país, pautado na mudança de direção do modelo econômico da agricultura de exportação para a industrialização. Estas colocações estão muito próximas da formulação de List sobre os limites das economias agrícolas:

Um Estado puramente agrícola é uma instituição infinitamente menos perfeita que um Estado agromanufatureiro. Um Estado meramente agrícola será, do ponto de vista econômico e político, sempre dependente dos países estrangeiros que recebem seus produtos agrícolas em troca de bens manufaturados. Tal nação não conseguirá quanto deve produzir, devendo sempre esperar e verificar quanto os outros desejarem comprar. Ao contrário, a nação agromanufatureira produz para si mesma grandes quantidades de matérias-primas e de viveres, e importa das nações puramente agrícolas apenas para suprir suas deficiências.⁴³⁴

Tanto para List quanto para Simonsen, no longo prazo, a sociedade que aceitasse a posição economia fornecedora de matérias primas colocaria em risco não só seu futuro mas a própria soberania e condição de nação.

4.3. ‘Somos um país pobre’ - a influência de List

*O Brasil é um país pobre habitado por uma população pobre.*⁴³⁵

Não seria mais tarefa simples atribuir à indústria os desacertos e as crises que medravam na sociedade brasileira. Para barrar a conexão estabelecida entre políticas

⁴³³ Simonsen, 1930: 42.

⁴³⁴ List, 1986: 126.

⁴³⁵ Simonsen, 1934: 18.

protecionistas e a carestia de vida, Simonsen apresentaria como explicação os distúrbios da gestão da economia e os limites estruturais da vocação agrícola. Simonsen vai sustentar esta tese utilizando uma estratégia que irá marcar seus trabalhos a partir dos anos 30: a demonstração estatística e, ao lado dela, o recurso das citações de autores, correntes, processos históricos e idéias reconhecidas internacionalmente que darão subsídios e legitimidade teórica as formulações simonseanas⁴³⁶. Podemos apresentar quatro levantamentos de dados usados por Simonsen com finalidade de destruir a tese que responsabilizava a indústria pela crise social dos anos 20: a) Quadro comparativo entre a produção e o consumo no Brasil, Argentina e Estados Unidos (*Orientação Industrial*, 1928); b) *Tabela do valor da produção industrial (nominal e real) e custo de vida entre os anos de 1915/1929 (Evolução industrial do Brasil*, 1939); c) *Diagrama Comparativo: meio circulante, câmbio, custo de vida e salários – 1915/1930*, apresentado em *As Finanças e a indústria* (1931); d) Diagramas comparativos: custo de vida, salários, circulação monetária e valor do dólar – 1914/1938 - atualização de dados (*A evolução industrial do Brasil*, 1939)⁴³⁷.

Do conjunto das informações estatísticas reunidas sobressaem algumas conclusões que deveriam ser óbvias para os leitores⁴³⁸. Do confronto entre a produção e o consumo (EUA, Argentina e Brasil) o resultado já foi apontado: embora a produção - agricultura + indústria - do Brasil e da Argentina sejam muito próximas – Brasil: 12.100.000: 000\$ e Argentina: 10.400.000: 000\$ -, a disparidade na renda per capita é enorme – Brasil: 310\$ e Argentina: 1:030\$. Como a produção industrial é semelhante nos dois países, mas a produção agrícola brasileira é bem maior que a da Argentina, Simonsen acentua a disparidade de renda

⁴³⁶ Afinal como insinuado por Oliveira Vianna em *Instituições Políticas Brasileiras*, ao fazer a comparação das suas idéias com a de Alberto Torres: a ausência de citações (pouco utilizadas por Torres) deixaria no leitor nacional a impressão de amadorismo, já que na tradição brasileira eram abundantes as demonstrações de erudição.

⁴³⁷ Os diagramas citados aparecem reproduzidos no Anexo III, deste trabalho. A tabela aparece na íntegra no capítulo II.

⁴³⁸ A análise destes gráficos tem como finalidade entender a estratégia que levou Simonsen a elaborá-los e a função destes dados na sustentação da arguição simonseana. Isto não impede que os dados sejam superficiais ou errôneos, e não é essa nossa preocupação, uma vez que a intenção não é medir a exatidão dos indicadores levantados, mas investigar porque e como eles funcionavam na percepção subjetiva de Simonsen – que neles apostava para a tarefa do convencimento social. Em segundo lugar também não desprezamos o fato, já comprovado, sobre os benefícios que o setor industrial tirou de várias das políticas cambiais e monetárias, incluindo o custo que algumas delas importaram ao conjunto da sociedade. De novo a perspectiva é acompanhar o raciocínio apresentado pelo autor em sua luta por apresentar a agricultura e o governo como tão ou mais responsáveis pela crise social que afetava a população.

individual no Brasil, enfatizando a necessidade de aumentarmos a produção e elevarmos o nível de consumo da população – não é o valor das mercadorias, mas a insuficiência dos rendimentos. Não faz, como lhe permitiria a base de dados, a pergunta embaraçosa: seria possível acreditar que a agricultura pudesse aumentar esse rendimento, e o bem-estar das massas trabalhadoras (já que no Brasil a produção agrícola é maior que na Argentina)?

A tabela sobre produção nacional da indústria e custo de vida procura demonstrar que nem sempre o ritmo do crescimento industrial coincidiu com o aumento do custo de vida: exemplos são os anos de 1924, 1925 e 1927. Como estes dados poderiam ser tomados como ‘a exceção que confirmaria a regra’, Simonsen desenvolve outros instrumentos estatísticos mais refinados – são gráficos que usam indicadores estáveis e mundiais – custo de vida em ouro, com outros variáveis segundo o padrão de organização e gestão interna de economia - oferta de meio circulante (volume de dinheiro em circulação) custo de vida, salários e câmbio. A inferência é clara: o que puxa para cima os indicadores do custo de vida (em mil-réis) é a gestão monetária e a gestão do câmbio – ambos problemas que escapam ao controle dos agentes privados no mercado, sendo decisões de âmbito governamental, e que têm mais a ver com a questão dos déficits públicos e com as políticas de estabilização vinculadas à proteção do café. Para piorar, Simonsen afirmava que as políticas praticadas pelo governo pouco tinham a ver com a proteção à indústria e sim com o interesse de aumentar as rendas do Tesouro Nacional:

Ouve-se commummente, à guiza de increpação, que as indústrias brasileiras vivem sob um regimen proteccionista, encarecendo sobremodo a vida do povo. É preciso accentuar desde logo que, se no Brasil existem tarifas alfandegárias altas, estas tarifas respondem, porém, precipuamente, antes a exigências do thesouro que a intuits proteccionistas. Não existe propriamente no Brasil política proteccionista em toda a sua accepção. O que existe é a incidência de altas tarifas onerando indistinctamente variados productos de importação, quer se trate de matérias primas, productos manufacturados ou gêneros alimentícios. Uma política proteccionista organizada para o desenvolvimento das industrias, desonera as matérias primas, pouco grava os productos semi-facturados, fazendo incidir os impostos aduaneiros principalmente os productos manufacturados.⁴³⁹

A análise geral desse quadro aponta para o desgaste da imagem da agricultura e do governo (e é esta a intenção que move Simonsen) não só para destruir a pecha que

⁴³⁹ Simonsen, 1928: 13. Em 1932, Simonsen reafirmaria esse princípio: *No Brasil temos tarifa fiscal elevada, mas não regimen propriamente proteccionista, pois não se favorece convenientemente a entrada de matérias primas, que é um dos característicos deste systema e que muito baratearia os productos de fabriccação nacional* (Simonsen, 1932: 09).

acompanhava os industriais, como para abrir uma cunha no debate do período: qual a função da indústria e da agricultura, e qual a função do governo.

É neste ponto que emerge a proximidade do pensamento simonseano com as teorias desenvolvidas por Georg F. List em *Sistema Nacional de Economia Política*. Não há exatamente como provar quando Simonsen entrou em contato com as idéias deste autor, sendo que a primeira citação que faz dele aparece no trabalho de 1931 (*As finanças e a indústria*), mas as concepções de Simonsen no discurso de 1928 já aparecem sintonizadas com várias facetas do ideário listiano, como demonstra a afirmação: *a produção em todos os seus aspectos está sendo considerada, nos países que se acham na vanguarda da civilização, como um negócio da nação* [destaque nosso] *e não como um negócio individual*⁴⁴⁰ - tese fundamental de List sobre o conceito social da produção e sua base nacional, ao contrário da tese individualista e privada do pensamento clássico.

Nos trabalhos de 1930 (*As crises no Brasil*), 1931 (*As finanças e a indústria*), 1932 (*A margem da profissão*) e em 1933 (*Rumo à verdade*) esta idéia de um *destino nacional* para a economia, que extrapola a dimensão individual e o simples acúmulo de riqueza privada, são derivadas das análises de List. O pensador alemão foi um dos primeiros autores do pensamento econômico a questionar os postulados da escola clássica de Adam Smith e a conceituação que então se fazia da economia política. De maneira irônica chamava o pensamento smithiano de escola ‘popular’ ou cosmopolita - a primeira denominação, popular - em função do caráter de aceitação praticamente unânime que esta conseguira mundialmente, lamentavelmente ancorada na questão de um individualismo exacerbado e tomado como fonte de uma riqueza puramente material⁴⁴¹. Já a questão do cosmopolitismo derivava da falsa

⁴⁴⁰ Simonsen, 1928: 19.

⁴⁴¹ O comentário de Cristovam Buarque no prefácio que faz da edição brasileira da obra de List, sobre a unanimidade dos postulados smithianos é extremamente contundente e significativo: *a reviravolta teórica que ele [List] propõe reage aos preconceitos cosmopolitas que tendiam a prevalecer entre os intelectuais europeus da época, influenciados por A. Smith e por toda a visão dos filósofos sociais do século anterior que ‘demonstraram’ a característica intrínseca do egoísmo individualista, e a racionalidade com que este egoísmo agia sobre todo o funcionamento social; dentro de uma grande harmonia, cuja teoria foi transposta dos céus e da Astronomia para a vida da sociedade e para as Ciências Sociais. A ‘mão invisível’ era, e é até hoje, um conceito demasiado elegante e intelectualmente perfeito para não ser aceito generalizadamente. Por um lado, conseguia a mágica de explicar, sem possibilidade de refutação lógica, dados os pressupostos tirados do pressuposto do egoísmo individualista. Isso permitia satisfazer os empiricistas, mas não impedia que os teólogos aceitassem também, vendo na mão invisível a prova da existência de Deus. A todos os intelectuais, sem romper com os teólogos, a ‘mão invisível’ permitia mostrar como o cérebro humano era capaz de*

noção (para List) de que a realização da economia só poderia ocorrer em escala mundial pela progressiva divisão do trabalho (da fábrica, entre fábricas, entre regiões, no mundo, pelo comércio internacional) em que *o bem estar do indivíduo depende totalmente do bem-estar da humanidade inteira* ⁴⁴². Na raiz as questões do privatismo e do cosmopolitismo expressavam os dois erros fundamentais da teoria liberal (vamos chamá-la pelo nome pelo qual ficou conhecida entre nós): o primeiro imaginar que a base da riqueza fosse o trabalho individual, e o segundo pressupor que em qualquer circunstância o comércio mundial pudesse garantir que as nações atrasadas pudessem ascender a uma etapa superior de organização de sua economia. Dessas duas falhas iniciais List acrescentaria ainda o problema da dinâmica econômica e da linearidade com que o liberalismo clássico enxergava a marcha do progresso, despida de processos contínuos de espoliação entre as nações.

Para List a base da riqueza de uma sociedade é sempre o indivíduo unido em um sistema de produção maior e cuja finalidade não seja apenas a riqueza pessoal, mas a riqueza geracional - aquela que se acumula como conhecimento, invenção, cultura, técnica, instituições, de uma geração para outra.

As causas da *riqueza* são algo totalmente diferente da *própria riqueza*. Uma pessoa pode possuir riqueza, isto é, valor intercambiável; se, porém, não possuir a força de produzir objetos de valor superior ao daquilo que consome, tornar-se-á mais pobre. Uma pessoa pode ser pobre; se, porém, ao possuir a força de produzir uma quantidade maior de artigos de valor que aquilo que consome, torna-se rica. *A força produtiva da riqueza* é infinitamente mais importante que a *própria riqueza* [itálico do autor]; pois esta força não somente assegura a posse e o aumento do que se ganhou, mas também a substituição daquilo que se perdeu. Isto é tão verdadeiro no caso de nações inteiras (que não podem viver simplesmente de rendas) do que no caso de indivíduos particulares. ⁴⁴³

Embora o trabalho seja a fonte do valor e da riqueza, apenas quando este aparece associado à condição de sua contínua reprodução é que a riqueza verdadeira se realiza. Não é o indivíduo egoísta, para List, o motor do progresso – é o homem social, o trabalhador inserido em uma cadeia produtiva em que os recursos materiais tenham tanta valia para a *explicar até o praticamente inexplicável do comportamento humano. Aos industriais ingleses a mão invisível permitia ampliar seus negócios e o alcance dos tentáculos colonialistas, sob a égide de uma ideologia libertária e uma lógica irrefutável (...) finalmente, aos governantes, a mão invisível oferecia o descanso. List diz claramente isso ao afirmar 'quem não sentiria o desejo e a capacidade de ser um grande estadista se para isso outra coisa não se exigia senão cruzar os braços'. Os erros ficavam sob a responsabilidade da rebeldia dos indivíduos contra a lógica universal*, (Buarque, prefácio, In List, 1986: XX).

⁴⁴² List, 1986: 90.

⁴⁴³ List, 1986: 97.

continuidade do processo de produção e acumulação quanto os bens sociais – a instituições e a cultura. Não é a ‘riqueza’ fácil, tão facilmente desbaratada como conquistada que consolida ‘origem’ da riqueza das nações. São seus fundamentos, em termos daquilo que Buarque acentuou no prefácio da edição brasileira da obra de List como vislumbre do *avanço das forças produtivas na transformação do social*⁴⁴⁴, as condições de produção e reprodução da produção, em todo seu universo de transformações sociais, institucionais, culturais e políticas que devem acompanhá-las. O exemplo de List, sobre o surto de desenvolvimento da Espanha e Portugal na virada mercantilista, ilustra o tema do insuficiente grau de mudanças (em especial a mentalidade) em seu processo de limitação do desenvolvimento:

enquanto os ingleses ocuparam-se durante séculos em assentar a estrutura de sua prosperidade nacional nas bases mais sólidas, os espanhóis e os portugueses, por meio de suas descobertas, fizeram sua fortuna rapidamente, alcançando grande riqueza em um espaço de tempo muito curto. Contudo, foi apenas a riqueza de um esbanjador que ganhou o primeiro prêmio em uma loteria, ao passo que a riqueza dos ingleses pode ser comparada a fortuna cumulada por um chefe de família trabalhador e econômico. O primeiro pode, a primeira vista, parecer mais invejável que o segundo, pela sua prodigalidade em gastar e pelo luxo que demonstra; ocorre que a riqueza, nesse caso, é apenas um meio de prodigalidade e prazer momentâneo, ao passo que o segundo tipo de rico há que considerar a riqueza sobretudo como um meio de colocar as bases para o bem-estar moral e material de sua descendência.⁴⁴⁵

List escapa da idéia da economia enquanto um simples mercado de trocas, em que o ganho é calculado apenas materialmente e no cômputo da riqueza privada – é este o sentido da chamada economia nacional, ou de sistema econômico nacional. Seu caráter original envolve não a finalidade do trabalho (que em última instância é individual e baseado no gosto particular que cada homem tem de acumular), mas a sua organização, que não pode se dar *fora* do ambiente social, portanto dentro das comunidades nacionais.

O que justificaria a visão de economia nacional são os obstáculos ao processo de desenvolvimento das economias atrasadas, que List denomina de menos desenvolvidas. E o raciocínio listiano embaterá novamente contra as assertivas liberais que acreditavam que as trocas mundiais permitiriam a disseminação dos ganhos do progresso tecnológico e a elevação paulatina do bem estar entre todas as nações participante da divisão internacional do trabalho. Para List (e depois na formulação Simonseana) as coisas não funcionam exatamente assim. A história tem uma dinâmica, um processo evolutivo que caminha das sociedades agrícolas, para

⁴⁴⁴ Buarque, prefácio In List, 1986: XXII..

⁴⁴⁵ List, 1986: 46.

as sociedades comerciais e para as sociedades industriais. Esta última é o corolário da civilização porque elimina da atividade humana todo o esforço grosseiro, repetitivo e que desgasta o corpo com baixo rendimento do trabalho. A etapa industrial desenvolvendo a técnica, a máquina, a ciência tornou o trabalho das nações industriais capaz de inúmeros prodígios.

As ciências e a indústria combinadas têm gerado essa grande força material que, no novo estado da sociedade, vem substituindo com múltiplos benefícios os trabalho escravo dos tempos antigos. Esta nova força material está destinada a exercer sobre a condição das massas populares, sobre a civilização de países primitivos e bárbaros, sobre o povoamento dos territórios desabitados, e sobre o poder das nações de cultura primitiva uma influência incomensurável – ou seja, a força da maquinaria. (...). Um aleijado, dirigindo um motor a vapor, pode produzir centenas de vezes mais que o homem mais forte com sua força natural.⁴⁴⁶

Porém, nem todas as nações desenvolveram-se no mesmo período, sendo que a Inglaterra foi o país que conseguiu efetuar essa transição em primeiro lugar e que, por estabelecer através de inúmeras táticas a sua supremacia comercial e política diante dos outros países, travou o desenvolvimento e a potencialidade de desenvolvimento de diversas nações. Os dois mecanismos fundamentais da manutenção da supremacia econômica inglesa foram as técnicas de organização do comércio internacional - com o estabelecimento de uma divisão de trabalho em que as economias mais atrasadas entravam como especialistas em agricultura, ofertando produtos primários baratos e comprando produtos manufaturados mais caros -, e a disseminação do pensamento econômico clássico que se ajustava perfeitamente aos interesses dos industriais e comerciantes ingleses.

Seria altamente injusto, mesmo agindo com base em razões cosmopolíticas, entregar agora aos ingleses toda a riqueza e o poder da terra, simplesmente porque foram eles os primeiros a estabelecer os sistema político do comércio e na maior dos casos ignoraram o princípio cosmopolítico. Para permitir à liberdade de comércio operar naturalmente, as nações menos adiantadas devem primeiro, por medidas artificiais, ser levadas ao estado de cultura ao qual foi levada artificialmente a nação inglesa.⁴⁴⁷

No desenvolvimento desigual entre as nações, não apenas o modelo inglês na sua teoria e prática política inerente serviria de parâmetro, quanto era necessário observar o quanto o padrão de trocas estabelecido por este país afetava desfavoravelmente o crescimento ‘natural’ das demais nações.

O sistema protecionista, na medida em que constitui a única maneira de colocar as nações ainda atrasadas em pé de igualdade com a nação predominante (a qual, aliás,

⁴⁴⁶ List, 1986: 139.

⁴⁴⁷ List, 1986: 96

nunca recebeu da Natureza um direito perpétuo ao monopólio industrial, senão que apenas conseguiu adiantar-se às demais em termos de tempo).⁴⁴⁸

Os americanos foram, dos povos modernos, os primeiros a perceberem a armadilha representada pelas teses liberais de comércio e a abandonar os argumentos liberais e a protegerem seu mercado interno e suas manufaturas.

Atendendo ao conselho dos modernos teóricos, compramos onde podíamos comprar mais barato, e nossos mercados foram inundados de produtos estrangeiros; produtos ingleses eram vendidos mais baratos em nossas cidades portuárias do que em Londres ou Liverpool. Nossas manufaturas estavam indo à ruína; nossos comerciantes, mesmo os que pensavam enriquecer-se pela importação foram à bancarrota; e todas essas causas juntas foram tão prejudiciais para a agricultura, que a propriedade territorial perdeu geralmente seu valor, e consequentemente a bancarrota generalizou-se mesmo entre os proprietários de terra.⁴⁴⁹

A exposição dos motivos acima levou o governo americano a iniciar a campanha de proteção das manufaturas, mesmo sob forte pressão dos ingleses. List que visitou a América, antes de escrever seu *Sistema*, admirou-se com o grau de robustez das políticas americanas de incentivo e proteção à produção nacional. Ao final, List demonstraria a falácia do argumento liberal utilizado como meio de garantir o controle das economias desenvolvidas sobre as economias em estágio de atraso. Como é desejo natural das sociedades mais pobres chegarem ao desenvolvimento, List propõe um caminho e uma estratégia diferente da prevista no receituário da escola (liberalismo):

A escola não reconhece nenhuma distinção entre as nações que atingiram um estágio superior de desenvolvimento econômico e as que ainda estão em estágio inferior de evolução. Em toda a parte a escola procura excluir a ação do poder do Estado; em toda parte, segundo ela, afirma-se que o indivíduo será capaz de produzir tanto mais, quanto menos o poder do estado se ocupar com ele. Na realidade, a ser verdadeira essa teoria, as nações selvagens deveriam ser as mais produtivas e as mais ricas do mundo, já que em nenhuma outra nação o indivíduo tem tanta liberdade individual como ali, em nenhuma outra é menos perceptível a ação do Estado.⁴⁵⁰

A semelhança entre a argumentação de List e de Simonsen é muito grande, muito embora este não tenha tornado público o quanto dessa influência. A análise que aparece em *As finanças e a indústria* é tributária, sem sombra de dúvida da teoria listiana. Neste trabalho List aparece citado e, dos exemplos históricos utilizados para ilustrar processos de desenvolvimento, o caso da racionalização alemã é tomado como paradigmático para o

⁴⁴⁸ List, 1986: 93.

⁴⁴⁹ List, 1986: 74.

⁴⁵⁰ List, 1986: 120.

cenário brasileiro. A aproximação conceitual entre os dois autores deve-se a uma semelhança de propósitos (buscar desenvolver a industrialização em economias tardias) e ao afastamento que tomam do pensamento liberal (embora tenham percorrido caminhos distintos em termos de clareza sobre a teoria que envolvia esse processo - List é um autor de repercussão mundial e Simonsen foi seu leitor)⁴⁵¹. Diverge também o processo pelo qual cada um dos autores chegou a abraçar a idéia de racionalização da vida econômica. Simonsen inicia sua vida empresarial e intelectual sob o signo do ideário liberal. Defende-o, submete-se na questão da organização do trabalho, da produção, na visão de mercado mundial, porém, o núcleo de seu liberalismo econômico, de sua formação nos bancos da economia natural ou científica, era a crença nas forças do progresso e no desenvolvimento e nos seus vínculos (posição enquanto engenheiro e empresário) com a economia de base industrial. Quando as explicações liberais parecem falhar na tarefa de explicar os percalços da industrialização e mesmo de fundamentá-la, Simonsen abandona o consenso intelectual da época e passa a procurar uma outra linha interpretativa que sirva como resposta teórica e solução prática para o seu dilema. Neste movimento de reflexão é que Simonsen converge para o mesmo campo de análise do *Sistema nacional de economia*.

Diante da complexa e sistemática elaboração listiana as posições de Simonsen ganharam maior densidade, clareza e firmeza - o pensamento que vinha tateando um uma teia de dilemas encontra um ponto de apoio racionalmente sólido. Do ponto de vista formal, a influência de List só aparece comprovada ao final da década de 20, talvez ancorado no mesmo movimento de pesquisa que levou Simonsen ao estudo dos postulados de Ford e logo em seguida Keynes (ambos citados e utilizados nos textos do início dos anos 30)⁴⁵². Mas ela estaria incorporada em todos os grandes temas e tratamento dados pelo autor em sua obra entre os anos 30 e 40.

⁴⁵¹ Há grande diferença também na história de vida dos dois autores. List foi sempre um inconformado e suas atividades marcadas por um caráter errático e avesso às regras que o cercavam. Fracassou durante a vida em muitos de seus empreendimentos (embora a história tenha provado posteriormente o acerto de muitos deles, mas o dissabor foi uma sombra em sua existência). Simonsen, ao contrário, aproxima-se mais em sua biografia de personalidades como Ford ou Keynes, com entrosamento e reconhecimento na maioria das suas realizações (embora no plano intelectual vários pontos importantes de seu projeto ficassem fora da aceitação geral).

⁴⁵² Fato curioso é a utilização da argumentação de List nos debates da constituinte de 1934 pelo paulista Cincinato Braga (*Trabalhos na Constituinte de 1934*) quando discute a necessidade de mecanismos de integração do mercado nacional partindo da abolição dos impostos interestaduais – tese fundamental do sistema que List apresentou como modelo para o desenvolvimento alemão.

O rompimento com o liberalismo econômico é, intelectualmente, dado em um salto brusco (o texto de 1928 é ponto dessa ruptura devido às posições ali assumidas), mas o tratamento e a elaboração de uma nova organização das idéias levaria ainda alguns anos. Auxiliariam, na gestação do novo modelo teórico, a influência já citada de List e das teorias de Ford e em menor grau as idéias de Keynes. Dos dois primeiros autores são trabalhados, do conjunto de suas teses, apenas os argumentos que, entrelaçados, sustentam uma certa perspectiva simonseana e do terceiro a influência decisiva é o conceito de ‘economia nacional’. Os pontos que unem os autores citados na elaboração simonseana são: o papel assumido pelo mercado interno na promoção da etapa industrial (List) e o papel dos salários dos trabalhadores como origem dessa dinâmica (Ford e Keynes); a importância da ação do Estado na vida econômica (List, Keynes – a análise, de cada um desses autores, por uma vertente diferente e com funções diversas); e uma perspectiva integrada e sistêmica de economia afastando-se em variados graus da teoria da mão invisível do mercado (Keynes, List, Ford). Já a respeito da obra de List, com exceção dos problemas mais atinentes ao quadro alemão e da postura colonialista e eurocêntrica, Simonsen praticamente incorporou toda a teoria do autor alemão. São vários os pontos em que podemos observar essa ascendência.

Nos textos da década de 10, especialmente em *O trabalho moderno*, Simonsen defendia os postulados tayloristas como fundamentais para a transformação das práticas do trabalho entre nós, aumentando a disciplina e a eficiência do sistema de produção. Simonsen quedava admirado diante da cientificidade que rodeava o método desenvolvido por Taylor capaz de ordenar todas as séries da divisão do trabalho em uma cadeia precisa, orquestrando tempos, movimentos e funções. Para um engenheiro, a visão do trabalho executado como uma sinfonia maquínica deveria causar profundo impacto. A poder de sedução da administração científica seria ampliada diante do atraso da qualificação profissional encontrada no Brasil, diante tanto do amadorismo com que a produção e os serviços eram realizados quanto da falta de profissionalismo da maioria dos empresários na condução de seus negócios. Faltava-nos, segundo a apreciação de Simonsen, organização, método, padronização e técnica (humana e material, tanto do trabalhador quanto dos proprietários), enfim, profissionalismo e racionalização.

A tese taylorista da mensuração do tempo do trabalho humano em cada função também era relevante diante do problema dos salários, uma vez que a falta de parâmetros sobre o valor do trabalho na média e individualmente jogava lenha na fogueira dos movimentos operários, ao tornar, segundo análise de Simonsen, trabalhos de qualidade diferente homogêneos o que fortalecia uma unidade salarial inexistente (pois cada operário tem um quantum de produção singular, que se aproxima ou não da média). O despropósito da homogeneidade dos salários neutralizava também a principal força da economia moderna – a busca da máxima eficiência pela utilização máxima dos fatores de produção – já que no caso dos trabalhadores o estímulo que os toca é a busca de um salário mais alto, alcançado por um esforço maior na produção⁴⁵³.

A filiação ao sistema taylorista, a grande descoberta da época na área da engenharia do trabalho, apropriava-se ao foco de interesse de Simonsen, preocupado especificamente com o problema da economia na esfera privada das unidades de produção.

Quando sua atenção começa a se concentrar na economia enquanto um sistema integrado – produção, circulação, acumulação e reprodução – no qual a questão da demanda do mercado consumidor passa a ser relevante, Simonsen passa a afirmar os limites do taylorismo e a superioridade do modelo fordista, recusando ainda o reducionismo do trabalho humano a um procedimento quase maquinal. Para ele, o sistema Taylor:

tem por fim obter do operário o máximo rendimento do trabalho dentro do mínimo tempo de trabalho (...) estabelece-se assim um tempo ‘standard’, que passa a controlar toda a malha do trabalho, com escritório e superintendentes que organizam a produção, criando os lugares do trabalho onde “o homem é isolado e posto ao serviço do rendimento“. O sistema Taylor especializa em excesso a produção do operário e procura adaptá-lo à máquina, destrói a iniciativa própria e de alguma forma o sentimento de camaradagem e da alegria no trabalho, estimulando a ambição individual. Atomizando em extremo o trabalho não exige aptidões especiais dos operários, que se tornam, assim, autômatos nas mãos dos administradores.⁴⁵⁴

⁴⁵³ Este princípio nunca abandonou as reflexões de Simonsen. Ele aceitou e defendeu a elevação dos salários como meio de aumentar a dinâmica econômica e como recurso anti-crise econômica (aumentando a taxa de consumo em situação de super-produção) e anti-crise política (minorar conflito entre capital e trabalho); também propôs diferenciação entre pisos salariais, pertinentes aos índices de vida de cada região ou estado (como forma realística de manutenção das forças de produção). Mas não se vê em nenhum de seus textos uma *defesa* do salário mínimo. Talvez a resposta para entender esta posição num autor que demonstrou em seus trabalhos sensibilidade ao problema do quantum salarial e dos níveis de vida da população resida neste ponto – a crença, inabalável em toda a sua trajetória – nas diferenças de produtividade devidas às ações de cada homem, estímulo fundamental para o aumento do progresso social.

⁴⁵⁴ Simonsen, *As finanças e a indústria*, 1931 B (1932): 228.

Um ponto desse afastamento deve-se às novas proposições explicativas que caracterizavam a reflexão simonseana desde 28 – a crítica feita ao modelo do exclusivismo agrícola tinha como pedra de toque a questão do aumento dos ganhos dos salários. Simonsen não pode, ao apostar na industrialização como meio de sair do atraso econômico e de introduzir uma paz social duradoura, defender uma visão predatória do trabalho humano (nem dos salários)⁴⁵⁵. Também influencia a guinada do autor a aproximação que vê entre uma organização extrema do trabalho e a gestão comunista de produção – a ‘organização racional de Estado’ - e que implica na perda da liberdade e da individualidade:

Lenine collocou o indivíduo ao serviço da produção mas a classe patronal está allí substituída pela collectividade, que exerce uma verdadeira opressão sobre o operário, desconhecida nas indústrias dos países civilizados e com o aniquilamento das mais essenciaes noções de liberdade.⁴⁵⁶

Simonsen abraça a teoria de Ford também pela consonância que vê na utilização dos seus postulados e o modelo de racionalização alemã, que no mesmo texto (*As finanças e a indústria*) defende como aquele que mais se aproxima dos problemas da situação brasileira.

Henry Ford, no seu conhecido livro *Minha vida e minha Obra*, descreve o systema que adotou na sua organização fabril, em que conjuga factores de ordem technica, moral e social. Ford, compreendendo o programa integral da produção, visa estabelecer relações novas entre os patrões, os operários e os consumidores, procurando incutir no espirito de todos que com elle trabalham que exercem uma função social com a noção de ‘servir’ a humanidade.⁴⁵⁷

A teoria dos salários e de seu papel na dinâmica econômica é parte importante da recepção que Simonsen faz daquela teoria que, juntamente com o keynesianismo, foi responsável por uma reviravolta no pensamento econômico, subvertendo a origem do impulso econômico da esfera da produção para a esfera da demanda. Embora nesta época o acordo estivesse ainda sendo tecido nos países mais avançados economicamente, é singular a utilização por parte de Simonsen daquela que seria a grande revolução do compromisso fordista – a afirmação dos salários. Segundo nosso autor, Ford considera que o operariado faz parte da massa dos consumidores e que o poder aquisitivo das massas repousa nos salários:

⁴⁵⁵ Estas afirmações têm como objetivo desvendar a lógica do raciocínio simonseano e suas escolhas teóricas. Não queremos afirmar que Simonsen estive apenas jogando com a argumentação, ajustando-a a uma finalidade de manipulação política. Ao contrário, a adesão de Simonsen ao desenho de um modelo de economia de alta produtividade e de altos salários é persistente ao longo de suas obras. O que ele não faria, como já apontado antes, seria privilegiar o trabalho frente ao capital – isso nem List fez.

⁴⁵⁶ Simonsen, *As finanças e a indústria*, 1931 B [1932]: 229.

⁴⁵⁷ Simonsen, op. cit.

de facto, a proporção dos salarizados (sic) numa sociedade é muito maior do que a dos que vivem de renda. Os salários, prova do trabalho, asseguram a continuidade deste criando um poder aquisitivo que se renova incessantemente; o salário é, portanto, **o criador do trabalho** [destaque nosso]. Nessas condições os salários são tão importantes para a indústria em si como para a classe operária. A redução dos salários, de acordo com Ford, não é uma solução para as crises de consumo, essa redução, ao contrário, agrava as crises porque diminui o número de compradores.⁴⁵⁸

A aproximação de Simonsen com os paradigmas fordistas tem uma finalidade muito precisa: fundamentar o problema que a produtividade e eficiência tem para as economias modernas. Simonsen já havia afirmado em 28 que o problema econômico fundamental do Brasil não era carestia e em 30, que também não nos afetava uma crise de origem externa. Nosso problema era local, impulsionado por nossa própria inépcia ao não vermos a lição que nos dava a história: apenas os países industriais podem oferecer um constante crescimento de sua produção, de seus rendimentos e da distribuição destes pelos setores da economia. Não adiantava, na perspectiva de Simonsen, procurar as respostas ao problema nacional apenas nas questões cambiais, na balança comercial, no problema monetário. Estes são causas e não consequência de um processo que atingiu o pico de desenvolvimento possível – a economia agrário exportadora – e para resolvê-lo é preciso atacar o problema da industrialização. É o fomento e a proteção à indústria que permitirá resolver também o problema dos salários (e por extensão do mercado interno, do aumento de consumo das matérias primas agrícolas, da renda do Tesouro, da valorização da moeda, da balança comercial, da paz social).

a política de altos salários só pode, porém, repousar numa prática industrial de máxima eficiência: elevação da produtividade do operário, aumento da intensidade da produção e maior economia no uso da matéria prima.⁴⁵⁹

Ainda de Ford, Simonsen retira um outro postulado que serviria para a defesa da industrialização. A lógica dos altos salários deve preservar o tamanho do mercado e evitar as crises de superprodução e subconsumo (analisadas pelo autor no texto de 1930), portanto, servindo como um mecanismo de retroalimentação do sistema econômico. Esta saída permitia escapar do paradoxo que havia sido deixado por Smith e que não fora respondido por List: uma economia pode crescer voltada para seu mercado interno? Ou seja, segundo a teoria proposta por Adam Smith e seguida de perto pelos liberais clássicos, um país *X* entra no mercado mundial oferecendo para troca determinados produtos, dos quais detém uma

⁴⁵⁸ Simonsen, *As finanças e a indústria*, 1931 B [1932]: 231.

⁴⁵⁹ Simonsen, op. cit.

superioridade qualquer (técnica, na oferta de fatores de produção, entre outras) e que lhe permite garantir preços compensadores e competitivos, capaz de abarcar uma fatia do mercado (e esta vantagem competitiva reside na alta especialização da produção). Em troca de oferecer produtos baratos recebe um valor monetário que utiliza, por sua vez, para voltar ao mercado e escolher os produtos que deseja, escolhendo entre a variedade disponível, aqueles com menores e mais vantajosos preços (que foram oferecidos pelos países que também especializaram a sua produção). Na síntese, esta economia *X* teria produzido o máximo possível com o mínimo possível de esforço e obtido o máximo consumo possível com o mínimo dispêndio possível (teoria da maximização de ganhos). Sem o mercado mundial, para a escola liberal, as economias produziriam sem concorrência e sem especialização, produzindo mercadorias caras, de baixa qualidade e com preços elevados – o oposto do círculo virtuoso acima apontado: gastariam o máximo possível pelo mínimo possível. Sem as trocas internacionais as economias locais não poderiam obter recursos que bancassem as suas necessidades de importação (uma vez que não haveria chance de uma economia ser autosuficiente em termos de recursos) e perderia também seu dinamismo já que a base do progresso é a divisão do trabalho e a contínua especialização. É por conta dessa formulação que a premissa do desenvolvimento da economia para os clássicos estaria assentada no cosmopolitismo questionado por List.

List, ao contrário, afirmava que se a troca entre produtores externos pode produzir esse círculo perfeito e este poderia ser melhorado se ocorresse dentro das fronteiras de um mesmo mercado.

sobretudo porque o intercâmbio recíproco entre o poderio manufatureiro e o poderio agrícola é tanto maior quanto mais perto o agricultor e o manufator estiverem um do outro, e quanto menos estiverem sujeitos a serem interrompidos por acidentes de toda a espécie no intercâmbio de seus produtos.⁴⁶⁰

As vantagens seriam a ausência de perturbações políticas no nível das trocas (como, por exemplo, o efeito das guerras - algumas décadas depois poderíamos acrescentar o efeito dos desequilíbrios ou crises locais com efeitos irradiados) e a neutralização das trocas

⁴⁶⁰ List, 1986: 111. Só por curiosidade citamos trecho de texto de Simonsen de 1932: *o proteccionismo cerceia de alguma forma e por algum tempo a permuta entre as nações, mas traduz uma grande liberdade de produção dentro das fronteiras do país que o adopta. De facto, nos países que abraçam o proteccionismo, qualquer cidadão pode montar a indústria que entender desde que repouse em sadio fundamento, certo que estará livre do esmagamento proveniente dos 'dumpings' ou manobras de poderosos concorrentes estrangeiros* (Simonsen, 1932: 09).

desiguais entre posições econômicas distintas – economias agrícolas de um lado e agro-manufatureira ou manufatureiras por outro. O peso dessa desigualdade impediria, atrofiaria e destruiria as chances de desenvolvimento ou passagem das economias não industriais para o patamar industrial (a mesma argumentação de Simonsen, de Myrdal, de Nurkse, da Cepal, de Furtado e de todos os autores que trabalharam com a crítica da teoria das vantagens comparativas). Mas List não respondeu ao tema da queda da produtividade acarretada pela diminuição dos fluxos externos de troca.

A vantagem do paradigma fordista está em apontar que a dinâmica da economia, estando nos salários, pode permitir uma alavanca constante do mercado interno – o que não significou para Ford abandonar a perspectiva de internacionalizar a produção, muito ao contrário. Mas a formulação fordista dava ânimo e sustentação para a tese simonseana preocupada em justificar, no primeiro momento, a industrialização como via de solução da pobreza nacional e, em seguida, a defesa do protecionismo, portanto a defesa de uma economia capaz de crescer voltada para o mercado interno. Segundo a teoria dos altos salários (compatíveis *sempre* com o nível da produção), e que no mesmo texto Simonsen afirma ter sido um dos elementos que alavancaram o desenvolvimento da Alemanha e que sustentaram o ritmo de crescimento americano após as sucessivas crises econômicas mundiais (incluindo a de 29), estes permitiriam um constante crescimento da demanda porque os trabalhadores são os consumidores. Ao acelerar o ritmo industrial toda a cadeia de efeitos benéficos da redução do giro de capital e a maior organização da produção permitiriam um elevado ganho na eficiência do sistema:

Emquanto Taylor se preocupou principalmente com o estudo do tempo perdido pelo homem e pela machina, Ford procurou suprimir o tempo perdido pela matéria prima. Com o trabalho contínuo Ford conseguiu tirar de sua empresa o capital circulante que elle mesmo emprega.⁴⁶¹

Para Simonsen, Ford havia descoberto a pedra filosofal capaz de impedir crises: diminuir preços via aumento da eficiência, transformando os trabalhadores em consumidores e mantendo altos os salários para ampliar constantemente os limites do mercado consumidor. As economias mais desenvolvidas, ou supercapitalizadas como as denomina Simonsen, cresceram primeiro para dentro, atendendo a demanda de seu mercado interno – portanto de

⁴⁶¹ Simonsen, op. cit.

acordo com o poder aquisitivo gerado, em grande parte, pelos salários. Em 1928 Simonsen diria, sobre a economia americana que:

Nos Estados Unidos, onde a indústria cresceu e evoluiu amparada por uma grande política proteccionista o maior consumidor da formidável produção industrial daquele país é o próprio povo americano, sendo apenas exportado menos de 10% da sua produção industrial.⁴⁶²

Em 1931, sob o estímulo das novas políticas salariais em seu contínuo processo de expansão dos mercados, Simonsen apresenta o cenário da economia norte-americana como uma potência mundial econômica, sendo esta posição conseguida na eficiente integração entre os vários setores que compõem essa sociedade e no aumento das condições para que cada indivíduo pudesse elevar seu padrão de vida material e cultural. Deste movimento simples, iniciado pela inversão na percepção do papel dos salários – de custo a ser reduzido à renda a ser elevada – Simonsen retira a explicação para a estabilidade social, política e para a riqueza dos americanos:

Essa política, com as oportunidades que oferece aos operários de possuírem economias próprias, de completarem a sua cultura e de se beneficiarem do conforto moderno, concorre para promover o entrelaçamento das classes e a supressão da tendência de luta assim substituída por um espírito de cooperação; esta tem sido a influência social dos salários altos na América do Norte. (...) de 1914 a 1930 os Estados Unidos duplicaram a sua fortuna nacional que atinge hoje a fabulosa somma de 80 bilhões de libras esterlinas ou sejam 3.000 dollars por habitante. A riqueza americana representa 40% da riqueza mundial.⁴⁶³

Este poder aquisitivo, capaz de alavancar e estimular o desenvolvimento de uma economia forte não pode, porém, falsificar as regras fundamentais da economia, como, por exemplo, o aumento dos salários determinado *deus ex machina* pelo Estado (técnica que Simonsen condenará veementemente em 1934 durante os trabalhos da Assembléia Constituinte). O aumento dos salários só pode ocorrer no mesmo ritmo e sentido em que se eleva a produção e a produtividade da economia. Se houver interferência dos governos (e nesta fase é assim que Simonsen perceberia o problema do planejamento econômico), esta não pode, no caso dos salários, superar o velho e bom critério das leis de mercado. Em 1928 Simonsen colocaria o problema da seguinte maneira:

O aumento do ganho precisa, porém, ser conseguido dentro das leis econômicas, e não pelo simples arbítrios dos Governos ou das classes patronaes, sob pena de encarecermos os productos e entravarmos a produção. É pelo aumento da produção

⁴⁶² Simonsen, 1928: 10.

⁴⁶³ Simonsen, *As finanças e a indústria*, 1931 B [1932]: 232.

em geral que temos que obter o aumento do ganho médio, e portanto, o aumento do consumo médio por habitante.⁴⁶⁴

Se as teses fordistas acenavam com uma possibilidade de sustentação da lógica de um projeto industrial em função da profunda identificação entre as revoluções na esfera produtiva e seu impacto no ambiente geral da economia (no caso, técnica de produção e remuneração, capazes de incidir na dinâmica total da economia), a aproximação com o ideário listiano seria a grande descoberta intelectual para Simonsen. Mesmo tomando-se os pontos fundamentais acima tratados, salário, produtividade, regulação estatal, as ressalvas de Simonsen eram por ele justificadas na perspectiva de descobrir, dentro desse quadro geral oferecido pela história e a economia de outras nações, os elementos que se ajustassem ao caso brasileiro. O fordismo, tal qual surgiu e foi empregado, adequava-se ao quadro americano. No Brasil ele com certeza seria um fracasso se aplicado sem levar em consideração os limites e os problemas da economia nacional.

Em 1934 Simonsen volta a referir-se ao problema do baixo nível de vida da população brasileira, mas acentuando os riscos de adoção de medidas demiúrgicas por parte do governo que não pode acabar com a ‘pobreza por decreto’ ou procurando forçar a distribuição de uma riqueza inexistente:

Mas a legislação que se organiza para contrabalançar, ainda que tardiamente, os efeitos desse individualismo levado ao excesso, não se pode transplantar para o Brasil, cuja evolução econômica se arrasta em moldes bem diversos. Ao invés de repressora e distribuidora, a nossa legislação, no campo econômico, deve ter um caráter coordenador, incentivador e preventivo. O nosso ciclo é o da *promoção da criação de riqueza*; o dessas outras nações é o da *correição* e o do *equilíbrio na distribuição* [destaques do autor].⁴⁶⁵

Em 1940, em estudo especialmente elaborado para a discussão do conceito de pobreza, o retorno ao tema:

Essa melhoria, é mister repeti-lo, só em pequena escala pode ser obtida por imposições de uma avançada legislação social. A alta geral dos níveis de vida depende de fortes iniciativas de ordem econômica, que não devem nem podem mais ser proteladas, sob pena de vermos agravadas continuamente as disparidades flagrantes que já nos ferem.⁴⁶⁶

Esta tensão entre um modelo mundial e o esquadro nacional aproxima Simonsen do exame das formas de evolução econômica das sociedades, apresentado por List. O estudo

⁴⁶⁴ Simonsen, 1928: 17.

⁴⁶⁵ Simonsen, 1934: 14.

⁴⁶⁶ Simonsen, 1940 (A): 15.

comparativo adotado como método de trabalho por Simonsen assemelhasse muito ao esforço que aparece nos primeiros capítulos do *Sistema nacional de economia política*, e é incorporado como instrumento de análise desde o texto simonseano de 1931, *As finanças e a indústria* (trabalho que consideramos como um dos mais importantes e teoricamente mais bem construídos do autor). Em seu estudo List observou as nações e o impulso econômico de mudança europeu no século 19, tendo como centro nevrálgico à Inglaterra (economia mais desenvolvida), e as economias circundantes como comparação: Espanha, Portugal, Holanda, França, Rússia, Itália, Estados Unidos e a própria Alemanha. Seu objetivo era comparar um tipo econômico que historicamente deu certo e os limites ou obstáculos que impediam (ou impediram, como no caso das nações ultrapassadas pela Inglaterra na corrida mercantil e na revolução maquinofatureira).

acontece, porém, que existe uma diferença infinita nas condições e circunstâncias que caracterizam as diversas nações: percebemos haver entre elas nações gigantes e anãs, bem formadas e ‘aleijadas’, civilizadas, semicivilizadas e ainda em estado de barbárie.⁴⁶⁷

A conclusão a que chega List é que as economias se desenvolveram em diapasões diferentes e em ritmos desiguais, enfrentando problemas distintos. Para cada um desses cenários, mantida intacta a baliza evolutiva – economia agrícola, economia mercantil e economia industrial – seriam necessárias respostas diferentes das tradicionalmente apontadas pela economia liberal, incluindo ferramentas e meios heterodoxos como o protecionismo.

A História ensina-nos que as nações dotadas pela Natureza de todos os recursos necessários para atingirem o mais alto grau de riqueza e poder podem e devem, sem comprometer os objetivos que visam, modificar seus sistemas de acordo com o estágio de seu próprio progresso: no primeiro estágio, adotando comércio livre com as nações mais adiantadas como meio de saírem elas mesmas de um estado de barbárie e para fazerem progresso na agricultura; no segundo estágio, promovendo o crescimento das manufaturas, da pesca, da navegação e do comércio exterior, adotando restrições ao comércio; e no último estágio, após atingirem o mais alto grau de riqueza e poder, retornando gradualmente ao princípio do comércio livre e da concorrência sem restrições, tanto no mercado interno como no mercado internacional.⁴⁶⁸

A análise histórica caminha no pensamento simonseano em duas direções. A primeira delas observa os modelos mundiais das economias desenvolvidas procurando detectar quais foram os instrumentos e as fórmulas que ali deram resultado – quer identificar parâmetros para orientar o caso do Brasil. Dos processos de desenvolvimento capitalista

⁴⁶⁷ List, 1986: 123.

⁴⁶⁸ List, 1986: 85.

mundial Simonsen estuda mais detalhadamente a Inglaterra, associada paradigma da Revolução industrial (apontando a origem do surto de desenvolvimento a partir da invenção da máquina e da descoberta de novas formas de energia motriz); no caso dos Estados Unidos, a alavanca do progresso econômico deveu-se ao desenvolvimento de técnicas racionais e cada vez mais elaboradas de produção, aliada ao esforço inventivo e aperfeiçoamento técnico crescente (os recursos naturais e o ethos do trabalho também são destacados); na Alemanha, o principal elemento de fomento ao progresso foi o planejamento da economia, a integração de todas as forças da sociedade na tarefa do desenvolvimento industrial (convergindo para esse esforço a agricultura, as finanças a técnica, os transportes, e os recursos humanos sob a coordenação do Estado alemão)⁴⁶⁹. Das diferenças encontradas em cada modelo emerge uma unanimidade – todos estes países possuem uma indústria desenvolvida, com um patamar de rendimento capaz de estimular os setores comercial e agrícola, pois é o modelo do industrialismo que carrega as forças do progresso⁴⁷⁰.

O segundo sentido do olhar histórico procura encadear os traços da formação econômica nacional e identificar os obstáculos ao desenvolvimento (Simonsen observa e analisa assim a economia do passado e a conjuntura econômica de seu tempo). Este foco investigativo procura determinar também os pontos nodais e estratégicos para ancorar o discurso industrialista, identificando a autonomia econômica com a realização da nação:

O mundo, constelação de nações independentes, apresenta-se também dividido em economias independentes. As fronteiras econômicas só desaparecerão concomitantemente com as fronteiras políticas. É esta, infelizmente, a realidade. A existência do Estado independente pressupõe a co-existência da economia independente.⁴⁷¹

O encontro das duas vertentes possibilita responder a dois dos desafios propostos para a implementação dos interesses da burguesia industrial brasileira na tarefa de construção de sua hegemonia: acertar as contas com o passado, eliminando as bases ideológicas e materiais que sustentavam a estrutura da hegemonia do setor agrícola de exportação, e planejar

⁴⁶⁹ Todos estes modelos são analisados em maior profundidade por Simonsen em *As finanças e a indústria*.

⁴⁷⁰ *Na phase actual da humanidade, o industrialismo é sem favor, um dos agentes predominantes na formação do ciclo em que vivemos. Numa época, portanto, em que o industrialismo é indicado como um dos principais factores da civilização, como uma das forças motrizes e formadoras do fâcies actual da Humanidade* (Simonsen, *A era do industrialismo* [1929] 1932: 184).

⁴⁷¹ Simonsen, 1935: 07.

o caminho do futuro, elaborando um conjunto de teorias e mecanismos que permitissem a ascensão da indústria no plano material e político.

O ajuste de contas com o passado é assimilado no pensamento simonseano através dos argumentos já expostos. Em suas análises Simonsen consegue disciplinar e dirigir uma argumentação que municia o setor industrial a neutralizar, no plano das idéias (espaço de análise priorizado neste trabalho), o discurso ideológico da vocação rural. O ponto chave é a insuficiência estrutural da agricultura na geração de progresso, aproveitando-se da brecha de fragilidade da crise dos preços do café para cercar esse setor de suspeição quanto ao fenômeno da pobreza brasileira e o da vulnerabilidade econômica e política da nação. O preço pago por esta conquista foi o rompimento com a análise puramente econômica das regras e leis de mercado e avançar no espaço da economia política, introduzindo a questão do destino social da economia e do progresso.

A expectativa do futuro custaria o ônus da inovação constante - uma concepção sistêmica e nacional da economia (ênfatisando não a produção de valores, mas a questão social do desenvolvimento), e a defesa do planejamento e do Estado: instrumentos fora da ortodoxia econômica do período e uma recusa frontal e drástica da teoria do livre comércio.

CAPÍTULO V
PROJETOS E ESTRATÉGIAS
NACIONALISMO E PLANEJAMENTO

O pensamento simonseano a partir da década de 1930 iniciará uma marcha acelerada partindo dos limites da agricultura até o planejamento econômico. O caminho conceitual é único e pontuado por estágios temáticos. Da crítica aos limites estruturais do modelo agrícola Simonsen legitima o modelo industrial e o faz baseando-se nos problemas sociais da nação e na perspectiva de futuro. A pobreza no Brasil é geral, afeta o povo e o conjunto da economia – é o que indicam as estatísticas. Mas como interpretar esta questão? A tese simonseana é que esta pobreza não decorre das crises que repetitivamente vem assombrando o país e nem dos momentâneos desequilíbrios dos saldos comerciais, das questões cambiais, da inflação, dos desregramentos governamentais. São todos esses fatores em conjunto e não isoladamente porque é o modelo econômico adotado, centrado na produção agrícola de exportação e limitado pelo comércio internacional a causa dessa crise.

O vínculo entre a agricultura e pobreza é feito, por Simonsen, com cautela e gradativamente. O baixo nível de vida da população brasileira não decorre da agricultura em si, até porque as crises que atingem este setor são de superprodução e não de subprodução. A agricultura é uma atividade produtiva, malgrado sua falta de racionalização, de diversificação e de melhorias tecnológicas e poderia tornar-se ainda mais produtiva, mesmo nos moldes da monocultura. Mas, para Simonsen, mesmo que estas mudanças ocorressem os problemas econômicos nacionais não se resolveriam por um único e simples motivo – países agrícolas são reféns do comércio mundial e os níveis de produtividade agrícola jamais serão capazes de, sozinhos, elevar o desenvolvimento econômico de uma nação.

Neste primeiro ponto, aberta a reflexão sobre os limites da agricultura no quadro da economia brasileira (tema tratado no capítulo anterior), os raciocínios simonseanos trilharão dois caminhos interligados: a diferença estrutural entre agricultura e indústria e sua relação de autonomia/dependência frente ao comércio internacional. Os dois raciocínios são inseparáveis e farão Simonsen afastar-se drasticamente do pensamento econômico liberal. Em seu lugar serão adotados os postulados da economia nacional, formulados por List, congregando alguns conceitos fundamentais: a) a idéia de ritmos desiguais de desenvolvimento econômico entre as nações (incluindo o conflito entre elas na preservação da superioridade econômica conquistada); b) defesa do postulado no qual a riqueza e o desenvolvimento econômico não estão nos indicadores isolados da economia (riqueza

privada), mas nos indicadores gerais da capacidade de produção e reprodução da riqueza (mudança da ótica da ‘produção de valores’ para a produção de ‘meios de produção’); c) entendimento da organização econômica voltada para o espaço nacional (em oposição ao cosmopolitismo), principalmente no fortalecimento do mercado interno e da preponderância da produção industrial; d) percepção de que o desenvolvimento econômico das nações não ocorre de maneira natural e espontânea, necessitando, contrariamente, de medidas de proteção e estímulo - item que, combinado com o anterior, fortaleceria a adoção de mecanismos protecionistas, rejeitando a economia aberta; e) entendimento de que as questões econômicas tem *alcance nacional* e repercussão sobre todo o conjunto na sociedade tanto no presente quanto no futuro (este é o ponto essencial da conversão da questão industrial em questão nacional), sendo, portanto, aceitável a presença coordenadora do Estado na vida econômica; f) aceitação de uma economia desenvolvida pela via planejada.

Estes pontos estão presentes nos raciocínios simonseanos posteriores aos anos 30 e, muito embora não estejam organizados desta maneira ordenada, encontram-se enraizados na lógica com que o autor concatena e apresenta suas teses. O apoio teórico fundamental é o pensamento listiano, aplicado às singularidades do caso brasileiro⁴⁷². Este caminho intelectual revestido de uma fundamentação teórica e racional incomodaria profundamente os defensores do liberalismo no Brasil e justifica o antagonismo que caracterizou a célebre ‘controvérsia’ entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín entre 1944 e 1945. A discussão travada naquele momento no espaço dos conselhos técnicos repercutia em um poderoso debate econômico nacional por representar duas alternativas diferentes para a organização da economia e para a orientação da conduta do Estado. No parágrafo introdutório de *Planificação da economia Brasileira* (1944) Simonsen indicaria, de maneira discreta, o motivo que originou tanto o documento, elaborado como parecer para Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, quanto o caloroso debate que a ele se seguiu entre o relator (Roberto Simonsen) e o parecerista (Eugênio Gudín):

A indicação formulada pelo Exmo. Sr. Ministro Marcondes Filho para que se investigue **se a nossa evolução econômica já estabeleceu os princípios fundamentais** [destaque nosso] que devem orientar o desenvolvimento industrial e comercial do Brasil, obriga-nos – em face mesmo dos objetivos que nortearam a

⁴⁷² Simonsen pode ser visto como o elo de passagem entre os primeiros defensores da indústria e os desenvolvimentistas dos anos 50 neste movimento – conseguiu dar uma primeira formulação teórica para a questão do atraso nacional (a pobreza) e indicar os caminhos de sua superação. O autor funcionaria também como o elo entre List e os desenvolvimentistas nacionalistas.

programação deste Conselho – a fazer a crítica de alguns aspectos dessa evolução, apresentando sugestões e conclusões que nos parecem as mais condizentes com o fortalecimento de nossa economia.⁴⁷³

A questão que se punha era avaliar o grau de desenvolvimento das atividades da indústria e do comércio para a definição das metas da política econômica do Estado brasileiro. O problema apresentado à investigação era de enorme magnitude e, é claro, suscitou um confronto gravíssimo entre aqueles que propugnavam não apenas a vocação rural, mas os postulados das *vantagens comparativas* (liberais, defensores do naturalismo econômico) e os que defendiam não apenas a industrialização, mas a idéia de *planejamento econômico* (adeptos da corrente listiana). O que o propósito da investigação sugeria era o reconhecimento público e dentro da arena governamental dos rumos as serem estimulados (privilegiados) na economia nacional. As posições ideológicas e interesses econômicos dos vários grupos em concorrência encontravam-se praticamente postados frente a frente nesse momento.

Invariavelmente, grandes mudanças sociais geram profundas controvérsias doutrinárias, as quais, em grande parte, são o eco das disputas travadas no seio da sociedade, onde se digladiam grupos sociais e políticos cujas posições relativas se alteram rápida e substancialmente. O papel dos líderes e intelectuais, contudo, não deve ser subestimado. Muito ao contrário; são eles os verdadeiros intérpretes e dir-se-ia mesmo os artífices das transformações em marcha. A sociedade brasileira dos anos 30 e 40 presenciou a marcante atuação dessas personalidades. As discussões travadas na época, sobre os grandes rumos da economia brasileira, refletiam também as divergências quanto aos próprios destinos da economia mundial (...) referiam-se elas, basicamente, às controvérsias entre ‘dirigismo’ e ‘liberalismo econômico’, entre os benefícios da industrialização, em economias ainda essencialmente agrícolas, e as vantagens de uma maior especialização no âmbito da divisão internacional do trabalho⁴⁷⁴

O conflito, assim delineado, coloca sobre os ombros de Simonsen e Gudín uma de representação dos problemas da época que valeria a pena equacionar um pouco melhor. Antes de continuarmos a análise deste embate há algumas considerações que merecem ser feitas. A primeira delas é sobre o estreito vínculo estabelecido entre o pensamento de Roberto Simonsen e o protecionismo emanado das formulações de List, ligação aceita e defendida neste trabalho. A principal contribuição de Simonsen para o desenvolvimento industrial do país deve-se, antes mesmo de sua ação empresarial, sindical e pública, ao avanço gerado por suas proposições no campo intelectual, no campo do pensamento econômico e social brasileiro (este é, como já foi afirmado antes, o caráter ideológico de sua obra). E nesta

⁴⁷³ Simonsen, 1945 (A): 85.

⁴⁷⁴ Von Doellinger, 1977: 03.

dimensão a estruturação de seus raciocínios é tributária, em muitos aspectos, dos pontos fundamentais desenvolvidos por List em sua teoria do sistema econômico nacional⁴⁷⁵.

A segunda observação é sobre a excessiva simplificação do debate sobre a questão da ‘vocação rural’, especialmente na argumentação gudiniana. A posição assumida por Gudin não pode, para rigor e honestidade da análise, ser entendida como expressão dos interesses agrícolas⁴⁷⁶. É a sua concepção de funcionamento do sistema econômico que o coloca em posição contrária a uma industrialização que considera artificial. É, portanto, nos fundamentos do pensamento econômico e no diagnóstico da economia brasileira que se ancoraria a rejeição à teoria do planejamento e da industrialização ‘protegida’ do país.

A prova de uma amplitude, que extrapola o debate de 44, está no confronto intelectual que se estabeleceria entre Gudin e Simonsen em um enfrentamento silencioso (e quem sabe até não intencional) entre os dois autores nas décadas de 1920 e 1930 e que emergiria com força na famosa controvérsia. Como exemplo, além do conjunto de formulações que opunham e iriam opor ainda mais os dois intelectuais, há uma curiosa coincidência de temas, datas e ambientes acontecendo em paralelo durante esse período, porém sempre com o sinal ideológico trocado.

Roberto Simonsen e Eugênio Gudin foram contemporâneos (e na fase posterior à morte de Simonsen, a projeção intelectual e política de Gudin foi fulgurante, chegando ao

⁴⁷⁵ O pensamento de List reflete também um ambiente mais amplo de idéias que se contrapunham ao formulário liberal, quer com base na percepção concreta dos percalços econômicos nas economias atrasadas, quer no enfrentamento no plano puramente teórico do pensamento econômico – são as *raízes* sociais da obra em seu tempo histórico. Desta maneira, Simonsen é influenciado por List até mesmo em função de sua experiência prática e profissional, e também do contato com outros autores que se afastavam em maior ou menor grau do liberalismo - afinal Simonsen lera Manoilescu, Ford, Keynes, Marx (em primeira ou segunda mão, mas segundo relato feito em uma das biografias sobre Simonsen, alguns dos trabalhos de Marx em leitura direta - o espanto de sua sobrinha ao encontrar sobre a mesa de cabeceira do Simonsen um exemplar de *O Capital*, ao que Simonsen teria respondido sobre a necessidade de se estar a par de todas as teorias), entre outros. Mas a base teórica de sua idéia de planejamento, protecionismo e defesa da industrialização está em List.

⁴⁷⁶ Ressalva feita com clareza por Bielschowski ao analisar a ventilada posição anti-industrialista de Gudin: *outra medida de reforço estrutural da economia dos países de produção primária é a de uma gradativa industrialização para diversificar a economia e escapar em parte dos percalços cíclicos, a industrialização per si não assegura de forma alguma um aumento da renda per capita; muita industrialização tem sido mal orientada ou inspirada em objetivos não econômicos. Mas se a industrialização se processa com mão-de-obra que se tornou supérflua no setor agrícola, por melhoria de sua produtividade técnica e se ela dispõe da capacidade técnica e administrativa para uma produção eficiente, não há dúvida de que isso representa um excelente elemento de reforço estrutural da economia* (Gudin, apud Bielschowski, 1988: 60).

posto de Ministro da Fazenda no governo de Café Filho – 1954/1955)⁴⁷⁷. Eram ambos engenheiros, porém deixaram sua maior contribuição para a área econômica; ambos tiveram importante participação na vida pública nos espaços dos Conselhos Técnicos (especialmente o CNPIC e a Comissão Nacional de Planejamento Econômico); ambos foram professores universitários e colaboraram na criação de instituições de ensino e currículos acadêmicos - Gudín na consolidação da carreira e do conhecimento acadêmico na área econômica (ligado a Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro), Simonsen na carreira da administração pública em um viés muito particular e próximo à economia política (uma interface entre sociologia, política, economia e administração) e na criação da ELSP; ambos produziram uma interpretação sobre a economia brasileira que gerou munição graúda para o debate teórico do desenvolvimentismo; ambos deixaram um legado intelectual ao pensamento brasileiro.

Mais curioso ainda é a coincidência de objetos de análise entre os dois. Gudín escreveu em 1932 *Origens da crise mundial, política econômica do Brasil, política financeira e relatório Niemeyer* (Editora Almanak-RJ); em 1934 *Câmbio e café – 1933-1934* (Editora Almanak), em 1936; *Capitalismo e sua evolução*; em 1938 (Editora Almanak), *Aspecto econômico do corporativismo brasileiro* (Editora Almanak). Em 1943 Gudín publica seu primeiro livro, *Para um mundo melhor – ensaios sobre problemas de após-guerra* (publicado pela Editora Civilização Brasileira), e em 1945, *Rumos da política econômica - Relatório apresentado à Comissão de Planejamento Econômico sobre Planificação da Economia brasileira*⁴⁷⁸. Os textos publicados nos anos de 1932, 1934, 1938 e 1943 não somente capturam temas também tratados por Simonsen na mesma época, como o fazem do ângulo da escola liberal. Os dois trabalhos em que as diferenças de pensamento aparecem mais radicalizadas são as obras que versam sobre o corporativismo - com Gudín rechaçando qualquer teoria ou projeto que colocasse em risco o axioma do livre-mercado e Simonsen fazendo uma defesa ‘instrumental’ (como meio de auxiliar o planejamento necessário à indústria nacional); sobre o pós-guerra - com os autores colocando-se em posições antagônicas em relação a defesa dos princípios do comércio internacional; e na controvérsia sobre o planejamento (publicada isoladamente por cada um dos autores). O debate sobre o

⁴⁷⁷ Paradoxalmente sua ascensão intelectual ocorre no período em que se tornaria forte e praticamente inquestionável a presença coordenadora do Estado na vida econômica

⁴⁷⁸ Este trabalho circulou em primeira versão como documento interno da Comissão de Planejamento e ministério afim. Posteriormente foi publicado por Gudín através da editora Laemmert.

planejamento é o ponto para onde convergiram todas essas diferenças e onde o confronto entre Gudin e Simonsen pode ser visto também como um confronto entre Adam Smith e Georg List, entre a economia natural (científica) e qualquer tipo de interferência extra-econômica:

A economia científica foi e continua sendo a arma por excelência do pensamento liberal, para condenar, às trevas do irracionalismo e ao submundo das perversões antinaturais, os movimentos e as idéias que tentam escapar do jugo e do julgamento das chamadas leis do mercado.⁴⁷⁹

A terceira e última ressalva, é sobre os termos em que normalmente são sintetizadas as linhas mestras do debate, reduzidos à vocação rural e industrialismo. Na verdade é todo um rol de argumentações e conceitos que se relacionam e se determinam, e poderiam ser assim polarizados: vantagens comparativas *versus* protecionismo, livre mercado (lei de Say) *versus* planejamento, naturalismo *versus* artificialismo, e mão invisível *versus* Estado.

Neste capítulo a intenção é capturar a polarização entre os dois campos do pensamento econômico a partir da leitura realizada por Simonsen do diagnóstico e prognóstico da economia brasileira, seguindo basicamente a mesma pontuação desta introdução: da pobreza ao modelo agro-exportador, do modelo agro-exportador às restrições do comércio internacional, do jogo econômico internacional ao protecionismo às indústrias e ao planejamento. Neste processo o choque com as assertivas liberais ficará sempre no entrelaçamento de cada ponto levantado, sendo deles indissociável. Para cada movimento dessa análise permanece intacto o modelo racionalizado de economia (mesmo que haja um extravasamento do ambiente micro – empresa – ao ambiente macro – nação, como já salientado anteriormente) e em cada movimento de amadurecimento do projeto industrial de *per se* a crítica persistente ao naturalismo que preside a lógica do pensamento liberal. No entanto, ao lado do aumento do radicalismo no campo do pensamento econômico, na primeira metade dos anos 30 Simonsen demonstraria que suas convicções políticas não acompanhavam o mesmo ritmo dos raciocínios econômicos – é o interregno da Constituinte de 1933 em que o autor aproxima-se novamente do campo político ao qual estivera preso na primeira fase de sua obra.

⁴⁷⁹ Belluzzo, *Prefácio* In Borges, 1996: 12.

5.1. Um passo atrás, um passo a frente – o recuo liberal e o Estado instrumental

Simonsen publica em 1934 o texto *Ordem econômica, padrão de vida e outras realidades nacionais*, reprodução do discurso que profere durante os trabalhos da Constituinte de 1933/1934 no capítulo da ordem econômica e social. Neste trabalho reaparece uma linha geral do raciocínio simonseano que liga desenvolvimento à indústria. As novidades são por conta da descrição poderosa que faz sobre a pobreza brasileira - não mais vista como ‘ganho insuficiente’, mas como a existência de uma subcondição, um patamar inferior ao necessário nas condições de vida da população e, principalmente, da produção econômica nacional. Outro ponto importante neste trabalho é a vacilação que caracteriza a posição de Simonsen no que tange ao papel e a função atribuída ao Estado na vida econômica – era, no mínimo, um posicionamento inesperado em razão do teor do discurso que Simonsen vinha construindo em sua obra precedente. Para ampliar a contradição, no texto previamente elaborado o raciocínio vai *full time* em uma direção, mas quando pressionado pelos apertes, o raciocínio interrompe a marcha e desvia para afirmações mais compatíveis com as idéias simonseanas que estão fora do texto.

A afirmação de um padrão de vida inferior no Brasil acicatou os espíritos e inúmeras foram as intervenções que, pelo contrário, atribuíam a origem desses males às indústrias artificiais, à ganância e exploração dos patrões, ou sobre a conduta duvidosa do Estado em favor da indústria. A discussão travada no plenário empurrou Simonsen, notório defensor da indústria exatamente contra essa argumentação, a debater a questão fora do esquema traçado para a apresentação na Assembléia (que fora previamente discutido com a bancada paulista)⁴⁸⁰ e, em dois momentos, Simonsen ‘avançou’ para além do teor do discurso,

⁴⁸⁰ A bancada paulista era formada por 22 deputados tradicionais (eleitos por partidos/votos proporcionais do eleitorado do estado) e deste total 17 eram da Chapa Única (Plínio Correa de Oliveira, José Alcântara Machado de Oliveira, Theotonio Monteiro de Barros Filho, José Carlos de Macedo Soares, Oscar Rodrigues Alves, Antonio Augusto de Barros Pentead, Carlos de Moares Andrade, José de Almeida Camargo, Mario Whately, Abelardo Vergueiro Cesar, Manoel Hypolito do Rego, José Ulpiano Pinto de Souza, Cincinato Cesar S. Braga, Carlota Pereira Queiróz, Antonio Carlos de Abreu Sodrê, José Joaquim Cardoso de Mello Netto, Henrique S. Bayma), 03 do Partido Socialista Brasileiro (Guaracy Silveira, Zoroastro Gouveia e Frederico Virmond Lacerda Werneck) e 02 do Partido da Lavoura (Antonio Augusto Covello e Lino de Moraes Leme). O número total era de 169 cadeiras na Assembléia (dados sobre composição e número de partidos por bancada ver anexo III deste trabalho).

demonstrando uma margem de dissonância entre o conjunto das reflexões acordadas para o capítulo da ordem econômica e suas próprias convicções⁴⁸¹. Este ponto merece uma explicação mais detalhada. Simonsen chegara à Assembléia Constituinte na condição de representante classista, ou seja, como um dos quarenta deputados (do total de 254) que haviam sido eleitos na base sindical e não em eleições proporcionais (candidaturas partidárias organizadas em bases estaduais; colégio eleitoral formado pelo total de eleitores daquele estado; e o cálculo do número de representantes é feito de forma proporcional ao tamanho da população). A representação classista foi, segundo própria expressão usada por Vargas, uma ‘experiência’, uma inovação que tentava dar voz e voto aos envolvidos num dos maiores focos de tensão da sociedade moderna – as questões que dividem e opõem capital e trabalho, patrões e empregados. Como havíamos já destacado anteriormente, a questão econômica encontrava-se no centro do debate público do período:

O que parece urgente, sem dúvida, é a necessidade de uma revisão, no quadro dos valores sociais, a fim de que, modificada a sua estrutura íntima, se torne possível o equilíbrio econômico, cuja ruptura constitui perigo iminente para a civilização. Para elevar a efeito essa revisão, faz-se mister congregiar todas as classes em uma colaboração efetiva e inteligente. Ao direito cumpre dar expressão e forma a essa aliança capaz de evitar a derrocada final. Tão alentado propósito será atingido quando encontramos reunidos numa mesma assembléia, plutocratas e proletários, patrões e sindicalistas.⁴⁸²

Embora existam outras explicações por detrás da proposta da representação profissional naquele período (a recusa ao molde liberal e individualista de organização política; a inclinação para o corporativismo – no aspecto ideológico para alguns segmentos revolucionários e de forma oportunista por outros ⁴⁸³), o foco é mesmo a questão econômica

⁴⁸¹ Os momentos em que se configura a distancia entre a redação do discurso e os apartes nos quais Simonsen retoma as idéias de protecionismo, são publicadas como anexos à íntegra do discurso editado como *Ordem Econômica, padrão de vida*. Esta estratégia talvez deva menos a um rigor da transcrição literal dos trabalhos e mais à intenção de permitir que se torne público também a posição pessoal de Simonsen.

⁴⁸² Moraes Filho, 1976: 11.

⁴⁸³ Ou mesmo utilizada simultaneamente como lastro ideológico e estratégia política, como podemos ver comparando estes dois trechos da fala de Vargas - em fevereiro de 1931: *A evolução armada, isto é a Revolução, quebrando todas as resistências e abatendo as múltiplas ficções constitucionais que entorpeciam a marcha do país à posse de si mesmo e destruindo, ao mesmo tempo o respeito humano ao trôpego liberalismo, apenas de fachada (...) o programa da revolução reflete o espírito que inspira e traça o caminho para o ressurgimento do Brasil* (Moraes Filho, 1976:10); ou quando o objetivo é neutralizar as oligarquias, onde no programa traçado pela Revolução se *modifica o regime representativo, com a ampliação de leis eleitorais preexistentes, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo, ainda, a representação por classes em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular*, op. cit.

em seu duplo sentido – no que ela tem de político, como a capacidade destrutiva latente dos conflitos entre patrões e empregados (e os exemplos mundiais estavam à disposição de todos) que precisa ser regulada e limitada pelos interesses públicos, e no que tem de estritamente econômico, discussão pertinente aos problemas da produção e da geração de riqueza no país. As tensões salariais não podiam mais, simplesmente serem catalogadas como ‘casos de polícia’, e os recursos para gerir um aparelho de Estado como o que se expandia rapidamente no país e para alavancar a soberania nacional dependiam diretamente dos problemas da produção. Não é de se estranhar, portanto, que surgissem propostas dos mais diversos matizes para resolver um ou outro dos temas. A representação classista foi uma delas.

É importante observar que as razões invocadas como geradoras e justificadoras da proposta de representação de classes são reconhecidas e aceitas por todos, da mesma forma, independentemente das posições que defendem. Ou seja, todos os elementos envolvidos em seu debate situam as transformações de ordem econômica e social que caracterizam as sociedades modernas como foco desencadeador da necessidade de reformulação do modelo de participação política levando em consideração os interesses de classe. (...) todos os debatedores concordam com a participação de representantes de classe no processo político, uma vez que são estes os elementos que vivem e conhecem de perto estas novas questões.⁴⁸⁴

Os deputados classistas eram, ao contrário dos deputados ‘tradicionais’, eleitos pela base sindical, em uma complicada teia de regulamentos e regras que envolvia a hierarquia dos sindicatos e confederações, formação de colégios eleitorais e, principalmente, o requisito de legalidade⁴⁸⁵. Desta maneira o conjunto desses representantes aparecia fora do controle dos partidos e como expressões dos dois grandes campos da vida econômica – os empresários e os trabalhadores. Porém o resultado não foi exatamente esse. Afora a dúvida de cooptação que pairava, principalmente, sobre os deputados ligados aos trabalhadores, no campo do capital a surpresa ficava por conta da assimilação do grupo dos empresários paulistas à bancada *São Paulo Unido*, em que pese o impacto desses deputados terem votado junto com a chapa na questão contrária à manutenção do princípio da representação de classe na nova constituição:

assim, a bancada paulista da Chapa Única surge como a grande opositora da medida, incluindo-se nesta posição os cinco representantes classistas de São Paulo, homens de peso no cenário político e na vida econômica do país: Roberto Simonsen, Horácio

⁴⁸⁴ Gomes, 1978: 62/63.

⁴⁸⁵ O que levou, no período, a difusão de um comentário malicioso que afirmava que o ‘único eleitor da base classista seria o próprio Ministro do Trabalho’.

Lafer, Alexandre Siciliano, A. C. Pacheco e Silva, da bancada dos empregadores, e Ranulfo Pinheiro Lima, representante das profissões liberais.⁴⁸⁶

Sem adentrarmos ao estudo mais aprofundado da participação destes representantes nas discussões e votações da Assembléia, e analisando somente o material que ficou de conhecimento público sobre a ação de Simonsen nesse espaço, especialmente aquele que foi publicado pelo próprio autor (e neste caso percebido como significativo por ele próprio), a posição assumida por Simonsen nos debates afastava-se bastante das proposições encontradas em seus outros textos e outras arenas de atuação. Não queremos com isso afirmar que as idéias contidas em *Ordem econômica* não fossem da chancela de Simonsen e nem que contrariassem seu horizonte ideológico. Mas que elas foram suavizadas, não resta sombra de dúvida. O eixo do discurso deixou de fora a questão do Estado (que sabemos é tema central para Simonsen já nesse período), comprometida diante da impossibilidade de compatibilização com o restante do programa traçado pela chapa *São Paulo Unido*, e à qual Simonsen reconhecia-se, publicamente, vinculado. Como exemplo, um pequeno trecho em que uma idéia também cara ao autor (a redução do escopo dos direitos sociais às possibilidades e necessidades reais da economia brasileira) é apresentada como um pacto ou acordo de bancada e coroada com uma afirmação dúbia (e perigosa) sobre a redução do papel do Estado:

o artigo 113, com a nova redação, melhor corresponde à realidade brasileira e tomado em conjunto, com as demais emendas da bancada, bem define as **linhas mestras de nossa orientação** [destaque nosso]: não outorgar ao Estado atribuições excessivas no campo da atividade econômica⁴⁸⁷.

Em compensação, Simonsen pronunciou, em nome da bancada de São Paulo, temas caros aos industriais e em especial às suas próprias idéias. A defesa da industrialização é ali patente e forte, o tema pobreza (capaz de obscurecer o prestígio da agricultura) foi largamente afirmado, e a defesa de uma visão integrada da economia (notadamente sobre o

⁴⁸⁶ Gomes, 1978: 70.

⁴⁸⁷ Simonsen, 1934: 12. A proposta da bancada paulista sobre o referido artigo era *a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça e as necessidades da vida nacional, visando o estabelecimento em todo o país de um padrão de vida compatível com a dignidade do homem. Dentro desses limites é garantida a liberdade econômica*, a diferença do texto proposto para debate era mínima, porém significativa: *a vida econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça e com o fim de garantir a todos uma existência digna do homem. Dentro desses limites a liberdade econômica do homem deve ser assegurada* – faltava, no texto da bancada, a condição da liberdade econômica centrada no *homem* e a introdução de uma restrição ao problema da dignidade das condições de vida – as necessidades da vida nacional (Simonsen, op. cit., página 09).

teor social das formas de produção, de integração do mercado nacional e do combate ao problema educacional) coroou o tema da guerra à pobreza brasileira. A troca, em função de diminuir o tom na defesa do Estado e de sua importância, no final das contas aparece como vantajosa.

A pergunta sobre o que teria levado os industriais de São Paulo a fecharem um acordo político em torno da Chapa Única configura um desafio à pesquisa. Nos documentos prévios sobre as eleições dos delegados sindicais (que partindo das bases estaduais comporiam o grupo que votaria os representantes classistas dos empregadores para representação nacional) o grande tema aventado era do necessário e rápido aumento do número de empresas sindicalizadas, os problemas da legislação sindical em voga, e a importância que a oportunidade representava para a defesa da indústria nacional e da luta pela diminuição dos encargos sociais (sobre a produção, sobre as tarifas de circulação e sobre a folha de pagamento e os custos do trabalho). No debate travado em instituições significativas, como a FIESP e o Instituto de Engenharia de São Paulo⁴⁸⁸, as questões mais tratadas eram a defesa da indústria e a importância da livre-iniciativa como dinâmica fundamental (espelhando o receio do alcance intervencionista, a partir das medidas que o governo de Vargas vinha tomando em várias áreas), mesmo que se postulasse, também, a iniciativa do Estado na adoção de medidas de proteção e apoio à indústria⁴⁸⁹. No documento do Instituto de Engenharia (onde Simonsen possuía forte influência, sendo naquela altura, inclusive, seu presidente) ficou explicitada a rejeição ao modelo da representação de classes no legislativo brasileiro.

Norteadas por um quadro geral de defesa da indústria e da proteção que ela necessitava, a bancada empregadora ficou dispersa em outros pontos, o que permitia a gravitação em torno das bancadas estaduais. É também notória outra constatação: falamos em

⁴⁸⁸ Foram analisados apenas os documentos referentes ao caso específico de São Paulo - Instituto de Engenharia de São Paulo, *Sugestões de emendas à Constituição*, 1933. FIESP, *Relatórios de Diretoria*, 1934.

⁴⁸⁹ Este será sempre o ‘grande medo’ do grupo dos industriais (em termos amplos e não nas posições de suas direções – muito mais permeáveis a essa idéia), necessitar do Estado e temê-lo ao mesmo tempo. O meio de compatibilizar os dois campos era propor a ação estatal segundo o critério limitador de não ferir ‘nunca’ os espaços privados da produção. Ou seja, o Estado entraria onde não houvesse condições da iniciativa privada resolver o problema: política tarifária, transportes, integração, crédito e fomento, relações internacionais, moeda, câmbio, legislação social e comercial, etc. Gomes (1978) acentua este caráter dividido entre as posições dos deputados da bancada dos empregadores.

bancada dos empregadores, ou da classe dos produtores, em contrapartida ao outro lugar da produção - os trabalhadores, mas tanto no campo dos patrões quanto nos empregados a presença maciça e organizada é dos setores do comércio e da indústria. Do total dos 17 da bancada dos empresários 11 deles eram ligados a atividades industriais, 04 ao comércio e transportes e apenas 02 (do Rio Grande do Sul e Pernambuco) ligados ao setor agrícola e de pecuária⁴⁹⁰. E da bancada dos empregados, apenas 02 deputados eram ligados ao setor rural⁴⁹¹. Esta descrição ‘ocupacional’ permite ver que os deputados da bancada classista estavam fundamentalmente ligados ao problema urbano e industrial.

No caso particular de Simonsen (não adentrando ao estudo do comportamento dos outros deputados profissionais paulistas), o que choca a primeira vista é o teor da fala consentida⁴⁹², muito mais comedida do que seria de esperar de um autor com a bagagem de textos em que a racionalização e o estímulo à indústria passariam pelo aumento da ação e importância do Estado. É ilustrativa a forma como Simonsen abre seu discurso:

Sr presidente. Engenheiro e homem de trabalho, com alguma prática no campo da atividade econômica do país, indicado pelas associações de classe de São Paulo ao sufrágio dos representantes dos empregadores do Brasil, para representar nesta Assembléia uma parcela da nossa atividade produtora, venho ocupar esta tribuna, para desenvolver o pensamento da bancada paulista, sobre algumas emendas que apresentou referentes à ordem econômica e social.⁴⁹³

Sobre este vínculo com a velha política paulista apresentamos uma possibilidade explicativa. Embora a indústria possua uma razoável homogeneidade em sua ação e problemas, nas primeiras décadas do século 20 é muito baixo o grau de identificação política e de solidariedade entre os setores industriais dos estados brasileiros que já possuíam algum peso expressivo em termos de produção (Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais, e que se mostraram incapazes de se auto-organizarem como grupo de pressão e disputarem,

⁴⁹⁰ Gomes, 1978: 74.

⁴⁹¹ Vide o anexo III deste trabalho. A representação dos interesses do setor primário dava-se nos seios dos partidos políticos, que na maioria dos estados brasileiros mudou de nome nesse momento, mas não de configuração política e ainda próximos das anteriores oligarquias.

⁴⁹². Está sendo utilizado como elemento para análise do comportamento de Roberto Simonsen na Assembléia Constituinte apenas o texto que publicou posteriormente, ou seja, ao qual deu visibilidade pública. A análise sobre o comportamento de Simonsen junto à bancada de São Paulo é relevante no sentido de cotejar as posições do autor diante do desafio de romper politicamente com as posições liberais como já rompera (em estado bastante avançado) com as posições do liberalismo econômico. Este descompasso merece ser, pelo menos apontado.

⁴⁹³ *Annaes da Assembléia Constituinte de 1933*, volume VII, página 65.

minimamente, o espaço político)⁴⁹⁴. Este fato ancora-se no modelo de organização política (e não econômica) da época, pois durante a vigência da República Velha a organização do pacto federativo havia fortalecido a organização política em termos regionais. O exemplo mais cabal desse arranjo é o problema do separatismo que se desenvolve e cresce em vários estados brasileiros desde o final do século 19 (como ponto extremo, inclusive, do modelo federativo adotado em 1889/1891) até a sua expressão mais grave que é o movimento constitucionalista de 1932 (envolvendo muito mais do que a Província de São Paulo).

Nesse ambiente, o que apareciam fortalecidos eram os acordos políticos estaduais, amarrando os diversos grupos locais em uma única lógica de poder. Quando começa a evolução e sedimentação da organização dos industriais, no momento sob a República Velha, a melhor política era o bom relacionamento com grupo dominante (como no caso do financiamento do Partido Republicano Paulista pelos industriais da época, como citado por Boris Fausto) ou a neutralidade política (como exemplifica o caso de Pupo Nogueira e o Partido Democrático de São Paulo em 1928)⁴⁹⁵.

A base da disputa política fechava-se nas áreas dos estados, criando alianças que impossibilitavam a formação de identidades supra-regionais. Assim, os empresários paulistas comportaram-se primeiro como parte de uma elite paulista e depois como empresários. Basta ver o suporte que deram à Revolução de 1932 e que, a bem da verdade, interessava mais ao grupo político que havia sido derrotado pela Revolução de 1930 (para São Paulo, a velha oligarquia cafeeira).

Contribui para este enfoque um segundo dado, os elos estabelecidos entre grupos políticos dos partidos paulistas e as demandas de modernização de São Paulo. Especificamente estamos nos referindo a uma conduta influenciada em muitos pontos pela idéia de uma identidade política fortemente estadualizada (a ‘Pátria Paulista’, a ‘Comunhão Paulista’, a ‘Missão Paulista’, a ‘Revolução Paulista’) que encadeia, numa única vertente, a história da vontade e do trabalho paulista desde as Bandeiras até o rápido crescimento industrial. Retomamos aqui a afirmação de Ianni sobre uma nova vertente cultural e ideológica que associava o moderno ao eixo e a atuação de São Paulo⁴⁹⁶. Mesmo a Revolução

⁴⁹⁴ Honrosa exceção para o Partido Econômico do Distrito Federal, de vida curta.

⁴⁹⁵ Ver o capítulo I deste trabalho.

⁴⁹⁶ Ianni, 1992.

de 32 foi apresentada à opinião pública desse estado como uma medida de salvação nacional levada a cabo pelo espírito lúcido e diligente do povo de São Paulo, capaz de um alto grau de sacrifício cívico (e durante os debates da Constituinte de 33/34 a posição de SP seria a mesma, agora imputando a existência da assembléia como resultado exclusivo do custo sangrento da Revolução de 32). São Paulo era para os próprios paulistas uma força política e econômica em fermentação – já dera ao país o café e estava dando agora a indústria (independentemente de seus interesses diferenciados, os dados apresentados durante a os trabalhos da Assembléia ostentam com orgulho indicadores dos dois setores).

Nesse ideário que misturava economia, cultura e modernidade, o ponto para o qual queremos chamar a atenção é que São Paulo estaria comprometido, também, em dar uma nova concepção de ciência e de uma nova elite pensante. A experiência de 32, malgrado a forma política apresentada de seus ‘ganhos’ (o processo Constituinte de 1934), havia deixado uma amarga lição aos seus participantes. Para uns, o prodigioso esforço de guerra desenvolvido fora destruído pela incompreensão da nação do que se estava fazendo, da tarefa envolvida. Para os ‘moços da Revolução’, o conhecimento político existente no país era ainda o do Antigo Regime (interesseiro, mesquinho e partidarista) isolado dos grandes movimentos de transformação da realidade:

E nas discussões daquele pessoal que sobrava da Liga (de Defesa Paulista), nós pensávamos, partindo dessa idéia, que estava tudo errado; o que se tinha feito para a renovação do sistema político brasileiro estava errado, por uma razão: não havia gente informada sobre política, sobre sociologia, sobre economia, sobre, enfim, novas idéias de administrar e conduzir a política de um país. E não havendo essa gente, naturalmente qualquer movimento de renovação fracassaria ou cairia como nós tínhamos caído nas mãos dos velhos políticos, os políticos profissionais.⁴⁹⁷

A discussão sobre a nova elite e um papel destacado para o conhecimento social e econômico da realidade nacional era uma demonstração de um discurso que permeava a sociedade brasileira antes mesmo de 32, e para o qual Simonsen já atentara e refletira. Surge em São Paulo a proposta de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, apoiada por inúmeros segmentos da sociedade paulista e em especial por Simonsen:

Uma escola dessas custa dinheiro, porque nós queríamos fazer a coisa de alto nível, mandar vir professores do estrangeiro e tudo isso. Cyro como eu disse a pouco se dava muito com Roberto Simonsen. Roberto Simonsen era um homem extraordinário para o seu tempo. Ele era um empresário, um sujeito de grande capacidade como empresário, mas de idéias muito modernas. Um homem lido que sabia que era, tinha lido seus

⁴⁹⁷ Depoimento de Rubens Borba de Moraes In Kantor, 2001: 128.

livros de sociologia, era um homem que conhecia economia e que estava vendo de fato a falta que havia no Brasil dessas coisas. Vai que ele topou a idéia e disse: '*não se preocupem com o dinheiro, eu pago a conta*'.⁴⁹⁸

Se Simonsen pagou realmente a conta não sabemos, mas há inúmeros depoimentos de sua generosidade nas contribuições e no empenho de conseguir para a escola recursos materiais e humanos (inclusive ministrando, ele mesmo, uma das disciplinas da grade). Mas vejamos uma coincidência: a ELSP nasce em maio de 1933, saindo no jornal *O Estado de São Paulo*, da família de Júlio Mesquita, o manifesto de fundação da escola assinado pelas seguintes personalidades: Alcântara Machado, Cantídio de Moreira Campos, Horácio Berlinck, Alexandre Albuquerque, Antonio Piccapolo, Azevedo Marques, Pacheco e Silva, Roberto Simonsen (pelo Instituto de Engenharia de São Paulo), Armando de Salles Oliveira, Geraldo de Paula Souza, Antonio de Lacerda Franco, Conde Silvio Penteado, Antonio de Almeida Prado, Francisco de Salles Azevedo, J. J. Cardoso de Mello Netto, Jorge Americano, Luiz de Anhaia Mello, Luiz C. do Prado, Mario de Andrade, Mario Watherly, Pedro de Alcântara, Raul Briquet, Roberto Mange, Amado Cintra Prado, Américo Brasiliense, Antonio de Alcântara Machado, Antonio Carlos Couto Barros, Antonio Prudente de Moraes, Antonio Prado Júnior, Clovis Ribeiro, entre outros. Dentre este grupo (incluindo o apoio do jornal *O Estado de São Paulo*) havia uma identidade recente dada pela Revolução de 32 e agora, pela fundação da escola de sociologia.

Simultaneamente, entre um momento e outro, acontecem as eleições para a Assembléia Constituinte com a formação, em São Paulo, de uma coligação entre os antigos adversários do Partido Republicano Paulista e do Partido Democrático no lançamento de uma Chapa Única de oposição ao governo provisório (cujo objetivo era também reafirmar ou retomar o antigo prestígio e poder político das elites paulistas, em xeque e grandemente excluídas do arco de aliança que então governava o país). É de se estranhar que Simonsen, como outros empresários, fossem cooptados por uma coligação que se apresentava com o *espírito de São Paulo*? A unidade seria desfeita brevemente, com a absorção de parcelas desse grupo no alto escalão do governo getulista (incluindo a aproximação de Simonsen e de outros industriais ao modelo corporativo de política) e pela criação de outros *locus* de ensino fora da proposta sociológico-política da ELSP, no caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

⁴⁹⁸ Op. cit., página 129.

A discussão aqui apontada tem como objetivo levantar uma indagação. Se Simonsen representou, sem sombra de dúvida, o pensamento mais avançado em sua época para a impulsão da modernização brasileira no campo da economia, por quê no campo do pensamento político suas posições não acompanharam o mesmo ritmo de modernidade? Ou, colocando de outra maneira – nos primeiros capítulos deste trabalho assinalamos o fato de que Simonsen esteve imerso em uma conjuntura que expressava o movimento da Revolução Burguesa na singularidade do caso brasileiro. Definir o que seja a ‘Revolução Burguesa’ é tarefa complexa e controversa, dada a quantidade de formas históricas pelas quais ela se deu, e, pelo grau de miscigenação ocorrida entre as características tidas como fundamentais. Como exemplos, os casos históricos demonstraram a capacidade de imiscção entre a formação de uma economia de mercado sem a presença do mercado eleitoral (liberalismo político); outros, em que a economia capitalista demandou formas de trabalho ou produção não capitalistas; e outros, ainda, em que a economia de mercado abandonou o ‘primado do mercado’ (caso do planejamento) para efetivar as formas capitalistas de produção, espelhando a possibilidade de dissociação ou alteração entre as dimensões política e econômica. No caso brasileiro, a posição representada por Simonsen ao exprime uma perseguição dos fins econômicos da modernização e não dos fins políticos.

Da sua formação, nos bancos escolares da ‘economia científica’, Simonsen aprendera a separação entre economia e política, dando à primeira uma enorme superioridade sobre a segunda (a primeira é causa, a segunda, pensando-se em termos da elevação das formas do progresso social, é efeito). A experiência de confronto com os obstáculos que cerceavam a expansão da indústria no Brasil contribuíra, passo a passo, para mudar esta concepção de Simonsen que passa a observar o peso que as restrições políticas (leia-se governamentais e institucionais) exercem sobre a produção. Simonsen inverte sua posição, mudando de lado ao compreender o poder que a política exerce sobre a economia. Mas, continua preso ao paradigma econômico, porque passa a defender a ação do Estado, na vertente da economia política moderna, para resultar nos ganhos da atividade econômica. Não encontramos em suas obras uma reflexão sobre partidos, eleições, democracia, participação, a não ser sob o ângulo da paz social (enquanto mecanismos de controle e minoração dos conflitos oriundos da esfera da produção), ou quando procura desmontar o liberalismo político

no que ele atrapalha a formação econômica nacional. Quando Simonsen critica o liberalismo político o seu alvo é o liberalismo econômico.

Mas a experiência de mais de um século, está aí a demonstrar, que, si o liberalismo político determina a igualdade dos direitos políticos de todos os indivíduos dentro de uma mesma pátria e o respeito inviolável dos direitos políticos da própria nação, a idéia livre-cambista a predominância dos mais forte e dos mais bem organizados em matéria econômica, o que vale dizer, fallando sem peias, que pode arrastar os indivíduos e os países até quasi a servidão econômica.⁴⁹⁹

Quando analisamos a *única* obra sua em que a dimensão política é tratada enquanto tal (em *Rumo à verdade*), a preocupação que Simonsen demonstra com esta área do conhecimento (pertinente ao conjunto de ferramentas intelectuais e sociais que a ciência moderna deve manusear) é sobre sua adequação aos problemas sociais reais, e não aos idealismos traçados em belas teorias, que sua reflexão vai se concentrar. Nesse texto, Simonsen defende o abandono das abstrações da teoria política, tal qual pensada por Platão, More, Campanella, uma vez que a política trabalha com seres humanos reais muito distantes do cidadão ideal desses autores⁵⁰⁰. Simonsen afirma que nem mesmo Rousseau acreditava numa ‘*Lei ou Justiça universal*’, porque estas são construídas por indivíduos que interpretam a realidade segundo o signo, impossível de ser afastado, da subjetividade. Assim, a política e suas convenções são *humanas, demasiado humanas*. Há uma adequação temporal e conjuntural para que as sociedades definam suas formas particulares de acordos, pensando no distanciamento das ‘transposições ou transplantes’ teóricos, da mesma maneira que devemos encontrar a nossa história, a nossa economia, a nossa função para o Estado – o que não significa menosprezar ou menoscabar a teoria formulada em outras partes, mas pensar a sua viabilidade nas questões nacionais.

Para a reflexão simonseana o eixo seria sempre a nação (como em List) e seus problemas de organização material. Se, condena o liberalismo, o fundo da condenação nasce dessa dupla articulação de problemas - economia/nação. Se, condena a política internacional é função dos estragos desta na economia nacional e em suas conseqüências para a soberania do país:

⁴⁹⁹ Simonsen, 1935: 08. Ou como diria List: *sustentamos porém, como conclusão irrefutável que, nas atuais condições do mundo, o resultado da liberdade geral do comércio não seria uma república universal, mas, pelo contrário, a sujeição total das nações menos adiantadas à supremacia da potência industrial* (List, 1986: 03).

⁵⁰⁰ Diríamos, parafraseando a maneira como está colocada no texto a idéia, que a política ‘lida com homens e não com anjos’, em deferência ao pragmatismo federalista.

Assim, os brasileiros que combatem a implantação e disseminação das indústrias no país, fazem consciente ou inconscientemente obra a favor das nações estrangeiras, interessadas na conquista dos nossos mercados, trabalhando para que retrogrademos à posição de colônia dos produtores estrangeiros.⁵⁰¹

E quando defende a democracia, seus argumentos baseiam-se também na capacidade desse sistema em resolver os problemas sociais, para que a economia possa se desenvolver, notadamente, na chance de substituir os grupos e os projetos que se alojam no aparelho de Estado:

No atual estado do saber humano a democracia parece ainda o sistema que apresenta maiores possibilidades na direção política, à uma conveniente evolução social, porque oferece oportunidades (...) à indicação e colocação das elites na direção dos negócios públicos.⁵⁰²

Resumindo, Simonsen não enxergava a dimensão política enquanto um *locus* independente, ou a ação política como contendo um valor em si, descolado da dimensão sócio-econômica. Seu posicionamento sempre foi partir da economia (ou do universo da produção) para as outras esferas da vida humana. É por conta dessa característica que assinalamos desde o início desse trabalho a existência de uma continuidade notável no pensamento simonseano - a idéia de racionalização e a fé no progresso técnico. Não podemos acusar Simonsen de impropriedade no campo político porque, para ele, a política era uma ferramenta a serviço das tarefas da produção. Neste caso, Simonsen pode ter representado o que de mais avançado havia em termos de intelectualização dos valores burgueses no período no campo da estrutura de produção, mas não conseguiu extrapolar os limites da economia. Realizou a tarefa de pensar a industrialização – fato necessário a modernização e introdução de formas mais elevadas do capitalismo no Brasil – mas não pensou as outras dimensões que poderiam acompanhar esse passo no campo da política e das instituições sociais, não atentou ou se interessou pelo lado político dessa revolução⁵⁰³.

⁵⁰¹ Simonsen, 1928: 10.

⁵⁰² Simonsen, 1933: 27.

⁵⁰³ Uma ressalva extremamente importante deve ser feita – não estamos ‘cobrando’ do autor aquilo que ele ‘deveria’ ter sido (o que ele fez já significou muito para a conjuntura no período). E nem tampouco afirmando que a modernização ‘pelo alto’ e autoritária que ocorreu no país não configuraram a *nossa* Revolução Burguesa. Estamos apenas apontando a distância entre o pensamento de Simonsen e aquelas que são, paradigmaticamente falando, as tarefas de implementar a Revolução Burguesa baseada no modelo de Estados Nacionais. Como nos casos clássicos, em que a dimensão econômica e a dimensão política aparecem associadas, a intenção foi apenas destacar o fato da disparidade entre o grau de avanço nas proposições econômicas de Simonsen e seu absentismo no campo das instituições políticas liberais. A discussão que iniciamos no capítulo III deste trabalho aponta também em outra direção explicativa – no desenvolvimento industrial nacional, a coordenação do Estado aparecia como

Talvez por esse motivo encontramos Simonsen politicamente alinhado com as elites paulistas em 1929, 1932 e 1933/34. E ao lado de Vargas de 1935 em diante, recusando, inclusive, aquilo que ajudara a construir: *Por outro lado, a experiência de três anos já demonstrou que fizemos uma constituição, que não se adapta, em pontos essenciais, as realidades brasileiras*⁵⁰⁴. A adesão de Simonsen não era isolada entre os industriais, e em mais de uma circunstância ela se fez sentir (especialmente quando o quadro de radicalização política se impôs ao país):

Reina ordem em todo o país. O governo está forte e respeitado. Coerente com este pensamento, alisto-me entre os componentes das classes conservadoras do país, que abre um largo crédito ao Exmo. Sr. Presidente da República.⁵⁰⁵

Mais importante que o desenho institucional são as condições de apoio ao projeto industrial, para o qual, na avaliação de Simonsen, importava mais a estabilidade, a proteção e a consciência sobre o papel relevante da indústria no desenvolvimento nacional. Seriam fundamentais: uma idéia e um projeto; uma elite preparada, uma ferramenta adequada (Estado).

Simonsen estava tentando produzindo o projeto e tentando convencer seus pares e a sociedade de sua validade – o projeto de racionalização e de industrialização - *no dia em que, aqui se formar uma grande elite, não tenho dúvidas de que surgirá uma nova campanha abolicionista, em torno do grande programa da nossa emancipação econômica*⁵⁰⁶. A elite, em que Simonsen acreditava potencialmente como essencial para a industrialização brasileira surgiria de dentro da ELSP, instituição criada para a finalidade de administrar o aparelho de Estado:

imperativo (inclusive e fortemente para Simonsen) e este modelo não é de tipo liberal-democrático. Daí o problema das elites condutoras e da autonomia decisória do Estado diante dos grupos sociais, sendo que a via brasileira de desenvolvimento não incluiu a democracia e nem os valores democráticos até os anos 70.

⁵⁰⁴ Simonsen, 1937, 33.

⁵⁰⁵ Simonsen, 1937, 23. Em 1941 durante discurso de abertura da 2ª Feira Nacional da Indústria, em São Paulo, Simonsen recepcionaria Vargas com as seguintes afirmações: *pela ação e pela palavra, V. Excia. vem sempre estimulando e impulsionando as atividades industriais do país. Por ocasião da inauguração deste certame, assim já o proclamávamos, e, de público, levamos então a V. Excia. a expressão do aplauso e confiança das nossas atividades industriais nessa orientação. (...) esta nova visita a São Paulo propicia-nos ainda a oportunidade de proclamarmos, mais uma vez, patrões e operários, empregados e empregadores, os benéficos resultados, que vamos fruindo da paz social, que V. Excia. tem sabido orientar e assegurar ao país* (Simonsen, *Democracia e Trabalho*, [1941] 1943 (A): 235).

⁵⁰⁶ Simonsen, *As conseqüências econômicas da escravidão* (1938) 1943 (A): 35.

Registrando a tendência inelutável da época, para uma crescente interferência do Estado nas atividades privadas, os negócios públicos tornam-se cada vez mais complexos, e exigem dos administradores conhecimentos cada vez mais extensos. (...) A nossa escola visa, principalmente, a preparar especialistas que estejam detalhadamente a par dos problemas sociais e econômico-políticos da administração em geral e da administração pública em particular.⁵⁰⁷

A estratégia de formar uma elite de funcionários públicos com um cabedal maior de conhecimentos sobre os desafios da moderna gerência pública e capacitados a interpretar as singularidades nacionais, permitiria estabelecer dentro da arena do Estado uma mentalidade que privilegiasse, exatamente, os pontos de interesse da burguesia industrial. Com este arranjo, a compressão sobre o aparelho de Estado pelo projeto de industrialização se faria maior: *externamente*, pelas corporações e sindicatos patronais, pela pressão da opinião pública (que Simonsen procurava influenciar via seus textos e artigos), e pela pressão científica e neutra dos estudos acadêmicos; *internamente*, pelas decisões oriundas da representação política no Legislativo e pela infiltração de técnicos afinados com o projeto de industrialização.

O resultado dessa estratégia visava formar um discurso e uma prática coerente e orientada, que desse suporte ao projeto de capitalismo nacional de Simonsen. Permitiria também, combater as teses e os preconceitos que limitavam o fortalecimento do setor no país, principalmente quanto aos obstáculos levantados na utilização dos recursos do Estado como alavanca ao desenvolvimento da indústria via políticas de estímulo, financiamento, protecionismo e planejamento.

Neste caso, a crítica ao bacharelismo (e sua superação pela existência de novas camadas de intelectuais pragmáticos) atingia dois alvos: a anterior ordem elitista que se mantinha presa ao ideário colonial (portanto, reforçando o peso político obstrutor das camadas mercantil-exportadoras), origem da forte crítica às possibilidades de implantação *natural* da economia industrial (condenando publicamente os subsídios e a proteção como privilégios realizados às custas da carestia e da miséria da população); e a escola liberal, que embora, e geneticamente, fosse o berço do industrialismo inglês, nos países primário-exportadores cumpria uma tarefa contrária, já que pregando as virtudes do livre cambismo e das vantagens comparativas, impedia o nascimento da indústria local e o uso do planejamento e

⁵⁰⁷ Discurso de Simonsen como paraninfo da primeira turma de bacharéis da ELSP. In *A Escola Livre de Sociologia e Política* [1937] 1943 (A): 13.

financiamento estatal (condição, na visão simonseana, *sine qua non* do desenvolvimento industrial).

A estratégia simonseana ao abdicar da política institucional e abrigar-se no Estado por outros caminhos (nova mentalidade, projetos, organização dos empresários, preparação de novas elites) pode ajudar-nos a compreender como um setor social, ainda bastante frágil, pôde ser ‘adotado’ nos projetos governamentais (ou influenciar ideologicamente os governos para que fossem adotados), ganhando em peso político aquilo que ainda não tinha em hegemonia econômica. Como visto anteriormente grande parte das análises sobre a industrialização e a ação da burguesia brasileira indigitam a fraqueza política do setor industrial dos anos 30/40 – época em que o Estado teria assimilado o projeto de industrialização, e no capítulo II deste trabalho apareceu a seguinte pergunta: de onde os estamentos burocráticos, os funcionários de carreira, tiraram o projeto de desenvolvimento industrial? Esta questão é mais relevante quando atentamos para a revisão dos estudos históricos sobre o peso exercido pelo setor industrial (em especial suas lideranças) nesse período:

o contexto do pós-30, acentuava o papel do Estado na promoção do desenvolvimento e negava, em uma formulação mais ampla, a capacidade da burguesia industrial dos países então chamados de subdesenvolvidos para elevar-se além da defesa de seus interesses particulares e formular um projeto de desenvolvimento. Hoje, depois de tantos avanços no conhecimento histórico, é preciso retificar esta análise em alguns pontos. Os estudos mais recentes demonstram que a articulação dos empresários, pelo menos a partir da década de 20, no terreno da organização do trabalho no interior das fábricas e na defesa de seus interesses específicos (proteção tarifária, taxa cambial, etc.) tinha alcance maior do que supunha. Demonstram também, com relação a meados dos anos 30 e a década de 40, que a influência da fração classe no aparelho de Estado cresceu muito e teve peso considerável.⁵⁰⁸

Simonsen, não tendo necessariamente consciência disso (e muito ao contrário, como expressão de sua limitação de não enxergar os problemas dos valores políticos modernos como a democracia representativa, o valor da participação popular, a função dos partidos, a questão do Estado *sub leges e per leges*), aprendeu a instrumentalizar a política⁵⁰⁹. Suas posições para lá e para cá entre o liberalismo da República Velha e o autoritarismo do

⁵⁰⁸ Boris Fausto apud Brandão, 1997: 117.

⁵⁰⁹ A consciência ou intuição (não temos meios de indicar qual das duas maneiras) de Simonsen para pretender colocar o Estado a serviço dos interesses industriais revela-se como um exemplo de uma lógica racional e esperada do segmento empresarial de países atrasados diante da concorrência internacional: *Somando-se a isto o papel decisivo dos Estados nacionais na expansão imperialista e na reorganização da política exterior para permitir o neocolonialismo, tem-se uma idéia bastante nítida do peso da política nacional sobre a prosperidade das empresas* (Cardoso, 1964: 45).

Estado Novo, podem ser consideradas menos como vacilações e mais como espelho do entendimento limitado que Simonsen tinha dessa dimensão. Sua visão de mundo, nunca ultrapassou o limite do econômico, do corporativo, mas nem por isso deixou de atuar como um agente político na medida em que propôs a utilização do Estado como uma ferramenta a serviço da economia e ao formular um projeto cujo alcance era muitas vezes maior do que o ambiente econômico que o gerara⁵¹⁰.

5.2. Guerra ao pauperismo

A condição de pobreza passa a ser o grande problema nacional. Simonsen trabalha com esse conceito desde o texto de 1930, afirmando que a questão da carestia de vida e seu vínculo com o ‘inexistente’ protecionismo eram uma miragem – mesmo porque, a rigor, nunca houve protecionismo no Brasil (pelo menos despendido de fato à indústria)⁵¹¹. Simonsen conclama os espíritos lúcidos ao real problema da sociedade brasileira, o seu baixo poder aquisitivo, diferente aqui daquele do estágio mais primitivo descrito por List (o da agricultura de subsistência) ou aquele imerecido pelo agravamento do processo de concentração e espoliação do capital (como o que ocorre nos países com desenvolvimento industrial mais antigo e onde a posição gananciosa e irascível dos patrões leva os indivíduos ao embate de classes).

Verifica-se, porém, que a origem da existência desses baixos níveis é bem diversa do que se constata em alguns grandes países de densa população, de fartos recursos econômicos e de grande progresso material. Ali, muita vez, existe a miséria imerecida, proveniente da má distribuição dos proventos do trabalho; aqui, apura-se que, em larga escala, a pobreza decorre da insuficiência da produção, do atraso e da instabilidade do meio. O problema do salário está indissolúvelmente ligado ao da produção. Todos ansiamos – patrões e empregados do Brasil – que aqui se estabeleça uma justa remuneração do trabalho, que todos possam viver a vida digna (...) mas se a retribuição do homem é fixada em grande parte pela própria produção; se esta é de pequeno valor em relação ao volume de mão de obra disponível, como obter um elevado quociente se o divisor é fraco e o dividendo cresce continuamente? O nosso

⁵¹⁰ Simonsen tem consciência do impacto social de seus propósitos, afinal estava falando conscientemente de mecanismo de sociabilidade, de criação de uma nova forma social – a civilização *machinica*. Mas não pensava em termos políticos, ou em quais seriam os corolários da organização do poder e da autoridade entre os homens nessa nova forma de sociedade.

⁵¹¹ *Se, ao invés de protecionismo fiscal, tivéssemos adotado um sadio protecionismo industrial, as nossas indústrias estariam hoje muito mais desenvolvidas, o padrão médio bem superior ao nível atual e a nossa moeda menos desvalorizada* (Simonsen apud Bastos, 1952: 166).

grande mal, atingindo todas as classes, principalmente a dos trabalhadores, é a insuficiência de ganho.⁵¹²

Este argumento permeia toda a produção Simonsiana até seu último trabalho, mas em nenhum de seus textos a questão foi tão clara e cruamente exposta quanto no trabalho apresentado ao plenário da Assembléia Constituinte, em 1934, quando assevera que o *Brasil é um país pobre com uma população pobre*. A afirmação, nada simpática, vinha acompanhada de um apanhado de dados e indicadores preocupantes, apresentados a uma platéia representativa de todos os interesses nacionais (talvez o mais seletivo e importante grupo de ouvintes a que Simonsen já tivera acesso):

Ernest Wagemann, presidente do Departamento de Estatística e do Instituto para o Estudo de Conjuntura da Alemanha, na classificação dos povos, que adotou, inclui o Brasil na zona neo-capitalista, de acordo com determinados índices econômicos. Nessa mesma zona estão compreendidas a Austrália, a África do Sul, a América Central, a América do Sul e parte do Canadá. Como índices de ordenação, tomou a densidade da população por quilômetro quadrado, o valor do consumo de máquinas por habitante, a extensão das vias férreas, o número de trabalhadores industriais em percentagem da população economicamente ativa e o valor do comércio exterior por habitante. Esses índices médios, para toda a zona neo-capitalista, em conjunto, foram encontrados como sendo de: densidade de população: 3,1 hab. por km²; consumo de máquinas: 32\$000 por hab.; extensão das vias férreas: 21,8 km² por 10.000 hab; existência de vagões: 27; percentagem de operários industriais: 19; índice do comércio exterior: 684\$000 por hab. Para o Brasil, especialmente, esses índices seriam os seguintes: densidade de população: 5,2 hab. por km²; consumo de máquinas: 16\$000 por hab.; extensão das vias férreas: 7,5 km² por 10.000 hab; existência de vagões: 10 por 10.000 hab.; percentagem de operários industriais: 10; índice do comércio exterior: 185\$000 por habitantes.⁵¹³

Pelos indicadores utilizados pelo Instituto alemão o Brasil, mesmo fazendo parte da denominada zona neo-capitalista, uma vez estabelecidos os valores médios encontrados em todo conjunto de países que faziam parte desse vasto grupo, está provavelmente colocado na fimbria dessa classificação. Com exceção do item demográfico em relação ao espaço, em que estamos à frente desses países (o que espanta, já que o Brasil da primeira metade do século 20 possuía ainda enormes vazios demográficos), em todos os demais itens o país está bem abaixo

⁵¹² Simonsen, 1940(A): 14.

⁵¹³ Simonsen, 1934: 16. Para melhorar a visualização comparativa dos dados elaboramos a tabela abaixo:

Indicadores	Neo-capitalista	Brasil
densidade de população	3,1 hab. por km ²	5,2 hab. por km ²
consumo de máquinas	32\$000 por hab.	16\$000 por hab.
extensão das vias férreas	21,8 km ² por 10.000 hab.	7,5 km ² por 10.000 hab.
existência de vagões	27 por 10.000 hab.	10 por 10.000 hab.
percentagem de operários industriais	19	10
índice do comércio exterior	684\$000 por hab.	185\$000 por hab.

da metade dos indicadores médios utilizados - apenas no quesito operários industriais este número encontra-se um pouco acima da metade, mas mesmo assim é um dado duvidoso porque a forma como se definia no Brasil do período o *operário* industrial para efeito de estatísticas era bastante inexata. Por outro lado assustam os indicadores de consumo de máquinas (que indicaria o grau de produtividade e uso do capital na produção nacional) e o valor da exportação per capita.

Não se contentando com os dados estabelecidos em comparação com os outros países, Simonsen apresenta mais informações sobre o perfil da população brasileira e seu poder aquisitivo:

Podemos adicionar ainda ao nosso quadro os seguintes números: Renda nacional – Índice da capacidade aquisitiva do brasileiro (produção total, dividida pelo número de habitantes): 300\$ a 350\$000; Total dos impostos pagos por habitante no Brasil, não computado rendas industriais: 60\$000; Percentagem de impostos sobre o valor da produção – aproximadamente: 18%; valor da exportação em mil réis, ao câmbio de 6 d. por habitante: 80\$000; população no Brasil, maior de 20 anos: 18.000.000 de habitantes; número de eleitores qualificados (aproximado): 1.500.000; população em idade escolar: 8.000.000 habitantes; proporção da população em idade escolar, matriculada na escola primária: 27%.⁵¹⁴

Além dos indicadores quantitativos, Simonsen, coerentemente com a preocupação que vinha demonstrando nos textos anteriores sobre as condições sócio-econômicas de sustentação do desenvolvimento, qualifica a pobreza brasileira não só em termos de uma baixa renda per capita, mas também em relação aos indicadores da baixa escolaridade e participação política da população. As rendas do Estado brasileiro acompanhavam a insuficiência do ganho e, com um quadro já tão adverso, parecia ainda pior o prognóstico do futuro:

O Brasil está classificado entre os países em que a **criação de novos capitais é inferior às necessidades da amortização de suas dívidas** [destaque nosso] sendo, portanto, forçado a cobrir o *deficit* por importação de capitais ou lançamentos de empréstimos no exterior. Calcula-se que essa diferença necessária corresponde a 6% do rendimento nacional. Todos esses elementos, Sr. Presidente, denunciam esta dura realidade: o Brasil é um país pobre, habitado por uma população pobre.⁵¹⁵

Ou seja, o ritmo da geração de riqueza do país era inferior ao tamanho de sua dívida e esta distância aumentaria ainda mais pelo tradicional método de cobrir o *déficit* com novo endividamento. A afirmação de Simonsen, ao fundo desse cenário, é que não somente o

⁵¹⁴ Simonsen, op. cit., página 17. Como observação, lembrar que o número de eleitores (‘*aproximado*’) já incorporava as mudanças do Código Eleitoral de 1932.

⁵¹⁵ Simonsen, op. cit, página 18.

país era pobre como tendia a ser cada vez mais pobre – provém daí o teor imperativo de sua cruzada contra o pauperismo. A afirmação de Simonsen criou, naquele momento, uma celeuma no plenário, desembocando nos apartes feitos sobre a riqueza inata do país. Simonsen era acusado, indiretamente, de desprezar as condições naturais e mesológicas que davam sustentação e uma perspectiva de futuro para a economia nacional⁵¹⁶. Não só a discordância de Simonsen devia-se à convicção de que o desenvolvimento econômico só poderia ser gerado a partir do crescimento das atividades industriais e do desenvolvimento interno, como a questão da pobreza brasileira funcionava como uma peça estratégica da crítica ao modelo vigente, responsável pelos indicadores do período, e como uma recusa ao argumento de uma ‘natureza potencial’ que colocaria de lado os três problemas que o autor queria realçar: a crítica do modelo vigente, a necessidade de mudança e a importância da vontade de implementar as transformações necessárias longe de uma perspectiva espontânea ou natural⁵¹⁷.

Ao longo desse extenso debate (mais de dez páginas transcritas nos anais da Constituinte), Simonsen apontaria sempre a mesma condicionante – um país pobre e com uma tendência a empobrecer mais, e uma única saída - apostar no desenvolvimento de uma economia de base industrial. O único consolo que apresenta aos ouvintes é que nossos males resultavam do atraso do país que ainda *não* adentrara ao modelo industrial. Se este atraso era lamentável, pelo menos nos habilitaria a ingressar na era do desenvolvimento sem conviver com a mesma quantidade de problemas que marcara a evolução sombria de outros povos - “*crecemos menos, erramos menos*”⁵¹⁸. O conhecimento acumulado sobre a experiência

⁵¹⁶ Na fala do deputado Arruda Falcão: *Permita V. Ex. um aparte. O Brasil é um País Rico habitado por um povo nobre., e não como V. Ex. acaba de dizer. - Roberto Simonsen: A que chama V. Ex. País Rico? Arruda Falcão – É o que tem riquezas inexploradas, facilidade de comunicações, rios navegáveis, imensas extensões de terra para dar todos os produtos. - Roberto Simonsen: Perdoe-me dizer que V. Ex. confunde riquezas latentes com riquezas economicamente aproveitáveis (Annaes da Assembléia Nacional Constituinte de 1933, volume VII, 1935, página 117). Joaquim de Arruda Falcão era deputado eleito pelo Partido Social Democrático de Pernambuco, e foi um dos congressistas que mais de perto confrontou as teses de Simonsen (com exceção do deputado Zoroastro Gouveia, a quem Simonsen ‘não ouvia’).*

⁵¹⁷ Simonsen não faz esta afirmação, mas é uma inferência possível sobre os objetivos e intenções de seu discurso. Uma vez apresentados os dados sobre a insuficiência de rendas e capitais (não conjuntural, mas crônica; não setorial, mas geral) por pura relação de causa e efeito o diagnóstico é de que exista algo de profundamente errado na economia brasileira e este erro não é, pelo seu alcance e enraizamento, ‘de ontem’ e sim de um cenário de décadas. Acreditamos que a validade do discurso *Ordem econômica e padrão de vida* é menos pelo que diz e muito mais pelos fundamentos do que permite dizer.

⁵¹⁸ Simonsen, 1933: 10.

histórica de outras nações nos indicava um caminho mais seguro para trilhar, desde que tivéssemos a sábia atitude de não repetir os erros nelas praticados e de não importarmos modelos sem a preocupação de verificar a validade e aplicabilidade destes ao quadro brasileiro.

Nas respostas aos apertes, Simonsen retomou as questões que haviam ficado fora do discurso. Premido por outros deputados, Simonsen foi questionado sobre o papel do crédito público na alavancagem da economia em países menos desenvolvidos – a resposta enfaticamente positiva de Simonsen em outras circunstâncias (como havia incisivamente defendido a mesma idéia em *As crises no Brasil e As finanças e a indústria*) comprometeria a proposta paulista (de redução das funções do Estado e de diminuição de sua fatia na tributação, sendo esta revertida em favor dos estados e municípios – alma do federalismo proposto na tribuna por Alcântara Machado, Cincinato Braga e Cardoso de Mello Neto).

Arruda Falcão – A questão que V. Ex. está discutindo é a da formação da riqueza. A formação da riqueza, pela produção, disse V. Ex. não depende do fator político.

Roberto Simonsen – Sempre depende um pouco; mas não essencialmente.

Arruda Falcão – Mas vamos distinguir. Ou são povos de economia constituída, onde a escola liberal justifica a não intervenção do Estado, ou são povos novos, onde a organização do crédito há de fornecer todos os elementos para que a riqueza se produza.⁵¹⁹

Ao invés de responder à indagação, Simonsen dispara a comentar problemas de clima, de condições geográficas e de baixo potencial do trabalho humano sem o acompanhamento da educação. Quando é novamente contestado, pelo mesmo deputado, sobre quais as maneiras através das quais poderia a indústria se desenvolver no país, Simonsen apresenta uma defesa do protecionismo, muito distante de todo o teor do discurso que vinha apresentando:

A situação de hoje em dia é esta: nação nova, tem de ser protegida, pois não dispõe dos aparelhamentos econômicos dos países adiantados, e os países fracos, os que não dispuserem de tais aparelhamentos, fatalmente terão de perecer na concorrência internacional. Assim, temos de compensar a fraqueza das nações novas com proteção apropriada.⁵²⁰

O conjunto da reflexão apresentada no plenário da assembléia incidia em alguns pontos importantes para o projeto industrial: evidenciava uma situação de pobreza crônica e,

⁵¹⁹ *Annaes da Assembléia Nacional Constituinte de 1933*, volume VII, 1935, página 125. A resposta de Simonsen, ao contrário do esperado pela sua posição intelectual precedente foi ‘desviar o rumo da discussão’.

⁵²⁰ *Annaes da Assembléia Nacional Constituinte de 1933*, volume VII, 1935, página 117.

devido as suas características, originária dos momentos anteriores da economia; condenava o custo dos direitos sociais que incidiriam nas atividades produtoras; pregava o crescimento da economia primeiro e a distribuição de riquezas depois; acentuava as defasagens sociais (ausência de educação, de condições de higiene, e de acesso a bens e serviços básicos por parte da maioria da população brasileira); apresentava como dado a estagnação do ritmo das exportações e apontava, ao contrário, a aceleração da tendência ao endividamento; incitava as elites a abandonarem suas idéias exóticas e aferrem-se aos verdadeiros problemas nacionais; colocava o estímulo desenvolvimento do comércio e da indústria como caminho para sair da condição de pobreza.

Este apanhado de idéias resume a tônica de todos os trabalhos de Simonsen na década de 30. O eixo da discussão será sempre a oposição modelo agrário-exportador/pobreza e a afirmação do modelo industrial/riqueza. Dos outros trabalhos, as duas publicações do início da década (*As crises no Brasil* e *As finanças e a indústria*) com a proposta de racionalização econômica já apontava para seu sucedâneo dos anos 40 – a proposta de planejamento. Os trabalhos posteriores a 34 reafirmariam por vários ângulos diferentes a mesma matriz discursiva.

Para Simonsen, a situação de pobreza brasileira só seria resolvida quando a economia elevasse sua produtividade, quando fosse reconhecida a superioridade da indústria, portanto, perfilhando a orientação industrial⁵²¹, única atividade capaz de garantir um desenvolvimento constante e a alforria da exploração comercial sofrida diante das potências econômicas.

O problema que permanentemente se nos depara com o caráter de maior gravidade, com os seus multiformes aspectos, com as suas incontrastáveis repercussões na estabilidade social e na conservação da própria unidade nacional é o econômico.⁵²²

Era, portanto, inelutável tarefa do industrialismo no Brasil, como condição de existência da economia e da sociedade. A história do Brasil e sua economia foram construídas a partir da agricultura – Simonsen reconhece este fato sem qualquer sombra de dúvida. Mas, no estágio das necessidades e grau de desenvolvimento da economia brasileira, mudanças

⁵²¹ *Essa política industrial acarretará, por sua vez uma maior evolução agrícola. A agricultura receberá os influxos dos processos científicos adoptados na indústria. A classe agrícola por seu turno applicará parte de suas economias nos títulos industriaes* (Simonsen, *As finanças e a indústria* [1931] 1932: 247).

⁵²² Simonsen, 1935: 06.

profundas seriam necessárias. O autor admitia a supremacia da atividade agrícola como expressão do passado, mas muito pouco representativa do que deveria ser a verdadeira evolução econômico-social e menos ainda como possível eixo para manutenção da nação⁵²³, especialmente diante do dilema da pobreza e da crescente vulnerabilidade das economias de perfil agrícola diante das oscilações e necessidades do mercado internacional.

Mas, de um modo geral, as grandes sobras promanadas das explorações agrícolas, tendem a diminuir com a rápida expansão que logo atinge qualquer rendoso ramo de agricultura. A cultura do café, no Brasil, oferece, a esse respeito, impressionantes ensinamentos. A agricultura de gêneros de primeira necessidade, talvez por ser a mais disseminada, é geralmente aquela que oferece, principalmente quando se utiliza de processos rotineiros, menores margens de lucro, e onde são mais baixos os salários. A lavoura de especialidades é a que, na cultura da terra, proporciona melhores e mais rápidos proventos. Por isso mesmo, está sujeita a violentas flutuações de preços, que originam periódicas crises, tão do nosso conhecimento.⁵²⁴

Simonsen, tendo já a observação, acumulada durante os anos 20 e parte dos anos 30, acelerada pelo estudo constante das condições em que se deram historicamente a transformação e o fortalecimento de outras economias nacionais (em especial a Alemanha), passa a atribuir à industrialização o caráter prioritário no desenvolvimento econômico, abandonando qualquer reserva em abraçar a indústria como uma etapa superior e mais avançada da economia capitalista, ostensivamente tratada como única forma de elevar a posição do Brasil no *‘concerto das nações’*.

A idéia de industrialização passa a ser fortalecida na década de 30 em função do momento político que caracteriza o período. Embora o problema da condução efetiva e real da revolução de 30, e o grupo político que assume a partir de então o comando do Estado, não possa ser diretamente ligado aos interesses ou ao controle do grupo industrial, a verdade é que a revolução configurou uma ruptura que canalizou várias das facetas da mudança então em curso no país: aparecimento de novos setores sociais, presença das camadas urbanas, recusa do modelo político-partidário da Primeira República, confronto com as oligarquias estaduais –

⁵²³ Nos anos 40, Simonsen apresenta uma imagem profundamente heterogênea e desigual do país: *O Brasil apresenta, assim, a curiosidade dos estudiosos neste momento sem par da história mundial, o maior e mais interessante campo de observação em assuntos de interesse econômico-social (...) Temos aqui desde o homem que vive da indústria extrativa até o mais adiantado artífice da indústria moderna (...) Constatamos, com pesar, que o elemento nacional não se acha, em geral, suficientemente preparado, pelos conhecimentos e pela alimentação, para dar, na vida produtiva, o rendimento que se observa em outros elementos humanos, provenientes de países, em que o indivíduo alcançou maior índice de progresso.* Simonsen, 1940 (A): 12.

⁵²⁴ Simonsen, 1943 (B): 11.

em geral ligadas às atividades agrárias, desconforto com as elites e um sentimento de mudança ligado ao ainda nebuloso conceito de modernidade ⁵²⁵. Esse sentimento de inconformidade e de modernidade era favorável ao discurso e imagética do setor industrial.

Outro ponto que pode ser destacado é a ascensão do debate econômico ao plano político nacional. O governo brasileiro sempre esteve atento ao problema econômico basta ver a relação que anteriormente se estabeleceu entre império-escravidão-café e no governo (que o próprio termo como passou à história já esclarece) ‘café-com-leite’ da Primeira República. Mas de alguma forma este debate tinha uma repercussão limitada na sociedade, até porque o exercício da produção restringia-se aos limites da cadeia produtiva, de baixa visibilidade social e em que os conflitos entre capital e trabalho davam-se sob o controle direto e praticamente exclusivo dos fazendeiros. Mesmo no plano internacional, as relações de comércio pouca margem de manobra deixavam, submetidas ainda ao baixo grau de competição ou liberdade comercial (até a I Guerra Mundial) sob a mão de ferro do domínio britânico.

Quando explode o fenômeno do assalariamento e da imigração, do crescimento das cidades, do problema do custo de vida, dos direitos e dos salários, a questão econômica vira uma caixa de ressonância com alta amplitude. A questão econômica deixa a sombra das relações privadas e assume uma dimensão pública inusitada (é esta, por exemplo, a base da criação de uma legislação trabalhista no Brasil, a metamorfose das contradições privadas em uma regulação pública)⁵²⁶. Um exemplo desse novo desenho em que a economia era um elemento de destaque é a Constituinte de 1933. O debate político foi ali ferrenho, dividido que

⁵²⁵ Segundo Pedro Dutra Fonseca, a Aliança Liberal não foi *resultado de novos grupos de pressão que não encontravam espaço nas arenas políticas. E embora pudessem ocasionalmente acenar a estes, fato não raro na política brasileira para uma candidatura ‘de oposição’ (...) em momento algum pode ser considerada como expressão de qualquer classe, segmento ou grupo de ‘homens’ excluídos. Isto traz à luz, desde logo, os limites da ruptura proposta, já que formulada por um antigo grupo de antigos políticos oligarcas, os quais sempre haviam servido como sustentáculo do regime, e ora passavam à frente e à direção da Aliança Liberal. Assim, enquanto esta apresentava-se como de “oposição”, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba ela era a candidatura do situacionismo. Como afirmou Boris Fausto, a “aliança Liberal estava marcada pela acomodação* (Fonseca, 1987: 110). O que aqui nos interessa é a pluralidade de interesses e forças que se abrigaram sob o guarda-chuva da Revolução (já que é lícito pressupor a existência de uma continuidade política entre a Aliança em 1929, a Revolução de 30 e o Governo Provisório), e que indica um fracionamento na capacidade diretiva – são vários atores e várias possibilidades em curso, com re-negociações e barganhas sobre a distribuição do poder político, porém, sem uma hegemonia constituída.

⁵²⁶ Este é o eixo das análises de Vianna (1976) e Gomes (1979).

estava o plenário entre combater ou defender Vargas (legitimação dos atos do governo provisório), em optar por uma carta de perfil corporativo ou liberal (definindo as atribuições do Executivo, dos outros poderes, e a definição de rendas e autonomia administrativa para estados e municípios), direitos individuais e difusos, código eleitoral e estrutura representativa, e o grave problema da eleição presidencial. Ao lado de tantas questões agudas sobre uma situação de mudança profunda no ordenamento da sociedade brasileira, a questão econômica ocupou parte significativa (e inédita) do debate constitucional (e também da própria Constituição). O problema econômico estava na ‘ordem do dia’.

Um último aspecto a ser ressaltando é a complexa divisão e articulação de forças que se abriga sob a revolução e sob o governo provisório. A dificuldade em indicar com exatidão o grupo político preponderante aponta para o enfraquecimento do controle político anteriormente exercido pela oligarquia cafeeira e abre espaço para a intromissão de outros atores econômicos no cenário estatal, anteriormente reduto exclusivo dessas oligarquias. No campo da organização dos interesses industriais isso abria uma fresta para o debate sobre a economia nacional em todos os seus segmentos.

O movimento político de 1930 permitiu renovar as cúpulas dirigentes, afastando os grupos mais diretamente ligados à economia de exportação. Novos elementos dirigentes, vindos de áreas menos ligadas aos mercados externos, como era o Rio Grande do Sul, deram início a uma política que, se bem não obedecesse a qualquer diretriz conscientemente estabelecida, fundava-se numa percepção mais direta da realidade e era menos condicionada por esquemas ideológicos que prevaleciam entre os dirigentes das regiões cafeeicultoras.⁵²⁷

Neste movimento o discurso construído por cada setor econômico foi de fundamental importância e no grupo industrial o grande produtor dessa formulação foi Simonsen. As formulações simonseanas sintonizavam-se com vários temas do período, apropriando-se e elaborando os movimentos de mudança. O primeiro deles era exatamente o tema da questão social, para o qual Simonsen apresentava como resposta o problema da pobreza brasileira. Em segundo lugar, a proposição de uma coordenação ou planejamento deveria assustar menos em um momento em que a própria base de sustentação do regime apoiava-se na desconfiança do individualismo liberal e embalava-se nos temas corporativistas⁵²⁸, em um ‘amor ao Estado’, que vinha desde os grupos militares

⁵²⁷ Furtado, 1964, p: 115.

⁵²⁸ As análises de Francisco Campos (1940), Oliveira Viana (1938; 1951; 1987) Azevedo Amaral (1935) e mesmo de Athayde (1932) tem muito em comum com a tese, por exemplo, de Manoilescu,

(especialmente o grupo do Clube 3 de Outubro) até a própria imagem com que Getúlio se apresentava à nação, pairando acima das classes e suma representação do Estado/Nacional. A contradição de interesses e a força com que crescia a indústria em contraposição à economia agrícola (base política da República Velha) também podem ter contribuído para um trânsito maior dos industriais e suas idéias entre os grupos no governo, principalmente no esforço de consolidação do regime após 1932. No plano da mentalidade, confluíam para o encadeamento feito pelo discurso simonense também a força do ideário moderno, claramente associado à tecnologia, à vida e cultura metropolitana, à presença da indústria.

A crítica aos limites da agricultura como capaz de conduzir a sociedade brasileira a um patamar superior de civilização sobe de tom ao final dos anos 30.

Onde a atividade social das populações é mais concentrada em trabalhos primários, a riqueza é menor, o padrão de vida é inferior. Onde o progresso evoluiu, vulgarizando na população a utilização de todos os inventos, progressos e organizações criados pelo engenho humano, o padrão de vida médio se eleva e a riqueza da nação, que, em última análise, é a soma da riqueza de seus componentes, atinge elevado grau na escala dos valores.⁵²⁹

Para Simonsen, o que separa o modelo industrial do modelo agrícola é a capacidade desigual de resolver o problema da pobreza brasileira e destaca o potencial das atividades que envolvam a técnica, em menor ou maior escala como mecanismo de agregação de valor e formação de poupança e consumo. Seguindo de perto a tese listiana, a diversificação de qualquer economia só seria possível com a introdução da tecnologia e esta associada ao processo industrial.

O trabalho manual, no campo, é essencialmente primário. Sua remuneração é baixa. O condutor de máquinas, que aí se empregou, já se utiliza de maior soma de conhecimentos e é melhor remunerado. O pequeno negociante da campanha, além dos conhecimentos dos artigos com que transaciona e de rudimentares noções do comércio em geral, lança mão de um pequeno capital, que representa, de fato, poupanças acumuladas, de uma ou várias atividades investidas em diferentes setores; sua remuneração, pela técnica geral da divisão do trabalho, é maior que a do maquinista.⁵³⁰

defensor de uma sociabilidade e de uma ordem política organizada a partir das posições econômicas (Manoilescu, 1938).

⁵²⁹ Simonsen, 1943: 08. Claramente apoiado em List: *Uma nação que só possui agricultura é um indivíduo que em sua produção material trabalha com um braço só. O comércio constitui apenas o meio de troca entre a produção agrícola e a produção manufatureira, e entre os diversos setores destas. Uma nação que troca produtos agrícolas por artigos manufaturados estrangeiros é um indivíduo com um braço só, sustentado por um braço estrangeiro. Esse apoio pode ser-lhe útil, mas não tanto como se possuísse ele mesmo dois braços* (List, 1986: 113).

⁵³⁰ Simonsen, 1943 (B): 08.

A industrialização do país é capaz de resolver inclusive o problema da agricultura tanto na produção voltada para o mercado interno quanto à agricultura de exportação. No caso da primeira, a dinâmica industrial seria convertida em impulso à produção agrícola em duas frentes: ao crescerem as atividades industriais aumentariam as necessidades de matérias primas (ponto para o setor primário), e o aumento do nível de ocupação dos trabalhadores incidiria no aumento da massa de consumo interno (e Simonsen alerta desde o final dos anos 30 para a insuficiência da oferta de alimentos no mercado nacional, problema grave e estimulador da crise inflacionária dos anos 50). Quanto à segunda, a agricultura de exportação, Simonsen ressalta não haver incompatibilidade entre esta e a indústria porque o crescimento do volume de exportação era do interesse dos industriais:

Nem se pretende alegar que a defesa do nosso parque industrial diminui a possibilidade de maior alocação de nossos produtos agrícolas nos mercados estrangeiros. São de tal monta as nossas necessidades de artigos industriais para bens de reprodução, que a nossa produção agrícola **teria de se multiplicar** muitas vezes para criar, no exterior, o **poder aquisitivo de que necessitamos para tais compras** [destaques nossos]⁵³¹.

A tese da pobreza nacional vai funcionar no pensamento simonseano como um ‘limpa trilhos’ conceitual. Falar de industrialização acentuando as virtudes que esta possuiria para realização do progresso, da ciência e mesmo opô-la como uma forma de produção mais eficiente que a agricultura, era uma situação delicada. Porém, diante dos desastrosos problemas que a pobreza brasileira impunha, a defesa da industrialização tem outro peso. A pobreza era uma realidade sentida por todos, principalmente em seus efeitos deletérios - desigualdades regionais, problemas sociais, radicalização política, desequilíbrios financeiros, insuficiência de capacidade arrecadadora, diminuição das reservas monetárias, problemas cambiais e de balança comercial, endividamento externo -, mas não corretamente compreendida. Simonsen é um dos primeiros intelectuais a se dar conta das características dramáticas que cercariam o futuro da economia e do destino nacional em seus fundamentos: o atraso econômico, pai do atraso social. Se a avaliação feita por Simonsen do quadro brasileiro ‘pega’, se é aceito seu diagnóstico, ficaria difícil escapar do receituário recomendado – para sarar de pobreza somente com o remédio da industrialização. E os interesses da agricultura? São carreados junto com o impulso industrial, não acima dele, porque acima do projeto de desenvolvimento industrial Simonsen acenaria para a realização dos interesses nacionais – e

⁵³¹ Simonsen, 1944(C): 31.

está é a forma pela qual o processo de industrialização brasileira foi convertido na questão nacional.

Este é o meio através do qual, depois de um longo caminho de reflexão e análise dos dados históricos sobre a nossa e outras economias, de empenho e largueza conceitual (para abrir mão das teorias, mesmo as mais queridas, quando a realidade ‘ultrapassava a medida do terno’), Simonsen consegue dar um *sentido* para a industrialização brasileira. O discurso ao atingir este grau de elaboração e sustentação arrostaria com grande parte dos preconceitos anteriores e que, de qualquer maneira, já encontravam pela frente o teto imposto pelas transformações do cenário econômico nacional.

Se tal desenho conceitual é compatível com a realidade, se seu projeto era o melhor diante dos desafios de seu tempo, isto não é essencial. O que nos interessa neste trabalho é entender como Simonsen construiu um projeto de industrialização possível e qual sua linha de argumentação - até porque a sua capacidade de liderança e os pontos de seu discurso, ao serem incorporados por outros atores e instituições (os desenvolvimentistas e os cepalinos, os isebianos, os técnicos governamentais, segmentos das elites políticas nacionais) provam a força de suas afirmações. A primeira demonstração de força e maturidade intelectual está na descoberta do tema da pobreza nacional. Quanto ao outro lado da contribuição, na fase mais madura do pensamento simonseano, a teoria do planejamento, esta é desenvolvida na terceira fase de seu pensamento e constitui a ruptura final com o campo do liberalismo econômico.

5.3. A segunda ruptura – a função do planejamento econômico

A *terceira fase* da produção simonseana está compreendida entre o estreito intervalo de cinco anos, entre 1943 e 1948, e configura a segunda ruptura do autor com o ideário liberal. Tem início com a publicação de *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil* (1943), pelos motivos já apresentados. No campo teórico, este período marca a radicalização de Simonsen, colocando a supremacia do projeto industrial como inequívoca e avançando em direção à via de desenvolvimento nacional. Desnecessário listar os textos desta fase: são os restantes de sua carreira. Mais importante é assinalar os dois

grandes grupos temáticos fundamentais: os cinco textos que tratam sobre os problemas de comércio internacional (o acima citado e o grupo dos textos que trabalham com a questão do Plano Marshall) e os dois trabalhos sobre planejamento econômico (o relatório apresentado CNPIC e a réplica de Simonsen a Eugênio Gudín).

Recuperando agora o processo de transformação da obra simonseana, poderíamos enxergar um movimento de expansão contínua, absorvendo novas fronteiras e espaços a cada passagem. No início de sua carreira Simonsen detinha-se nos limites do mundo da produção, na fase seguinte incorpora os problemas na sua dimensão nacional (enquanto um sistema geograficamente e politicamente delimitado enquanto nação); nesta última contrapõe nação ao sistema econômico mundial, enxergando a via de desenvolvimento para os países retardatários como aquela em que a economia devesse ser, em grande parte, pensada na esfera pública e não baseada apenas nos interesses privados e nas regras ortodoxas da mão invisível. Para cada reflexão que aparece nos seus textos a contrapartida é a realização das tarefas de consolidação da alternativa nacional de desenvolvimento, ancorada nos desafios locais, mas principalmente nas limitações internacionais. É expressão dessa preocupação a questão do planejamento econômico (chamado por vezes de *planificação econômica*, por Simonsen) – projeto intencional e racional, centralizado, dirigido, estrategicamente armado para permitir ao país que possa escapar das limitações estruturais que emperram a continuidade de seu desenvolvimento, acentuadas pelas relações internacionais de troca.

No estágio em que se encontrava a divisão internacional do trabalho, as desigualdades de condições (quanto à massa de capital e investimento, tamanho de mercado, suporte de técnicas e tecnologia de produção, eficiência e produtividade, somados ao controle político das relações de troca) estrangulavam as possibilidades de sustentação de uma economia nacional forte. Simonsen radicaliza sua posição – sem planejamento (portanto, intervenção deliberada, politicamente conduzida e negociada) e sem a presença do Estado são escassas as possibilidades de realização do capitalismo brasileiro. Afasta-se drasticamente do absentismo da *mão invisível* do mercado e da possibilidade do progresso social ser alcançado através do egoísmo isolado dos agentes econômicos, assinalando o planejamento como a via ou saída para o problema nacional. Na situação da economia brasileira na década de 40, Simonsen afirmava que o necessário combate ao pauperismo colocava em xeque as possibilidades econômicas segundo os cânones liberais – problema mais grave quando se

constata o grau de pobreza em que se encontra o país em relação ao estágio de progresso de outros países (e não apenas os mais desenvolvidos):

Todos os índices disponíveis sobre a evolução econômica demonstram a lentidão do ritmo de nosso progresso, em relação aos povos que, nos últimos 150 anos, veem se colocando na vanguarda da civilização, sem dúvida, alarmantes as características de pobreza que afligem grandes zonas de nossa pátria. Mostrei que necessitamos, pelo menos, quadruplicar, dentro do menor prazo possível, a renda nacional, para que possamos atingir um padrão de vida que apenas se aproxime daquele que usufruem alguns povos que têm vida bem mais modesta do que as nações super-capitalizadas.⁵³²

Estas concepções fazem parte de dois dos trabalhos mais distantes da teoria do livre mercado: *A planificação da Economia* (1944) e a réplica a Eugênio Gudín, *O planejamento da economia brasileira* (1945). Nestes textos a interação entre economia e política ganha maturidade, discutindo tanto os aspectos técnicos quanto o desafio de tornar o desenvolvimento efetivamente possível para sociedade brasileira. No nosso caso, a superação de nosso atraso dependeria de para resolvê-lo:

decidir se poderíamos atingir essa finalidade pelos meios clássicos de apressar a evolução econômica, estimulando pelos processos normais as iniciativas privadas, as várias fontes produtoras e o mercado interno, ou se deveríamos lançar mão de novos métodos, utilizando-nos, em gigantesco esforço, de uma verdadeira mobilização nacional, numa guerra ao 'pauperismo'. As críticas, imparciais e objetivas, que tivemos oportunidade de citar e as considerações já feitas demonstram ser impossível satisfazer esse nosso razoável anseio, com a simples aplicação dos processos clássicos. Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira, em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável.⁵³³

A controvérsia abrange um descompasso, apontado por Simonsen, entre a adequação dos dogmatismos liberais, que explicaram o ontem, e a perda de aplicabilidade para a miríade de novos problemas abertos pela evolução mundial do século 20 (em especial as crises e os ciclos econômicos), mesmo para os países adiantados. Se nestes o planejamento deveria servir para resolver os distúrbios causados pela superprodução e pelo subemprego modelando um tipo particular de planejamento (enquanto objetivo, ação e duração), nos países atrasados os motivos da adoção da técnica de planificação seriam outros - e estes dois modelos não podem ser confundidos sob pena de se invalidar a discussão ou o sentido do planejamento no caso destes últimos (uma coisa é discutir a teoria de pleno emprego de Keynes para países em teto de produtividade, e outra, bem diferente, discutir a superação dos

⁵³² Simonsen, 1945 (A): 06.

⁵³³ Simonsen, 1945 (A): 06.

patamares de economia pré-capitalista – ou sub-capitalizada – onde o pleno emprego jamais ocorreu).

Nas nações super-capitalizadas, o crescimento econômico gerou questões de outra natureza, mas também de extrema gravidade, muitas das quais são postas em evidência pelo estudo dos chamados ciclos econômicos e pelo excesso de desemprego que se verificou nas últimas décadas. A guerra veio absorver esse desemprego, mas ele se apresentará, novamente, em futuro próximo, e cada vez mais ameaçador, exigindo soluções que ponham a salvo tradicionais instituições políticas, sociais e econômicas dos países vitoriosos. Essas soluções demandam a ação intervencionista do Estado, quer no interior do país, através da adequada política monetária, social, de obras públicas e de toda uma série de medidas de ordem técnica, quer no ambiente internacional, pela obtenção de mercados que possam manter o ritmo do trabalho em nível conveniente.⁵³⁴

Assim, o modelo de uma racionalização e intervenção organizadora do Estado na economia funcionaria para o Brasil de maneira diversa daquela utilizada nos países desenvolvidos. Aqui a tarefa é *criar* as condições de desenvolvimento.

O planejamento que o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial propoz para o Brasil tem outra finalidade. Não visa alcançar uma estabilidade econômica, que importaria na manutenção do nosso estado de pobreza, mas, objetiva, isso sim, a própria **reestruturação econômica** [destaque do autor] do país. Aproveita os ensinamentos oferecidos pelos planejamentos econômicos dos Estados Unidos e Grã-Bretanha durante a guerra e pela técnica do planejamento russo, conciliando-os com as tendências e realidades brasileiras.⁵³⁵

Pelos argumentos puramente liberais não seria possível explicar a prática das nações desenvolvidas, como exemplo EUA e Inglaterra, que *discursam, livre mercado e praticam, protecionismo*⁵³⁶. A acumulação e as benesses do comércio desses países foi capacitada em grande parte pelo Estado, como protetor de interesses de grupos econômicos nacionais. Na fase monopolista, caracterizada por patamares produtivos desiguais entre as diversas nações ordenadas na divisão internacional do comércio e pela forte presença dos *trusts*, o Estado é um ator de extrema relevância. Sua ação pode ser defensiva, ao procurar

⁵³⁴ Simonsen, 1945 (A): 10. A percepção de Simonsen abarcava a própria necessidade do planejamento econômico como eixo da democracia nos países desenvolvidos, uma vez que a instabilidade deveria se reapresentar no futuro. O planejamento é uma técnica capaz de por a *salvo tradicionais instituições políticas, sociais e econômicas dos países vitoriosos*.

⁵³⁵ Simonsen, 1945 (A): 15.

⁵³⁶ A grita sobre o comportamento protecionista – se não for mais grave ainda – é apontado como prática comum das grandes nações desde as primeiras edições do *O Auxiliador da Indústria Nacional* – periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Em 1892, Ruy Barbosa exclamaria publicamente que *nenhum país maneja a intimidação e corrupção em maior escala do que a Inglaterra e depois os Estados Unidos* (Ruy Barbosa, *As finanças e política da República*, apud Bastos, 1952:13).

proteger-se das regras desleais pelas quais as nações mais fortes impõem, às nações mais fracas, acordos comerciais desvantajosos, ou como agente da superação do atraso. Quer seja, ofensivamente, procurando barganhar e pressionar, num mercado amplamente competitivo, por ganhos diferenciados para suas empresas nacionais.

a devastação das riquezas naturais, a ausência de defesa em relação a múltiplos fenômenos meteorológicos, as sucessivas crises econômicas, a existência da miséria em meio à abundância, a crescente concentração de riquezas em mãos de um pequeno número, a exploração do homem pelo homem, toda a série de imensos problemas criados pelas grandes aglomerações urbanas, **a profunda diferenciação na evolução entre as nações ricas e as nações pobres** [destaque do autor] tornaram evidente a insuficiência do primitivo automatismo social e econômico admitido pelos economistas clássicos.⁵³⁷

Simonsen também estava cômico de que a produção de um país, quando sua economia estava voltada para o mercado externo, poderia sofrer a drenagem de riquezas, ficando a maior parte dos lucros não para as classes produtoras locais, mas para os intermediadores do comércio internacional.

A crítica simonseana vai colidir com os postulados liberais tão caramente defendidos por Gudin no texto de 1944 e contra a concepção de economia defendida por este desde a década de 30. O ácido confronto na questão do planejamento espelhava um debate mais profundo, entre a economia natural (o liberalismo absenteísta e da vocação rural) e a economia política moderna (o sistema de planejamento listiano e posteriormente o planejamento proposto pela Cepal e por Celso Furtado). A crítica de Gudin baseava-se no absenteísmo radical e autônomo da esfera econômica sobre a vida política (quer no seu destino, quer na sua instrumentalização):

O mal é a política. Se o Estado se limitasse a cumprir os seus deveres de guardião da livre-concorrência, de bom administrador das finanças e da moeda, um discreto provedor de 'externalidades', mediante o investimento em infra-estrutura, tudo correria às mil maravilhas.⁵³⁸

Contrariamente ao que afirmava Simonsen, as crises da economia brasileira deviam-se a duas ordens de fatores: a quebra do princípio de livre mercado, orquestrada pelas errôneas políticas governamentais do protecionismo industrial; e à má gestão monetária dos governos, que 'gastavam mais do que arrecadavam' – uma parte desse gasto era motivada

⁵³⁷ Simonsen, 1945 (A): 45.

⁵³⁸ Belluzzo, *Prefácio* In Borges, 1996: 10.

exatamente por garantir mercado para práticas econômicas irreais (exemplo das indústrias artificiais).

Há no Grande Capitalismo, dois grandes vícios, que poderíamos classificar de auto-intoxicações, cujo remédio excede as possibilidades do simples policiamento: o da supressão da concorrência, pelo monopólio e do malabarismo financeiro desnaturado e especulativo.⁵³⁹

As disfunções provenientes de uma desigual remuneração das trocas internacionais ou os mecanismos de dominação das economias mais fortes sobre as mais fracas não eram problematizadas pela escola da economia natural. O movimento desigual e combinado, para Gudin, faz parte da dinâmica natural de crescimento das economias e, ao contrário de impulsionar um rompimento do equilíbrio do circuito das trocas internacionais, serve como elemento de preservação dos ritmos e potências diferentes de cada economia. Na sua argumentação *a doutrina do livre-câmbio, suprimindo barreiras alfandegária [abre] os escoadouros necessários à produção crescente*⁵⁴⁰, permitindo que pela teoria das vantagens comparativas cada país entre na divisão internacional do comércio oferecendo as mercadorias em que sua produtividade se mostre mais elevada. Foi através da livre troca, baseada na lei da oferta e da procura e na maximização dos ganhos, que *o regime econômico que no século XIX fez o progresso e a hegemonia da Europa foi o do capitalismo naturalista, que se desenvolveu à sombra Economia Liberal e da Civilização Industrial*⁵⁴¹.

A visão de Simonsen sobre o comércio internacional era inteiramente outra. Antecipando a teoria da deterioração dos termos de troca (que tornou Raul Prebisch famoso quando da publicação do *Manifesto dos Periféricos*, em 1949), Simonsen afirma que as trocas internacionais *drenam* a riqueza para o exterior, que resultaria numa constante espiral de crescimento para as economias super-capitalizadas e uma espiral descendente de atraso para as economias sub-capitalizadas. A rigor, a pobreza brasileira na etapa mercantil exportadora era determinada de ‘fora para dentro’ pela existência das trocas desiguais:

Quando se realizam tratados de comércio entre uma nação fortemente industrializada, e outra, em que predominam, como artigos e exportação, os chamados ‘produtos coloniais’, promove-se de fato a troca de produtos fracamente remunerados, por outro altamente recompensados. Mesmo que se equilibrem, em valor monetário, as balanças

⁵³⁹ Gudin, 1938: 16.

⁵⁴⁰ Gudin, 1938: 07.

⁵⁴¹ Gudin, 1938: 27.

de comércio e de pagamentos entre essas nações, o intercâmbio realizado favorece, sem dúvida, o país mais industrializado.⁵⁴²

A tese gudiniana, defensora dos princípios liberais, não admitia a possibilidade de espoliação nas relações de troca, uma vez que os valores seriam proporcionais ao índice de produtividade de cada uma das economias, e que a diferença seria compensada na aquisição de produtos mais baratos.

se de um lado o progresso industrial de alguns países novos fazia diminuir a importação de determinados artigos, esta redução era logo compensada pelo aumento geral da capacidade de consumo, como pela importação dos produtos de novas indústrias criadas pelo gênio da civilização industrial. Se baixava a exportação de tecidos, aumentava a de automóveis ou de novos produtos químicos.⁵⁴³

Como assinala Borges (1996) em seu estudo sobre o naturalismo econômico gudiniano, este movimento combinado seria permanente e auto-equilibrado, capaz de levar a economia de mercado e a sociedade ao seu ‘ponto ótimo’: *a lógica do mundo se põe como a lógica do capital, por sua vez, natural. A lógica do capital natural é a lógica do equilíbrio e da realização da natureza humana. Tudo evoluía no melhor dos mundos*⁵⁴⁴.

Simonsen fora leitor de List e aprendera as armadilhas do comércio internacional, principalmente na posição destinada às economias primário-exportadoras. Destes ensinamentos tirou a lição da tarefa indispensável da industrialização (a atividade manufatureira na acepção de List, que viu apenas a indústria do século 19):

a especialização de uma economia em produtos primários faz dela refém da dinâmica, das oscilações e dos caprichos do mercado internacional. Ao contrário, a atividade manufatureira contém os germens da liberdade econômica e política, por permitir a autodeterminação interna do mercado. O grau de desenvolvimento industrial permite aniquilar “*os caprichos, a escravidão, a superstição e a ignorância, a carência de meios de cultura*”, todas características de sociedades de base rural, em que há “*pobreza e fraqueza política*”⁵⁴⁵

Ao contrário do ‘melhor dos mundos’ proposto pelos liberais (que na realidade funcionava sim, porém apenas para as economias centrais), Simonsen apontava as conseqüências que a manutenção dos acordos comerciais e a aceitação da posição ocupada

⁵⁴² Simonsen, 1943 (B): 15.

⁵⁴³ Gudin, 1938: 18.

⁵⁴⁴ Borges, 1996: 51. Sem excessiva malícia a semelhança que nos ocorre e cujo termo – *melhor dos mundos* – usado pela autora nos indica, é com o célebre Dr. Pangloss do romance *Cândido* de Voltaire, para quem a ordem providencial do mundo, numa perspectiva naturalista extremada, sempre conduziria ao Bem ou a melhor disposição das coisas no mundo.

⁵⁴⁵ Cepêda, 1988: 103. Itálicos de List, 1986.

pelo Brasil, como fornecedor de matérias primas e produtos *in natura*, acarretaria para o futuro da economia e da nação⁵⁴⁶. O cenário das baixas condições de vida e de consumo dos brasileiros precisa ser transformado. Se a atividade agrícola de exportação é capaz de aumentar o padrão de vida da população isto significaria o acesso a bens e mercadorias mais complexos e elaborados que os consumidos anteriormente – se isso não ocorrer não há elevação dos níveis de vida e a finalidade da economia não se realizou. Porém, se a economia brasileira, pelos postulados liberais, deve permanecer especializada na produção de produtos primários, sem um parque industrial manufatureiro desenvolvido, como resolver o seguinte paradoxo:

De fato, as matérias primas e os bens agrícolas que produzimos, em sua maioria de natureza tropical, não podem ser exportados em quantidade suficiente para assegurar as divisas de necessitamos para o pagamento dos produtos industrializados. Mesmo aos preços atuais, não conseguimos exportar vinte bilhões de cruzeiros de produtos agrícolas, e, no entanto, necessitamos atualmente, para o nosso consumo, de mais de 70 bilhões de artigos industrializados.⁵⁴⁷

Simonsen desde os anos 30 fazia duas afirmações complementares – da pobreza e das restrições do modelo agro-exportador – e defendia como objetivo da economia nacional elevar o padrão médio de vida dos brasileiros. Este necessitava do aumento da oferta interna de produtos, uma vez que pelas regras do comércio internacional estaríamos condenados a uma diminuição progressiva dos saldos da balança de pagamentos. Em parecer apresentado ao Conselho Federal de Comércio Exterior, em setembro de 1937, como que completando esse pensamento escreveu Simonsen:

o dilema que se apresenta, inexorável, aos nossos olhos é o seguinte: ou produziremos, dentro de nossas fronteiras, 80% do que carecemos para elevar o padrão de vida médio do país, reservando o poder aquisitivo externo, oriundo de nossas exportações, para aquisição de artigos necessários ao nosso aparelhamento defensivo e econômico, e de produtos de indústrias especializadas, ou estaremos **condenados a um crescente estado de pobreza** [destaque nosso] nos aniquilando em esforços inúteis e em recíprocas e vãs incompreensões.⁵⁴⁸

A análise de Simonsen sobre a economia brasileira que o leva a defesa da planificação da economia em 1944 é a síntese de todo o processo de reflexão que vinha sendo

⁵⁴⁶ *O Brasil, porém, dotado de clima diferente, produzindo mercadorias de menor procura e com similares em colônias de grandes potências, não podia, e não pode, fazer a sua prosperidade baseado exclusivamente na divisão do trabalho necessária aos seus negócios internacionais* (Simonsen, 1935: 13).

⁵⁴⁷ Simonsen, 1948: 10.

⁵⁴⁸ Simonsen, 1937, 29

construído anteriormente. A cadeia de raciocínios é clara e linear, indo da condição de pobreza até o rompimento com os modelos generosos adotados pelo Brasil nos tratados de comércio internacional. Em primeiro lugar, o mais grave problema da economia e da sociedade brasileira era a defasagem entre o padrão de vida da população brasileira quando comparada com a de outras nações mais desenvolvidas. Se no trabalho de 1928 fixava em dezessete vezes a desigualdade entre a média brasileira e a americana, vinte anos depois (em 1947) colocava essa distância em uma diferença em patamar bem superior - de 25 vezes menor em comparação com o padrão médio de vida nos Estados Unidos, e seis vezes menor que a média européia⁵⁴⁹. Fenômeno demonstrativo da lógica já apontada em 1934 – da tendência de empobrecimento crescente da economia. A mecânica que levava a este resultado era, como já apontado em diversas passagens, o tipo da produção brasileira – agrícola de exportação.

Simonsen vinha repetidamente e exaustivamente apontando os limites desse modelo e a cada passo de sua obra avançava uma nova explicação sobre os limites dessa atividade: falta de racionalização técnica, incapacidade estrutural de aumento contínuo e dinâmico da produção (extensivo aos outros setores); teto de preço internacional em função do aumento da produção em velocidade maior que o aumento do consumo, especialmente pela facilidade de imitação desta produção em outras regiões do globo (afinal, a vantagem comparativa, sendo a terra, era abundante em muitas das colônias ou países sub-capitalizados do mundo); e por último, a mais eficiente e expressiva crítica – a deterioração dos termos de troca, que empurraria, independentemente do nível de produção alcançado o valor do rendimento auferido ao longo do tempo.

Desta forma, na análise simonseana, a agricultura de exportação (ou outra mercadoria do mesmo modelo) deveria ser descartada como possibilidade efetiva do fortalecimento econômico nacional. E, este, tornava-se cada dia mais premente em virtude do latente estado de tensão social (conjuntura dos anos 30/40, tanto no cenário nacional quanto no cenário do entre-guerras e no aumento da ofensiva mundial dos movimentos de esquerda), da perspectiva de queda nas atividades econômicas internas, na percepção que se formava sobre o atraso brasileiro e os problemas que este acarretava em termos de soberania nacional. A alternativa passava a ser a indústria. Porém, da forma como ela evoluía lentamente e diante dos problemas que limitava o seu salto para uma fase mais consolidada, um dilema se

⁵⁴⁹ Simonsen, 1947 (G): 12.

colocava no horizonte – adotar métodos de estímulo artificial ao seu crescimento, ou seja, adoção de métodos de planejamento, por um lado e protecionismo por outro.

A industrialização planejada, conforme apareceu no cenário intelectual, empresarial e político no período, formulada por Simonsen e discutida com outros industriais (Congresso Brasileiro da Indústria) e com outras lideranças empresariais⁵⁵⁰, afirmava alguns pontos como fundamentais. O primeiro deles era sobre o caráter do o planejamento enquanto um *meio* e não um fim, e por ser um instrumento é neutro e não contaminado por qualquer ideologia.

É um erro supor que o conceito de planejamento se prenda, obrigatoriamente, a escolas políticas ou econômicas antidemocráticas. O Estado Liberal vem planejando, de há muito e progressivamente. Se a expressão é nova, a realidade velha.⁵⁵¹

Como técnica pode servir aos projetos e governos de esquerda ou de direita, e Simonsen vinha há muito tempo apontando os exemplos históricos mais flagrantes – do exemplo da Alemanha, do Japão, da Rússia (todos complicados de apresentar nesse momento político internacional), mas também dos Estados Unidos, principalmente na fase do New Deal e na ação de Roosevelt⁵⁵². Cita ainda como teóricos que utilizaram as ferramentas intervencionistas de gestão econômica: *Keynes, em sua ‘Teoria geral do emprego, juros e moeda’ e por Hicks no seu Value and Capital*⁵⁵³. A economia clássica, tampouco deixa de utilizar métodos de interferência econômica, como aquelas políticas que estabelecem as questões cambiais e a taxa de juros das economias – de forte impacto na estruturação e desestruturação das atividades produtivas⁵⁵⁴.

⁵⁵⁰ Sobre a proposta de planificação apresentada ao CNPIC em 1944 Simonsen diria sobre sua gestação intelectual: *desenvolveu-se o preparo deste projeto em sessões sucessivas do Conselho [CNPIC] dando lugar a um notável relatório final, que – redigido a 10 de outubro de 1944 por uma comissão de que participaram os senhores Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria; João Daudat d’Oliveira, presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Heitor Grillo, destacado técnico brasileiro em assuntos agrícolas, e San Tiago Dantas, erudito cultor das letras jurídicas - foi subscrito pela totalidade dos membros do Conselho* (Simonsen, 1945 (A): 09). De qualquer maneira, a influência de Simonsen na elaboração desse relatório foi muito significativa, incluindo os termos e colocações utilizadas no próprio documento.

⁵⁵¹ Simonsen, 1945 (A): 13.

⁵⁵² Estes dois últimos, talvez pelo fato de ocorrerem no espaço das economias e sociedades liberais (e modelares), foram duramente criticados por Gudín que não cansava de assinalar seu fracasso ou insucesso.

⁵⁵³ Simonsen, 1945 (A): 51.

⁵⁵⁴ *Fazendo um apanhado das tendências observadas em vários países do mundo em relação ao trato dos problemas econômico-sociais, Lorwin, no seu último livro “Time for planning”, é de opinião que*

Na análise sobre as características e finalidades que revestem a proposta de planejamento brasileiro, Simonsen avança novamente para uma posição pioneira de vanguarda no pensamento econômico: *antecipa* as diferenças entre a planificação para economias atrasadas e os modelos adotados nas economias desenvolvidas. Toma como exemplo para comparação o trabalho de Carl Landauer *Teoria do planejamento econômico nacional*:

Nesse trabalho, aquele erudito professor de economia aponta a estruturação de um planejamento econômico total, nos países progressistas, como meio de mais eficaz de extirpar as depressões e crises cíclicas que lhes perturbam a vida.⁵⁵⁵

O segundo ponto era o objetivo para o qual se pretendia utilizar a ferramenta do planejamento, e neste caso o embate com as correntes liberais (escola de onde partiu a maior carga contra a idéia de planejamento, sintetizados na figura de Gudin, que contrariou a proposta em seu parecer a partir dos postulados da escola liberal) seria pesado.

O planejamento econômico sendo uma grande arma contra a instabilidade econômica concorre para assegurar a sobrevivência de instituições políticas, das médias e pequenas empresas, propicia maiores facilidades para o combate aos ‘*trusts*’ e proporciona melhor utilização da propriedade privada em benefício da coletividade.⁵⁵⁶

A defesa do planejamento nascia, na proposta assinada por Simonsen⁵⁵⁷, da dupla constatação da fraqueza interna do setor industrial e da aceitação de que pelas regras de mercado esse processo apenas tenderia a agravar-se. Qual o fundamento desta segunda constatação? O reconhecimento de necessidades especiais para o salto de desenvolvimento do

seus governos tendem a se organizar, sob o aspecto econômico-social, em quatro tipos característicos: a) o Estado será o proprietário e o administrador de todos os recursos naturais e econômicos e agirá na base de um plano nacional total. Será esse o padrão do Estado socialista ou do Estado capitalista que existe, hoje, na União Soviética e que reponta em alguns outros países da Europa. b) o governo assumirá o papel de guia, auxiliando o desenvolvimento de programas industriais e sociais. Para esse fim, utilizar-se-á de seus poderes através do regime fiscal e monetário, regulando, ainda, a política industrial, em relação à sua orientação, seu modo de operar, preços e legislação trabalhista. É esse o padrão da economia dirigida que se está alastrando na Grã-Bretanha e em outras regiões do Império Britânico. c) um terceiro tipo será o da iniciativa privada compensada pela ação governamental, que se esboça no caso norte-americano. O governo tornar-se-á, cada vez mais, o árbitro entre os diferentes grupos e corrigirá as falhas e defeitos verificados na economia nacional, resultantes do desperdício em concorrências desleais e práticas monopolistas. d) o quarto tipo será o de uma organização econômico-social mista, em que se conciliam alguns aspectos do capitalismo e do socialismo de Estado, do cooperativismo e da iniciativa privada compensada, tipo esse que se desenvolverá, provavelmente na Índia, na China e em alguns países da América Latina (Simonsen, 1945 (A): 56).

⁵⁵⁵ Simonsen, 1945 (A): 15.

⁵⁵⁶ Simonsen, op. cit.

⁵⁵⁷ Incorporando a análise do texto de 44 e também as que constam nos demais textos desta fase.

setor, em direção ao tema da infra-estrutura e da necessidade de capitais e tecnologia. A indústria no estágio que se encontrava no início dos anos 40 seria incapaz de acumular capital suficiente para adentrar como produtor direto nos setores de bens de produção ou de bens de capital. Como resultado dessa tautologia, o empurrão deveria ser dado pelo Estado, garantindo três condições fundamentais, segundo o raciocínio simonseano: a) garantir suporte logístico para o crescimento e evolução do setor (transportes, comunicação, siderurgia); b) garantir condições internas para a expansão da produção e do resguardo do mercado interno à competição desigual das mercadorias estrangeiras; c) garantir o financiamento e o acesso ao crédito pelas empresas industriais.

A implementação do conjunto dessas propostas significaria um elevado grau de controle e interferência na economia. Na questão da infra-estrutura com a ação direta do Estado na consecução desses empreendimentos; na garantia das fatias do mercado interno, através do protecionismo (que Simonsen apontava como *regra* largamente utilizada pelas outras nações para controle do mercado brasileiro); no financiamento, captando recursos no exterior e distribuindo-os para os setores dinâmicos da economia.

Mas o planejamento não seria nem excludente e nem isento de controles por parte da sociedade brasileira na preservação de sua liberdade no que tange a propriedade. A planificação seria controlada por uma *Junta de Planificação que seria composta, em boa parte, de elementos eleitos pelas classes produtoras e liberais*⁵⁵⁸. Quanto ao grau de transformações políticas e na relação de integração e prioridade à indústria em detrimento às outras atividades econômicas, a proposta elaborada pelo CNPIC o teor geral das deliberações do Congresso Brasileiro da Indústria e da Carta de Teresópolis:

Considerando: a) que é condição precípua para o sucesso da planificação que ela não contrarie os princípios democráticos em que desejamos viver, e que obtenha a integral solidariedade do sentimento nacional na sua elaboração e execução; b) que, na planificação, não pode estar compreendido apenas o labor industrial, mas que, como garantia do seu êxito, deve ela cuidar, por igual, dos problemas da agricultura e do comércio; c) que a planificação, dentro de uma nação democrática, visa combinar um alto grau de segurança econômica para o indivíduo, com um máximo de garantia para sua liberdade.⁵⁵⁹

A maneira como Simonsen apresenta a propostas do planejamento cerca-se de exemplos estatísticos e comparações de políticas internacionais. A âncora conceitual: os

⁵⁵⁸ Simonsen, op. cit., página 16.

⁵⁵⁹ Simonsen, op. cit..

problemas da pobreza (atraso) e as desigualdades no plano das trocas internacionais. O planejamento, para onde chama a maior atenção neste debate é um meio, uma posição intermediária entre a análise traçada por Simonsen sobre a economia brasileira e a finalidade a que se propõe, no argumento simonseano, a economia – o alcance do progresso, entendido desde o início dos anos 30 como um projeto nacional⁵⁶⁰. A ação isolada dos grupos econômicos ou indivíduos também concorria para o agravamento da situação. Não seria possível, no esforço de combate à pobreza e na busca da realização na nação, que se ficasse preso aos estritos padrões individualistas – que Simonsen apontava em 1933 (*Rumo à verdade*) como parte expressiva das crises modernas. A maneira de encontrar soluções para o problema da economia nacional era, exatamente, pensar a economia como nacional abdicando do postulado da ‘fábula das abelhas’ de Mandelville:

Acreditava-se no século XIX, que a riqueza da comunidade era igual à soma total do bem estar material dos indivíduos e que, assim, cada um, desejando melhorar a sua própria condição econômica, contribuía, automaticamente, para a riqueza da comunidade em geral. Acreditava-se, ainda, que a atividade econômica era auto-reguladora e que a iniciativa particular, no regime do livre concorrência dos interesses individuais, era controlada pelo jogo dos próprios interesses. Desnecessário era, portanto, o controle governamental no regime dos negócios.⁵⁶¹

Simonsen parte, no texto sobre a planificação, na defesa intransigente da visão integrada da economia pensada nos termos de uma cooperação necessária entre os diferentes segmentos econômicos e as instituições sociais. Apenas uma visão social do complexo econômico é capaz de garantir a capacidade de auto-sustentação do crescimento econômico e, tendo como finalidade não a produção, mas a riqueza do conjunto social, Simonsen condena a viseira dogmática da posição liberal de Gudin:

Se a evolução dos fatos econômico-sociais das últimas décadas põe a nú desajustamentos e crises de toda ordem o erro está em que essa evolução **não foi disciplinada dentro dos postulados da escola liberal!** [destaque do autor] (...) As medidas de policiamento, as ‘simples regras do jogo’, serão suficientes para assegurar a todos os indivíduos e a todas as nações as mesmas oportunidades para alcançarem um razoável padrão de vida?⁵⁶²

Ao final, Simonsen está aplicando em sua proposta de planificação econômica os mesmos princípios que nortearam a edificação de sua empresa, o seu olhar sobre a relação

⁵⁶⁰ *O planejamento representa uma coordenação de esforços para um determinado fim*, Simonsen, 1945(A): 13; *O planejamento é uma técnica e não uma forma de governo*, op. cit., página 14.

⁵⁶¹ Simonsen, op. cit., página 45.

⁵⁶² Simonsen, op. cit., página 15

agricultura/indústria, sobre o complexo da economia nacional e agora sob o papel do Estado na economia - o primado da racionalidade técnica. Uma vez estabelecido o problema e traçado o resultado a que se quer chegar, a razão e o conhecimento técnico incumbem-se de fornecer os meios. No caso brasileiro, como anteriormente afirmado, o planejamento é *só* o meio para sair da pobreza para o desenvolvimento.

Mas enquanto as empresas particulares gastam largas somas em pesquisas, em estudos de organização, procurando pressentir as necessidades das populações, planejando o seu desenvolvimento e a conquista de mercados, nega-se, por simples amor aos pretensos dogmas e doutrinas, o direito, ao Estado, de perquirir sobre os aspectos econômicos e sociais da vida comum, para habilitá-lo, num **planejamento adequado** [destaque do autor], a orientar a sua evolução, dentro de um processo que se aspire evitar, tanto quanto possível, a eclosão de atritos e crise de toda ordem.⁵⁶³

5.4. Nenhum Plano Marshall para a América Latina

A conexão entre os dois grupos de textos (planejamento e Plano Marshall) antecipa praticamente *todos* os futuros argumentos cepalinos: 1) a posição mundial dos países é diferente em termos econômicos em função da tecnologia, competitividade e capacidade de barganha no mercado internacional; 2) estas posições configuram dois grupos bastante distintos - os países supercapitalizados e os países subcapitalizados; 3) o papel reservado a cada um deles é diferente: os primeiros especializaram-se na produção industrial, e os segundos em matérias primas; 4) as trocas são desiguais, pois os produtos geram possibilidades de lucro/por unidade muito diferenciada em termos de agregação de valor (a tese posterior da deterioração dos termos de troca; 5) os países supercapitalizados podem garantir nichos no mercado mundial para seus produtos com três estratégias: diferença de aporte tecnológico (estimula monopólio natural); força política para barganhar acordos que privilegiem seus ganhos; liberdade (ou poder) para utilização de práticas desleais (como o *dumping*); 6) o alto nível tecnológico e as estratégias correlatas formam uma tendência natural para os monopólios e oligopólios, formatos, que na concepção de Simonsen, são desastrosas tanto para as economias mundiais quanto nacionais; 7) no longo prazo a manutenção dessas especializações tende a aprofundar a desigualdade e a aumentar ainda mais pobreza dos países subcapitalizados.

⁵⁶³ Simonsen, op. cit.

Para escapar deste círculo infernal, a única alternativa é romper com a ortodoxia do pensamento liberal e implantar no Brasil estratégias que há tempo muito vinham sendo coroadas de êxito em outros países, estruturadas em duas linhas de força:

para fora - no campo das relações internacionais, aumento do protecionismo e abandono das proposições do livre comércio, e a leitura mais crítica dos acordos internacionais que tratam os “desiguais de forma igual”:

resulta de ello que la política de los países desenvolvidos, hasta ahora reflejada en los acuerdos internacionales bajo la égida del a igualdad jurídica del as naciones, significa en último análisis, por el predominio de sus intereses y por la subestimación del os intereses del os países menos desenvolvidos, la perpetuación de una desigualdad de hecho.⁵⁶⁴

para dentro - com a adoção do planejamento econômico como ferramenta para organizar e disciplinar as forças produtivas da nação em direção à superação do pauperismo.

A crítica de Simonsen ao Plano Marshall derivava da compreensão da natural conduta indiferente com que as nações desenvolvidas espoliavam as nações pobres na realização de seus interesses. Na análise que faz sobre os vários aspectos do Plano, Simonsen ressalta uma certa ‘estupidez’ na adequação entre os fins almejados e os meios propostos. A política internacional do pós-guerra (incluindo o esforço de reconstrução dos países devastados no conflito) publicamente tinha como alvo um programa preventivo contra as desordens internacionais (de alto custo humano e civilizatório). A exemplo da teoria de Manoilescu que afirmava a inelutável integração de todas as economias mundiais na etapa em curso do capitalismo, segundo os ventos da política internacional traçada, entendia-se que os efeitos da miséria na Europa poderiam comprometer a tranquilidade e a estabilidade dos EUA. Como consequência, o interesse dos americanos deveria ser, para seu próprio sossego, impedir que os efeitos da guerra aumentassem as causas originárias de sua deflagração, ou seja, a pobreza.

Simonsen aplaude o raciocínio, mas não pode deixar de se espantar com o fato de que esta lógica seja aplicada somente à Europa e ao Japão. Ora, a pobreza e o atraso eram muito maiores nos países latino-americanos e para estes, que haviam contribuído também com sua quota de sacrifício no esforço de guerra, não se acenava com nada a não ser com o pedido para que eles colaborassem com a reconstrução do Velho Mundo.

⁵⁶⁴ Simonsen, 1948 (C): 05.

Em seus trabalhos, Simonsen tira algumas conclusões importantes sobre o fato, e que, na sua avaliação, deveriam servir para que os países sub-capitalizados percebessem qual a imagem e o projeto que as nações mais desenvolvidas tinham para eles no cenário mundial sob a hegemonia americana – a retomada da situação de exportadores de matérias primas e alimentos. O apelo que Simonsen faz nos seus trabalhos dessa fase é para a tomada de consciência das nações latino-americanas, o que explica porque Devisate afirmaria, em seu trabalho *Simonsen e a operação pan-americana*, que Simonsen foi o pioneiro da integração dos países latinos em um grupo marcado com os mesmos interesses (novamente Simonsen se adiantaria e defenderia senão a formação de um bloco econômico para América hispano-portuguesa, pelo menos o estudo conjunto de uma situação comum a todos esses países e a adoção de políticas semelhantes).

Também na posição de vanguarda, Simonsen indicaria como base para a nova compreensão do papel da industrialização e das exigências de uma nova regra de divisão de mercado que incorporasse as economias latinas, e em que não apenas as trocas fossem mais justas, mas que de fato contribuíssem para a elevação das condições de vida e do desenvolvimento das economias atrasadas. O fato destas sociedades terem *experimentado* o súbito aumento de sua produção industrial durante o momento em que se afrouxaram os laços do comércio mundial no período da guerra permitia a elas sonhar com o desenvolvimento. Se estas economias podiam crescer na ausência circunstancial do jugo da divisão internacional do trabalho, talvez elas crescessem ainda mais se decidissem, através de uma vontade política e nacional, abraçar a industrialização. Mas para isso precisariam afastar-se da garra da *mão invisível* e aproximar-se cada vez mais de uma forma racional e planejada de desenvolvimento.

Para Simonsen, as economias atrasadas precisariam encontrar seu próprio destino e sua própria maneira de fazê-lo, pois para estas nações não haveria um Plano Marshall, condenadas que estavam ao jogo desigual das trocas internacionais e ao peso de seu passado colonial.

Ao somarmos a análise de Simonsen sobre o papel transformador da indústria, sua percepção sobre o atraso das economias sub-capitalizadas, os liames limitadores da argumentação do liberalismo clássico e a afirmação do planejamento como único meio capaz

de romper com o desenho projetado no cenário internacional pela hegemonia dos países mais desenvolvidos, teremos elencados *todos* os argumentos fundamentais para o surgimento da corrente de pensamento desenvolvimentista de matriz nacionalista, precursora das teses cepalinas que orientaram o debate político e parte das alternativas do desenvolvimento industrial em sua fase final no Brasil. Essa capacidade de antecipação revela o grau de sofisticação e adequação do pensamento simonseano aos desafios da época, e espelha a enorme capacidade analítica, coerência teórica e política na defesa de um projeto de autonomia para a burguesia industrial brasileira. Por outro lado, a trajetória de Simonsen revela como a intrinsecamente a utilização dos postulados da racionalidade econômica pôde engendrar um modelo particular de planejamento nacionalista, levando um expoente dos interesses burgueses a propor e lutar de maneira renhida pela ruptura com a divisão do trabalho internacional. O processo de desenvolvimento econômico capitalista pode comportar inúmeros caminhos, dependendo das características inerentes a cada formação histórica e das escolhas levadas a efeito pelos atores diretamente ligados a definição das estratégias de organização da economia. No caso de Simonsen, o seu pensamento expressa a construção de um desses caminhos, revelando a perspectiva de elaboração de um projeto político e de um campo hegemônico com a particularidade do desenvolvimento nacional e programado. O alcance de seu trabalho era a colocação da burguesia industrial no comando do modelo econômico nacional, os limites, a capacidade de autonomização dos processos e interesses internos ao capital internacional.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho procurou-se analisar a produção intelectual de Roberto Simonsen na construção do discurso industrialista brasileiro entre os anos de 1910 e 1948, utilizando seu trabalho como expressão madura e consistente da ideologia industrialista nacional em processo de afirmação em relação aos outros setores da sociedade. A análise efetuada a partir de seus textos confirmou que durante seu processo de elaboração, estes trabalhos capturaram e conservaram muito dos problemas reais pelos quais passava o país no período, porém, representados e compreendidos pela ótica particular de seu autor e sua colocação política dentro desse quadro.

Esta é a qualidade singular e extremamente rica dos trabalhos produzidos por Roberto Simonsen: espelhar o modo como a burguesia industrial do período elencava as tarefas de revolucionar o passado e implementar seu projeto de hegemonia política, a partir da memória de um de seus agentes mais expressivos. O que ressalta como importante, depois de uma análise bastante exaustiva realizada sobre os textos simonseanos, é a posição assumida por suas idéias no processo então em curso, construindo um projeto ou modelo de desenvolvimento que foi, em larga medida, aceito como válido para o grupo que procurava representar. Porém, parte de seu pensamento não obteve o mesmo destino. Porque alguns itens de seu 'projeto' foram aceitos e outros não? A resposta é que embora Roberto Simonsen possa ser tomado (e tem sido tomado) como expressão da 'consciência' burguesa industrial da época, suas formulações estavam adiante dos desejos e mesmo da maneira com que seus pares pensavam e sentiam as tarefas da industrialização no Brasil.

Este descompasso também pode ser explicado pelo caráter singular que a transformação e desenvolvimento do capitalismo tomou no país. Esta singularidade deriva da propalada fragilidade da burguesia industrial em se consolidar como condutora efetiva de uma mudança de ordem econômica e política, sua dependência de ações estatais (fora do âmbito de mercado) e que não podia controlar também politicamente (por não possuir uma correlata força expressiva em termos partidários – não se transformara no *Príncipe Moderno*), agravada por sua posição dependente do ritmo e arranjos internacionais do capital (seu condicionamento enquanto economia reflexa – na fase mercantil exportadora, e como dependente de capitais, tecnologia e ameaçada constantemente pela concorrência internacional).

Na primeira metade do século 20 (período vivido e pensado por Simonsen) esta fragilidade obedeceu a duas lógicas diferentes. Na fase que vai de 1910 até os anos 30, é impossível pensarmos em força política de uma camada de empresários que dependiam dos recursos oriundos do setor da economia voltado para fora (as receitas de exportação da economia-café). A capacidade de descolamento dos interesses da burguesia exportadora estava comprometida no berço, uma vez que o discurso e a organização da economia como um todo dependia fortemente dos recursos do grupo que representava o projeto social e político anterior – ainda reforçado pelo cenário internacional no qual o Brasil ocupava uma posição bem definida como exportador de produtos primários. No período que vai de 30 até o final dos anos 40, a posição começa a se alterar, porém, a dependência do setor industrial agora era com relação ao Estado, mais uma vez motivado também externamente – dependência de capitais e de medidas protecionistas para sobrevivência do setor no próprio mercado interno.

Este contínuo condicionamento e a amarração do setor industrial com outros setores da sociedade pode ser explicado também por uma incapacidade política e ideológica de elaboração de um projeto e uma prática que possibilitasse a formação de uma elite dirigente orgânica, que espelhasse os interesses específicos do capital industrial, capaz de um nível de enfrentamento bastante alto, especialmente em relação a mudanças na sua relação submissa e subalterna na divisão internacional do capitalismo. E acredito que seja este o embate mais importante presente na obra e no projeto de Simonsen e que não foi concretizado.

Durante o mesmo período acima citado (de 1910 até o final da década de 1930), Roberto Simonsen se manteve no mesmo compasso dos outros líderes e empresários do segmento industrial. Defendeu e posteriormente (na fase que vai migrando para o industrialismo mais convicto) aceitou a preponderância dos interesses econômicos e políticos do modelo mercantil-exportador. Esta é a chave explicativa para suas constantes vacilações quando entra em cena o problema da ruptura: o momento da Revolução de 1930, o momento da Revolução de 1932 e a aceitação da direção política da bancada paulista na Constituinte de 1933. Em todos, Simonsen capitula sob a direção política representada pelos interesses paulistas (oligarquias cafeeiras e os liberais da Comunhão Paulista).

No segundo período citado (posterior ao final dos anos 30 até 1948), Simonsen radicalizaria em muito suas posições, e me parece que neste momento é que começa a nublar a sua capacidade de liderança. Do ponto de vista corporativo Simonsen continuou a alavancar e abrir espaços para os interesses do capital industrial em especial na arena das decisões estatais – fundamentais em uma economia que teve no Estado um agente propulsor do seu desenvolvimento. Sua ação nos Conselhos Técnicos aprofundou o consenso em direção ao planejamento e a regulação econômica. No entanto, foi exatamente a defesa da intervenção do Estado na economia o ponto responsável pelo maior afastamento da liderança de Simonsen em relação aos seus pares (largamente explorado tanto pelos defensores do liberalismo quanto pelos adeptos da vocação rural da economia nacional).

Quanto ao planejamento, as discussões que ocorreram nos famosos congressos econômicos da década de 40 (Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, de 1943; Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria, de 1944 e Conferência de Teresópolis, de 1945), demonstraram, simultaneamente o grau de resistência dos industriais a esta proposição, mas também a emergência de um consenso sobre os entraves à complementação do desenvolvimento sem a introdução de *algum* grau de coordenação estatal. Se em seu conjunto, a classe dos industriais não enxergava ou abraçava a perspectiva do planejamento da mesma forma que Simonsen (temerosa de que este resvalasse no controle dos ganhos e nos monopólios econômicos em moldes de maior intervencionismo, como o modelo de capitalismo estatal da União Soviética), os graves distúrbios originados nos problemas de demanda de infra-estrutura, matérias primas e políticas monetária e cambial abriam espaço para a apresentação e apreciação do projeto de planejamento com menores restrições (pesava também as demonstrações de fragilidade do setor cafeeiro e a emergência do crescimento de outros setores da economia de forma acelerada – com destaque para a atividade industrial). O que não formava um consenso entre o grupo eram os obstáculos fundamentais apontados por Simonsen, mas principalmente a ruptura proposta com o capital internacional. E este dado é visível no próprio movimento de gestação e desenvolvimento da obra simonseana: a posição de Simonsen em 34 *espelha* o limite de consciência dos industriais. O autor é que vai adiante dessa fronteira, em decorrência de aprofundar cada vez mais a análise que faz do quadro brasileiro.

A percepção dos problemas da economia brasileira, que aparece em seus textos dos anos 40, distancia-se em muito da consciência mediana da época, principalmente quando a saída apontada por Simonsen é o progressivo rompimento com a dependência do capital internacional e o fortalecimento de uma burguesia nacional autônoma. Embora este projeto não seja revolucionário, ele estava em contradição com a lei do menor esforço e os mecanismos que funcionavam já no movimento de entrelaçamento e transnacionalização do capital (e que aprofundariam a posição de dependência). No geral, o projeto simonseano é conservador – apóia-se no controle da classe trabalhadora, afirma o capital como fonte e origem da riqueza social, defende a intervenção do Estado na economia (o planejamento) quando este é estrategicamente necessário aos interesses do capital, cria um discurso que transforma a indústria e o desenvolvimento na questão nacional (elaborando uma ideologia capaz de construir a hegemonia dessa classe sobre o conjunto social), mas a sua colocação no debate dos anos 30 era excessivamente vanguarda para o segmento.

Por outro lado, tem também um caráter de inovação e ruptura quando afirma a necessidade de imposição de uma cultura racional (que minaria a força de manutenção do velho *status quo*), quando defende alguma forma de regulacionismo estatal, quando reconhece o caráter deletério da divisão internacional do trabalho, quando afirma a industrialização e o desenvolvimento econômico como únicas possibilidades de construção da Nação brasileira. É neste diapasão que as formulações de Simonsen estarão próximas do posterior pensamento cepalino.

A oscilação entre estes dois pólos espelha os problemas e os limites na elaboração de um projeto de desenvolvimento com bases nacionais, que só pode ser compreendido (até porque permanece inconcluso) na medida em que percebemos os laços que prendem a economia nacional à internacional, impondo aos agentes que estão inseridos neste debate algumas formas lógico-discursivas específicas, capazes de orientar e limitar a ação e a consciência desses sujeitos. Assim, o liberalismo de Simonsen foi, simultaneamente, a maior qualidade e também o eixo limitador de seu trabalho. Da mesma maneira que definiu a posição de outros agentes na definição do desenvolvimento brasileiro.

A economia brasileira e o projeto de construção do desenvolvimento nacional têm oscilado há mais de meio século no movimento pendular entre protecionismo *versus* abertura

(cujos paradigmas originais podem ser apontados como Simonsen e Gudin). Se o paradigma Simonsen foi importante para as políticas de desenvolvimento entre as décadas de 50 e 70, o paradigma Gudin enxugou o Estado nos anos 90. Para voltarmos ao caminho do desenvolvimento *a próxima rodada* deve ser de Roberto Simonsen.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Textos de Roberto Simonsen:

1. SIMONSEN, Roberto C.. **Os melhoramentos municipais de Santos**. São Paulo, sem editora, 1912.
2. _____. **O trabalho moderno**. São Paulo, seção de Obras de “O Estado”, 1919.
3. _____. **O calçamento de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Brasil, 1923.
4. _____. **Orientação industrial brasileira**. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus; CIESP, 1928.
5. _____. **As crises no Brasil**. São Paulo: São Paulo Editora, 1930.
6. _____. **A construção dos quartéis para o Exército**. São Paulo: sem editora, 1931. (A)
7. _____. **As finanças e a indústria**. São Paulo: São Paulo Editora, 1931. (B)
8. _____. **À margem da Profissão – discursos, conferências e publicações**. São Paulo: São Paulo Editora, 1932.
9. _____. **Rumo à verdade**. São Paulo: São Paulo Editora, 1933.
10. _____. **Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras**. São Paulo: São Paulo Editora, 1934.
11. _____. **Aspectos da política econômica nacional**. São Paulo, sem editora, 1935.
12. _____. **A indústria em face da economia nacional**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1937.
13. _____. **Aspectos da história econômica do café**. São Paulo, sem editora, 1938.

14. _____ . **A evolução industrial do Brasil**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939.
15. _____ . **Níveis de vida e a economia nacional**. São Paulo, sem editora, 1940. (A)
16. _____ . **Recursos Econômicos e movimentos das populações**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. (B)
17. _____ . “O problema da habitação econômica” In **Anais da Jornada da Habitação Econômica – Revista do Arquivo Municipal LXXXII**. São Paulo: Departamento de Cultura: IDORT, 1942.
18. _____ . **Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos**. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1943. (A)
19. _____ . **Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra – geografia e política industrial**. São Paulo: FIESP, 1943. (B)
20. _____ . **A engenharia e a indústria**. São Paulo: FIESP, 1944. (A)
21. _____ . **Elos da indústria**. São Paulo: FIESP, 1944. (B)
22. _____ . **A agricultura e a indústria**. São Paulo: FIESP, 1944. (C)
23. _____ . **Planificação da economia brasileira – parecer apresentado ao CNPIC**. São Paulo: FIESP, 1944. (D)
24. _____ . **O planejamento da economia brasileira – réplica ao Sr. Eugênio Gudín**. São Paulo, sem edição, 1945. (A)
25. _____ . **A indústria e seus problemas econômicos e sociais**. São Paulo: FIESP, 1945. (B)
26. _____ . **Roosevelt**. São Paulo: Edigraf, 1945. (C)
27. _____ . **Recepção de Roberto Simonsen na Academia Brasileira de Letras**. São Paulo, sem editora, 1947. (A)

28. _____ . **As atividades do serviço social da indústria do estado de São Paulo.** São Paulo: Gráfica Siqueira, 1947. (B)
29. _____ . **O problema Social no Brasil.** São Paulo: SESI, 1947. (C)
30. _____ . **Discursos pronunciados pelo Senador Roberto Simonsen no Senado Federal - ano de 1947.** São Paulo: Divisão de Estudos e Planejamento/SESI, Coleções Especiais. (D)
31. _____ . **As classes produtoras do Brasil e o Partido Comunista.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. (E)
32. _____ . **Sugestões para uma política econômica pan-americana: problemas do desenvolvimento econômico latino-americano.** Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1947. (F)
33. _____ . **O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina.** Rio de Janeiro: s/ editora, 1947. (G)
34. _____ . **A situação econômica da América Latina e suas possibilidades em face do Plano Marshall (Contribuição para conferência interamericana de Bogotá).** São Paulo: Departamento de Economia Industrial, 1948. (A)
35. _____ . **La doctrina Simonsen de un derecho internacional social.** São Paulo: FIESP; CIESP, 1948. (B)
36. _____ . **O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais.** Rio de Janeiro, sem editora, 1949.
37. _____ . **Simonsen e a operação Pan-Americana.** (introdução Antonio Devisate). São Paulo: CIESP; FIESP, 1958.
38. _____ . **Evolução industrial do Brasil e outros estudos.** (Seleção e notas de Edgard Carone). São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1973.
- 39 _____ . **História Econômica do Brasil (1500-1820).** 7ª edição. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977. (1ª edição 1937).

2. Livros e artigos:

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso - Cem anos política econômica republicana, 1989/1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ADDUCI, Cássia Chrispiniano. **A 'Pátria Paulista'- o separatismo como resposta à crise final do império brasileiro**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.
- AMADO, Gilberto. **Eleição e representação**. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931.
- AMARAL, Azevedo. **A aventura política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935.
- AMZALAK, Moses Bensabat. **Economistas Brasileiros – Roberto Cochrane Simonsen**. Coimbra: Coimbra Editora Ltda, 1944.
- ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. **Santos – O porto do café**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia, 1969.
- ATHAYDE, Tristão de (Alceu Amoroso Lima). **O problema da burguesia**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1932.
- AUGUSTO, José. **A representação profissional nas democracias**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1932.
- AURELIANO, Liana Maria. **No limiar da industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- AZEVEDO, Aroldo de. **Cochranes no Brasil: a vida e a obra de Thomas Cochrane e Ignace Cochrane**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965 (Coleção Brasileira 327).
- AZEVEDO, Fernando de. **A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos**. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1962.
- AZEVEDO, José Affonso Mendonça de (organização). **Elaborando a Constituição Nacional: Atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto 1932/1933**. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993.
- BASTOS, Humberto. **País de bolsos vazios**. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.

- _____. **O pensamento industrial no Brasil.** São Paulo: Martins Editora, 1952.
- _____. **Produção ou pauperismo (críticas e sugestões sobre a atual crise brasileira).** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946.
- BELO, José Maria. **A questão social e a solução brasileira.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.
- _____. **Panorama do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e cidadania.** São Paulo: EDUSP, 1996.
- BERLINCK, Cyro. **Roberto Simonsen; a indústria, as ciências sociais e a realidade brasileira.** São Paulo: ELSP, 1948.
- BESOUCHET, Lídia. **Mauá e seu tempo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BONAVIDES, Paulo. **Fatores econômicos na crise político-partidária depois de 1930.** Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 6. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1959.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos Políticos da História do Brasil.** 3ª edição. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BORGES, Maria Angélica Borges. **Eugênio Gudin –capitalismo e neoliberalismo.** São Paulo: EDUC, 1996.
- BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BRAGA, Cincinato. **Trabalhos na Constituinte de 1934.** São Paulo: Revista dos Tribunais, s/d.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva – as duas almas do Partido Comunista 1920-1964.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____.

- CAETANO, Coraly Gará. **Desvendando mistérios: Roberto Simonsen e a luta de classes**. Campinas: IFCH; UNICAMP, tese de doutorado, 1994.
- CALÓGERAS, Pandiá. **Problemas de Administração**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.
- CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- CANTOR, Íris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio Assis (organizadores). **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933/1953**. São Paulo: Escuta, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do Liberalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difel, 1964.
- _____. **O Modelo político Brasileiro e Outros Ensaio**. São Paulo: Difel, 1973.
- CARDOSO, Irene de Arruda. **A Universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- CARDOSO, Vicente Licínio (organizador). **À margem da história da República**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CARONE, Edgar. (seleção e notas) **Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos**, São Paulo. Editora Nacional; editora da USP, 1973.
- _____. **A Segunda República**. São Paulo: Difel, 1974.
- _____. **A República Nova (1930/1937)**. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. São Paulo: Difel, 1977.
- _____. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)**. Rio de Janeiro: Centro Industrial do Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1978.
- _____. **A república liberal**. – evolução política (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985.

- CASTRO, Araújo. **A nova Constituição Brasileira**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1935.
- CAVALCANTI, Themistocles Brandão. “Anotações” In Bonnard, Roger. **Sindicalismo, corporativismo e Estado corporativo**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938.
- CEPÊDA, Vera Alves. **Raízes do pensamento político de Celso Furtado – desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático**. São Paulo: FFLCH/ USP. Dissertação de mestrado, 1998.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. 2ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Cultura Contemporânea, 1978.
- CONGRESSO NACIONAL. **Anais da Assembléia Nacional Constituinte (1933/1934)**. Rio de Janeiro: Gráfica do Senado, 1934. 18 volumes.
- Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (16 de julho de 1934).
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (10 de novembro de 1937).
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (18 de setembro de 1946).
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difel, 1966.
- _____. **Da monarquia à República – momentos decisivos**. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas. **A Revolução de 30 – Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: FGV; Brasília: UnB, 1983.
- COTRIM NETO, A. B.. **Doutrina e formação do corporativismo** – As instituições corporativas da Charta de 10 de Novembro. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1938.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- CUNHA, Tristão da. **Realidade econômica e a Carta de Teresópolis**. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Atlas, s/d.

- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1976.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas; cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DI FRANCO, Edda. **Roberto Simonsen – vida cotidiana**. São Paulo: SENAI, 1960.
- DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- DINIZ, Osório da Rocha. **A política que convém ao Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937.
- DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, s/d.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ELLIS JR., Alfredo. **Confederação ou separação**. 3ª edição. São Paulo: Editorial Paulista, 1934.
- EHRARD, Jean. “História das idéias e história social em Franca no século XVIII – reflexões de método” In **Níveis de cultura e grupos sociais**. Lisboa: Cosmos, 1974.
- EUKEMAN, Raul. A Comunidade dos Economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje, **Revista Brasileira de Economia**, vol. 43 n.º 2. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- EMERSON, Rupert. Nacionalismo e Desenvolvimento Político, **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, nº 11, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1961.
- FANGANIELLO, Helena. **Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico**. São Paulo: FEA/USP, 1970.
- FARIA, Godofredo. **O artificialismo econômico**. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1937.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Trabalho urbano e conflito social (1890/1920)**. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **História do Brasil**. 11ª edição. São Paulo: Edusp, 2003.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório dos trabalhos realizados (1934/1939)**. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE SÃO PAULO. **Roberto Simonsen – industrial e ideólogo**. São Paulo: FESPL; FIESP/CIESP, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FONTANA, Josep. **História: Análise e projeto social**. Bauru (SP): Edusc, 1998.

FONSECA, Annibal Freire da. **Filinto de Almeida e Roberto Simonsen, notas biobibliográficas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1952.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FORACCHI, Marialice (org.). **Manheim** (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1982.

FURTADO, Celso. **Perspectiva da Economia Brasileira**, Rio de Janeiro: DASP, 1958.

_____. **Pré Revolução Brasileira**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 5ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 23ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3ª edição. São Paulo: Kairós, 1983.

- FRANCO, Affonso Arinos de Mello. **Conceito de Civilização brasileira**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1936.
- GALBRAITH, John Kenneth. **A Sociedade da Pobreza**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979.
- GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S.. **Constituintes Brasileiros de 1934**. Rio de Janeiro, s/d.
- GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934 IN **Revista de Ciência Política**, nº 3, volume 21, setembro de 1978.
- _____. **Burguesia e Trabalho – política e legislação social no Brasil 1917/1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- GRAHAN, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. **Obras escolhidas**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.
- GUDIN, Eugênio. **Para um mundo melhor – ensaios sobre problemas de após-guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1943.
- _____. **Rumos da política econômica – Relatório apresentado à Comissão de Planejamento Econômico sobre Planificação da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1945.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima (et al). **A revolução de 30. Textos e documentos**. Brasília: Unb, 1982.
- HARDMAN, Foot; LEONARD, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1991.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, s/d.

- _____. **As paixões e os interesses**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1979.
- HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico**, tomo II, volume VII. São Paulo: Difel, 1983. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira).
- HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de . **Um Debate Histórico Entre Intervencionismo e Liberalismo Econômico no Brasil: Roberto Simonsen versus Eugênio Gudin**. São Paulo: FEA, s/d.
- IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- _____. **Historiadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SÃO PAULO. **Sugestões de emendas à Constituição**. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1933.
- JAGUARIBE, Hélio. **O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional**. São Paulo: CFIESP, 1956.
- KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro 1857/1967**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1968.
- KUGELMAS, Eduardo. **Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República**. São Paulo: FFLCH/USP, tese de doutorado, 1987.
- LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um Pensamento Autoritário Brasileiro na Primeira República” IN: **História Geral da Civilização Brasileira**. Direção Sérgio Buarque de Holanda, vol. IX. São Paulo: Difel, 1985.
- LAUFENBURGER, Henry. **La intervención del estado en la vida económica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1945.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 6ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

- LEFF, Nathaniel H.. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil – estrutura e mudança econômica 1822/1947.** (2 volumes). Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1991.
- LEME, Mariza Saenz. **A ideologia dos industriais brasileiros – 1919/1945.** Petrópolis: Vozes, 1978.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política.** 2ª edição. São Paulo: Papyrus: Unicamp, 1986.
- LEWINSOHN, Richard. “Brasil, Berço de um Grande Princípio Econômico”, **Revista Cultura e Política.** Rio de Janeiro, nº 35, 1943.
- LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações políticas: da revolução à constituição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- LIMA, Heitor Ferreira. **3 industrialistas brasileiros – Mauá, Rui Barbosa e Simonsen.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- _____. **História do Pensamento Econômico Brasileiro.** São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- _____. **História político-econômica e industrial do Brasil.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1970.
- _____. **Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento.** São Paulo: Editora Edaglit, 1963.
- LIPSET, Seymour. **O homem político.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LIST, Georg F.. **List.** (Coleção Os Economistas). 2ª edição. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.
- LOBO, R. Haddock. **História econômica e administrativa do Brasil.** 13ª edição. São Paulo: Atlas, 1967.
- LODI, Euvaldo. **A indústria e a economia nacional.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1949.
- _____. **Os dois ciclos econômicos da república e seu comércio exterior.** Rio de Janeiro: Est. de artes Graphics. C. Mendes Junior, 1935.

- LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- LOUREIRO, Maria Rita (organização). **50 anos de ciência econômica no Brasil – pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- LOVE, Joseph L. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira – 1889/1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela Industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa- Omega, 1960.
- MACHADO, Alcântara. **A ação da bancada paulista “Por São Paulo unido” na Assembléia Constituinte**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1935.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MANOILESCU, Mikail. **Teoria do protecionismo e da permuta internacional**. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1931.
- _____. **O século do corporativismo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- MANTEGA, GUIDO. **A Economia Política Brasileira**. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Cultrix, s/d.
- MARTINS, Carlos E. (organizador). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Cebrap, 1977.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec. 1979.
- MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo – o empresário e a empresa**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- _____. **O cativo da terra**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento (introdução à crise brasileira)**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.
- _____. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

- MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. Volume VI e VII. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1978.
- MARX, Karl. **O capital**. Livro 1, volumes I e II. 9ª edição. São Paulo: Difel, 1984.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1984.
- _____. **Obras escolhidas**. (3 volumes). São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MELLO, J. M. C. de. & NOVAIS, F. A. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna” In Lilia Moritz Schwarcz (Org.): *História da vida privada no Brasil*. Volume IV: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MENEZES, Djacir. **O Brasil no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: INEP: Ministério da Educação e Cultura, 1957.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- _____. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.
- MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Lisboa: Cosmos, 1975.
- MORAES FILHO., Evaristo de. A experiência brasileira da representação classista na Constituição de 1934 In **Carta Mensal**, nº 258, Rio de Janeiro (setembro/ 1976).
- MORAIS NETO, Benedito de. **Marx, Taylor, Ford**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MOTOYAMA, Shozo (org.). **Tecnologia e industrialização no Brasil**. São Paulo: Unesp, 1994.
- MOTTA, Fernando. **Empresários e hegemonia política**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- NEGRI, BARJAS. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880/1990)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

- NISBET, Robert. **História da idéia de progresso**. Brasília: UnB, 1980.
- NOGUEIRA, Otavio Pupo. **A indústria face da lei do trabalho**. São Paulo: Edições Salesianas, 1935.
- OLIVEIRA, Clóvis de. **Do CIESP à FIESP: História de uma instituição do empresariado industrial paulista**. São Paulo: CIESP, 1969.
- _____. **A indústria e o movimento constitucionalista de 1932**. São Paulo: Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1956.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- PELAEZ, M. C. **História da industrialização brasileira**. Rio de Janeiro: APEC, 1972.
- PEREIRA, Luiz. **Trabalho e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1965.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Interpretações sobre o Brasil” In **50 anos de história econômica no Brasil**. (organização Maria Rita Loureiro). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. **Reforma do Estado para a Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- PERISSINOTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.
- PINTO, Anibal; SUNKEL, Osvaldo. Economistas Latino-Americanos nos Países Desenvolvidos, **Revista Civilização Brasileira**, nº 8, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michel. **A classe operária no Brasil – 1889/1930**. São Paulo: Alfa-Omega; Brasiliense, 1979.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. **Poder político e classes sociais**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

- PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 20ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- _____. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 5ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1966.
- _____. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- _____. **A revolução brasileira**. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. **A democracia ilustrada: O Partido Democrático de São Paulo – 1926-1934**. São Paulo: Ática, 1986.
- PREBISCH, Raúl. **Keynes, uma introdução**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. 11ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- SAES, Décio. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Boi Tempo, s/d.
- SAES, Flávio A. M. de ; CYTRYNOWICZ, Roney (org.). **História da Ordem dos Economistas de São Paulo – 1935/2001**. São Paulo: Ordem dos Economistas de São Paulo; Donneley Cochrane, 2000.
- SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. Rio de Janeiro: IUPERJ:Vértice, 1978.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

- _____. **A teoria do desenvolvimento econômico.** (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____. (org.). **Estado-Novo, um auto-retrato** (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- _____. **A redescoberta da cultura.** São Paulo: Fapesp; Edusp, 1997.
- SILVA, Benedicto. **Taylor e Fayol.** 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- SILVA, Hélio. **1932 - A guerra paulista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. **1934 - A Constituinte.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1969.
- SIMAO, Aziz. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo.** São Paulo: Ática, 1981.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. **Síntese de História da Cultura Brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.
- SOLA, Lourdes. **Idéias econômicas, decisões políticas.** São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1998.
- SZMRECSÁNYI, Tamás; MARANHÃO, Ricardo. **História de empresas e desenvolvimento econômico.** São Paulo: FAPESP; Hucitec, 1996.
- TILLY, CHARLES. **Coerção, capital e Estados europeus.** São Paulo: Edusp, 1996.
- TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro.** 3ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

- VARGAS, Milton (org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Unesp, 1994.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. **A nova política do Brasil III** (a realidade nacional em 1933/retrospecto das realizações do governo – 1934). Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.
- _____. **Diário – 1930/1936**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995 (2 volumes).
- VERSIANI, Flávio Rabelo. **A década de 20 na industrialização brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.
- VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto M. (organização). **Formação econômica do Brasil – a experiência da industrialização**. São Paulo: ANPEC; Saraiva, 1978.
- VIANA, Francisco (org.). **Roberto Simonsen**. Coleção Biografias de Grandes Empresários (Revista Isto É – Dinheiro). São Paulo: Editora Três, 1998.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VIANNA, Oliveira. **Problemas de direito corporativo**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
- _____. **Pequenos estudos de psychologia social**. 3ª edição. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942.
- _____. **Direito do trabalho e democracia social (o problema da incorporação do trabalhador no estado)**. São Paulo: José Olympio, 1951.
- _____. **Instituições políticas brasileiras**. São Paulo: EDUSP; Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 1987.
- _____. **Problemas de Política Objetiva**. Rio de Janeiro: Record, 1974.
- VIEIRA, Rosa Maria. **O pensamento industrialista de Roberto Simonsen**. São Paulo: FFLCH/USP, dissertação de mestrado, 1987.
- VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889/1845**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

VON DOELLINGER, Carlos (introdução). **A controvérsia do Planejamento na economia Brasileira – coletânea da polêmica Simonsen *versus* Gudin.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.